



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Sociedades Agrárias Africanas em Cenários de Catástrofe
Natural e a Agricultura Pós-catástrofe**

Com um Estudo de Caso: Moçambique – Búzi

Sara Matos Coelho Bernardo

Doutoramento em Estudos Africanos

Orientadores:

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar com Agregação
(Aposentado)

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Joana Pereira Leite, Professora Auxiliar (Aposentada)
ISEG - Universidade de Lisboa

Julho, 2023

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Sociedades Agrárias Africanas em Cenários de Catástrofe Natural e a Agricultura Pós-catástrofe

Com um Estudo de Caso: Moçambique – Búzi

Sara Matos Coelho Bernardo

Doutoramento em Estudos Africanos

Júri:

Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar, Iscte – Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor Jochen Oppenheimer, Professor Auxiliar,
ISEG - Universidade de Lisboa

Doutora Sónia Frias, Professora Auxiliar,
ISEG - Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Granjo, Professor Auxiliar, Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Eduard Gargallo, Professor Auxiliar, Iscte – Instituto
Universitário de Lisboa

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar com Agregação
(Aposentado)

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2023

Agradecimentos

Se os nossos pensamentos permanecerem consistentemente os mesmos ao longo de 20 anos de pesquisa e estudo, então devemos ser demitidos e nunca termos permissão para voltar para a universidade. Teodor Shanin

Um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Ulrich Schiefer, que reconheço pela sua honestidade, simplicidade e acessibilidade, e que foi sempre um apoio incansável e sempre disponível para momentos de discussão, partilha de conhecimento e reflexão. Obrigada por ter acreditado sempre nas minhas capacidades e obrigada pela confiança depositada, que foi sempre sinónimo de liberdade, permitindo-me descobrir, crescer e surpreender no processo de investigação. Vários foram os momentos em que não pude deixar de pensar e fazer uma analogia com a proposta de Sen - *desenvolvimento como liberdade*. Foi nessa liberdade e confiança que me desenvolvi e explorei as complexidades que foram surgindo ao longo da tese.

Um agradecimento muito especial também à Professora Doutora Joana Pereira Leite, que muito admiro pela sua abordagem *leve*, mas metódica e assertiva, e que demonstrou sempre serenidade, entusiasmo e disponibilidade para responder às minhas solicitações. Obrigada por aceitar trabalhar comigo e por partilhar o seu amplo conhecimento sobre Moçambique; a sua orientação foi essencial para o trabalho de investigação.

Ao Professor Doutor João Mosca, um agradecimento pela orientação e sugestões no processo da escolha do estudo de caso, reflexo da partilha do seu conhecimento teórico e experiência empírica em Moçambique.

Ao Professor Doutor Jochen Oppenheimer, agradeço pelos comentários construtivos dados ao longo da tese.

Ao Professor Doutor Carlos Nuno Castel-Branco, agradeço pelos comentários críticos ao projeto de tese, que se vieram revelar valiosos, pois despoletaram uma investigação aprofundada em torno de alguns debates académicos, contribuindo para o meu amadurecimento como investigadora.

Ao Professor Doutor Joseph Hanlon, um agradecimento muito especial por disponibilizar do seu tempo e partilhar o seu valioso conhecimento. Um exemplo de humildade a seguir.

Um agradecimento muito especial ao Ratmir Cuna e ao Acrísio Tomas, assim como ao resto da equipa da S&T, pelo trabalho desenvolvido em parceria e com base numa comunicação aberta e articulação de ideias.

A todos os entrevistados em Bunha, Inharôngue, Patarucue, Mada, Munamicua, Matire, Gangua, Fumo e no campo de reassentamento Chirimonio, um agradecimento muito especial pelo tempo disponibilizado e pela partilha de experiências.

Um agradecimento pelas contribuições especializadas em diferentes áreas de conhecimento do Dr. Pedro Daniel Dzucule, Pedro Matos, Dr. Boavida Chambal, Professor João Carlos Colaço, Carlos Almeida, Joana Clemente, Ondina Giga, Hélia Seda, Lara Carrilho, Marta Guivambo, Isabel Gomes e Filipe Magalhães.

Ao ISCTE-IUL, agradeço pela bolsa de doutoramento atribuída em 2019. Foi este apoio financeiro que tornou possível a realização da investigação.

Um obrigada muito especial à minha mãe e às minhas irmãs pelo apoio incondicional, uma certeza de sempre e para sempre.

Um eterno e muito carinhoso obrigada à Isabel Pinto e ao Steven Allen - *Sardine & Kangaroo*, pelo apoio e por me acolherem em tempos menos bons. O processo poderia ter sido muito mais turbulento sem vocês. (An eternal and very loving thank you to Isabel Pinto and Steven Allen - *Sardine & Kangaroo*, for their support and for taking me in when I needed. The process could have been much more turbulent without you).

Obrigada a todos os colegas com quem me fui cruzando e que muitas vezes foram uma inspiração para que me voltasse a entusiasmar e apaixonar mais uma e outra vez pelos debates em torno dos Estudos Africanos e dos Estudos de Desenvolvimento. Em particular, à Francesca Mercurio e à Natália da Luz, obrigada pela partilha do percurso no doutoramento em Estudos Africanos, mas sobretudo pela amizade e pelos momentos passados para além da universidade.

Obrigada a todos que fizeram parte deste caminho, seja de forma mais passageira ou porque foram ficando como parte dele.

Resumo

Um evento natural culmina numa catástrofe natural apenas se houver sociedades expostas a esse evento, e se essa exposição for acompanhada por vulnerabilidades pré-existentes e por incapacidade de resposta.

Os eventos naturais não são fenómenos isolados, uma catástrofe antecede e procede outra catástrofe e/ou outras crises. A vulnerabilidade das populações é cumulativa evento após evento, e a capacidade de resposta e adaptação ficam cada vez mais fragilizadas.

À luz desta lógica propõe-se uma perspectiva que privilegia o *pré* e o *pós*-catástrofe como um único processo continuado, atribuindo-se a tónica à continuidade e acumulação de eventos. Neste sentido, uma agricultura *pós*-catástrofe é também uma agricultura *pré*-catástrofe e vice-versa.

As sociedades agrárias Africanas, pela escassez de recursos financeiros e tecnológicos, são das que mais sofrem mediante eventos naturais. As práticas agrícolas são continuamente fragilizadas e descapacitadas.

Este estudo questiona a clássica distinção entre a fase *pré* e *pós* catástrofe, propondo uma reflexão sobre os modelos de intervenção vigentes, e sobre como é necessário redirecionar a abordagem para a lógica de que são precisos recursos para se reduzir os níveis de vulnerabilidade.

Transferências de dinheiro e especificadamente o *basic income* são discutidos como estratégias de *Redução de Risco de Catástrofe*. Considerando o *pré* e *pós* como um processo continuado, o *basic income*, por ser um fluxo de dinheiro estável na sua frequência e montante, possibilita abordar as catástrofes e as crises não como eventos pontuais e circunscritos, mas antes como processos não lineares e que não comportam uma lógica de início e fim.

Palavras-chave: Catástrofes Naturais; Agricultura *Pós*-catástrofe; Sociedades Agrárias Africanas; Redução de Risco de Catástrofe; Basic Income; Moçambique

Abstract

A natural event turns into a natural disaster only if there are societies exposed to that event, and if that exposure is accompanied by pre-existing vulnerabilities and an inability to cope.

Natural events are not isolated occurrences; a disaster precedes and proceeds another disaster and/or other crises. The vulnerability of populations is cumulative event after event, and the capacity to cope and adapt is increasingly weakened.

Accordingly, it is proposed that *pre-* and *post-*disaster are a single continuous process, emphasising the continuity and accumulation of events. In this sense, *post-*disaster agriculture is also *pre-*disaster agriculture and vice versa.

Due to the lack of financial and technological resources, African agrarian societies are the most affected by natural events. Agricultural practices are continuously weakened and disempowered.

This study questions the classic distinction between the *pre-* and *post-*disaster stage, proposing a reflection on current intervention models, and on how it is indispensable to redirect the approach towards the logic that access to resources is necessary to reduce vulnerability levels.

Cash transfers and specifically basic income are discussed as Disaster Risk Reduction strategies. Considering *pre-* and *post-*disaster as a continuous process, basic income, being a stable flow of money in its frequency and amount, makes it possible to approach disasters and crises not as one-off and circumscribed events, but rather as non-linear processes that do not have a beginning and end logic.

Keywords: Natural Disasters; Post-disaster Agriculture; African Agrarian Societies; Disaster Risk Reduction; Basic Income; Mozambique

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice de Gráficos.....	xi
Índice de Tabelas	xiii
Índice de Figuras.....	xv
Glossário de Siglas	xvii
I PARTE INTRODUTÓRIA	1
1. Introdução.....	1
1.1 Justificativa e Relevância do Estudo	6
1.2 O Problema, a Pergunta de Partida e Objetivos do Estudo	7
1.3 Estrutura do Trabalho.....	10
2. Metodologia	12
2.1 Objeto de Estudo Teórico.....	12
2.2 Opções Metodológicas	13
2.3 Técnicas e Métodos da Pesquisa	15
2.3.1 Técnica de Recolha de Dados - Entrevistas Semiestruturadas.....	15
2.3.2 A Investigação na Prática – Operacionalidade da Recolha de Dados.....	16
2.3.3 Técnica de Análise de Dados – Análise de Conteúdo.....	22
2.4 Considerações Éticas no Estudo.....	24
2.5 Limitações do Estudo	27
II CATÁSTROFES E SOCIEDADES	29
3. O Que é uma Catástrofe Natural?	29
3.1 Catástrofes Naturais <i>Não-modernas</i>	31
3.2 Catástrofes Naturais <i>Modernas</i>	33
3.3 Catástrofes Naturais como <i>Construções Societais</i>	35

3.3.1	Impactos	36
3.3.2	O Que é um Risco?.....	39
3.3.3	Vulnerabilidade	46
3.3.4	Resiliência	52
4.	Sociedades Agrárias Africanas.....	63
4.1	O Debate da Questão Agrária.....	63
4.2	Sociedades Agrárias Africanas.....	85
4.2.1	A Questão Agrária Africana.....	86
4.2.2	Processos de Produção	93
4.2.3	Processos de Reprodução	96
4.2.4	Processos de Acumulação	99
5.	Sociedades Agrárias da África Subsariana em Cenários de Catástrofe Natural ...	100
5.1	Vulnerabilidades no Contexto da África Subsariana	100
5.2	Impactos das Catástrofes Naturais na Agricultura	114
5.2.1	Impactos Biológicos	115
5.2.2	Consequências em Cascata.....	117
5.2.3	Quadros de Insegurança Alimentar	118
5.3	Tecido Social.....	120
5.3.1	Interpretação, Significação, Normalização e Memória Social.....	120
5.3.2	Arquétipos e Inconsciente Coletivo	127
5.3.3	Trauma Coletivo e Colapso Societal	130
5.3.4	Auto-organização de Matriz Étnica, Resiliência Social e Reprodução Social	135
6.	Desenvolvimento e Ajuda Humanitária como Intervenção	141
6.1	O Papel dos Media	155
7.	As Transferências - em Género, <i>Vouchers</i> e Dinheiro.....	158
7.1	As Remessas e as Transferências de Dinheiro Incondicionais Antecipatórias	
Continuadas.....		178
7.2	Serviços de Dinheiro Móvel.....	186

III ESTUDO DE CASO - DISTRITO DE BÚZI, MOÇAMBIQUE.....	197
8. Moçambique - Vulnerabilidades Cumulativas.....	197
8.1 Agricultura em Moçambique	208
9. Catástrofes Naturais em Moçambique	223
9.1 A Gestão de Catástrofes Naturais em Moçambique.....	232
10. Distrito de Búzi	237
10.1 O Tecido Social.....	241
10.2 Catástrofes Naturais no Distrito de Búzi.....	242
11. Resultados do Estudo	245
11.1 Descrição e Análise.....	245
11.1.1 Identificação do Perfil dos Inquiridos	245
11.1.2 Lidar com Eventos Naturais Extremos.....	249
11.1.3 Perceção de um Evento Natural Extremo	258
11.1.4 Os Fluxos de Apoio.....	264
11.1.5 A Inexistência de Recursos Financeiros.....	273
12. Danos Cumulativos	276
12.1 A Gestão e o Regresso às Práticas Agrícolas em Contextos de Eventos Naturais Sazonais e de Vulnerabilidades Cumulativas	276
12.2 <i>Basic Income</i> como Ferramenta de Redução do Risco de Catástrofe	285
12.3 Resposta às Crises Moçambicanas	291
13. Conclusões	309
Referências Bibliográficas.....	321
Anexos	342
Anexo A - Guiões das entrevistas realizadas <i>a) Peritos externos e b) Agricultores de subsistência</i> , incluindo líderes de comunidade	342
Anexo B - Registo fotográfico das entrevistas recolhidas.....	359
Anexo C – Cash Transfers as a Form of Intervention – Addressing the Various Dimensions of Vulnerability	362

Anexo D - Os efeitos a nível dos agregados familiares por cada medida antecipatória, por país de implantação.....	377
Anexo E – Critérios utilizados no Inquérito Agrário Integrado para a classificação das explorações como pequenas, médias ou grandes em Moçambique	380
Anexo F – Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coorden	381
Anexo G – Mapas de Moçambique	382
Anexo H – Apoio para a recuperação das atividades agrícolas após o ciclone Idai (até 15 de Abril de 2019).....	383
Anexo I – Como os diferentes modelos de proteção social satisfazem os princípios de <i>justiça social</i> e comparação entre os vários modelos.....	384
Anexo J - Quadros de dados respetivos à representação gráfica	385

Índice de Gráficos

Gráfico 9.1 Tipo de eventos naturais extremos, Moçambique, 1956 – 2022.....	225
Gráfico 9.2 Tendência eventos naturais extremos, Moçambique, 1956 – 2022	226
Gráfico 9.3 Catástrofes naturais (mais impactantes) por província, Moçambique, 1980-2022	230
Gráfico 11.1 Perdas mais sentidas com os eventos naturais extremos.....	251
Gráfico 11.2 Produtos cultivados antes e depois dos eventos naturais extremos	252
Gráfico 11.3 Tecnologias utilizadas antes e depois dos eventos naturais extremos	253
Gráfico 11.4 Sistemas de armazenamento de colheitas utilizados antes e depois	255
Gráfico 11.5 Diversificação das estratégias de subsistência	257
Gráfico 11.6 Sentimentos dos inquiridos em relação aos eventos naturais extremos.....	259
Gráfico 11.7 Medidas tomadas pelos inquiridos para anteciparem os impactos dos eventos	263
Gráfico 11.8 Tipologia do apoio recebido pelos inquiridos.....	265
Gráfico 11.9 Tipo de apoio recebido pelos agregados familiares e disponibilizado pelos diferentes mecanismos de apoio - governo/ONGs, família e vizinhos	266
Gráfico 11.10 Tipologia do apoio agrícola recebido pelos inquiridos disponibilizado pelo governo/ONGs	267
Gráfico 11.11 Despesas/investimentos dos inquiridos se o apoio recebido fosse em dinheiro	274

Índice de Tabelas

Tabela 2.1. Peritos externos entrevistados	18
Tabela 2.2. Categorização do material	23
Tabela 5.1. Impactos na agricultura por evento natural	116
Tabela 9.1 Catástrofes naturais em Moçambique, 1980-2022	227
Tabela 11.1 Distribuição dos inquiridos por faixa etária	245
Tabela 11.2 Residência atual dos inquiridos	246
Tabela 11.3 Etnia dos inquiridos.....	247
Tabela 11.4 Habilitações literárias dos inquiridos	247
Tabela 11.5 Número de pessoas no agregado familiar dos inquiridos.....	248
Tabela 11.6 Número de filhos/as no agregado familiar dos inquiridos	248
Tabela 11.7 Materiais utilizados na construção das casas dos inquiridos.....	249
Tabela 11.8 Número de eventos naturais extremos sofridos pelos inquiridos nos últimos dez anos.....	249
Tabela A.1 Os efeitos a nível dos agregados familiares por cada medida antecipatória, por país de implantação e por evento natural extremo.....	379
Tabela A.2 Critérios utilizados no IAI para a classificação das explorações como pequenas, médias ou grandes em Moçambique	380

Índice de Figuras

Figura 3.1. Catástrofes naturais como construção societal	36
Figura 3.2. Espiral dinâmica descendente de vulnerabilidade cumulativa	50
Figura A.1 Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coordenação da emergência entre agências governamentais e internacionais	381
Figura A.2 Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coordenação da emergência entre agências governamentais e internacionais	381
Figura A.3 Mapa Províncias de Moçambique.....	382
Figura A.4 Mapa Distritos da província de Sofala.....	382
Figura A.5 Apoio para a recuperação das atividades agrícolas após o ciclone Idai (até 15 de Abril de 2019)	383
Figura A.6 Como os diferentes modelos de proteção social satisfazem os princípios de justiça social e comparação entre os vários modelos.....	384

Glossário de Siglas

ACABOCO - Associação dos Casados do Bom Coração

AOA - Acordo de Agricultura

ARC - African Risk Capacity

ASS - África Subsariana

BIEN - Basic Income Earth Network

BPD - Banco Popular de Desenvolvimento

CBDRR - Community Based Disaster Risk Reduction

CCGC - Conselho Coordenador para a Gestão de Catástrofes

CENOE - Centro Nacional Operativo de Emergência

CLGRC - Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades

CRED - Centro de Pesquisa Epidemiológica de Desastres

DFID - Department for International Development

DPCCN - Departamento para Prevenção e Combate a Calamidades Naturais

DRF - Disaster Risk Financing

DRM - Disaster Risk Management

DROP - Disaster Resilience of Place Model

DRR – Disaster Risk Reduction (Redução do Risco de Catástrofe)

EITI - Extractive Industries Transparency Initiative (Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas)

EM-DAT - Emergency Events Database

EWEA - Early Warning Early Action

FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra

FAM - Famine Action Mechanism

FbA - Forecast-based Action

FbF - Forecast-based Financing

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GACOR – Gabinete para a Coordenação de Reconstrução

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

IAI - Inquérito Agrário Integrado

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INAS - Instituto Nacional de Ação Social de Moçambique

INGD - Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique
IVA - Imposto de Valor Acrescentado
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODI - Overseas Development Institute
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organização não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAE - Programa de Ajustamento Estrutural
PAM - Programa Alimentar Mundial
PDNA- Post-Disaster Needs Assessment (Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe)
PDPMCN - Plano Diretor de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE - Programa de Reabilitação Económica
PSA – Programa Subsídio de Alimentos
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana
SA - Sociedades Agrárias
SAA - Sociedades Agrárias Africanas
SADC - Southern African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
SARCOF - Southern Africa Regional Climate Outlook Forum (Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral)
SOPs - Standard Operating Procedures
SWIO - South West Indian Ocean (Sudoeste do Oceano Índico)
S&T - Sociedade & Território Consultoria, Lda.
TRIPs – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio)
UNAPROC - Unidade Nacional de Proteção Civil
UNDRR - United Nations Office for Disaster Risk Reduction
WCDRR - World Conference on Disaster Risk Reduction

I

PARTE INTRODUTÓRIA

1. Introdução

A presente investigação propõe uma articulação de três linhas conceituais - as catástrofes naturais, as sociedades agrárias Africanas e o acesso a recursos.

A relação entre as três temáticas estabelece-se com uma reflexão dedicada por um lado às vulnerabilidades cumulativas que incapacitam a preparação e resposta aos eventos naturais e, por outro lado, às formas de abordar essas vulnerabilidades de forma sistémica e a partir das próprias populações.

Optou-se por adotar o conceito de sociedades agrárias Africanas, por este apresentar fronteiras sociais fluidas capazes de absorver a polivalência de existências e as infinitas possibilidades de estratégias de subsistência, incluindo as que extrapolam os contornos rurais/urbanos, e incluindo também a articulação dos modos de produção pré-capitalistas e da economia moral com o capitalismo. Um conceito que permite, portanto, analisar as perceções sobre cenários de catástrofe natural e sobre o regresso às práticas agrícolas sem contornos excludentes, já que é um conceito que permeia diferentes formas de reprodução.

A referência ao contexto Africano e às sociedades agrárias Africanas, tem como contornos a África Subsariana, com exceção da África do Sul, pois historicamente é uma região com um percurso distinto que se veio a refletir na sua posição atual.

Recorre-se ao distrito de Búzi especificamente e a Moçambique de forma mais ampla, para ilustrar o problema da ocorrência de multi-crisis, e de como uma sucessão e sobreposição de crises requer outras formas de pensar e lidar com o *pré* e *pós* catástrofe. Todavia, não se trata de um estudo de caso que se debruça sobre o distrito de Búzi ou Moçambique *per si*, mas antes que se dedica a refletir sobre novos métodos e novas formas de olhar para aquilo que são as catástrofes naturais, o papel da intervenção externa, a perceção das sociedades agrárias Africanas em tais situações, e a paisagem onde todos estes elementos coexistem, interferem e se influenciam.

Um evento natural extremo culmina numa catástrofe natural apenas se houver sociedades expostas a esse evento, e se essa exposição for acompanhada por vulnerabilidades pré-existentes e por uma incapacidade de resposta (Wisner et al., 2004).

Neste sentido, as catástrofes naturais podem ser consideradas *unnatural disasters* (2007, p. 46), e analisadas à luz da perspectiva partilhada por vários autores, que consideram as catástrofes naturais *construções sociais*¹ (Buckle, 2005; Fiala, 2017; Field et al., 2012b, 2012a; Shimoyama, 2003; Torrence e Grattan, 2003; Wisner et al., 1994). A inteligência de catástrofe natural como *construção social* tem implícito que os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais extremos, depende do perfil da sociedade exposta e respetiva vulnerabilidade. Uma catástrofe natural é uma *construção social*, na medida em que não basta ocorrer um evento natural extremo (tsunamis, ciclones, secas, etc.) para que haja uma catástrofe natural. É preciso, antes de mais, que haja uma sociedade vulnerável que não tendo as condições necessárias para manter o seu funcionamento mediante um evento natural acaba num cenário de catástrofe.

Para Buckle (2005), é por serem socialmente construídas que as catástrofes não são suscetíveis a uma definição, já que qualquer definição só será válida para esse contexto e momento específico, e estará desalinhada com o processo evolutivo aos quais pertencem os fenómenos.

Os eventos naturais não são fenómenos isolados nem tão pouco balizados num período de tempo e num espaço concreto. Uma catástrofe antecede e procede uma outra catástrofe e/ou outras crises de diferentes perfis, havendo, portanto, uma continuidade entre as várias ocorrências. Com maior ou menor intensidade, em todos os contextos geográficos há uma continuidade cumulativa de mudanças históricas, convulsões socioeconómicas, conflitos, crises e catástrofes naturais.

À luz desta lógica, propõe-se a representação de uma *espiral dinâmica descendente*, como forma de pensar e ilustrar como a sucessão contínua de eventos tem implícito que o *pré* e o *pós* são um único processo e que a vulnerabilidade multidimensional é cumulativa, fragilizando sistemicamente as sociedades. Uma espiral de erosão da capacidade de resposta e adaptação às multi-crisis.

Pré e *pós* catástrofe são um único processo continuado e caracterizado por uma vulnerabilidade que pode ser cumulativa e crescente naquela que é a *construção social*, e por

¹ Não se refere ao *construtivismo*, mas sim à construção e organização da sociedade.

isso assiste-se cada vez mais a catástrofes naturais assoladoras causadas por eventos naturais de fraca intensidade.

Sociedades que lidam frequentemente, e até sazonalmente, com eventos naturais e que não têm uma capacidade de resposta, tornam-se cada vez mais vulneráveis a cada evento e a cada crise. Regiões afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth em 2019, tiveram, certamente, mais dificuldades em gerir a pandemia de COVID-19 pela sua vulnerabilidade acrescida após os ciclones. Por outro lado, a pandemia agrava o quadro existente de vulnerabilidades, o que, por sua vez, aumenta a potencialidade de devastação mediante um futuro evento natural extremo, e assim sucessivamente.

Quando analisadas à luz da *espiral dinâmica descendente*, torna-se claro que a agricultura *pré* e *pós*-catástrofe são um único processo continuado, pois uma agricultura *pós*-catástrofe é também uma agricultura *pré*-catástrofe, pois antecede uma outra catástrofe futura.

As práticas agrícolas são continuamente fragilizadas e descapacitadas, pondo em causa a segurança alimentar, e em alguns casos a própria sobrevivência, dos agricultores de subsistência e respetivos agregados familiares.

As sociedades agrárias Africanas, pela substancial escassez a nível de recursos financeiros e tecnológicos, são das que mais sofrem mediante eventos naturais. De facto, a sua pré-condição de vulnerabilidade define os impactos sofridos e a evolução de eventos naturais para cenários de catástrofe natural.

Evento após evento, a capacidade de resposta das sociedades agrárias Africanas fica cada vez mais comprometida, os recursos cada vez mais escassos e a produção agrícola cada vez mais inviável. Mesmo antes da ocorrência de um novo evento natural (ou de outra crise de diferente tipologia), a vulnerabilidade multidimensional está já fortemente presente.

A escassez de recursos financeiros reflete-se na crise de produção e na crise alimentar. Por um lado, os agregados familiares não têm dinheiro para investir em insumos agrícolas de forma a retomar e impulsionar a sua produção, como por exemplo pagar serviços de trator, mão-de-obra ou comprar novos animais para criação e tração. Por outro lado, os poucos recursos financeiros que obtêm através de alguns biscates são utilizados para comprar a comida que já não conseguem produzir, e, portanto, esses diminutos recursos financeiros não podem ser investidos em outras atividades ou na reconstrução da vida quotidiana.

Além de não conseguirem assegurar uma alimentação diária adequada, também não conseguem produzir excedentes agrícolas para venda, o que anteriormente assegurava o acesso a algum dinheiro, ainda que baixas quantias.

Ainda que a existência de multi-crisis, muitas vezes ocorrências simultâneas, e o acumular de vulnerabilidades sejam sinónimo de uma capacidade auto-organizativa cada vez mais fragilizada pela falta de recursos, pelo romper das relações com a terra e pela *espiral dinâmica descendente*, esta capacidade ainda permanece ativa nestas sociedades, mesmo em cenários de catástrofe natural. As práticas agrícolas são continuamente enfraquecidas, ao mesmo tempo que prevalece uma dimensão cosmológica firme e que serve de base a todo um conjunto de *coping mechanisms* endógenos que permitem gerir e apaziguar, de certa forma, o desconforto, o desamparo e a incerteza. *Coping mechanisms coletivos* que pretendem não só dar sentido aos eventos, como também guiar a agência humana perante a incerteza e assegurar uma conduta social específica.

A dimensão cosmológica está intimamente relacionada com a ligação aos antepassados e à terra *per si*. A terra representa dois pontos predominantes e basilares no processo que rege o regresso às práticas agrícolas - a dimensão material e de sobrevivência física que depende da agricultura praticada, e a *reprodução cosmológica* (Florêncio, 2004).

Mediante uma catástrofe natural, os fluxos de apoio ativados pelos atores presentes na paisagem organizacional são maioritariamente transferências em género, assumindo especialmente o formato de bens alimentares e insumos agrícolas, como sementes, enxadas e catanas. Se por um lado, essa ajuda pode de facto aliviar algumas carências imediatas, principalmente alimentares e ligadas à saúde, por outro lado, comumente não considera a multidimensionalidade da vulnerabilidade, a escassez de recursos financeiros e nem tão pouco a dimensão cosmológica e os *coping mechanisms* endógenos, o que resulta em quadros de dependência e em intervenções desajustadas que podem ser sinónimo de um *pós* mais danoso e mais preocupante que o evento em si.

Não obstante de os bens alimentares e os kits agrícolas serem necessários para reforçar a capacidade de interajuda da população, há uma duplicação dos formatos de apoio que pode ser substituída por uma lógica de maior articulação, portanto, formatos de apoio que não estejam facilmente ao alcance da população e que permitam responder às necessidades de forma mais sistémica.

Embora as transferências de dinheiro sejam ainda pouco eleitas como formato de intervenção, é o modelo que mais fungibilidade apresenta e, como tal, o seu potencial para contrariar as várias dimensões da vulnerabilidade é significativo; um modelo que pode contribuir para impulsionar mudanças sistémicas em cenários de vulnerabilidade crónica.

Ao contrário das transferências em género que mitigam temporariamente apenas uma parcela da problemática, a fungibilidade das transferências de dinheiro permite responder às demandas da realidade de forma mais completa. Os recetores passam a ter acesso a recursos financeiros para responder às várias necessidades, já que as necessidades de um agregado familiar existem em múltiplos setores e não apenas em um como classicamente e comumente é proposto, alimentação vs. saúde vs. educação vs. habitação.

Com transferências de dinheiro os recetores passam a ter um papel ativo como decisores centrais e responsáveis pelas suas próprias prioridades, deixando de ser meros beneficiários passivos e submissos aos ditames dos doadores (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Overseas Development Institute, 2015; Pelham et al., 2011; Standing, 2008; World Food Programme, 2021a).

Não obstante de se reconhecer o potencial das transferências de dinheiro, estas são implementadas durante um intervalo de tempo pré-estabelecido, não havendo, portanto, uma continuidade. Um modelo de apoio que tem uma lógica de resolução de problemas de início – fim, e que não permite abordar o *pré* e o *pós* como um processo contínuo, nem o quotidiano das sociedades, também este um processo contínuo.

Não havendo a continuidade destas transferências os seus efeitos são como um ‘penso rápido’, uma vez que mitigam os constrangimentos imediatos, mas não viabilizam uma perspetiva de transformação a médio e longo prazo nem tão pouco permitem potencializar a resiliência do tecido social.

Para uma mudança não só no paradigma agrícola, mas também no correlacionado acesso a recursos, torna-se necessário refletir como se constrói a partir da lógica de que é preciso o acesso a recursos para se reduzir os níveis de vulnerabilidade crónica e, conseqüentemente, reduzir cenários de catástrofe, e neste caso não só catástrofes naturais, mas também crises oriundas de conflitos armados. Porque no fundo as catástrofes e as crises são, afinal, uma questão de acesso a recursos.

Na época das cheias e dos ciclones as populações carecem de uma capacidade de resposta e adaptação, mas essa capacidade já está ausente mesmo antes de um novo evento natural extremo ou de uma nova crise.

Neste sentido propõe-se uma reflexão sobre o papel do *basic income* como estratégia de *Redução de Risco de Catástrofe*, já que apresenta uma potencialidade transformadora das várias dimensões da vulnerabilidade e das próprias condições de vida das populações mais expostas, portanto, uma transformação sistémica.

Considerando o *pré* e *pós* catástrofe como um processo continuado onde as vulnerabilidades são cumulativas, portanto, considerando que as catástrofes e as crises se sobrepõem, o *basic income*, por ser um fluxo de dinheiro continuado e estável na sua frequência e montante, abrange esta ideia de cumulação e possibilita a construção contínua da capacidade para lidar com a vulnerabilidade multidimensional, com a incerteza e com os diferentes choques. Portanto, permite uma capacidade de resposta progressiva na linha contínua de eventos, permitindo abordar as catástrofes e as crises não como eventos pontuais e circunscritos, mas antes como processos não lineares e que não comportam uma lógica de início e fim.

1.1 Justificativa e Relevância do Estudo

A presente investigação questiona a lógica da clássica distinção entre a fase *pré* e *pós* catástrofe, propondo uma reflexão sobre os modelos de intervenção vigentes e novas formas de pensar os fluxos de apoio a partir da lógica de potencialização da capacidade auto-organizativa das populações.

É proposto uma perspectiva que privilegia a lógica de continuidade e acumulação de eventos, portanto, o *pré* e o *pós* como um único processo continuado, onde o *pós* é um *pré* e vice-versa.

Assiste-se cada vez mais a uma multiplicidade, sobreposição e coexistência de crises de diferentes perfis. Eventos naturais que culminam em catástrofes naturais são cada vez mais frequentes, e períodos prolongados de multi-crisis são também cada vez mais comuns.

A vulnerabilidade das populações, uma vulnerabilidade multidimensional, é cumulativa evento após evento, e a capacidade de resposta e adaptação ficam cada vez mais fragilizadas.

As populações, estando a tónica nas sociedades agrárias, veem os seus meios de produção e reprodução a serem continuamente destruídos. O regresso às práticas agrícolas torna-se penoso e é pautado pela falta de acesso a recursos, nomeadamente tecnológicos e financeiros.

A sucessão de eventos e sobreposição de multi-crisis desconserta a lógica de que os eventos são acontecimentos isolados e independentes. A sequência estática e ordenada *pré* e *pós* catástrofes, já não é válida pela frequência, sobreposição e acumulação de eventos e crises e, como tal, também o apoio e as fases da intervenção não podem continuar a seguir uma lógica linear nem modelos pré formatados.

Devido às multi-crisis internacionais em várias geografias, incluindo nos países doadores, a tendência é que os apoios internacionais sejam cada vez mais reduzidos e voláteis. A crescente imprevisibilidade dos fundos disponíveis para a intervenção humanitária e para as intervenções

de desenvolvimento induzido, colocam em causa a viabilidade e a sustentabilidade dos modelos de apoio praticados atualmente.

Neste sentido, a presente investigação alvitra um pensar sobre novas formas e estratégias de intervenção, trazendo-se para a reflexão o *basic income* como um mecanismo de *Redução de Risco de Catástrofe* e de adaptação às alterações climáticas, uma proposta ainda por explorar nas agendas internacionais.

Uma linha de investigação que procura contribuir para uma compreensão mais profunda das sociedades agrárias Africanas e para que se estabeleça uma ponte entre as dinâmicas destas sociedades e os agentes externos que desenham políticas públicas e que arquitetam intervenções em geografias onde eventos naturais extremos são sazonais e que, portanto, coexistem com outras crises. Uma teorização com uma perspetiva concetual sobre as multi-crisis, a operacionalidade do próprio desenvolvimento induzido na África plural e formas de abordar sistemicamente e a partir das próprias populações a vulnerabilidade, cumulativa nas suas várias dimensões.

Um estudo que se debruça sobre o agravamento da produção agrícola e da capacidade produtiva com a ocorrência de catástrofes naturais, mas de uma perspetiva macro e sistémica, e de forma articulada com um quadro mais amplo que implica o acesso a serviços, recursos financeiros, paz social, condições de segurança, entre outros.

Por um lado, um pensar as catástrofes naturais como um fenómeno intimamente ligado aos níveis de vulnerabilidade crónica de cada contexto. Por outro lado, um pensar a existência de multi-crisis, o papel dos agentes de desenvolvimento e da ação humanitária, os fluxos de ajuda e de intervenção e a escassez de recursos financeiros.

1.2 O Problema, a Pergunta de Partida e Objetivos do Estudo

As multi-crisis estão cada vez mais presentes no quotidiano e os seus efeitos refletem-se direta e indiretamente nos territórios, mesmo naqueles geograficamente mais distantes dos epicentros das crises. As dependências e as estreitas relações internacionais, tornam as multi-crisis complexas e com um desenrolar difícil de prever.

Vários são os estudos que argumentam em prol de medidas antecipatórias, portanto, medidas acionadas antes da ocorrência de um choque ou crise, em prejuízo das medidas *ex-post* (FAO, 2021a; Lawlor et al., 2017; Levine et al., 2020; Pople et al., 2021; Thalheimer et al., 2022; Weingärtner et al., 2020; Weingärtner e Wilkinson, 2019).

Embora as ações *ex-ante* apresentem uma lógica de prevenção e proteção, ao contrário das ações *ex-post* que assentam numa lógica de reação e reconstrução (FAO, 2021a), estas são acionadas na iminência de um evento e, portanto, tornam-se insuficientes perante a imprevisibilidade das multi-crisis.

Sendo as multi-crisis um conjunto de eventos e interações imprevisíveis, são mais equivalentes a processos longos, multidimensionais e cumulativos do que a eventos iminentes e balizados no tempo e no espaço, com um início e fim.

No âmbito da agricultura, especificamente da agricultura de subsistência, as medidas intervencionistas prendem-se comumente com a tentativa de resolução dos problemas mais imediatos ou mais óbvios (transferências de dinheiro que ajudam os agricultores a armazenar as suas colheitas ou os pescadores a armazenar os seus barcos e equipamento antes de uma tempestade, kits agrícolas que ajudam as famílias em zonas de conflito a produzir alimentos mais perto de casa, alimentos e programas de vacinação para animais, etc.); porém sem abordar o cerne ou as raízes das vulnerabilidades existentes, e sem considerar que o quotidiano, com os respetivos níveis e oscilações de resiliência e vulnerabilidade, é um processo multidimensional em permanente construção.

A situação das sociedades agrárias Africanas vai-se agravando à medida que a sua capacidade de produção se torna cada vez mais precária a cada catástrofe natural. Com uma capacidade de resposta e adaptação frágil, acentuam-se, por um lado, os quadros de insegurança alimentar e a debilidade dos sistemas alimentares e, por outro lado, as dependências e a subserviência em prejuízo da capacidade auto-organizativa destas sociedades, que vão perdendo a elasticidade e os mecanismos endógenos que permitem a sua reprodução social e *cosmológica*.

Ainda assim, mesmo em contextos vulneráveis, com uma cumulação de conflitos, convulsões sociais, projeções de crises internacionais, catástrofe naturais, dependência dos ditames externos e deslocamentos forçados, as sociedades agrárias Africanas têm assegurado a sua existência e as suas estruturas tradicionais, ainda que uma existência permeável a mudanças e não uma existência estática.

Mediante uma catástrofe natural estas sociedades coexistem com uma panóplia de atores externos que desenham o formato das intervenções e direcionam os fluxos de apoio. Nem sempre esta coexistência é sinónimo de diálogo e de alinhamento entre as formas de perceber e gerir os eventos.

A frequência e intensidade das múltiplas crises, assim como, o desalinhamento frequente entre as intervenções e o contexto, têm demonstrado que os formatos de apoio e intervenção utilizados à data não são sustentáveis a médio e longo prazo. A relutância dos doadores e o esgotamento dos financiamentos, são indícios de que não haverá como continuar a pensar as intervenções e o desenvolvimento induzido da mesma forma, e que são necessários novos métodos e mecanismos. Portanto, novas formas que sejam de facto uma parte integrante da realidade diária e que abordem a vulnerabilidade crónica para uma transformação sistémica.

Face às diferentes dinâmicas e perceções das sociedades agrárias Africanas e dos atores externos, coloca-se a seguinte pergunta de partida:

Que dinâmicas fazem parte do regresso às práticas agrícolas após um evento natural e como as sociedades agrárias Africanas e os atores externos percecionam cenários de catástrofe natural e a agricultura *pós*-catástrofe?

De forma a responder, definiu-se como objetivo geral compreender as dinâmicas subjacentes aos processos agrícolas em cenários de catástrofe natural e analisar, de uma perspetiva sistémica, os mecanismos e estratégias utilizadas pelos agricultores de subsistência no regresso às práticas agrícolas.

Como objetivos específicos definiu-se:

- i) Compreender as perceções e interpretações atribuídas aos eventos naturais pelos agricultores de subsistência;
- ii) Compreender o papel da dimensão cosmológica na interpretação e gestão das catástrofes naturais e da agricultura *pré* e *pós*-catástrofe;
- iii) Identificar os diferentes *coping mechanisms* utilizados pelos agricultores de subsistência;
- iv) Analisar a vulnerabilidade cumulativa e a relação da fase *pré* e *pós* catástrofe;
- v) Relacionar as narrativas dos agricultores de subsistência com os apoios e intervenções externas;
- vi) Avaliar se existe fricção ou diálogo entre as intervenções e os agricultores de subsistência, tanto na gestão de cenários de catástrofe natural como no regresso às práticas agrícolas;
- vii) Analisar que mecanismos são potencializadores ou limitadores de uma agricultura *pré* e *pós*-catástrofe.

1.3 Estrutura do Trabalho

O presente estudo encontra-se estruturado em treze capítulos.

O primeiro capítulo diz respeito à introdução, que inicia com uma breve apresentação das linhas teóricas da investigação, de alguns dos conceitos chaves e das principais problemáticas abordadas. Seguem-se a justificação e relevância do estudo, o problema, a pergunta de partida e os objetivos do estudo. Termina-se o capítulo com a apresentação da estrutura do estudo.

O segundo capítulo é dedicado à explanação da metodologia selecionada para a realização da investigação. Apresenta-se o objeto de estudo teórico, as opções metodológicas, a operacionalidade da pesquisa e as técnicas e métodos da pesquisa, nomeadamente as técnicas de recolha e análise de dados. São ainda apresentadas as considerações éticas e as limitações do estudo.

O terceiro capítulo é norteado pelo debate dedicado à definição e delimitação do conceito de catástrofe natural. O capítulo engloba diferentes perceções e interpretações sobre o que são eventos naturais, a distinção entre eventos naturais e catástrofes naturais, e a intelecção de catástrofe natural como *construção societal*. Procede-se ainda ao enquadramento teórico de conceitos chave, nomeadamente os impactos e a terminologia associada aos mesmos, o conceito de risco, vulnerabilidade e resiliência.

No quarto capítulo clarifica-se a definição de sociedades agrárias Africanas para que fique claro os contornos do estudo. É apresentado o enquadramento teórico à luz do debate da *questão agrária* e da *questão agrária Africana*, discutindo-se ao longo do capítulo as concordâncias e as divergências em relação ao próprio conceito. Conclui-se o capítulo fazendo-se referência aos processos de produção, reprodução e acumulação destas sociedades.

No quinto capítulo situa-se a problemática das sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural, apresentando-se uma caracterização em três vertentes. Primeiramente realiza-se a caracterização das vulnerabilidades no contexto da África Subsariana, onde é discutido o acesso a recursos, a capacidade produtiva, o enquadramento político e socioeconómico, e a questão da vulnerabilidade multidimensional, que comporta uma dimensão económica, uma dimensão climática, uma dimensão política e uma dimensão social. Segue-se uma caracterização dos impactos das catástrofes naturais na agricultura, que engloba questões como as consequências em cascata e os quadros de insegurança alimentar. E, por último, uma caracterização das implicações das catástrofes naturais no tecido social, sendo esta caracterização norteada por dimensões como memória social, inconsciente coletivo, colapso

societal, estruturas tradicionais, *coping mechanisms coletivos*, auto-organização e reprodução social.

O sexto capítulo, dedicado ao desenvolvimento e à ajuda humanitária como intervenção, apresenta do ponto de vista teórico-conceptual algumas problemáticas associadas ao paradigma do desenvolvimento e à intervenção externa, embora sem pretensão de se apresentar exaustivamente as diferentes fases e teorias do desenvolvimento. A tónica é atribuída à discussão dedicada ao desalinhamento entre as intervenções externas e as realidades dos contextos sociais e culturais das diferentes geografias. Este capítulo comporta ainda uma reflexão sobre o papel dos media na rotulação, comunicação e exploração dos eventos naturais extremos.

No sétimo capítulo é realizada uma análise, de índole comparativo, sobre o meio mais utilizado pela intervenção humanitária e pelas intervenções para o desenvolvimento para chegar às populações em contextos vulneráveis e afetadas por diferentes choques e crises – as transferências. Este capítulo inicia com um breve enquadramento às transferências em género, *vouchers* e dinheiro, e termina com a discussão dedicada aos diferentes formatos de operacionalidade e distribuição, contemplando temáticas como as remessas e os serviços de dinheiro móvel.

No oitavo capítulo é realizada uma caracterização do contexto Moçambicano. É apresentado o percurso histórico do país, os processos políticos, económicos e sociais que foram moldando a realidade Moçambicana. Conclui-se o capítulo com uma contextualização da agricultura, com predominância da agricultura de subsistência.

No nono capítulo a tónica continua a ser o contexto Moçambicano, mas aborda-se especificamente as catástrofes naturais no país. Este capítulo inicia com um levantamento do tipo de eventos naturais extremos que ocorreram entre 1956 e 2022, um levantamento dos impactos das catástrofes naturais entre 1980 e 2022, e um levantamento das incidências por província, também entre 1980 e 2022. Termina-se o capítulo com uma revisão histórica sobre a gestão e resposta de Moçambique a catástrofes naturais.

No décimo capítulo procede-se para o estudo de caso *instrumental*, o distrito de Búzi. É realizada uma breve contextualização e caracterização do distrito e do tecido social, fazendo-se referência às características ambientais e climáticas, à demografia, às infraestruturas, às estruturas e autoridades tradicionais, ao acesso à terra, à produção agrícola e à subsistência. Termina-se o capítulo com um enquadramento às catástrofes naturais no distrito de Búzi.

O décimo primeiro capítulo diz respeito aos resultados do estudo e engloba a descrição e análise dos resultados.

No décimo segundo capítulo são discutidos os resultados à luz do referencial teórico. Conclui-se o capítulo com uma breve nota sobre um possível *basic income* em Moçambique.

Por último, no décimo terceiro capítulo, apresentam-se as conclusões e algumas considerações para futuras pesquisas.

2. Metodologia

O processo de produção de conhecimento científico envolve uma panóplia de escolhas metodológicas. Os métodos adotados foram definidos de forma a responder aos objetivos propostos e de forma a responder ao índole da investigação, que se assume mais como um *corpus* teórico do que um trabalho empírico.

2.1 Objeto de Estudo Teórico

A construção teórica do objeto de estudo teve como base uma revisão sistemática da literatura e os debates vigentes. A revisão da literatura contemplou literatura académica, técnica e literatura cinzenta, assim como, relatórios de avaliação das necessidades pós-catástrofe e relatórios governamentais. Também foram consultadas bases de dados online, entre as quais, a *Emergency Events Database (EM-DAT)* do Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED)² e a *Our World in Data*³.

Iniciou-se o processo de investigação com três linhas conceituais - as catástrofes naturais, as sociedades agrárias Africanas e o acesso a recursos. À medida que se foi desenvolvendo o objeto de estudo teórico e que se foi estabelecendo associações e articulações, novas indagações foram surgindo.

Os caminhos condutores da investigação acabaram por enveredar por uma outra senda dedicada às transferências de dinheiro e à ulterior reflexão sobre o *basic income*.

Nas linhas conceituais identificaram-se quatro elementos que se procurou relacionar e estabelecer um diálogo – *pré* e *pós*-catástrofe como um único processo, peritos externos e fluxos de apoio, perceções dos agricultores de subsistência, e recursos financeiros.

² <https://www.emdat.be/>

³ <https://ourworldindata.org/natural-disasters>

2.2 Opções Metodológicas

A investigação tem Moçambique, mais concretamente o distrito de Búzi, como ponto ilustrativo, não se tratando de um estudo de caso *intrínseco*, mas antes de um estudo de caso *instrumental* (Stake, 2005).

Segundo Stake (2005), o estudo de caso *instrumental* pode levar a uma compreensão mais ampliada de um fenómeno, fornecer perceções sobre um determinado assunto, conduzir a generalizações e construir teorias, ao contrário de um estudo de caso *intrínseco* onde o foco está nas particularidades concretas do caso *per si* como objeto de estudo. Nas palavras do autor

I use the term instrumental case study if a particular case is examined to provide insight into an issue or to redraw a generalisation. The case is of secondary interest, it plays a supportive role, and it facilitates our understanding of something else. The case still is looked at in depth, its contexts scrutinised and its ordinary activities detailed, but all because this helps us pursue the external interest. The case may be seen as typical of other cases or not. (...) Here the choice of case is made to advance understanding of that other interest. We simultaneously have several interests, particular and general. (Stake, 2005, p. 445).

Neste sentido, como um estudo de caso *instrumental*, o distrito de Búzi especificamente e Moçambique de forma mais ampla, servem-nos para ilustrar o problema da ocorrência de multi-crises, e de como uma sucessão e sobreposição de crises requer outras formas de pensar e lidar com o *pré* e *pós* catástrofe. Portanto, não se trata de um estudo de caso que se debruça sobre o distrito de Búzi ou Moçambique *per si*, mas antes que se dedica a refletir sobre novos métodos e novas formas de olhar para aquilo que são as catástrofes naturais, o papel dos peritos externos, a perceção das sociedades agrárias Africanas em tais situações, e a paisagem onde todos estes elementos coexistem, interferem e se influenciam.

Um estudo de caso *instrumental* que trata uma questão mais ampla e que extrapola os limites geográficos e sociais do contexto Moçambicano, procurando elucidar fenómenos similares.

Parte-se da investigação micro para contribuir para a macro e para o quadro geral e abstrato da temática (Bryant e Charmaz, 2007).

Tendo como estratégia de investigação um estudo de caso *instrumental*, optou-se por adotar uma abordagem qualitativa.

Estudos de caso e uma abordagem qualitativa permitem uma lógica indutiva de investigação, permitem colocar questões como *porquê* e *como* sem estarem previamente balizadas (Yin, 1984), e permitem ainda incluir na pesquisa as várias componentes sociais (Brannen, 2010).

Os procedimentos qualitativos visam uma maior profundidade e amplitude dos dados, e possibilitam analisar a percepção das populações sobre os eventos e os significados atribuídos (Brannen, 2010; Flyvbjerg, 2010).

Para Brannen (2010), os dados qualitativos são usados para compreender processos sociais.

No presente estudo, a escolha de métodos qualitativos permitiu compreender os processos sociais subjacentes ao regresso às práticas agrícolas aquando um evento natural extremo, incluindo a reprodução social e a *reprodução cosmológica* (Florêncio, 2008, 2004). Permitiu ainda abordar a percepção da população sobre os eventos e os *coping mechanisms* utilizados para lidar com os mesmos; não só *coping mechanisms* mais práticos e ligados à sobrevivência física, como também *coping mechanisms* ligados às estruturas e sistemas tradicionais que pretendem não só dar sentido aos eventos, como também guiar a agência humana perante a incerteza e assegurar uma conduta social específica.

Embora o estudo tenha como caso ilustrativo, caso *instrumental*, o distrito de Búzi, os dados qualitativos recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas, permitiram discutir linhas teóricas e concetuais mais amplas, nomeadamente as lógicas do pensar o *pré* e o *pós* catástrofe, as intervenções externas e o *basic income* como estratégia de *Redução de Risco de Catástrofe*.

Uma reflexão teórica que pode ser uma contribuição para pensar outras regiões geográficas.

De acordo com Gobo (2010), a possibilidade de *generalização* na investigação qualitativa diz respeito à *generalização* das estruturas gerais que podem ser observadas noutros casos, e não de práticas sociais individuais, que são apenas um exemplo dessa estrutura.

Não se trata, portanto, de uma *generalização* baseada em estatísticas, mas antes do que Yin (1984) designa de *generalização analítica* - *generalização* de resultados a partir dos quais se pode gerar proposições teóricas aplicáveis a outros contextos.

No caso da presente investigação, esta *generalização analítica* possibilita proposições teóricas sobre a produção agrícola em contextos onde os eventos naturais extremos são sazonais, sobre a vulnerabilidade cumulativa e a existência de multi-crisis, sobre o papel dos

agentes de desenvolvimento e da ação humanitária, sobre os fluxos de ajuda e de intervenção, sobre a escassez de recursos financeiros e sobre o *basic income*.

Um estudo de caso *instrumental* que, com a utilização de métodos qualitativos, procura buscar uma amplitude que permita pensar contextos com multi-crisis e as próprias dinâmicas e premissas do desenvolvimento, propiciando uma *generalização analítica*.

2.3 Técnicas e Métodos da Pesquisa

Para a realização da investigação utilizou-se como técnica de recolha de dados Entrevistas Semiestruturadas, e como técnica de análise de dados a Análise de Conteúdo.

2.3.1 Técnica de Recolha de Dados - Entrevistas Semiestruturadas

A entrevista semiestruturada é caracterizada pelo seu nível de flexibilidade integrado numa estrutura pré-definida. Um guião que é previamente preparado, mas que permite que sejam adicionadas perguntas e que haja uma alteração na sequência das mesmas à medida que são detetados pontos de interesse a serem explorados no discurso do entrevistado (Bryman, 2012).

A tónica é atribuída na forma como o entrevistado enquadra e compreende as questões e os acontecimentos, portanto, no que considera importante para explicar e compreender os eventos e situações. Um processo de entrevista flexível onde são explorados acontecimentos, comportamentos, opiniões, perceções, significados e padrões (Bryman, 2012).

Nesta tipologia de entrevista, tendencialmente são utilizadas *perguntas abertas* de forma a potencializar a partilha e a fluência do discurso do entrevistado para que se obtenha uma leitura mais completa do fenómeno em estudo (Bryman, 2012).

Especificamente sobre a preparação e resposta a catástrofes, Chamlee-Wright e Storr (2011) referem que as entrevistas semiestruturadas permitem compreender de forma mais clara que normas sociais, ferramentas culturais e outros recursos socialmente incorporados são ativados e utilizados em estratégias de recuperação individual e recuperação coletiva.

As entrevistas semiestruturadas permitem aceder às narrativas coletivas dominantes utilizadas pelas pessoas para enquadrar esforços de recuperação (Chamlee-Wright e Storr, 2011).

2.3.2 A Investigação na Prática – Operacionalidade da Recolha de Dados

A investigação foi marcada por duas condicionantes externas que inevitavelmente interferiram no seu decurso, nomeadamente a pandemia de COVID-19 e a calendarização da bolsa de investigação⁴.

À data da recolha de dados, a pandemia de COVID-19 obrigou a repensar os meios para a concretização das entrevistas semiestruturadas, tendo sido adotadas estratégias que permitiram a sua realização sem serem necessárias deslocações e uma presença física.

Salvaguarda-se que apesar de não ter conduzido as entrevistas presencialmente, a investigadora já tinha estado em Moçambique em trabalho⁵ por um período de dois meses.

A bolsa de investigação contemplava inicialmente um período de três anos – de Novembro de 2019 a Agosto de 2022. Todavia, na fase final do suposto último ano da bolsa (Maio 2022), a duração do programa doutoral em Estudos Africanos passou de três para quatro anos. A bolsa acompanhou esta modificação e foi atribuída por mais um ano (de Setembro 2022 a Agosto 2023), mas sem aviso prévio.

Ainda que no ano adicional da bolsa a situação epidemiológica da Covid-19 estivesse já mitigada e as restrições a nível das deslocações estivessem reduzidas, a investigação estava desenhada e em desenvolvimento de forma a ser cumprido o prazo de conclusão ao final de três anos. Como tal, aquando da mitigação das restrições, coincidente com o ano adicional da bolsa, as entrevistas já tinham sido realizadas e os dados recolhidos.⁶

Optou-se por dedicar o último ano da bolsa, o ano adicional, ao desenvolvimento e aprofundamento da investigação com os dados já recolhidos e disponíveis, o que permitiu dar continuidade à análise com uma maior articulação e exponenciação das linhas de pesquisa.

Um ano extra que possibilitou buscar e explorar novos aspetos sobre o universo da pesquisa.

Os constrangimentos foram contornados com o uso de diferentes estratégias, e foram assim realizadas entrevistas semiestruturadas a dois perfis de entrevistados.

⁴ Bolsa de Mérito a Estudantes do 3º ciclo atribuída pelo ISCTE-IUL (de Novembro 2019 a Agosto 2023), e que se destina a apoiar uma investigação conducente à obtenção do grau de doutor, realizada no âmbito do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL).

⁵ A investigadora conta ainda com outras experiências de trabalho de campo, nomeadamente no Gana, em Timor-Leste e na Indonésia.

⁶ Se a bolsa tivesse contemplado desde o seu início um período de quatro anos, o planeamento e a gestão das fases de pesquisa tinham acompanhado essa baliza temporal, e, como tal, a recolha de dados no terreno poderia ter sido efetuada mais tardiamente e, portanto, teria sido possível concretizá-la presencialmente.

Em ambos os grupos, as questões abrangeram as três linhas conceituais presentes na investigação - as catástrofes naturais, as sociedades agrárias Africanas e o acesso a recursos (que posteriormente conduziu à reflexão dedicada às transferências de dinheiro e à ulterior reflexão dedicada ao *basic income*) – tendo sido exploradas em estreita associação e articulação.

Foram desenhados guiões especificamente para cada um dos grupos⁷. No grupo a) *Peritos externos* foram feitas algumas modificações de acordo com o perito a ser entrevistado. De forma semelhante, também no grupo b) *Agricultores de subsistência*, no caso das entrevistas realizadas aos líderes de comunidade, foram acrescentadas algumas questões alinhadas com as suas funções de norma social e com o seu papel de índole mágico-religioso.

Os grupos de entrevistados:

- a) Peritos externos – Como exposto, a pandemia de COVID-19 compeliu a repensar os meios para a concretização das entrevistas semiestruturadas. Com este grupo de participantes as entrevistas foram conduzidas através da plataforma online Zoom. Pelo perfil do grupo, foi possível utilizar esta tecnologia como estratégia de contingência, assegurando-se assim a concretização das entrevistas à distância sem comprometer o contacto com os entrevistados.

Foram realizadas catorze entrevistas a diferentes intervenientes relevantes para a linha de pesquisa.

A amostra foi definida de forma a incluir representantes dos vários atores presentes na arena das intervenções e na paisagem organizacional, nomeadamente ONGs e organizações internacionais, o Estado, instituições de análise de risco, academia e investigadores (Tabela 2.1).

Peritos que pensam sobre e intervêm no território, seja através de políticas públicas ou intervenções no terreno, e que estão envolvidos em tomadas de decisão de como intervir, o que fazer, quando fazer e quem envolver. Portanto, peritos que, em diferentes formatos, lidam com cenários de catástrofe natural e dialogam com os territórios, respetivas dinâmicas e populações.

Com as entrevistas orientadas para este grupo, tinha-se como intento explorar os papeis, influências e interferências dos vários atores, recolhendo-se informações sobre a sua perceção da realidade e quotidiano da população entrevistada, sobre as vulnerabilidades do contexto Moçambicano, opinião sobre as dinâmicas sociopolíticas, opinião sobre a

⁷ Guiões disponíveis na secção dos anexos. Anexo A, pág. 342.

intervenção humanitária e sobre as intervenções para o desenvolvimento, dinâmicas de operacionalidade e fluxos de apoio.

As entrevistas ocorreram online entre os meses de Junho e Agosto de 2021, duas foram realizadas entre Setembro e Novembro de 2022. O tempo médio de duração das entrevistas foi de uma hora.

As entrevistas foram realizadas em português, excetuando uma que se realizou em inglês, não tendo sido por isso necessário recorrer a tradutores.

Com o devido consentimento dos participantes, as entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas.

Tabela 2.1. Peritos externos entrevistados

	Nome	Função	Organização / Instituição	Data da Entrevista
ONGs e Organizações Internacionais (9)	Pedro Matos	Humanitarian assistance coordinator	PAM	27/06/2021
	Lara Carrilho	Avaliação e monitorização de vulnerabilidades	PAM Moçambique	16/06/2021
	Marta Guivambo	Assistência emergência e desenvolvimento	PAM Moçambique	23/06/2021
	Boavida Chambal	Gestão de catástrofes naturais	Cruz Vermelha de Moçambique	15/09/2022
	Carlos Almeida	Coordenador de Moçambique	HELPO Moçambique	23 /07/2021
	Hélia Seda	Área da saúde materna e infantil e nutrição	HELPO Moçambique	25/06/2021
	Joana Clemente	Coordenadora geral executiva	HELPO	18/06/2021
	Ondina Giga	Investigação e desenvolvimento	HELPO	21 /06/2021
	Filipe Magalhães	Diretor de projetos e programas de Moçambique - Saúde mental e resposta a emergência	IsraAid Moçambique	06/08 /2021
Estado (1)	Pedro Daniel Dzucule	Diretor nacional de Desenvolvimento familiar	Ministério da Agricultura e de Desenvolvimento Rural de Moçambique	22/06/2021

Instituições de Análise de Risco (1)	Isabel Gomes	Sustentabilidade e projetos de desenvolvimento	CIMA Research Foundation Communication & Sustainability, Itália	07/07/2021
Academia & Investigadores (3)	João Mosca	Professor e investigador	Observatório do Meio Rural, Moçambique	15/01/2021
	João Carlos Colaço	Professor e investigador	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	17/06/2021
	Joseph Hanlon	Professor e investigador	Open University, Reino Unido	22/11/2022

Autor: Sara Bernardo

b) Agricultores de subsistência – A pandemia de COVID-19 veio interferir totalmente na exequibilidade da pesquisa de terreno.

Pela impossibilidade de deslocação a Moçambique, como estratégia de contingência para a realização das entrevistas e recolha dos dados, optou-se por trabalhar em colaboração com a Sociedade & Território Consultoria, Lda. (S&T)⁸ baseada em Maputo.

Optou-se pela S&T por ter sido fundada pelo Ratmir Cuna e pela Kenia Caroline Silva, dois colegas que frequentaram o mestrado e o doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE e que, portanto, estão inteirados sobre as temáticas, linhas de pesquisa,

⁸ A S&T é uma *empresa de Gestão Social cujo principal objectivo é mediar as relações entre os diferentes intervenientes de um dado território prezando sempre pela escuta das diferentes partes envolvidas e interessadas, no diálogo, negociação e estabelecimento de parcerias para o alcance dos objectivos preconizados em um dado plano, projecto e ou acção.* (Sociedade & Território Consultoria, Lda., n.d.).

A S&T desenvolve estudos e pesquisas, trabalhos de gestão territorial, monitorização e avaliação, comunicação e relacionamento com comunidades, e gestão fundiária e processo de edificação.

As várias vertentes dos serviços são realizadas em todas as províncias de Moçambique, havendo um vasto conhecimento de todas as regiões, e para todo o tipo de intuições e atores, nomeadamente o governo Moçambicano e organizações internacionais como a *World Vision*.

A equipa da S&T é constituída por Moçambicanos formados em ciências sociais e conhecedores dos idiomas locais, das especificidades regionais e das dinâmicas sociais. Os colegas fundadores, Ratmir Cuna e Kenia Caroline Silva, mantêm um contacto contínuo com as equipas de trabalho e acompanham de perto as pesquisas realizadas.

Uma vez que na presente investigação é discutida a utilização dos serviços de dinheiro móvel, o pagamento à S&T foi feito por meio desta tecnologia, mais concretamente por via M-pesa. Houve, portanto, a experiência na primeira pessoa de como estes serviços funcionam e de como facilitam os fluxos de dinheiro, incluindo fluxos internacionais enviados diretamente para os recetores. Acrescenta-se ainda que as taxas cobradas na transferência foram significativamente mais baixas do que aquelas cobradas pelos sistemas bancários, tanto para o recetor como para a investigadora.

<https://set.co.mz/>

investigação académica e metodologias utilizadas nas ciências sociais e especificamente em Estudos Africanos.

Os dois colegas são de confiança e desenvolvem um trabalho de alta qualidade.

Fundaram a S&T com base na sua formação académica do ISCTE e com base no seu conhecimento vasto do território Moçambicano. Ambos têm um conhecimento riquíssimo sobre as especificidades regionais, as dinâmicas sociais e os idiomas das diferentes regiões do país. Portanto, dotados de um olhar próximo das populações e mais conhecedor das realidades Moçambicanas.

A colaboração com a S&T e o trabalho de recolha de dados envolveu várias etapas:

- Teve-se conhecimento da S&T quando os colegas Ratmir Cuna e Kenia Caroline Silva, deram uma aula sobre metodologia no primeiro ano do doutoramento da investigadora e apresentaram a S&T. Nesse momento, o trabalho apresentado suscitou interesse, mas não foi considerado como opção, uma vez que no início do doutoramento ainda não se tinha instalado o problema da pandemia de COVID-19.
- Aquando da pandemia de COVID-19, iniciou-se um processo de reflexão sobre como se iria concretizar a pesquisa de terreno e conduzir as entrevistas. Depois de um longo processo de dúvidas, questões e de ponderação sobre as implicações éticas e até sobre os impactos a nível pessoal de não se realizar o trabalho presencialmente, estabeleceu-se por email o primeiro contacto com a S&T.
- Após a troca de alguns emails e algumas reuniões online, optou-se então por iniciar a colaboração com a S&T para a realização das entrevistas semiestruturadas e recolha dos dados.
- Procedeu-se à apresentação da investigação em curso, dos objetivos e da linha de pesquisa. Foram também apresentados os guiões desenhados pela investigadora para a realização das entrevistas.
- O processo de trabalho com a S&T foi sempre pautado por um trabalho em equipa, por uma comunicação aberta e constante, e uma partilha diária do ponto de situação. Houve um diálogo contínuo ao longo de todo o processo e de todas as etapas.
- Quando necessário procedeu-se a uma nova conversa com os entrevistados para o aprofundamento de algumas questões ou esclarecimento de informações.

- O processo das entrevistas iniciou-se com o contacto com os líderes das comunidades. Nesses primeiros encontros foram explicados os objetivos do estudo e foi pedida permissão para efetuar o mesmo.
Estes encontros foram também momentos direcionados para que se pudesse receber dos líderes das comunidades orientações sobre que condutas e procedimentos adotar considerando o contexto sociocultural.
- Esta concertação e envolvimento das lideranças tradicionais foi essencial para a entrada em campo, para recolher informações adicionais que facilitaram o desenvolvimento das entrevistas e para a identificação e mobilização de participantes.
- Seguiram-se as visitas às famílias e a realização das entrevistas, que foram conduzidas nas habitações dos participantes.
Embora nas habitações estivessem os vários membros do agregado familiar (poligâmico ou não), as entrevistas foram orientadas para um dos membros com o intuito de se obter perceções à escala individual e de se alcançar uma maior representatividade de diferentes agregados familiares, alcançando desta forma um maior conjunto de narrativas sobre os eventos.
- Foram realizadas cinquenta e três entrevistas, das quais três a líderes de comunidade. Os entrevistados residem em dez comunidades diferentes: Bunha, Inharôngue, Patarucue, Mada, Munamicua, Chirimonio, Matire, Gangua, Fumo e Campo de reassentamento Chirimonio.
- A amostra foi definida com base em dois critérios: praticarem uma agricultura de subsistência e terem sido afetados por eventos naturais nos últimos dez anos.
- Para a seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica de amostragem *bola de neve*, uma técnica onde, seguindo os critérios e pontos relevantes para a investigação, os entrevistados propõem outros participantes e assim sucessivamente (Bryman, 2012). O envolvimento dos líderes da comunidade, lideranças tradicionais, foi essencial para o desenrolar deste processo.
- Com as entrevistas orientadas para este grupo, tinha-se como intento explorar as narrativas dos entrevistados, recolhendo-se informações sobre uma componente mais tangível – danos, perdas, produção agrícola, acesso a recursos, estratégias de sobrevivência e fluxos de ajuda - e uma componente mais intangível – perceção dos eventos, experiências individuais e coletivas, atribuição de sentido

e significados, memória coletiva, narrativas coletivas, normas sociais e ancestralidade.

- As entrevistas ocorreram durante o mês de Julho de 2021. O tempo médio de duração das entrevistas foi de quarenta e cinco minutos.
- As entrevistas foram realizadas em ndau, idioma falado pelos entrevistados, e posteriormente traduzidas para português pelo entrevistador.
- Com o devido consentimento dos participantes, as entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas.
- Além do registo áudio, foi efetuado algum registo fotográfico⁹.
- Ao término das entrevistas, foi entregue pela S&T um relatório final com os procedimentos utilizados e todo o processo de trabalho.
- A estratégia de contingência utilizada para a realização das entrevistas a este grupo, não permitiu o contacto direto com os entrevistados. Por outro lado, a recolha de dados assentou numa parceria entre a investigadora e um serviço local especializado; uma articulação entre os guiões desenhados pela investigadora e um serviço mais próximo da realidade dos entrevistados.

2.3.3 Técnica de Análise de Dados – Análise de Conteúdo

As entrevistas semiestruturadas foram analisadas através do método de análise de conteúdo.

Este método de tratamento de dados é utilizado em pesquisas qualitativas para se obter uma categorização do fenómeno ou dos fenómenos em estudo (Bryman, 2012).

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo possibilita que o investigador obtenha um olhar duplo, já que permite

compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura "à letra", mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano. (...) [O]utros "significados" de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc. (Bardin, 2011, pp. 47–48).

⁹ Fotografias disponíveis na secção dos anexos. Anexo B, pág. 359.

A análise de conteúdo permite, portanto, não apenas a compreensão do sentido literal dos dados, mas também a procura de outras significações e inferências.

No presente estudo, a análise de conteúdo efetuada seguiu as três fases propostas por Bardin (2011). Na *pré-análise*, realizou-se a tradução e transcrição das entrevistas, organizaram-se os dados e realizou-se uma *leitura flutuante*.

Na *exploração do material*, realizou-se a *codificação*, utilizando como *unidades de registo* palavras e temas, e a *categorização* do material, onde foram adotados três critérios para a escolha de categorias – *agrupamento semântico*, *agrupamento por expressão* e *agrupamento por frequência* (Bardin, 2011).

Como proposto por Bryman (2012), na *categorização* do material deixou-se que as categorias surgissem dos próprios dados. Na tabela que se segue são apresentadas de forma simplificada as categorias.

Tabela 2.2. Categorização do material

<i>Categorização do material</i>	
<i>Agrupamento Semântico</i>	
Família	Antepassados
Preocupações	Feitiçaria
Sentimentos	Conduta social
Relação com a terra	
<i>Agrupamento por expressão</i>	
Repetição dos eventos	Recursos financeiros
Acumulação efeitos	Habitação
Fome	Vulnerabilidades/fragilidades
Capacidade produtiva	Necessidades
Recursos	Mecanismos de resposta/ação
<i>Agrupamento por frequência</i>	
Destruição	Insumos
Danos	Cultivos
Perdas	Fluxos de apoio
Agricultura	

Autor: Sara Bernardo

Tanto a *codificação* como a *categorização* do material foram exercidas com recurso ao *Excel*, utilizando-se tabelas, códigos de cores, fórmulas e gráficos.

No *tratamento dos resultados e interpretação*, a terceira fase proposta por Bardin (2011), desenvolveram-se interpretações das temáticas e dos significados. Inferências que consideraram não só o conteúdo manifesto, mas também o conteúdo obduto das entrevistas, procurando-se juntamente explorar o referencial teórico.

Inferências que procuraram trazer articulações, associações e contributos para o objeto de pesquisa.

2.4 Considerações Éticas no Estudo

As preocupações éticas estiveram presentes em todas as fases da investigação. Em todas as entrevistas foi dado aos participantes um enquadramento sobre o estudo e foi pedido o seu consentimento para a realização, gravação e transcrição das mesmas.

Como forma de preservar a confidencialidade dos entrevistados do grupo *b) Agricultores de subsistência*, manteve-se as suas identidades em anonimato e usou-se apenas as iniciais do seu nome e apelido.

Ao longo da investigação deu-se primazia à conservação da autoridade dos discursos dos participantes e dos possíveis significados detidos nas suas palavras; numa busca de uma melhor compreensão do seu universo, tanto o individual como o coletivo.

A ausência da investigadora nas entrevistas realizadas ao grupo *b) Agricultores de subsistência*, pode suscitar algumas inquietações éticas a nível da relação com os participantes, da interpretação dos dados e do próprio papel do investigador.

A decisão de não se ir ao terreno foi tomada para fazer frente às circunstâncias e fatores externos.

O facto de terem sido utilizados guiões desenhados pela investigadora permitiu assegurar o cunho individual, a proximidade com os dados e a coerência com o que se pretendia da pesquisa.

Esta decisão metodológica estratégica suscitou uma reflexão sobre o próprio papel do investigador em campo, principalmente quando necessário recorrer a tradutores.

Ainda que a deslocação ao terreno ocorra, a falta de domínio dos idiomas locais coloca o investigador num papel de inação. Uma presença dependente do tradutor e, portanto, com pouca ou nenhuma interferência nos diálogos.

A deslocação ao terreno relaciona-se, em parte, com a ilusão de controlo e de peritagem que é comumente atribuída aos investigadores. Para ocorrer uma imersão e vínculo com o terreno é necessário um longo período de pesquisa e trabalho de terreno; visitas de um mês refletem mais a imaginação científica dominante do que uma experiência que permite compreender o contexto.

Não obstante de se reconhecer o valor e a relevância da observação em campo, esta é muitas vezes cega às subtilezas das dinâmicas sociais. Há uma panóplia de especificidades e subjetividades que são invisíveis a olhos externos.

A observação do contexto, dos entrevistados e da sua linguagem corporal, enriquece a análise do investigador, mas não deixa de ser apenas a observação através de umas lentes que, mais a norma que a exceção, conduzem a uma análise que fala tanto do contexto em estudo como do próprio investigador.

No caso em concreto da presente investigação, ainda que se conheça o contexto Moçambicano, o contacto com as populações específicas do estudo não tinha precedentes e, como tal, durante um período de tempo considerável a investigadora seria um ‘estranho’ aos olhos dos entrevistados.

A presença do investigador é sempre associada a outros atores, a outras intervenções e a outras experiências. Esta conotação condiciona a perceção dos entrevistados em relação ao investigador.

Esta presença ‘estranha’ e sinónima de associações e leituras preconcebidas, pode alterar as dinâmicas, as condutas sociais e os comportamentos individuais dos entrevistados. Se por um lado, a ausência da investigadora aquando da realização das entrevistas pode ser interpretado como uma carência ou privação para a pesquisa, por outro lado, o facto de as mesmas terem sido conduzidas por alguém mais próximo da realidade e que domina o idioma local, pode ser interpretado como um método que permite que os participantes se sintam mais confiantes e partilhem mais facilmente informações delicadas, nomeadamente as de índole magico-religioso e também aquelas sobre as lideranças tradicionais e agentes externos.

O investigador tem sempre um olhar estrangeiro duplo, com ou sem deslocação ao terreno.

Mama (2007), debruçando-se sobre questões éticas presentes na investigação dedicada a África, suscita questões importantes sobre o papel do investigador e o possível impacto do seu trabalho. Defende que a ética de cada investigador é posta em prática em cada decisão. Escolhas que não são apenas escolhas técnicas, metodológicas e racionais, mas que são também morais e políticas.

Para a autora, embora o trabalho académico de cada investigador reflita as identidades historicamente constituídas e as localizações institucionais e geopolíticas de cada um, há também múltiplas oportunidades para cada investigador se envolver crítica e reflexivamente nas questões éticas à medida que avança na conceptualização dos estudos. Mama refere como exemplo

[W]e might choose to design engaged methodologies that set out to demystify, question, and perhaps challenge global hegemonies, or we might choose to remain disengaged and reject any such responsibility. This, I would argue, is an ethical choice. (...)

Perhaps the best we can do is become more conscious of the ways in which our identities, who we are, influence what we do and how we do it, so as to make more informed ethical choices—about the good and bad of what we do. (...)

[I]t is in the context of profound global and systemic inequality that it seems fair to question whether studying Africa is in fact an ethical thing to do, and to consider the implications of the our identities, locations, and institutional affiliations, as well as the epistemological and methodological constraints and choices that inform such studies. What does our research and knowledge contribute to the various contexts and peoples we study? How do our research activities affect those we study? Can we develop the study of Africa so that it is more respectful toward the lives and struggles of African people and to their agendas, studies that contribute to the good of Africa? (Mama, 2007, p. 7).

Na presente investigação, o processo reflexivo oscilou significativamente entre o questionar a validade do estudo, em parte um reflexo do próprio ego e do gosto pessoal em ir ao terreno, e entre o questionar se de facto a presença da investigadora era assim tão relevante, uma vez que não dominava o idioma local e havia a S&T que dispunha de competência social e de competência metodológica para conduzir as entrevistas.

As estratégias e escolhas metodológicas adotadas, representam, acima de tudo, por um lado uma preocupação de adaptabilidade e, por outro lado, uma preocupação em envolver recursos locais de forma a contribuir para a desconstrução da ilusão da autoridade central do investigador

exógeno, e para que haja a oportunidade de surgirem novas formas de pensar o trabalho no terreno.

Períodos prolongados de crise e multi-crisis são cada vez mais comuns e, como tal, vão exigir um repensar das técnicas de recolha de dados. Estratégias de contingência que permitam a continuação do trabalho de investigação mesmo quando a ida ao terreno deixa de ser viável, serão úteis.

2.5 Limitações do Estudo

A impossibilidade de se realizar presencialmente as entrevistas ao grupo *b) Agricultores de subsistência*, limitou o contacto direto com os participantes e inviabilizou o uso da observação direta como técnica de pesquisa. Se por um lado, estes obstáculos podem ter limitado o acesso à informação, por outro lado, o facto de ter sido um serviço local permitiu não só uma entrada mais célere no terreno como também uma relação de maior proximidade com a população e, portanto, de maior confiança e honestidade.

A barreira linguística foi também uma das limitações do estudo, tendo sido necessário recorrer à tradução das entrevistas. No processo de tradução, e na posterior leitura aos olhos do investigador, as informações partilhadas podem perder algumas das suas nuances mais peculiares e autênticas.

Incluiu-se ao longo da discussão dos resultados vários excertos das entrevistas, representando diretamente a voz dos participantes e privilegiando o estilo narrativo. Uma abordagem que assenta na combinação entre a linguagem académica e a linguagem dos participantes de forma a haver mais ‘vozes’ para além da ‘voz’ da investigadora, portanto, um distanciamento do *papel de autoridade especialista do investigador* (Bryant e Charmaz, 2007).

Inerente ao próprio processo de investigação, está a possibilidade de os entrevistados filtrarem o que é ou não partilhado, portanto, uma seleção e controlo do que escolhem partilhar ou silenciar. Eventos de choque e traumáticos podem ainda levar a uma distorção da realidade e/ou a lapsos de memória que interferem na leitura e partilha da realidade (Bryman, 2012).

Aa narrativas podem apenas ser validadas como uma perspetiva ou prisma da realidade.

De forma semelhante, e transversal a qualquer investigação e método de pesquisa, o enviesamento por parte do investigador é um quesito discutível. O investigador é um veículo de sistema de valores, experiências, sensibilidades, lentes e leituras próprias que eventualmente moldam a sua visão do mundo e compreensão da realidade.

As predisposições éticas do investigador são suscetíveis de serem influenciadas por fatores externos e pela sua própria identidade. As escolhas e decisões tomadas são propensas a ter as marcas das ligações a coletividades definidas (Mama, 2007).

A *subjetividade inescapável* de cada investigador pode enriquecer tanto a recolha como a análise de dados (Strauss et al., 1985), desde que seja enquadrada e que haja uma base de referência ou um nível adequado de competência para ouvir e compreender as nuances dos significados (Bryant e Charmaz, 2007).

A perspetiva do investigador é também apenas uma possível leitura da realidade e uma contribuição para os debates.

Relativamente às entrevistas aos *peritos externos*, não foi possível entrevistar nenhum membro do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres de Moçambique. Foram efetuadas várias tentativas de contacto utilizando diferentes meios, mas nunca se obteve qualquer resposta.

Também se procurou realizar mais entrevistas a membros do Ministério da Agricultura e de Desenvolvimento Rural e a administradores governamentais do distrito de Búzi, como o Secretário Permanente, portanto, ter uma maior representatividade dos atores relacionados ao Estado. No entanto, praticamente nenhum membro demonstrou disponibilidade para ser entrevistado, havendo assim apenas uma entrevista representativa deste grupo de atores.

II

CATÁSTROFES E SOCIEDADES

3. O Que é uma Catástrofe Natural?

O conceito de catástrofe natural¹⁰, conceito nada estanque, tem sofrido várias alterações ao longo da História, sendo alvo de infínitos debates e protagonista de diferentes interpretações.

Os perigos (*hazard*) naturais e tecnológicos são comumente considerados os impulsionadores das catástrofes naturais, portanto, incitadores de alterações significativas nas condições e características dos territórios. Como perigo natural e perigo tecnológico, entende-se um processo, fenómeno ou atividade humana que pode causar danos e perdas a nível da vida humana, dos ecossistemas, das infraestruturas e serviços, assim como, descontinuação sociocultural, descontinuação económica e degradação ambiental (Fiala, 2017; Miththapala, 2008; United Nations General Assembly, 2016; World Bank e United Nations, 2010).

Tanto os perigos naturais como os tecnológicos são caracterizados pela sua localização, intensidade ou magnitude, frequência e probabilidade, e podem ser de origem natural, antropogénica ou socionatural (eventos que combinam fatores naturais e antropogénicos, como por exemplo degradação ambiental e alterações climáticas) (United Nations General Assembly, 2016). Segundo o acordo de Sendai¹¹, os perigos naturais e tecnológicos podem ser organizados em cinco categorias:

¹⁰ A definição de catástrofe distingue-se da de desastre pelo grau de intensidade e destruição. Enquanto um desastre subentende a destruição parcial de uma comunidade ou região e a capacidade de resposta é menos afetada, uma catástrofe implica uma destruição mais ampla, um nível superior de danos e perdas, a capacidade de resposta fica profundamente comprometida e as comunidades deixam de ter as condições necessárias para manter o seu funcionamento, sendo frequentemente necessário assistência internacional (Buckle, 2005; Perry, 2018).

De referir também que o conceito de crise se distingue tanto do de desastre como do de catástrofe, na medida em que diz respeito a um momento ou período de tempo, que pode ser mais ou menos prolongado, de tensão, caos, incerteza e/ou violência. Uma crise pode estar relacionada com diferentes fatores, nomeadamente políticos, económicos e sociais, e também ter diferentes origens, como acidentes tecnológicos, desastres e catástrofes (Quarantelli et al., 2018).

¹¹ A *framework* de Sendai para Redução de Riscos de Catástrofes 2015-2030, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU após a Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução de Riscos de Catástrofes (WCDRR). A Estrutura de Sendai é um acordo voluntário e não vinculativo de 15 anos que reconhece que o Estado tem o papel principal de reduzir o risco de catástrofes, mas que a responsabilidade deve ser compartilhada com outras partes interessadas, incluindo o governo local, o setor privado e outras partes interessadas (UN Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2015).

- 1) Perigos biológicos - de origem orgânica, incluindo microrganismos patogénicos, toxinas e substâncias bioativas. Exemplos são as bactérias, assim como, mosquitos portadores de agentes causadores de doenças.
- 2) Perigos ambientais - incluem perigos químicos, naturais e biológicos. Podem ter origem na degradação ambiental e poluição física ou química.
- 3) Perigos geológicos ou geofísicos - resultam em eventos como por exemplo, terremotos, atividades e emissões vulcânicas, deslizamentos de terra e tsunamis.
- 4) Perigos hidrológicos - culminam em eventos como, ciclones, cheias, secas, ondas de calor e de frio e tempestades costeiras.
- 5) Perigos tecnológicos - têm origem em falhas a nível das infraestruturas, processos e atividades humanas, como por exemplo, radiação nuclear, resíduos tóxicos, falhas nas barragens, incêndios e derramamentos de produtos químicos. Os perigos tecnológicos podem também ter origem nos impactos provocados por um evento natural (UN Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2015; United Nations General Assembly, 2016).

Segundo a FAO (2018), dezanove países e perto de meio bilhão de pessoas são afetadas por crises prolongadas com base em conflitos e violência. Das 815 milhões de pessoas que sofrem de fome crónica à escala global, 146,6 milhões vivem em áreas afetadas por crises prolongadas, 489 milhões vivem em áreas de conflito. Estes cenários encontram-se principalmente no continente Africano (FAO, 2017a). Ainda que consideremos que tal temática merece uma análise e aprofundamento em investigações futuras, optou-se por não desenvolver a mesma pois não constitui parte dos objetivos da presente investigação.

De forma semelhante, embora seja reconhecida a inquestionável relação entre as alterações climáticas e as catástrofes naturais e, embora se reconheça que a primeira é um mecanismo acelerador e agravante da segunda, não se tem como objetivo analisar o influxo da degradação ambiental naqueles que são os perigos e eventos naturais extremos.

Não obstante de se reconhecer a incontestável contribuição de conflitos e da violência crónica, assim como, das alterações climáticas para a devastação da agricultura e da subsistência, doravante optamos por seguir a senda dos perigos naturais e dos eventos naturais extremos por serem dos que mais repercussão têm nas práticas agrícolas e nas sociedades agrárias Africanas (SAA).

O que é ou não considerado uma catástrofe natural revela-se mais ambíguo do que inequívoco, sendo o contexto geográfico e a dimensão sociocultural componentes essenciais naquela que é a perceção e normalização destes eventos.

Da extensa literatura dedicada a esta temática, foram identificadas: as *perspetivas não-modernas* que têm como base fundamentos religiosos, divinos, espirituais e ancestrais, e as *perspetivas modernas* que definem catástrofe natural como um fenómeno de origem científica e social.

Para compreendermos o que são catástrofes naturais é necessário reconhecer o seu processo evolutivo e legitimar, igualmente, ambas as perspetivas.

3.1 Catástrofes Naturais *Não-modernas*

“É seguro assumir que todas as comunidades interpretam os perigos naturais, como uma ameaça?” (Torrence e Grattan, 2003, p. 13).

Segundo Molesky (2015), várias religiões ancestrais, desde a mitologia grega e romana a várias religiões tribais, surgiram em resposta a vários fenómenos naturais. As catástrofes naturais eram interpretadas como ira dos deuses que estavam zangados e enviavam eventos naturais extremos para punir os humanos. Como resposta, os seres humanos, recorrendo a sacerdotes, desenvolveram rituais e sacrifícios para apaziguar e agradar os deuses. Exemplificativamente, o tsunami mais antigo de que há registo e que teve lugar no ano 479ac, foi interpretado como um castigo enviado pelo Deus do Mar *Poseidon* para punir os Persas pelo cerco a Potidaea.

Se por um lado, as catástrofes naturais eram interpretadas como punições e presenças dos espíritos malevolentes, por outro lado, boas épocas de colheita e equilíbrio natural eram considerados como oferendas divinas. Estas interpretações, ainda que mais comuns na antiguidade, mantêm-se presentes na atualidade, já que muitas sociedades rurais, principalmente em países não-ocidentalizados, continuam a realizar rituais e sacrifícios, deixando a sua existência e exposição a possíveis eventos e perigos naturais ser conduzida por forças ancestrais (Dodson, 2007).

Nas regiões onde eventos naturais extremos são frequentes, estes são interpretados como sendo apenas mais um elemento do ciclo natural da coexistência com a Natureza e uma componente da realidade assumida, e não uma ameaça *per si*. Dá-se, portanto, uma aceitação e uma normalização da realidade, que se reflete na forma como as sociedades interagem com cenários de catástrofe e na importância que é atribuída às mesmas.

As sociedades pautadas por esta aceitação e normalização, revelam não só uma maior pré-disposição para permanecer em zonas de perigos naturais eminentes, como preferem também permanecer no território onde têm as suas raízes e matriz étnica em vez de procurarem outras

regiões. Pela relação de apego à terra, pela herança sociocultural e por conhecerem as características do território, muitas sociedades ignoram os perigos naturais em prol de benefícios a médio e longo prazo (Torrence e Grattan, 2003).

Para Arendt e Alesch, esta aceitação está relacionada com a *congruência experiencial coletiva*. Segundo os autores, com o decorrer do tempo e através da herança intergeracional, os indivíduos, por enfrentarem os mesmos perigos amiudadamente, acabam por legitimar certos eventos naturais como a norma. Neste processo de legitimação, é construída uma noção de experiência coletiva, portanto, uma consciência coletiva (2015, pp. 33–36).

Arendt e Alesch ilustram a *congruência experiencial coletiva* com um exemplo- sociedades habituadas a tempestades de neve, não vão considerar uma tempestade fora de época como uma catástrofe, vão achar apenas incomum e vão reagir de acordo com aquela que é a norma perante tais situações. Se, no entanto, uma tempestade de neve ocorrer numa região que não é de todo propícia a tal, essa tempestade terá, certamente, mais impactos pelo facto da sociedade não ter uma memória social que viabilize uma reação de prevenção ou mitigação (2015, p. 33).

Esta *congruência experiencial coletiva* ou consciência coletiva é, portanto, o que permite que as sociedades adaptem comportamentos específicos e mecanismos de prevenção, conscientes e inconscientes, que estão subjacentes no dia-a-dia e que impedem ou mitigam a probabilidade de os perigos naturais culminarem em catástrofes naturais.

Segundo os arqueologistas Torrence e Grattan (2003), o nível de aceitação em relação às catástrofes naturais é passível de ser analisado através da importância que as sociedades atribuem ou não às mesmas na suas tradições, expressões e heranças culturais. De modo exemplificativo, Johnson (2003) conduziu um estudo sobre a comunidade de esquimó-aleútes que habita as ilhas Shumagin, região onde eventos naturais extremos são frequentes. O seu estudo revelou que em oitenta e sete contos e narrativas apenas oito mencionavam eventos naturais extremos, demonstrando que a comunidade não atribui importância significativa aos eventos pois estes fazem parte da sua realidade e de um padrão de ocorrências.

De forma semelhante e segundo Bankoff, para os Filipinos as catástrofes naturais são apenas mais uma componente do seu quotidiano, apenas mais uma experiência de vida. A frequência destes eventos é de tal ordem, que toda a sua cultura e características estão profundamente moldadas à ideia de tempestades como rotina, havendo uma *normalização da ameaça* (2009, p. 265).

Se por um lado, há sociedades que não atribuem especial significado às catástrofes naturais e as normalizam como uma componente do sistema e sem uma ordem cognoscível, por outro

lado, há sociedades que precisam de atribuir um significado e origem para poderem lidar com tais eventos e com a aleatoriedade e incerteza da realidade, processo ao qual Granjo (2004) se refere como *domesticação da incerteza*.

Neste sentido, a magia e a religião têm assumido um papel fundamental para algumas sociedades. As catástrofes naturais continuam a ser interpretadas com base em crenças e mecanismos de fé¹². Por exemplo, o furacão Katrina que em 2005 atingiu Nova Orleães, foi reivindicado por alguns Cristãos como a punição de Deus pelo aborto e pela homossexualidade (Cooperman, 2005), e por alguns Muçulmanos como punição de Allah pelo envolvimento dos E.U.A. no Afeganistão e Iraque (Lopez, 2005).

Como diz Lutzer (2011, p. 9), “(...) [v]emos nas catástrofes naturais, exatamente o que queremos ver.”

3.2 Catástrofes Naturais *Modernas*

O Grande Terramoto de Lisboa em 1755, é apontado por vários autores como um ponto de viragem nas perspetivas modernas sobre as catástrofes naturais. O filósofo Jean-Jacques Rousseau reagiu ao terramoto questionando o papel de Deus e alegando que as consequências do evento eram maioritariamente culpa do ser humano e não da natureza ou de Deus. Jean-Jacques Rousseau, questionando a forma como a cidade de Lisboa estava construída e organizada, deu origem ao debate se os eventos naturais extremos seriam de facto de origem divina ou de origem social (O’Mathúna, 2018).

Com esta mudança de perspetiva, que coloca as catástrofes naturais como fenómenos com origem social, o Grande Terramoto de Lisboa é considerado por muitos a primeira catástrofe natural da Idade Moderna na Europa moderna, tendo sido a primeira em que o Estado assumiu a responsabilidade de mobilizar respostas de emergência e de desenvolver um plano de reconstrução (Cassidy, 2005; O’Mathúna, 2018; O’Mathúna e Gordijn, 2018).

À luz desta perspetiva que inclui a dimensão social, e já desde 1932 com o sociólogo Lowell Juilliard Carr, a definição de catástrofe natural tem sido pensada com base na lógica que os eventos naturais extremos são apenas os elementos catalisadores para a catástrofe e não a catástrofe *per si* (Carr, 1932).

¹² Kar aborda o papel das crenças religiosas e da religião na capacidade de lidar com cenários de catástrofe natural, portanto, como *coping mechanisms*. Recorrer a atividades de índole religioso faz parte do comportamento humano nestes cenários (2013, p. 265).

A definição moderna de catástrofe natural tem as suas fundações nesta interação entre a espécie humana e eventos naturais extremos e, segundo Arendt e Alesch (2015), abrange duas componentes: por um lado, a identificação dos eventos naturais e a caracterização da sua magnitude, intensidade, duração e probabilidade de ocorrência e, por outro lado, a sua definição social em termos de contexto temporal, contexto geográfico, experiência coletiva e em termos de danos e perdas infligidas a uma determinada sociedade.

A componente social diz respeito a toda uma conjuntura que envolve as sociedades e, portanto, inclui todos os fatores que caracterizam as geografias onde estas estão inseridas, nomeadamente os fatores que definem a vulnerabilidade e a capacidade de absorção das sociedades quando deparadas com eventos naturais extremos.

Oliver-Smith e Hoffman (1999) acrescentam ainda que a vulnerabilidade das sociedades é o elemento chave para ocorrer uma catástrofe natural, já que estas só ocorrem no culminar de uma variedade de fatores sociais e com a forma como o ser humano se adapta ou não ao ambiente.

Tendo a vulnerabilidade social como ponto central, a atual definição de catástrofe natural em vigor e reconhecida oficialmente pelas sociedades modernas, é a que foi apresentada no relatório da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2016 na agenda dedicada ao Desenvolvimento Sustentável: *Redução do Risco de Desastres*. As catástrofes naturais são definidas como

Uma perturbação significativa no funcionamento de uma comunidade ou sociedade a qualquer dos seus níveis devido a eventos perigosos que interagem com as condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade da comunidade, levando a um ou mais dos seguintes impactos e perdas: perdas humanas, materiais, económicas e ambientais. (United Nations General Assembly, 2016, p. 13).

Em concordância com o exposto, é considerado que um evento natural extremo culmina numa catástrofe natural apenas se houver sociedades expostas a esse evento, e se essa exposição for acompanhada por um alto nível de vulnerabilidade pré-existente (Wisner et al., 2004).

Alinhados com esta perspetiva, vários autores consideram as catástrofes naturais *construções sociais* que dependem desse nível de vulnerabilidade, distinto em todas as geografias e dotado de uma graduação desigual em todas as sociedades. O nível de vulnerabilidade é definido por todo um conjunto de fatores e características territoriais

(características políticas, sociais, culturais, económicas, físicas), por constrangimentos sociais e pela existência ou inexistência da capacidade de reação, adaptação e superação (Fiala, 2017; Field et al., 2012a, 2012b; Shimoyama, 2003; Torrence e Grattan, 2003; Wisner et al., 1994), sendo essa capacidade substancialmente definida pelos *perfis de acesso*¹³ (Wisner et al., 2004).

3.3 Catástrofes Naturais como *Construções Societais*

A intelecção de catástrofe natural como *construção societal* tem implícito que os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais extremos, depende do perfil da sociedade exposta e respetiva vulnerabilidade.

Desta forma, uma catástrofe natural é uma *construção societal*, na medida em que não basta ocorrer um evento natural extremo (tsunamis, ciclones, secas, etc.) para que haja uma catástrofe natural. É preciso, antes de mais, que haja uma sociedade vulnerável que não tendo as condições necessárias para manter o seu funcionamento mediante um evento natural, acaba num cenário de danos¹⁴, perdas¹⁵ e caos. Portanto, a ocorrência de catástrofes depende de todo um conjunto de fatores e características territoriais históricas, económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais que contribuem e constroem diferentes níveis de vulnerabilidade que caracterizam a vida quotidiana e influenciam os impactos sofridos, assim como, a sua duração.

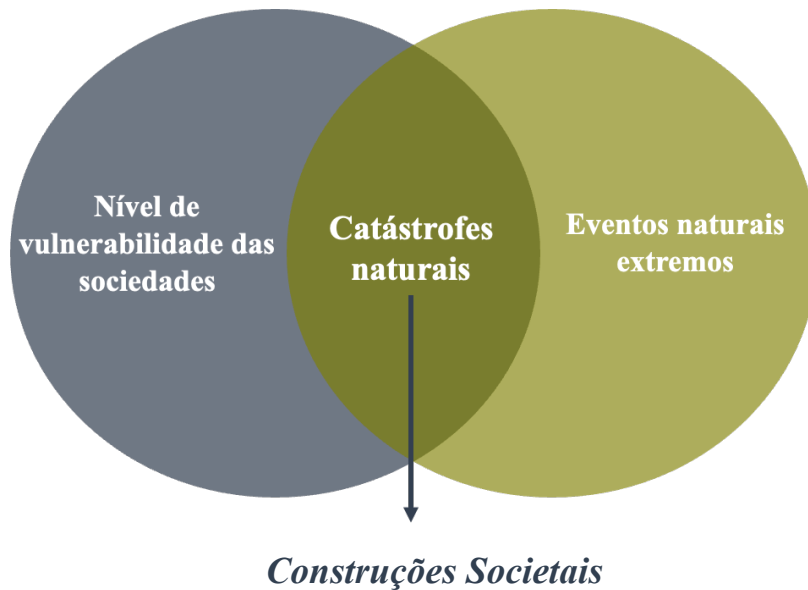
Seguindo esta diretriz, torna-se claro o porquê das sociedades agrárias (SA), mais fragilizadas e com substancial escassez a nível de recursos financeiros e tecnológicos, serem das que mais sofrem mediante catástrofes naturais. De facto, a sua pré-condição de vulnerabilidade define os impactos sofridos e a evolução de eventos naturais extremos para cenários de catástrofe natural.

¹³ Conceito abordado na pág.47.

¹⁴ Danos - destruição total ou parcial de bens e infraestruturas, expresso em custos de substituição e/ ou reparação (FAO, 2017a).

¹⁵ Perdas - mudanças e oscilações nos fluxos económicos que surgem como resultado de uma catástrofe (FAO, 2017a).

Figura 3.1. Catástrofes naturais como *construção societal*



Autor: Sara Bernardo

3.3.1 Impactos

Os impactos e a terminologia associada aos mesmos, encontram-se significativamente presentes naquela que é a interpretação moderna das catástrofes naturais e no alvitre de catástrofe natural como *construção societal*.

Os impactos têm sido classificados de forma universal e através de uma lente tecnocrata, com o argumento que se pretende estabelecer um parâmetro fixo de avaliação que facilite o entendimento e intervenção de múltiplos atores. As categorias classificatórias comumente utilizadas são as seguintes:

- a) Impactos diretos - respeitante a danos e perdas diretamente atribuídas ao evento natural extremo. Inclui impactos sociais como a perda de vidas humanas, redução dos índices de saúde, situações de trauma e perturbações psicológicas; impactos económicos como a descontinuação das atividades económicas e das práticas fontes de rendimento, perda de capital, danos e perdas de infraestruturas e propriedades, e interrupção dos serviços, sendo que o sector agrícola absorve muitos destes impactos, com perdas significativas nas colheitas, nos excedentes agrícolas, nas infraestruturas de armazenamento e nos equipamentos; e impactos ambientais, que inclui a destruição dos solos, contaminação das águas e a perda da biodiversidade e de recursos naturais (Kousky, 2012, pp. 6–8).

- b) Impactos indiretos - podem ter origem nos impactos diretos, exemplificativamente, doenças que surgem pela precariedade das condições sanitárias pós-evento, ou quando uma infraestrutura é destruída e ocorrem consequentes derrames de substâncias invasivas.

Esta categoria abrange também as dinâmicas dos tecidos sociais e os comportamentos adotados pelas sociedades ou impostos às mesmas, como a deslocação espontânea ou forçada da população para outras áreas, podendo ser sinónimo de outras problemáticas como excesso populacional em alguns territórios, agravamento da pobreza urbana e mudanças profundas nas estruturas societais das sociedades envolvidas, não só na sociedade que vê a população partir mas também nas sociedades onde esta se vai instalar (Field et al., 2012a, 2012b; Kousky, 2012).

- c) Impactos imediatos - referente aos impactos que sucedem nas primeiras 48 horas, podendo estar inseridos tanto na categoria de impactos diretos como indiretos.
- d) Impactos de médio e longo prazo - pertencentes à categoria de impactos indiretos, estes impactos dizem respeito a fenómenos que podem levar vários anos até se manifestarem. Nesta categoria é reconhecida a falta de análise e pesquisa, uma vez que as intervenções externas e a atenção mediática têm como foco os impactos imediatos, e o processo de superação das sociedades, onde ocorre a maioria dos impactos a longo-prazo, acaba por não ser prioridade das agendas nem o holofote de estudos que acompanhem os processos de mudança a longo prazo. Há, portanto, um abismo entre o momento imediato e o momento em que estes impactos e fenómenos podem ser analisados.
- e) Impactos negativos – podem ser incluídos em qualquer das categorias acima expostas, e podem afetar qualquer setor e dimensão da sociedade, tanto a dimensão mais tangível como a mais intangível.
- f) Impactos positivos - podem também ser incluídos em qualquer das categorias acima expostas, sendo que na sua maioria são impactos de médio e longo-prazo e, por isso, são difíceis de identificar e avaliar. Todavia, O'Mathúna e Gordijn (2018) e Toya e Skidmore (2012) referem o aumento da reciprocidade, do capital social¹⁶ e da união das

¹⁶ São múltiplos os debates em torno da definição de *capital social*, no entanto o ponto comum é o facto de este ser composto por normas e redes sociais a que os indivíduos têm acesso, ainda que de forma heterogénea.

Bourdieu (1986) descreveu o *capital social* como um bem produtivo a que os indivíduos têm acesso através das suas redes de relações duradouras. O *capital social* é uma propriedade do individuo e

populações como impactos positivos, ou ainda, o facto de o processo de reconstrução poder viabilizar infraestruturas mais resistentes e adaptadas às características do território (O’Mathúna e Gordijn, 2018).

De acrescentar, o facto de se poderem gerar novas oportunidades para os agricultores familiares e de pequena-escala diversificarem e potencializarem a sua produção através da introdução de novas culturas, de estruturas de armazenamento e de mercados mais resistentes.

Collins (2009) dá o exemplo das cheias que atingiram Moçambique em 2000. Os que tinham barcos conseguiram desenvolver um negócio de transporte de pessoas entre as duas extremidades das estradas cortadas da província de Gaza.

Como impacto positivo, são ainda mencionados os próprios fenómenos da Natureza, que podem contribuir para o ecossistema e para a biodiversidade, como as tempestades de relâmpagos que contribuem para a fixação do nitrogénio benéfico para as plantas (FAO, 2018; Sivakumar, 2005).

Embora passíveis de serem organizados categoricamente por questões logísticas e para fins de apreciação, os impactos extrapolam essa destriça estática e o encadeamento de eventos é inevitável e difícil de antecipar, já que todas as componentes territoriais e sociais estão interrelacionadas e em interação.

Desta complexidade sistémica surgem as *consequências em cascata*¹⁷, que dizem respeito à sequência de eventos e impactos que se multiplicam numa relação de causa-efeito e que podem interferir no próprio processo de superação das sociedades (Arendt e Alesch, 2015).

Pela estreita relação entre as diferentes geografias, atributo intrínseco ao capitalismo global, os impactos podem alastrar para outras regiões e sociedades, não só à escala nacional como também à escala internacional. Quando se desenrolam *consequências em cascata*, os efeitos

não uma propriedade coletiva e, desta forma, está ligado à formação de classes e de outras formas de estratificação, não sendo, portanto, um capital que é acedido de forma uniforme.

Por seu turno, Coleman (1988), apesar de concordante com Bourdieu relativamente ao *capital social* ser um bem produtivo existente nas redes sociais, para o autor o *capital social* estaria relacionado com confiança mútua, canais de informação e normas sociais eficazes.

No estudo desenvolvido por Chamlee-Wright e Storr (2011), os autores analisam o *capital social* como narrativas coletivas que podem desempenhar um papel importante na recuperação pós-catástrofe. A forma como as narrativas coletivas moldam cenários de catástrofe natural, reflete-se nas narrativas em torno do próprio *capital social* e na perceção dos indivíduos sobre se as suas redes sociais são um recurso que reforça ou não a sua resiliência e capacidade de adaptação.

¹⁷ Conceito abordado em detalhe na pág. 117.

raramente ficam dentro dos limites da sociedade que absorveu os impactos em primeira instância (Alesch et al., 2009; Arendt e Alesch, 2015).

Segundo Alesch et al. (2009), pode ainda ocorrer uma reverberação dos impactos, ou seja, os impactos projetados noutras regiões e sociedades são re-projetados adversamente na sociedade já tinha sido afetada na primeira instância.

Arendt e Alesch (2015) acrescentam ainda que, o fluxo de troca de projeção de impactos pode efetivamente ter várias 'rondas' que extrapolam tanto fronteiras físicas como fronteiras intangíveis. Quanto mais vasta for a cadeia de eventos, mais elementos interagem entre si, tornando-se difícil identificar o que é ou não uma consequência da catástrofe natural que iniciou a sucessão de ocorrências.

Para Anaman (2003), uma avaliação dos impactos só fica completa se forem igualmente considerados tanto os impactos tangíveis como os intangíveis, sendo que os primeiros dizem respeito a quaisquer mudanças que sejam passivas de serem medidas monetariamente, e os segundos abrangem danos e perdas que são difíceis de contabilizar pois não têm um valor de mercado, nomeadamente a ansiedade, medo de futuras catástrofes, problemas de saúde, perda de capital social e comportamentos específicos que surgem à luz destes fenómenos.

Se por um lado, os impactos e respetiva intensidade estão relacionados com a vulnerabilidade pré-existente em cada sociedade, por outro lado, estão também relacionados com a própria perceção dos perigos e os comportamentos adotados e/ou impostos mediante os mesmos.

3.3.2 O Que é um Risco?

O conceito de risco é amplamente usado na terminologia das catástrofes naturais, havendo, em muitos casos, uma apropriação errónea do conceito, já que este é confundido e assumido como sinónimo de incerteza, ameaça e perigo.

Após a Revolução Industrial, com a evolução da ciência e da tecnologia que contribuíram para a redução de eventos que acarretavam uma dimensão fatalista e punitiva, nomeadamente fomes, epidemias e catástrofes naturais, assistiu-se a uma alteração significativa da perceção e do conceito de risco, que passou a ser dominado pelas premissas do iluminismo (Theys, 1987).

No início do século XX, com a contribuição dos economistas John Keynes e Frank Knight, os conceitos de risco e de incerteza passam a ser distinguidos à luz da teoria das probabilidades, e o conceito de risco passa a estar associado à probabilidade de ocorrência de um acontecimento numa baliza temporal específica. O conceito de risco passa, portanto, a pertencer à esfera de

cálculos estatísticos e probabilísticos para que fosse possível desenhar previsões objetivas e científicas (Nossa et al., 2013).

Vários autores criticam esta perspectiva e consideram-na reducionista da realidade, uma vez que inclui a distinção entre risco e incerteza, mas não inclui uma distinção entre perigo (*hazard*) e risco (*risk*) e, portanto, exclui a existência de percepções heterógenas da realidade.

Segundo Cutter (2001), enquanto o conceito de perigo diz respeito a uma potencial ameaça a pessoas e bens que surge da interação entre o sistema societal e o sistema natural ou tecnológico, e inclui a percepção de ameaça a pessoas e coisas que cada pessoa ou grupo valoriza, por sua vez, o conceito de risco diz respeito à percepção do perigo em termos de danos num intervalo de tempo.

Desta forma, o perigo compreende então uma esfera tangível, na medida em que diz respeito à existência de ameaças, enquanto o risco diz respeito à percepção, à tomada de decisões e à adoção de comportamentos perante e consequente a essas ameaças, portanto, uma dimensão objetiva e subjetiva, respetivamente.

Para autores como Douglas (1976), Renn (1992), Lima (2005) e Veyret (2007), o conceito de risco integra esta dimensão subjetiva, por estar associado a elementos sociais e culturais intervenientes na construção e percepção de risco.

Para Douglas (1976), a consideração da dimensão sociocultural possibilita o entendimento de como são selecionadas e implementadas estratégias de prevenção, já que estas são moldadas pelo contexto sociocultural.

Renn (1992), acrescenta que a dimensão sociocultural é fundamental, uma vez que cada sociedade percebe a realidade através de lentes configuradas por elementos socioculturais transmitidos por vias de socialização, incluindo com a família, amigos, instituições, chefaturas e ambientes laborais. Como tal, também o risco é percebido através dessas lentes que atribuem contornos próprios à realidade.

Para Lima (2005), o conceito de risco inclui esta dimensão pois a seleção dos riscos não só varia consoante a matriz cultural e o tecido social de cada grupo, como está conexas com a preservação daqueles que são os valores essenciais para cada um dos grupos.

Para a autora, a percepção do risco inclui três fatores, nomeadamente a origem do risco, a extensão da incerteza e a avaliação das possíveis perdas, sendo esta mediada por experiências, arquétipos, crenças e valores que atribuem significado e diferentes níveis de gravidade aos eventos. A resposta e comportamentos adotados são moldados por valores intrínsecos a cada grupo e variam consoante a cultura, faixa etária e experiências acumuladas (Lima, 2005).

Na perspetiva de Veyret (2007), a perceção do risco é historicamente moldada e qualquer análise de risco tem de contemplar as especificidades de cada contexto, pois no fundo o contexto, caracterizado por um passado social, político e económico, é o produtor dos riscos.

A perceção do risco contempla, portanto, uma dimensão sociocultural, uma dimensão histórica e uma dimensão experiencial, tratando-se de um conceito mais arreigado na perceção da realidade do que nos factos, portanto, um conceito socialmente e temporalmente construído.

Mediante esta subjetividade, coloca-se uma outra questão que se prende com a diferenciação entre o risco real e o risco apreendido.

Neste sentido, para Granjo (2006, 2004a) as ameaças assumem contornos diferentes para cada indivíduo, dependendo do contexto e realidade própria, e o conceito de risco é apenas uma forma de domesticar e gerir essas mesmas ameaças, na tentativa de objetivar e controlar a realidade.

Segundo o autor, a particularidade do conceito de risco é que este está associado tanto a uma tentativa de previsão probabilística que molda a forma como as sociedades pensam e reagem ao mundo e criam realidade, como a uma manipulação quantitativa que pretende tornar as ameaças cognoscíveis. O conceito de risco é, portanto, utilizado como uma tentativa de conferir objetividade à realidade e cria a ilusão que é possível prever o imprevisível e o aleatório, e que é possível prevenir e implementar medidas para que os eventos e acidentes provenientes desses riscos já previstos não aconteçam (Granjo, 2004a, 2006).

Uma ilusão de controlo que Granjo (2004a) associa às sociedades ocidentais modernas, e que fundamenta o facto de o conceito de risco existir apenas nestas sociedades pautadas pela imaginação de um controlo técnico sobre o aleatório.

O facto de o conceito de risco não ser universal e ser intrínseco às sociedades modernas, não anula a existência de outras formas de lidar com a erupção da incerteza. A necessidade de atribuir algum significado ao inesperado faz parte da natureza humana e, como tal, cada sociedade atribui um significado distinto ao inopinado.

Para Granjo, ainda que reconheça um amplo leque de formas de atribuir sentido ao aleatório, é possível uma destrição entre dois extremos. Um onde se assume a negação de qualquer ordem cognoscível, e outro onde se assume que essa ordem não só existe como está pré-definida, seja por que tudo acontece por *vontade divina* ou “[por estar] predestinado ou [porque] tudo obedece a uma série de leis quase automáticas, mecânicas e possíveis de entender.” (2004a, p. 4).

Entre estes dois polos, existe uma panóplia de mecanismos que visam a gestão da incerteza e a atribuição de sentido ao aleatório. Se por um lado, nas sociedades modernas este sentido é atribuído através de mecanismos técnicos de cálculo probabilístico e controlo do risco, por outro lado, noutras sociedades, mecanismos como as superstições, a prática de rituais e a feitiçaria são também formas de não só dar uma ordem cognoscível aos fatores aleatórios, mas também de intervir e provocar efeitos desejados. Portanto, reconhece-se em ambos a tentativa de controlar o aleatório através da ação humana, sendo que uma diz respeito à matriz ocidental e respetiva *cultura de risco e noção probabilística*, e a outra diz respeito à matriz não ocidental e respetiva *cultura de incerteza e noção não probabilística* (Granjo, 2004a, p. 5, 2006, p. 1168, 2011).

Em ambos os casos, esses mecanismos e intervenções apenas representam o imaginário de cada sociedade, portanto, apenas representam o que cada sociedade consegue imaginar que pode acontecer e, como tal, a informação e a capacidade de previsão são sempre incompletas.

Esta incompletude não é assumida pelas abordagens tecnocráticas e comumente as análises de risco, incluindo em cenários de catástrofe natural, dizem respeito a

uma abstração muito discutível e falível acerca dessa realidade concreta que é estarmos rodeados de ameaças efetivas e incertas. Ao acreditarmos que, por lhes porem números, produzem controle sobre o aleatório e inesperado, estamos assim a criar uma ilusão perigosa. (Granjo, 2004a, p. 6).

O autor acrescenta ainda que,

Não é através da vontade divina que dominamos a ameaça, tal como não é através da feitiçaria, mas também não é através de contas muito bem feitas acerca de probabilidades. (...)

[H]á e haverá sempre uma série de fatores aleatórios incomensuráveis, muitas vezes criados pela resolução de problemas anteriores, e o seu número será tanto maior quanto mais complexa for a realidade para que estivermos a olhar. (Granjo, 2004a, p. 8).

Não obstante das contribuições úteis e positivas das práticas de análise de risco, Granjo refere que as combinações de fatores que provocam um determinado resultado são infinitas e

que a tentativa de resolução de um problema, que introduz sempre novas variáveis, pode criar novas combinações que induzam a outros constrangimentos e acidentes. Desta forma, as análises de risco e consequentes ações e intervenções podem criar uma maior incerteza (2006, 2004a).

Para o autor, o problema prende-se com a forma como o conceito de risco tem sido assumido de forma superior e mais racional em prejuízo da incerteza, portanto, uma exaltação da *noção probabilística do risco* ou da *domesticação do risco*, em deterioramento da *noção não probabilística do perigo* ou da *domesticação da incerteza*.

Um contraste que é explanado no seu estudo realizado na refinaria de Sines, onde os operários demonstraram uma visão significativamente diferente das ameaças presentes na realidade laboral quotidiana quando comparado com os engenheiros e técnicos de análise de risco.

Enquanto os operários apresentavam uma perceção experiencial não probabilística que reconhecia a existência de perigos permanentes e imprevisíveis, os técnicos apresentavam uma perceção probabilística que resumia a realidade a um conjunto de riscos calculados e, por isso, aparentemente controlados (Granjo, 2004b).

O autor salvaguarda que não se trata de eliminar o conceito de risco das agendas teóricas ou práticas, nem de substituir as visões não probabilísticas do perigo pelas análises de risco, mas antes de se adotar uma *paridade e complementaridade* entre as duas (Granjo, 2006, p. 1178).

Em cenários de catástrofe natural, estas leituras heterógenas das ameaças conduzem, em alguns casos, a um desalinhamento entre os que atuam investidos de conhecimento técnico e a realidade dos que são desprovidos do mesmo.

Os efeitos das catástrofes naturais, são continuamente prognosticados e analisados através de práticas de *Gestão de Risco de Catástrofe (DRM)*¹⁸ e estratégias para a *Redução de Risco de Catástrofe (DRR)*¹⁹, havendo uma clara preferência pela adoção da *noção probabilística do risco* na tentativa que estes sejam evitados ou pelo menos mitigados.

O conceito de DRM surge na literatura como um conceito análogo e define-se como um processo que envolve o reconhecimento e preparação para os riscos (fase *ex-ante*), e a implementação de medidas que permitam lidar com os efeitos desses riscos (fase *ex-post*). A DRM diz respeito a uma prática normativa complexa, que combina diversas estratégias, políticas e medidas que têm como objetivo de primazia contribuir para a redução da

¹⁸ Disaster Risk Management (DRM).

¹⁹ Disaster Risk Reduction (DRR).

vulnerabilidade e para o aumento da resiliência das sociedades para que as catástrofes naturais sejam evitadas o quanto possível (Fiala, 2017; Field et al., 2012a; UN Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2015; United Nations General Assembly, 2016).

A tentativa de controlo dos riscos através da implementação de estratégias de DRR e de DRM, que adotam a já referida visão probabilística do risco em prejuízo da visão da incerteza, pode conduzir à exclusão de uma quantidade significativa de ameaças por serem consideradas de probabilidade reduzida. Esta ilusão de controlo do risco resulta, em muitos casos, em estratégias e intervenções que se revelam insuficientes e redutoras da complexidade da realidade e, principalmente, dos tecidos sociais, resultando em medidas meramente paliativas e não propriamente em medidas que de facto pensem a complexidade e origem das ameaças.

Outra questão relacionada com o risco, prende-se com a distribuição desigual dos riscos.

Para Beck (1992), o conceito de risco está diretamente ligado às sociedades modernas, à superindustrialização e ao conceito de modernização reflexiva, pois é uma forma sistemática de lidar com os perigos e inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernização.

De acordo com o autor, o conceito de risco diz respeito aos riscos da modernização que se intensificam com a tendência globalizante das sociedades e que inclui a própria globalização da dúvida e da incerteza, o que leva o autor a definir a sociedade moderna contemporânea como *risk society*, e *world risk society* quando considerando as dependências e ingerências transfronteiriças (Beck, 1992, p. 23).

Segundo o supracitado, há uma clara destrição entre os riscos pré industrialização e os riscos que caracterizam as sociedades modernas, pois os riscos são agora pertencentes à esfera dos químicos, da poluição, da ameaça nuclear ou das toxinas nos alimentos, e, portanto, os riscos tornam-se invisíveis por serem produzidos distantemente, tanto espacial como temporalmente, e a sua perceção extrapola os sentidos e a tangibilidade ou o visível.

Este distanciamento caracteriza tanto a produção social de riqueza e de riscos, como a distribuição dos mesmos.

Por ser transfronteiriça e pela sua distensão temporal, a distribuição dos riscos modernos é caracterizada por dois aspetos. Primeiramente, por ser uma distribuição desigual à escala global, portanto, os riscos são distribuídos muito além do local onde são produzidos, e em segundo por ser uma distribuição que abandona a conotação limitativa do presente para passar a ser projetada num futuro vindouro e em gerações ainda por vir (Beck, 1992).

Esta distribuição desigual do risco acentua os *perfis de vulnerabilidade* dissemelhantes e cria novas convulsões sociais, ao mesmo tempo que nutre outras já existentes. O facto de

algumas geografias e classes sociais serem mais afetadas do que outras, dá origem ao que Beck denomina de *posições de risco social*, que em algumas das suas dimensões segue as lógicas de desigualdade presentes nas classes sociais e posições de *status* (1992, p. 23).

O autor refere que o risco reforça a *sociedade de classes*, na medida em que há uma clara relação de sujeição entre pobreza e risco, *uma 'atração' sistemática entre a pobreza extrema e o risco extremo*. Atribui especial ênfase às desigualdades internacionais, nomeadamente entre os países ditos do 'terceiro mundo' e os países industrializados, e entre os próprios Estados industriais, sublinhando o facto de as indústrias perigosas serem comumente transferidas para os países do 'terceiro mundo' com mão-de-obra barata (Beck, 1992, p. 41).

Contudo, Beck (1992) indica que a distribuição dos riscos tem uma particularidade. Pelo carácter difuso e invisível dos riscos modernos, os que os produzem e lucram com eles, acabam também por ser afetados, numa espécie de *efeito boomerang*. Todavia, o autor salvaguarda que a grande diferença prende-se no facto de os mais 'pobres' e expostos a mais riscos não terem os mecanismos nem os recursos para lidar com esses riscos, enquanto os mais 'ricos' acabam por ter não só mecanismos que os contornam ou pelo menos mitigam os seus efeitos, como também uma panóplia de opções existenciais. As classes ditas 'mais pobres' não têm os mesmos acessos nem o mesmo leque de escolhas que as classes ditas 'mais altas', o que acaba por ditar o nível de exposição aos riscos inerentes ao quotidiano. Por exemplo, a possibilidade de escolher uma zona de habitação longe de fábricas e da exposição a químicos tóxicos ou a escolha de alimentos dignamente produzidos, são escolhas que pertencem à realidade de apenas alguns.

Beck, acrescenta ainda que esta discrepância é agravada pelo facto de os riscos modernos serem por um lado percecionados como símbolos de sucesso, aludindo às imponentes fábricas químicas e complexos modelos tecnológicos que são sinónimo de progresso, e por outro lado, pela sua invisibilidade, já que os riscos modernos são subestimados quando comparados com necessidades básicas de sobrevivência, como o acesso a comida. As toxinas, ainda que sinónimo de risco, são percecionadas como *emancipação da necessidade material* (1992, p. 42).

Desprovidas de poder económico, com escolhas restritas, com níveis de autodeterminação reduzidos e pela convivência frequente com um determinado padrão de riscos, as classes mais expostas desenvolvem um processo de normalização dos riscos e da possibilidade de serem afetadas não só por eventos mais pontuais, como cheias ou ciclones, mas também por eventos menos imediatos e que se estendem por um período de tempo mais prolongado, como a exposição a químicos tóxicos. Todavia, como Nossa et al. esclarecem, esta padronização e

normalização contrastam com a *atribuição de níveis de perigosidade superiores a eventos novos ou aparentemente novos*, havendo uma maior resistência a riscos desconhecidos e, portanto, ainda não normalizados e ainda sem uma gestão controlada dos mesmos (2013, p. 52).

A *distribuição do risco* está, portanto, profundamente associada aos quadros sociais e às crises acumuladas que se projetam assimetricamente nos grupos sociais, dependendo dos diferentes níveis de vulnerabilidade que acabam por definir a suscetibilidade dos grupos aos impactos dos riscos.

3.3.3 Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade tem uma longa tradição na investigação das ciências sociais, e as epistemologias dedicadas ao mesmo são vastas e divergentes ao longo do tempo; um reflexo, segundo Adger (2006), por um lado dos objetivos digressivos das investigações e, por outro lado, um reflexo dos próprios fenómenos intrínsecos ao conceito de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade é um produto social que resulta de um conjunto de fatores geográficos e sociais, nomeadamente características territoriais, ambientais, económicas, políticas, históricas, culturais e sociais, assim como, assimetrias de poder, de acesso a recursos e a informação. É, portanto, o resultado de desigualdades e suscetibilidades que moldam o grau de fragilidade dos vários grupos sociais e condicionam a sua capacidade de resposta (Cutter et al., 2008, 2003; Hewitt, 2007; Miththapala, 2008; Toya e Skidmore, 2014; United Nations General Assembly, 2016; Wisner et al., 2004; World Bank e United Nations, 2010).

Hewitt (2007), é categórico ao salientar que as catástrofes naturais são erroneamente tratadas como um problema concreto e atípico, separado das condições ordinárias e contínuas da sociedade e do seu habitat. Para o autor, as catástrofes naturais são na verdade *unnatural disasters* (2007, p. 46), pois são sobretudo consequência da vulnerabilidade social. Uma conjuntura social e não uma condição passiva ou inevitável, e por isso assiste-se cada vez mais a catástrofes naturais assoladoras causadas por eventos naturais de fraca intensidade. Hewitt (2007) aborda, portanto, as catástrofes naturais como consequência da *construção societal* como exposto no ponto 3.3.

Kaztman (2000) sublinha que as fontes de vulnerabilidade mais significativas na atualidade, estão associadas aos fenómenos de precariedade e instabilidade no trabalho, vinculadas às dinâmicas do mercado, ao desmantelamento do papel do Estado como agente que garantiria proteção social, e relacionadas com o enfraquecimento das instituições primárias, nomeadamente a família e a comunidade.

Para Wisner et al. (2004), vulnerabilidade diz respeito ao conjunto de características de uma pessoa ou grupo que influenciam a sua capacidade de prever, enfrentar, resistir e superar um evento natural extremo, sendo o nível de vulnerabilidade definido por fatores como classe social, classe económica, situação política, ocupação, género, etnia, estado de saúde, faixa etária, resiliência dos meios de subsistência, capacidades domésticas, estruturas de dominação, amplitude das redes sociais e o acesso a recursos, que inclui não só o acesso à terra, ao gado, a ferramentas, a equipamento, a reservas alimentares e a recursos financeiros, mas também o acesso a recursos intangíveis como a informação, o conhecimento e competências especializadas.

Wisner et al. elegem o conceito *perfil de acesso* para se referirem às disparidades no acesso a recursos, a oportunidades de subsistência e a fontes de rendimento (2004, p. 100).

Alguns indivíduos e agregados familiares têm um leque de opções mais amplo que outros dependendo do *status* social, da faixa etária, do género, do nível de escolaridade e das competências práticas, sendo que quanto maiores as qualificações, aptidões e conhecimentos para trabalhos e biscates, maiores serão os rendimentos, a sua diversidade e durabilidade, havendo, portanto, uma redução da vulnerabilidade e dos riscos. Congruentemente, os autores consideram que agregados familiares com um *perfil de bons acessos*, estão mais aptos a superar uma catástrofe do que os agregados familiares cujos *perfis de acesso são limitados* por falta de recursos e conhecimentos, acabando com poucas opções de rendimento. Com frequência, agregados familiares com um *perfil de acesso limitado* têm que articular uma série de oportunidades de rendimento sazonal, o que os torna extremamente vulneráveis se uma catástrofe natural ocorre na época onde estariam mais ativos e, como tal, a receber mais rendimentos. Salva-se que por rendimentos, entende-se não apenas dinheiro, mas também bens alimentares, trocas de bens e de mão-de-obra (Wisner et al., 2004).

Wisner et al. (2004) reconhecem ainda *diferentes perfis de acesso* na organização interna dos agregados familiares, sublinhando diferenças na distribuição da comida, na quantidade, quem come primeiro, quem tem acesso a cuidados de saúde primeiro, quem tem acesso aos insumos agrícolas, entre outros.

O *perfil de acesso* contribui significativamente para os níveis de vulnerabilidade, sendo que quanto mais débil é o *perfil de acesso*, mais vulnerável é um determinado grupo social. Identifica-se, portanto, uma relação de interdependência e influência mútua entre o *perfil de acesso* de Wisner et al. (2004) e o *perfil de vulnerabilidade* de Beck (1992).

Acrescenta-se ainda a definição lacónica mas categórica que Wisner (2013) atribui ao conceito de vulnerabilidade

Generalized vulnerability is a characteristic of the poorest of the poor in every society, especially those who not only suffer income poverty and are also politically marginal, spatially marginal (in urban squatter settlements or in remote rural locations), ecologically marginal (livelihoods based on access to meager natural resources or living in degraded environments), and economically marginal (poor access to markets). (Wisner, 2013, p. 258).

Cutter et al. referem que apesar de haver uma pluralidade de definições e conceptualizações à volta do conceito de vulnerabilidade, há quatro elementos comuns nessa multiplicidade, nomeadamente a análise da vulnerabilidade de uma perspectiva socio-ecológica; a crescente importância atribuída a estudos que primam a escala local; a conceptualização da vulnerabilidade como uma questão de equidade ou de direitos humanos; e a utilização de avaliações de vulnerabilidade para identificar zonas de risco e planear o pré-catástrofe e a atenuação do risco (2008, p. 599).

O facto de a vulnerabilidade ser o produto de fatores políticos, sociais e económicos, traduz-se numa magnitude de níveis de vulnerabilidade assimétricos que caracterizam a vida quotidiana. Esta desigualdade exprime-se em certas famílias e indivíduos experienciarem níveis de vulnerabilidade superiores a outros, o que implica a coexistência de diferentes *perfis de vulnerabilidade* no mesmo tecido social. Vulnerabilidade é, pois, um conceito que reflete a complexidade dos sistemas sociais, sujeitos a diferentes precursores e pressões remotas e locais, tanto espacialmente como temporalmente.

Para se compreender os cenários de catástrofe natural, não basta analisar as características naturais do evento. É, antes de mais, necessário compreender a complexidade societal e analisar os diferentes *perfis de vulnerabilidade* de uma perspectiva que privilegie o processo evolutivo e cumulativo dos acontecimentos e convulsões que caracterizam os territórios. Como uma cebola com várias camadas, a explicação de uma catástrofe natural depende, por um lado, da compreensão das vulnerabilidades à escala local, regional, nacional e internacional, e por outro lado, da compreensão da dimensão temporal, que inclui a frequência dos eventos, a hora a que estes ocorrem e a sazonalidade.

A sazonalidade é de facto uma componente relevante quando tratamos questões do âmbito da agricultura, já que quando os eventos naturais extremos ocorrem na época das colheitas

agrícolas, o risco de devastação total dos produtos é mais elevado, contribuindo para o aumento do nível de vulnerabilidade. Como o *efeito de bola de neve*, esse aumento do nível de vulnerabilidade influenciará a capacidade de absorção de outros eventos futuros, já que as sociedades estarão mais vulneráveis, e assim sucessivamente.

A dimensão temporal traduz-se num processo social contínuo e, como tal, os eventos não são fenómenos isolados nem tão pouco balizados num período de tempo e num espaço concreto. No entanto, mais a norma que a exceção, as catástrofes naturais são analisadas através de uma lente partidária que não aborda estes cenários como uma dinâmica contínua onde *pré e pós* catástrofe são um único processo continuado e caracterizado por uma vulnerabilidade que é cumulativa e crescente naquela que é a *construção societal*.

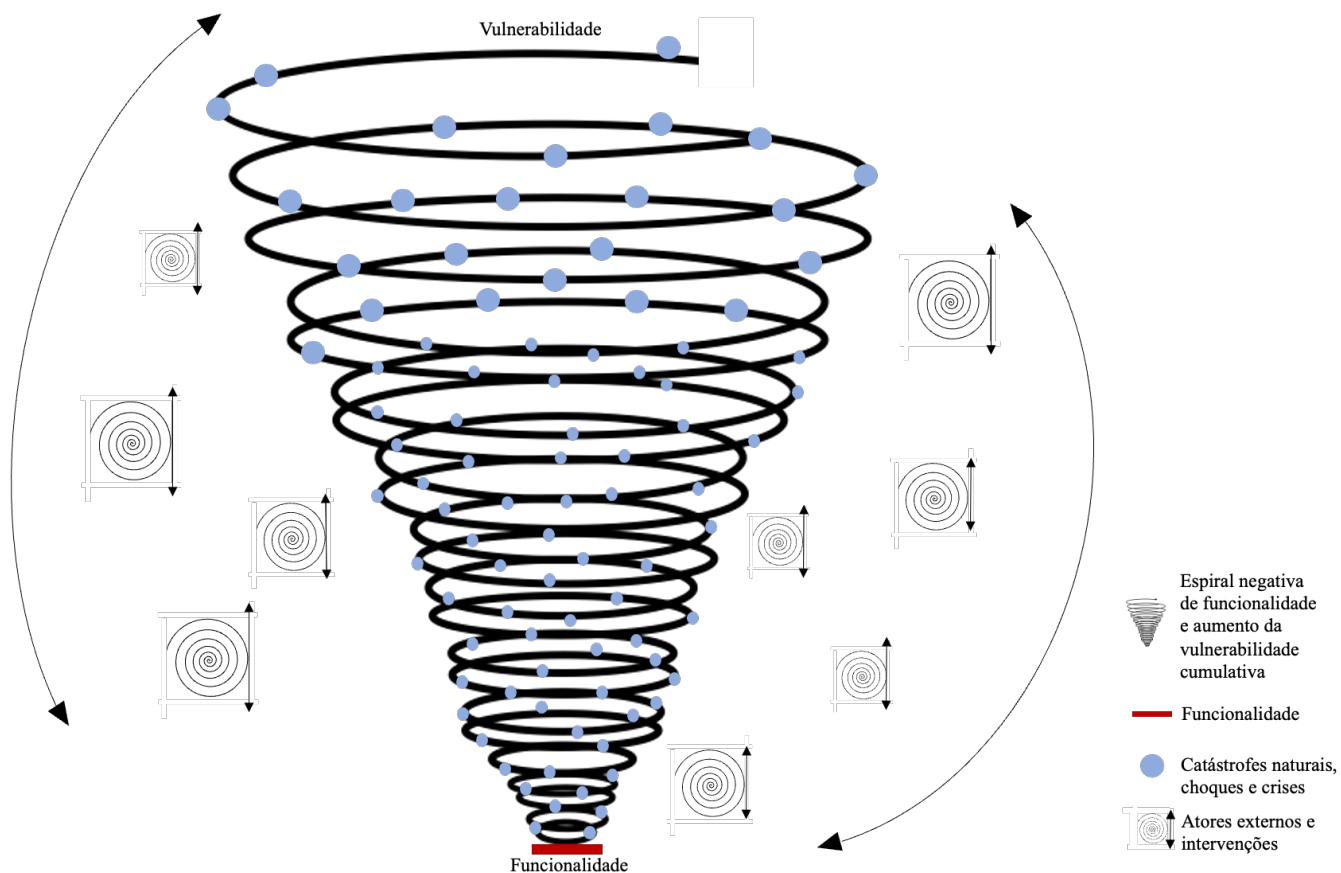
Há, portanto, não só uma continuidade cumulativa de mudanças históricas, de convulsões socioeconómicas e crises, como também uma fusão entre a fase pós-catástrofe e a fase pré-catástrofe, onde o evento natural é apenas o catalisador de toda uma conjuntura consequente, mas ao mesmo tempo precedente. Uma catástrofe antecede e procede uma outra catástrofe, havendo, portanto, uma *espiral dinâmica descendente* onde o evento natural é um evento excepcional, mas que faz parte de toda a dinâmica do território.

Os grupos são mais ou menos vulneráveis pela *construção societal* onde se encontram e reproduzem socialmente. Aqueles com níveis de vulnerabilidade mais elevados, enfrentam mais dificuldades em reconstruir o seu modo de vida e meios de subsistência após uma catástrofe, o que, por sua vez, os torna mais vulneráveis a fenómenos de risco subsequentes (Wisner et al., 2004).

Um processo onde a vulnerabilidade é historicamente construída e definida pelos ditames das desiguais *construções sociais*, que se revelam as catalisadoras das catástrofes naturais, e onde a magnitude dos impactos revela padrões de vulnerabilidade já existentes em cada grupo social.

De forma exemplificativa, uma sociedade marcada e fragmentada por uma guerra civil está mais vulnerável a eventos naturais extremos que, por sua vez, contribuem para um aumento da vulnerabilidade que mina a capacidade de resposta a eventos futuros e que acabam por culminar em catástrofes que amplificam ainda mais a vulnerabilidade, e assim sucessivamente. Ou ainda, as regiões afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth em 2019, têm, certamente, mais dificuldades em gerir a pandemia de COVID-19 pela sua vulnerabilidade acrescida após os ciclones. Por outro lado, a pandemia agrava o quadro existente de vulnerabilidades, o que, por sua vez, aumenta a potencialidade de devastação mediante um futuro evento natural extremo.

Figura 3.2. *Espiral dinâmica descendente* de vulnerabilidade cumulativa



Autor: Sara Bernardo

Esta perspectiva que privilegia a lógica do efeito cumulativo dos eventos naturais extremos e das vulnerabilidades, e que atribui a tónica às catástrofes naturais como um processo onde a fase *pré* e *pós* catástrofe são uma só dinâmica, encontra expressão nas narrativas de crises acumuladas e no agravamento sistémico das vulnerabilidades de cada tecido social.

Falamos, portanto, de uma vulnerabilidade crónica, que é em primeira instância o fator que faz com que eventos naturais extremos se traduzam em catástrofes naturais com múltiplas decorrências, que pela sua construção acumulativa nos leva a questionar a logicidade da clássica distinção entre a fase *pré* e *pós* catástrofe, assim como, a questionar a separação despida de qualquer relação e dependência entre as duas.

Outra questão relacionada com o conceito de vulnerabilidade, prende-se com a dificuldade em avaliar e mensurar a vulnerabilidade de um território e apresentar conclusões objetivas que representem a heterogeneidade dos tecidos sociais.

Cutter et al. (2008, p. 601) sintetizam os três modelos conceituais mais conceituados e utilizados para analisar e medir a vulnerabilidade, sem deixar de apontar ao mesmo tempo as suas limitações e incompletudes. Referem o modelo de pressão e libertação de Blaikie e Wisner (Wisner et al., 2004), que acompanha a progressão da vulnerabilidade desde a sua origem até às pressões dinâmicas e até às condições de insegurança que se instalam, mas não aborda adequadamente o sistema e ambiente humano associado à proximidade de um perigo; o modelo de vulnerabilidade/sustentabilidade de Turner et al. (2003), que utiliza uma abordagem baseada na escala local e que localiza a vulnerabilidade local dentro dos contextos maiores que a influenciam, contudo o modelo não consegue diferenciar claramente entre exposição e sensibilidade, e não inclui uma dimensão temporal que demonstre onde inicia e termina a vulnerabilidade; e o modelo de vulnerabilidade de Cutter (1996; Cutter et al., 2000) que integra a exposição dos sistemas e a vulnerabilidade social, mas não tem em conta as causas profundas da vulnerabilidade social pré-existente, nem os contextos mais amplos ou o impacto e recuperação pós-catástrofe.

Segundo Adger (2006), os desafios da investigação sobre vulnerabilidade estão relacionados não só com o desenvolvimento de medidas sólidas e credíveis, mas também com a incorporação de métodos que incluam perceções de risco e vulnerabilidade, e com a incorporação de mecanismos que sejam medidores da vulnerabilidade ao mesmo tempo que promovem a ação adaptativa e a resiliência.

Independentemente da tradição epistemológica, Adger (2006) sublinha que a dificuldade principal prende-se com o facto de a vulnerabilidade ser um fenómeno multidimensional e orgânico, onde um contínuo processo de transformação, tanto a nível biofísico como social, molda as características locais e a capacidade das sociedades lidarem com as mesmas. Como tal, a vulnerabilidade não é facilmente reduzida a uma métrica única e tão pouco é facilmente quantificável, uma vez que se trata de processos sociais, assim como, de sistemas complexos com ligações e interações difíceis de balizar e pré-definir de forma estática. Forçar uma mediação hirta e uma tradução deste complexo conjunto de parâmetros numa métrica quantitativa, reduz de muitas formas a complexidade do conceito e o seu impacto social, sendo de maior utilidade quadros sóbrios que visem medir a vulnerabilidade tanto quantitativa como qualitativamente numa lógica de complementaridade.

Wisner (2016), além de sintetizar diversos estudos produzidos sobre o conceito de vulnerabilidade e as diferentes epistemologias, expõe uma detalhada análise aos modelos e instrumentos métricos usados para medir a vulnerabilidade social.

Em suma, o autor conclui que, embora exista uma vasta panóplia de abordagens quantitativas à vulnerabilidade, a sua utilidade é limitada e largamente determinada pela sua escala de abordagem.

Referente ao Índice de Vulnerabilidade, Wisner sublinha que este é composto por múltiplos indicadores quantitativos que, através de uma fórmula, fornece um único resultado numérico, sendo, portanto, uma medida limitadora que apenas revela uma medida de exposição de uma população a um certo perigo. Acrescenta ainda que a indexação global é útil para organizações internacionais, doadores e organizações humanitárias que desejam planejar intervenções e antecipar possíveis despesas e, na melhor das hipóteses, pode contribuir para uma pré-definição e uma pré-alocação de abastecimentos e equipamentos de assistência, assim como, contribuir para a gestão e reserva de fundos orçamentais de contingência para operações de assistência. À escala nacional, estas abordagens podem ser utilizadas pelos governos para esforços semelhantes e, possivelmente, para a prevenção e redução de riscos (2016, p. 25).

No entanto, estas abordagens apenas sustentam informação superficial e reducionista que não contempla as causas profundas da vulnerabilidade e, como tal, conduzem a medidas meramente paliativas que obscurecem a real necessidade de reformas e transformações que visem uma mudança sistémica da conjuntura atual (Wisner, 2016, p. 35).

3.3.4 Resiliência

Estreitamente ligado ao conceito de vulnerabilidade está o conceito de resiliência, que tem sido estudado por diferentes áreas científicas, resultando numa polissemia que suscita controvérsias sobre a sua definição, real significado e utilização, seja ela teórica ou empírica.

Nas ciências sociais, o conceito ganhou especial destaque na arena do desenvolvimento, em cenários de catástrofes naturais e colapsos societais. Tem sido expressivamente estudado no contexto das SA, principalmente as da África Subsariana (ASS).

Na Física, o conceito de resiliência foi primeiramente aplicado em 1901 pelo físico Georges Charpy, para medir a resistência dos materiais. Neste contexto, o conceito de resiliência foi proposto como sendo o oposto do conceito de fragilidade, uma vez que quanto mais resiliente fosse um material, maior a quantidade de energia necessária para o material quebrar (Reghezza-Zitt et al., 2015). Na Física, o conceito de resiliência refere-se então à capacidade dos corpos e materiais responderem a choques e interferências reassumindo o seu estado, tamanho e forma original, sendo que um material ou corpo revela-se menos frágil quanto maior for a sua resiliência (Fátima, 2012; Reghezza-Zitt et al., 2015).

Em Psicologia e Psiquiatria, o termo surgiu nos anos 40 com John Bowlby que usou o conceito para se referir e descrever indivíduos ou grupos com capacidade de superar situações traumatizantes e consequências destrutivas. Superação não no sentido de retorno ao *status* precedente ao evento traumático, mas antes a aceitação de um outro *status* desenvolvido através da capacidade de adaptação (Kumpfer, 2002; Reghezza-Zitt et al., 2015). Neste sentido, resiliência é mais do que suportar um episódio traumático, adversidades e mudanças, é, antes de mais, o processo de reconstrução que culmina numa nova condição e dinâmica- superação e não recuperação.

O psiquiatra Michael Rutter, reconhece que a mesma situação de adversidade e risco pode desencadear diferentes reações e comportamentos dependendo da variação do indivíduo. O mesmo cenário vai ser sinónimo de uma diversidade comportamental, reativa e adaptativa, dependendo dos indivíduos em questão, pois cada indivíduo é portador de uma história única que faz com que as situações sejam experimentadas de forma diferenciada (Rutter, 1987).

Em Ecologia, foi Crawford Stanley Holling que em 1973 definiu resiliência como a persistência dos sistemas e a sua capacidade de absorver mudanças e perturbações, mantendo as mesmas relações entre populações. Para Holling, resiliência surge à luz da incerteza e imprevisibilidade do mundo, e diz respeito à capacidade dos sistemas absorverem e hospedarem eventos futuros inesperados, não através de um único *status* de equilíbrio mas sim através de vários equilíbrios que geram estabilidades e instabilidades de forma a assegurar a sobrevivência e relações inter-sistemas (Holling, 1973; Reghezza-Zitt et al., 2015).

Para Holling (1973), os sistemas naturais encontram-se numa constante transição e, portanto, uma visão centrada num único equilíbrio é estática e negligencia o comportamento real dos sistemas. Para o autor, o comportamento dos sistemas como um todo torna-se menos importante do que as relações entre os seus componentes, pois são essas relações e interações que visam o funcionamento dos ecossistemas e a resiliência dos mesmos, já que é apenas mediante as fricções e crises que surgem dessas interações, que se tornam possíveis os processos de aprendizagem e o desenvolvimento de uma capacidade adaptativa - as bases para a resiliência (Holling, 1973).

No campo das ciências sociais, o termo resiliência tem recebido especial atenção desde os finais dos anos 90 e inícios dos anos 2000. Segundo Reghezza-Zitt et al. (2015) isto deve-se principalmente à conjugação de três fatores: a intensificação e aumento da frequência de catástrofes naturais, incluindo nos países dito ‘desenvolvidos’; cenários de guerra prolongada

e ataques terroristas; e, as alterações climáticas cada vez mais discutidas nas agendas internacionais.

Na literatura dedicada às ciências sociais, o conceito de resiliência é analisado à luz dos variados e complexos fenómenos sociais, adquirindo comumente a definição de resiliência social, sendo o contexto societal, as relações, interações e estruturas societárias elementos essenciais (Milando, 2007; Schiefer, 2012; Temudo e Schiefer, 2002).

Mais do que uma análise à escala isolada do indivíduo, resiliência social, compreende o indivíduo como sendo uma das partes de um sistema societal complexo, e primazia as relações deste com as outras partes, assim como, a forma como o sistema onde está inserido se relaciona com outros sistemas; sendo que as interações traduzem-se em incertezas e imprevisibilidade, muitas vezes sinónimo de adversidades, catástrofes, instabilidades e convulsões sociais.

Para Schiefer (2012) e Temudo e Schiefer (2002), resiliência social exprime a capacidade das sociedades absorverem e lidarem com adversidades, traumas e colapsos e recuperarem desses acontecimentos traumáticos, não através da resistência nem do regresso ao *status* original, mas antes através da superação e adaptação a um novo *status* que assegura a estrutura e funções básicas do sistema.

Macleane et al (2014), na sua revisão teórica sobre o conceito de resiliência social e com base em seis estudos de caso, identificaram seis atributos-chave de resiliência social, laconicamente o conhecimento, competências e aprendizagem; as redes comunitárias; as ligações entre pessoas; as infraestruturas comunitárias; uma economia diversificada e inovadora; e uma governação empenhada²⁰.

Herman (2015) refere que até à data, os estudos dedicados à resiliência na agricultura têm-se centrado em abordagens económicas, em métodos de gestão, em políticas agrícolas e em saúde mental, havendo um negligenciar dos fatores socioculturais próprios das sociedades agrárias; o que levou a autora a desenvolver uma investigação que incorpora a resiliência dos agricultores com base nos conhecimentos, nas práticas e nas redes socioculturais internas e externas onde estes estão inseridos (2015, p. 3).

No seu estudo sobre a resiliência social dos agricultores no Sul do Reino Unido, Herman assume uma perspetiva que privilegia as ligações entre pessoas e lugares, o que segundo Berkes e Ross (2013) e Maclean et al., (2014) é um dos principais atributos da resiliência social, e

²⁰ Detalhes de cada atributo em Maclean et al., 2014, pp. 149–152.

aborda o conceito de resiliência social relacionando-o com o que a autora define como *Enchanting Resilience* (Herman, 2015, p. 3).

Para Herman, a resiliência social dos agricultores, está relacionada com o *encanto* que os mesmos sentem em relação aos lugares e às pessoas desses lugares, já que é esse *encanto* que os leva a permanecer nas terras independentemente dos constrangimentos enfrentados, e a proteger o legado familiar que transcendeu a barreira do tempo passando de geração em geração.

O *encanto* é posicionado pela autora como um elemento que pertence, por um lado, à esfera individual, pois trata-se da relação privada de um indivíduo com um lugar e, por outro lado, pertence também à esfera do coletivo, já que essa relação suscita no agricultor comportamentos de proteção que se projetam numa conduta ética mais ampla e que inclui uma responsabilidade coletiva tanto para com a terra como para com a sociedade. O *encanto* faz assim parte da “*broader moral economy that connects farmers to their farms, and is key in driving them ‘to continue to build and enhance their adaptive capacity to cope with change.’*” (Herman, 2015, p. 11).

A supracitada sublinha que o *encanto* é desencadeado por experiências emocionais tanto positivas como negativas, sendo necessário extrapolar a ideia romantizada associada ao *encantamento*.

No que concerne aos agricultores, o *encanto* está associado aos compromissos com as plantações, os animais, a natureza, a maquinaria e o tecido social. Esses compromissos podem suscitar sentimentos antagônicos, portanto, tanto um deslumbramento e fascinação como sentimentos de inquietação, vulnerabilidade, frustração e raiva (Herman, 2015).

No quadro conceptual que desenvolve, Herman refere três elementos que contribuem para que uma experiência seja tanto um *encanto* como eticamente exigente, nomeadamente

uma ligação reflexiva e emocional ao ator que provocou a experiência;
um vestígio residual do passado e, portanto, um sentido de responsabilidade
para com o legado dos antecessores; e a esperança de um futuro que seja
sinónimo de revalorização e de transformação positiva das paisagens
agrícolas familiares. (2015, pp. 21–22).

Desta forma, os laços entre as pessoas e os lugares contribuem para o desenvolvimento da resiliência social, uma vez que, pela responsabilidade social e compromissos assumidos, os agricultores desenvolvem uma maior pré-disposição para aceitarem e se adaptarem a eventuais pressões sociais e constrangimentos. Na verdade, o estudo da autora revela que só em última

instância é que os agricultores optam por um desvincular ou venda das suas terras. Como um dos seus entrevistados mencionou “*there’s three reasons for the sale of land and they all begin with D; it’s death, divorce and debt.*” (Herman, 2015, p. 17).

Para Klein et al. (2003), a definição de resiliência diz respeito não a um conceito, mas antes a um conjunto de atributos dos sistemas, nomeadamente a quantidade de perturbação que um sistema pode absorver e ainda permanecer dentro do mesmo estado ou domínio, e o grau em que o sistema mantém a sua capacidade de auto-organização e é capaz de se auto-organizar em circunstâncias desconhecidas.

Na ausência de atribuírem à resiliência os contornos de um conceito, os autores propõem a *capacidade adaptativa* como conceito geral, o *umbrella concept*, e a resiliência como uma das propriedades que influi essa capacidade, mantendo o *umbrella concept* e os atributos do sistema organizados e diferenciados numa hierarquia conceptual (Klein et al., 2003).

Segundo Cutter et al. (2008), embora haja uma vasta panóplia de definições e concetualizações sobre resiliência e resiliência social, há uma tendência crescente de abordagens que se debruçam sobre as interações entre o homem e o ambiente, e que privilegiam uma análise sintética dos sistemas socio-ecológicos em deterioramento de uma fórmula isolada dos sistemas societais e/ou ecológicos.

Skerratt (2013), com base no trabalho desenvolvido por Maguire e Cartwright (2008), acrescenta que a resiliência é moldada pelas vulnerabilidades e pelos recursos das sociedades, ambos parte do *stock* das sociedades, que na coexistência conduzem à capacidade adaptativa.

Vários são os autores que se têm dedicado à análise desta relação entre vulnerabilidade e resiliência, havendo na literatura diferentes perspetivas que vão desde a polarização dos conceitos, à interdependência dos mesmos e à relação causa-efeito.

Autores alinhados com a perspetiva positivista, reduzem os dois conceitos à polarização em prol de uma aplicação objetiva que facilita a gestão dos riscos. Uma oposição sistemática entre fragilidade/robustez e incapacidade/capacidade - respetivamente vulnerabilidade/resiliência social. Nesta lógica de opostos, quanto mais vulnerável é um sistema menos resiliente ele é (Klein et al., 2003).

Reghezza-Zitt e Provitolo (2015) apresentam uma proposta que repensa a relação entre os dois conceitos de forma menos simplista e linear, propondo que ambos os *status* podem coexistir e que, portanto, uma sociedade pode ser vulnerável e resiliente concomitantemente.

Neste sentido, as autoras introduzem o neologismo *Resiliency Vulnerability*, um *continuum* entre os dois estados. O modelo propõe que os sistemas não se mantêm estáticos

perante um evento, havendo sempre um fluxo e contra-fluxo de energias trocadas que moldam e geram uma nova realidade igualmente conotada tanto de vulnerabilidade como de resiliência. As autoras sublinham ainda que esta *Resiliency Vulnerability* varia de acordo com o tempo, características geográficas, contexto e características políticas, económicas e sociais (Reghezza-Zitt e Provitolo, 2015, p. 37).

Na sua análise dedicada às dinâmicas sociais Africanas e intervenções externas, Schiefer (2012) refere também a troca de energias e fluxos, e usa a lei da termodinâmica para abordar a relação entre sistemas, neste caso sociedades Africanas e agentes externos para o desenvolvimento. Os agentes de desenvolvimento com as intervenções externamente induzidas, introduzem um fluxo de energia que é dissipado para o sistema recetor, gerando um processo que traz turbulências e imprevistos. Desta forma, a sobreposição dos sistemas resulta numa alteração do tecido social, que inclui também tanto o *status* de vulnerabilidade como de resiliência social, ou *Resiliency Vulnerability* de Reghezza-Zitt e Provitolo (2015).

Também para Cutter et al. (2008, p. 599), vulnerabilidade e resiliência são conceitos que coexistem no mesmo tecido social. Embora diferenciem vulnerabilidade e resiliência, os autores sublinham que ambos são processos dinâmicos que se influenciam e que integram sincronicamente os tecidos sociais, sendo que a vulnerabilidade diz respeito ao pré-evento com características inerentes dos sistemas sociais que criam o potencial de dano, sendo a vulnerabilidade, portanto, uma expressão da exposição e sensibilidade do sistema; enquanto que a resiliência é a capacidade do sistema societal para responder e recuperar de catástrofes, e inclui as condições inerentes que permitem ao sistema absorver impactos e lidar com o evento através de processos adaptativos que facilitam não só a capacidade de reorganização, mas também a capacidade de mudar e aprender em resposta a uma ameaça.

Para Berkes (2007) a resiliência e a vulnerabilidade são conceitos que pertencem a uma só discussão, pois não só a relação entre incerteza e resiliência é intrínseca à sociedade, como a construção da resiliência contribui para a redução da vulnerabilidade que é pautada pela exposição aos perigos, mas que reside também na própria resiliência do sistema que sofre o perigo.

In a way, resilience is the flip side of vulnerability, placing the emphasis on the ability of the linked social–ecological system to deal with the hazard and providing insights on what makes a system less vulnerable. Resilience provides a conceptual tool to deal with uncertainty and future. (Berkes, 2007, p. 292).

O autor aponta três razões que fundamentam o seu argumento. Primeiramente, a reflexão sobre resiliência contribui para uma abordagem holística dos perigos e, portanto, contribui para uma análise dos sistemas combinados homem-ambiente, o que por sua vez contribui para uma análise abrangente da vulnerabilidade, havendo um distanciamento da clássica divisão artificial entre o foco no ambiente físico e no social; segundo, a reflexão sobre resiliência atribui a tônica à capacidade de um sistema em lidar com um perigo, permeabilizando múltiplos formatos de possíveis respostas, incluindo a capacidade do sistema absorver uma perturbação, de aprender com a mesma e adaptar-se, e auto-reorganizar-se após um impacto; e, em terceiro lugar, uma vez que a resiliência tem intrínseco a dinâmica de respostas aos perigos, contribui para analisar opções políticas que lidem com a incerteza e com a mudança (Berkes, 2007, p. 284).

Berkes (2007) acrescenta ainda que há quatro elementos chave na construção de resiliência, nomeadamente aprender a viver com a mudança e a incerteza, sendo que a memória social tem um papel fundamental nesse processo, já que *esperar o inesperado* contempla não só aceitar a incerteza, mas também ter os conhecimentos e as ferramentas intergeracionais que permitem lidar com os eventos inesperados; prover uma diversidade transversal, incluindo diversidade económica, diversidade de atividades de subsistência, diversidade de parcerias, entre outros, pois aumenta o leque de opções para lidar com choques e tensões e, portanto, contribui para um decréscimo da vulnerabilidade; articular diferentes tipos de conhecimento e aprendizagem, nomeadamente o conhecimento tradicional e o científico, numa lógica de complementaridade e não de substituição; e criar e permitir oportunidades de auto-organização, o que abrange dinâmicas internas de e para as próprias comunidades, a fomentação de uma gestão à escala transversal, o reforçar da memória institucional e o propiciar organizações de aprendizagem e co-gestão adaptativa (pp. 287–291).

O autor, referindo Adger et al. (2005), sublinha que é necessário repensar as lógicas inerentes às abordagens dedicadas à resiliência, já que um pensamento deveras resiliente desafia não só as noções amplamente difundidas sobre estabilidade, como também desafia a resistência em alterar as políticas de gestão de riscos e perigos. Berkes ilustra de forma categórica esta premissa.

For example, resilience thinking would hold that fire prevention policies can increase vulnerability to large and disastrous fires, such as the Yellowstone National Park fire of 1988 or the Kelowna, British Columbia, fires of 2003. The policy prescription of resilience would be in favor of

generating disturbances (small fires) that mimic the natural fire regime in the fire-driven landscape mosaic, and remove and recycle the accumulated fuel load on the forest floor. Allowing small forest fires and the use of prescribed fires as a way of reducing vulnerability and preventing large fires, as done in recent years, is a significantly different policy prescription than that from stability and resistance thinking. (Berkes, 2007, p. 287).

Outra questão que se prende com o conceito de resiliência, é se o conceito diz respeito a um resultado alcançado, a um processo ou a ambos. Losel et al. (1989) analisam o conceito de resiliência de uma perspectiva que privilegia o resultado em prejuízo das singularidades e independente do processo envolvente. Nesta abordagem a questão central é o estado pretendido, que não sendo alcançado revela que o sistema não foi resiliente. O processo é, portanto, negligenciado, assim como, a perspectiva de que a resiliência é desenvolvida num contexto, tempo e espaço específico e, que, portanto, um sistema pode não alcançar o resultado ou estado esperado, mas ainda assim ter-se demonstrado resiliente em diferentes fases do processo (Cicchetti e Garnezy, 1993).

Para Kaplan (2002) esta abordagem é limitadora já que, tendo como cerne o resultado ou estado esperado, elege um único critério, domínio ou esfera, enquanto que um sistema pode não ser resiliente de acordo com um critério ou domínio, mas ser noutro e, portanto, resiliência é mais complexo que um mero resultado ou estado isolado.

O autor aponta este abismo imposto entre o estado final e o processo, como uma das principais limitações do conceito de resiliência, pois conduz a apreciações normativas que excluem a subjetividade dos estados e o contexto.

Kaplan (2002, p. 32) acrescenta ainda que um resultado socialmente desejado, pode ser a nível individual indesejado, da mesma maneira, um resultado socialmente indesejado, pode ser a nível individual desejado. Deste ponto de vista, que inclui a subjetividade como elemento importante de reflexão, o que à microescala pode manifestar resiliência, socialmente pode estar a expor vulnerabilidade. Para ilustrar o seu argumento, o autor usa um exemplo de Bartelt (1994, p. 103)

Several representatives of Hispanic community organizations have put the following question to me: If family income is lower for Puerto Rican communities, if the day-to-day needs of the household for additional economic resources are strongly present; and if there is a strong pro-family

ideology within the community that is threatened by continued poverty; why should we not expect that our teenagers will seek to leave school and obtain full-time employment as soon as possible? In turn I must ask myself, isn't this a form of resilience as we have come to define it? How then do we distinguish academic success as resilience from dropping out as resilience. (Bartelt, 1994, citado em Kaplan, 2002, p.32).

Tal como Kaplan (2002), Kobasa (1979), Gentry e Kobasa (1984) e Johnson (2002) contestam a perspectiva de resiliência como resultado ou estado esperado, e contrapõem com a ideia de que resiliência e resiliência social são acima de tudo construções que refletem processos não-lineares, características específicas das sociedades e as suas componentes e mecanismos que funcionam como moderadores da interação entre os riscos e o tecido social.

Johnson (2002) acrescenta ainda que resiliência e resiliência social, e também a própria vulnerabilidade, são processos cumulativos de experiências, de interações endógenas e exógenas, de reações e de fatores pertencentes a especificidades territoriais, temporais e espaciais. Para o autor é esse processo cumulativo que visa a preservação das ferramentas e das capacidades que vão sendo adquiridas, assim como, de todos os acontecimentos aleatórios entre as aprendizagens e adaptações que constituem a resiliência.

O processo de acumulação e os resultados das várias adaptações é definido por Arendt e Alesch como *morfologia da comunidade* (2015, pp. 59–60), conceito que diz respeito ao cumulativo experiencial que facilita a adaptação e não resistência a novas realidades que se instalam, sendo que à medida que as adaptações se acumulam mais facilmente observáveis e identificáveis são as mudanças. Segundo os autores, a *morfologia da comunidade* é o que potencializa a resiliência e, como tal, é através da mesma que ocorre a superação de uma sociedade após uma catástrofe natural.

Arendt e Alesch (2015, p. 53), baseando-se na Teoria Geral dos Sistemas do biólogo Ludwig von Bertalanffy, associam a *morfologia da comunidade*, por dizer respeito ao cumulativo experiencial, ao facto de cada sociedade ser um sistema societal complexo e auto-organizado, o que permite uma maior compreensão de como as catástrofes naturais ocorrem e se dissipam.

Bertalanffy (1968) defendia que o todo é maior que a soma de todas as partes, e que cada sistema compreende um conjunto de elementos interdependentes que interagem dentro do sistema, originando um número infinito de relações, reações e possibilidades. Uma perturbação

em uma das partes irá afetar todas as outras e, portanto, quando umas ficam comprometidas todo o sistema fica em risco e as suas funções são postas em causa.

As catástrofes naturais ao terem impacto em alguns elementos da sociedade, inevitavelmente representam uma nova dinâmica para o sistema societal como um todo. Quando os elementos falham na prevenção de interrupções no sistema ou são incapazes de lidar com as mesmas, o sistema falha na capacidade de desempenhar as suas funções. Contudo, nem todos os eventos naturais são absorvidos pelas sociedades da mesma maneira e, como tal, nem todas as catástrofes naturais são sinónimo de colapso, já que a capacidade de absorção depende do nível de vulnerabilidade existente em cada sociedade (Arendt e Alesch, 2015; Schiefer, 2001).

Outra questão relacionada com o conceito de resiliência, comum ao que foi exposto anteriormente relativamente ao conceito de vulnerabilidade, prende-se com a dificuldade em avaliar e mensurar a resiliência de uma sociedade e/ou território e apresentar conclusões objetivas que representem a heterogeneidade dos tecidos sociais.

Cutter et al. (2008, p. 601) referem que muitos dos modelos conceptuais utilizados para analisar e medir resiliência, ainda não foram testados empiricamente à escala local. Todavia, apontam o modelo de Gunderson e Holling (2002), que tem como base a estrutura da *panarquia*²¹, como sendo um dos mais completos e ambiciosos, pois é um modelo onde os sistemas naturais e os sistemas humanos estão ligados em ciclos adaptativos contínuos de crescimento, acumulação, reestruturação e renovação. No modelo é ainda considerado que as estruturas e os processos estão também ligados entre si através de escalas, sendo que a dinâmica de um sistema a uma escala particular de interesse não pode ser totalmente compreendida se não for igualmente considerada a dinâmica de outras influências transversais e hierárquicas dentro do sistema.

²¹ Sobre *Panarquia* ver por exemplo Allen et al., 2014; Berkes e Ross, 2016; Holling, 2001.

Panarchy is a conceptual model that describes the ways in which complex systems of people and nature are dynamically organized and structured across scales of space and time (Gunderson and others 1995; Gunderson and Holling 2002; Holling and others 2002). Panarchy uses a systems approach to understand ecosystem dynamics and emphasizes hierarchical structuring. However, panarchy is different from typically envisioned hierarchies in that control is not just exerted by larger-scale, top-down processes, but can also come from small scale or bottom-up processes. Additionally, the dynamics of renewal and collapse within-scale domains, that is, adaptive cycles differ from the more static view of traditional hierarchy theory. Because of the potential for cycling within adaptive cycles to affect both smaller scales and larger scales, panarchy theory emphasizes cross-scale linkages whereby processes at one scale affect those at other scales to influence the overall dynamics of the system. (Allen et al., 2014, p. 578).

Relativamente à arena das catástrofes naturais e dos perigos, Cutter et al. acrescentam ainda que a maioria dos modelos métricos de resiliência, envolvem sistemas de engenharia que apenas reconhecem as propriedades da resiliência de infraestruturas, concretamente robustez, redundância, desenvoltura e rapidez. Essas análises são realizadas para reduzir a probabilidade de falhas, mas, no entanto, não conseguem captar fatores sociais que ocorrem à escala local nem tão pouco a vulnerabilidade ou resiliência do meio ambiente, o que resulta em análises e conclusões precipitadas e incompletas.

Em contraproposta, os autores referem que ao serem consideradas e incluídas duas características chave da resiliência - o facto de ser inerente, portanto, funciona bem em períodos de não-criese, e o facto de ser adaptativa, portanto, dotada de flexibilidade na resposta em cenários de catástrofe - passa a ser possível aplicar o conceito não só a infraestruturas mas também a instituições, organizações, sistemas sociais e sistemas económicos (Cutter et al., 2008).

Mediante a dificuldade de eleger um modelo já existente que seja completo, os autores desenvolveram um modelo próprio designado de *Disaster Resilience of Place Model (DROP)*, concebido para melhorar as avaliações da vulnerabilidade e resiliência a desastres a nível local ou comunitário²².

The disaster of place model is designed to present the relationship between vulnerability and resilience, one that is theoretically grounded, amenable to empirical testing, and one that can be applied to address real-world problems in local communities. (Cutter et al., 2008, p. 601).

As exigências para se avaliar metricamente atributos como a resiliência e a vulnerabilidade, prendem-se com o facto de ambos serem constituintes do tecido social e, como tal, dotados de uma panóplia de especificidades e subjetividades que são invisíveis a olhos externos e que fazem parte tanto do contexto geográfico como da reprodução social. Um conjunto de perceções e construções da realidade, intrínsecas às lógicas internas e à auto-organização, que visam o assegurar de uma identidade social e a continuidade da reprodução social em momentos de crise, havendo, portanto, uma constante renovação e auto-reorganização.

²² Caracterização e detalhes sobre o modelo DROP ver Cutter et al., 2008, pp. 601–604.

4. Sociedades Agrárias Africanas

As vicissitudes associadas ao conceito de sociedades agrárias Africanas (SAA) conduzem à emergência de uma polifonia de vozes e teorias que remetem ao século XIX, período em que a discussão em torno da *questão agrária* foi avivada com a política económica Marxista.

De carácter orgânico e nada estanque, este conceito tem, portanto, parte da sua base teórica e história crítica no debate entre marxistas e populistas na Rússia. A herança desse debate deixamos com uma polarização teórica sobre a validade histórica e social do conceito SAA, já que é um conceito que partilha uma estreita relação com o debate dedicado à *questão agrária*.

Na literatura é reconhecida uma multiplicidade de perspectivas que se debruçam sobre a *questão agrária*, as suas alomorfias e, possivelmente, o seu fim. Por um lado, há autores que reconhecem a validade e pertinência contemporânea da *questão agrária* e do conceito SAA e, por outro lado, autores que defendem o fim da *questão agrária* e que não legitimam o conceito de SAA.

4.1 O Debate da Questão Agrária

A *questão agrária* moderna e os discursos inerentes às SA, têm as suas principais raízes no debate dedicado à industrialização e penetração do capitalismo no meio rural, e têm assumido a relação capital/trabalho como preocupação central, já que a expansão do sistema capitalista teve e tem como resultado mudanças nas estruturas sociais e naqueles que foram e que são os meios de produção.

Uma análise à evolução da *questão agrária*, permite-nos depreender que o debate dedicado à mesma reflete os processos de industrialização e a linha cronológica do próprio capitalismo e socialismo, como no caso da Rússia e da China. Portanto, a *questão agrária* reflete também a evolução, tendências, transformações e nuances destes modelos.

De facto, a *questão agrária* tem existido através de uma lente que, acima de tudo, analisa, pensa e relaciona a industrialização, o capitalismo e o socialismo, não sendo a *questão agrária*, portanto, um questionamento autónomo nem tão pouco despojado de ideias e pressupostos pré-fabricados e construídos.

Para muitos autores, a discussão tem a sua formulação em preocupações predominantemente políticas, sendo sobre o papel do campesinato na sociedade socialista e capitalista, para outros sobre a disputa entre marxistas e não-marxistas, para outros é sobre a transição de sociedades tradicionais pré-capitalistas para sociedades capitalistas expressa nos modos de produção e inserção no mercado, para outros sobre o desenvolvimento do capitalismo

global e, ainda, para outros é sobre a dialética de conceitos e terminologia utilizada, legitimando, por exemplo, o conceito de sociedades rurais em prejuízo do conceito de SA.

Para Alexander Chayanov, no seu estudo aprofundado sobre as características internas da produção camponesa na União Soviética, a *questão agrária* foi indissociável do pensar o campesinato como um grupo específico, com uma lógica operacional e normas de organização, produção e acumulação próprias. Para o autor, o campesinato pertencia a uma estrutura económica diferente da do capitalismo e, portanto, requeria uma teoria económica distinta e própria- a teoria económica do campesinato (Chayanov, 1966) [1925].²³

Segundo Chayanov (1966), na sua análise que contrasta a agricultura familiar e a agricultura capitalista, o campesinato que se mantinha fora dos contornos do capitalismo tinha terra própria e praticava uma economia e agricultura familiar que não conta com mão-de-obra assalariada, e que tem como base as necessidades da unidade económica- a família- e a produção necessária para satisfazer essas mesmas necessidades.

A organização do trabalho e a produção dependeria da dimensão, características e composição das famílias, já que seria o número de consumidores vs. trabalhadores ativos que definia as necessidades e a produção familiar (Chayanov, 1966).

A proposta de Chayanov (1966), centra-se na reprodução doméstica como um ciclo demográfico que atravessa diferentes fases de acordo com a evolução do agregado familiar. A localização dos agregados familiares nesse ciclo demográfico, definida pelas diferentes fases da reprodução geracional e pela relação consumidores dependentes vs. trabalhadores ativos, seria o que contribuía para os índices de desigualdade entre os camponeses, nomeadamente no que diz respeito à dimensão da terra cultivada e ao acesso a instrumentos de trabalho.

Portanto, para o autor supracitado, a desigualdade provinha da diferenciação demográfica e não da formação de classes sociais como foi proposto por Lenin, que defendia um modelo de três classes camponesas básicas- camponeses ricos, médios e pobres- que viriam a transformar-

²³ Os estudos realizados por Alexander Chayanov tiveram como enquadramento a Rússia pré-capitalista e uma Rússia que em breve iniciava um capitalismo forçado. Realizados nos anos 20, os principais trabalhos de Chayanov só vieram a ser traduzidos para Inglês nos anos 60. *The Theory of Peasant Economy* foi primeiramente publicado em 1925, tendo sido traduzido em 1966.

Desde então o seu trabalho não só integra o debate internacional sobre a *questão agrária*, como influencia o mesmo. Atualmente, assistimos a um resgate e a um retomar do legado de Chayanov nas análises dedicadas ao papel da agricultura no capitalismo global, assim como, nos discursos que se debruçam sobre o repensar do desenvolvimento agrícola e rural, e sobre um desenvolvimento agrícola baseado na agricultura camponesa.

se em classes de capital agrário e proletariado, respetivamente camponeses ricos e camponeses pobres (Bernstein, 2009²⁴; Chayanov, 1966).

Na teoria Chayanoviana, o rendimento da família é analisado como um todo que inclui não só a produção agrícola, mas também outras atividades, como o artesanato e o comércio dos produtos. O rendimento depende do nível de intensidade laboral que, por sua vez, é determinado por dois fatores inerentes à estrutura interna da família- a posição no ciclo demográfico e respetiva pressão para satisfazer as necessidades do agregado familiar, e as condições produtivas que podem ou não favorecer a produção (Chayanov, 1966).

Segundo Chayanov, na economia familiar o sentido de acumulação não seria a prioridade nem a maior motivação, ao contrário do que acontece na economia capitalista, já que na economia familiar, o trabalho e a produção seriam geridos de forma a ser estabelecido um equilíbrio entre as necessidades satisfeitas e o esforço de trabalho.

O ponto de equilíbrio entre a intensidade de trabalho e a compensação do mesmo, varia de contexto para contexto e de acordo com as características de cada família. O que para algumas famílias seria trabalho forçado e desnecessário, para outras seria fundamental por precisarem de aumentar a capacidade económica para satisfazer as necessidades ainda não satisfeitas. O volume da atividade familiar dependeria, portanto, inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores, sendo que quanto maior a pressão para satisfazer as necessidades do agregado familiar, maior a intensidade do trabalho e o nível de *auto-exploração* (Chayanov, 1966, pp. 76–83).

Embora o campesinato fizesse parte do mercado, uma vez que vende os seus produtos, na perspetiva de Chayanov, não se poderia compreender a estrutura interna da unidade de trabalho familiar como parte do sistema capitalista, uma vez que a sua estrutura não inclui categorias económicas capitalistas, nomeadamente salários, juros sobre o capital, rendas pelas terras e lucros líquidos (Chayanov, 1966, p. xiii).

Segundo o autor, ainda que não pertencente ao sistema capitalista, o sistema económico do campesinato coexiste com o mesmo e ambos pertencem àquele que seria o sistema económico

²⁴ Henry Bernstein tem se debruçado principalmente sobre a *questão agrária*, os caminhos da transição capitalista, a economia política da mudança agrária, a relação entre o capital e o trabalho, a globalização e as suas projeções nas diferentes dimensões sociais. Central no seu trabalho foram as suas teorias sobre as sociedades agrárias e respetivas mudanças, com influência das abordagens marxistas e crítico da teoria de Chayanov.

Juntamente com Terry Byres foi fundador do *Journal of Agrarian Change* em 2001, tendo sido previamente editor do *Journal of Peasant Studies*.

nacional, interagindo e influenciando-se mutuamente. Defende que para entendermos realmente a organização da economia do campesinato, temos de considerar também a interação, correlação e influência mútua entre o mercado e estes agricultores (Chayanov, 1966).

A teoria económica do campesinato desenvolvida por Chayanov, é a teoria de um sistema económico não capitalista pertencente à economia nacional, e que legitima a persistência da economia camponesa. Com a sua perspetiva, Chayanov apresentava-se contra os marxistas que defendiam que a agricultura capitalista iria acabar por absorver os agricultores familiares.

Na literatura, a teoria de Chayanov é comumente contrastada com o modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura proposto por Lenin. Enquanto que para Lenin, o aprofundamento das relações mercantis, a divisão do trabalho, a diferenciação do campesinato e o antagonismo entre as classes sociais eram fulcrais para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e para a *transição agrária* (Bernstein, 2009; Chayanov, 1966; Shanin, 2005²⁵), para Chayanov o desenvolvimento da agricultura teria como base a resposta do campesinato à penetração do capitalismo, através da reorganização do campesinato num sistema cooperativo que permitiria um desenvolvimento da agricultura com base na cooperação das famílias camponesas (Chayanov, 1966). Um campesinato reorganizado não através da estratégia da coletivização forçada, mas sim através da criação deste movimento cooperativo que alcançaria economias de escala adequadas em diferentes ramos de produção. Um campesinato organizado cooperativamente como uma classe independente e tecnicamente superior a todas as outras formas de organização agrícola (Alves e Lima, 2018; Bernstein, 2009; Chayanov, 1966, pp. 263–269). Independente de

(i) predatory landed property and its exactions, (ii) capital and its imperative of accumulation, and (iii) state socialism and collectivisation as the 'proletarian line' in agriculture – respectively the burden of the past, the

²⁵ As suas publicações em inglês destacaram-se nos anos 70 e 80, embora o seu primeiro artigo em inglês tenha sido publicado em 1966.

Teodor Shanin foi o fundador dos *peasant studies* e, juntamente com Terence Byres e Charles Curwen, um dos fundadores e primeiros editores do *Journal of Peasant Studies* em 1973.

Elegeu como principais temas e preocupações o desenvolvimento do capitalismo e o seu impacto no campesinato Russo, a relação e o papel do campesinato no capitalismo, a modernização da agricultura proposta pelos Estados e os efeitos na agricultura camponesa, a compreensão abrangente da vida camponesa moderna, assim como, as teorias marxistas à luz dos contextos hodiernos.

Central no seu trabalho foi não só o destaque atribuído ao campesinato e a perspetiva de que o campesinato existiu e existe com as suas especificidades, mas também a conceção, com uma significativa influência de Chayanov, de um desenvolvimento agrícola baseado na agricultura camponesa.

pressures of the present, and the threat of the future. 'Technical superiority' refers to the optimal scale of a farm that can be managed and worked by family labour (which will vary with the technologies at its disposal), informed by the inimitable knowledge of its natural environment that it accumulates. The peasant household/farm economy thus remains the basic cell of Chayanov's model of agricultural development but it requires cooperation to achieve its technical superiority. (Bernstein, 2009, p. 60).

O legado da teoria Chayanoviana é tanto retomado como criticado e posto em causa por diversos teóricos, como por exemplo Bernstein (2010, pp. 92–94, 2009, pp. 64–66), por considerarem que abrange um campesinato “puro” e romantizado e, portanto, um campesinato que já não existe, ou que é, pelo menos, muito raro, uma vez que inevitavelmente o campesinato e a agricultura familiar estão expostos às dinâmicas capitalistas e, portanto, não são o grupo de subsistência com um sistema económico independente como Chayanov apresenta.

Teóricos que advogavam e advogam que o capitalismo suprimiria o campesinato, criticavam e criticam Chayanov, alegando que a sua teoria é obsoleta por se dedicar a uma classe social que caminha inevitavelmente para a extinção.

Chayanov contra-argumentava defendendo que a sua teoria não se apresenta como uma teoria económica nacional, mas antes como uma teoria que se predispõe a compreender de forma aprofundada os alicerces da organização interna da economia do campesinato e, portanto, uma teoria que reconhece a heterogeneidade dos sistemas económicos que constituem a economia nacional. Acrescenta ainda que, embora seja uma componente do sistema capitalista, a agricultura familiar ocupa um lugar específico e cria relações específicas com outras componentes socioeconómicas, sendo necessário estudar as dinâmicas evolutivas da agricultura familiar e a sua interação com os outros sistemas, portanto, a agricultura familiar como algo não estático (Chayanov, 1966, pp. 43–45).

O autor crítica ativamente o facto de o capitalismo ser usado como uma teoria e um sistema que visa homogeneizar as economias e as suas inter e intra-relações. Para Chayanov, seria antes de mais necessário pensar e desenhar uma teoria económica nacional específica para cada país e alinhada com as respetivas características.

Para Bernstein, além de questionar o campesinato ‘puro’ apresentado por Chayanov como objeto de estudo como referido anteriormente, a teoria Chayanoviana apresenta várias fragilidades e incompletudes, nomeadamente o facto de esta ser sustentada por noções

geraisobre o campesinato, carecendo de uma componente teórica substantiva sobre as relações sociais externas à unidade de produção chave - a família; o que leva Bernstein a caracterizar a teoria de Chayanov como *trans-histórica*, já que, por negligenciar a existência de uma panóplia de externalidades que se projetam no próprio campesinato e que influenciam o nível de *auto-exploração*, é aplicável a uma variedade de circunstâncias históricas (2009, pp. 64–66).

Em contraste com Chayanov, para o marxista Kautsky (1988) [1899]²⁶, no final do século XIX no contexto da Social-Democracia Alemã onde se debatia o papel do campesinato no processo de construção da sociedade socialista, a agricultura camponesa seria substituída pela agricultura capitalista, já que a industrialização seria o motor para o desenvolvimento.

Kautsky (1988) considerava o campesinato um obstáculo para a modernização. Se por um lado, na teoria de Chayanov (1966) a não adoção de maquinaria e a não modernização das atividades se justificava pelas características da unidade de produção camponesa, já que o uso de máquinas, além de se revelar desvantajoso pelo seu custo de aquisição e manutenção, seria sinónimo de economizar na mão-de-obra que os camponeses necessitavam de ocupar para manter o emprego interno, por outro lado, para Kautsky essa não adoção era apenas justificável pela falta de inteligência e incompetência em operar essas máquinas.

Segundo Kautsky, a penetração do capitalismo no meio rural era sinónimo de transformações nas unidades de produção camponesas que acabariam por sucumbir ao modo de produção industrial e acabariam por se tornar produtores de mercadorias e, portanto, dependentes do mercado e dos comerciantes que fariam a ponte entre o produtor e o consumidor (Kautsky, 1988; Shanin, 2005).

Para Kautsky, a proletarização do campesinato seria um processo inevitável, já que a inserção do campesinato no mercado de consumo e de trabalho, a sua necessidade de fazer face às crescentes necessidades monetárias e a sazonalidade das atividades agrícolas que gerava mão-de-obra ociosa, conduziria à venda progressiva da força de trabalho. À medida que os camponeses passavam a trabalhar para outros, menos tempo dedicavam à sua própria unidade, acabando por assistir à redução da sua produção, o que provocava um sistemático excedente de

²⁶ As teorias de Karl Kautsky, teórico marxista e um dos fundadores da ideologia social-democrata, tiveram como contexto a Revolução Russa em 1917. Kautsky, discordante de Lenin sobre a natureza da Revolução Russa, defendia que o capitalismo e a classe operária Russa em 1917, eram ainda embrionários e, portanto, não estavam reunidas as condições políticas, sociais e económicas para a transição para o socialismo. *The Agrarian Question - Die Agrarfrage* - foi primeiramente publicado em 1899, tendo sido traduzido em 1988.

mão-de-obra e forçava a venda de mais força de trabalho (Almeida e Paulino, 2000; Kautsky, 1988).

O trabalho assalariado seria o fator que conduziria à extinção do campesinato e da pequena propriedade, para dar lugar às grandes explorações agrícolas que, ao terem crescente acesso a mão-de-obra, tornar-se-iam cada vez mais eficientes e produtivas.

Para Kautsky, as grandes explorações capitalistas eram as únicas que possuíam os elementos e características que conduziriam às cooperativas socialistas, uma vez que o caminho para a coletivização seria conseguido através da socialização do trabalho coletivo e não do campesinato, já que a organização coletiva instigaria a abolição absoluta da propriedade e exploração individual da terra (Kautsky, 1988).

De foro político, era necessário substituir o campesinato pelo proletariado, pois a luta de classes e a revolução que levaria ao socialismo teria as suas raízes na classe operária e não no campesinato.

Para Kautsky o colapso e extinção do campesinato era um destino incontornável. No entanto, outros teóricos advogam o contrário.

Para Teodor Shanin, em certas facções alinhado com Chayanov, o campesinato é, naturalmente, algo que existiu e existe (Alves e Lima, 2018; Shanin, 2005, 1966).

Para Shanin (2005, 1966), a definição de campesinato inclui uma panóplia de elementos dinâmicos que se isolados, ou negando a sua interdependência, se tornam em si insuficientes para definir o campesinato. Esses elementos são internos e externos e incluem a relação e interação com outras classes sociais e o contexto societal mais amplo.

Se por um lado, para Shanin a sociedade camponesa tem uma linha transversal e uma *estrutura societária mais geral*, por outro lado, é também dotada de uma complexa heterogeneidade e, como tal, cada sociedade camponesa é distinta e com estruturas próprias que constituem a sua lógica de sobrevivência e a sua capacidade de se recriarem e sobreviver às crises, assegurando a sua existência no curso da história.

Para Shanin, naquela que é a *estrutura societária mais geral*, o campesinato é constituído por produtores de pequena-escala que, com a ajuda de equipamentos simples e com mão-de-obra familiar, produzem principalmente para auto-suficiência e para o cumprimento dos seus deveres para com os detentores do poder político e económico (Shanin, 1966, p. 6).

Nos estudos do autor, verifica-se uma evolução daquelas que são consideradas as características gerais específicas e definidoras do campesinato. Em 1966²⁷ apresenta-nos quatro e em 2005²⁸ seis categorias de características que distinguem os camponeses de outras classes sociais. Esta mutabilidade exprime o que o autor advoga em muitos dos seus estudos, o facto de os conceitos não poderem ser assumidos como algo hirto, e o facto do campesinato não poder ser compreendido como se de uma configuração estática e a-histórica se tratasse.

As seis categorias de características apontadas mais recentemente por Shanin, são a dimensão económica, caracterizada pelo trabalho familiar, pelo controlo dos meios próprios de produção, pelos direitos de posse e controlo da terra diferirem da propriedade legal dos não-camponeses, por ser uma economia de subsistência e com uma multidimensionalidade a nível das atividades e papéis desempenhados em prol de um equilíbrio entre agricultura, atividade extrativa e artesanato. Semelhante a Chayanov, Shanin refere que a unidade de produção camponesa assume o papel duplo de produtor e consumidor, e que o equilíbrio entre as necessidades de consumo, a mão-de-obra familiar disponível e a potencialidade da terra influenciam e moldam as atividades do campesinato; a dimensão da organização política, caracterizada pelos *sistemas de intermediação e apadrinhamento*, pela *tendência à “segmentação vertical” e ao facciosismo*, e pelo *banditismo, a guerrilha e a atmosfera política de rebelião camponesa* reconhecíveis em várias sociedades camponesas; a dimensão das normas e crenças, caracterizada pela *racionalização tradicional e conformista*, pelo *papel da tradição oral*, por *“mapas cognitivos” específicos (por exemplo, a percepção circular do tempo)*, pelas *normas de aprendizagem ocupacional*, pelas *tendências ideológicas* e por *padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas*; a dimensão da organização societal, caracterizada pelas suas unidades básicas e seu funcionamento, incluindo não só o grupo doméstico mas também a rede mais ampla de interação social, nomeadamente as aldeias, onde os *padrões internos de interação e/ou exploração* entre os camponeses e outros membros dessas unidades, como os trabalhadores rurais, artesãos, pequenos burocratas e pequenos capitalistas, são próprios e peculiares; a dimensão da dinâmica societal e reprodução social, caracterizadas pelo ritmo de vida que reflete a sazonalidade do ano agrícola, e pelos padrões a nível da *produção das necessidades materiais, da reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais*; e, a dimensão das mudanças estruturais, caracterizada pelas interações com sociedades e sistemas nacionais e internacionais, pelas reações a essas interações e pela forma

²⁷ Shanin, 1966, pp. 6–10.

²⁸ Shanin, 2005, pp. 3–5.

como esses processos dinâmicos se refletem na estrutura da sociedade camponesa (Shanin, 2005, pp. 3–4).

Na perspectiva de Shanin, e na linha do que foi exposto sobre a teoria Chayanoviana, a lógica do campesinato seria a economia familiar e não a lógica da acumulação capitalista. O facto de o lucro e a acumulação aparecem raramente como motivação e na sua forma pura e simples, torna os modelos conceptuais puros de maximização do rendimento numa sociedade de mercado inviáveis na sua aplicabilidade na economia camponesa (Chayanov, 1966; Shanin, 1966, pp. 7–8).

Para Shanin (1966), e também para Chayanov (1966), as decisões tomadas pelos agricultores familiares não têm como base cálculos aritméticos de lucro ou de rendimentos vs. despesas, mas antes a sua perceção intuitiva se economicamente será ou não uma boa opção. A estrutura e organização da produção, é construída não por um sistema de contas ou mecanismos de planeamento, mas antes por um conhecimento que foi sucessivamente legado e observado, por seleção de experiências que resultaram durante vários anos e, que por imitação e mecanismos subconscientes, são implementadas geração após geração.

Shanin refere-se à lógica camponesa como um pensamento pré-Socrático uma vez que o comportamento aparentemente irracional dos camponeses no que diz respeito à terra, à produção, a empréstimos, a preços justos e rendimentos, não se trata necessariamente de uma ausência de pensamento, mas antes de estruturas de referência e de um padrão de pensamento peculiar ao grupo, que responde adequadamente às suas necessidades (Shanin, 1966, p. 11). A aparente irracionalidade e sincronicidade de elementos contraditórios são, na verdade, mecanismos endógenos que viabilizam a sobrevivência e continuidade desta classe social.

As ideias centrais de Shanin sobre a *estrutura societária mais geral* do campesinato, são utilizadas como ferramentas que possibilitam a compreensão das heterogéneas formas de ser camponês. Para o autor, o importante é não criar definições balizadas e estáticas para se determinar se certos grupos são ou não camponeses, e reconhecer que as características do campesinato não existirão sempre na mesma configuração, já que o próprio tempo é sinónimo de mudanças no contexto (Alves e Lima, 2018; Shanin, 2005, 1966).

(...) o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não-apanas-camponesa e/ou extra-historicidade. (...) Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas

características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla (...).
(Shanin, 2005, p. 18)

É também nestes termos que Shanin se refere à teoria económica do campesinato de Chayanov, já que para Shanin este não abordava o campesinato como algo estático e eterno na sua configuração, mas antes debruçava-se sobre um campesinato específico num determinado contexto e momento histórico (Alves e Lima, 2018).

Shanin admite que são encontradas dificuldades na definição do campesinato e na validação de este ser uma classe social *per se*. Reconhece as abordagens de diferentes teóricos que não validam esta classe social, mas contra-argumenta em prol da existência da mesma, já que para Shanin as classes sociais existem à luz da inter-relação social com outras classes e grupos, e fora desta inter-relação uma classe deixa de existir (Shanin, 2005, 1966). Considera também que a subdivisão conceptual da sociedade é crucial para qualquer interpretação da estrutura, funcionamento e mudança social (Shanin, 1966, pp. 16–17), sendo que o importante é manter esses conceptualismos orgânicos e com limites permeáveis.

Shanin crítica ativamente a necessidade de se delimitarem conceitos e a imposição de modelos e balizas concetuais, uma vez que estes são sempre castradores da complexidade e da riqueza da realidade. Defende antes que os conceitos devem ser orgânicos e que o seu uso deve ser despojado de forçosas tendências externas e dos ditames teóricos estáticos, já que os conceitos não têm que ser necessariamente *mutuamente excedentes ou permutáveis*, e que o seu uso depende de como estes são relacionados com a realidade em estudo (Shanin, 2005, p. 15).

Os camponeses “são” uma classe, uma economia, uma part- society e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos. Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceitual válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. (...) De facto, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais. (Shanin, 2005, p. 16).

Para Shanin (2005), é indubitável que o campesinato contemporâneo existe na sociedade capitalista como unidade agrícola com as suas especificidades na estrutura, escala, produção e reprodução. O que é fundamental é reconhecer a existência de não uma, mas várias vias da transformação capitalista da agricultura, assim como, a existência de dimensões que são mais amplas do que a própria agricultura, nomeadamente as componentes de trabalho e de capital.

Em dissonância, para o teórico Henry Bernstein, que critica modelos e teses populistas e neopopulistas que apresentam uma visão reacionária e utópica sobre as estruturas agrárias e que ressoam a lógica Chayanoviana para analisar a *questão agrária* da atualidade, a transição para o capitalismo e as diversas formas e fases de internacionalização do capital, significa o fim do campesinato ‘puro’ e da *questão agrária clássica* (Bernstein, 2004, 1996).

O autor supracitado, advoga que o campesinato pertence a dois tipos de circunstâncias históricas, às sociedades pré-capitalistas e aos processos de transição para o capitalismo, e que, com a penetração do capital e o conseqüente desmantelamento da *economia natural*, o caráter social da agricultura altera-se, e os camponeses passam por um processo de comoditização. Os camponeses transformam-se em *Pequenos Produtores de Mercadorias*, que combinam a produção para auto-consumo e a produção de mercadorias como forma de assegurar a sua reprodução (Bernstein, 2010, 2005, 2004, 1979).

É com base na integração no mercado capitalista, nas relações sociais de capital e nas subsequentes divisões internacionais de trabalho e mercados, que Bernstein sustenta o seu discurso seminal no qual defende que já não existe uma *questão agrária* mundial, pelo menos na ótica da *questão agrária clássica* de herança marxista que se debruçava sobre as conseqüências da emergência e penetração do capitalismo (2004, 1996) e que tinha como base a dicotomia “atrasado” vs. industrializado, sendo, portanto, uma *questão de industrialização* (Moyo et al., 2013).

Para Bernstein, a *questão agrária clássica* foi sobrepujada pela generalização das *relações de mercadorias à escala global* (Bernstein, 1996, pp. 45–46) e, na atual fase do capitalismo, caracterizada pela globalização, a *questão agrária* assume novos contornos- uma “*questão agrária do trabalho, que é separada da do capital, enraizada nas classes de trabalho fragmentadas, nas crises de empregabilidade e manifestada nas lutas de acesso à terra de forma a assegurar algumas das necessidades de reprodução.*” (Bernstein, 2004, pp. 220–221, 1996).

No cerne da *questão agrária do trabalho*, estão as condições que induziram os agricultores familiares a desdobrarem a sua mão-de-obra entre a sua produção para auto-consumo e a venda da sua força de trabalho, muitas vezes articulado com a economia informal. A *comoditização da subsistência* e a necessidade crescente de se aceder a rendimentos monetários foi, portanto, sinónimo da divisão do trabalho na agricultura e fragmentação das divisões sociais (Bernstein, 2010).

De sublinhar, que a capacidade de responder às necessidades alimentares do agregado familiar através da sua própria produção, é moldada pela forma como a força de trabalho do agregado está integrada na relações de mercantilização, já que a venda da sua força de trabalho é o que permite, em muitos dos casos, o acesso a insumos agrícolas e a produção de subsistência, que passa a ser financiada com os rendimentos monetários, que também são utilizados na compra de alimentos quando a produção para auto-consumo não é suficiente para suprir as necessidades domésticas (Bernstein, 2010, pp. 103-104).

Tendo como base os processos de comoditização, a mercantilização da subsistência e as relações sociais de produção e de reprodução, Bernstein propõe uma diferenciação de *classes de capital* e uma diferenciação de *classes de trabalho*. A primeira, que diz respeito à diferenciação de agricultores e à sua reprodução, distingue três classes de agricultores, nomeadamente *agricultores capitalistas emergentes*²⁹, *agricultura de média escala*³⁰ e *agricultores pobres ou marginalizados*³¹ (2010, pp. 106–110); e, na segunda diferenciação, o autor atribui a tónica a dimensões que vão além da esfera estrita das práticas agrícolas como o capital, e a dinâmicas que são dilatadas além da agricultura como as dinâmicas de trabalho, o que Bernstein designou de *agriculture beyond the farm* e de *rural labour beyond the farm*, respetivamente (2010, pp. 110-112).

²⁹ “*Emergent capitalist farmers* often invest in activities ancillary to farming, like crop trading and processing, rural retail trade and transport, advancing credit, renting out draft animals and tractors and selling irrigation water. They also invest in urban activities, education for their sons and good marriages for their daughters, and alliances with government officials, and in political processes and influence more generally. In short, they engage in ‘diversification for accumulation’.” (Hart, 1994, citado em Bernstein, 2010, pp. 106–107).

³⁰ “*Medium-scale farming* typically rests on combining farming with off-farm activities, including labour migration, as a source of income to help reproduce farm production, especially when its costs of reproduction are rising. It also rests, as just noted, on the capacity to hire wage labour, provided by landless workers or marginal farmers, who are often migrants. Wage labour may be hired to replace family labour engaged in other off-farm activities or to augment family labour at moments of peak demand in the farming calendar, like weeding and harvesting.” (Bernstein, 2010, p. 107).

³¹ “*Poor or marginal farmers* engage in ‘survival’ activities to reproduce themselves, primarily through the sale of their labour power.” (Bernstein, 2010, p. 107).

Ainda que concordante que é necessária uma diferenciação de classes, Harriet Friedmann (1980) contrasta com Bernstein (1979) e defende que a *Produção Simples de Mercadorias* não é a evolução nem o caminho inevitável do campesinato, mas antes dizem respeito a duas classes diferentes e coexistentes, com lugares distintos no seio da economia política.

Friedmann sustenta a sua distinção com vários argumentos referentes às diferentes formas de produção. Identifica, por um lado, os *Pequenos Produtores de Mercadorias* como uma classe que combina trabalhadores e proprietários dentro da economia capitalista e que tem na base da sua reprodução relações abstratas entre produtores de mercadorias, capital bancário e mercados de trabalho, e por outro lado, o *campesinato* como uma classe que tem na base da sua reprodução relações *comunitárias e/ou de classe* que limitam a penetração das relações de mercadoria no processo produtivo. A autora acrescenta ainda que enquanto os *Pequenos Produtores de Mercadorias* estão em concorrência, no *campesinato* as relações não são definidas pela competitividade e incluem o intercâmbio local de produtos e a partilha recíproca de mão-de-obra, sendo por isso a aldeia a arena imediata de reprodução e não os fluxos comerciais como no caso dos *Pequenos Produtores de Mercadorias*. Mesmo as relações assimétricas, como as relações de crédito e de arrendamento, são com determinados indivíduos e não com bancos ou empresas, e não são regidas por preços de mercado (1980, pp. 161–165).

A competitividade ou a ausência dela, distingue a capacidade de fazer frente às oscilações do mercado. Enquanto os *Pequenos Produtores de Mercadorias* adaptam as suas estratégias e, se necessário, mudam a sua produção e permanecem no mercado, os camponeses não podem alterar os seus produtos facilmente e, portanto, continuam a vender a preços decrescentes ou acabam por se retirar do mercado, o que acaba por se projetar no desenvolvimento das forças produtivas, já que há menor pressão para o aumento da produtividade e do capital, havendo antes uma baixa produtividade do trabalho e da terra (Friedmann, 1980, p. 165).

Embora a produção camponesa, tal como a produção dos *Pequenos Produtores de Mercadorias*, esteja localizada dentro do sistema capitalista e de estruturas económicas externas que acabam por condicionar os processos internos, a sua especificidade encontra-se na sua integração apenas parcial nos mercados, sendo este, segundo Friedmann (1980), o ponto unificador e distintivo do campesinato.

Na perspetiva da autora, os modos de produção que são moldados pelas relações dentro da formação social³² e da unidade produtiva, as relações com o mercado e as relações sociais no

³²Ambos conceitos marxistas, o conceito *formação social* e o conceito *modo de produção* surgem no materialismo histórico de Marx.

âmbito da formação social mais alargada, ou seja, com outras classes, são no fundo as condições de reprodução social que diferem profundamente entre estas duas classes.

Para Friedmann (1980), alinhada em certos pontos com Shanin (2005, 1966), os modos de produção são, portanto, a base da diferenciação de classes e das relações sociais agrárias, e, portanto, pelas suas particularidades, o campesinato tem de ser analisado como uma classe específica que é em si heterogénea. Neste sentido, assumindo que a formação social do campesinato não é, por definição, totalmente capitalista, e que a terra é o meio de produção central para a distinção entre as formas de produção *camponesas*, a autora sugere uma distinção inicial entre quatro formas de produção camponesa - “1) *independent household production*, 2) *sharecropping and related types of precapitalist rent*, 3) *a form which combines the first two, and has led to the usage 'poor, middle, and rich peasants'*, and 4) *the hacienda, of which the latifundium may be seen as a special case.*”³³ (Friedmann, 1980, p. 176).

Dentro da mesma senda, Bryceson (2000a), debruçando-se sobre o contexto Africano, Asiático e Latino Americano, argumenta que à luz do neoliberalismo, das teorias de desenvolvimento modernistas e das ciências sociais pós-modernistas, o campesinato tem sofrido erroneamente um anular e uma (re)negação da sua existência. Segundo a autora, esta tendência tem as suas raízes na *fracturação económica* do campesinato, ou seja, na crescente diversificação de estratégias de subsistência que articulam práticas agrícolas para consumo e outras atividades que visam o acesso a dinheiro, o que acaba por ser analisado como um processo de perda de identidade.

Efetivamente podemos estabelecer uma relação entre esta diversificação das estratégias de subsistência com o que Bernstein (2010, 2004, 1996) designou de *comoditização da subsistência*, e que teve na base da sua tese sobre o fim da *questão agrária clássica* e do campesinato e o brotar da *questão agrária do trabalho*, mencionado anteriormente.

O *modo de produção* é a base da *formação social* e caracteriza o regime social, na medida em que o *modo de produção* diz respeito ao como uma sociedade produz e, portanto, define a própria *formação social* e respetivas dinâmicas e dimensões.

O *modo de produção* inclui tanto as forças produtivas como as relações de produção.

A *formação social* refere-se ao processo de formação das sociedades e inclui os vários *modos de produção*. Abrange, portanto, as várias forças produtivas e as relações de produção intrínsecas ao *modo de produção*, assim como, as dimensões políticas, institucionais, culturais, religiosas e filosóficas inerentes a essas relações.

Sobre o *modo de produção* e a *formação social* ver por exemplo Althusser et al., 2015; Küttler, 2011; Marx, 1990 [1867].

³³ Sobre a distinção entre as quatro formas de produção camponesa ver Friedmann, 1980, pp. 176–180.

No entanto, de acordo com Bryceson (1996, 2000a) essa diversificação da subsistência não significa implicitamente a erosão do campesinato, mas é antes aquilo que confere uma autonomia parcial aos camponeses e contribui para a sua resiliência e capacidade de mitigar alguns riscos, assegurando a sua sobrevivência física e reprodução social. A diversificação da subsistência conduz a uma *desagrariação*³⁴, ou seja, a uma reorientação das atividades económicas, ao ajustamento das opções, ao realinhamento das populações fora dos padrões agrários e à fragilização dos tecidos sociais, mas não à extinção completa do campesinato. A *desagrariação* é um processo que predomina na ASS, com exceção da África do Sul, que segundo Bryceson (1996), já é um país de carácter intrinsecamente industrial e, portanto, já passou por esse período de *desagrariação*.

As manifestações evidentes e mensuráveis deste processo [de desagrariação] são: uma diminuição do grau de auto-suficiência alimentar e das necessidades básicas das famílias rurais, um declínio do trabalho agrícola em relação ao trabalho não agrícola nas famílias rurais e no total da despesa nacional de mão-de-obra, uma decréscimo da produção agrícola per capita na economia nacional em relação à produção não-agrícola, e uma proporção decrescente da população total residente nas zonas rurais. (Bryceson, 1996, p. 99).

A identidade social do campesinato e a sua continuidade têm sido questionadas à luz desta lógica de perda de uma identidade que se vai metamorfoseando num processo acumulativo de múltiplos papéis locais e profissionais, vistos como elementos descaracterizadores da *identidade camponesa*. Contudo, para Bryceson (2000a) o *campesinato tornou-se invisível* aos olhos ocidentais, uma cegueira propositada e mediada por normas ocidentais, mais pela identidade confusa e incerta do mundo pós-moderno do que propriamente pela estrutura híbrida do campesinato contemporâneo.

Ainda que Bernstein advogue o fim da *questão agrária clássica*, o autor reconhece que esse fim não foi simétrico nem acompanhado de uma resolução à escala global, já que várias geografias, como as zonas rurais do Sul Asiático e da África Subsaariana, continuam sem ter

³⁴ Bryceson distingue os processos de *descampesinamento* e *desagrariação*, sendo que o primeiro diz respeito a uma forma específica do segundo. Ver Bryceson, 2000b.

concluído, [se é que chegaram a iniciar], o processo de industrialização e a transição para o capitalismo, portanto, a *transição agrária* (Bernstein, 2004, p. 202, 1996, pp. 50–51).

As vias para a *transição agrária* não são lineares e tão pouco um axioma. Para Bernstein (1996, pp. 38–39), o processo envolve particularidades como o tempo em que ocorre, ou seja, a *pré-história* que determina as condições iniciais da transição e a duração dessa transição.

A heterogeneidade nos tempos, espaços e longevidades da *transição agrária*, conduziu a um desfasamento entre as diferentes geografias. As perspectivas de *transição agrária* nos países ditos ‘do Sul’, uma transição para a industrialização e crescimento económico, foram moldadas pela forma como esses mesmos países foram integrados pelo imperialismo moderno na economia capitalista mundial no final do século XX (Bernstein, 1996).

Perante o reconhecimento da não conclusão da *transição agrária* em muitas geografias, Moyo et al. (2013) discordam contundentemente com a premissa de Bernstein sobre o fim da *questão agrária clássica*, já que tanto o progresso como o atraso económico são congeniais, e que a deslocação do debate para a esfera política e numa lógica de ‘Norte’ para ‘Sul’ tem tido como consequência gravosa o absolvimento do ‘Norte’ de qualquer obrigação transformadora, limitando-se a fornecer ‘ajuda’ ao ‘Sul’ ou a remover subsídios para ‘permitir’ que os países ditos ‘subdesenvolvidos’ possam entrar no mercado e ‘competir’ numa abstração de consequências sociais, políticas e ambientais.

Os autores propõem analisar a *questão agrária* de um prisma que incorpora não só a *questão da industrialização*, mas também a *questão da libertação nacional*, numa lógica em que a segunda é a *maturação* da primeira. A principal diferença entre a *questão agrária clássica da industrialização* e a da *libertação*, é que a segunda “articula com clareza a exigência de industrialização e a capacidade de autodeterminação relativamente às relações externas e equilíbrios internos, e permite ainda incluir dimensões como equidade de género, sustentabilidade ecológica e integração regional.” (Moyo et al., 2013, p. 103).³⁵

Se é verdade que nos países ditos ‘do Sul’ a *questão agrária clássica* não vislumbrou um fim ou uma resolução, não é menos verdade que estes países se encontram também submergidos na *questão agrária do trabalho* proposta por Bernstein, uma vez que é reconhecida a práxis de diferentes estratégias de subsistência que articulam atividades monetariamente remuneradas e atividades de auto-consumo.

³⁵ Sobre a *maturação* da *questão agrária clássica* para a *questão agrária da libertação*, Moyo et al. referem três pontos, nomeadamente a *continuidade dialética*, a *estrutura do imperialismo* e a *componente política da questão agrária*. Ver Moyo et al., 2013, pp. 104-110.

As *transições agrárias* desses países, no fundo os projetos de desenvolvimento nacional de cada país, são inevitavelmente arquitetadas e moldadas pelo capitalismo global e hegemonia neoliberal.

Este paradigma tem suscitado discursos que se debruçam sobre o repensar do desenvolvimento agrícola e rural, e que apresentam um projeto político que se opõe à globalização em prol dos movimentos transnacionais de camponeses e de agricultores familiares, como a organização internacional Via Campesina³⁶.

Esse projeto político propõe uma *nova questão agrária* que, afastada das preocupações originais da *questão agrária clássica* de herança marxista e da *questão agrária do trabalho* proposta por Bernstein, se debruça sobre o paradigma do capitalismo global e que tem como base um desenvolvimento que visa o empoderamento do campesinato e dos agricultores familiares (McMichael, 2006; Moyo et al., 2013).

Para McMichael, que considera a *nova questão agrária* como sendo a *questão agrária do século XXI* (2006, p. 481), o distanciamento em relação à *questão agrária clássica* e à *do trabalho* é fundamental para que seja possível reverter o pressuposto modernista de que a *questão agrária* deve ser resolvida pelo capital e pelo trabalho, já que esse pressuposto conduz a ideias desenvolvimentistas enviesadas que negligenciam o valor concreto que os camponeses atribuem à sua relação com a terra, não obstante de assegurarem a sua reprodução com trabalhos fora da sua exploração agrícola e estarem integrados em relações capitalistas (2006, p. 477).

No cerne da *nova questão agrária* está a resistência ao neoliberalismo, ao capital global e à transformação da produção agrícola em algo alienista aos camponeses e agricultores familiares. Alternativamente, advoga uma nova reforma agrária que nobilita a reivindicação da soberania alimentar e dá primazia à dimensão ecológica como contraproposta ao padrão do agronegócio que, segundo McMichael (2006, p. 476), tem sido sinónimo de despojamento dos agricultores familiares das suas terras e práticas, de apropriação do conhecimento local e da imposição de fluxos de importação e exportação em prejuízo dos sistemas locais de comercialização.

Faz também parte da *nova questão agrária*, a proposta de articulação entre a soberania das próprias sociedades, que determinam o conteúdo substantivo dos seus direitos, e o papel do Estado como o agente que tem o direito e dever, sem pressões ou interferência externa, de formalmente garantir esses mesmos direitos (McMichael, 2006, p. 479).

³⁶ Sobre a Via Campesina ver por exemplo Vieira, 2012.

Nesta proposta a tónica é atribuída a uma política económica que privilegia a *peasant way*, um caminho e projeto político soberano de *recampesinamento* (Moyo et al., 2013), não num sentido arcaico, romantizado, *pré-moderno* ou de rejeição da tecnologia e do comércio como explica McMichael (2006), mas antes numa lógica de reintegração do humano e do ecológico, oferecendo justiça social e *alternativas às catástrofes sociais e ecológicas do capitalismo neoliberal* (pp. 478–480).

A linha conceptual e respetivos axiomas inerentes à *nova questão agrária*, têm sido alvo de debate e de criticismo pela sua carência de especificações e tendência a classificar as SA como uma única classe social homótona, despojada de características contextuais e de dinâmicas sociais concretas e que tem como objetivo único transcender o capitalismo global.

Para Bernstein, muitos dos discursos alinhados com a *nova questão agrária* caracterizam-se pelo seu populismo agrário ou perfil neopopulista³⁷, já que se baseiam numa construção nostálgica sustentada em fundamentos como a reforma agrária redistributiva³⁸, eliminação do enviesamento urbano e resistência agrária global (2010, pp. 120–121, 2009, p. 75).

Para o autor, ainda que reconheça que a *nova questão agrária* é uma proposta que merece ser investigada em circunstâncias particulares, a debilidade mais significativa da mesma é o facto de carecer de um conjunto de elementos que fundamentem uma economia política adequada, nomeadamente a teorização das classes de trabalho e da relação capital/trabalho intrínseca às dinâmicas agrícolas; a especificação daqueles que seriam os sistemas alternativos de produção agrícola naquela que seria a fase pós-capitalista; a especificação das dinâmicas de produção e reprodução; e, a formulação concreta de como a resistência agrária global poderia funcionar como projeto político global (Bernstein, 2010, pp. 119–123, 2009, pp. 74–76).

De facto, reconhece-se que muitas das propostas teóricas reivindicadoras da soberania dos camponeses e agricultores familiares, carecem da *sociologia económica* e da *sociologia política*³⁹ referida por Bernstein- a carência de especificação dos processos de mudança e de diferenciação das classes rurais, e a carência de especificação do contexto histórico e das experiências e culturas de resistência, respetivamente (2010, pp. 120–121).

As taxonomias dedicadas ao meio rural, ao campesinato, aos agricultores familiares e/ou aos agricultores de pequena-escala, têm contestado empiricamente e normativamente a sua existência e continuidade. Um desafio epistémico protagonizado por diferentes teóricos que,

³⁷ Sobre a crítica do populismo e neopopulismo ver Bernstein, 2009, pp. 68–71.

³⁸ Sobre reforma agrária redistributiva ver Bernstein, 2004.

³⁹ Sobre *Economic Sociology* e *Political Sociology* ver Bernstein, 2010, pp. 115–117.

alinhados em alguns casos e em dissonância noutros, legitimam ou não as várias possibilidades conceptuais e respetivos conceitos.

Um debate sobre interpretações, conceituações e desconceituações, onde na verdade o que nos interessa não é a dialética de conceitos, mas sim a compreensão das intra e inter-relações que definem as SAA.

A pluralidade de possibilidades de análise leva-nos à constatação de que a multiplicidade de papéis e funções desempenhadas pelos agricultores familiares, ou campesinato, faz com que estes passem a existir numa panóplia de cenários sujeitos à dinâmica e compulsões da mercantilização, o que não permite eleger uma definição estrita respeitante à diversidade de quem são o campesinato e/ou os agricultores familiares e/ou os agricultores de pequena-escala e/ou os trabalhadores agrícolas e/ou os agricultores assalariados.

Não obstante que de facto existe uma policultura de propostas de classes e definições no debate da produção e reprodução social da agricultura, optamos por assumir o conceito de SA para abordar as relações, dinâmicas e práticas sociais da agricultura, uma vez que este conceito apresenta fronteiras sociais fluidas capazes de absorver a polivalência de existências e as infinitas possibilidades de estratégias de subsistência, incluindo as que extrapolam os contornos rurais/urbanos, e incluindo também a articulação dos modos de produção pré-capitalistas e da economia moral com o capitalismo.

Reconhece-se que o diálogo com a penetração do capitalismo no meio rural e com a longa *transição agrária*, conduz a uma inevitável mercantilização da subsistência que implica uma interação e exposição às dinâmicas e ditames do capital, o que imperiosamente implica analisar as dinâmicas e dependências entre vários elementos e respetivas relações sociais que moldam as estruturas agrárias como um todo.

Acrescentamos ainda que, não obstante de localizarmos as SA nas relações de produção capitalista, embora em condições menos delimitadas do que as do proletariado na medida em que a produção familiar não está sujeita à expropriação total nem aos modos de regulamentação e disciplina do trabalho exercido no âmbito da produção capitalista, este processo de inclusão no sistema capitalista não invalida a pertinência ou relevância das SA como objeto de estudo, como é tão sobriamente exposto por Shanin quando, ainda que em relação ao campesinato, afirma que, “[n]ão há dúvida de que o campesinato vive hoje em uma sociedade capitalista. Mas viver em uma sociedade capitalista não significa, por si só, que a vida de uma família camponesa seja de modo semelhante à vida de uma família em uma sociedade capitalista.” (Alves e Lima, 2018, p. 242).

Não nos referimos, portanto, a um protótipo romantizado de campesinato nem a agricultores intemporais que não interagem com externalidades, nem tão pouco assumimos um tom bacoco, reacionário ou neopopulista, mas antes referimo-nos à coexistência de diferentes classes sociais, onde privilegiamos o ‘e’ em prejuízo do ‘ou’.

Assim, argumentamos que o conceito de SA permeia diferentes formas de reprodução e desafia os pressupostos herdados de divisões uniformes, como trabalhador vs. agricultor, assalariado vs. independente, agricultor familiar vs. agricultor capitalista, entre outras polarizações limitadoras.

Contudo, salvaguarda-se que o conceito SA não anula a existência de classes, como as propostas por Bernstein (2010); abre antes a possibilidade de se analisarem as relações e tensões entre as diferentes classes, já que se reconhece que, de facto, as diferentes classes existem apenas quando em confrontação com outras classes e, como nos diz Shanin, “a subdivisão conceptual da sociedade é crucial para qualquer interpretação da estrutura social, funcionamento e mudança.” (1966, pp. 15–16).

Desta forma, o conceito de SA tem o potencial de absorver as diferentes tipologias e classes, e, portanto, podemos dizer que é dotado de uma ubiquação classificatória que permite pensar e analisar a complexidade das várias componentes que constituem as estruturas agrárias.

Miguel et al. (2018), acrescentam ainda que as SA devem ser analisadas à luz da Teoria Geral dos Sistemas do biólogo Ludwig von Bertalanffy, já que estas são sistemas complexos e abertos inseridos num ambiente dinâmico, diverso e imprevisível, e com fronteiras permeáveis que acomodam uma constante interação com outros sistemas, o que implica um fluxo contínuo de importações e exportações de informações, recursos, bens, serviços, acontecimentos e indivíduos de e para outras sociedades. Estas relações são sinónimo de mudanças nas sociedades que estando constantemente expostas a eventualidades, adversidades e riscos que podem ser previsíveis ou imprevisíveis, imediatos ou progressivos e que podem ter origem externa e serem temporalmente e espacialmente distantes, vão se auto-reorganizando e adaptando a novas circunstâncias e sofrendo mutações internas (Bertalanffy, 1968).

Alinhados com esta diretriz, assumimos as SA como sistemas abertos constituídos por vários subsistemas, tendo como base a já referida lógica do ‘e’ não do ‘ou’ que privilegia a heterogeneidade em prejuízo de uma imposta homogeneização. Não se trata de agricultores isolados, mas antes de uma formação social composta por diferentes categorias de agricultores, bem como por artesãos e prestadores de vários serviços, entre os quais é estabelecida uma divisão do trabalho com as respetivas relações, tratando-se, portanto, de sociedades dotadas não

só das suas próprias normas e princípios de funcionamento, mas também de contradições e de possíveis conflitos entre os seus componentes (Cochet, 2015).

Interessa-nos especificamente as SAA no âmbito das relações sociais, das dinâmicas de produção e reprodução e respetivos processos de mudança. Torna-se, portanto, imperioso referir que, e de acordo com o que se tem vindo a expor, estas não dizem apenas respeito às técnicas e sistemas produtivos utilizados por um conjunto de indivíduos, mas antes aos mecanismos que existem num determinado ecossistema e que asseguram uma auto-organização económica, política, institucional e social da vida rural, incluindo normas de distribuição e acesso a terra e recursos, divisão social do trabalho, gestão dos insumos e da produção, gestão dos excedentes agrícolas e das relações de troca, hierarquias sociais e estruturas de parentesco (Cochet, 2015; Todaro e Smith, 2012).

Concludentemente, partimos de três principais pressupostos. Primeiramente, que a penetração do capitalismo e a reprodução de base capitalista, tem um grande parênteses - os países que não completaram a *transição agrária*, ou seja, o capitalismo não penetrou em todas as regiões de forma homogénea e numa linha reta 'evolutiva', já que há agricultores que ainda têm terra e/ou produzem para auto-consumo.

Em segundo, as SAA não são estruturas estáticas e assumem os seus contornos orgânicos dentro do sistema capitalista e não num universo alienista paralelo, estando num contínuo processo de mudança estrutural.

Por último, reconhecemos nos países da ASS a concomitância da *questão agrária clássica* e da *questão agrária do trabalho*. A primeira porque de facto se reconhece que há uma *transição capitalista incompleta*, complexificada pelas tendências globalizantes e pelo facto de os países dito em desenvolvimento enfrentarem barreiras colossais à industrialização quando comparado com aquela que foi a industrialização dos países já industrialmente avançados, havendo, portanto, a constante premissa de que há uns 'atrasados' em relação aos outros, sendo necessário, segundo O'Laughlin (2016), enfrentar as contradições de classe do capitalismo; e, relativamente à segunda, a *questão agrária do trabalho*, porque se reconhece alguns dos argumentos referidos por Bernstein (2004) em relação à fragmentação do trabalho, nomeadamente as múltiplas estratégias de subsistência e as crises causadas pela incapacidade das indústrias, ou aliás pela sua inexistência que de facto caracteriza a *transição agrária incompleta*, absorverem o *exército de reserva industrial* (Bryceson, 1996, p. 104), ou seja, a mão-de-obra que, despojada dos seus meios de produção, passa forçosamente a estar disponível para a indústria.

Portanto, as SAA são sociedades heterogêneas em *transição*; uma *transição* longa, onde há características culturais e sociais que se mantêm enquanto outras se alteram, sendo que a integração econômica pode acelerar essas transformações.

Torna-se pertinente questionar que *transição* é esta. Há uma *transição* para onde e em que direção?

Implícito à ideia de *transição* está comumente associado um sentido evolutivo; uma lógica evolutiva que tem sido sinónimo da imposição da premissa que uma sociedade *transita* para a situação (falsamente) homogênea de outras sociedades. Este modelo evolutivo tem os seus fundamentos na clássica proposta de uma industrialização e modernização em prol de uma *transição* para o capitalismo e respetivas dinâmicas adjacentes.

Contudo, a história mostra-nos que tanto o capitalismo como o socialismo, são modelos que não funcionam na ASS.

Na sua obra intitulada de *Afrotopia*, Sarr (2019) debruça-se sobre aquela que tem sido a posição do continente africano na história mundial, as precursões dessa historicidade que se arrastam até à contemporaneidade e, acima de tudo, o autor reivindica a urgência de repensar as potencialidades e possibilidades de um futuro verdadeiramente diferente para o continente africano. Um futuro que tem as suas raízes em África e não nos ditames do ocidente.

Para Sarr (2019), a alvorada desse futuro depende do abandonar aqueles que têm sido os rótulos utilizados para qualificar o continente africano, e do extrapolar a conjuntura que tem sido imposta e que diz respeito ao sonho, ao imaginário e à projeção de outrem, o ocidente. Uma proposta de crescimento económico e de desenvolvimento induzido, desenhada por agentes externos, onde as populações Africanas foram excluídas do arquitetar dos seus próprios países.

Questionamos, portanto, a ideia de *transição* e quais as reais potencialidades para os países da ASS. Que direção seguir? Assiste-se a uma industrialização direcionada para indústria extrativa. O que acontece então à agricultura?

Ao questionar a ideia de *transição*, optamos por propor que de facto as SAA estão num processo onde tudo está em mudança constante, ainda que seja uma mudança subtil e lenta, mas num caminho desconhecido, ainda por definir.

Ainda que elejamos o conceito de SA, e mais concretamente de nosso interesse as SAA da África Subariana, salvaguardamos que se há tanto um conjunto de esclarecimentos possíveis pela utilização destes conceitos, há também, certamente, *obscurecimentos em tal teorização* (Shanin, 2005, p. 18). No entanto,

[n]enhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é simplesmente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca utilidade. (Shanin, 2005, p. 17).

4.2 Sociedades Agrárias Africanas

Passou-se de um período de domínio colonial para um período de domínio imperialista, caracterizado pela extorsão de recursos e dominação de foro capitalista dos países dito ‘desenvolvidos’ sob os ‘subdesenvolvidos’. Um imperialismo que se perpétua e assume uma nova arquitetura significativamente sustentada pelo domínio das transnacionais.

Segundo Moyo et al. (2013), a *questão agrária* no continente Africano, além de irresolvida, tem sido forçosamente substituída pela questão da industrialização, uma versão eurocêntrica e económica que privilegia a modernização e o desenvolvimento industrial para fazer face ao atraso da agricultura.

De acordo com os autores,

dois problemas importantes e relacionados surgem da ligação da questão agrária ao axioma atraso/industrialização: a) a "exportação" da questão agrária do Norte para o Sul, que deve suportar sozinho o fardo dessa [suposta] transição; e b) a banalização da transição industrial, abstraída das suas relações com o capital monopolista e o seu militarismo, e das suas consequências sociais, políticas e ambientais. (Moyo et al., 2013, p. 98).

Segundo Bernstein (1996), a manipulação de quaisquer perspetivas de *transição* revela a perversidade do sistema mundial, já que demonstra a imposição de um modelo homogéneo que obscurece a diversidade substantiva das narrativas históricas, das formações sociais e das trajetórias de desenvolvimento dos diferentes países. Desta forma, qualquer crescimento económico nos países ditos ‘do Sul’ que não alcance o modelo de *uma economia capitalista avançada* é desconsiderado como um *desenvolvimento real*.

Numa *transição agrária* considerada *incompleta*, as SAA foram-se transformando, mas sem perder algumas das suas premissas e contornos originais e, portanto, a sua consideração e análise mantém-se pertinente.

Naquela que é a sua economia política, são identificáveis duas componentes chave - *as condições técnicas* da agricultura, que diz respeito à produção e à produtividade, e *as condições sociais* de produção, que diz respeito a todas as relações entre as pessoas que determinam a forma como a produção é organizada, incluindo as suas condições técnicas, a divisão do trabalho e a reprodução social (Bernstein, 2010).

4.2.1 A Questão Agrária Africana

As especificidades da *questão agrária* no continente Africano e das SAA assentam numa linha cronológica que remete especialmente para três períodos modeladores, o colonialismo, o período da independência e do desenvolvimentismo, pautado pelo comércio livre e pelos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), e o neoliberalismo⁴⁰ (Bernstein, 2005; Patnaik e Moyo, 2011).

A *questão agrária* Africana, e consequentemente as SAA, tem no seu epicentro uma *transição agrária* caracterizada por ser uma *transição incompleta*⁴¹, resultante de vários fatores, nomeadamente o facto do continente Africano ter tido um período de colonização tardio, quando comparado com outras regiões, traduzindo-se no facto do imperialismo ter sido a primeira fase do capitalismo no continente; o facto dos países colonizadores terem encontrado uma panóplia de formações sociais e modos de vida aos quais tentaram impor uma formação, ordem e estruturas homogêneas (Bernstein, 2010, 2005); a forma como se deu a penetração do capital; e os modelos de industrialização importados de versões eurocêntricas (Bernstein, 2010; Patnaik e Moyo, 2011).

⁴⁰ Sobre o capitalismo neoliberal, crises do neoliberalismo e relações centro/periferia no neoliberalismo, ver por exemplo Clarke, 2005 e Duménil e Lévy, 2005.

Sobre as consequências das políticas neoliberais e os impactos na pobreza, na distribuição de rendimentos e no acesso a serviços e apoios, ver por exemplo Johnston, 2005.

⁴¹ Não é nossa prioridade como objeto de estudo, apresentar o debate dedicado aos motivos pelos quais o desenvolvimento capitalista foi incompleto nas colónias, nem tão pouco averiguar as diferentes causas/motivos que conduziram a uma *transição agrária incompleta* ou as incapacidades de prosseguir o objetivo de crescimento económico e aprofundar os processos de desenvolvimento capitalista pós-independência. Sobre este debate ver por exemplo Bernstein, 2010, pp. 57–60 e Bryceson, 1996, p. 98.

O Estado colonial desempenhou um papel crucial na destruição da *economia natural*⁴², um processo que, segundo Bernstein (1979), significou a cominuição e retirada de mão-de-obra da *use-value production*⁴³, ao mesmo tempo que a monetarização de alguns dos elementos materiais envolvidos na reprodução, forçou o redirecionar da produção de consumo para a produção de mercadorias, tanto através da produção de *cash crops* como através da troca de mão-de-obra por salário.

Na base deste redirecionamento forçado estiveram medidas impostas pelo Estado colonial, nomeadamente a imposição de impostos que exigiam fontes de rendimento monetário, a utilização de trabalho forçado em obras públicas para criar as infraestruturas necessárias à circulação de mercadorias e ao estabelecimento da administração colonial e a utilização de mão-de-obra para empresas de produção, plantações e minas organizadas por colonos, por capitais internacionais, ou pelo próprio Estado (Bernstein, 1979, pp. 423–424).

No período inicial da independência, as regiões recém-independentes assimilaram em grande parte o modelo colonial de desenvolvimento económico liderado pelo Estado, onde o objetivo de primazia seria o aumento significativo do investimento estatal no setor económico e social, em prol da industrialização e da formação de empresas paraestatais que seriam o motor da produção primária e de projetos de infraestrutura. A lógica seria o desenvolvimento estatal e substituir as importações (Bernstein, 2010, 2005).

Grande parte desse investimento foi financiado por ajuda externa, cujas agências, incluindo o Banco Mundial, estiveram também envolvidas não só na conceção, mas também na gestão de muitos desses projetos através de assistência técnica. A industrialização e os pesados investimentos eram ‘justificados’ pela necessidade e exigências do desenvolvimento nacional e da construção da nação após o subdesenvolvimento forçado durante a exploração do domínio colonial (Bernstein, 2005).

As políticas de modernização da agricultura, de herança colonial, conduzidas pelo Estado continuaram, particularmente sob a forma de grandes projetos de irrigação, explorações agrícolas estatais e agronegócios com investimento externo. De forma semelhante, a posse de terras permaneceu em grande parte inalterada em relação ao final do período colonial (Bernstein, 2005).

⁴² Bernstein usa o termo *economia natural* (*natural economy*), para se referir ao período e condições sociais prevalentes antes da penetração do capital moderno (Bernstein, 1979, p. 423).

⁴³ Produção de produtos que têm valor para auto-consumo ou consumo, ao contrário das *cash crops* que têm *money value* e valor de mercadoria e não *use-value*.

Se por um lado, a primeira década pós-colonialismo foi sinónimo de um otimismo e aspirações sobre a potencialidade do continente Africano, nomeadamente devido ao aumento das exportações agrícolas, por outro lado, durante a década de 70, assistiu-se a uma reversão do discurso e passa-se a uma tendência de diagnósticos centrados na ‘patologia’ dos Estados Africanos. À medida que a recessão mundial enfrentava uma série de choques externos às economias Africanas, a vulnerabilidade dessas mesmas economias foi-se acentuado e uma crise do Estado Africano foi-se acumulando e agravando por tendências adversas nos mercados mundiais, pela reestruturação económica global e pelos realinhamentos políticos que se seguiram (Bernstein, 2005; Bryceson, 2000a).

O discurso externo sobre o continente Africano passou de euforia para um discurso que descreditava o continente e narrava a ‘crise Africana’, o seu ‘atraso’ industrial e a sua necessidade de assistencialismo para combater carências humanas e cenários de fome. Como refere Sarr (2019, pp. 9–10), o continente Africano sempre existiu à luz de rótulos exógenos, uma polarização entre o futuro *Eldorado do capitalismo mundial*, portanto, um otimismo externo desenfreado que classificava África como um território de certeza, de entusiasmo, sinónimo de crescimento económico e de abundância de recursos naturais, e entre a *vulgata afropessimista* que qualificava África como um antro de miséria e como uma geografia despida de futuro e condenada ao fracasso onde fome, pobreza, colapso e défice eram palavras de certeza.

Os ambiciosos planos de desenvolvimento e respetivos custos, em conjunto com o aumento dos custos das importações de petróleo, induzido pelo aumento de preços da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) nos anos 70, levou a uma escalada do endividamento estrangeiro por parte dos governos Africanos, que eram encorajados pelos bancos Europeus e Americanos a contrair empréstimos. A dívida que daí resultou foi agravada pela recessão nas economias industrializadas com uma pressão sobre os preços das matérias-primas, resultando, portanto, na redução das receitas cambiais estrangeiras de muitos países Africanos e na sua incapacidade de responder aos empréstimos contraídos, especialmente à medida que as taxas de juro aumentavam (Bernstein, 2005; Bryceson, 2000a, 1996; Shivji, 2009).

A incidência de outras pressões, como cenários de seca e de guerra, aumentaram a necessidade de importar alimentos, o que acabou por agravar a escassa capacidade de resposta às dívidas.

As crises acumuladas e a complexidade das suas combinações, conduziu a que grande maioria dos países Africanos entrassem em negociações com instituições financeiras

internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O resultado foi a adoção e implementação dos PAE e a prossecução de políticas inerentes ao mercado livre, como a teoria da vantagem comparativa⁴⁴, em troca do escalonamento das dívidas e outros apoios financeiros.

Os PAE tinham como contornos, o afastamento do Estado como agente regulador dos preços e do mercado para que se desse lugar às políticas de liberalização do comércio, a redução acentuada das despesas públicas, a privatização das indústrias e dos serviços estatais, o discurso da boa governança, a redução da proteção estatal sobre os direitos de acesso à terra, a redução do apoio estatal e dos créditos aos camponeses e agricultores familiares e, a nível da agricultura, o priorizar as exportações agrícolas de acordo com a vantagem comparativa, de modo a estimular o motor de crescimento e restaurar a estabilidade macroeconómica (Bernstein, 2010; Berry, 2017; Bryceson, 2000a, 1999; Oya, 2005; Patnaik and Moyo, 2011; Wuyts, 2017). Portanto, os países foram exortados a produzir os seus próprios alimentos apenas se o pudessem fazer de forma ‘eficiente’, não lhes sendo permitido investir em estruturas de armazenamento, uma vez que podiam importar quando e como fosse necessário.

Os países foram instados a dismantelar os seus sistemas nacionais de obtenção e distribuição de cereais à medida que cada vez mais terras eram desviadas para culturas de exportação. Muitos países acabaram por esgotar as suas reservas públicas de cereais. A necessidade de importar cereais seria, supostamente, satisfeita pelo acesso ao mercado global, no entanto, revelou-se ser a um preço significativamente superior àquele que era anteriormente praticado quando os cereais eram produzidos internamente (Patnaik e Moyo, 2011).

Em alguns casos ocorreu efetivamente uma desindustrialização politicamente induzida através do dismantelamento de indústrias já existentes, nomeadamente indústrias de produtos processados, como foi o caso do dismantelamento da indústria do caju em Moçambique⁴⁵.

Este cenário traduziu-se num quadro político que favorecia as importações em prejuízo da lógica do aumento da auto-suficiência alimentar nacional baseada na produção nacional. Portanto, assiste-se não apenas ao abandono, mas a uma inversão daquela que tinha sido a

⁴⁴ A Teoria da Vantagem Comparativa foi formulada por David Ricardo em 1817. Tem como base o argumento de que cada país se deve especializar na produção e exportação de produtos que melhor se adequam ao seu contexto, a nível laboral, de terrenos agrícolas e recursos humanos (Ricardo, 2004). Sobre a Teoria da Vantagem Comparativa ver também Chang et al., 2014, p. 56; Collins, 2009, p. 61.

⁴⁵ Sobre a indústria do caju em Moçambique ver por exemplo Cramer, 2001, pp. 98–102, 1999; Leite, 1999.

premissa da primeira década pós-colonialismo- a ‘substituição de importações’- por ser considerada pouco competitiva no mercado global.

Os pequenos agricultores que tinham melhores condições e que dominavam a produção e venda de alimentos domésticos, passaram crescentemente para a produção de exportações agrícolas, aumentando inevitavelmente as importações de alimentos (Patnaik e Moyo, 2011).

Na sua grande maioria, os países Africanos deixaram, portanto, de responder às necessidades do mercado interno para passarem a desempenhar o papel de países exportadores de matérias primas e sem indústrias, ao mesmo tempo que se tornaram importadores de bens alimentares (Bernstein, 2010, 2005; Mosca, 2017, 2008; Patnaik e Moyo, 2011; Shivji, 2009).

A perda da capacidade destes países em satisfazer os mercados internos, faz com que estes dependam substancialmente de importações que os tornam dependentes, voláteis e vulneráveis às oscilações externas, aos choques dos mercados internacionais e às dinâmicas de crescimento e decrescimento das outras economias (Bernstein, 2010; Moyo, 2016).

As políticas e reformas económicas e agrárias subjacentes aos PAE, e reforçadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), significaram o fim do projeto de desenvolvimento liderado pelos Estados, e pregaram, como refere Bernstein (2010, p. 80), o *mantra do neoliberalismo* – alcançar a competitividade no mercado global e a acumulação de capital através de uma homogenia global que tem como base o projeto ocidental.

Na perspetiva de Shiva (2008, 2001), o sector agro-industrial juntamente com o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs) e o Acordo de Agricultura (AOA) da OMC, são as três principais forças impulsionadoras da globalização da agricultura, que se apresenta cada vez mais polarizada e não inclusiva. É este triângulo de agentes que sustenta os modelos dominantes que promovem a crescente dependência do agricultor familiar e a sua incapacidade de competir com a agro-indústria, que domina agressivamente o setor agrícola fazendo com os alimentos estejam globalmente disponíveis, mas não ao acesso de todos.

A imposição do modelo e lógica neoliberal, e o subjacente desiderato de acumulação de capital, tem sido, na verdade, um processo de pauperização das SAA, que são envolvidas numa *transição agrária* que segue os ditames das potências capitalistas mais avançadas. Como refere Bernstein (1996), diferentes pontos de partida significa o encontro de diferentes obstáculos e barreiras, e a *transição agrária* de muitos países Africanos ocorre sob a pressão de um mercado global já arquitetado que afeta as perspetivas de transição subsequente noutras regiões.

A míngua de investimentos públicos em infraestruturas rurais e agrícolas, tais como sistema de irrigação, transporte rural e estruturas de armazenamento de alimento, e em serviços auxiliares como a eletricidade, limitou penosamente a capacidade dos camponeses e agricultores familiares expandirem a sua produção e, portanto, de assegurarem o acesso aos seus alimentos (Patnaik e Moyo, 2011).

Privados das condições que asseguravam a sua reprodução social, os camponeses e agricultores familiares foram encorajados a diversificar as suas estratégias de sobrevivência de forma a garantirem o acesso a dinheiro. A construção de estradas, casas, moinhos e outras infraestruturas no meio rural criou emprego na construção, operação e manutenção das mesmas, fazendo com que as populações se dedicassem a trabalhos não agrícolas. De forma semelhante, recursos que costumavam ser gratuitos passaram a ter de ser comprados com dinheiro, como é o caso da água e madeira para combustível, e alguns serviços de saúde que anteriormente eram prestados na lógica da reciprocidade, passaram a ser prestados também em troca de dinheiro, como o caso dos curandeiros e parteiras (Bryceson, 2009, 1999, 1996).

Todos estes fatores e mudanças aumentaram a necessidade de engajar em atividades que permitissem o acesso a dinheiro, conduzindo à prática de uma multiplicidade de papéis e atividades tanto agrícolas como não agrícolas, que no fundo têm como objetivo evitar riscos de insuficiência no aprovisionamento das necessidades básicas e evitam a dependência agrícola durante todo o ano, de forma a compensar as possíveis falhas produtivas e os naturais ciclos sazonais que implicam tanto picos de trabalho como a escassez do mesmo (Bryceson, 2000a, 1999, 1996; Patnaik e Moyo, 2011).

Próprio da *transição agrária Africana*, tem sido, de facto, esta diversificação dos meios de subsistência praticada pelos agricultores familiares e camponeses. As combinações ‘*enxada e salário*’ (Bernstein, 2004; Cordell et al., 1996), são combinações de agricultura de subsistência e emprego assalariado, nomeadamente comércio, artesanato e trabalho migratório, sendo exemplo deste, o trabalho migratório regional que abastecia os complexos mineiros da África Austral e principalmente da África do Sul.

Além de dividirem a sua força laboral entra várias atividades, as famílias combinam também o meio urbano e o meio rural, e muitas vezes dependem de remessas, pensões, rendas ou outras transferências de rendimentos (Bryceson, 2000b, 1999).

A diversificação dos meios de subsistência induziu a um processo não de proletarização, mas antes de *semi-proletarização* (Moyo et al., 2013, 2012; Moyo e Yeros, 2005), já que a grande maioria dos países Africanos carecem de indústrias e da capacidade para absorver na

totalidade a mão-de-obra que, deixando de ser exclusivamente para subsistência, passa a estar disponível.

O fenómeno da semi-proletarização é considerado um dos elementos chave do *descampesinamento* e da *desagrariação*⁴⁶, como referido no subcapítulo anterior, já que a diversificação dos meios de subsistência conduz claramente a uma redefinição societal, mas sincronicamente são estratégias de sobrevivência das SAA no sistema capitalista, e extrapolam as fronteiras estáticas pré-definidas urbano vs. rural, não assalariado vs. assalariado, etc.

Segundo Moyo e Yeros (2005, pp. 27–28), tais estratégias e os fortes fluxos migratórios não são sinónimo de uma proletarização integral nem de uma urbanização permanente, mas sim formas de dissipar e gerir o risco em circunstâncias altamente adversas. Para os autores, a conclusão da *transição agrária Africana* teria sido diferente se a urbanização tivesse sido acompanhada de industrialização e criação de emprego.

A *transição agrária* no continente Africano tem lugar na história comum do capitalismo global e na esfera das relações de trabalho e capital, e, portanto, as SAA estão firmemente localizadas no sistema generalizado de produção de mercadorias, e nos regimes financeiros e comerciais oligopolistas (Moyo e Yeros, 2005; Patnaik e Moyo, 2011).

Igualmente indubitável, é o facto de as SAA, apesar de serem parte integrante do sistema capitalista e embora com contornos orgânicos e num processo de mudança constante, estarem omnipresentes na vida económica dos países da ASS e, como tal, ponderar a sua inexistência é desvirtuar e renunciar parte de um sistema societal, já que, e como fomos expondo, o meio rural não foi totalmente transformado em modos de produção capitalistas, encontrando-se num limbo em termos de produção, de mercado, integração nas cadeias de valor e tipo de produtos.

Moyo (2016, p. 8), estima que existem mais de 100 milhões de explorações agrícolas familiares nos quarenta e sete países da ASS e refere, assumindo um agregado familiar médio de seis pessoas, que o número de famílias dependentes da agricultura familiar pode ter triplicado desde 1961. O autor acrescenta ainda que a incidência nacional de explorações agrícolas familiares é significativamente variável, sendo entre 3 e 10 milhões de explorações agrícolas familiares em países maiores (tanto em termos de área como demográficos) como a RDC, Etiópia, Moçambique e Nigéria; em países de média dimensão, como Zâmbia, Senegal, Togo, Burkina Faso, Costa do Marfim, Malawi e Zimbabué, o número varia entre 500.000 e 1,5

⁴⁶ Ver por exemplo Bryceson, 2000b, 2000a.

milhões; e, países demograficamente mais pequenos, como Burundi, e Botswana têm menos de 200.000 explorações agrícolas familiares.

Como mencionado anteriormente, a natureza das SAA é heterogênea, mas existem pontos comuns que as caracterizam a nível da produção, acumulação e reprodução.

4.2.2 Processos de Produção

A nível da produção, as estratégias das SAA são moldadas pelo objetivo primordial de satisfazer as necessidades alimentares básicas. Ainda que tendencialmente a priorização da produção sejam os cultivos de subsistência da respetiva região, nomeadamente cereais, como o milho, o painço e o sorgo, e tubérculos, como a batata doce, a mandioca e o inhame, em alguns casos são também produzidos cultivos de valor monetário superior, nomeadamente, tabaco, oleaginosas, açúcar, fruta, chá, café ou cacau, por exemplo (Moyo, 2016).

A prática de agricultura de subsistência é caracterizada por ser uma agricultura onde o investimento de capital é mínimo, sendo a terra e a mão-de-obra os principais fatores de produção. São utilizados equipamentos e ferramentas tradicionais, e é realizada em pequenas parcelas de terra que são trabalhadas com mão-de-obra familiar, sistemas de parentesco alargado ou membros do clã e/ou vizinhos que se relacionam num sistema rotativo de ajuda mútua para as principais tarefas agrícolas, principalmente em troca não de dinheiro mas de bens, como por exemplo bens alimentares, e outros serviços recíprocos, como o empréstimo de força de tração animal e equipamento de transporte (Moyo, 2016; Patnaik e Moyo, 2011; Todaro e Smith, 2012).

Segundo Moyo (2016), o trabalho familiar alargado pode ser excessivamente explorado através de sistemas de *dependência pessoal*, dadas as normas culturais de proporcionar proteção social aos parentes mais vulneráveis.

A divisão e organização do trabalho tende a refletir uma divisão entre, por um lado, práticas agrícolas nas próprias terras e nas do círculo de reciprocidade e, por outro lado, atividades nas explorações agrícolas comerciais de grande escala e articulação de atividades não agrícolas, tanto por conta própria como por outrem; portanto, as já referidas estratégias de subsistência que articulam *enxada e salário*, ou por outras palavras, que articulam trabalho por conta própria e trabalho assalariado.

Esta semi-proletarização que extrapola a produção de subsistência e abrange para além da própria agricultura, implica que as SAA não estão desprovidas de todos os meios, mas também não estão na posse de meios suficientes para se reproduzirem a si próprias. Este limbo contribui

para que estas sociedades assegurem a sua reprodução através de situações laborais precárias, salários instáveis e, principalmente, no quadro da economia informal (Bernstein, 2010, 2009).

A combinação de capital e trabalho não está distribuída uniformemente dentro das SAA, havendo diferenciação entre os produtores ricos, médios e pobres, um espectro que vai desde o capitalista que emprega a força de trabalho até à família semi-proletarizada que a vende.

Também dentro dos seios familiares, a combinação de capital e trabalho não é distribuída uniformemente, havendo diferenciação geracional e por género. Comumente, os patriarcas controlam os meios de produção enquanto as mulheres e as crianças fornecem mão-de-obra não remunerada (Moyo e Yeros, 2005, pp. 25–26), embora as mulheres estejam cada vez mais envolvidas em atividades e serviços com perspectivas de retorno em dinheiro (Bryceson, 2000b, pp. 3–4).

Se por um lado, nas SAA a semi-proletarização significa uma articulação de estratégias de sobrevivência que incluem a produção agrícola para subsistência, por outro lado, há também os *agricultores demasiado pobres para cultivar*, como se refere Bernstein em relação a agricultores que não têm necessariamente falta de acesso à terra, mas carecem de certos elementos para assegurarem a sua reprodução através da sua própria agricultura, nomeadamente terra suficientemente boa para cultivo, capacidade para comprar insumos e capacidade de gestão do trabalho, sendo esta muitas vezes efeito das normas culturais, incluindo o efeito das relações de género (2010, pp. 105–106).

Mais pela incapacidade de adquirir fertilizantes e pesticidas do que propriamente pela consciência ambiental, as SAA cultivam produtos biológicos, sendo adotadas, segundo Patnaik e Moyo (2011), novas culturas e tecnologias quando adaptadas localmente e a fim de expandir a produção agrícola para a reprodução social.

De facto, comumente, os agricultores familiares, e como já referido, por carência de insumos mais sofisticados, enfrentam constrangimentos que inviabilizam a produção de cultivos com maior retorno monetário. Exemplificativamente, a inexistência de sistemas de irrigação faz com que as produções agrícolas sejam sazonais e dependam da época das chuvas; o gado, quando existente, é uma das escassas tecnologias utilizadas, sendo usado para tração e para a obtenção de estrume (Moyo, 2016; Todaro e Smith, 2012).

Portanto as SAA, caracterizam-se por serem sociedades que possuem poucos insumos e, como tal, praticam uma agricultura de fracos recursos com um nível de produtividade baixo. Embora caracterizadas por serem sociedades com fracos recursos tecnológicos, são sociedades

ricas em recursos humanos e conhecimento tradicional (Temudo e Abrantes, 2013; Todaro e Smith, 2012).

O papel limitado da agricultura familiar na produção de culturas de valor monetário superior, assim como, as dificuldades enfrentadas na obtenção de insumos nos mercados, têm a sua origem e são agravados pelo acesso insuficiente e limitado ao crédito, a subsídios, a financiamento agrícola e/ou a parcerias de investimento.

A exclusão dos agricultores familiares das linhas de crédito, é frequentemente justificada por vários fatores de risco associados à insegurança na posse de terra, dispersão do mercado e incertezas relacionadas com as condições meteorológicas. Por outro lado, reflete o resultado do financiamento seletivo proveniente de redes privadas ligadas ao agronegócio e a bancos privados, e direcionado exclusivamente a explorações agrícolas comerciais de grande escala e a explorações familiares com melhores condições (Moyo, 2016, p. 22).

Contudo, segundo Moyo (2016, p. 15), apesar do valor financeiro por unidade de *cash crops*, produzidas pelas explorações agrícolas comerciais de grande escala e explorações familiares com melhores condições produtivas, ser superior, a agricultura familiar, ainda que débil, domina a produção agrícola nacional na ASS em termos de volume agregado de produção.

De acordo com autor supracitado, a agricultura familiar está na base da segurança alimentar e do desenvolvimento rural na ASS, já que contribui pelo menos com 70% do fornecimento total de alimentos em África (Moyo, 2016, p. 23).

De acrescentar ainda que, embora os agricultores familiares sejam os fornecedores dominantes dos mercados locais e urbanos, estes mercados não apresentam infraestruturas ou regulamentos que beneficiem justamente estes agricultores, que acabam por alcançar margens extremamente baixas devido aos elevados preços dos fatores de produção, e porque os comerciantes desviam uma grande parte dos preços médios dos produtos (Moyo, 2016).

Com o que se tem vindo a expor, torna-se claro que os sistemas de produção utilizados dependem do complexo tecido social como um todo, e que as relações determinam o acesso aos fatores de produção.

4.2.3 Processos de Reprodução

As SAA são sistemas sociais de produção e consumo que se reproduzem simultaneamente como meios de produção e trabalho, assegurando a sua continuidade e as suas práticas agrícolas, e garantindo, portanto, a reprodução dos meios de produção, dos produtores e das relações sociais.

Para Bernstein a *reprodução* das sociedades centradas na subsistência diz respeito à capacidade de dar resposta com o que é produzido num determinado período de tempo a quatro *fundos de reprodução*, concretamente o *consumption fund*, o *replacement fund*, o *ceremonial fund* e o *the fund of rent*, respetivamente necessário para o consumo diário que visa a sobrevivência básica dos produtores e respetivos agregados familiares, necessário para a substituição de ferramentas e outros insumos agrícolas indispensáveis em cada ciclo de produção e incluindo a *reprodução geracional*, necessário para as atividades que recriam as normas culturais e as relações sociais, e necessário para realizar pagamentos e, de certa forma, manter a estratificação das classes (2010, pp. 18–21).

A capacidade de fazer frente a estes *fundos de reprodução* tem vindo a complexificar-se e depende cada vez mais da diversificação das estratégias de subsistência, o que, segundo Bryceson (1999, p. 171), desorganiza as estruturas ocupacionais e os tecidos sociais, uma vez que as populações que habitam o meio rural, são agora parte ativa da mudança ocupacional *in situ*, significando implicações amplas para a coerência social dos agregados familiares e para o equilíbrio político das comunidades locais e dos Estados-nação. Para a autora supracitada e para Bernstein (2010), este processo provoca não só uma redefinição da identidade social, mas também uma maior diferenciação social no meio rural Africano, já que enquanto umas famílias usam a estratégia de diversificação como forma de gerir e diminuir os riscos e responder aos *fundos de reprodução*, outras famílias, com maiores competências e aptidões e maior capacidade de mobilidade geográfica, vão usar a estratégia de diversificação para acumulação e, portanto, a diversificação dos rendimentos pode servir para exacerbar em vez de aliviar a diferenciação económica entre agregados familiares, ou seja, dá-se uma acentuação do abismo entre classes.

A organização da família a nível dos rendimentos, da gestão desses rendimentos e do trabalho, da transmissão dos patrimónios e a nível da própria estrutura familiar, permeabilizou e permeabiliza transformações trazidas pelo capitalismo e pela conseqüente diversificação das estratégias de subsistência.

Organizados em sistemas patriarcais que funcionam como um mecanismo de disciplina corporativa, de coordenação económica interna e como uma identidade de classe, os agregados familiares estão cada vez mais exonerados dessa organização tradicional e a diversificação dos rendimentos tem envolvido não só os homens adultos, mas também os anteriormente ditos como *dependentes financeiros*, portanto, os mais jovens e as mulheres. Os rendimentos não-agrícolas são bastante atraentes para os jovens e para as mulheres, pois passam eles próprios a gerir estes seus rendimentos, ao contrário do que acontece com os rendimentos provenientes da agricultura, que pertencem à família e são tradicionalmente geridos pelo patriarcado (Bryceson, 2000a, 2000b, 1999). Não obstante de mencionarmos os sistemas patriarcais, reconhece-se a existência de sistemas matrilineares, como é o caso do Malawi, onde as mulheres têm frequentemente o controlo efetivo da terra e dos recursos agrícolas (Moyo, 2016, p. 13).

Embora a diferenciação geracional e de género esteja em transformação em direção à tenuidade, continua a ser uma prevalência nas SAA. Nos seios familiares, a combinação de capital e trabalho, assim como os rendimentos, sejam estes em género ou dinheiro, não são distribuídos uniformemente (Moyo e Yeros, 2005, pp. 25–26). De forma semelhante, as regras e procedimentos de posse de terra e herança familiar, são das principais fontes de diferenciação de género (Moyo, 2016, p. 12).

Crescentemente, as estratégias de diversificação económica deixam de ser estratégias que têm como foco o funcionamento do agregador familiar para passarem a ser estratégias à escala individual. Muitos dos membros dos agregados familiares, sobretudo os jovens por terem um nível de escolaridade superior em relação à geração dos seus pais, optam por abandonar a sua identidade agrária por a associarem a fracas perspetivas económicas e aos contornos tradicionais que influenciam o seu papel social, procurando partir para meios urbanos ou, pelo menos, contextos que visem um aumento das perspetivas financeiras. Se por um lado, há, portanto, uma fissura ideológica geracional, evidente no exemplo dado por Bryceson (1999, p. 184) que refere o facto dos mais velhos desaprovarem os jovens que se focam no comércio de bens para adquirirem dinheiro para comprar bens ocidentais e mais próximos das culturas urbanas do que da cultura de onde são originários, e um distanciamento físico de alguns dos membros dos agregados familiares, por outro lado, esse processo não se dá de forma imediata, nem tão pouco na totalidade, já que a grande maioria desses membros mantém o seu instinto de autonomia e o vínculo com práticas de subsistência (Bryceson, 2000a, 1996).

Neste processo de *subsistence fallback*, como é referido por (Bryceson, 2000a, 2000b), além de refletir uma pobreza estrutural, a produção de subsistência funciona como um mecanismo de redução dos riscos e como um amortecedor das adversidades de diferentes tipos.

No fundo, um vínculo contínuo que pode ser apontado como mais uma estratégia semi-proletarizada de reprodução social, ou se quisermos, um processo que na superfície parece extinguir as SAA, mas que na verdade perpetua o seu legado e viabiliza a sua reprodução, ainda que se reconheça que há tanto o abandono, a revisão e a preservação de certas características culturais e sociológicas, como a adoção de novas. De salvaguardar que, segundo (Bryceson, 2000a), nas populações totalmente sem terra e proletarizadas, esse processo de *subsistence fallback* não acontece.

A manutenção de algumas das linhas tradicionais desempenha um papel fundamental na proteção social. Podemos aludir, por exemplo, o direito de cada família, tanto nuclear como alargada, ter acesso a terra noutros territórios desde que haja redes de parentesco ou societais (Todaro e Smith, 2012); a predominância dos sistemas habituais de posse de terra que, “em teoria, impedem a concentração excessiva da terra, limitando a alienação da terra àqueles que não são membros do clã. Contudo, algumas elites negociam ou obrigam frequentemente o arrendamento de tais terras a partes externas” (Moyo, 2016, p. 10); as relações laborais baseadas na linhagem familiar; e a flexibilidade sazonal na organização e gestão dos trabalhos de subsistência e assalariados (Moyo e Yeros, 2005).

Embora se admita que a reprodução das SAA assume contornos cada vez mais híbridos, a continuidade destas sociedades, mesmo em contextos de crises acumuladas e convulsões sociais, é, certamente, viabilizada pela panóplia de estratégias de subsistência praticadas, tanto de índole tradicional como contemporâneo.

Reconhecendo a potencialidade da já referida proposta de Miguel et al. (2018) - analisar as SA através de um prisma sistémico com base na teoria de Bertalanffy (1968) - torna-se claro, pelas fronteiras abertas inerentes aos sistemas societais, que fenómenos exógenos são tão influenciadores nas mudanças como os fenómenos mais internos, ambos variáveis no tempo e no espaço. Tal como expõe Cochet (2015), o facto de uma parte da mão-de-obra estar ausente durante alguns períodos do ano, ou por exemplo, o facto de parte dos rendimentos domésticos provir de remessas, prova que as SAA não funcionam isoladamente e que são sistemas abertos em constante interação; tal característica não põe em causa a pertinência destes sistemas societais como objeto de análise, na medida em que os exemplos acima referidos revelam tanto cenários

de crise como ao mesmo tempo contribuem para a (auto)reorganização das SAA numa outra vertente de si próprias.

4.2.4 Processos de Acumulação

Não obstante de a reprodução das SAA ser pautada por mecanismos internos e respectivas especificidades, tornar-se-ia utópico e meramente imaginário se desconsiderarmos que a sua economia política inclui um sentido de acumulação.

Nas SAA, a acumulação é procurada e necessária para a sua reprodução, já que apenas mediante a acumulação dos meios de produção e de um excedente acima das necessidades diárias imediatas se torna possível fazer face aos quatro *fundos de reprodução* a que Bernstein (2010) se refere.

A acumulação que tanto define o capitalismo, é um ponto de encontro com as lógicas produtivas das SAA, ainda que com finalidades distintas e contrastantes. No capitalismo, a lógica é a perene obtenção de um lucro crescente, em oposição às SAA cuja lógica é a de assegurar a sua reprodução. No entanto, em ambos os casos ocorre uma exploração da mão-de-obra, impulsionada pela necessidade de aumentar a produção e de assegurar a sobrevivência, respetivamente.

Quando não existe capacidade de acumulação e, portanto, a reprodução torna-se débil, instala-se uma crise de reprodução social, que se manifesta em insegurança alimentar e desnutrição (Patnaik e Moyo, 2011, p. 62).

A incapacidade acumulativa é uma projeção das problemáticas e carências estruturais, no fundo o reflexo da *transição agrária incompleta*.

A crise de acumulação partilha uma estreita relação com a despossessão de terras. De acordo com Patnaik e Moyo (2011), ocorreram três vagas de despossessão, a primeira no período colonial, a segunda no pós-independência com o comércio livre e os PAE, e a terceira com o neoliberalismo que predomina até à data⁴⁷. A última vaga define-se principalmente pela disputa por terras para produzir alimentos e biocombustíveis para exportação, utilizando o modelo produtivo das grandes propriedades (Moyo, 2008; Patnaik e Moyo, 2011).

⁴⁷ Sobre acumulação e despossessão de terras, ver também Moyo et al., 2012.

O modelo de acumulação⁴⁸ imposto pelo neoliberalismo na ASS, como já referido, baseia-se numa estratégia agrícola orientada para o exterior e assente na expropriação de terras, que tem resultado na pauperização das SAA, uma vez que enfrentam constrangimentos para satisfazer a necessária acumulação, acabando em cenários onde a sua segurança alimentar, para não mencionar a soberania alimentar, fica comprometida. Este cenário encontra a sua exceção no Zimbábue, que tem uma orientação para os mercados internos, para a soberania alimentar e para o desenvolvimento autónomo (Patnaik e Moyo, 2011, pp. 73–74).

Como fomos constatando muitas das características definidoras das SAA camuflam conjunturas económicas, políticas e sociais profundas, especialmente e temporalmente próximas e distantes, que contribuem não só para uma agricultura vulnerável, mas também para a criação de *ambientes de risco* - usando a expressão de Giddens para referir que os riscos não são “*apenas uma questão de ação individual [mas que] existem ambientes de risco que afetam coletivamente grandes massas de indivíduos.*” (1991, p. 37). No fundo, conjunturas que compõem o que referimos como *construção societal* no subcapítulo 1.3.

5. Sociedades Agrárias da África Subsariana em Cenários de Catástrofe Natural

5.1 Vulnerabilidades no Contexto da África Subsariana

Os eventos naturais extremos que ocorrem na ASS afetam múltiplos sectores, mas devido ao domínio do sector agrícola nestes países as perdas neste setor são predominantes⁴⁹ (World Bank, 2012).

Privilegiando a lógica do efeito cumulativo das vulnerabilidades e atribuindo a tónica às catástrofes naturais como um processo onde a fase *pré* e *pós* catástrofe são uma só dinâmica, torna-se possível abordar as vulnerabilidades crónicas já latentes quando as sociedades agrárias Africanas (SAA) se deparam com cenários de catástrofe natural e, portanto, vulnerabilidades que não são apenas caracterizantes, mas que estão também arreigadas concretamente em cada contexto e que acabam por moldar os impactos e a própria capacidade de reposta.

⁴⁸ Byres distingue “*primitive accumulation*” e “*domestic primitive accumulation*”, respetivamente referente ao período colonial e referente ao período desenvolvimentista e ao período neoliberal. Ver Byres, 2005, pp. 83–86.

⁴⁹ Os impactos na agricultura são aprofundados na pág. 114.

Numa situação já vulnerável, quando um evento natural extremo ocorre, instala-se um cenário de caos onde surgem não só novas vulnerabilidades como ocorre também um agravamento sistêmico das vulnerabilidades já existentes no tecido social.

A proliferação dos fatores que têm vindo a tornar a produção agrícola em muitos países da ASS cada vez mais frágil e precária, fatores indissociáveis dos percursos históricos e em grande parte como resultado das guerras, dos PAE e das políticas neoliberais, são projetados nas SAA. Estas sociedades encontram-se envolvidas por contextos caracterizados por uma vulnerabilidade com múltiplas dimensões - uma vulnerabilidade multifacetada que comporta uma dimensão económica, uma dimensão climática, uma dimensão política e uma dimensão social.

Relativamente àquela que é a dimensão económica, as SAA encontram-se num limbo entre a agricultura de subsistência e trabalhos precários que permitem o acesso a algum dinheiro. Um delicado ponto de concomitância entre diferentes mecanismos de sobrevivência que combinam o rural e o urbano, as práticas agrícolas e as não-agrícolas, a esfera familiar com a individual, e a tradição com o moderno.

Com poucos recursos financeiros e tecnológicos, as SAA praticam uma agricultura de fracos recursos, com um nível de produtividade baixo e com débeis sistemas de armazenamento pós-colheita que obrigam a vender os produtos a preços baixos. Portanto, quando ocorre uma catástrofe natural há um deterioramento das condições de produção que, por serem já precárias, se tornam inviáveis, já que ocorrem não só danos ou a perda total das colheitas e das produções, mas também a destruição parcial ou total das ferramentas e outros insumos, das estruturas de armazenamento e de infraestruturas.

A dificuldade no acesso a recursos financeiros e tecnológicos, que já contribui para a vulnerabilidade económica e social existente antes de um evento natural extremo, sofre um agravamento e o processo de regresso às práticas agrícolas, que poderia ocorrer com menos dependência e de forma menos penosa, é pautado por vários constrangimentos no acesso a recursos, o que por sua vez se traduz na falta de insumos agrícolas.

A já existente dificuldade no acesso a recursos, contribui para o abandono das práticas agrícolas e, portanto, a ocorrência de eventos naturais extremos apenas exacerba essa procura de diversificação de rendimentos.

No entanto, se por um lado as práticas agrícolas sofrem uma pressão acrescida e há um agravamento das condições agrícolas, também as atividades não-agrícolas são afetadas. As atividades assalariadas enfrentam também uma rutura e as atividades diárias que asseguram o acesso a escassos e diminutos recursos financeiros são interrompidas.

A destruição das infraestruturas, dos mercados, da capacidade de responder às necessidades básicas e a quebra dos hábitos e rotinas diárias, significam um decréscimo dos fluxos de procura e venda, havendo, portanto, uma declinação dos rendimentos familiares. Os homens, comumente envolvidos em trabalhos de construção e fluxos migratórios para o meio urbano (Moyo et al., 2012), veem os seus rendimentos interrompidos. As mulheres, uma grande maioria envolvida em atividades como a venda de comida e cerveja, venda a retalho, serviços de cabeleireiro, obstetrícia, fabrico de sabonetes e prostituição (Bryceson, 2000b), veem também uma quebra nos serviços, com exceção à prostituição que tende a manter-se ou a aumentar em cenários de catástrofe natural.

A semi-proletarização é, portanto, por um lado sinónimo de serviços frágeis que tendem a absorver impactos penosos e a ser interrompidos, e por outro lado, sinónimo de uma agricultura de fracos recursos que é igualmente interrompida.

Sem acesso aos produtos agrícolas de subsistência e sem acesso aos rendimentos monetários, as SAA deparam-se com um cenário onde a capacidade de resposta é continuamente deteriorada. De salvaguardar, que em qualquer tecido social e região afetada, vários e diferentes *perfis de vulnerabilidade* estão em interação e, como tal, diferentes capacidades de resposta coexistem, o que reflete as diferentes classes sociais e, mais uma vez, a diferente capacidade de acesso a recursos no quotidiano.

Não obstante do exposto, os eventos naturais extremos têm intensidades variadas e, como tal, afetam as populações de forma distinta. A título de exemplo, quando há um evento como o ciclone Idai, a devastação assume uma escala que extrapola as capacidades de resposta de qualquer *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992) ou classe social. Situação que é agravada pelo facto de muitos dos mecanismos de adaptação endógenos usados na gestão das vulnerabilidades, como redes de ajuda-mútua e empréstimos tradicionais, serem desmantelados, já que comumente os eventos naturais extremos desta escala destroem áreas extensas e afetam populações inteiras, não havendo assim margem entre os agregados familiares para se ajudarem mutuamente; os mecanismos endógenos desaparecem.

Quando os eventos naturais extremos ocorrem em certas épocas agrícolas, como a época das colheitas ou a época das sementeiras, dá-se um deterioramento da capacidade de resposta dos agregados familiares, uma vez que podem ver não só a sua subsistência de curto prazo comprometida, mas também a de longo prazo, já que os plantios podem ficar inutilizáveis para a próxima época de sementeira. Há, portanto, não apenas uma época agrícola que fica afetada,

mas antes vários ciclos agrícolas, o que culmina naturalmente num agravamento da vulnerabilidade económica e em insegurança alimentar.

Agregados familiares com acesso a mais de um terreno agrícola estão menos vulneráveis às perdas agrícolas e à incapacidade de cultivar, uma vez que ao terem terras fora da zona de impacto absorvem apenas perdas parciais e podem manter parte dos seus cultivos. O acesso a mais de uma zona agrícola é um reflexo dos diferentes *perfis de vulnerabilidade*, que se traduzem, mais uma vez, no acesso e distribuição de recursos.

A vulnerabilidade económica e respetivos *perfis de vulnerabilidade* traduzem-se também nas infraestruturas e habitações. Aqueles com menos recursos acabam por construir as suas casas em zonas de maior perigo e com materiais inadequados, ficando inevitavelmente mais expostos.

Os materiais utilizados na construção das casas é um indicativo da classe social do agregado familiar, por exemplo, em Moçambique as casas com chapa de zinco são sinónimo de que a família possui algum dinheiro. Para essas famílias, os eventos naturais extremos serão menos impactantes e, possivelmente, esse evento significará apenas um dia atípico e não uma catástrofe natural onde perdem tudo o que tinham.

A vulnerabilidade económica das SAA e a sua dificuldade em aceder a recursos, é agudizada pelos constrangimentos encontrados no acesso a instrumentos que contrariem a vulnerabilidade evolutiva dos seus contextos, que rompam a perpetuação da sua baixa produção e que façam face ao ciclo da pobreza, nomeadamente linhas de crédito, seguros, poupanças, redes de segurança social, entre outros (Fiala, 2017).

Respeitante às linhas de crédito e aos seguros, os constrangimentos no acesso têm duas integrantes, uma física e uma operacional. A componente física está relacionada com a carência de infraestruturas e serviços, uma vez que a maioria das áreas rurais não têm ou têm redes limitadas de instituições financeiras. Segundo um relatório do Banco Mundial realizado em 2012, apenas 12% da população da ASS tem acesso a uma conta bancária e não tem acesso a infraestruturas de serviços financeiros, o que exacerba as dificuldades na distribuição dos diferentes instrumentos (World Bank, 2012, p. 34).

A componente operacional está relacionada com a complexidade técnica dos processos, com as burocracias e com o desalinhamento entre as condições económicas exigidas e as reais capacidades financeiras das SAA, o que impossibilita que estas entrem na corrida de acesso a recursos financeiros e sejam automaticamente e precocemente excluídas dos processos de obtenção (Lopes, 2019).

A vulnerabilidade económica e os constrangimentos relativos ao acesso a recursos, têm sido uma problemática analisada por vários autores. Diferentes narrativas, mas comumente com *receitas* semelhantes, têm sido criadas. Passa-se a apresentar algumas dessas propostas.

Para contrariar as dificuldades no acesso a linhas de crédito e a seguros, duas propostas têm sido apresentadas. Por um lado, segundo Lopes (2019, p. 90), vários países Africanos estão a criar *Agricultural Development Banks* e a definir políticas e estratégias reforçadas por produtos financeiros agrícolas pensados para os agricultores familiares e de pequena-escala aumentarem a sua produção e iniciarem atividades empreendedoras que viabilizem a sua inclusão nas cadeias de valor. Por outro lado, autores como Fiala (2017), Eling et al. (2014) e alguns estudos do Banco Mundial (World Bank, 2012) debruçam-se sobre a potencialidade e limites dos microsseguros⁵⁰.

Segundo Fiala (2017, p. 86), ainda que seja reconhecido que os microsseguros são instrumentos promissores na redução da vulnerabilidade multidimensional, continua a haver uma fraca taxa de adesão, tanto do lado da oferta como do lado da procura. Do lado da oferta, protagonizado por atores como companhias de seguros, governos e organizações não governamentais (ONG), os microsseguros revelam-se desinteressantes uma vez que, ao contrário dos seguros tradicionais que apresentam volumosas oportunidades de lucro, são sinónimo de um público-alvo de baixos rendimentos e, portanto, representam prémios diminutos.

Do lado da procura, agricultores e agregados familiares, o desinteresse por microsseguros prende-se com um conjunto de fatores sociais, como os níveis de confiança em agências e atores externos e a literacia financeira; fatores estruturais, como os instrumentos tradicionais de partilha e distribuição de riscos, assim como, a exposição individual ao risco; fatores económicos, nomeadamente o desencontro entre o preço dos seguros e os rendimentos das famílias que não detêm títulos de garantia; e, fatores pessoais como a idade e o género (Eling et al., 2014, citado em Fiala, 2017, p. 86)⁵¹.

Fiala (2017) refere também que é evidente uma correlação negativa entre a aversão ao risco e a procura de produtos de microsseguro. O próprio seguro pode ser visto como um risco para

⁵⁰ “*Disaster microinsurance refers to policies specifically designed for low-income populations, providing cover for physical assets or livelihoods in the event of a disaster. Disaster microinsurance can be considered as a subset of agricultural and property catastrophe risk insurance lines, targeting a specific consumer segment; the poor.*” (World Bank, 2012, p. 28).

⁵¹ Sobre os fatores sociais, estruturais, económicos e pessoais determinantes na procura de microsseguros ver Fiala, 2017, pp. 99–117.

o agregado familiar, não só pelo desencontro gritante entre os custos e capacidade financeira dos mesmos, mas também pelo facto de a ocorrência dos eventos naturais extremos não ser uma certeza e, portanto, o gasto relacionado com a adesão ao microsseguro torna-se um gasto em prol de um futuro incerto, mas que pesa no quotidiano imediato pautado por um esforço que é certo e diário.

Acrescenta-se ainda que os agricultores de subsistência e os agricultores familiares de pequena-escala, consideram a própria agricultura como uma prática e um setor de risco, e a modernização é vista como algo que está ao alcance apenas dos grandes empresários, pois são os que têm acesso a capital e a instituições financeiras (Lopes, 2019, pp. 89–90).

Por estes motivos, as SAA continuam a privilegiar mecanismos tradicionais de créditos e poupança para gerir choques inesperados nos seus bens e rendimentos. No entanto, como referido previamente, há eventos naturais extremos que extrapolam a capacidade de absorção das populações como um todo e, como tal, independentemente do *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992), esses mecanismos tradicionais são destruídos ou pelo menos severamente danificados, pois são mecanismos incapazes de distribuir os riscos e os choques para além da própria população afetada.

Neste sentido, Fiala (2017, pp. 89–90) e alguns estudos do Banco Mundial (World Bank, 2012), argumentam que os microsseguros podem assumir um papel de complementaridade em relação aos mecanismos tradicionais. A lógica seria, portanto, a da articulação e não a da substituição, sendo que os choques extremos e de baixa probabilidade, comumente designados de *riscos partilhados* ou *sistémicos*, seriam incluídos no domínio dos microsseguros formais, enquanto eventos de menor intensidade mas de maior frequência, designados de *eventos localizados* ou *idiossincráticos*, seriam da esfera dos seguros e mecanismos tradicionais.

Para Fiala (2017) existem duas situações em que a lógica da articulação e complementaridade dos sistemas formais e tradicionais se revela de facto uma mais valia. Em certas situações os agregados familiares mais pobres são excluídos dos sistemas tradicionais por não conseguirem satisfazer as obrigações de reciprocidade e, de forma semelhante, as minorias e os grupos migratórios são frequentemente excluídos dos sistemas tradicionais por estes estarem profundamente assentes em laços e normas sociais endogenamente partilhadas. Assim sendo, para o autor, os sistemas formais podem preencher esta insuficiência.

O autor aborda ainda a correlação entre a assistência externa e a procura de sistemas de seguro formais. Segundo Fiala (2017, p. 120), a habituação e expectativa de receber ajudas pode

conduzir a um *charity hazard*, onde a ajuda externa é vista como um substituto do seguro formal, o que, portanto, leva à não procura e não adesão a microsseguros.

Contudo, por outro lado e através de uma outra lente, é a dificuldade em aceder a recursos e a instrumentos como créditos e seguros formais que agudiza o nível de dependência em relação a assistências e apoios de ONGs, fundações, instituições e afins.

Não obstante de se reconhecerem dissonâncias na literatura relativamente às *receitas* para contrariar a vulnerabilidade económica, é de sublinhar que perante um cenário de catástrofe natural muitos apoios e fundos, assim como a despesa pública, são canalizados para as necessidades imediatas que surgem e para a recuperação, havendo, portanto, uma redução no apoio consuetudinário, o que por sua vez tem reflexões diretas no quotidiano dos agregados familiares.

Uma outra proposta tem sido os seguros contra risco de catástrofes naturais à escala nacional, portanto, seguros desenhados para os Estados.

Em 2020, o grupo *African Risk Capacity* (ARC) propôs um novo seguro paramétrico capaz de prever o risco e as perdas económicas causadas por ciclones nos países Africanos da região do Sudoeste do Oceano Índico (SWIO), e que proporciona um financiamento pré-estabelecido para respostas a situações de emergência causadas por eventos ciclónicos (*African Risk Capacity*, n.d.; ReliefWeb, 2020).

Estes seguros mantêm-se alinhados com as lógicas e abordagens externas e, além de inibirem a participação e o acesso a instrumentos mais próximos das SAA, traduzem-se em análises que acabam por ser incompletas. As seguradoras, assim como as organizações e instituições de análise de risco, executam cálculos probabilísticos dos riscos, danos e perdas que resultam em análises que contabilizam apenas os danos e as perdas associadas diretamente às apólices ativas. Uma vez que a maioria dos agricultores de subsistência e dos agricultores familiares de pequena-escala não têm seguro, os danos e as perdas calculadas pelas seguradoras acabam por não ser reais, já que não havendo um seguro ativo não são calculados os danos e as perdas inerentes a estes agricultores.

Relativamente à dimensão climática da vulnerabilidade multifacetada, as práticas agrícolas de fracos recursos das SAA têm absorvido os efeitos das alterações climáticas. Entre cenários de secas e cheias, as SAA têm dificuldade em manter o fluxo das suas atividades produtivas de forma a assegurarem uma *almofada* que permita amortecer alguns choques e constrangimentos, e que permita, portanto, evitar cenários de escassez alimentar e contrariar uma rutura total do ciclo de subsistência.

Em entrevista, Pedro Matos⁵² (2021) refere, por exemplo, que ciclos de seca sempre foram caraterizadores da região do Sahel, todavia os agricultores conseguiam ter terras agrícolas e animais que funcionavam como um *banco de recursos* para os anos de fraca produtividade ou produtividade insuficiente. Atualmente, os ciclos de seca estão mais frequentes e os agricultores não conseguem manter nem repor os *bancos de recursos*. Sem os *bancos de recursos* e sem recursos financeiros e tecnológicos que permitam investir em sistemas de irrigação ou em mecanismos que viabilizem um adaptar aos efeitos das alterações climáticas, os agricultores enfrentam uma vulnerabilidade acrescida, crises de escassez e insegurança alimentar.

As alterações climáticas que penalizam as SAA são em parte o resultado da lógica da modernização e do discurso desenvolvimentista que é pregado aos países ditos em desenvolvimento. Se, por um lado, são reconhecidas as problemáticas inerentes às alterações climáticas, por outro lado, o discurso do desenvolvimento ocidental mantém-se projetado na África Subsariana.

Vários são os autores que se debruçam sobre a industrialização dos países da ASS, comumente a favor da mesma. Para Carlos Lopes (2019), é necessária uma modernização e industrialização que responda simultaneamente às necessidades económicas e ambientais. Um processo de industrialização que tenha como base uma abordagem integrada que englobe as dimensões económica, social e ambiental, e que inclua preocupações com a alimentação, a terra, a água, a segurança florestal, os recursos bioenergéticos, urbanos e rurais, assim como, preocupações com a interação entre a agricultura e outros sectores em evolução nas economias Africanas (Lopes, 2019).

Segundo o autor, neste momento o continente Africano não se encontra balizado por nenhuma tendência tecnológica, o que permite aos países Africanos realizarem um *leapfrog* para o paradigma da energia verde, já que se trata de geografias privilegiadas no que diz respeito a recursos renováveis (Lopes, 2019, p. 97).

Naquela que é a dimensão política, a vulnerabilidade das SAA prende-se com problemáticas como a corrupção e desvio de recursos por parte dos governos, um poder centralizado afastado das realidades rurais e que privilegia as elites Africanas, e as políticas económicas, sociais e agrárias que servem mais os ditames externos do que as necessidades domésticas.

⁵² Pedro Matos é responsável pela coordenação de assistência de emergência e coordenação da digitalização da emergência há doze anos no Programa Alimentar Mundial (PAM).

Uma conjuntura política que não só tem vindo a privar as SAA de apoios e subsídios, mas que tolera também a expropriação de terras e o acesso assimétrico a recursos.

Esta conjuntura alastra-se aos próprios orçamentos de Estado e despesas públicas. Segundo as Nações Unidas (2021), embora a União Africana, com a adoção da Declaração de Maputo em 2003, se tenha comprometido a direccionar 10% dos orçamentos nacionais para a alimentação e agricultura, esse esforço não foi cumprido até à data e o setor agrícola continua subfinanciado.

O relatório *Gastos Públicos em Alimentos e Agricultura na África Subsaariana: tendências, desafios e prioridades* aponta para o facto de 13 países, incluindo Moçambique, terem ficado muito aquém dos compromissos políticos assumidos na Declaração de Maputo, sendo que em alguns casos em vez de 10% foram despendidos apenas 3%. Apenas Malawi alcançou o espectável (Nações Unidas, 2021).

O desencontro entre os compromissos políticos e a realidade advém de abordagens *top-down*, de burocracias e processos que são complexificados, e da falta de simplificação no desbloqueio de fundos e nos sistemas financeiros públicos. Segundo a fonte supracitada, em média mais de 20% desses países não despenderam esses fundos devido à incapacidade de implementação. A agricultura é, portanto, mantida à margem nos orçamentos de Estado e a sua vulnerabilidade, evolutiva e cumulativa na sua dinâmica, vai se agravando.

As lógicas e abordagens *top-down* estendem-se às políticas e estratégias de DRR, estando os aparelhos dos Estados no epicentro da gestão das competências, das tecnologias e dos conhecimentos que são usados para lidar com eventos naturais extremos, ao mesmo tempo que há uma exclusão significativa das competências e dos conhecimentos endógenos e tradicionais das SAA. Há, portanto, um privilegiar de estratégias de DRR centralizadas em deterioramento de *Community Based Disaster Risk Reduction* (CBDRR) (Van Niekerk e Coetzee, 2012).

Segundo Van Niekerk e Coetzee (2012), a falta de incorporação de estratégias de CBDRR, que incluem abordagens *bottom-up*, não só dificulta a implementação de estratégias de DRR como contribui para o não envolvimento direto das populações afetadas, o que leva a uma perda do potencial total das DRR e, portanto, a uma perda do potencial total da mitigação dos impactos.

Inerente a todas as dimensões da vulnerabilidade, está a dimensão social, dimensão que sincronicamente é agravante e agravada pelas outras esferas da vulnerabilidade. Ilustrativamente, a vulnerabilidade económica vai se tornando cada vez mais crítica conduzindo a um aumento da exclusão social e, portanto, a vulnerabilidade social é acentuada. Por outro

lado, essa vulnerabilidade social surge em parte dos constrangimentos enfrentados no acesso a recursos económicos, o que por sua vez acentua a vulnerabilidade económica.

Quando nos debruçamos sobre a vulnerabilidade multidimensional que pauta as SAA, compreendemos que no fundo, e não numa perspectiva de redução da complexidade, é uma questão de acesso a recursos financeiros e tecnológicos. É a dificuldade e assimetria de acesso que torna estas sociedades vulneráveis e crescentemente fragmentadas.

Exemplo disto são os casos de insurgência que surgem em contextos de vulnerabilidade multidimensional crónica, onde os jovens, privados de qualquer perspectiva de futuro e de acesso a recursos, são persuadidos a aderir a insurgências com promessa de melhores condições de vida e regalias⁵³. Como refere Muianga (2021), a envolvimento em conflitos armados pode ser uma estratégia de subsistência para responder a crises de reprodução social das SAA. Uma estratégia de subsistência que se alinha com os processos de diversificação da subsistência referidos no capítulo anterior, e que são agravados pela condição dos que são *demasiado pobres para cultivar*.

Sendo a agricultura a principal atividade das SAA, torna-se pertinente refletir e questionar a vulnerabilidade deste setor e o que pode ser feito. Não se trata de uma crise contemporânea, mas antes de uma crise evolutiva das condições de produção dos países da ASS. Uma crise de produção que tem as suas raízes em sistemas que têm lógicas capitalistas, mas não estão formatadas para o mercado liberal, havendo, portanto, uma coexistência de lógicas capitalistas e lógicas não capitalistas.

Os países da ASS não conseguem industrializar por dois motivos chave, sendo a indústria extrativa uma exceção nesta narrativa. Primeiramente, porque não existe um modelo de desenvolvimento viável que de facto prime por uma industrialização do setor agrícola e que tenha como foco as necessidades domésticas e não as imposições externas.

Os mercados liberais e a existência de países com indústrias extremamente desenvolvidas, tornam o processo de industrialização dos países da ASS desafiante.

Em segundo lugar, mas não menos expressivo, as elites Africanas não têm estratégias que incluam o desenvolvimento da agricultura, circunstância observável nos orçamentos de Estados e nos orçamentos externos.

⁵³ Ver por exemplo Collier, 2019, 2013; Collier e Kay, 2020.

A prioridade das elites Africanas tem sido a modernização da indústria extrativa e não a agricultura, já que estas não se reproduzem através da agricultura, mas através da indústria extrativa, do comércio, de apoios, de assistência e investimento externo.

Neste alinhamento de prioridades, os agricultores, a agricultura tradicional e as instituições sociais Africanas associadas ao meio rural são consideradas um obstáculo à modernização, inferindo que os seus interesses e o conservadorismo tradicional não são compatíveis nem estão à altura dos desafios do mercado (Bryceson, 2000b, p. 1).

As populações vivem de uma agricultura cada vez mais precária e os grandes investimentos, as grandes injeções de capital, têm sido sinónimo de expropriação de terras que deixam os agricultores sem terra e sem recursos e, como tal, as SAA assistem a uma pauperização dos seus recursos. Sincronicamente, os grandes investimentos e as empresas transnacionais não asseguram uma absorção completa dessas mesmas populações para o estatuto de trabalhadores com rendimentos dignos e estáveis, o que origina *pessoas excedentárias*, já que *a sua terra é necessária, mas a sua mão-de-obra não o é* (Li, 2011, p. 286).⁵⁴

Torna-se pertinente questionar, como pode esta condição melhorar? Não há vislumbre de políticas públicas ou modelos que se proponham a uma mudança no paradigma agrícola dos países da ASS.

Vários autores, ainda que pertencentes a balizas temporais distintas e com reflexões diferenciadas, têm se dedicado ao debate sobre o panorama agrícola nos países Africanos⁵⁵. Vários argumentam que não se tem atribuído o real valor e potencialidade à agricultura Africana, que ainda está para ser usada como uma verdadeira ferramenta de transformação.

Carlos Lopes (2019, p. 85) defende que a agricultura tem de ser assumida como o principal motor para se alcançar um crescimento sustentável, e que uma transformação agrícola bem-sucedida é um imperativo para se alcançar uma transformação sustentável e inclusiva, assim como, uma transformação económica sistémica.

Se por um lado, a agricultura tem sido comumente apontada como a motriz do desenvolvimento, por outro lado, são escassas as políticas e investimentos que tenham como

⁵⁴ O conceito de Acumulação Primitiva foi formulado por Karl Marx, para se referir ao processo de expropriação da produção familiar. Um processo de separação dos agricultores dos seus meios de produção, levando à criação de uma reserva de força de trabalho (Marx, 1990).

Sobre acumulação primitiva, separação dos agricultores das suas terras e de outros meios de produção, e *pessoas excedentárias*, ver também, por exemplo, Byres, 2005 e Peters, 2013.

⁵⁵ Ver por exemplo Berry, 2017; Bond, 2005; Bryceson, 2009; Collier, 2008; Lopes, 2019; Mosca, 2017, 2008; Moyo, 2008; Muianga, 2021; Oya, 2005; Peters, 2013; Rosenzweig, 1988; Sarr, 2019; Sender e Smith, 1986; Shiva, 2001; Shivji, 2009; Timmer, 1988.

princípio uma política alimentar inclusiva e uma política agrária ajustada, e que não perpetuem as lógicas extrativistas, nem alimentem novos contornos enganadores como o extrativismo verde, que no fundo é só mais um modelo que visa a continuidade das práticas extrativistas.

Não havendo estratégias de desenvolvimento agrícola, o que se faz com a agricultura? Como se olha para uma crise que é e vai ser uma crise prolongada de acesso a recursos?

O acesso a recursos pode potencializar uma produção menos precária e, portanto, menos vulnerável. Ao mesmo tempo que a vulnerabilidade multidimensional decresce, a capacidade de resposta das SAA em cenários de catástrofe natural aumenta, o que acabaria por se refletir numa redução dos gastos dos Estados na recuperação após eventos naturais extremos.

Ao perderem os seus bens e os seus meios de subsistência, e sem terem uma *almofada* de recursos, as populações ficam dependentes da ajuda dos governos e de ONGs. A deslocação das populações para centros de reassentamento, uma solução comum após um evento natural extremo, representa também um peso significativo nas despesas públicas.

Torna-se pertinente refletir se as medidas de assistência não são de facto mais dispendiosas do que pensar no desenvolvimento da agricultura nos países da ASS e em medidas que reduzam a vulnerabilidade multidimensional.

A panóplia de propostas para reduzir a vulnerabilidade multidimensional é quantitativamente extremamente vasta, ainda que comumente sejam balizadas pelas mesmas narrativas e diretrizes mais ou menos concordantes ou dissonantes. Apresenta-se algumas dessas propostas.

Uma das propostas da FAO (2019) é aquilo a que designa de práticas *no regrets*⁵⁶, ou seja, práticas agrícolas a nível das *machambas* que visam melhorar a produção e diminuir a vulnerabilidade na iminência de catástrofes naturais de fraca e média intensidade, mas que também se tornam vantajosas em cenários de estabilidade, portanto sem a materialização de catástrofes. No referido estudo, não são incluídas catástrofes de alto nível de intensidade por estas significarem uma rutura mais severa e, como tal, as práticas *no regrets* não seriam suficientes para evitar perdas e a intervenção de emergência continuaria a ser necessária.

As práticas *no regrets*, são práticas que, além de utilizadas como instrumento de DRR, beneficiariam os agricultores de subsistência e de pequena-escala independentemente de se instalarem cenários de catástrofe natural, pois a lógica seria a redução da vulnerabilidade e não a resposta assistencial pós crise (FAO, 2019).

⁵⁶ Medidas *no regrets* dizem respeito a ações antecipatórias planeadas e implementadas, e que se espera que sejam benéficas mesmo que uma crise não se concretize (Levine et al., 2020).

Além da especificação de algumas práticas *no regrets*, no estudo são também apresentados possíveis constrangimentos na implementação das mesmas, nomeadamente o investimento inicial necessário ser significativo e incomportável para os agricultores, que então optam por manter as práticas anteriores, embora reconheçam que a longo prazo as medidas pudessem significar um acréscimo nos lucros e nos benefícios (FAO, 2019).

Neste sentido a FAO (2019) aponta para a importância de serem pensadas medidas que facilitem, por exemplo, o acesso ao crédito de forma a que os agricultores possam financiar a fase inicial.

Não obstante de serem reconhecidas potencialidades e limitações das práticas apresentadas pelo estudo supracitado, a lógica da redução da vulnerabilidade em prejuízo da lógica assistencialista e da *técnica do bombeiro*, é de facto um elemento a ser resgatado para a discussão sobre que caminho trilhar para o desenvolvimento da agricultura.

A proposta de Byres (2005, p. 88), tem como base o argumento de que as políticas neoliberais asfixiam quaisquer tendências para a necessária transformação capitalista nos países dito em desenvolvimento. Para uma transição capitalista completa, a acumulação é uma condição necessária, mas se isolada revela-se insuficiente e, como tal, é necessário assegurar outras condições que não existem na maioria dos países dito em desenvolvimento, nomeadamente uma burguesia urbana significativa que seja acumulativa; a resolução da questão agrária, no sentido de criar uma agricultura capaz de contribuir para uma transformação capitalista global; e, Estados intervencionistas que não só assegurem os interesses domésticos, como também contrariem os processos de despossessão e de extrativismo.

Na perspetiva de Peters, a prioridade deveria ser assegurar o direito dos agricultores de subsistência e dos agricultores familiares de pequena-escala às suas terras (2013, p. 554), já que através do acesso à terra estes agricultores tornar-se-iam menos vulneráveis.

Para Collier (2008), a agricultura encontra o seu futuro na biotecnologia, portanto, uma agricultura desprendida do tradicional e vinculada ao avanço científico.

Para instituições como o Banco Mundial, o desenvolvimento da agricultura passa por economias de escala, inovação tecnológica, agronegócios e mercados cada vez mais globais.

Bryceson (2009) advoga que é necessário abandonar a ideia de que a deslocação da mão-de-obra dos agricultores de pequena-escala para outras atividades é um passo óbvio em direção à modernização da agricultura, e que é necessário que os doadores, financiadores e governos Africanos abandonem a lógica do assistencialismo e substituam a ajuda alimentar e a

importação de alimentos por investimentos na agricultura de pequena-escala. A autora acrescenta ainda que

[h]istorically, peasantries have formed the demographic, cultural and political bulwark of African nation-states, providing the ethical and social foundations upon which national stability has rested. Thus on grounds of improving human welfare, agricultural productivity and national stability, smallholder agriculture as opposed to largescale capitalized agriculture is preferable. (Bryceson, 2009, p. 57).

Para Sarr (2019), é necessário ter a consciência que é preciso mudar a retórica e que é preciso uma mudança estrutural profunda. Uma mudança social, política e económica de e para África.

Não obstante de serem reconhecidas inúmeras propostas, perspectivas, dissonâncias e taxonomias sobre que caminho trilhar para o desenvolvimento da agricultura, reconhecemos potencialidade em propostas que priorizam o acesso à terra e aos restantes recursos, uma vez que os recursos contribuem para assegurar uma produção agrícola estável que contrariaria as dificuldades financeiras, o que por sua vez impulsionaria o acesso a serviços de educação e saúde, o que por sua vez impulsionaria a segurança social que por sua vez aumentaria a capacidade de resposta em cenários de crise, e que por sua vez mitigaria a vulnerabilidade multidimensional. Como uma correlação evolutiva que interage de forma sistémica com o tecido social e com toda a dinâmica do território.

A complexidade implícita nesta correlação evolutiva, exige aquilo que atualmente não existe, como aliás já foi referido, uma estratégia de industrialização e uma estratégia de desenvolvimento de e para os países Africanos.

A vulnerabilidade multidimensional tem sido resultado de políticas socioeconómicas falhadas e de investimentos bizantinos em alvos erróneos, continuando a predominar a inexistência de infraestruturas, uma agricultura negligenciada e uma panóplia de obstáculos no acesso a recursos.

A ASS não teve um período de consolidação da sua capacidade produtiva e tem vindo a absorver as flutuações da economia global, fustigada pela subida dos preços do petróleo e pela queda dos preços das mercadorias agrícolas (Bryceson, 2009).

A narrativa predominante até à data, tem seguido as trâmites de soluções superficiais e efémeras, soluções que não abordam a raiz das questões.

5.2 Impactos das Catástrofes Naturais na Agricultura

Em cenários de catástrofe natural, o sector agrícola é um dos que mais impactos absorve. Segundo um estudo da FAO (2021, p. 9) desenvolvido com base em 71 relatórios de Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe (PDNA) realizados na década de 2008-2018, a agricultura⁵⁷ absorveu 26% dos danos e perdas totais, enquanto os outros setores absorveram 74%. Quando comparado especificamente com os setores da indústria, do comércio e do turismo, a agricultura absorveu 63% dos danos e perdas totais, enquanto o grupo dos três setores referidos absorveu 37%.

Referente à mesma baliza temporal, 2008-2018, o continente Africano foi um dos que experienciou mais perdas de produção, concretamente plantações e gado, sendo que só o continente Asiático apresentou perdas superiores, 11% e 74% respetivamente (FAO, 2021b, p. 29). Secas e cheias são apontados como os eventos que provocam mais perdas, 34% e 19%, respetivamente (FAO, 2021, p.33).

No continente Africano, os cultivos que sofrem mais perdas são raízes, tubérculos, cereais e vegetais. Em contrapartida, os que sofrem menos perdas são tabaco, culturas de borracha, café, chá, cacau, culturas de especiarias e leguminosas (FAO, 2021, p.35).

O sector agrícola enfrenta frequentemente impactos multifacetados e duradouros. Os impactos negativos diretos a curto-prazo incluem danos e perdas nos cultivos e excedentes agrícolas, a destruição parcial ou total de equipamentos, de ferramentas, de máquinas, de estruturas de armazenamento, de sistemas de irrigação (nos raros casos em que existem), de infraestruturas variadas como mercados e estradas, e contaminação das instalações de aquicultura (quando existentes) (FAO, 2021b, 2018).

Aos impactos negativos diretos, somam-se ainda os impactos negativos indiretos a curto-prazo, que incluem surtos de doenças, deterioração da saúde animal, interrupção de serviços e transportes, e inflação dos preços dos insumos, como por exemplo o preço das sementes (FAO, 2017a, 2021b; Sivakumar, 2005).

Além dos impactos a curto-prazo, surgem impactos a médio e longo-prazo, pois os declínios na produção agrícola desencadeiam alterações adversas a vários níveis. À escala

⁵⁷ Inclui plantações, gado, silvicultura, pesca e aquicultura.

nacional comumente assiste-se a mudanças súbitas nos fluxos comerciais agrícolas e a um desequilíbrio das balanças comerciais. À medida que os países tentam compensar as perdas internas, aumentam as despesas de importação e reduzem as receitas de exportação. Segundo a FAO (2018), em alguns países Africanos, o aumento compensatório das importações chega a atingir metade da perdas agrícolas.

Para os agricultores de subsistência e de pequena-escala, os impactos são muitas vezes sinónimo de perda total das colheitas que asseguravam a sua subsistência diária e, portanto, a quebra na produção agrícola reflete-se na segurança alimentar e nutrição dos agregados familiares.

O hiato entre uma catástrofe natural e o momento em que o agricultor regressa às suas práticas agrícolas e volta a ter colheitas, varia e depende dos seus recursos, sendo que quanto mais longo o período de superação, mais em causa fica a produção e a subsistência do agregado familiar.

Os impactos a longo-prazo não só representam um desafio na sua previsão, como apresentam uma complexidade considerável para análise, já que interagem com uma panóplia de fatores temporais e espaciais, igualmente próximos e distantes, podendo influenciar as práticas agrícolas durante vários anos.

Cenários de seca são particularmente desafiantes, uma vez que não são eventos repentinos, mas antes uma condição que se vai instalando progressivamente e que é difícil de identificar no seu estágio embrionário.

Na ASS, historicamente são as secas que mais se traduzem em crises prolongadas de insegurança alimentar e agravamento dos níveis de pobreza, situação que conduz a outras problemáticas como a deslocação de populações e conflitos.

5.2.1 Impactos Biológicos

A tabela que se segue foi realizada com base na literatura existente e apresenta os diferentes tipos de eventos naturais, os respetivos possíveis impactos biológicos e possíveis medidas de mitigação (Bernardo, 2019).

A maioria das sugestões de mitigação implicam que os agricultores tenham recursos para as implementar, problemática que está, portanto, alinhada com o que foi exposto no subcapítulo 5.1 dedicado às vulnerabilidades do contexto da África Subsariana.

Tabela 5.1. Impactos na agricultura por evento natural

EVENTO NATURAL	IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS NA AGRICULTURA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	IMPACTOS TRANSVERSAIS
Cheias	Perda da camada superior do solo; perda de nutrientes do solo; erosão do solo; deposição de materiais indesejáveis; danos permanentes em culturas perenes, árvores e animais; cessação permanente da agricultura nas planícies; desvio/ realinhamento permanente de rios e outros corpos de água; inundação das culturas; maior suscetibilidade a doenças e insetos; perda de gado e do seu habitat; destruição de sementes; contaminação das águas e ambiente.	Diques ao longo dos rios e outros corpos de água para limitar a água ao canal; conduzir através de tubagens as águas excessivas acumuladas nos campos de arroz para possíveis armazenamentos; reflorestação; infraestruturas construídas com materiais adequados.	Destruição de infraestruturas Paralisação de serviços Perda das colheitas e excedentes alimentares
Secas	Subsidência dos solos; desertificação; incêndios; conflitos (a escassez de forragem e água potável para o gado pode levar a confrontos hostis entre agricultores e pastores, ou entre Estados vizinhos que compartilham recursos hídricos.	Maximização da água; procurar fontes alternativas como poços e novas perfurações; implementar soluções que visam o armazenamento de água; implementação de sistemas de irrigação.	Perda de gado Perda de insumos Perda da biodiversidade
Ciclones	Destruição de vegetação, culturas e gado; danos nos sistemas de irrigação; redução da fertilidade do solo devido aos depósitos salinos nos solos inundados pelo mar.	Armazenamento eficiente e resistente; infraestruturas construídas com materiais adequados.	Aumento dos preços dos insumos e dos bens alimentares
Tempestades de Areia	Plantações destruídas e plântulas pouco desenvolvidas levadas pelo vento; canais, reservatórios de água e sistemas de irrigação cobertos por areia e poeira.	Florestação; cultivar uma cobertura vegetal; deixar os distúrbios naturais em cima do solo como forma de proteção.	Insegurança alimentar
Tempestades de Gelo e Neve	Plantas suscetíveis a congelar; falta de polinização; congelamento de estruturas e equipamentos.	Tubos de água e outras instalações expostas devem ser protegidas do frio.	Fome
Atividade Vulcânica	Envenenamento de plantas e do gado pelos gases libertados e pelas cinzas.	Criar barreiras para canalizar o progresso dos fluxos.	Migração
Deslizamentos de Terra	Perda da potencial produtividade das terras agrícolas desmoronadas; destruição de sistemas de irrigação.	Plantação de gramíneas e arbustos para restaurar a cobertura vegetal.	Colapso das economias locais e instabilidade das regionais e nacionais
Incêndios	Degradação e erosão do solo; aumento do risco de cheias na estação das chuvas, e de secas na estação seca; redução das espécies animais; redução das espécies de plantas.	Queimas controladas e realizadas na época correta; limpeza dos terrenos.	Conflitos armados

Autor: Sara Bernardo

Fonte: Informação recolhida em Gomez, 2005; Nuñez, 2005; Sivakumar, 2005; Stoltman et al., 2007.

5.2.2 Consequências em Cascata

As *consequências em cascata* estão significativamente relacionadas com os níveis de vulnerabilidade, pois quanto mais vulnerável for uma sociedade e mais precários forem os serviços e instituições, mais longa e complexa será a disseminação da *cascata*, ou por outras palavras, as vulnerabilidades pré-existentes determinam os fracassos consequentes e alimentam a sua propagação.

De acordo com Pescaroli e Alexander (2015), as *consequências em cascata* evoluem ao longo do tempo e a sua magnitude depende mais dos níveis da vulnerabilidade do que dos perigos existentes, já que perigos de baixo nível podem gerar uma cadeia de efeitos alargados se as vulnerabilidades forem transversais no sistema ou se não forem abordadas adequadamente nos vários subsistemas.

Para os autores a crescente interdependência e interconetividade que caracteriza a economia global e a coexistência e interinfluência entre o mundo real e o mundo digital, estão a resultar em interações entre sistemas cada vez mais complexas. Essa contiguidade significa também que o comportamento das várias componentes de um sistema, pode alterar seriamente ou prejudicar a capacidade de funcionamento de outras componentes de outros sistemas (Pescaroli e Alexander, 2015).

Pescaroli e Alexander (2015, p. 62), estabelecem uma analogia entre as *consequências em cascata* consequentes de catástrofes naturais e as cascatas naturais geradas a partir de um fluxo de água, cujo comportamento resulta da sua interação com as características contextuais, nomeadamente a localização geográfica, a existência de atividades humanas como a gestão de bacias hidrográficas e a existência de rochas e barreiras, assim como, de processos morosos como a erosão. A corrente principal pode ainda ser dividida em pequenos leitos e a força da água é ditada pela massa e gravidade.

Tal como o fluxo da água, também as *consequências em cascata* consequentes de catástrofes naturais dependem das suas interações com o contexto geográfico e respetivas especificidades políticas, económicas e sociais, que vão moldando e direcionando o fluxo das *consequências* que chegam a ser propagadas à escala internacional (Pescaroli e Alexander, 2015).

Na agricultura predominante nos países da ASS, as *consequências em cascata* estão latentes mesmo antes de ocorrer um evento natural extremo. Os fracos recursos e a dificuldade em aceder aos mesmos, faz com que as práticas agrícolas sejam por si só potenciais geradores de uma cadeia de eventos alargados.

A *cascata* que procede uma catástrofe natural, pela sua já referida dependência em relação ao contexto geográfico e suas intra e interdependências, pode assumir uma panóplia de formatos e diferentes níveis de energia que a tornam imprevisível e multidirecional.

Na ASS as *consequências em cascata*, alcancem estas maior ou menor projeção, envolvem uma espiral descendente em direção à insegurança alimentar.

Sem um armazenamento significativo de cereais e de géneros alimentícios assegurado pelos Estados, altamente dependentes de importações, e sem uma *almofada* de recursos assegurada pelos agregados familiares, quando ocorre a destruição das plantações e colheitas de subsistência e a interrupção da produção comercial, o regresso às práticas agrícolas é pautado por constrangimentos que tornam o processo demoroso e que deterioram a segurança alimentar.

Os sistemas, nomeadamente as SAA, tornam-se mais resilientes quando são dotados de muitas *redundâncias*, ou seja, quando são dotados de vários subsistemas que podem substituir a função de um outro se necessário. Se uma sociedade for dotada de mais subsistemas do que aqueles que são aparentemente necessários, portanto, se for dotada de mais *redundâncias*, torna-se mais resiliente e menos vulnerável.

Há, no entanto, subsistemas críticos, tal como a alimentação, a água e as próprias redes de solidariedade, que se comprometidos põem em causa o funcionamento dos sistemas, neste caso o funcionamento das SAA.

Quando ocorre um evento natural extremo que destrói transversalmente a produção, os sistemas de armazenamento e as redes solidárias, respetivamente sistema, subsistema e subsistema crítico, são necessários recursos que possibilitem restabelecer a capacidade de funcionamento destas sociedades.

No entanto, se a *redundância* destas sociedades for potencializada antes das catástrofes e das crises, as *consequências em cascata* alcançam menor projeção e os subsistemas críticos como a alimentação ficam menos expostos.

Como temos vindo a reiterar, a falta de recursos é um constrangimento extremamente significativo que afeta o regresso às práticas agrícolas e que, portanto, afeta um dos subsistemas críticos, a alimentação.

5.2.3 Quadros de Insegurança Alimentar

Crises alimentares e insegurança alimentar são um clássico nas discussões mundiais. Uma problemática que se estende ao longo de décadas e que se recalca e mitiga, mas não se resolve.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), na ASS mais de 250 milhões de pessoas encontram-se em situação de desnutrição, e cenários de fome afetam 1 em cada 5 Africanos, mais do dobro quando comparado com a média global (Nações Unidas, 2021). Aquando uma comparação entre géneros, o feminino é aquele que regista maiores casos de insegurança alimentar (FAO, 2017b).

As perdas agrícolas após uma catástrofe natural contribuem para que surjam novos casos de insegurança alimentar, ao mesmo tempo que os existentes são agravados. Menos óbvio é a vulnerabilidade da produção agrícola e o assimétrico acesso a recursos que também contribuem para a insegurança alimentar.

À sombra de clássicos discursos kafkianos que se debruçam sobre os quadros de insegurança alimentar e que ocultam interesses políticos em perpetuar esses mesmos quadros, não fosse a ajuda externa e o terceiro setor uma economia dissipativa, a insegurança alimentar tem sido discutida e abordada através de mecanismos de dependência e na ótica do assistencialismo. Mais uma vez, à luz da lógica da mitigação e não da resolução.

Nesses clássicos discursos a tónica é atribuída a fatores aparentemente e parcialmente justificativos, como a inflação do preço do petróleo, a produção de biocombustíveis, as alterações climáticas, as mudanças nas dietas ocidentais que se refletem à escala global, a exploração de recursos, as catástrofes naturais, os conflitos armados, entre outros protagonistas clássicos.

No entanto, esses discursos alheiam-se de dois pontos fundamentais - os diferentes percursos da produção agrícola e a produção agrícola *per si*. As transformações nas estruturas agrárias e na produção agrícola, que têm vindo a caracterizar os países da ASS, não são incluídas nesses clássicos discursos, não havendo, portanto, um questionamento sobre as condições e dinâmicas que se refletem em vulnerabilidades que contribuem para os quadros de insegurança alimentar e crises alimentares.

Bryceson (2009), debruçando-se sobre a crise alimentar de 2007, menciona que as três décadas de mudanças agrárias no Sul foram excluídas dos debates que protagonizaram essa mesma crise. Embora tenham sido mudanças que alteraram profundamente a natureza da produção agrícola global, não são comumente incluídas nos clássicos debates.

Neste sentido, podemos resgatar um dos argumentos de Carlos Lopes (2019), que advoga que a segurança alimentar deve ser abordada economicamente e não como um programa de redução da pobreza.

A ênfase atribuída a esta esfera económica, permite abordar a questão das estruturas agrárias e da produção agrícola, e questionar de que forma é que os efeitos perversos influenciam a condição de segurança e insegurança alimentar, uma condição definida antes da ocorrência de qualquer evento natural extremo. É no quotidiano, pautado pelo acesso a recursos ou pela escassez dos mesmos, que se desconstroem ou constroem vulnerabilidades crónicas e, portanto, é nas dinâmicas diárias que se assegura uma segurança alimentar adaptativa e resistente a eventos excepcionais, mas que fazem parte de toda a dinâmica do território, como é o caso dos eventos naturais extremos.

5.3 Tecido Social

5.3.1 Interpretação, Significação, Normalização e Memória Social

Além das mudanças nas práticas e dinâmicas agrícolas, portanto, a um nível tangível, os eventos naturais extremos também interferem com os tecidos sociais a um nível intangível.

A forma como as sociedades gerem eventos naturais extremos está intimamente relacionada com mecanismos e sistemas de interpretação e normalização dos eventos, o que se reflete nos comportamentos rotineiros e normas sociais.

Por três pontos que fomos referindo, nomeadamente por se caracterizarem por uma agricultura de fracos recursos, por uma vulnerabilidade crónica multidimensional e por se encontrarem frequentemente entre cenários de secas e cheias, considera-se que as SAA existem numa constância de crises, ou se quisermos numa *crise crónica*⁵⁸, que têm vindo a moldar a forma como a incerteza e a interrupção do quotidiano são percecionadas e alocadas como parte integrante da vida e do rotineiro.

Com a constância de crises, as SAA desenvolveram não só adaptações próprias para lidar com distúrbios, mas também uma capacidade de aceitação e normalização da realidade que permite que a interação e gestão de eventos naturais extremos aconteça através de mecanismos que articulam o consciente e o inconsciente coletivo.

Seguindo a perspetiva de Anderson (1968), de que quanto mais exposta a catástrofes está uma sociedade mais essas experiências são estruturadas e simbolizadas em termos culturais e

⁵⁸ Resgatamos aqui o termo utilizado por Anderson (1968, p. 298) que se refere a *crise crónica* como o conjunto de *ameaças crónicas* que são omnipresentes num ambiente e que são levadas em conta rotineiramente como parte do pano de fundo da vida.

do que é familiar, as SAA detêm não só um conhecimento sistemático das situações, mas também esquemas assimilativos previamente concebidos e intergeracionalmente transmitidos. Estes esquemas aprovisionam os mecanismos que possibilitam reconhecer e enfrentar uma situação nova como se fosse algo já familiar, portanto, algo que é desconhecido mas que já foi previamente integrado na realidade, no ambiente, nas normas e na cultura por meio de processos de assimilação e integração; como um “processamento de informação cultural onde o estranho e o incomum são colocados em quadros de referência familiares para serem compreendidos e tratados sistematicamente.” (Anderson, 1968, p. 299).

Através da integração dos eventos no tecido social, estes passam a estar coletivamente definidos e tornam-se uma experiência “*normal*”, parte do conhecimento local e cultural.

Esse conhecimento, ao ter contornos definidos e coletivamente legitimados, torna-se passível de ser transmitido e os eventos são aceites como parte da dinâmica societal e territorial.

De acordo com Anderson, as reações às catástrofes não são aleatórias, desordenadas nem tão pouco imediatas, mas antes seguem esquemas cognitivos, afetivos e avaliativos relevantes e alinhados com a definição e interpretação que é atribuída à situação de acordo com a cultura da sociedade em questão (1968).

O autor acrescenta ainda que as reações a catástrofes são a projeção de significados e definições atribuídas aos eventos, e que, portanto, as pessoas não respondem aos eventos *per se*, mas antes ao que os eventos significam e representam dentro dos seus esquemas interpretativos (Anderson, 1968).

Nas SAA os esquemas interpretativos têm na sua base uma notória crença na ancestralidade e são transmitidos através da tradição, de práticas culturais, simbolismos e rituais.

Ainda que tendencialmente estas lógicas sejam categorizadas como irracionais à luz Ocidental, as práticas ligadas à magia, feitiçaria e ancestralidade não são meras fantasias do ‘*outro*’ nem são inexpressivas na estrutura societal que gere e alivia o desconforto, o desamparo

e a incerteza. Cerimónias coletivas e rituais como *Mbhambha* ou *Kudira*⁵⁹, *Kupacha*⁶⁰, *Inhamussoro*⁶¹ e *Bamba*⁶² pretendem não só dar sentido aos eventos como também guiar a agência humana perante a incerteza, já que a crença na ancestralidade e a agregada crença de punição ou proteção por parte dos ancestrais implica uma conduta comportamental específica. Quando ocorre um evento natural extremo e este se transforma numa catástrofe, pode ser interpretado como uma punição e ao mesmo tempo, no caso de sobrevivência do indivíduo e do seu agregado familiar, como proteção por parte dos ancestrais, dependendo daquele que tem sido o comportamento individual dentro das normas coletivas.

⁵⁹ Em Moçambique, na região de Mossurize e Machaze na província de Manica, “as cerimónias familiares ou coletivas aos *vadzimu* (espíritos dos antepassados) são genericamente denominadas *kudira*, enquanto na região costeira do Búzi e Machanga são conhecidas por *mbhambha*.” (Florêncio, 2008, p. 377).

“[S]ão momentos ritualizados que consubstanciam a relação de veneração e dependência dos vivos face aos *vadzimu* (os espíritos dos antepassados) e que se realizam na época das colheitas ou para pedir chuva, assim como o seu papel no controlo e regulação da feitiçaria, designadamente nos julgamentos e resolução de *milandos* [conflitos, problemas]. (Florêncio, 2008, p. 377).

Sobre as cerimónias *Kudira* ou *Mbhambha* ver Florêncio, 2008, 2003.

⁶⁰ Vocábulo *Cindau* [ou *Ndau*. Dialeto falado pelos *Ndaus* em alguns distritos das províncias de Sofala, Manica e Inhambane, Moçambique] para designar a cerimónia de pedido de chuva em algumas regiões do distrito de Búzi, Moçambique (Florêncio, 2003, p. 271).

Cerimónia também realizada para dar a conhecer aos antepassados a realização de algo, como a construção ou inauguração de um edifício institucional, a compra de certos objetos como veículo, casa ou terreno, e ainda para informar da existência de fenómenos estranhos que estejam a ocorrer (Fonte: Entrevistas realizadas no distrito de Búzi em Julho 2021).

Sobre as cerimónias *Kupacha* ver Florêncio, 2003.

⁶¹ Cerimónia realizada com o objetivo de obter informações dos antepassados sobre uma determinada situação. É realizada quando algo não corre bem com um indivíduo ou familiares (doenças, falta de sorte no lar, falta de sorte no emprego, mortes simultâneas na mesma família, entre outros). Durante a cerimónia surgem diferentes espíritos que manifestam a causa existente e/ou indicam o que deve ser feito para ocorrer um melhoramento da situação. Os espíritos podem ser familiares ou de outra linhagem. Se forem espíritos familiares, estes podem pedir que seja realizada a cerimónia *Bamba* para que a situação seja resolvida.

(Fonte: Entrevistas realizadas no distrito de Búzi em Julho 2021).

⁶² *Bamba* consiste numa cerimónia onde é realizada uma festa para alegrar os pedidos dos antepassados. Para a sua concretização os espíritos podem pedir animais específicos, nomeadamente galinhas brancas, vermelhas ou pretas e cabritos pretos com sinalizações brancas em algumas partes do corpo. Preparam-se também bebidas tradicionais, como a *Cabanga* (bebida à base de milho) e a *Ndoro* (bebida à base de mapira que é mergulhada ao longo de seis dias num tambor). O espírito escolhe um elemento da família para liderar toda a cerimónia. Ao nascer do sol, esse elemento toma banho, veste-se e dirige-se ao lugar onde o falecido dormia para levar a bebida tradicional e a refeição de carne escolhida pelo espírito. O familiar ajoelha-se do lado onde ficaria a cabeça do falecido quando dormia e profere algumas palavras já ditas durante a *Inhamussoro*. Sem beber ou comer, entorna um pouco da bebida tradicional no chão e coloca a refeição no chão, abandonando de seguida o quarto. À porta do quarto, juntam-se outros membros do agregado familiar que comem e bebem juntos o que cada um trouxe de acordo com as suas preferências. Seja por falta de condições ou por negligência, se a *Bamba* não for realizada podem surgir consequências por conta da vingança dos antepassados.

(Fonte: Entrevistas realizadas no distrito de Búzi em Julho 2021).

Segundo Granjo (2011)⁶³, os sistemas tradicionais não procuram adivinhar o futuro, mas antes as causas que contribuíram para a situação de infortúnio do presente e, conseqüentemente, ajudam os indivíduos a lidar com a incerteza e a perceber como melhorar a sua conduta para que a situação se torne mais vantajosa e as coisas melhorem dali em diante.

Neste sentido, o autor argumenta que os sistemas tradicionais de atribuição de significados e de domesticação da incerteza, baseiam-se numa lógica de *caos determinístico* e não num *caráter determinista* como comumente é categorizado, já que procuram “*explicar e regular a incerteza [lógica determinista], mas o seu resultado é caótico, devido à complexidade dos fatores envolvidos, incognoscíveis na sua totalidade e caracterizados por agência humana ou para-humana [lógica de caos determinístico]*”. (Granjo, 2011, p. 86).

Se fossem sistemas *deterministas*, indivíduos com comportamentos socialmente perfeitos e que respeitassem as condutas dos ancestrais, não sofreriam infortúnios. No entanto, a complexidade de fatores, o facto das gerações passadas, presentes e vindouras estarem todas interligadas e o facto de haver um espectro coletivo que domina o individual, os mais ‘perfeitos indivíduos’ podem sofrer infortúnios como mensagem para chamar a atenção para as falhas de outros indivíduos ou dos seus antepassados. Assim, Granjo considera que de facto os sistemas tradicionais de domesticação do aleatório são baseados numa *estrutura determinista* por procurarem explicar o desconhecido e a incerteza, mas que pelo não controlo dos eventos trata-se de sistemas de *caos determinístico* (Granjo, 2011, pp. 85–86).

Granjo (2011) considera a adoção da noção de *caos determinístico* de significativa importância, pois contribui para se deixar de assumir os sistemas Africanos de domesticação da incerteza como meras práticas *deterministas* ligadas ao além e estereotipadas como irracionais, para se passar a assumir uma perspectiva que permite analisar estes sistemas tradicionais como sistemas que desempenham a mesma função que os sistemas tecnocientíficos e probabilísticos de domesticação do risco⁶⁴.

O facto de terem como base sistemas tradicionais de interpretação, significação, normalização e domesticação da incerteza, não revoga o facto de existir em conciliação e articulação uma lógica e perspectiva que valida a autonomia das causas materiais e a racionalidade prática e tecnológica.

⁶³ Embora no seu estudo Granjo se refira ao sistema de adivinhação predominante no sul de Moçambique - o *tinhlolo* - consideramos o seu estudo pertinente uma vez que analisa o *tinhlolo* como um mecanismo de domesticação da incerteza (Granjo, 2011).

⁶⁴ Sobre a coexistência de sistemas tradicionais e sistemas tecnológicos, ver o estudo de Granjo (2008) dedicado às interpretações dos eventos e lógicas presentes nos trabalhadores da Mozal em Maputo.

Não numa lógica de rivalidade, mas antes de complementaridade, os sistemas tradicionais e os tecnocientíficos, se quisermos os sistemas modernos, têm campos de ação específicos e não colidentes. Enquanto os sistemas tradicionais se propõem a atribuir significados ao infortúnio e a explicar o que aconteceu, sendo invocados pelas sociedades antes e após os eventos, os tecnocientíficos propõem explicações técnicas e práticas que permitem reações materiais, sendo invocados durante os eventos (Granjo, 2008).

Embora haja uma complementaridade nas funções prestadas por estes dois sistemas, esta é incompleta, uma vez que tanto os sistemas tradicionais como os sistemas tecnocientíficos de domesticação da incerteza e do risco enfrentam a mesma incompletude e incapacidade - ambos pretendem conferir ordem à incerteza e assegurar o domínio humano sobre a mesma, mas ambos são impotentes naquele que é o *controlo prospetivo*, sendo, portanto, sistemas que culminam apenas em *prevenções paliativas parciais* (Granjo, 2011, p. 86).

Podemos resgatar esta complementaridade para a esfera das catástrofes naturais, onde sistemas tradicionais e *sistemas de praticidade* (em vez de sistemas tecnocientíficos optamos por *sistemas de praticidade* por nos referirmos a situações que não são caracterizadas por tecnologia nem acidentes tecnológicos) coexistem, mas ainda assim não evitam as catástrofes naturais. Exemplificativo deste argumento, é o facto de as SAA, quando deparadas com eventos naturais extremos, não assumirem uma inércia nem o papel de vítimas passivas por acreditarem que uma catástrofe natural é um destino e sina incontornável. Se por um lado, há todo um conjunto de reações práticas para lidar com a incerteza no momento do evento; por outro lado, há também uma associação do *pré* e *pós* evento com os antepassados e comportamento coletivo.

Muitos dos agricultores e respetivos agregados familiares afetados pelo ciclone Idai e pelo ciclone Kenneth em 2019 e pelo ciclone Eloise em 2021, em Moçambique, referem que durante os ciclones assumiram comportamentos que substanciassem a sua segurança e, quando possível, dos seus pertences, nomeadamente subir a árvores, ir para infraestruturas mais resistentes do que as suas casas, como por exemplo, as escolas, e soltar os animais que detinham⁶⁵. Muitos destes comportamentos são acionados por haver um *sistema de praticidade* que permite reações físicas e materiais para lidar com a incerteza do momento e com o que pode provocar o agravamento da situação.

Após o evento a grande maioria refere que foi graças à proteção dos antepassados que conseguiu sobreviver. A sua vida, assim como dos seus familiares, foi protegida pelos

⁶⁵ (Fonte: Entrevistas realizadas no distrito de Búzi em Julho 2021).

antepassados. Esta leitura e atribuição de significado, só se torna possível por haver também um sistema tradicional.

Ora torna-se claro que no momento dos ciclones há a invocação tanto de um *sistema de praticidade* como de um sistema tradicional. Enquanto o *sistema de praticidade* assume um papel de ação prática e imediata e não procura uma explicação das causas não materiais nem uma reflexão durante o momento em que é necessária ação; o sistema tradicional, por sua vez, assume um papel de normalização e integração dos eventos no tecido social após estes terem acontecido.

Segundo Granjo, esta coexistência é orgânica e não estática, já que os sistemas tradicionais vão sofrendo alterações devido à integração de “*elementos culturais de diferentes origens, sem que a integração de uma novidade implique necessariamente a exclusão daquilo que já antes desempenhava um papel equivalente.*” (Granjo, 2008, p. 235).

De forma semelhante, nem todos os membros das SAA vão invocar e assumir os sistemas tradicionais com a mesma abertura, frequência e/ou intensidade. Algum ceticismo é reconhecido e os *sistemas de praticidade* podem ser eleitos na tentativa de haver um desprendimento das tradições e normas societais; pode ainda haver um ceticismo dissimulado na presença de agentes externos e, portanto, haver uma omissão da utilização dos sistemas tradicionais em prol dos *sistemas de praticidade*.

No entanto, Granjo (2008) salvaguarda que a escolha do sistema a invocar e a recorrer pode depender da situação em questão. Em situações limite os sistemas tradicionais surgem como o sistema eleito para explicar o aleatório e como uma ‘bengala’ a ser usada quando nenhum outro sistema consegue explicar os acontecimentos. Há, portanto, um recorrer ao sistema tradicional quando todos os outros parecem falhar.

Assim, consideramos que os sistemas tradicionais são no fundo *coping mechanisms*⁶⁶ fortemente baseados na tradição⁶⁷, e que contribuem para a gestão de crises e permitem a

⁶⁶ Segundo Kar, “[s]uccessful coping is defined as one’s ability to continue task-oriented activity, regulate self-emotion, sustain a positive self-value, and maintain and enjoy interpersonal contacts.” (2013, p. 260). Desta forma consideramos que os sistemas tradicionais são *coping mechanisms*, já que as SAA, recorrendo a estes sistemas, têm sido capazes de resistir a todo o tipo de crises, assegurando a sua reprodução social.

⁶⁷ Como é exposto por Giddens (1991), tradição como forma de organizar crenças, práticas, ação e experiência no tempo e no espaço. Segundo o autor, a tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. É uma forma de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.

integração de distúrbios e interrupções do quotidiano no tecido social através de um padrão de aceitação e compreensão coletiva dos eventos.

Esse padrão é transmitido intergeracionalmente através da memória social que permite, por um lado, lembrar eventos e crises passadas e, por outro lado, lembrar os processos e princípios que contribuíram para a sua superação. A própria noção e consciência de que não existe um único estado de equilíbrio estático, faz parte desses processos.

Neste sentido, a memória social tem um papel essencial não só no moldar as reações perante os acontecimentos (Djament-Tran, 2015), mas também no reconhecimento da identidade social e no reforçar o sentimento de pertença, contribuindo, portanto, para a consolidação dos territórios e coesão das sociedades (Le Blanc, 2015).

Para Wilson (2012), a memória social pode conduzir a comportamentos tanto positivos como negativos, já que pode induzir à continuidade de práticas e estruturas que podem levar à erosão do capital social e ambiental. O autor acrescenta ainda que quanto maior é a distância histórica dos eventos mais há a possibilidade de distorção da realidade em benefício de uma vontade individual ou societal, já que a codificação do conhecimento é seletiva e pode levar a ruturas na memória social.

Nas SAA a memória social é um veículo de aprendizagem que permite aprender a viver em situações de *crise crónica* e com a incerteza, já que contribui para que haja uma familiaridade com os eventos mesmo antes de estes terem acontecido.

Este conhecimento prévio e familiar conduz a um apaziguamento e aceitação⁶⁸ das ansiedades, incertezas e crises e, embora não se tornem menos penosos no futuro, os eventos já estão pelo menos codificados (Anderson, 1968) através de símbolos, rituais, cerimónias e tradições.

⁶⁸ Jigyasu, no seu estudo dedicado à perspectiva não-ocidental sobre catástrofes, refere que a capacidade de aceitação de cenários de catástrofe está fortemente relacionada com a *dimensão experiencial*; uma das três dimensões que o autor apresenta como constituintes da perspectiva não-ocidental- *dimensão espacial, temporal e experiencial*.

Segundo o autor, esta *dimensão experiencial*, ligada aos diferentes níveis cognitivos e de compreensão consciente e inconsciente e comumente negligenciada pela perspectiva ocidental, permite experienciar uma continuidade existencial onde as catástrofes são aceites como parte do ciclo infinito do nascimento e da morte. *Na dimensão experiencial, “disaster is not an event to fight with; it is part of existence to live with.* In a way, this seems to point to a tendency to turn people passive and not take actions they are supposed to take. Clearly this might be the case, but on the other hand, this also turns out to be an effective psychological coping mechanism that helps communities to live with disasters.” (Jigyasu, 2005, p. 54).

Este apaziguamento societal que é trazido pela memória social, está assegurado pelos sistemas tradicionais e respetivas tradições transmitidas ao longo do tempo. Nas SAA a confiança é investida nestes sistemas por saberem que são sistemas endógenos que resultam, uma vez que têm assegurado a sua reprodução social, ainda que em transformação, ao contrário de outros sistemas e/ou agentes externos.

Esta confiança e sentido de segurança é o que conduz ao uso de sistemas tradicionais como *coping mechanisms* coletivos. Expostas a vários stressantes, as SAA têm sido capazes de resistir a todo o tipo de crises, nomeadamente eventos naturais extremos, com o uso primordial, embora não exclusivo, de sistemas tradicionais que potencializam uma auto-organização⁶⁹ pautada por uma coerência coletiva tanto na leitura da realidade, visível e invisível, como nas práticas e estruturas sociais.

Nas SAA, os *coping mechanisms* baseados em sistemas tradicionais são marcados por uma consciência coletiva, mas são também igualmente marcados por arquétipos que moldam o inconsciente coletivo.

5.3.2 Arquétipos e Inconsciente Coletivo

Tradições, rituais, cerimónias coletivas, sistemas de adivinhação, entre outros, são mecanismos de *domesticação da incerteza* e, portanto, são reflexos da *consciência coletiva* e não algo inconsciente como comumente rotulado pelo Ocidente, pois o *inconsciente coletivo* é indefinido e abstrato e, como tal, não pode ser assimilado e integrado pela *consciência coletiva* como acontece com tais práticas de *domesticação da incerteza*.

O *inconsciente coletivo* diz respeito a todo um conjunto de conteúdos que, embora influenciadores da perceção da realidade e dos comportamentos, não são conscientemente evocados e utilizados. A estes conteúdos que constituem o *inconsciente coletivo*, Jung atribuiu a designação de arquétipos⁷⁰ (Jung, 2007).

⁶⁹ A auto-organização das SAA é abordada na pág. 135.

⁷⁰ Jung salvaguarda que o conceito de arquétipo não é exclusivamente um conceito seu.

O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da ideia do inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar. A pesquisa mitológica denomina-as "motivos" ou "temas"; na psicologia dos primitivos elas correspondem ao conceito das représentations collectives de Levy-Bruhl e no campo das religiões comparadas foram definidas como "categorias da imaginação" por Hubert e Mauss.

Adolf Bastian designou-as bem antes como "pensamentos elementares" ou "primordiais". A partir dessas referências torna-se claro que a minha representação do arquétipo - literalmente uma forma preexistente - não é exclusivamente um conceito meu, mas também é reconhecido em outros campos da ciência. (Jung, 2007, p. 54).

Desta forma, os sistemas tradicionais e respetivos mecanismos de *domesticação da incerteza*, os *coping mechanisms*, são reflexos da *consciência coletiva* que transmite através da tradição conteúdos coletivos expressivos do *inconsciente coletivo*, portanto, os arquétipos. Por outras palavras, tradições e cerimónias coletivas, embora reflexões da *consciência coletiva*, têm uma conotação arquetípica e, portanto, são expressivas do *inconsciente coletivo*.

Jung distingue o *inconsciente pessoal* e o *inconsciente coletivo*, sendo o primeiro uma camada mais superficial do inconsciente que repousa sobre o segundo, que é por sua vez uma camada mais profunda de natureza não individual, mas antes universal. Portanto, o *inconsciente coletivo* “*não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata.*” (Jung, 2007, p. 15).

Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos [de matiz emocional e que constituem a intimidade pessoal], o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos. (Jung, 2007, p. 53)

Segundo Jung os arquétipos são formas preexistentes de origem desconhecida que se repetem em qualquer período e em qualquer lugar do mundo e podem, portanto, ter inúmeras variedades sem perder a sua configuração e significação original (Jung, 2002, p. 69).

O autor acrescenta ainda que enquanto o *inconsciente pessoal* produz “singularidades pessoais, os arquétipos criam mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras.” (Jung, 2002, p. 79).

Uma espécie de herança psíquica ancestral comum que marca o *inconsciente coletivo* sem que os indivíduos tenham um conhecimento consciente de que essas *formas* preexistentes à sua existência influenciam a sua percepção da realidade.

Os arquétipos, embora tenham a mesma função em todas as sociedades, formam um esquema coletivo que varia de acordo com o contexto. Assim, tal como o *inconsciente pessoal* provém da história individual de cada indivíduo, também o *inconsciente coletivo* é pautado por atribuir mais ênfase a certas projeções arquetípicas (Jung, 2007, 2002).

A herança arquetípica, embora universalmente presente, é, portanto, uma bagagem que se torna singular de acordo com a geografia e o contexto sociocultural em questão. Assim, os arquétipos provocam impulsos coletivos e formações de pensamento coletivo que inconscientemente influenciam e moldam as percepções, intenções e ações coletivas de acordo com essa herança ancestral (Jung, 2002).

Os arquétipos manifestam-se através de símbolos e de sonhos, sendo estes uma das maneiras do *inconsciente* se manifestar no *consciente* (Henderson, 2002; Jacobi, 2002; Jung, 2007, 2002).

Há também uma comunicação simbólica que faz parte do *inconsciente coletivo* e que é utilizada na prática de tradições e cerimónias coletivas (Henderson, 2002; Jacobi, 2002; Jung, 2007).

À luz do exposto, considera-se que os arquétipos e o *inconsciente coletivo* influenciam não só a própria percepção do que são os eventos naturais extremos, as suas consequências e interferências no tecido social, mas também a própria leitura das dinâmicas pós-catástrofe e justificações para o sucedido.

Dotadas de arquétipos e atribuindo ênfase mais a uns do que a outros, as SAA têm uma forma inata de normalizarem e gerirem os acontecimentos e as dinâmicas societais. Cerimónias coletivas, como por exemplo as já mencionadas *Mbhambha* ou *Kudira, Kupacha, Inhamussoro* e *Bamba*, são constituintes da *consciência coletiva*, já que estão codificadas e integradas coletivamente, ao mesmo tempo que manifestam conteúdos originalmente provindos do *inconsciente coletivo* que, herdados inconscientemente e involuntariamente, influenciam a forma como estas sociedades percecionam toda a dinâmica territorial, incluindo a relação com a terra e os eventos naturais extremos.

De forma semelhante, o papel punitivo ou protetor atribuído aos ancestrais por estas sociedades após eventos naturais extremos, demonstra a presença e influência de arquétipos específicos para os percursos e realidades destas sociedades.⁷¹

Ora se, segundo Jung (2002), o *inconsciente coletivo* é algo amplo que não pode ser precisamente definido e se os arquétipos são formas preexistentes que constituem esse *inconsciente*, portanto, formas desconhecidas às próprias sociedades que os possuem, torna-se claro que a forma como estas sociedades percecionam cenários de catástrofe tem algo tanto de

⁷¹ (Fonte: Entrevistas realizadas no distrito de Búzi em Julho 2021).

profundamente interno como de desconhecido e, portanto, indecifrável, principalmente a olhos externos.

Esta incapacidade de compreender na totalidade as SAA, assim como qualquer outra sociedade e incluindo o próprio *Eu*, culmina numa panóplia de suposições sobre a realidade, muita das vezes contrastantes e míopes às diferentes subtilezas societais ⁷².

5.3.3 Trauma Coletivo e Colapso Societal

As SAA por se encontrarem expostas a vários stressantes e por terem como pano de fundo uma crise crónica construída e evolutiva ao longo da história, são sociedades onde o *consciente* e o *inconsciente coletivo* são pautados por vários *traumas coletivos* provenientes não só de catástrofes naturais, mas também de guerras de longa duração, de deslocações forçadas, de genocídios, de intervenções externas, de debilidades económicas, de convulsões políticas, da imposição de mudanças nas lógicas de produção e reprodução social que foram e são sinónimo de desarranjos sociais, do enfraquecimento das relações sociais entre os membros vivos e os ancestrais, entre outros. São, portanto, *sociedades traumatizadas* que gerem a realidade diária sob a influência destes *traumas coletivos* que penetram as várias dimensões dos tecidos sociais (Schiefer, 2012b, 2001).

Da mesma forma que as experiências traumáticas destas sociedades são indissociáveis das especificidades do seu contexto geográfico e percurso histórico, também a forma como estas sociedades reagem aos eventos naturais extremos é ela própria indissociável dos seus *traumas coletivos*.

Há, portanto, uma relação entre a herança dos *traumas coletivos* e os mecanismos etnoculturais utilizados pelas sociedades na gestão de eventos naturais extremos (Kar, 2013).

Estes mecanismos etnoculturais são no fundo, e como mencionado anteriormente, *coping mechanisms* que asseguram uma resposta coletiva. Segundo Kar (2013), essa resposta coletiva, dependendo da panóplia de antecedentes, do significado do *trauma* para a sociedade em questão, das disposições e organizações societais, dos fatores relacionados com a exposição ao evento, dos mecanismos de normalização, dos *coping mechanisms* e dos efeitos na sociedade,

⁷² A vasta maioria dos projetos de intervenção externa, caracterizados por rígidos contornos que elegem a *razão* como diretriz, predominantemente a Ocidental, não consideram de todo a existência do *inconsciente coletivo*, não havendo, aliás, qualquer consideração da sua influência nas dinâmicas societais. Desta miopia surgem projetos desalinhados e fricções entre as intervenções externas e a realidade das SAA. Esta questão é abordada no capítulo 6.

pode tanto conduzir a uma morbidade psíquica que conduz ao colapso societal, como a uma adaptação que visa a continuidade, ainda que numa versão diferente, dessa sociedade.

Diamond (2007, p. 293) apresenta quatro motivos pelos quais as sociedades tomam decisões desastrosas e respondem coletivamente aos eventos de forma a darem mais um passo em direção ao colapso societal: incapacidade de prever um problema, incapacidade de perceber o problema assim que este se manifesta, incapacidade de tentar resolver o problema após este ter sido identificado e, incapacidade de se ser bem sucedido nas tentativas de resolver e ultrapassar o problema.

O autor associa a incapacidade de antecipar os problemas a razões como o não haver uma experiência prévia desses problemas, não havendo sequer uma noção da possibilidade dessas ocorrências (Diamond, 2007, p. 283).

Neste sentido, Diamond apresenta vários exemplos que demonstram que a memória social e a passagem do conhecimento através da tradição, são essenciais para evitar o colapso societal, já que é essa memória que permite prever situações problemáticas e crises. No entanto, o autor salvaguarda que o ser humano é um ser de hábitos e, portanto, mesmo com a presença dessa memória as sociedades tendem a esquecer e a atenuar os factos em prol do regressar aos seus hábitos, mesmo que isso seja sinónimo de uma maior exposição a riscos e futuras crises (Diamond, 2007, p. 284).

Um outro motivo que, segundo o autor, impossibilita as sociedades de preverem os problemas é o *raciocínio por falsa analogia*. O ser humano tende a traçar analogias com o que lhe é familiar, o que pode conduzir a uma leitura errada dos acontecimentos e a uma cegueira perante a possibilidade dos reais problemas (Diamond, 2007, p. 284).

Relativamente à incapacidade de perceber o problema assim que este se manifesta, Diamond aponta três motivos. Primeiramente, o facto de alguns problemas serem realmente impercetíveis.

Em segundo, a distância que comumente existe entre o epicentro do problema e a administração, ou se quisermos os tomadores de decisão. Quando os tomadores de decisão se encontram distanciados da realidade local não só há uma ignorância sobre o local e um atraso no reconhecimento dos problemas, como um atraso na capacidade de reação. Para o autor, oposto ao fracasso provocado por uma administração à distância, está o sucesso obtido por uma administração local (Diamond, 2007, p. 285).

Por último, o autor aponta para o facto de muitos dos problemas serem fenómenos lentos e com uma constância de flutuações, portanto, uma *normalidade deslizante*. Diamond refere que

quando a *normalidade* se vai alterando e deteriorando subtilmente, torna-se difícil reconhecer que esta se está a tornar gradualmente pior quando comparado com o padrão daquilo que constituía a *normalidade* (Diamond, 2007, p. 286).

Típico desta *normalidade deslizando* é a *amnésia de paisagem*, termo que o autor utiliza para se referir às transformações na paisagem que, por serem tão lentas, acabam por se tornar familiares e, portanto, esquecemos o quão diferente era a paisagem. Estas transformações subtis e prolongadas são umas das principais razões pela qual as sociedades não identificam um problema em curso até ser tarde demais (Diamond, 2007, p. 286).

Em relação à incapacidade de tentar resolver o problema após este ter sido identificado, o autor associa a conflitos de interesse, ou seja, os membros das sociedades avaliam corretamente a situação e respetivos problemas, mas agem para seu próprio benefício e não propriamente de acordo com aquilo que seria melhor e exetável para o bem-estar da sociedade como um todo. Há, portanto, um *comportamento racional*, mas que moralmente pode ser questionável e desalinhado com o bem comum. Por outras palavras, uma sociedade opta racionalmente por não resolver os problemas identificados por estes serem benéficos para alguns dos seus membros (Diamond, 2007, pp. 287–290).

Oposto a este *comportamento racional*, o autor menciona também o *comportamento irracional* que pode impossibilitar a resolução dos problemas após estes terem sido identificados. Este *comportamento irracional* pode conduzir a atitudes e procedimentos nocivos e está comumente associado a valores e a crenças, muitas vezes de índole religioso, que as sociedades adotam mesmo que sejam prejudiciais para a reprodução social e, portanto, incompatíveis com a sua continuidade (Diamond, 2007, p. 290).

A *incapacidade irracional* de resolver os problemas surge frequentemente do conflito entre as necessidades imediatas e as de longo prazo (Diamond, 2007, p. 291). A clássica *lógica e técnica do bombeiro* ilustra bem este conflito, já que a lógica é a de resolver os problemas imediatos em prejuízo do que pode significar e implicar a longo prazo.

Os camponeses de Ruanda e do Haiti, além de bilhões de outras pessoas no mundo atual, são desesperadamente pobres e só pensam no que vão comer no dia seguinte. Pobres pescadores em áreas de recifes coralígenos tropicais usam dinamite e cianeto para matar peixes (e incidentalmente matam também o recife) de modo a alimentar seus filhos hoje, mesmo sabendo que estão destruindo sua futura fonte de alimento. Os governos regularmente também operam com uma visão de curto prazo: sentem-se oprimidos por

desastres iminentes e só prestam atenção aos problemas que estão a ponto de explodir. (Diamond, 2007, p. 291).

O autor acrescenta ainda três outros motivos pelos quais a *incapacidade irracional* mina a resolução de problemas, nomeadamente a *psicologia da multidão*, o *pensamento de grupo* e a *negação psicológica*. O primeiro diz respeito ao estímulo emocional proveniente do sentido de pertença e que faz com que os indivíduos assumam comportamentos e decisões que teriam rejeitado caso não estivessem emocionalmente envolvidos com a maioria (Diamond, 2007, p. 292), havendo, portanto, o deterioramento da razão individual em prol da coerência coletiva.

O segundo, o *pensamento de grupo*, diz respeito à busca de apoio e aprovação na tomada de decisões. A aprovação bilateral dentro do grupo provoca consensos precoces e a supressão de dúvidas e críticas, conduzindo a decisões que podem ser nocivas para a sociedade como um todo (Diamond, 2007, p. 292).

Tanto a psicologia da multidão como o pensamento de grupo são processos que podem ser imediatos ou de longa duração, mas os efeitos nocivos das tomadas de decisão daí provenientes são incertos e desenvolvem-se a médio e longo prazo (Diamond, 2007, p. 292).

Por último, a *negação psicológica*, corresponde à supressão e negação da realidade de forma a não ser necessário lidar com a mesma, mesmo que isto signifique consequências danosas a médio e a longo prazo (Diamond, 2007, p. 292).

Relativamente à incapacidade de se ser bem sucedido nas tentativas de resolver e ultrapassar o problema, Diamond refere-se a situações em que as sociedades preveem, compreendem e tentam resolver os problemas mas sem sucesso. Segundo o autor, esta incapacidade tem as suas raízes em quatro razões óbvias, nomeadamente o facto de os problemas extrapolarem a capacidade de resolução da sociedade que o enfrenta; o facto de a resolução adequada ser excessivamente dispendiosa e, portanto, inalcançável; o facto de os esforços serem insuficientes ou serôdios; e o facto de frequentemente as tentativas de resolução virem a revelar-se agravadoras dos problemas (Diamond, 2007, p. 292).

Com o exposto torna-se claro que as sociedades enfrentam problemas de diferentes complexidades, e que tomam decisões calamitosas devido a uma panóplia de motivos, tanto racionais como irracionais.

Segundo Diamond (2007, p. 294), as diferenças ambientais e geográficas são sem dúvida fatores que predeterminam problemas que são mais ou menos difíceis de resolver, mas, no

entanto, o autor salvaguarda que este é apenas um dos fatores, ou tratar-se-ia de uma perspectiva assente num ‘*determinismo ambiental*’.

Assim, as sociedades colapsam ou não dependendo do seu contexto geográfico e da forma como lidam com os eventos e gerem a realidade. Todas as *capacidades* e *incapacidades* de uma sociedade são, portanto, resultado de uma dimensão tangível- características ambientais, geográficas, políticas, económicas e sociais, assim como, o nível de disponibilidade de recursos- e de uma dimensão intangível- a *memória social*, o *consciente coletivo* e o *inconsciente coletivo* pautado por *arquétipos* e *traumas coletivos*.

Confrontamos agora algumas das características das SAA expostas até ao momento, com os quatro perfis de *incapacidade* apresentados por Diamond (2007).

Excluimos a primeira *incapacidade* apresentada pelo autor uma vez que as SAA são dotadas de uma *memória social* que, pelo seu percurso histórico, lhes permite ter uma noção prévia de uma vasta panóplia de eventos extremos e crises, tendo, portanto, a *capacidade* (e não *incapacidade*) de antecipar os problemas.

Admitimos a existência da segunda *incapacidade*, pois não só há uma *normalidade deslizando* e uma *amnésia de paisagem*, principalmente em cenários de seca, como também os epicentros dos problemas estão comumente afastados dos tomadores de decisão, havendo por um lado um poder e administração estatal e, por outro lado, uma dependência da ajuda externa; uma ajuda externa que sobrevive pela existência de escassez de recursos, uma escassez pré crise, portanto, uma escassez que existe mesmo antes de uma catástrofe ou crise ter lugar.

Admitimos também a terceira *incapacidade* por três motivos. Pelo facto de haver conflitos de interesse entre as SAA e as elites Africanas, havendo, portanto, um *comportamento* por parte das segundas que se revela desalinhado com o bem-estar das primeiras; pelo facto de as SAA privilegiarem a coerência coletiva em deterioramento da razão individual; e pelo facto de a lógica de resolver os problemas imediatos em prejuízo do que pode significar e implicar a longo prazo estar presente nestas sociedades.

Por último, admitimos a quarta *incapacidade* pelo facto destas sociedades se debaterem com a falta de recursos financeiros e tecnológicos, sendo que a grande maioria das crises extrapola a sua capacidade de resolução. A vulnerabilidade crónica que caracteriza estas sociedades mina os seus esforços na resolução de crises.

Ao confrontarmos as SAA com os quatro perfis de *incapacidade* apresentados por Diamond (2007), torna-se compreensível que as *incapacidades* destas sociedades têm maioritariamente origem externa, portanto, não provêm nem pertencem ao seu cerne interno.

Não obstante do exposto, não se excluiu a existência de incoerências, conflitos internos, comportamentos lesivos e *incapacidades* internas nestas sociedades. No entanto, se essas *incapacidades* internas fossem insustentáveis e sinónimo de autodestruição e auto-sabotagem, as SAA não assegurariam a sua reprodução social. É por haver um funcionamento interno, que pode ser mais ou menos funcional dependendo das *incapacidades* internas, que se torna possível contornar as *incapacidades* impostas externamente.

Embora as SAA enfrentem condições ambientais cada vez mais instáveis e precárias, pressões externas e quadros político-económicos crescentemente vulneráveis, e embora sejam sociedades que interagem com os eventos sob a influência de *traumas coletivos*, os *coping mechanisms coletivos* utilizados por estas sociedades, nomeadamente os sistemas tradicionais já referidos, têm sido sinónimo de adaptação e continuidade e não de colapso societal, já que estas sociedades têm sido capazes de resistir a um variado leque de mudanças, crises, catástrofes e desastres.

5.3.4 Auto-organização de Matriz Étnica, Resiliência Social e Reprodução Social

Característico das SAA tem sido de facto a sua capacidade de adaptação e a sua coesa resiliência social⁷³.

Um dos elementos chave desta resiliência social é a auto-organização de matriz étnica, portanto, a auto-organização das SAA é a nível do grupo étnico e está relacionada com vários elementos históricos, com estruturas internas definidas de acordo com por exemplo o género e a idade, com relações passadas e presentes com outras sociedades, com a espiritualidade e com a própria estrutura militar de cada sociedade (Schiefer, 2012b; Sigrist, 2001a, 2001b; Temudo e Schiefer, 2002).

A auto-organização de matriz étnica não significa que as SAA sejam sociedades isoladas e estáticas, mas antes é uma auto-organização que visa a continuidade de grupos e dinâmicas específicas.

As distinções étnicas categóricas não dependem de uma ausência de mobilidade, contacto e informação, mas implicam processos sociais de exclusão e incorporação. As distinções

⁷³ O conceito foi trazido para o contexto das sociedades agrárias Africanas com trabalhos desenvolvidos por Temudo e Schiefer (2002).

étnicas são muitas vezes os próprios alicerces sobre os quais os sistemas sociais são construídos (Barth, 1981; Sigrist, 2004).

Para Barth (1981) a continuidade das unidades étnicas depende da existência e manutenção de um limite, portanto, de uma fronteira étnica que absorve interações e assegura um processo constante de seletividade entre absorções e exclusões. As características culturais que sinalizam a fronteira podem mudar e as características culturais dos membros podem igualmente ser transformadas, assim como, a própria forma organizacional, no entanto, o facto de haver uma contínua dicotomização entre membros e não membros permite um auto reconhecimento de pertença e, portanto, as fronteiras étnicas viabilizam a continuidade de uma identidade, de um grupo e de uma auto-organização de matriz étnica. Desta forma, as fronteiras étnicas definem os grupos e não as culturas pois estas alteram-se.

A auto-organização de matriz étnica reflete não só uma história de adaptação, mas também as próprias circunstâncias externas a que as sociedades tiveram e têm de se adaptar, já que a mesma sociedade certamente perseguiria padrões de vida diferentes e institucionalizaria diferentes formas de comportamento se confrontada com diferentes externalidades e oportunidades em diferentes ambientes e contextos. Da mesma forma, se um grupo étnico se expande por outros territórios geográficos desenvolverá diversidades regionais que se refletiriam a nível dos comportamentos institucionalizados, mas que não se refletiriam em diferenças na orientação cultural e societal (Barth, 1981).

A auto-organização de matriz étnica opera como um mecanismo de organização e gestão da realidade e de todos os elementos e eventos que a compõem, sejam estes mais ou menos contínuos, assim como, um mecanismo de mediação da interação com outras sociedades.

As SAA, como sistemas sociais complexos, têm fronteiras fluidas e, como tal, estão em constante interação e codependência com outros sistemas, e, portanto, cada sociedade é condicionada pelas relações com outras sociedades e respetivas auto-organizações. Percursos históricos distintos, são sinónimos de lógicas internas distintas e, portanto, auto-organizações também elas distintas.

Expostas a vários stressantes e ‘acostumadas’ a lidar com várias crises e catástrofes, as SAA têm assegurado a sua existência ao longo de milénios em grande parte devido à sua forte capacidade auto-organizativa, uma vez que a matriz étnica adapta-se e mantém-se, ainda que possa absorver mudanças.

Quanto mais integrados estão os eventos mais uniforme será a reação de uma sociedade (Anderson, 1968, p. 304). Portanto, devido à constância de crises, as SAA são pautadas por uma coesão naquela que é a capacidade auto-organizativa e resposta coletiva.

Entre convulsões e crises, esta capacidade auto-organizativa permite atingir um desequilíbrio fluido que desacelera o ritmo das mudanças para que os sistemas sociais possam lidar com as mesmas e continuar a operar (Schiefer, 2012b).

Desta forma, as SAA são sistemas com *estruturas dissipativas*, longe do equilíbrio e com ciclos de adaptação (Schiefer, 2012b, 2002, 2001).

É neste fluxo de instabilidades e desequilíbrios contínuos, mais ou menos condensados, que a resiliência social destas sociedades tem sido desenvolvida (Milando, 2007; Schiefer, 2012b; Schiefer et al., 2013; Temudo e Schiefer, 2002).

Uma complexa resiliência social e auto-organização de matriz étnica que asseguram a continuidade de um grupo em prol de um objetivo maior e comum - assegurar o funcionamento do tecido social e a reprodução social em momentos de crise.

As crises e a escassez de recursos têm sido sinónimo de uma descapacitação e fragmentação destas sociedades, conduzindo ao enfraquecimento da sua resiliência social e, conseqüentemente, a sua capacidade de resposta aos eventos naturais extremos é cada vez mais fraca.

Esta crescente fragilidade é um processo que se torna mais acelerado mediante a disrupção e erosão das suas instituições e da dimensão espiritual.

Nas SAA a espiritualidade⁷⁴ é de extrema importância para a resiliência social, uma vez que há uma compreensão social específica do lugar do indivíduo na comunidade, das suas obrigações e das condutas morais, o que contribui para a fluência da auto-organização e também para a própria coesão social.

Existe uma dinâmica e um vínculo congénito entre o indivíduo, a família alargada, o clã, os antepassados e as gerações vindouras, que serve, por um lado, como uma rede de deveres e direitos e, por outro lado, como uma rede endógena de partilha dos riscos, ambos essenciais na auto-organização, já que nesta compreensão e organização social intrínseca há um sentido inato de ‘saber o que fazer, o que esperar e que posição tomar’.

⁷⁴ Sobre o papel da espiritualidade na resiliência social, ver por exemplo Kumpfer, 2002.

Segundo De Weerd (2002)⁷⁵, no seu estudo dedicado à formação de redes endógenas de partilha dos riscos, os agregados familiares associam-se a outros agregados na partilha dos riscos dependendo de um conjunto de fatores.

De Weerd (2002) desenvolve o seu estudo partindo de nove parâmetros de análise, nomeadamente *Parentesco*, *Vizinhos*, *Número de amigos em comum*, *Religião*, *Filiação em clãs*, *Nível de Educação*, *Rendimentos*, *Faixa etária* e *Riqueza*.

Segundo o autor, dos nove parâmetros seis determinam fortemente a formação de redes endógenas de partilha de riscos, nomeadamente o *Parentesco*, a *Proximidade geográfica*, o *Número de amigos em comum*, a *Religião*, a *Filiação em clãs* e a *Riqueza*, sendo o *Parentesco* o elemento mais predominante na formação das redes, enquanto a *Faixa etária* se apresenta como o elemento com menos significância (De Weerd, 2002).

Estes elementos estão relacionados com fatores como a confiança, as normas sociais e a capacidade de punir quando não há um cumprimento de uma das partes. O *Parentesco*, a *Religião* e a *Filiação em clãs* são importantes a este respeito porque ajudam a impor normas rigorosas aos membros. O comportamento desviante dos membros do grupo pode ser punido com vergonha ou ostracismo (De Weerd, 2002).

Relativamente à importância dada ao *Número de amigos em comum*, De Weerd (2002) associa ao facto de quanto maior o *Número de amigos em comum*, maiores são os fluxos informativos sobre os agregados familiares havendo, portanto, uma maior informação sobre a fidedignidade de cada agregado. Comportamentos desviantes podem induzir ao afastamento não só dos membros diretamente envolvidos, mas também de todos os restantes amigos em comum.

De forma semelhante, a *Proximidade geográfica* está igualmente relacionada com os fluxos de informação e conhecimento dos níveis de fidedignidade. Quanto menor a distância entre os agregados familiares maior o conhecimento mútuo e, portanto, maior a confiança. Desta forma, os vizinhos surgem como elementos chave na formação de redes, embora essa proximidade geográfica signifique também que os agregados familiares produzem os mesmos cultivos e, portanto, estão expostos aos mesmos riscos agrícolas (De Weerd, 2002).

⁷⁵ Embora o estudo de De Weerd (2002) tenha sido desenvolvido com base em dados recolhidos numa aldeia Haya na Tanzânia, considera-se pertinente uma vez que analisa a formação de redes endógenas de partilha dos riscos no meio rural.

No entanto, De Weerd (2002) conclui que quando são formadas as redes de partilha de riscos, os elevados níveis de confiança predominam em relação à noção de possíveis constrangimentos e riscos agrícolas em comum.

A nível da *Riqueza*, as famílias ricas escolhem-se mutuamente como parceiros de partilha dos riscos, mas, no entanto, as famílias pobres evitam-se mutuamente (De Weerd, 2002).

O supracitado conclui que os agregados familiares mais pobres têm redes de partilha dos riscos menos densas, menos extensas e menos resilientes e, como tal, acabam por ser mais vulneráveis (De Weerd, 2002).

Estas redes de partilha dos riscos são auto-organizativas e, portanto, se as redes mais vulneráveis estão mais suscetíveis a sofrer choques em rede, a própria capacidade auto-organizativa fica gradualmente enfraquecida.

Da mesma forma que os agregados familiares com níveis de riqueza superiores têm redes de partilha dos riscos mais robustas e alargadas e, portanto, uma auto-organização mais vigorosa, a auto-organização ‘de cima’ e das elites domina a auto-organização das SAA, já que o poder e o acesso a recursos são assimétricos, o que significa que as SAA integram redes mais vulneráveis com uma auto-organização cada vez mais enfraquecida.

A fragmentação da auto-organização de matriz étnica tem repercussões negativas diretas na resiliência social, pois são as estruturas e dinâmicas endógenas que permitem que o tecido social destas sociedades seja dotado de uma significativa elasticidade que permite a reprodução social.

O estudo desenvolvido por Temudo e Schiefer (2002)⁷⁶ sobre resiliência social na Guiné-Bissau é ilustrativo desta correlação entre a auto-organização de matriz étnica e a resiliência social.

⁷⁶ Temudo e Schiefer (2002) debruçam-se sobre a forma como sociedades agrárias em cenários de guerra civil e seca asseguraram o seu funcionamento.

O cenário de guerra civil, que foi sinónimo de disrupção das estruturas a nível regional, provocou um fluxo de fuga do meio urbano para o rural. As sociedades agrárias revelaram-se capazes de gerir este fenómeno através do acolhimento dos refugiados sob o estatuto de ‘*viajante*’, que segundo os autores, é um estatuto privilegiado nas comunidades agrárias Guineenses, já que o ‘*viajante*’ beneficia não só de alojamento e comida, mas também de valores culturais, sentimento de pertença a um núcleo familiar e da possibilidade de integrar atividades agrícolas e de comércio cujos rendimentos podem ser apropriados à escala individual.

Segundo os autores, a integração dos deslocados nas sociedades agrárias mitigou os traumatismos causados pela guerra, ao contrário do que teria acontecido se tivessem ido para campos de deslocados (Temudo e Schiefer, 2002), pelo facto dos campos serem territórios descaracterizados, sem o tecido social que potencializa o reconhecimento de pertença social e sem oportunidades de integrar atividades de capacitação.

De acordo com os autores, é importante diferenciar fenômenos que provocam danos na reprodução social mas que não põem em causa o potencial de reprodução e reconstrução de uma sociedade, e fenômenos que por sua vez são irreversíveis na perda da capacidade de reprodução social (Temudo e Schiefer, 2002).

Eventos naturais extremos que culminam em catástrofes naturais provocam um desarranjo social e danos na reprodução social, mas o potencial de reconstrução social não tem de ficar inevitavelmente comprometido.

Considerando que a reconstrução social e, por sua vez, a reprodução social das SAA estão expressivamente relacionadas com uma resiliência social endógena que tem como base uma auto-organização de matriz étnica, são necessários meios que potencializem diretamente a disponibilidade de recursos genéticos e as SAA *per si*.

Nesta potencialização das SAA *per si*, torna-se possível abordar a vulnerabilidade crónica cumulativa e a *espiral dinâmica descendente* onde *pré* e *pós* catástrofe são um único processo continuado.

A guerra civil, fenómeno que provocou danos de reprodução social, mas sem anular o potencial de reconstrução social, fortaleceu os mecanismos de solidariedade campo-cidade e permitiu a sobrevivência de grande parte da população urbana que regressou à cidade após a guerra (Temudo e Schiefer, 2002).

Ao longo do estudo são também expostas as várias estratégias que foram utilizadas para combater a insegurança alimentar que surgiu com a guerra e se agravou com os períodos de seca. Os autores subdividem essas estratégias em estratégias alimentares e estratégias produtivas. As primeiras dizem respeito a medidas de redução do consumo de alimentos, o que incluiu economizar no consumo de arroz, não só através de porções mais reduzidas, mas também através da redução do número de refeições diárias. As segundas, consistiram em aumentar a produção de raízes e tubérculos, utilização de sementeiras diretas de arroz e diversificação dos sistemas de cultura (Temudo e Schiefer, 2002).

O estudo desenvolvido expressa como o cultivo de arroz tem intrínseco um conjunto de elementos endógenos- os grupos de socialização e entreaajuda no trabalho; o sistema de empréstimos e troca de alimentos, muitas vezes díspares no tempo e que, portanto, refletem um alto nível de confiança; as redes de parentesco; e uma diversidade ampla de espécies de arroz cultivadas, estando os cultivos alinhados com as diferentes épocas do ano, as preferências e tradições, sendo que a maioria dos agricultores cultivava mais do que uma variedade como estratégia de mitigação dos riscos e de forma a combater a vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Os autores demonstram como a resiliência social destas sociedades agrárias é baseada no cultivo do arroz, que depende da disponibilidade de recursos genéticos e que tem inerente estruturas e sistemas de organização do tecido social que gerem o direito de acesso aos recursos naturais (Temudo e Schiefer, 2002).

6. Desenvolvimento e Ajuda Humanitária como Intervenção

Quando ocorre uma catástrofe natural, atores externos e internacionais assumem a rédea e planeiam aquela que será a ajuda humanitária. Se por um lado, essa ajuda pode de facto aliviar algumas carências imediatas, principalmente alimentares e ligadas à saúde, por outro lado, comumente não inclui nem considera as sociedades afetadas como sendo sociedades únicas com estruturas socioculturais próprias, com conhecimento local e com dinâmicas internas que são construídas ao longo da história, o que resulta em quadros de dependência e em intervenções desajustadas.

Em entrevista, Pedro Matos (2021) aponta para o facto de os quadros de dependência da ajuda humanitária serem reais e influenciarem e complexificarem a fase designada de *exit strategy*. Matos refere que é significativamente complicado decidir quando é que as populações deixam de necessitar de ajuda, principalmente porque a maioria das organizações lê a realidade e as necessidades das populações através de uma *lente muito ocidental* que concebe padrões de vida e de bem-estar.

Matos (2021) menciona ainda que o Programa Alimentar Mundial (PAM) desenvolve um trabalho fundamental na fase inicial de emergência, portanto, uma intervenção que é *life saving*, mas após essa fase, na *exit strategy* e *recovery resilience*, há inúmeros caminhos possíveis e nem sempre as propostas das organizações são alinhadas com o desenvolvimento daquela região específica.

A intervenção humanitária e a intervenção externa para o desenvolvimento são significativamente distintas no seu papel, lógicas e ações, mas, no entanto, os seus efeitos influenciam-se mutuamente. Por um lado, as intervenções externas para o desenvolvimento criam o ambiente onde operam as intervenções humanitárias, por outro lado, a intervenção humanitária pode pôr em causa as linhas de desenvolvimento existentes.

Tanto na humanitária como na intervenção para o desenvolvimento são reconhecidos efeitos positivos e negativos.

A intervenção humanitária aplica comumente modelos universais que facilitam a logística e possibilitam que a intervenção seja rápida, mas que, no entanto, são sinónimo de uma imposição de métodos e de uma ajuda igualizada e pré-definida. Valencio (2009), Brida et al. (2013) e Arnall et al. (2013) são alguns dos autores que se debruçam sobre possíveis desalinhamentos da intervenção humanitária em relação às características dos contextos.

Valencio (2009), no seu estudo sobre a assistência humanitária na Guiné Bissau, debruça-se sobre processos e soluções que deslocam as populações para outros territórios. A autora

refere que as autoridades e a ajuda externa induzem a processos de *desterritorialização e reterritorialização* sem conhecerem os fenómenos de etnicidade fortemente presentes na Guiné-Bissau e sem conhecerem as *especificidades culturais da produção e organização do espaço*. Esta miopia que leva à “inserção involuntária de um grupo étnico num território onde vigora direitos consuetudinários que dão precedência de fixação a outro grupo tende a incitar processos de discriminação e preconceito, elevando o nível de intolerância social a termos agudos se os recursos de sobrevivência tendem a ser cada vez mais limitados.” (Valencio, 2009, p. 230).

No estudo de Valencio (2009) torna-se evidente que soluções humanitárias *ex-post*, como o deslocamento das populações, quando acompanhadas de uma ignorância quanto à realidade do contexto e do tecido social, levam a soluções de deslocamento mal planeadas que podem agravar as crises e pôr em causa as propostas de desenvolvimento existentes.

Por seu turno, o estudo de Brida et al. (2013) sobre Moçambique, revela um desalinhamento entre a proposta de realojamento apresentada pelo governo e as necessidades das populações, já que estas foram realojadas de zonas baixas onde enfrentavam risco de cheias para zonas altas onde passaram a enfrentar cenários de seca e onde a agricultura a que estavam habituadas era impraticável.

Para contrariar estas tendências, estratégias endógenas e culturalmente adequadas precisam de ser consideradas e facilitadas. Kar (2013) dá o exemplo de como nas sociedades estruturadas em sistemas de parentesco, a ajuda pode estar disponível dentro do próprio sistema e, como tal, os serviços e intervenções devem considerar e confiar em tais sistemas.

Para o autor, a falta de compreensão sobre a perceção do trauma dentro dos meandros das especificidades culturais, assim como, a miopia relativamente às estratégias de sobrevivência, às fontes *indígenas* de apoio e cura, e à vida religiosa, podem constituir um obstáculo para uma resposta eficaz (Kar, 2013, p. 270).

O estudo desenvolvido por Arnall et al. (2013) revela uma subtil mas importante presença da memória social que inibiu o envolvimento de alguns agricultores da localidade de Jofane, Moçambique, nas cooperativas criadas por uma ONG nacional envolvida na superação das cheias de 2003. Os agricultores consideravam que as cooperativas eram demasiado semelhantes aos tempos da colonização portuguesa e, como tal, resistiram à adesão.

O mesmo estudo revelou ainda que os programas de realojamento implementados em Chicomo após as cheias, foram sinónimo de uma diminuição das práticas agrícolas já que os

locais de realojamento eram longe das *machambas* e, portanto, as famílias foram obrigadas a reduzir as práticas agrícolas (Arnall et al., 2013).

Temudo e Schiefer (2002), Milando (2007) e Schiefer (2012) são alguns dos autores que se debruçam sobre o desalinhamento das propostas externas de desenvolvimento em relação às características endógenas das sociedades, havendo em alguns casos a perpetuação da lógica do assistencialismo ocidental, caracterizado por dependência e não capacitação.

Temudo e Schiefer (2002), debruçando-se sobre as sociedades agrárias também na Guiné-Bissau, referem que em períodos de insegurança alimentar, causada pela guerra civil e períodos de seca, o programa de intervenção de emergência conduzido pelo DEPA⁷⁷ tentou introduzir variedades de arroz melhoradas que visavam substituir as variedades locais de forma a alcançar o objetivo nacional da autossuficiência alimentar em arroz. No entanto, o programa de intervenção por negligenciar as características sociais, por impor uma racionalidade diferente dos valores e normas praticadas e por não incluir conhecimento local no planeamento da intervenção, tornou a adoção das variedades melhoradas impraticável e um insucesso.

Segundo os autores, os agregados familiares seguiam vinte e sete critérios locais para selecionarem o arroz a produzir, sendo os três mais determinantes o “*rendimento no campo (produtividade medida em termos de volume); rendimento no caldeirão (grau de inchamento do grão durante a cozedura); rendimento na barriga (tempo de digestão)*” (Temudo e Schiefer, 2002, p. 395).

As variedades de arroz propostas pelo programa de intervenção não seguiam estes critérios e, como tal, não foram adotadas. As principais razões que conduziram ao abandono das novas variedades melhoradas experimentadas foram “*a longa duração do ciclo vegetativo, o fraco grau de inchamento do grão durante a cozedura e o tempo de digestão reduzido*”. (Temudo e Schiefer, 2002, p. 395).

Segundo os autores, os critérios locais de seleção do arroz têm subjacentes lógicas de minimização dos riscos de escassez e de insegurança alimentar, portanto, “*lógicas de gestão da incerteza em que se desenvolve a produção agrícola em regiões de fracos recursos.*” (Temudo e Schiefer, 2002, p. 395).

Desta forma, o programa conduzido pelo DEPA revelou-se desalinhado, um desperdício de recursos e as sociedades agrárias continuaram a assegurar a sua reprodução social através dos seus mecanismos historicamente e localmente construídos (Temudo e Schiefer, 2002).

⁷⁷ Departamento de Pesquisa Agrícola.

Milando (2007) problematiza o desalinhamento das propostas externas de desenvolvimento no seu estudo dedicado aos comportamentos no meio rural de Cabinda. O autor fundamenta o seu argumento com construções que exprimem a reprodução social das sociedades Cabindenses, fazendo referências ao *Kindoki*- feitiçaria, como mecanismo de regulação social, ao *Kúngula*- simulacro mutatório, ao *Kinlongo* e ao *Muadzo* como capital social.

Por de trás de todo um conjunto de comportamentos e condutas estão estas construções que moldam a memória social e o tecido social. Estes elementos limitam o exercício de algumas atividades, como por exemplo, a caça individual, a diversão noturna e a produção em explorações agrícolas situadas nas florestas, e condicionam o comportamento individual e social. A título de exemplo, o *Kúngula*, enquanto construção social, expressa o sentimento de vulnerabilidade dos indivíduos Cabindenses ao homem branco, a falta de confiança no mesmo e sentimentos de inferioridade, e, por outro lado, é também um mecanismo de reforço da coesão social (Milando, 2007, p. 88-90).

Segundo o autor, estas construções, pelas suas conotações místicas e, em alguns casos, pela referência ao homem branco, constroem o envolvimento das populações locais nas propostas externas de desenvolvimento induzido (Milando, 2007).

A interpretação das sociedades Cabindenses relativamente ao homem branco tem claramente as suas raízes na história e na memória social. Invisíveis aos olhos externos dos agentes de intervenção e formuladores de políticas, estas construções tão próprias da sociedade de Cabinda são negligenciadas nas intervenções, o que conduz ao fracasso das mesmas (Milando, 2007).

Neste sentido, Berkes e Ross (2016), com base no modelo de *Panarquia*, defendem a importância das decisões serem negociadas e deliberadas a nível local, já que as intervenções conceptualmente distanciadas, ainda que bem intencionadas, conduzem comumente a consequências imprevistas com múltiplas influências, nomeadamente influências erosivas para o tecido social.

Schiefer et al. (2013) debruçam-se sobre a interação entre as sociedades Africanas e as dinâmicas globais, e sobre o facto de vários atores externos tentarem alterar as dinâmicas internas destas sociedades através das intervenções externas em prol do suposto desenvolvimento.

Segundo os autores

The enormous energetic differential between African societies and global dynamics produces instability and turbulence. Global dynamics originate

flows of high energy with a high pace of change, whilst the flows in African societies are of low energy and slow change. These flows include energy, information, money, people, and goods. (Schiefer et al., 2013, p. 6).

Com base nesta perspectiva da *dinâmica dos fluxos*, que consiste em identificar e analisar as características dos diferentes fluxos, como estes interagem e como afetam o território e a sociedade, os autores abordam a segurança alimentar de uma perspectiva que analisa a produção e circulação de alimentos das zonas rurais para as urbanas e vice-versa; a interação entre importações e as produções agrícolas; as migrações como resposta à insegurança alimentar, o que diminui o potencial produtivo das sociedades agrárias devido à perda de força de trabalho; e a circulação de ajuda alimentar (Schiefer et al., 2013).

Para Schiefer et al. (2013), a análise através da perspectiva da *dinâmica dos fluxos* permite estudar as sociedades dentro das suas condições externas, ao mesmo tempo que as suas dinâmicas internas são consideradas e, portanto, as sociedades não são reduzidas a meros objetos de intervenção e a tónica passa a ser atribuída a uma visão mais sistémica da dinâmica das sociedades.

De forma semelhante, também White et al. referem que o ritmo de mudança nos contextos Africanos não é rápido como as forças externas o exigem e projetam. Os autores acrescentam ainda que as mudanças nas estruturas e organizações sociais podem ocorrer mas lentamente e que são principalmente impulsionadas pelas remessas enviadas pela migração e distribuídas através das rede de parentesco. Neste processo lento, as estruturas tradicionais podem sofrer alterações ou ser substituídas por alternativas, como por exemplo a igreja que assume o papel da rede de segurança social (White et al., 2001, p. 73).

As subtilezas e as particularidades das sociedades agrárias Africanas (SAA) são desconhecidas aos olhos exógenos e são tratadas como objeto passivo, levando a uma interpretação equivocada destas sociedades que, erroneamente, são consideradas ‘simples’ à luz das diretrizes ocidentais pelo facto de terem um baixo nível de especialização funcional das organizações e instituições (Milando, 2007).

A miopia em relação aos diferentes contextos e tecidos sociais e a carência de um conhecimento sistémico aprofundado por parte de quem desenha não só os projetos de intervenção mas também a assistência humanitária, resulta em propostas desalinhas que podem contribuir para o desarranjo ou até desmantelamento social (Kar, 2013; Milando, 2007; Temudo e Schiefer, 2002; Valencio, 2009).

Acrescenta-se ainda que a incompreensão por parte das instituições sobre a capacidade de auto-organização das sociedades, acentua o desalinhamento e a fricção entre as intervenções externas e o tecido social das SAA. Os percursos das sociedades são diferentes, as lógicas são diferentes e, portanto, as auto-organizações são igualmente diferentes.

Há um contraste de perceções da realidade, ou por outras palavras, um posicionamento distinto naquela que é a mundivivência e mundividência. As visões ocidentais não alinhadas com as realidades Africanas que servem de base para o planeamento e implementação das intervenções para o desenvolvimento, continuam a perpetuar os erros clássicos das teorias e do discurso desenvolvimentista⁷⁸. Discurso este que se iniciou com o estabelecimento de instituições globais encarregadas de manter a paz no período de reconstrução do pós-guerra e que seguia uma agenda significativamente impulsionada pela teoria das Etapas de Desenvolvimento de Walt Rostow e pela Conferência de *Bretton Woods* em 1944, onde surgiu o Banco Mundial, o FMI e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Ao longo da história a imposição da modernização dominou o discurso desenvolvimentista, mas neste momento a tónica é a ‘contenção Africana’, portanto, o objetivo primordial é reduzir

⁷⁸ Não se pretende apresentar exaustivamente as diferentes fases e teorias do desenvolvimento, apenas uma sucinta referência.

Anos 50 - Industrialização à custa do abandono dos restantes setores, principalmente o agrícola que era visto como um atraso para a industrialização e modernização; Anos 60 - Um maior equilíbrio entre os setores, a agricultura passa a ser vista como pilar e ‘sustento’ da industrialização e passa a haver um maior equilíbrio entre importações e exportações; Anos 70 - Dá-se um desacreditar do PIB e da crença cega e simplista de crescimento económico puro, havendo o reconhecimento dos problemas relacionados com o paradigma do desenvolvimento, nomeadamente pobreza, desemprego e êxodo rural. Há também uma maior integração do meio rural e do desenvolvimento agrícola, com tónica na relação de dependência entre as variantes económica e demográfica e na migração rural-urbano. Passa-se de um único objetivo de desenvolvimento, o crescimento económico, para um desenvolvimento que tem várias dimensões, surgindo uma preocupação com a modernização *bottom-up* da agricultura e as teorias do *Redistribution with Growth* e do *Basic Needs*; Anos 80 - Década designada como a *lost development decade* e que ficou marcada pelos PAE, pelo debate dedicado ao capital humano e pelo surgimento de incentivos para a formação de cooperativas, para créditos informais e para a formação de instituições agrárias. Surge a Teoria das Capacidades de Amartya Sen; Anos 90 - Continuação dos PAE, transição do Socialismo para ‘economias de mercado’ com o objetivo de alcançar um ‘reajustamento’ bem-sucedido e debate sobre um modelo híbrido que continuasse a intervenção dos Estados, assim como o seu papel e presença nos mercados. No final da década surgem as críticas aos PAE e o debate sobre o quanto são corrosivos se não forem acompanhados de outras medidas. Inicia-se também o período da *aid fatigue*. Surge o discurso do Desenvolvimento Humano em substituição do paradigma da redução da pobreza, e com isto surge também o *Human Development Index*; Décadas posteriores - Nada de realmente novo, havendo uma reutilização e reciclagem das medidas e teorias. Surgem os Objetivos do Milénio e mais tarde os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2000 e em 2015 respetivamente.

Ver por exemplo Amin, 1990, 1990; Chang et al., 2014; Collins, 2009; Fukuda-Parr, 2003; Sen, 1999, 1988; Shivji, 2009, 2007; Thorbecke, 2007; Todaro e Smith, 2012; White et al., 2001; Zoomers, 2014, 2007.

a migração intercontinental através da redução da pobreza. Uma estratégia que visa não só criar tampões contra a imigração, mas também contra o próprio terrorismo.

Apesar do discurso desenvolvimentista ter sofrido alterações e apresentado algumas transformações epistemológicas ao longo das décadas, algumas das suas diretrizes têm se mantido, nomeadamente a lógica de que há um desenvolvimento constante em direção a um ponto de bem-estar desejado e estandardizado.

À luz desta perspectiva, considera-se que os agentes externos contribuem para o que Giddens (1991) definiu como as fontes dominantes do dinamismo da modernidade, já que contribuem para o desenvolvimento de “mecanismos de desencaixe. [Estes retiram] a atividade social dos contextos localizados reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais”⁷⁹ (Giddens, 1991, p. 51).

No caso das SAA, estes *mecanismos de desencaixe* distantes e exógenos são potenciais ameaças, uma vez que conduzem a um desenraizamento e desintegração em relação ao coletivo, à história social e ao contexto tradicional, fazendo com que estas sociedades se tornem gradualmente *a-históricas*- utilizando a teoria de Beck (1992) relativamente ao *modelo de individualização ‘tripla’*⁸⁰ do indivíduo moderno e da sua esfera privada.

À medida que se tornam *a-históricas* o nível de vulnerabilidade destas sociedades aumenta, pois a coesão social sofre uma fragmentação, e as redes sociais tradicionais e a capacidade auto-organizativa, a base da resiliência social como já apontado anteriormente, sofrem uma degradação.

⁷⁹ Giddens distingue dois tipos de *mecanismos de desencaixe*, nomeadamente a *criação de fichas simbólicas* e o *estabelecimento de sistemas peritos*. Relativamente a *fichas simbólicas* o autor refere-se a “*meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política; (...) dinheiro.*” (Giddens, 1991, pp. 24–25).

Relativamente a *sistemas peritos* o autor refere-se a “*sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta “profissionais” — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspetos do que fazemos de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança (...)*

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto.” (Giddens, 1991, pp. 30–31).

⁸⁰ Segundo o autor o modelo de individualização assenta em três fenómenos - o afastamento das formas e dos compromissos sociais historicamente prescritos nos contextos tradicionais; a perda da segurança tradicional que inclui sabedoria da prática local, normas locais orientadoras e a dimensão da fé; e o tentar reintegrar numa nova conjuntura societal (Beck, 1992).

De salvaguardar que os *mecanismos de desencaixe*, a modernização, o paradigma do desenvolvimento, assim como, a própria globalização não representam um romper total do tradicional, como é aliás defendido por autores como Giddens (1991), Wisner et al. (2004), Todaro e Smith (2012) e Granjo (2008).

Segundo Giddens, “[e]xistem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira.” (Giddens, 1991, p. 11).

Também Granjo (2008, pp. 245–246), ao citar Gluckman (1987), refere que um grupo quando confrontado com sistemas distintos, não adota nem rejeita na totalidade o novo sistema, há antes uma seleção das componentes de acordo com as potenciais vantagens individuais e coletivas e de acordo com a capacidade ou incapacidade dessas componentes expressarem e gerirem formas relevantes de conflito ou cooperação.

Sobre a coexistência e relação entre os sistemas tradicionais e a generalização da racionalidade moderna e tecnológica, Granjo questiona “*por que razão deveríamos esperar que de súbito [os sistemas tradicionais] desaparecessem, abandonados pelas pessoas que estão habituadas a utilizá-los?*” (2008, p. 247).

As intervenções externas implicam um negociar, consciente e inconscientemente, entre estas duas perspetivas distintas e não a substituição de uma em relação à outra.

A absorção e apropriação, ou não, de propostas e inovações externas está intimamente relacionado com a própria perceção do risco. Relativamente a esta apropriação de novidades e inovações surgem dois argumentos díspares. Se por um lado, como é argumentado por Wisner et al. (2004) as sociedades agrárias são dotadas de uma criatividade e flexibilidade que lhes permite não só adaptações e mudanças de foro prático mas também mudanças que ocorrem profundamente nos tecidos sociais, podendo significar uma reorganização dos padrões de direitos e deveres, a formação de grupos antes inexistentes, novas regras internas de acesso aos meios de subsistência e novas regras de exclusão ou inclusão nas redes sociais de apoio, por outro lado, Todaro e Smith (2012) salvaguardam que as sociedades agrárias ativam a sua criatividade e a sua flexibilidade à novidade apenas quando se trata de estratégias e mutações endógenas que conduzem a mudanças internamente controladas.

Os autores ilustram o seu argumento referindo que os agricultores preferem manter práticas menos lucrativas a adotarem medidas novas apresentadas por fontes exógenas, ainda que potencialmente possam significar um aumento da produtividade agrícola (Todaro e Smith, 2012).

No entanto, referem que esta resistência aparentemente irracional tem as suas raízes em fundamentos históricos, na percepção do risco e da incerteza que é moldada culturalmente e no trauma e desencantamento em relação às intervenções externas que foram surgindo nas últimas décadas e que se revelaram mais penosas do que benéficas. Consequentemente, as sociedades agrárias preocupam-se com a exposição ao desconhecido, preferindo manter os riscos que já conhecem e sem pôr em causa a já testada e conseguida resiliência social (Todaro e Smith, 2012).

As contínuas intervenções de desenvolvimento induzido fracassadas, têm efeitos diretos no nível de confiança das sociedades nas instituições externas e estatais. A confiança, assim como o próprio medo, nas instituições é historicamente (des)construída e assimilada pela memória coletiva e pelo inconsciente coletivo.

O gerar medo e o controlo são das formas mais eficientes de ‘gerir’ as sociedades e as massas, pois induz as populações a fazerem o que as instituições pretendem.

A intervenção humanitária e as intervenções desenvolvimentistas acentuam os jogos de interesse e poder, remetendo continuamente as sociedades a um ciclo de dependência. As sociedades que têm como principal preocupação a sua sobrevivência e vivência, assim como, o satisfazer as necessidades básicas, são sociedades fáceis de manipular.

Os doadores através dos mecanismos de financiamento influenciam as linhas de intervenção das ONGs, havendo, portanto, situações em que as ONGs tendem a implementar os ideais e as políticas desses mesmos doadores e governos (Collins, 2009).

Ainda que de forma menos gritante, o priorizar de certas problemáticas globais por parte das ONGs faz com que estas detenham alguma influência nas diretrizes dos financiadores.

Neste sentido reconhece-se margem não só para manipulação, mas também para dependência de uns países em relação a outros, concretamente dos países economicamente mais pobres em relação aos economicamente mais ricos (Collins, 2009).

As intervenções para o desenvolvimento e a assistência humanitária podem ter efeitos perversos ao ponto de gerar perturbações nos meios de subsistência locais, corrupção e beneficiar apenas aqueles que ocupam posições de poder.

A própria distribuição de ajuda alimentar numa região com produção agrícola, pode suscitar uma quebra nos preços e destruir o potencial dos mercados locais (Shivji, 2009). Ou ainda, as doações de roupa a alguns países Africanos, têm forçado os produtores locais a abandonar o fabrico e o comércio dos produtos locais (Collins, 2009, p. 117).

Acrescenta-se ainda a questão de haver um desperdício de recursos e de doações quando estes são desalinhados com as necessidades do país beneficiário ou por haver uma má gestão dos mesmos. Como caso ilustrativo destas ocorrências, Collins menciona o sucedido após as cheias em Moçambique no ano de 2000. Uma quantidade significativa dos artigos doados ficaram em armazéns sem nunca serem utilizados, incluído artigos inadequados, medicamentos expirados e produtos lácteos (Christie e Hanlon, 2001, citado em Collins, 2009, p. 70).

A arquitetura organizacional internacional não é eficaz (Schiefer et al., 2013). Há uma duplicação de esforços, desperdício de recursos, interesses geopolíticos e uma competição cega pelos financiamentos, que mais a norma do que a exceção são financiamentos que não são eles próprios despojados de interesses e estratégias económicas e políticas.

No mundo do desenvolvimento e das ONGs há uma economia distributiva, ou seja, vivem de financiamentos e os fluxos são distribuídos. O interesse em manter a necessidade de ajuda e intervenção é, portanto, superior ao de abordar o cerne das questões e tornar as sociedades mais independentes. Não obstante do referido, reconhece-se que muitas das organizações e ONGs têm no seu modelo e missão o desiderato de beneficiar e melhorar as condições de vida das populações.

Os financiamentos e fundos públicos que cada ONG e instituição recebe e gere, são implementados individualmente sem haver uma articulação sistémica que permita abordagens também elas sistémicas.

Shivji (2007) debruça-se sobre o percurso e o papel das ONGs especificamente no continente Africano⁸¹. Para o autor o *não-discurso* ou os *cinco silêncios*⁸² das ONGs, alimentam as premissas filosóficas, as políticas e as dinâmicas do neoliberalismo através do discurso do desenvolvimento; um discurso que estimula uma integração mais profunda das economias Africanas nos circuitos globais do capital e do mercado, mas sem haver uma transformação interna e sem impulsionar benefícios internos.

Shivji acrescenta ainda que as ONGs não são um terceiro sector nem tão pouco independentes do Estado e que estão “embrenhadas na ofensiva neoliberal e acabam por

⁸¹ Para o autor o atual papel das ONGs na ASS foi moldado por quatro fases chave: a escravatura e *the slicing of the African cake* – divisão do continente Africano pelos poderes Europeus e América; *the colonial legacy*- perpetuação do legado colonialista; *the nationalist challenge and the defeat of the national project*- Pan-Africanismo e nacionalismo, o Estado desenvolvimentista vs. desenvolvimento democrático, nacionalismo vs. imperialismo; *the imperial project and its succours*- neoliberalismo e globalização.

⁸² Sobre os detalhes específicos dos *cinco silêncios* ver Shivji, 2007, pp. 30–44.

desempenhar o papel de soldados do imperialismo, ideológicos e organizativos” (Shivji, 2007, p. 29).

O autor refere que enquanto as ONGs continuarem a acreditar no mito ideológico da sua própria neutralidade e da sua posição como o terceiro-setor sem alinhamentos políticos e sem fins lucrativos, estarão a perpetuar as lógicas dominantes desiguais e não a ser um agente ativo da mudança (Shivji, 2007).

As ONGs representam os ‘pobres’ que são afastados dos debates e das estratégias sobre a sua própria condição que passa a ser decidida pelos consultores e técnicos internacionais de desenvolvimento que implementam projetos desvinculados e isolados da realidade social, portanto, baseados numa realidade que é assumida (Shivji, 2007). Projetos esses que perdem a sua interligação e não abordam o todo como um sistema aberto complexo.

Pela sua baliza temporal limitada, os projetos e programas de desenvolvimento não permitem uma investigação com bases teóricas e históricas sólidas, acabando por servir mais os interesses geopolíticos e económicos subjacentes do que as populações. Shivji (2007) aponta a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como um exemplo deste panorama, já que é um programa baseado numa maior integração do continente Africano em estruturas globais desiguais, dependente de doadores e que procura mais ajuda e assistência da comunidade internacional.

Os próprios Objetivos do Milénio e posteriormente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁸³, que surgiram no ano de 2000 e 2015 respetivamente, têm sido como uma nova ‘religião’. Uma espécie de ecumenismo distorcido que busca uma uniformização cega apesar das óbvias diferenças. Com uma panóplia de argumentos que têm como justificação o combate à vulnerabilidade e a redução da pobreza, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acabam por motivar intervenções que muitas vezes são bem-sucedidas em alcançar o contrário, ou seja, a perpetuar a vulnerabilidade e a dependência.

Na sua contextualização da crise Africana, Sarr refere que a própria agenda dos Objetivos do Milénio tem servido como um mecanismo através do qual a hegemonia ocidental tem sido revigorada, criticando o facto de ser uma agenda trazida, mais uma vez, por agentes externos e que perpetua a apropriação dos países ditos ‘subdesenvolvidos’ pelos ‘desenvolvidos’. Os Objetivos do Milénio são, para o autor, apenas o eternizar do paradigma da economia

⁸³ Não se tem como objetivo focar na agenda, pertinência, necessidade ou eficácia dos Objetivos do Milénio e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contudo sobre os impactos diretos e indiretos das catástrofes nas metas dos Objetivos do Milénio ver por exemplo Collins, 2009, p. 18.

neoclássica e a tentativa de o aplicar nos países Africanos. São o perpetuar das cinco Etapas do Desenvolvimento de Rostow e do mito desenvolvimentista ocidental (Sarr, 2019, pp. 125–126).

Sarr considera que a crise do continente Africano, encontra os seus alicerces no facto do projeto social Africano ter vindo a existir à sombra da verdade Africana e à luz daquela que tem sido a lógica do discurso ocidental, onde a ideia de desenvolvimento surge como projeção e disseminação dos mitos e teleologias sociais do ocidente (2019, p. 20).

Já Ouma (2017), na sua análise dedicada às perspetivas e leituras da economia política no âmbito dos Estudos Africanos, refere também que todos os grandes paradigmas e chavões que têm sido usados para contar a historicidade Africana, estão enraizados numa ordem epistemológica ocidental e foram fabricados na Euro-América e importados para o continente Africano.

O próprio discurso sobre desenvolvimento rural e as abordagens de *Sustainable Rural Livelihoods* são conceitualmente e operacionalmente desenhadas a partir de lógicas de desenvolvimento ocidental, negligenciando os efeitos colaterais nas dinâmicas das sociedades agrárias⁸⁴.

Desde os anos 80 que surgiram várias vozes que criticaram ativamente os modelos de desenvolvimento hegemónicos⁸⁵. A tentativa de domesticação e a imposição da absorção de um único modelo de desenvolvimento resultou na fragmentação das sociedades Africanas, das redes de solidariedade, dos sistemas de significação, do espiritual, da simbologia, e conduziu a um enclausuramento das populações num sistema de valores que não é o seu (Sarr, 2019).

Consequentemente, as sociedades Africanas vivem atualmente uma crise social relacionada com a viabilidade das práticas antigas reguladoras da vida social e encontram-se embrenhadas numa disjunção entre modelos institucionais modernos transplantados e enquadramentos tradicionais que sempre viabilizaram, e ainda viabilizam ainda que de forma fragilizada, as suas próprias formas de organização e de sobrevivência (Sarr, 2019).

Ainda que questione profundamente o modelo ocidental de desenvolvimento, Sarr não obstem que o florescimento e o bem-estar individual e coletivo são ambicionados por todos os povos, mas antes, salvaguarda que é um *estadium* subjetivo que para ser genuíno terá que ser definido à luz de cada um dos territórios e especificidades das suas próprias populações. Se ocorrer uma simples reprodução de modelos, em vez de uma evolução natural na originalidade,

⁸⁴ Ver por exemplo Bryceson, 1999.

⁸⁵ Ver por exemplo Amin (1990) sobre um desenvolvimento *autocêntrico* em substituição do predominante desenvolvimento *eurocêntrico*.

nas potencialidades e nas características singulares das populações, instalar-se-á uma alienação social (Sarr, 2019).

Para o autor o modelo ocidental de desenvolvimento económico capitalista não se encontra alinhado com a essência e realidade do continente Africano, referindo a coexistência da economia formal e da economia informal, fundada na sociocultura e economia popular, como a prova de que o sistema está desalinhado com as dinâmicas Africanas, já que é essa economia informal que na verdade assegura a subsistência à grande maioria das populações (Sarr, 2019).

Na perspetiva de Sarr (2019), o desvinculamento das populações Africanas em relação à economia capitalista advém do facto desta não se apresentar como um meio que, acima de tudo, serve os indivíduos e responde à conjuntura social e finalidades valorizadas pelos indivíduos e grupos. Nas sociedades Africanas, a cultura tem um impacto sobre a forma como a economia acontece, pois, a cultura influencia atitudes, formas de estar, hábitos de consumo, hábitos de produção, hábitos de poupança, hábitos de investimento, hábitos de redistribuição e condições de acesso. Segundo o autor, a cultura apresenta-se como uma linha definidora do ato económico já que o ato económico é, antes de mais nada, uma relação social que deriva do imaginário e do simbolismo social.

Ora se fatores socioculturais influenciam o desempenho económico, só uma proposta interna conhecedora de todas as subtilezas e nuances societais poderá apresentar um projeto que de facto impulse uma evolução. Evolução esta, que não responde à lógica desenvolvimentista, mas antes, reconhece e aceita os territórios Africanos com todas as suas vivências, carências, caos organizado, potencialidades, falências e valências. Uma evolução que não seja sinónimo de destruição da heterogenia em conveniência de uma hegemonia global que danifica os tecidos sociais Africanos (Sarr, 2019).

Para o autor, não se trata de pensar em alternativas ao desenvolvimento, mas antes o pensar totalmente fora desse paradigma e até fora dos discursos que negam o desenvolvimento. Não se trata de procurar uma tábula rasa, mas sim de preservar o fundamental e adotar a capacidade de escolher aquilo que será ou não preservado do *outro*, reconhecendo que o mito ocidental é apenas um entre muitos outros, uma possibilidade entre um infinito de possibilidades, uma perspetiva que não é sinónimo de verdade absoluta, mas apenas e somente um ângulo de visão. Tal como nos diz o autor, “[c]omo para a física quântica, a posição do observador modifica a coisa observada” (Sarr, 2019, p. 107).

Nesta perspetiva o autor apresenta o conceito *Afrotopia* - um projeto social heterogéneo caracterizado por pluralidades e uma vasta amplitude de potenciais verdades, onde os tecidos

sociais Africanos são detentores de soberania política, económica e intelectual e enunciam os seus próprios discursos sobre o cultural, o religioso, o espiritual, o simbólico, o artístico, o demográfico, a criatividade artística, a urbanidade, o político, o económico e o social- uma episteme Africana criada pelo *Homo africanus* e não pelo *Homo economicus* e que visa a emancipação africana (Sarr, 2019, p. 75).

Também Bond (2005) se debruça sobre a necessidade de se refletir sobre outras estratégias para a ASS. Segundo o autor, mais do que *reformas reformistas* são necessárias *estratégias mais radicais* que proponham contornos não neoliberais que “*would strengthen the democratic movements, directly empower the producers and perhaps, over time, open the door to the contestation of capitalism, of which neoliberalism is only a contemporary symptom.*” (Bond, 2005, pp. 234–235).

As catástrofes naturais são um problema do e para o desenvolvimento, na medida em que muitos dos fatores que tornam as sociedades vulneráveis a eventos naturais extremos têm a sua origem nas pressões de desenvolvimento ou resultam do processo desse mesmo desenvolvimento ⁸⁶.

Segundo a *African Union*, a gestão e resposta a cenários de catástrofe natural continuam dissociadas das preocupações de real desenvolvimento em África. As intervenções estão comumente mais focadas em responder às necessidades imediatas do que em colmatar o abismo entre a assistência humanitária e o desenvolvimento das capacidades das sociedades para lidar com futuras crises (African Union et al., 2004).

Nesta desarticulação, as causas subjacentes à vulnerabilidade crónica e aos quadros de insegurança alimentar crónica mantêm-se e, como tal, mais do que intervenções externas é reconhecido que são necessários instrumentos sociais, estruturas e políticas que contrariem os quadros de vulnerabilidade crónica, já que se por um lado a existência de eventos naturais extremos é inevitável, por outro lado, os níveis de devastação podem ser evitados ou pelo menos reduzidos através de uma abordagem sistémica que potencialize a dimensão social, ambiental e económica das SAA.

A interdependência destas dimensões significa que uma perturbação ou enfraquecimento de uma delas provoca a dissipação dos efeitos para as outras, e a capacitação de apenas uma destas dimensões conduz a sociedades *monofuncionais* e continuamente vulneráveis (Wilson, 2012, p. 33).

⁸⁶ Ver por exemplo Collins, 2009.

Ainda que a evolução dos diferentes paradigmas de desenvolvimento, das dinâmicas globais e das perspectivas dos doadores, dos intervenientes e das ONGs, tenha vindo a alterar a forma como a intervenção desenvolvimentista é planeada, implementada e administrada, ainda é necessário que a cooperação para o desenvolvimento seja repensada para que a tónica seja o aumento da resiliência em eventos naturais extremos. Este repensar a intervenção para o desenvolvimento tem projeções na própria assistência humanitária e, como tal, um repensar que apresenta novas possibilidades para a assistência humanitária que passa a existir num ambiente menos fragilizado.

6.1 O Papel dos Media

Outra questão que se prende com a forma como os eventos naturais extremos são rotulados como eventos inevitáveis e catastróficos alheios às lógicas do desenvolvimento induzido e às dinâmicas globais, é a forma como os media exibem estes eventos e perpetuam a exploração da dor.

Os media, assim como a internet e as redes sociais, têm um papel significativo na forma como as situações são interpretadas publicamente, acabando por moldar as perceções e as próprias políticas e medidas. Há uma lógica própria dos media internacionais para influenciar os atores políticos, as ONGs, as organizações e as instituições, construindo uma imagem fraturada da realidade que acaba por influenciar as leituras da mesma e toda a paisagem internacional.

Os media têm que conseguir captar atenção mediática e, portanto, o que é ou não notícia é muitas vezes manipulado em prol de um aumento das audiências.

Alexander (2005) indaga sobre como as catástrofes através da interpretação dos media assumem a conotação de espetáculo, história ou saga onde existe uma liderança heroica ao mesmo tempo que existe uma malevolência. Refere que

At its most negative, modern journalism reports facts selectively to suit partisan or commercial objectives, seldom explains causes adequately, simplifies events until they are deprived of real meaning, and conflates entertainment values with real-life ones until they become indistinguishable.

(Alexander, 2005, p. 33).

O autor acrescenta ainda que embora as visões e interpretações das sociedades tradicionais relativamente a eventos naturais extremos sejam subjugadas no ocidente e sejam elencadas como retrógradas ou subdesenvolvidas, *o simbolismo envolvido não é pior que aquele que é construído pelos meios de comunicação ocidentais* (Alexander, 2005, p. 37).

Os media fabricam interpretações crescentemente dominadas pelas novas formas de simbolismo construído pela indústria da comunicação de massas, havendo uma visão pouco profunda dos contextos, da história e das relações estratégicas e, portanto, há a transmissão de uma visão distorcida da realidade que oculta o âmbito e o teor das próprias relações internacionais, assim como, os elementos socioeconómicos envolvidos na ocorrência de catástrofes (Alexander, 2005, p. 38).

Desta forma, há um negligenciar das dinâmicas globais, das vulnerabilidades crónicas, das tensões e turbulências sociais que fazem parte dos eventos naturais extremos que se transformam em catástrofes naturais.

Bankoff (2001, p. 27) explica sobre a forma como a representação dos meios de comunicação social tem perpetuado esta ideia de eventos balizados e desfragmentados do tempo e do espaço, em prol da narrativa de existirem regiões e sociedades vulneráveis e perigosas *per si*.

Segundo o autor, a popularização desta representação gera a noção de uma obrigação moral em nome das nações ocidentais de ‘salvar’ estas populações vulneráveis de si mesmas e de tornar as regiões mais seguras para investimento e turismo. Uma espécie de justificação para a interferência e intervenção ocidental nos assuntos internos dessas regiões (Bankoff, 2001, p. 27).

Bankoff (2001) apresenta uma linha cronológica que demonstra as diferentes justificações para essa intervenção ao longo dos vários períodos da história. Entre o século XVII e o início do século XX, este discurso da salvação e da intervenção era justificado pela *tropicalidade* e pelas doenças a si associadas, sendo a medicina ocidental vista como a salvadora e a cura dos males.

Após a Segunda Guerra Mundial, a continuidade do discurso passa a ser fundamentada pela necessidade de desenvolvimento das regiões e economias pobres e subdesenvolvidas, sendo a intervenção externa considerada a ‘ajuda’ e o ‘alívio’ das pressões e carências, e raramente apontada como sendo em parte o produto da retórica política da guerra fria.

No final do século XX, o discurso é mantido através da exaltação da ajuda de emergência em cenários de catástrofe natural, sendo a tecnologia de previsão dos perigos e a ciência

ocidental vistas como as salvadoras e como aquelas que preveem as condições de perigo que ameaçam o *outro* mundo. Há, portanto, um domínio do conhecimento especializado que é aplicado sob a forma de previsão meteorológica e sísmica, de sistemas de prevenção e de preparação, e de códigos de construção e de segurança (Bankoff, 2001, pp. 27–28).

O autor acrescenta ainda que todo o discurso ocidental em torno do conceito de vulnerabilidade, tem em si as mesmas lógicas assistencialistas da *tropicalidade* e do *desenvolvimento* e, como tal, pertence a um sistema de conhecimento ocidental dominante (Bankoff, 2001) que tem sido utilizado como justificação para intervir noutros países.

O direito ou não de intervir nos outros países tem sido alvo de longo debate, e a assistência humanitária tem sido questionada à luz da crescente pressão de financiamento e dos interesses geopolíticos, processo que tem sido designado de *humanitarismo politizado*⁸⁷ (principalmente em situações de conflito) (Lewis e Kanji, 2009).

O que constitui uma emergência humanitária e em que medida há um acordo bilateral para a intervenção é tradicionalmente discutido por duas linhas conceptuais, a *pluralista* (*pluralist*) e a *solidarista* (*solidarist*) (Bellamy, 2003).

Na linha *pluralista* é argumentado que não existe um acordo sobre o que constitui uma emergência humanitária, que as grandes potências selecionam as crises de acordo com os próprios interesses e que não há um respeito pela soberania dos Estados e, portanto, que a intervenção humanitária é ilegítima e ilegal (Bellamy, 2003, pp. 3–4).

Em dissonância na linha *solidarista*, é contra-argumentado que a sociedade internacional desenvolveu um entendimento comum básico sobre aquilo que constitui uma emergência humanitária e que a soberania não pode ser utilizada como estratégia e justificação para que haja violação dos direitos humanos (Bellamy, 2003, pp. 3–4).

Para Bellamy esta polarização, além de problematicamente estática, apresenta uma outra limitação, a sobreposição entre as duas linhas, já que por um lado os Estados podem optar e alternar entre as duas linhas de acordo com a situação e com o que mais lhes convém e, por outro lado, os Estados que reclamam o direito de intervenção com argumentos humanitários não acreditam necessariamente que este direito deva ser conferido globalmente (2003, p. 8).

Apesar do contínuo jogo de interesses e redes de dependência, Collins (2009, p. 70) sublinha o facto de nos últimos anos haver uma tendência crescente dos países beneficiários refletirem e decidirem no que querem ou não querem receber como ajuda. O autor dá como o

⁸⁷ Sobre *humanitarismo politizado* e o *direito de intervir* ver também, por exemplo, Loane e Moyroud, 2001; Rieff, 2004; Tomasini e Wassenhove, 2009; Weissman e Médecins sans frontières, 2004.

exemplo o tsunami que atingiu a Índia em 2004. Após o evento o país decidiu que não queria receber assistência humanitária internacional e preferiu gerir a resposta ao evento de forma independente.

As populações têm elas próprias estratégias de sobrevivência e de adaptação independentes da intervenção humanitária. Estratégias que aliás não são ativadas apenas mediante eventos naturais extremos, mas também durante as oscilações sazonais.

White et al., com base num inquérito desenvolvido na Zâmbia pelo Banco Mundial, apresentam uma série de estratégias postas em prática pelos agricultores, nomeadamente redução da ingestão de alimentos/ número de refeições realizadas, substituição de certas refeições por alimentos menos nutritivos, redução do consumo de outros agregados familiares, biscates em outras *machambas*, participação em programas de *food for work*, pedir a amigos ajuda variada, biscates variados fora do âmbito da agricultura, substituição de alimentos por alimentos selvagens, empréstimos informais, venda de bens, venda de alimentos provenientes da assistência humanitária, venda ambulante e retirar as crianças pertencentes ao agregado familiar da escola (White et al., 2001).

Esta capacidade de resposta e ação independente, por mais ou menos resistente, adequada ou danosa que seja, revela todo um conjunto de potencialidades internas e uma flexibilidade despojada dos mecanismos e interesses geopolíticos externos. A necessidade e o real papel e impactos das ONGs torna-se questionável, assim como, se de facto um acesso melhorado a recursos não seria um caminho mais duradouro, mais adequado a cada contexto, e, portanto, mais sustentável.

7. As Transferências - em Género, *Vouchers* e Dinheiro

As transferências têm sido o meio utilizado pela intervenção humanitária e pelas intervenções para o desenvolvimento para chegar às populações em contextos vulneráveis e afetadas por diferentes choques e crises, sejam estas mais ou menos prolongadas.

O modelo clássico e que tem prevalecido são as transferências em género, sendo os *vouchers* e as transferências de dinheiro modelos mais recentes e menos utilizados, o último ainda pouco presente nas intervenções.

As transferências em género dizem respeito a transferências que são escolhidas, preparadas e atribuídas pelo agente interveniente e distribuídas diretamente aos beneficiários. Podem abranger uma vasta gama de artigos, nomeadamente materiais de construção, insumos

agrícolas, cuidados de saúde, kits de higiene, kits escolares e/ou produtos alimentares, estes comumente designados de cestas básicas (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015).

Os *vouchers* são igualmente planejados e atribuídos pelo agente interveniente e também distribuídos aos beneficiários. Na vasta maioria dos programas de intervenção, os *vouchers* têm um determinado montante monetário ou um montante de produtos que pode ser utilizado em locais pré-determinados pelos agentes intervenientes, incluindo lojas, supermercados, mercados e/ou feiras (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Harvey e Bailey, 2011; Standing, 2008).

As transferências de dinheiro podem ser realizadas via digital ou manualmente, podendo ser condicionais ou incondicionais (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Harvey e Bailey, 2011).

O debate dedicado a estes diferentes modelos de transferências é histórico, extenso e está entre os mais controversos e polarizadores da assistência humanitária, do desenvolvimento e da proteção social, principalmente a polémica discussão dinheiro vs. alimentos e outras doações em género.

A partir do final dos anos 90⁸⁸, o debate passou a fazer parte das agendas internacionais como crítica ao sistema internacional de ajuda alimentar e à gestão das intervenções de emergência. Desde os meados dos anos 2000 que o debate ganhou expressão acrescida devido aos avanços tecnológicos que permitem uma assistência em dinheiro mais eficaz (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Jódar Vidal et al., 2020).

Com a crise económica de 2007-2008, por um lado registaram-se os níveis mais baixos de stocks de cereais das últimas décadas, o que levou a uma inflação dos preços das mercadorias e dos combustíveis, tornando o transporte de mercadorias bastante dispendioso, e, por outro lado, a crise global significou uma procura crescente de ajuda alimentar. No entanto, os países doadores já não disponibilizavam dos mesmos stocks para enviar ajuda alimentar, o que fez com que fosse cada mais necessário repensar os modelos da assistência humanitária e da intervenção externa (Zhou e Hendriks, 2017, p. 249).

Harvey e Bailey (2011, p. 3), apresentam um resumo cronológico das primeiras transferências de dinheiro, demonstrando que estas não são um modelo recente nem tão pouco excecional ao longo da história. As primeiras transferências de dinheiro remetem à Guerra Franco-Prussiana em 1870-71 e às cheias de Galveston, Texas, em 1900, em ambas as situações

⁸⁸ Diversos autores remetem a origem do debate para 124 a.C. na antiga Edessa e para o Séc. XVII em Inglaterra.

Clara Barton, uma das fundadoras da Cruz Vermelha Americana, ajudou a organizar um alívio monetário. Na Índia, no final do século XIX, as respostas à crise de fome incluíram programas semelhantes ao que hoje designamos de *Cash for Work*. Em 1948, a administração colonial britânica no Sudão distribuiu dinheiro às pessoas afetadas pela fome. No Botswana, na década de 1980, foram implementados programas de *Cash for Work* em grande escala.

Em Cabo Verde, após a independência, foi implementado um programa assistencialista de trabalhos públicos, designado de Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO). A FAIMO tinha como objetivo responder, por um lado, aos anos de seca que afetaram gravemente a agricultura e que deixaram os agricultores num acentuado quadro de pobreza e, por outro lado, à falta de infraestruturas. Os agricultores em troca de trabalharem na construção de infraestruturas recebiam algum dinheiro para que a sua situação de pobreza pudesse ser aliviada (Anjos e Baptista, 2010; Sangreman, 2009; Silva, 2001). A FAIMO funcionou diretamente como uma *safety-net* para cerca de 16.000 – 17.000 pessoas por ano e indiretamente para 50.000 – 80.000 pessoas, evitando que as crises na produção agrícola tivessem consequências ainda mais acentuadas na saúde e na mortalidade da população. O programa permitia o acesso rápido e de qualquer pessoa, independentemente da sua capacidade (Sangreman, 2009).

Têm sido propostos alguns argumentos e justificações para o perpetuar da distribuição direta de alimentos e para o atraso em trazer as transferências de dinheiro para o centro das agendas e da assistência humanitária. Por um lado, porque alguns dos governos doadores têm excedentes alimentares, muitas vezes resultado de subsídios agrícolas, que precisam de escoar dos seus mercados domésticos de forma a manter os preços, embora na Europa esta acumulação esteja em declínio desde os anos setenta e oitenta (Action Contre la Faim, 2011; Pelham et al., 2011).

Por outro lado, as crises de fome eram associadas à escassez de alimentos e não à falta de acesso aos mesmos. O termo segurança alimentar foi primeiramente utilizado na Europa no final da I Guerra Mundial, como consequência de preocupações que estiveram ligadas ao conceito de Segurança Nacional e à capacidade de cada país produzir certa parte da sua própria alimentação de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos ou boicotes de motivação política ou militar. Esta visão promoveu a lógica de que seria prudente criar stocks de alimentos facilmente conserváveis, como os cereais, para garantir a segurança alimentar de cada país em caso de calamidade (Ferrão, 1987). Nos anos setenta, a segurança alimentar era definida em termos da existência de quantidades necessárias para satisfazer o consumo das populações e,

como tal, se um certo local enfrentava insegurança alimentar, a solução seria escoar o excedente de umas regiões para outras (Action Contre la Faim, 2011).

Nos anos oitenta dá-se uma reformulação do conceito, sendo o novo paradigma significativamente marcado pela contribuição de Amartya Sen em 1981. Passou-se a reconhecer que crises de fome não são sinónimo de escassez de alimentos, mas antes escassez de acesso e de recursos. Sen (1981) argumentava que a problemática não era a (in)existência de alimentos nos mercados locais, mas antes a incapacidade de comprar esses mesmos alimentos, portanto, havia alimentos disponíveis, mas não ao acesso de todos. Desta forma, Sen recomendou a implementação de transferências de dinheiro como mecanismo de resposta às crises de fome contemporâneas.⁸⁹

⁸⁹ Não se tem como objetivo aprofundar as questões relacionadas com o conceito de segurança alimentar, assim como, os seus antecedentes e precedentes, apenas uma breve referência.

Em 1982 passou-se a atribuir a tónica ao paradigma *Food security for people* em substituição da *Nacional Food Security* (Windfuhr e Jonsén, 2005, p. 21). Embora esta mudança tenha tido a sua importância, continuava a destacar-se a ausência de políticas e modelos que potencializassem o acesso igualitário aos alimentos. Em 1996, durante a *World Food Summit*, com base nesta preocupação sobre o acesso aos alimentos volta a haver uma reformulação do conceito, uma nova definição que vigora até à data - “*Food security exists when all people, at all times, have physical and economic access to safe and nutritious food which meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life.*” (Windfuhr e Jonsén, 2005, p. 21).

Apesar da aceitação homogénea, esta definição continua a ser alvo de pesadas críticas que alertam para o facto dos mecanismos inerentes à segurança alimentar dizerem respeito à mera sobrevivência humana, de persistentemente negligenciarem todas as outras componentes que deveriam ser indissociáveis da discussão da alimentação, e para o facto da segurança alimentar assentar numa lógica de assistencialismo e não de capacitação.

Como resposta a este paradigma, surge aquele que é o conceito mais embrionário desta discussão- a soberania alimentar.

O conceito de Soberania Alimentar, destaca-se dos seus precedentes – *Right to Food* e segurança alimentar - pela sua abordagem holística que não diz respeito a uma lógica setorial, mas antes, a uma vasta multidimensionalidade que é transversal a várias políticas e que tem como principais pilares a proteção do direito das pessoas e países poderem definir as suas próprias políticas agrícolas e alimentares, e garantir às pessoas e países o direito de definirem os seus modelos de produção e padrões de consumo (Windfuhr e Jonsén, 2005). Como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal dominante na agricultura e no comércio, a Soberania Alimentar é um projeto político de origem e lógica *bottom-up* que se propõe, como declarado na *Final Declaration of the World Forum on Food Sovereignty* “*to collectively develop, from the perspective of the peoples and not the transnational food corporations, viable proposals, alternatives and strategies for action on a local, national and global scale, aimed at reversing current trends and promoting new focuses, policies and initiatives that can guarantee a dignified and hunger-free present and future for all the men and women of the world. (...) We affirm that food is not just another merchandise and that the food system cannot be viewed solely according to market logic.*” (World Forum on Food Sovereignty, 2001, pp. 1–2).

Segundo a Via Campesina (citada por Windfuhr e Jonsén, 2005, p. 21), a Soberania Alimentar assenta em sete pilares: Alimentação, Um Direito Humano básico; Reforma Agrária; Proteção dos Recursos Naturais; Reorganização do comércio; Acabar com a Globalização da fome; Paz Social; e Controlo Democrático.

Sen foi categórico ao salientar que mesmo quando o abastecimento alimentar cai drasticamente num país ou numa região, crises de fome são evitáveis se os produtos alimentares disponíveis forem melhormente geridos e igualmente partilhados por toda a população. Desta forma, defendia a senda de que a preocupação sobre o volume de alimentos disponíveis num país ou região deveria ser substituída em prol de uma preocupação focada no poder económico e na liberdade substantiva dos indivíduos e famílias poderem comprar alimentos suficientes para o seu bem estar (Sen, 1999, p. 161).

Esta mudança veio a projetar-se na própria lógica dos programas de intervenção, que passaram a ser desenhados com o objetivo de melhorar a diversidade das dietas alimentares e assegurar melhores níveis nutricionais, em substituição da lógica de garantir um certo consumo energético independente da qualidade ou da real constituição nutricional (Zhou and Hendriks, 2017, p. 251).

O PAM passou a descrever-se como sendo uma agência de assistência alimentar e não de ajuda alimentar (Overseas Development Institute, 2015, p. 15).

Uma outra razão para a perpetuidade da distribuição de alimentos, é o facto de ser uma solução que está logisticamente mais formatada e institucionalizada para reagir a crises repentinas. No entanto, após a fase inicial de uma crise, esta solução mantêm-se e raramente são consideradas outras opções (Jódar Vidal et al., 2020).

Bailey acrescenta ainda que as transferências em género continuam a predominar porque há uma inércia por parte dos governos e agências. A habituação aos sistemas e logísticas das transferências em género faz com que haja apatia e não interesse em explorar as transferências de dinheiro, pois implicaria todo um novo processo de planeamento, implementação, investimentos e angariação de fundos (Bailey, 2016, p. 15).

Mais recentemente, em 2020, assistiu-se a um aumento do número de programas de transferências de dinheiro devido à pandemia de COVID-19. O PAM apoiou vários governos com dinheiro para programas de proteção social ou pagamentos entre governos, com o intuito de mitigar os efeitos socioeconómicos da crise. Nesse ano o PAM transferiu 2,1 mil milhões US\$ para sensivelmente 28 milhões de pessoas em sessenta e quatro países, o equivalente a 38% da assistência (World Food Programme, 2021a, p. 1).

As questões que enquadram e moldam os debates sobre a seleção de um modelo de transferência em deterioramento dos restantes, envolve uma série de fatores que tornam essa seleção significativamente complexa. Várias são as vantagens e limitações apontadas a cada um dos modelos.

As transferências em género, embora seja o modelo clássico e o mais utilizado, têm sido questionadas à luz da crítica aos ciclos de dependência, às lógicas assistencialistas, e perpetuação dos quadros de pobreza (Gentilini, 2015).

Por outro lado, os apologistas deste modelo contra-argumentam apresentando um conjunto de vantagens inerentes ao mesmo. As transferências em género, principalmente as alimentares, representam um veículo de influência nos comportamentos e hábitos alimentares, havendo a oportunidade de induzir os agregados familiares a consumir não só uma maior diversidade de alimentos como também alimentos mais nutritivos (Gentilini, 2015).

É também comumente apontado o facto de este modelo assegurar um maior controlo dos resultados e, portanto, um maior controlo das possíveis externalidades (Gentilini, 2015).

Governos, doadores e organizações internacionais têm eleito este modelo em prejuízo dos restantes com base no argumento de que os *vouchers* e principalmente as transferências de dinheiro, podem ser mal utilizadas pelos beneficiários, sendo que com as ajudas em género esta questão não se coloca, já que não há qualquer liberdade de escolha e, como, tal não há margem para “maus usos” (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Handa et al., 2018; Pelham et al., 2011; Peppiatt et al., 2001).

A crítica a este modelo atribui a tónica ao facto de as transferências em género continuarem a lógica e a propensão paternalista, já que os beneficiários não têm controlo nem qualquer escolha no tipo de produtos que recebem (Gentilini, 2015).

A lógica deste modelo continua a ser a existência de um benfeitor e de um assistido e, portanto, submisso aos ditames da ajuda e das exigências e dinâmicas externas.

Se por um lado, os apologistas das transferências em género vem na possibilidade de controlo e na restrição de escolhas uma panóplia de vantagens, os críticos veem nesse mesmo controlo o lado perverso deste modelo. De acrescentar ainda, que evitar o “mau uso” das ajudas é uma ilusão, já que é frequentemente referido na literatura casos onde a ajuda em género é vendida pelos beneficiários nos mercados locais, sendo alimentos, roupa ou outros produtos (Action Contre la Faim, 2011; Pelham et al., 2011).

Apenas um entre vários exemplos, a Action Contre la Faim (2011, p. 27) refere que num programa de distribuição de produtos alimentares a deslocados, os beneficiários venderam 20% da ajuda alimentar para poderem pagar a moagem dos restantes cereais, pois não tinham outra fonte de rendimento.

Também Pelham et al. (2011, p. 28) referem a venda de alimentos e de kits em Goma, República Democrática do Congo. Após a erupção do vulcão em 2002, embora os beneficiários

tivessem demonstrado preferência por dinheiro e embora os mercados estivessem ativos e bem abastecidos, foi distribuída ajuda em género, nomeadamente kits de materiais e alimentos. Os kits foram vendidos e tornaram-se um bem com projeções negativas nos mercados, pois estimularam uma descida dos preços e contribuíram para o empobrecimento dos comerciantes que originalmente vendiam esses mesmos produtos.

Como é amplamente constatado, as situações de (re)vendas têm impactos perversos na economia local, já que podem impulsionar uma descida dos preços e, portanto, afetar os agricultores e comerciantes locais.

A apropriação indevida da ajuda em género é também, um outro constrangimento. Feijó e Aiuba (2019), na sua análise sobre os impactos do ciclone Idai e a assistência alimentar, referem que a distribuição da ajuda alimentar em Nhamatanda e Dondo foi um processo bastante tenso, pois a ajuda não foi justamente distribuída. A maioria da população não estava efetivamente a receber qualquer ajuda, já que durante a distribuição alimentar, conduzida por elementos de ONGs que usavam listas de residentes efetuadas pelos secretários de bairro, vários membros do círculo familiar desses secretários recebiam em duplicado ou eram incluídos membros residentes em outros bairros (Feijó e Aiuba, 2019, p. 1).

Os *vouchers* são apontados como um modelo mais flexível que as transferências em género, mas ainda assim são reconhecidas várias limitações.

Atualmente, os *vouchers* podem ter o formato de um vale em papel ou de um vale eletrónico (*e-voucher*). O primeiro implica uma deslocação e uma presença física, tanto de quem distribui como do beneficiário que recebe um cupão de utilização única.

O segundo, é um vale que pode ser creditado repetidamente e não implica uma distribuição física. Os montantes são transferidos para cartões específicos para esse fim ou para o telemóvel do beneficiário, sempre com a informação dos valores ou artigos e quantidades pelos quais os *e-vouchers* podem ser trocados (World Food Programme, 2014, pp. 58–62)⁹⁰.

O carácter híbrido dos *vouchers*, podendo contemplar tanto um montante monetário como um montante em produtos, faz com que este modelo se assemelhe tanto às transferências de dinheiro como às transferências em género, respetivamente.

Por um lado, os *vouchers* permitem alguma liberdade de escolha e de gestão, como as transferências de dinheiro, mas por outro lado, essa liberdade é uma ilusão pois está balizada

⁹⁰ Sobre vantagens e desvantagens da utilização de *vouchers* em papel e de *e-vouchers* ver World Food Programme, 2014, p. 60.

por pré-definições externamente definidas, exatamente como as transferências em género (Standing, 2008).

A principal, e se não a única, diferença em relação às transferências em género, é que os sistemas de *vouchers* incluem comerciantes locais que fornecem os produtos. Neste sentido, Pelham et al. (2011, p. 56), referem que na implementação de sistemas de *vouchers* é necessário salvaguardar que a concorrência entre comerciantes não é negativamente afetada.

Na avaliação de diferentes programas de transferência de dinheiro e de *vouchers* desenvolvida pelo PAM, foram identificados diversos efeitos negativos relacionados com esta questão da capacidade de concorrência. Ilustrativamente, na Jordânia a utilização de *e-vouchers* criou efetivamente uma espécie de monopólio de lojas contratadas pelo PAM, resultando em preços inflacionados, indisponibilidade de artigos e custos indiretos para os beneficiários, tais como o tempo e o custo do transporte para chegar às lojas (World Food Programme, 2021a, p. 7).

A implementação de transferências de dinheiro é uma opção que ainda encontra diversas resistências por parte dos doadores, governos e organizações, mas há, no entanto, um crescente debate que vem substituindo a inexistência de discursos sobre este modelo.

A maior crítica e resistência à adoção deste modelo tem sido de facto o argumento de que as transferências de dinheiro são facilmente ‘mal utilizadas’ pelos beneficiários e que podem gerar inércia em ter um papel ativo na sociedade, criando uma dependência evolutiva onde os recetores diminuem os seus esforços pessoais para melhorar a sua situação económica (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Jódar Vidal et al., 2020; Mersland e Thøgersen, 2010; Overseas Development Institute, 2015; Pelham et al., 2011). Portanto, *riscos morais*, como definem Farrington e Slater (2006) e Schubert e Slater (2006), para se referirem a alguns dos argumentos que comumente são apresentados como justificação das resistências ao uso de transferências de dinheiro.

O argumento de que os agregados familiares vulneráveis são incapazes de gerir e gastar o dinheiro de forma sensata, tem sido de facto predominante nas críticas às transferências de dinheiro.

Gentilini (2015), referindo o estudo de MacAuslan e Riemenschneider (2011), refere que as transferências de dinheiro podem ter efeitos contraproducentes nas relações sociais das comunidades. O estudo desenvolvido no Zimbabué revelou que ao contrário das transferências em género, em concreto produtos alimentares, as transferências de dinheiro não eram

partilhadas entre os membros da comunidade, quebrando assim as redes de apoio mútuo informal e de gestão de riscos entre os membros.

Harvey e Bailey (2011), mencionam uma outra preocupação que tem sido discutida relativamente às transferências de dinheiro - a sua possível influência negativa nas relações de género no seio dos agregados familiares recetores. Esta preocupação tem como base o facto de as mulheres terem menos probabilidade de controlar a utilização do dinheiro quando comparado com as transferências em género, principalmente produtos alimentares; o facto de os homens poderem gastar o dinheiro em despesas pouco úteis e até corrosivas, nomeadamente álcool e cigarros; e o facto de os conflitos no agregado familiar poderem aumentar.

Todavia, Harvey e Bailey (2011) salvaguardam que todos os projetos e intervenções têm o potencial de influenciar as relações de género, e até à data os programas de transferência de dinheiro não revelaram indícios de uma influência negativa mais expressiva. Segundo os mesmos, alguns dos programas chegam até a apresentar influências positivas relativamente ao papel da mulher como membro ativo na tomada de decisões domésticas e financeiras.

Os autores acrescentam ainda que o risco de os homens usarem a violência para controlar as transferências de dinheiro pode ou não ser maior quando comparado aos outros modelos de transferência, uma vez que há sempre a hipótese da ajuda em género ser vendida para a obtenção de dinheiro (Harvey e Bailey, 2011, pp. 33–34).

O PAM refere ainda que podem surgir tensões e conflitos nas populações por uns receberem as transferências e outros não. O exemplo dado relata situações no Quénia, no Zimbabué e na Síria, quando refugiados receberam transferências de dinheiro que não foram igualmente disponibilizadas nas populações de acolhimento (World Food Programme, 2021a, p. 4).

Peppiatt et al. (2001, pp. 14–16) apontam para o risco de as transferências de dinheiro incentivarem à mobilidade das populações, já que passaria a haver dinheiro disponível nos meios rurais para as pessoas poderem integrar fluxos migratórios. Por outro lado, os autores referem que estas situações não são a norma, e que na verdade as transferências de dinheiro podem permitir o regresso de migrantes a casa, incluindo crianças, como aconteceu com o programa implementado pela UNICEF nos anos 1983-1984 como resposta às secas que atingiram a Etiópia.

Outra crítica apontada às transferências de dinheiro quando comparado com os outros modelos, é o facto de o dinheiro poder ser mais facilmente desviado, usado para corrupção e subornos ou roubado. Por exemplo, haverá mais tentativas por parte daqueles que não são

elegíveis para receber as transferências para se inscreverem na lista de recetores e terem acesso a dinheiro (Action Contre la Faim, 2011; Peppiatt et al., 2001).

Estes constrangimentos podem ser contornados se as transferências de dinheiro forem realizadas através de serviços de dinheiro móvel⁹¹.

Em entrevista, Isabel Gomes⁹² (2021) refere que as transferências de dinheiro podem gerar agitação social e esquemas de corrupção na tentativa de se receber as transferências de forma repetida, ou ainda, gerar novos mecanismos violentos e ilegais onde os recetores são forçados a entregar o dinheiro recebido a outros recetores ou não-recetores. Gomes sublinha que distribuir dinheiro em cenários de catástrofe natural é teoricamente um ato positivo, mas na verdade não se sabe os efeitos que terá na população específica e, como tal, é fundamental analisar cada tecido social e contexto sem posições rígidas nem abordagens standardizadas. Neste sentido, Gomes aponta para a escassez de recursos humanos nas organizações, o que torna impossível uma personalização da intervenção e uma análise dos efeitos sistémicos de qualquer medida a longo prazo (2021).

Gomes refere ainda que as transferências de dinheiro podem induzir a uma desresponsabilização dos governos, já que estes podem assumir que as organizações humanitárias têm o dever de assegurar o acesso das populações a dinheiro (2021).

Apesar das vastas críticas, os argumentos a favor das transferências de dinheiro e das suas amplas potencialidades são crescentemente reconhecidos.

Frequentemente indigitado é a relação custo-eficácia. Diversos autores com base em vários estudos concluíram que as transferências de dinheiro implicam custos de implementação mais reduzidos quando comparado com os *vouchers* e principalmente com as transferências em género, já que a logística envolvida nos programas de distribuição de bens é sinónimo de pesados custos, pois inclui todo um conjunto de fatores como a compra, o transporte, o armazenamento, o manuseamento e a distribuição (Gentilini, 2015; Overseas Development Institute, 2015; Peppiatt et al., 2001; Standing, 2008).

Segundo o *Overseas Development Institute* (ODI) (2015, p. 8), com base num estudo⁹³ que abrangeu quatro países - Equador, Nigéria, Uganda e Iémen - se fossem implementadas

⁹¹ Sobre serviços de dinheiro móvel ver pág. 186.

⁹² Isabel Gomes é responsável pela área de Comunicação e Sustentabilidade há dez anos na CIMA Research Foundation.

⁹³ Margolies e Hoddinott, 2014.

transferências de dinheiro em vez de ajuda em género, as intervenções poderiam ter alcançado mais 18% da população.

Segundo Gentilini, a complexa e longa cadeia logística intrínseca às transferências em género, apresenta riscos de corrupção, de desvios, de falta de transparência e de responsabilização. O autor, com base num relatório desenvolvido pelo Banco Mundial em 2011 (World Bank, 2011), dá o exemplo da Índia onde foi estimado que no início dos anos 2000, cerca de 58% dos alimentos ao abrigo do Sistema de Distribuição Pública não chegaram aos beneficiários (Gentilini, 2015, p. 25).

Também Mersland e Thøgersen (2010) contribuem para o argumento de que as transferências de dinheiro viabilizam uma distribuição significativamente mais transparente e direta para o grupo-alvo, enquanto os outros modelos de transferência resultam em apenas uma pequena percentagem dos orçamentos a serem realmente direcionados para os benefícios diretos do grupo-alvo.

De acrescentar ainda que nas complexas cadeias logísticas das transferências em género, ocorrem frequentemente constrangimentos na *pipeline*, o que resulta em atrasos nas entregas dos produtos e, portanto, prejudica os beneficiários. Ilustrativamente, a Action Contre la Faim (2011, p. 28) refere que, em certos casos, distribuições de sementes foram realizadas após a época das sementeiras, pondo em causa os objetivos do programa de ajuda- o regresso às práticas agrícolas e subsistência dos agricultores.

Com o modelo das transferências de dinheiro, o dinheiro é disponibilizado mais rapidamente, o que não só não compromete o bem-estar dos recetores, como permite que estes cronometrem as suas próprias ações de acordo com as suas necessidades (Action Contre la Faim, 2011; Peppiatt et al., 2001).

Peppiatt et al., acrescentam que o dinheiro, ao contrário dos produtos alimentares, tem uma validade ilimitada e, portanto, pode ser armazenado ou investido por períodos indeterminados (2001, p. 13).

Segundo Gentilini (2015) as transferências de dinheiro contribuem para alterar não só as políticas de redução da pobreza como também as relações desiguais de poder, já que através da distribuição direta de dinheiro há um redesenho do equilíbrio de poder entre os governos e as respetivas populações.

A potencialidade de transformação e redefinição das dinâmicas, assenta naquela que é a vantagem mais frequentemente associada às transferências de dinheiro, o facto de ao contrário dos *vouchers* e principalmente das transferências em género que não permitem uma

maximização da utilidade através das escolhas, ser um modelo que hospeda fungibilidade e poder de escolha.

Os recetores podem gerir o dinheiro de acordo com as suas próprias necessidades, passando a ter um papel ativo como decisores centrais e responsáveis pelas suas próprias prioridades, o que por sua vez contribui para a própria dignidade dos agregados familiares, já que passam a ser recetores e não meros beneficiários submissos aos ditames dos doadores (Action Contre la Faim, 2011; Gentilini, 2015; Overseas Development Institute, 2015; Pelham et al., 2011; Standing, 2008; World Food Programme, 2021a).

Em entrevista, Boavida Chambal⁹⁴ (2022), debruçando-se concretamente sobre Moçambique, refere que as transferências de dinheiro apresentam o grande potencial de atribuir às populações o poder de responder às suas próprias necessidades, mencionando que na maioria dos casos as populações recebem bens alimentares, enquanto a real necessidade são medicamentos. Com acesso a dinheiro, as populações passam a poder adquirir o que consideram as suas próprias prioridades.

Nesta linha, apesar de Gomes (2021) apontar algumas limitações e importantes considerações em relação aos efeitos negativos das transferências de dinheiro, também refere a importância e potencialidade das mesmas como um modelo que não só dignifica as populações, como tem também efeitos benéficos a nível psicológico, pois o ter acesso a um fundo monetário permite, de certa forma, aos agregados familiares redesenhar o seu futuro de acordo com as suas próprias perspetivas, dinâmicas e preferências. Gomes (2021) acrescenta ainda que para quem vive cenários de catástrofe natural, onde perde parte ou a totalidade dos seus bens e rotinas, receber assistência em género pode acentuar a sensação de *disempowerment*, já que passa a haver um papel claro de dependência em relação às instituições. Em contraste, as transferências de dinheiro permitem o retomar de uma autonomia que existia antes do evento, assim como, o desenhar a reconstrução de um futuro, o que tem um impacto significativo a nível do bem-estar psicológico.

Ao contrário das transferências em género que mitigam temporariamente apenas uma parcela da problemática, a fungibilidade do dinheiro permite responder às demandas da realidade de forma mais completa, havendo um efeito multiplicador na economia.

Colocar dinheiro numa economia que é débil, pode estimular uma nova dinâmica. Dinheiro gera dinheiro e, portanto, os fluxos de dinheiro que surgem impulsionam a procura e o consumo,

⁹⁴ Boavida Chambal é o Coordenador do Departamento de Desastres da Cruz Vermelha de Moçambique há dezanove anos.

o que por sua vez conduz a um aumento dos investimentos e da oferta e, portanto, a economia local altera-se como um todo. Ilustrativamente, segundo o ODI, no programa ZECT (*Zimbabwe's Emergency Cash Transfer*), cada dólar que foi transferido para os agregados familiares gerou cerca de US\$2,59 de rendimento, enquanto a ajuda alimentar gerou apenas US\$1.67 (2015, p. 20).

As transferências de dinheiro permitem uma abertura para um vasto conjunto de possibilidades de estímulo económico, ao contrário dos *vouchers* e principalmente das transferências em género. Os recetores podem usar as transferências de dinheiro em comida, em reconstrução, em cuidados de saúde, em despesas de educação, no pagamento de dívidas, para contratar mão-de-obra para trabalhos diversos, para pouparem para necessidades e crises futuras, ou para apoiarem, protegerem e/ou reconstruírem os seus meios de subsistência (Action Contre la Faim, 2011; Harvey e Bailey, 2011; Overseas Development Institute, 2015; World Food Programme, 2021).

Em entrevista, Pedro Matos (2021) refere que o PAM tem atualmente um orçamento de 10 mil milhões de dólares por ano para programas de transferência de dinheiro, sendo que um 1/3 das distribuições são em dinheiro ou em *vouchers*. De forma exemplificativa, Pedro Matos indica que só no Sudão no ano de 2021 esperava-se que fossem realizadas 1 milhão e meio de transferências de dinheiro, sendo a grande maioria transferências incondicionais.

O PAM refere que na maioria das suas intervenções onde foram aplicados programas de transferência de dinheiro, ocorreram aumentos dos níveis de despesas em alimentos, e claros melhoramentos não só a nível da segurança alimentar como também da própria diversidade alimentar, já que o dinheiro permitiu que os recetores comprassem uma variedade de produtos alimentares que não estariam acessíveis se a transferência tivesse sido em género (World Food Programme, 2021a, p. 7).

Lawlor et al. (2017) debruçam-se sobre o programa de transferências de dinheiro incondicionais implementado pelo governo na Zâmbia, para dar resposta à crise de produção agrícola e de preços que resultou do período de secas e cheias entre 2010 e 2012.

Os autores explanam que as transferências de dinheiro permitiram aos agregados familiares não só reagir à crise sem adotarem estratégias de sobrevivência prejudiciais, como redução do número de refeições diárias, venda de bens, ou por exemplo retirar as crianças da escola, como permitiram também aumentar o consumo de alimentos e estabilizar a segurança alimentar ao longo do tempo (Lawlor et al., 2017).

Lawlor et al. (2017) concluíram ainda que as transferências de dinheiro tiveram um impacto positivo mais sólido nos agregados familiares que receberam as transferências antes de sofrerem o choque na produção agrícola, portanto como uma medida antecipatória ou *ex-ante*, quando comparado com os agregados familiares que receberam as transferências *ex-post*, portanto já durante ou após o choque.

Mediante o exposto, os autores indicam as transferências de dinheiro incondicionais *ex-ante* como um modelo que pode contribuir significativamente para a adaptação às alterações climáticas. Embora até à data este modelo não seja rotineiramente considerado nos discursos e agendas relativas aos programas de adaptação e resiliência climática, segundo os autores, este modelo pode potencializar um desenvolvimento resistente ao clima (Lawlor et al., 2017).

Uma das comparações que envolve vivamente os três modelos - transferências em género, *vouchers* e transferências de dinheiro - é a sua relação e influência nos mercados e economias locais.

Uma vez que as transferências em género implicam comumente a importação de produtos, por um lado, este modelo é referenciado como benéfico para o crescimento económico pois complementa os recursos internos, por outro lado é igualmente apontado como tendo efeitos negativos já que substitui o consumo de recursos internos (Alvi et al., 2008, citado em Mersland e Thøgersen, 2010, p. 4).

Para Gentilini tanto as transferências em género como os *vouchers* têm o potencial de estimular a economia se os produtos forem adquiridos localmente. No entanto, os modelos envolvem dinâmicas distintas, já que o primeiro envolve um número limitado de grandes produtores mais distanciados, e o segundo envolve um maior número de pequenos produtores e comerciantes locais, sendo, portanto, um modelo '*mais local*' (Gentilini, 2015, pp. 3–4).

Para o autor as transferências de dinheiro são o modelo sistemicamente mais vantajoso porque não só permitem aos consumidores fazerem as suas escolhas, como é a modalidade que mais estimula os mercados locais. No entanto, Gentilini salvaguarda que é fundamental que os mercados estejam ativos, funcionais e que haja produtos para responder à procura, assim como, que a volatilidade dos preços e instabilidade dos mercados, quando for o caso, sejam consideradas, pois contextos muito voláteis podem implicar atualizações frequentes dos valores das transferências, fazendo com que este modelo seja significativamente dispendioso (Gentilini, 2015, pp. 6–7).

Uma vez que as transferências de dinheiro são tipicamente implementadas em contextos fragilizados com sistemas e cadeias alimentares débeis, as 'injeções' de dinheiro podem resultar

em picos dos preços e erosão do poder de compra. Desta forma, um funcionamento básico do mercado é, portanto, um pré-requisito para a distribuição eficaz de transferências de dinheiro (Zhou e Hendriks, 2017, p. 259).

Para Pelham et al. os *vouchers* e as transferências em género poderão ser úteis em períodos de inflação ou quando não há oferta nos mercados locais, já que nestas situações o dinheiro desvaloriza rapidamente (2011, p. 54). No entanto, os autores referem também que se por um lado as transferências de dinheiro podem impulsionar ou agravar uma flutuação de preços, por outro lado, os *vouchers* e as transferências em género podem gerar uma deflação, prejudicando os produtores e vendedores locais.

Acrescenta-se ainda que os agricultores que dependem da venda de pequenos excedentes deixam de ter capacidade para o fazer, pois não conseguem competir com as distribuições gratuitas. Podem também deixar de ter insumos agrícolas se os comerciantes locais não continuarem com os seus negócios por não terem igualmente a capacidade de competir com as distribuições. A posterior escassez de agricultores e comerciantes, pode depois ser utilizada como justificação para continuar com as transferências em género e perpetuar o ciclo de dependência e pobreza (Action Contre la Faim, 2011, p. 28).

Peppiatt et al. (2001, p. 13) referem que as transferências de dinheiro impulsionam os níveis de procura, o que por sua vez atrai vendedores e permite estabelecer ligações entre áreas que possam ser mais deficitárias em certos produtos com áreas que tenham excedentes, estimulando os mercados locais mais remotos. Esta dinâmica de integração pode conduzir a uma moderação dos preços em zonas deficitárias e a um aumento dos preços nas zonas excedentárias, havendo possivelmente uma redução das disparidades de preços e restauração do equilíbrio do mercado.

Os autores acrescentam ainda que as transferências de dinheiro contribuem para evitar os potenciais efeitos desincentivadores da ajuda alimentar sobre a produção agrícola e o comércio, e para despoletar o já referido efeito multiplicador proveniente da circulação de dinheiro, já que a circulação de dinheiro beneficia sempre dois polos - o consumidor e o vendedor (Peppiatt et al., 2001, p. 13).

O PAM, na sua avaliação de diferentes programas de transferências de dinheiro, dá vários exemplos deste efeito multiplicador. Por exemplo, no Líbano, por cada US\$1 em transferências foram gerados US\$1,51 em atividades económicas locais e no Quénia, o volume mensal de vendas dos comerciantes locais aumentou até 94% (World Food Programme, 2021a, p. 7).

As inflações dos preços podem também ter influência nas preferências dos recetores, que tendem a preferir transferências em género quando os preços oscilam expressivamente, pois há

um receio generalizado de as transferências de dinheiro não acompanharem os preços e o poder de compra ficar comprometido. Contudo, estas preferências são elas próprias mutáveis já que as flutuações dos preços podem estar relacionadas apenas com a sazonalidade e, como tal, há períodos de estabilidade em que as transferências de dinheiro voltam a ser eleitas como o modelo mais vantajoso (Gentilini, 2015).

Existem diferentes opções para lidar com flutuações de preços sazonais, nomeadamente a indexação das transferências de dinheiro aos preços dos alimentos, efetuar transferências híbridas, portanto, metade em dinheiro e metade em produtos em género, e alternar entre a distribuição de produtos e de dinheiro de acordo com a própria sazonalidade, sendo os produtos distribuídos nas épocas de produção baixa e o dinheiro nas épocas de colheita (Devereux, 2012, citado em Gentilini, 2015, p. 8).

Independentemente do modelo implementado, qualquer deles precisa de ser enquadrado com políticas económicas e sociais sólidas que potencializem os seus efeitos. Por muito benéficas que possam ser as transferências de dinheiro, estas não poderão atingir o seu potencial se forem implementadas sem mudanças de foro político que suportem o modelo e que contribuam para contrariar alguns dos seus possíveis efeitos perversos.

Têm surgido várias propostas que repensam a implementação ‘tradicional’ de cada um dos modelos ou que articulam os diferentes modelos na tentativa de conseguir respostas mais eficientes e com menos efeitos negativos, já que de facto os modelos não têm que assumir uma fórmula única nem tão pouco ser mutuamente excludentes.

Gentilini (2015) desenvolve um estudo comparativo sobre os impactos de onze projetos e programas desenvolvidos em dez países e que tiveram como objetivo responder a catástrofes naturais súbitas, a catástrofes de desenvolvimento lento, a crises provocadas por ação humana e/ou integrar sistemas de proteção social institucionalizados e de longo prazo. O estudo compara os modelos utilizados nos vários projetos e programas - transferências em género, *vouchers* e transferências de dinheiro.⁹⁵

O autor conclui que embora planeadas e implementadas de forma distinta e através de diferentes modelos, as intervenções tendem a ser orientadas para a segurança alimentar e, portanto, a maioria dos indicadores de avaliação são relacionados com a alimentação e nutrição, em prejuízo de indicadores sobre os níveis de pobreza e de rendimentos, que são significativamente menos recolhidos e analisados.

⁹⁵ Para detalhes de cada um dos projetos e programas, e detalhes dos impactos e comparações ver Gentilini, 2015, pp. 12–23.

O autor conclui ainda que não só, em termos absolutos, os três modelos - em género, *vouchers* e dinheiro - foram eficazes no cumprimento dos objetivos definidos em cada uma das intervenções e programas, como também os resultados sustentam a rejeição dos mitos de os alimentos serem revendidos nos mercados e de o dinheiro ser gasto em produtos desnecessários e de forma indevida (Gentilini, 2015, p. 12).

Em suma, o autor concluiu que transferências de dinheiro e *vouchers* tendem geralmente a ser mais eficientes do que as transferências de produtos alimentares. No entanto, o autor refere que os métodos e abordagens variam intra e entre países, o que dificulta a comparação entre as diferentes intervenções e programas (Gentilini, 2015).

Para Pelham et al., a articulação de modelos é o mais adequado, uma vez que um sistema híbrido fluido, que proveja tanto transferências de dinheiro como transferências em género, pode responder flexivelmente a possíveis mudanças que ocorram nas dinâmicas do mercado e/ou nas necessidades dos recetores. A escolha do formato de implementação deve sempre implicar a triangulação das preferências dos recetores, da adequação económica e da realidade prática da implementação de uma determinada transferência (2011, p. 53).

Em entrevista, Pedro Matos (2021) debruçou-se sobre a proposta do PAM, que não tem como base exatamente uma articulação, mas antes uma sucessão dos modelos. No fundo o ciclo de intervenção que serve de base ao PAM. Tipicamente a primeira fase constitui em distribuir transferências em género, especificamente bens alimentares, uma vez que comumente os mercados locais sofrem algumas ruturas e pode haver uma dificuldade regional em assegurar um abastecimento completo. Com os mercados a funcionar e uma estabilidade de preços assegurada, as transferências passam então a assumir o formato de dinheiro para responderem à fase *recovery*, e comumente são articuladas com *seasonal support*, ou seja, as transferências em género continuam, mas mais periodicamente, uma espécie de *bridge the gap* entre colheitas. Por exemplo, quando se recomeça as plantações, mas as famílias ainda não têm a capacidade para assegurar a sua alimentação durante todo o ano, os bens alimentares passam a ser distribuídos não durante os doze meses, mas apenas durante quatro meses e articulados com transferências de dinheiro. Posteriormente as transferências deixam de ser incondicionais para serem condicionais e segue-se a fase do modelo *comida por trabalho*, onde são construídas ou reparadas ferramentas ou infraestruturas que contribuam para a agricultura e/ou criação de gado, como recuperação dos canais de irrigação ou construção de reservatórios de água. E, por último, segue-se a fase do *agriculture market support* que inclui, por exemplo, medidas de

redução de perdas pós-colheita⁹⁶, sistemas de armazenamento de longo prazo para possibilitar que os produtos sejam vendidos apenas quando for mais favorável, e criação de cooperativas para que os agricultores adquiram escala de negociação nos mercados centrais. A produção agrícola excedentária é negociada nos mercados ou comprada pelo próprio PAM para o fornecimento das transferências em género. Portanto, um ciclo completo⁹⁷ que inclui diferentes modelos de transferência para responder a diferentes fases, com o objetivo de os agregados familiares conseguirem iniciar as suas *almofadas* de recursos de forma a estarem melhor preparados para um futuro choque ou crise.

As transferências de dinheiro são o modelo que mais fungibilidade apresenta e, como tal, o seu potencial para contrariar as várias dimensões da vulnerabilidade é significativo. Neste sentido, reconhecemos este modelo como aquele que pode de facto contribuir para impulsionar mudanças sistémicas em cenários de vulnerabilidade crónica.

Os recetores embora capazes de determinar as suas necessidades, interesses e prioridades, raramente têm o poder económico para o fazer e, como tal, as transferências de dinheiro permitem que os recetores passem a ter acesso a recursos financeiros que viabilizam responder às necessidades básicas de forma sistémica, já que as necessidades de um agregado familiar existem em múltiplos setores e não apenas em um como classicamente e comumente é proposto, alimentação vs. saúde vs. educação vs. habitação.

Muitas das estratégias de sobrevivência utilizadas pelos agregados familiares em situações de crise, comprometem o seu funcionamento e o potencial de escapar à vulnerabilidade crónica nesta ou na próxima geração, ficando na *espiral dinâmica descendente* que temos vindo a referir.

Essas estratégias embora representem uma notável resiliência, são perniciosas para a reprodução social a longo prazo, havendo uma transmissão intergeracional da pobreza e a perpetuação das *poverty traps*⁹⁸. As transferências de dinheiro contribuem para contrariar estas

⁹⁶ Durante a entrevista foi especificamente referido a distribuição de silos herméticos e sacos de plástico herméticos. Pedro Matos deu como exemplo o caso do Uganda, onde as pessoas passaram de perdas pós-colheita na ordem dos 40% para perdas de 2%, o que significou praticamente a duplicação dos rendimentos das famílias.

⁹⁷ Salvaguarda-se que este ciclo completo não é assegurado pelo PAM em todos os países, por exemplo, no Sudão o ciclo abrange apenas até à redução de perdas pós-colheita, excluindo a componente dos mercados, enquanto na Tanzânia ou no Uganda já estão implementados ciclos completos (Matos, 2021).

⁹⁸ Sobre *poverty traps* ver por exemplo Barrett e Swallow, 2006; Carter et al., 2007; Carter e Barrett, 2006; Dasgupta, 1997.

dinâmicas, uma vez que injeções de dinheiro têm o potencial para ser transformadoras (Lawlor et al., 2017, p. 4).

Não se pretende afirmar que as transferências de dinheiro são um instrumento que resolve todas as situações em qualquer contexto, muito menos se isoladas na prática e conceptualmente. Numa fase imediata após uma catástrofe natural, transferências em género podem de facto aliviar carências imediatas enquanto os mercados estão frágeis e se encontram em rutura, mas, no entanto, se transferências de dinheiro já tiverem sido previamente implementadas a recuperação será, além de mais independente, mais breve.

Para esta implementação e para que as transferências de dinheiro possam ser de facto impulsionadoras de mudanças profundas e sistémicas, são necessárias políticas que protejam os mercados locais, que assegurem a capacidade de produção para que haja produtos disponíveis, que potencializem as práticas agrícolas e que potencializem oportunidades de investimento em estratégias de subsistência benéficas e não corrosivas para o tecido e reprodução social.

A implementação de transferências de dinheiro exige uma transformação profunda das lógicas assistencialistas e das dinâmicas existentes nas ONGs, organizações internacionais, doadores e governos. Contudo, não significa que os financiamentos e agentes externos sejam dispensáveis e que baste transferir o dinheiro para os recetores. Continua a ser necessário que haja apoios administrativos e legislativos, por exemplo para garantir o direito à terra, para agilizar o processo de construção de habitação mais resistente a eventos naturais extremos ou para apoiar na expansão da agricultura de subsistência (Overseas Development Institute, 2015, p. 21).

À luz desta lógica e reorganização, os recursos da intervenção humanitária e da intervenção externa continuam a ser precisos, podendo ser redirecionados para as transferências de dinheiro e sendo apenas necessário repensar o formato da sua existência e intervenção. Por exemplo, a organização em *clusters*, que no fundo representa uma organização setorial, passa a estar desalinhada com o potencial das transferências de dinheiro, já que este modelo permite uma intervenção mais sistémica.

As transferências de dinheiro podem assumir a modalidade de transferências condicionais ou incondicionais, serem transferências únicas ou continuadas, e serem uma medida *ex-post* ou uma medida *ex-ante*⁹⁹, portanto, uma medida antecipatória.¹⁰⁰

Quando comparamos a potencialidade das transferências de dinheiro condicionais e das incondicionais em cenários de catástrofe natural, a segunda revela-se comumente mais benéfica e adaptável do que a primeira.

As transferências continuadas são cada vez mais necessárias para fazer frente a vulnerabilidades que pertencem mais à rotina diária do que a crises excepcionais, nomeadamente a crescente proporção de pessoas idosas, pandemias e doenças duradoras, enfraquecimento das redes tradicionais de segurança social, desemprego, deterioramento dos meios de subsistência e contextos dotados de insegurança e conflitos armados. Os eventos naturais extremos são agravantes destes cenários e, como tal, agravam a necessidades das transferências de dinheiro.

As transferências de dinheiro antecipatórias, uma medida *ex-ante*, e principalmente as incondicionais e continuadas, viabilizam a construção de *almofadas* de recursos que permitem aos agregados familiares absorverem os efeitos de eventos naturais e reagirem mais prontamente, seja porque podem adquirir mais rapidamente sementes que asseguram a próxima colheita, seja porque podem comprar novos animais que asseguram a venda de produtos, ou porque podem adquirir materiais de construção que permitem melhores habitações e sistemas de armazenamento.

⁹⁹ Sobre as diferentes modalidades de transferência de dinheiro, apresenta-se em anexo um artigo escrito para publicação: *Cash Transfers as a Form of Intervention – Addressing the Various Dimensions of Vulnerability*. Ver anexo C, pág. 362.

¹⁰⁰ Weingärtner et al. (2020) apresentam uma compilação dos resultados do seu estudo sobre os efeitos de várias medidas antecipatórias a nível dos agregados familiares, por país de implantação e por evento natural extremo enfrentado. Tabela disponível na secção dos anexos. Anexo D, pág. 377.

7.1 As Remessas e as Transferências de Dinheiro Incondicionais Antecipatórias Continuadas

As remessas, tão comumente utilizadas nos países da ASS, têm três características que vale a pena reforçar: são predominantemente recursos financeiros, mas também não financeiros¹⁰¹, de origem familiar¹⁰², ou por outras palavras como referem Gupta et al. (2009) são um sistema de bem-estar privado que transfere poder de compra de membros mais ricos para membros mais pobres; são dadas diretamente aos recetores, portanto, fluxos de dinheiro despojados de requisitos e de condicionamentos sobre como e onde gastar o dinheiro; e são transferidas tanto através de meios formais como informais.

As remessas têm sido apontadas como um elemento significativo para o desenvolvimento financeiro dos países da ASS, sendo o volume de remessas para os países em desenvolvimento *cerca de três vezes superior ao dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento* (Oliveira, 2021, p. 359). Segundo Williams (2016, p. 365), um aumento de cerca de 10% nas remessas aumenta o crédito privado interno em 0,43% e o efeito acumulativo é de cerca de 1,84%.

Em 2020 alguns dos países da ASS mais dependentes da entrada de remessas foram a Somália, com as remessas a representarem 35,3% do produto interno bruto (PIB); o Sudão do Sul, com 29,5% do PIB; Cabo Verde, com 13,9%; e a Guiné-Bissau, com 8,6% (Oliveira, 2021, p. 361).

Estes valores são meramente representativos daquelas que são as remessas oficiais. Há um grande volume de remessas que é enviado através de meios informais e, como tal, não é oficialmente contabilizado. Desta forma, o real volume das remessas na ASS é significativamente superior àquele que é oficialmente registado, podendo acrescer cerca de 45% - 60% com as transferências informais (Gupta et al., 2009).

Este desfasamento entre os dados oficiais e a realidade prende-se com o facto de as estruturas formais necessárias nem sempre estarem disponíveis e pelas elevadas taxas cobradas pelos mecanismos formais, que se tornam um dissuasor para os migrantes que querem enviar pequenas quantias de dinheiro para casa (Gupta et al., 2009; Oliveira, 2021).

¹⁰¹ As remessas não financeiras dizem respeito a bens materiais, como dispositivos tecnológicos, roupa, material escolar, medicamentos, entre outros, assim como, a outros fluxos menos tangíveis como ideias, hábitos, comportamentos, conhecimento e capital social.

¹⁰² Salva-guarda-se que o termo familiar refere-se à família alargada e também em termos de comunidade e linhagens.

Embora as remessas não se extingam e continuem a circular mesmo em situações adversas, estes fluxos de dinheiro são permeáveis a transformações do quotidiano dos migrantes e a crises, havendo, portanto, períodos que acabam por se refletir num abrandamento do fluxo de remessas. Esteves e Malheiros (2013), embora com base num estudo desenvolvido exclusivamente sobre os imigrantes em Portugal, referem que a consolidação de anos de residência influi na redução do volume do fluxo de remessas, fenómeno que os autores associam ao “enraizamento dos processos de socialização e a um eventual crescimento dos encargos locais (aquisição de casa, carro, educação dos filhos...), [tendo] como consequência uma alteração no quadro de prioridades que vai, por sua vez, originar uma reorientação dos gastos familiares” (Esteves e Malheiros, 2013, p. 242).

Conjunturas de crises regionais e globais que fragilizam as economias dos principais países de envio de remessas, portanto, os principais países de destino de fluxos migratórios, são também fenómenos que se refletem nas transferências de remessas (Oliveira, 2021). A crise económica de 2008, o aumento dos níveis de desemprego e a pandemia de COVID-19 foram sinónimo de uma diminuição destes fluxos. Segundo o Banco Mundial, devido à crise económica consequente da pandemia de COVID-19, é esperado que o volume de remessas para o continente Africano tenha um declínio na ordem dos 23,1% (Ratha, 2020).

Frequentemente, a vulnerabilidade às crises económicas prende-se com o facto de os migrantes trabalharem em áreas que são facilmente afetadas, como o turismo e o retalho, e por serem muitas vezes os primeiros a serem despedidos ou a enfrentarem condições laborais instáveis (Ratha, 2020).

As remessas têm um impacto positivo na alimentação, no consumo de bens, no acesso a serviços de saúde e educação, na construção das habitações, na possibilidade de investimento e na acumulação de capital humano e financeiro. Quando comparados com os agregados familiares que não recebem remessas, os agregados familiares recetores estão melhor preparados para lidar com choques (Mohapatra et al., 2012, p. 371).

Agregados familiares que não recebem remessas carecem da oportunidade de se auto-organizarem, se fortalecerem e se prepararem progressivamente, o que acaba por se refletir a vários níveis. As remessas são um bom exemplo de como fluxos positivos de dinheiro são impactantes no quotidiano dos recetores e na capacidade de resposta a eventos naturais extremos.

Mohapatra et al (2012, pp. 366–367) referem que, por exemplo, no Bangladesh, após as cheias de 1998, o consumo familiar per capita foi maior nas famílias que recebiam remessas;

ou por exemplo, no Gana e no Burkina Faso as famílias que recebiam remessas internacionais, especialmente as que recebiam remessas de países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) de elevado rendimento, tinham habitações construídas em betão e chapas de zinco em vez de lama e folhas, e tinham maior acesso a serviços de eletricidade e comunicação, o que significa um nível de vulnerabilidade menor; na Etiópia, perante choques que ponham em causa a segurança alimentar, as famílias recetoras de remessas internacionais recorrem mais às suas próprias reservas de dinheiro e menos à venda de bens domésticos ou de gado; ou ainda, nas Filipinas as remessas contribuem para compensar sensivelmente 65% da perda de rendimentos devido a oscilações pluviométricas extremas. Ebeke e Combes (2013) acrescentam ainda que as remessas contribuem para que, na iminência de um evento natural extremo, os indivíduos se desloquem para regiões fora de risco.

As remessas refletem os perfis económicos dos diferentes países e regiões. Remessas provenientes dos países de elevado rendimento são igualmente superiores, enquanto o inverso é igualmente verificável. Por exemplo, no Burkina Faso os agregados familiares que recebem remessas de França têm casas construídas com materiais mais resistentes quando comparado com os agregados que recebem remessas da Costa do Marfim, estando mais bem preparados de uma perspetiva *ex-ante* (Mohapatra et al., 2012, pp. 376–379).

Mohapatra et al. (2012) e Naudé e Bezuidenhout (2014) concluem que os fluxos de remessas acompanham, tendencialmente, as necessidades mais inesperadas e aumentam em cenários de catástrofe natural, incluindo nas de perfil mais lento como o caso das secas, já que para quem envia o dinheiro o importante é a magnitude do evento e não o seu tipo. O aumento dos fluxos de remessas revela a necessidade acrescida de acesso a dinheiro quando ocorre uma disrupção da realidade e do quotidiano (Mohapatra et al., 2012).

Embora as remessas tenham desempenhado até à data um papel extremamente importante, são fluxos que têm também efeitos perversos. Por um lado, devido à constância de crises à escala global tornam-se crescentemente um mecanismo de esforço para os migrantes que frequentemente acabam por viver em condições precárias para conseguirem assegurar o envio de remessas, e por outro lado, os países de origem e os agregados familiares perdem os membros mais ativos e, como tal, a mão-de-obra fica gradualmente reduzida e os tecidos sociais ficam sem membros que podiam contribuir dinamicamente para um melhoramento das realidades locais.

Desta forma, as remessas não apresentam ser a solução ideal para a redução da vulnerabilidade crónica de alguns dos países da ASS, nem tão pouco são substitutas daquilo que deveria ser assegurado pelos Estados e estratégias internas.

Se as remessas fazem diferença na redução da vulnerabilidade *ex-ante*, na capacidade de resposta diária dos agregados familiares e na atenuação de perdas económicas posteriores, então fluxos de dinheiro disponibilizados diretamente às famílias em formato de transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas e modelos como o *basic income*¹⁰³ têm igualmente um potencial transformador. As remessas são a evidência de que transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas e modelos como o *basic income* podem não só funcionar, como ser um agente de mudança social endógena.

Tal como as remessas constituem no fundo uma estratégia de subsistência *per si* e desempenham um papel importante como *coping mechanism*, e são ao mesmo tempo um mecanismo que permite proteger e fortalecer muitas outras estratégias e atividades de subsistência, também as transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas e o *basic income* têm essa potencialidade.

¹⁰³ A implementação do *basic income* é cada vez mais discutida a nível global, ocupando gradualmente um lugar nas agendas internacionais e dando origem a experiências e projetos piloto em diferentes regiões geográficas.

O *basic income* diz respeito a um rendimento básico que é pago em dinheiro e não sob a forma de comida, abrigo, vestuário ou outros bens de consumo, e que não pretende substituir outros apoios dados pelo Estado nem dismantelar o Estado Providência.

A proposta do *basic income* tem como objetivo garantir o direito não a uma segurança total, mas a uma segurança económica básica, e atualmente assenta em seis diretrizes: o *basic income* é *universal*, portanto, é um rendimento atribuído a todos aqueles que residem e pertencem à sociedade onde é implementado; é pago à escala *individual* e não ao nível do agregado familiar, não estando dependente da composição do mesmo; é *incondicional*, não havendo, portanto, quaisquer condicionalidades a nível da elegibilidade dos cidadãos, sendo atribuído independentemente do género, idade, estado civil, capacidade física, nível de educação, situação laboral ou situação financeira, e sem serem exigidas condutas comportamentais específicas como acontece por exemplo com o subsídio de desemprego ou o rendimento de inserção social; é *livre de restrições* a nível das despesas, não havendo condições, imposições ou orientação sobre como, quando e em que gastar o *basic income*, permitindo que as pessoas determinem as suas próprias prioridades e fluxos de despesa; é *regular*, portanto, seria pago em intervalos regulares, sendo comumente sugerido que seja um pagamento mensal estável, tanto no seu valor como na sua frequência, o que contribui para uma previsibilidade que é essencial para a segurança básica e, como tal, ao contrário da maioria das outras formas de benefícios estatais, o *basic income* seria assegurado e conhecido antecipadamente; é *irrevogável*, sendo assim um direito como os restantes direitos fundamentais que não podem ser suspensos ou retirados (Banerjee et al., 2019; BIEN, n.d.; Hanlon, 2009, 2004; Parijs e Vanderborght, 2017; Raventós, 2007; Standing, 2017; Widerquist, 2013). Atualmente a *Basic Income Earth Network* (BIEN) define o *basic income* como: *A Basic Income is a periodic cash payment unconditionally delivered to all on an individual basis, without means-test or work requirement* (BIEN, n.d.).

Acrescenta-se ainda que as transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas, assim como, modelos como o *basic income* têm o potencial de contornar os efeitos perversos das remessas referidos anteriormente, assim como, de canalizar para os Estados a responsabilização pelas dinâmicas socioeconômicas.

Os fluxos de dinheiro disponibilizados pelas remessas têm despoletado efeitos multiplicadores que contribuem para a minoração dos níveis de pobreza. À luz da mesma lógica, com o *basic income* os agregados familiares tornam-se gradualmente menos vulneráveis e, como tal, os eventos naturais extremos tornam-se menos penosos, mas sem projetar esta responsabilidade exclusivamente nos migrantes e com maior estabilidade no valor e frequência das tranches.

Com a redução dos níveis de vulnerabilidade as populações precisam progressivamente de menos apoio das intervenções externas, o que significa que investimentos antecipatórios como as transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas ou o *basic income* representam menos despesas e maiores retornos financeiros a longo prazo, principalmente quando comparado com medidas *ex-post* como mencionado anteriormente.

Os centros de reassentamento são um dos exemplos de medidas *ex-post* que, além da profunda disrupção dos tecidos sociais, representam um encargo penoso para os Estados, para as organizações internacionais e para as ONGs. Segundo Thalheimer et al., os eventos climáticos são responsáveis por dois terços das novas deslocações - em 2020 30,7 milhões de pessoas foram deslocadas devido a eventos climáticos e geofísicos (2022, p. 4). No seu estudo Thalheimer et al., indicam que nos últimos anos, 2008-2020, há mais deslocados por catástrofes naturais do que por conflitos (2022, p. 3).

Embora haja uma ampla variedade de contextos e fluxos de deslocação, a grande maioria das deslocações causadas por estes eventos acontecem dentro das fronteiras nacionais, portanto, são deslocações internas, e são deslocações de curta duração. No entanto, há pelo menos cinco milhões de pessoas em situações de deslocamento prolongado devido a eventos naturais extremos (Internal Displacement Monitoring Centre, 2021, citado em Thalheimer et al., 2022, p. 4)

A deslocação devido a eventos naturais extremos é comumente considerada um impacto indireto e não um impacto direto *per si*. Em muitos dos casos a deslocação advém de casas parcialmente ou totalmente destruídas, perda das terras, danos ou perdas dos meios de subsistência, insegurança alimentar e perturbação dos serviços e infraestruturas públicas (Thalheimer et al., 2022) e, como tal, medidas antecipatórias como transferências de dinheiro

antecipatórias podem intencional ou inadvertidamente proteger não só contra os impactos diretos, como também contra os impactos indiretos, nomeadamente a deslocação para centros de reassentamento e a desfragmentação dos tecidos sociais.

Nos centros de reassentamento as estruturas sociais dissolvem-se, as chefaturas tradicionais perdem-se e os jovens sentem-se deslocados e desenraizados. Em entrevista, Carlos Almeida¹⁰⁴ (2021), relativamente aos centros em Moçambique, refere que os *deslocados* serão sempre vistos como *deslocados* e que há uma marginalização dos mesmos. Este sentimento de não pertença, faz com que os centros de reassentamento sejam, em muitos dos casos, campos de recrutamento dos mais jovens para se aliarem a movimentos de insurgência (Schiefer, 2012b).

Outra questão que se prende com alguns centros de reassentamento, é o contraste que surge a nível das condições de vida. Os centros com redes de água e de eletricidade, serviços, novas infraestruturas e habitações são comumente instalados em zonas onde já há aldeias, o que cria um contraste expressivo em relação às condições das aldeias já existentes nessa mesma zona, gerando descontentamento e revolta nas populações locais, uma vez que não recebem qualquer ajuda por não terem sido vítimas de catástrofe natural¹⁰⁵. O entrevistado Carlos Almeida (2021), ilustra esta questão com o centro de reassentamento em Corrane, na província Moçambicana de Nampula. O centro, com sensivelmente 6.000 pessoas, encontrava-se à data da entrevista em construção e expansão, contando com a construção de uma escola primária e de uma escola secundária, habitações com boas condições, um hectare por família para as machambas, quatro furos de água, eletricidade, entre outras infraestruturas, portanto, um centro espaçoso e com boas condições. Contudo, este centro encontra-se ao lado de uma aldeia que tem habitações frágeis, tem apenas um furo de água e não tem eletricidade, estando em discussão se a rede elétrica do centro será estendida à aldeia em questão.

Este desencontro, onde a lógica percecionada é de que *quem chega tem direito a tudo e quem já lá está não tem direito a nada*, faz com que haja a possibilidade de advirem tensões

¹⁰⁴ Carlos Almeida é, há onze anos, responsável pela coordenação nacional da ONG HELPO em Moçambique.

¹⁰⁵ Não obstante de existirem centros de reassentamento que apresentam boas infraestruturas, salvaguarda-se que a existência de centros extremamente precários é ainda uma realidade. Exemplo deste cenário é o centro 25 de Junho, localizado em Metuge, Pemba, Moçambique. No pico do número de deslocados, o centro contou com 33.000 pessoas, a maioria a habitar em casas com um metro de altura, feitas em caniço e com latrinas públicas precárias. Este centro, que seria de trânsito, passou a ser um centro permanente com um espaço claramente reduzido para a sua população (Almeida, 2021).

sociais a médio e longo prazo, sobretudo se a rede elétrica não chegar a abranger a aldeia (Almeida, 2021).

Por seu turno, o entrevistado Pedro Matos (2021) refere o sucedido com o conflito de Darfur. Desde 2004 que mais de 1 milhão de pessoas continuam sem poder voltar às suas aldeias porque foram ocupadas pelas pessoas que as atacaram, mas, no entanto, também não podem formalizar o sítio onde estão porque estão na terra que anteriormente pertencia a outras pessoas, não sendo, portanto, possível uma normalização da vida nem tão pouco a retoma às atividades de subsistência.

Embora as evidências sobre a relação entre as transferências de dinheiro antecipatórias e os centros de reassentamento sejam escassas, torna-se pertinente analisar se as transferências como medida antecipatória podem contribuir para que o número de pessoas deslocadas diminua, já que aumentando a capacidade de resposta dos agregados familiares, muito provavelmente os indivíduos optarão por permanecer nas suas comunidades.

Ao permanecer nas comunidades, os centros de reassentamento tornam-se menos necessários, o que por sua vez contribui para a manutenção dos tecidos sociais e para a continuidade das redes de resiliência social que asseguram a reprodução social.

Passando os centros de reassentamento a ser menos necessários, também as despesas dos Estados e dos agentes intervenientes acompanham a tendência descendente.

Não obstante de se reconhecer as vantagens da redução do número de centros de reassentamento em prol de populações menos vulneráveis e não forçadas ao deslocamento, sublinha-se que mesmo nos centros, as transferências de dinheiro podem ser úteis. Sem se pretender esgotar as possibilidades, as transferências de dinheiro podem ser vantajosas para dinamizar a economia interna dos centros e as economias locais envolventes, já que com dinheiro em vez da ajuda em género, os deslocados e/ou refugiados passam a ter a possibilidade de comprar os seus produtos, havendo um fluxo de dinheiro que impulsiona a economia e expande os efeitos das transferências, por exemplo aos comerciantes. As transferências de dinheiro podem também ser vantajosas para contrariar a dependência futura de quem se encontra deslocado e/ou refugiado, pois permitem investir em ativos produtivos e, mesmo os mais avessos ao risco, podem prosseguir para estratégias de investimento que de outra forma não seria possível, havendo, portanto, uma maior integração na economia e no tecido social, a médio e a longo prazo¹⁰⁶ (Bailey, 2016).

¹⁰⁶ Ver por exemplo Bailey, 2016 que se debruça sobre o potencial das transferências de dinheiro no centro Maratane em Moçambique.

Os financiamentos para o risco de catástrofes e os mecanismos de proteção financeira¹⁰⁷ têm sido sobretudo tradicionalmente direcionados para intervenções pós-catástrofe e, portanto, não abrangem a vulnerabilidade crónica nem a falta de recursos. A lógica predominante tem sido a assistência a catástrofes e não o combater as suas causas.

As transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas e o *basic income* não são a solução para todas as circunstâncias. Mediante eventos naturais extremos de intensidade elevada e em crises agudas, é necessário o apoio da intervenção humanitária de emergência, seja a complementar com transferências de dinheiro extras seja com ajuda em género, dependendo do contexto e da situação concreta.

No entanto, as transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas e especialmente o *basic income* têm o potencial de responder ao mosaico de problemas multifacetados, portanto, à vulnerabilidade crónica com variadas dimensões, e à já referida *espiral dinâmica descendente* onde *pré* e *pós* catástrofe são um único processo continuado.

Em contextos onde eventos naturais extremos são frequentes, as populações vivem entre estes eventos e mesmo antes de recuperam dos efeitos de um, já outro evento está a tomar lugar. Esta repetição cumulativa agrava a vulnerabilidade crónica também ela cumulativa.

O facto de o *basic income* ser um rendimento contínuo, significa que é um modelo que abrange esta ideia de acumulação e, portanto, permite uma capacidade de resposta progressiva na linha contínua de eventos, e permite abordar as catástrofes não como eventos pontuais e circunscritos, mas antes como processos e como *construções societais*. A resposta a uma catástrofe natural passaria, portanto, a ser parte da prevenção de novas e futuras catástrofes, e vice-versa.

O *basic income* pode contribuir significativamente para a capacitação das sociedades, possibilitando que estas desenvolvam os diferentes capitais à luz da sua realidade e necessidades, contrariando a vulnerabilidade crónica na qual estão imergidas.

A perspetiva que propomos servir de base ao *basic income*, partilha fortemente a senda de Sen (1999) relativamente à proposta de desenvolvimento e a respetiva *Abordagem das Potencialidades*. Com fluxos de dinheiro seguros e continuados, as populações vêm assegurada não só a sua existência e os seus recursos genéticos, portanto a sua resiliência social endógena, como também a sua liberdade - “O desenvolvimento é de facto um compromisso significativo com as possibilidades da liberdade.” (Sen, 1999, p. 298).

¹⁰⁷ DRF e *Financial Protection*.

Seguindo esta lógica, as sociedades agrárias Africanas (SAA) passariam a ter mais controle sobre a sua existência, sobre o seu desenvolvimento e reprodução social. Desenvolvimento não como o paradigma que tem moldado os contornos forçados de uma África que foi colocada numa corrida onde sempre ocupou a posição de território atrasado, nem como a tentativa de domesticação e imposição da absorção de um único modelo de desenvolvimento que conduziu a um enclausuramento das populações Africanas num sistema de valores que não é o seu (Sarr, 2019), mas antes desenvolvimento como é apresentado na teoria da *Abordagem das Potencialidades*, onde o mais importante são as *potencialidades*, ou seja, a liberdade e acessos necessários para o indivíduo alcançar o seu bem-estar através da escolha de várias possibilidades de *funcionamentos* e *funções* relacionadas com aspetos particulares da vida, como a literacia, saúde ou liberdade política. Segundo Sen, apenas mediante esta liberdade se reúnem as condições necessárias para ocorrer desenvolvimento. O autor defende que desenvolvimento consiste na eliminação de vários tipos de situações que são sinónimo ou provocam a ausência de liberdade e que deixam os indivíduos com poucas escolhas e poucas oportunidades para exercerem as suas ações e experienciarem com plenitude *liberdades substantivas* e a existência que pretendem, portanto, *desenvolvimento como liberdade* de escolher as diretrizes e os elementos que proporcionam o *desenvolvimento das potencialidades* alinhadas com o contexto e a heterogeneidade de cada indivíduo (Sen, 1999).

Ao receberem o *basic income*, são as próprias sociedades que decidem o que precisam para voltar à produção agrícola e como esse processo ocorre socialmente. Não havendo um elemento assistencialista que impõe um método e uma razão, neste caso o agente externo, as sociedades podem adequar o *basic income* às suas tradições, hierarquias, linhagens e demais estruturas sociais que tanto influenciam no acesso às terras e a insumos agrícolas.

7.2 Serviços de Dinheiro Móvel

As transferências de dinheiro podem ser operacionalizadas através de diferentes meios e tecnologias, nomeadamente recorrendo à utilização de bancos e instituições financeiras, distribuição direta do dinheiro em envelopes através de membros de ONGs ou do governo, através dos correios, contratação de um intermediário para realizar os pagamentos, através de

cartões eletrônicos específicos e pré-definidos, ou ainda via serviços financeiros móveis (Action Contre la Faim, 2011; Harvey e Bailey, 2011; World Food Programme, 2014)¹⁰⁸.

Os serviços de dinheiro móvel têm sido amplamente discutidos no que diz respeito ao seu uso no contexto Africano, não só pela forma como funcionam como também pela forma como têm vindo a revolucionar a própria paisagem financeira em alguns dos países da região.

Embora se reconheça a pertinência dos restantes meios de distribuição, optamos por evidenciar os serviços de dinheiro móvel não só por a sua utilização ser uma tendência crescente na ASS, mas também por considerarmos de significativa relevância em cenários de catástrofe natural.

Os serviços de dinheiro móvel surgiram primeiramente em 2006 na África do Sul e nas Filipinas (Suri e Jack, 2016). Em 2007 estes serviços foram introduzidos no Quênia com o nome de M-Pesa, e devido ao seu sucesso significativo prosseguiu-se uma disseminação dos serviços de dinheiro móvel por outros países Africanos (Nan et al., 2021), por exemplo, na Tanzânia em 2008, no Uganda em 2009 (Koomson et al., 2021) e em Moçambique em 2011 (Batista e Vicente, 2013).

Em 2015, o número de transações efetuadas através de serviços de dinheiro móvel foi superior a mais de mil milhões, o que corresponde a mais do dobro das transações globais efetuadas através do *PayPal* (GSMA, 2016, citado em Nan et al., 2021, p. 3). Contudo, estes números representam um espetro diverso no que diz respeito à adoção destes serviços nos países da ASS, já que por um lado, em países como o Quênia, a Tanzânia e o Uganda a tendência de adesão é significativamente crescente, sendo que em média desde 2016 cada adulto tem uma conta de serviços de dinheiro móvel e o valor das transações aproxima-se de 40% a 50% dos respetivos PIBs, mas por outro lado países como o Gana, Madagáscar e Nigéria contrastam com esta tendência demonstrando maior resistência e um fraco crescimento da adesão (Nan et al., 2021, p. 3).

Afawubo et al. (2020, pp. 1141–1142) referem ainda o Togo como um dos países com fraca adesão aos serviços de dinheiro móvel, enquanto Jang e Park (2016, pp. 4–5) referem que a Costa do Marfim e a Somália apresentam uma tendência crescente, contando já com uma penetração destes serviços na ordem dos 24.3% e 37%, respetivamente.

Salvaguarda-se, no entanto, que apesar da existência de contrastes e diferentes tendências, desde 2016 que foram implementadas 140 iniciativas de serviços de dinheiro móvel em 39

¹⁰⁸ Para detalhes sobre os vários meios de distribuição ver por exemplo Action Contre la Faim, 2011, pp. 64–68 e Harvey e Bailey, 2011, pp. 71–79.

países da ASS, e as contas através destes serviços ultrapassaram as contas bancárias (GSMA, 2017, citado em Nan et al., 2021, p. 3). 52% dos serviços de dinheiro móvel estão na ASS (Suri, 2017).

As medidas reguladoras destes serviços variam de país para país, o que pode influenciar e constrianger as taxas de adesão. Muitas vezes existem limites relativamente aos volumes das transações e ao montante máximo que pode ser mantido na conta de dinheiro móvel, assim como, em vários países, como no Quênia, no Malawi ou no Afeganistão, existe uma regulamentação direta sobre a existência de juros e de como estes são ou não adquiridos pelos utilizadores, ou ainda, a questão da interoperabilidade entre os diferentes prestadores destes serviços, nomeadamente o utilizador poder aceder à sua conta de dinheiro móvel a partir de qualquer *SIM card* (Suri, 2017).

A crescente adoção destes serviços prende-se principalmente com o facto de, ao contrário de outros serviços financeiros disponíveis para telemóveis, não implicarem que os utilizadores tenham uma conta bancária nem que estejam conectados à internet, podendo ser utilizados tanto em telemóveis ‘normais’ como em *smartphones*. Os usuários podem realizar transferências, receber dinheiro, efetuar pagamentos ou usar como sistema de poupança sem necessitarem de se deslocar a bancos ou a outras infraestruturas financeiras, sem terem assim qualquer restrição a nível de deslocação, dia da semana ou horário de funcionamento (Batista e Vicente, 2021; Koomson et al., 2021; Mothobi e Grzybowski, 2017; Nan et al., 2021; Suri, 2017).

Apesar de os serviços de dinheiro móvel serem igualmente uma aplicação, tal como os serviços bancários online, distinguem-se por funcionarem através de um software que é instalado no *SIM card* em vez de associado a uma conta bancária (Suri, 2017).

Para aceder aos serviços de dinheiro móvel, os utilizadores, em posse da sua identificação, devem registar-se num agente autorizado, comumente encontrado em pequenos negócios locais como retalhistas, mercearias, estações de serviço, alfaiates ou negócios de venda de internet e telemóveis, e criar a sua conta que fica associada ao número de telemóvel do utilizador em questão. Se o utilizador pretender levantar ou depositar dinheiro, deve dirigir-se a um agente autorizado para trocar o dinheiro eletrónico por dinheiro ‘físico’ e vice-versa, sendo imediatamente notificado por mensagem sobre a transação e o saldo disponível (Nan et al., 2021; Suri, 2017). Cada uma das transações implica o pagamento de uma taxa que varia de país para país, mas ainda assim são serviços com custos diminutos quando comparado com outros formatos de transferir e receber dinheiro (Suri, 2017).

Apesar de nos últimos anos ter ocorrido uma melhoria no acesso aos serviços financeiros na ASS estes ainda são bastante diminutos. Em 2017 apenas um terço da população adulta da região tinha conta bancária, e o custo médio de envio de remessas através das instituições bancárias é mais elevado na região da ASS do que em qualquer outra região, sendo que os dez corredores de remessas mais caros do mundo encontram-se todos no continente Africano (Batista e Vicente, 2021). Acrescenta-se ainda que no continente existem em média cinco multibancos disponíveis por cada milhão de habitantes, enquanto a média mundial é de trinta e quatro multibancos (Jang e Park, 2016).

Desta forma, as características dos serviços de dinheiro móvel fazem com que estes sejam uma tecnologia que tem respondido à escassez de infraestruturas bancárias e a alguns dos constrangimentos existentes nos fluxos de dinheiro.

O facto de os serviços de dinheiro móvel não implicarem a deslocação a bancos permite aos que se encontravam excluídos dos serviços financeiros usufruir desses mesmos serviços de forma segura e a um custo acessível. Desta forma, estes serviços têm contribuído para o afunilar das diferenças no acesso aos serviços financeiros e para a participação ativa dos anteriormente excluídos dos sistemas financeiros formais nas atividades socioeconómicas (Koomson et al., 2021; Nan et al., 2021).

Segundo Koomson et al. (2021) este estreitar de diferenças no acesso aos serviços financeiros, significa também uma redução no abismo entre os meios rurais e urbanos, uma vez que há um aumento crescente da penetração de serviços de dinheiro móvel no meio rural. Os autores (2021, p. 2), com base no estudo de Demirguc-Kunt et al. (2018), referem que estes serviços reduziram os riscos, a ineficiência e os inconvenientes associados aos pagamentos em dinheiro feitos aos agricultores pela venda dos seus produtos agrícolas, sendo que, por exemplo, no Gana, no Quênia e na Zâmbia 40% dos agricultores já recebem os pagamentos através de serviços de dinheiro móvel.

De acordo com os estudos de Akinyemi e Mushunje (2020), Batista e Vicente (2020, 2013, 2021) e Subia e Martinez (2014), nas zonas rurais os serviços de dinheiro móvel são maioritariamente utilizados para comprar dados móveis para efetuar pagamentos de serviços públicos, bens e serviços, e para receber e enviar transferências, sendo que a proeminência da compra de dados móveis vai diminuindo ao longo do tempo para que os pagamentos e as transferências sejam as atividades de maior uso.

Vários são os autores que se debruçam sobre as transformações trazidas pela penetração dos serviços de dinheiro móvel na paisagem rural. Transformações tanto benéficas como

perversas nas dinâmicas dos tecidos sociais, na forma como as populações vivem, interagem e fazem negócios, assim como, nos próprios fluxos migratórios, nos sistemas de transferência e poupança tradicionais, e ainda na resposta a choques e crises.

Nan et al. (2021) aludem ao facto de os serviços de dinheiro móvel puderem de facto estabelecer uma ponte entre os sistemas financeiros e os anteriormente excluídos dos mesmos, mas salvaguardam que o contrário também é passível de acontecer. As diferenças existentes a nível dos recursos materiais, tecnológicos, cognitivos e sociais podem desencadear desigualdades na adoção, utilização e resultados obtidos com estes serviços. Os autores apontam para a possibilidade de os indivíduos com mais recursos poderem monopolizar estes serviços e imporem barreiras nos fluxos de dinheiro de forma a os tornarem mais vantajosos para as elites e, portanto, estes serviços podem contribuir para aumentar o fosso entre as classes sociais e expandir a divisão tecnológica e digital, que no fundo reflete a exclusão social e financeira. Nan et al. (2021) acrescentam ainda que este reforçar do abismo entre realidades pode ocorrer à escala micro, portanto, entre agregados familiares e comunidades, ou numa escala macro, portanto, a expansão das disparidades entre regiões e países.

Contudo, os autores admitem que este possível efeito perverso de os serviços de dinheiro móvel perpetuarem os ciclos de exclusão social e económica, requer mais estudos.

Segundo Batista e Vicente (2021, 2020a, 2020c, 2020b, 2013), os serviços de dinheiro móvel favorecem principalmente quem já se encontra inserido no sistema de serviços financeiros. No entanto, são sempre identificadas projeções positivas, uma vez que há sempre uma taxa de novos utilizadores que anteriormente se encontravam excluídos do ecossistema económico e que devido aos serviços de dinheiro móvel podem agora receber transferências e ter acesso aos restantes serviços.

Em entrevista, Pedro Matos (2021) reforça a importância dos serviços de dinheiro móvel na inclusão financeira e indica que o PAM utiliza crescentemente estes serviços, pois deixou de ser necessário realizar contratos com bancos que depois têm que transportar malas de dinheiro para sítios distantes e remotos, passando não só a logística a ser mais segura e económica, como também permitiu que muitas populações desfavoráveis e isoladas tivessem pela primeira vez uma margem de dinheiro para gerir.

Num outro prisma, Suri (2017) menciona que os serviços de dinheiro móvel podem ter efeitos na dinâmica intrafamiliar, uma vez que as contas são individuais e, portanto, o dinheiro fica disponível para o portador do número de telemóvel associado à conta. Entre várias transformações, a autora refere que o acesso direto ao dinheiro pode conduzir a mudanças na

escolha da atividade diária, nomeadamente a autora conclui que no Quênia várias mulheres optaram por se afastar da agricultura para se dedicarem ao comércio e ao retalho (Suri, 2017, p. 510).

De uma perspetiva discordante, Pedro Matos (2021) refere que embora haja algumas situações em que ocorrem transformações nas dinâmicas intrafamiliares, dependendo do contexto cultural e incluindo nas relações e papéis de género, essas situações não são representativas da norma de utilização do dinheiro recebido.

Akinyemi e Mushunje (2020) e Batista e Vicente (2021) refletem sobre os possíveis efeitos dos serviços de dinheiro móvel nos fluxos migratórios. Um maior e facilitado acesso a recursos económicos pode impulsionar um maior abandono do meio rural, redução da produção agrícola e maior precariedade nos meios urbanos. Para Batista e Vicente (2021) o possível aumento da migração rural-urbano, reflete o facto de através destes serviços ser possível receber facilmente transferências imediatas de longa distância, o que permite aos agregados familiares investir na migração com o objetivo de procurar atividades de maior produtividade em vez de investir em outras menos produtivas, como a agricultura de subsistência.

Por outro lado, Murendo e Wollni (2016) e Nan et al. (2021) contrastam com esta senda e concluem que serviços de dinheiro móvel potencializam as práticas agrícolas e o aumento da produção. Nan et al. (2021) acrescentam ainda que os agricultores que utilizam estes serviços tendem a participar mais em mercados distantes e mais rentáveis.

Relativamente aos sistemas de transferência de dinheiro e de poupança tradicionais, os serviços de dinheiro móvel estão a transformar e até mesmo a substituir os métodos informais e tradicionais. As remessas eram comumente enviadas através de amigos ou familiares, condutores de autocarros ou através dos correios, contudo atualmente a tendência crescente é as transferências serem efetuadas através de serviços de dinheiro móvel, sendo que o seu uso aumenta a probabilidade de receber e/ou enviar dinheiro e em quantidades mais volumosas, uma vez que é um método mais rápido e mais seguro (Akinyemi e Mushunje, 2020; Batista e Vicente, 2013; Nan et al., 2021).

De forma semelhante, métodos informais e tradicionais de poupança, como guardar dinheiro debaixo do colchão, enterrar, esconder em sítios específicos e recorrer a sistemas de grupo como ROSCAs e ASCAs, estão igualmente a tornar-se cada vez mais pontuais/raros/ desaparecer e a ser substituídos por serviços de dinheiro móvel, pois estes permitem sistemas de poupança mais seguros e volumosos (Akinyemi e Mushunje, 2020; Batista e Vicente, 2020b, 2013; Nan et al., 2021).

Batista e Vicente (2020c) desenvolveram um estudo randomizado controlado em Moçambique que avalia o potencial dos serviços de dinheiro móvel como ferramenta de poupança para os agricultores. Os autores concluíram que estes serviços podem ser um instrumento alternativo para promover o investimento agrícola se forem articulados com incentivos à poupança, por exemplo, com juros apelativos ou pagamento de juros em insumos agrícolas. No caso do estudo referenciado, os juros foram pagos em fertilizante, o que resultou num aumento de 30% no seu uso, levando a um aumento da produção agrícola dos agricultores envolvidos. Contudo, os autores salvaguardam que, uma vez que os juros foram pagos em fertilizante e não em dinheiro ou em outros insumos agrícolas, os resultados não podem ser alastrados a um prisma mais genérico nem podem ser assegurados os mesmos efeitos benéficos em caso de os juros serem pagos noutra formato, já que os dados empíricos recolhidos não atestam outras possibilidades.

Vários são os estudos que também demonstram a influência dos serviços de dinheiro móvel na contração de empréstimos. Estudos desenvolvidos no Quênia (Jack et al., 2013), Tanzânia (Bastian et al., 2018), Moçambique (Batista e Vicente, 2013) e Uganda (Munyegera e Matsumoto, 2018), mostram que utilizadores destes serviços apresentam maior propensão em contrair créditos e enfrentam menos restrições quando comparado com os não utilizadores.

Nan et al. (2021, pp. 3–4) referem que os serviços de dinheiro móvel viabilizam uma sociedade mais inclusiva, acumulação de capital, otimização da alocação do capital e dos recursos humanos, e permitem tomar decisões de investimento mais eficientes, tanto no seio dos agregados familiares como no das empresas. Especificamente sobre o bem-estar dos agregados familiares, os autores referem que estes serviços contribuem para uma redução dos riscos, um aumento do consumo das famílias, um aumento dos níveis de escolaridade e um aumento dos cuidados de saúde, incluindo a utilização de serviços de saúde formais como as clínicas, consultas, medicamentos e seguros de saúde sem sacrificar as restantes despesas (Nan et al., 2021).

Através das transferências de dinheiro que se tornam imediatas através destes serviços, as famílias tornam-se mais capazes de tomar medidas instantâneas ou cumulativas de forma a suavizar choques imprevistos ou crises prolongadas, tanto exógenas como secas, cheias ou choques agrícolas, como endógenas como morte de um membro ativo do agregado familiar ou mediante casos de perda de rendimentos. Esta capacidade acrescida acaba por se projetar na redução da adoção de medidas de gestão de risco precárias, como o abandono escolar ou redução do consumo alimentar (Nan et al., 2021).

Akinyemi e Mushunje (2020, pp. 10–11), com base em seis indicadores pré-selecionados, comparam os serviços de dinheiro móvel com outros meios de envio e receção de dinheiro e concluem que serviços de dinheiro móvel são mais vantajosos nas seis dimensões analisadas, nomeadamente facilidade, segurança, fiabilidade, conveniência, rapidez e custo de utilização. Os autores acrescentam ainda que os serviços de dinheiro móvel são o mecanismo de poupança mais seguro em cenários de catástrofe natural.

Afawubo et al. (2020, p. 1157), em concordância com a perspetiva de Akinyemi e Mushunje (2020) em relação à potencialidade destes serviços em cenários de catástrofe natural, sugerem que os serviços de dinheiro móvel aumentam a capacidade de resposta a períodos de seca e chuvas irregulares, à inflação dos preços dos insumos agrícolas, à degradação dos solos e à destruição das culturas devido a pragas.

Koomson et al. (2021), referem que apesar de haver uma carência de estudos que se dediquem a analisar o envio e receção de fundos de emergência através de serviços de dinheiro móvel em situações de choques sistémicos e choques idiossincráticos, estes serviços podem contribuir para o processo de recuperação dos agregados familiares. Os autores sustentam o seu argumento com o facto de estes serviços permitirem partilhar recursos financeiros de forma imediata e independente de deslocações e infraestruturas; estes serviços permitirão não só acelerar a recuperação daqueles que recebem diretamente as transferências, como também impulsionar efeitos colaterais, já que comumente ocorre a partilha das transferências por membros da família alargada ou vizinhos, o que por sua vez impulsiona a reconstrução e recuperação das dinâmicas e economia local pois o dinheiro é gasto em bens e serviços; ocorrem, portanto, *consequências em cascata* que se estendem ao resto da comunidade e, como tal, serviços de dinheiro móvel funcionam como um mecanismo de redução do risco; e, estes serviços apresentam também a capacidade de criar ou reforçar formas pré-existentes de apoio emocional e relações sociais que fazem parte do tecido social, por exemplo, serviços de dinheiro móvel podem permitir aos membros de um grupo auto-organizado acumular transferências e estabelecer uma *almofada* de recursos para reconstruções ou para cerimónias coletivas (Koomson et al., 2021, pp. 2–3).

Os autores, com base em dados recolhidos no Gana, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda, acrescentam que os utilizadores de serviços de dinheiro móvel estão em média 8% mais propensos a receber e 42% mais propensos a enviar apoio financeiro (Koomson et al., 2021, p. 4).

Numa comparação de géneros, Koomson et al. (2021, p. 11) referem que mediante choques ou crises, são as mulheres quem mais recebe transferências via serviços de dinheiro móvel. Famílias chefiadas por mulheres têm 43.1% de probabilidade de receber apoio, enquanto famílias chefiadas por homens têm 38,1% de probabilidade, sendo que em ambas as situações a probabilidade é maior quando comparado com agregados que não têm acesso a serviços de dinheiro móvel. O mesmo se aplica relativamente a enviar transferências, sendo que as mulheres apresentam 35.3% e os homens 28.2% de probabilidade de enviar apoio financeiro.

Por último, os autores referem ainda que quando comparado os fluxos de dinheiro via serviços de dinheiro móvel entre os meios rurais e os urbanos, os envios de apoio são predominantemente do meio urbano para o rural (Koomson et al., 2021, p. 12), o que não apresenta novidade já que os envios de remessas, seja através destes serviços ou não, seguem o fluxo urbano-rural.

Também Batista e Vicente (2021) referem o papel dos serviços de dinheiro móvel na capacidade de resposta a eventos naturais extremos. Debruçando-se sobre o contexto Moçambicano, especificamente as zonas rurais nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, os autores referem que nas cheias de 2013 ocorreu um aumento significativo das transferências via serviços de dinheiro móvel, que eram efetuadas para ajudar os agregados familiares afetados a responder ao choque, a lidar com as despesas adicionais incorridas e a evitar episódios de insegurança alimentar.

De forma semelhante, Suri (2017) refere que no Quénia, os agregados familiares com M-Pesa, revelam não só uma maior capacidade de mitigar, partilhar e gerir os riscos, como os seus níveis de consumo são menos sensíveis aos choques. As famílias que não utilizam os serviços de dinheiro móvel, revelam uma maior incapacidade de manter os padrões alimentares, reduzem as despesas de subsistência e comumente as crianças são retiradas das escolas para que seja possível fazer frente às despesas de saúde que surgem.

Mesmo mediante eventos naturais extremos onde a devastação assume uma escala que extrapola as capacidades de resposta de qualquer *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992) ou classe social, estes serviços podem ser expressivamente úteis a nível da assistência humanitária, uma vez que permitem alcançar os beneficiários mais rapidamente e acelerar a resposta e recuperação dos meios de subsistência (Koomson et al., 2021).

O PAM (2021) contribui para o debate acrescentando que os serviços de dinheiro móvel, uma vez implementados, são facilmente escaláveis e permitem ainda evitar a sobrelotação nos

pontos de distribuição da ajuda, evitando confusões e protegendo a privacidade dos recetores e a consequente pressão de partilhar o dinheiro ou a ajuda em género recebida.

Os serviços de dinheiro móvel permitem um melhoramento do acesso a recursos financeiros que se projeta na própria gestão do risco e na capacidade de responder a eventos naturais extremos. O impulsionamento financeiro não se restringe à esfera económica, há uma ressonância em todas as dimensões da vulnerabilidade e, como tal, estes serviços contribuem para que os agregados familiares possam auto-organizar-se e preparar-se para choques futuros, protegendo os seus bens produtivos que geram rendimentos e mantendo os níveis de segurança alimentar.

Os serviços de dinheiro móvel contribuem para que as famílias satisfaçam as suas necessidades básicas, mas também viabilizam investimentos em negócios e em novas atividades que geram rendimento. Para autores como Nan et al. (2021) e Koomson et al. (2021), estes serviços são uma tecnologia que pode impulsionar desenvolvimento socioeconómico, pois agregados familiares mais estáveis, seguros e resilientes formam comunidades também elas mais resilientes e ambientes empresariais mais favoráveis, inclusivamente para a própria acumulação de capital, estimulação do consumo de bens e serviços e expansão da economia local, já que há um aumento do volume e velocidade do comércio, podendo inclusivamente levar à criação de emprego.

Partilhando esta perspetiva, considera-se que a tecnologia de serviços de dinheiro móvel, articulada de forma sistémica com políticas e práticas que a sustentem, pode integrar uma proposta que estimule uma nova dinâmica que contraria a vulnerabilidade cumulativa e crescente.

Tanto a médio como a longo prazo as famílias podem preparar-se para choques futuros, protegendo os seus bens produtivos que geram rendimentos e mantendo os níveis de segurança alimentar. Desta forma, considera-se que estes serviços podem integrar as estratégias de gestão de risco, uma vez que contribuem para que os mais excluídos dos sistemas e instituições financeiras possam sincronicamente reduzir os níveis de vulnerabilidade e amplificar a resiliência e capacidade de resposta aos efeitos sistémicos dos diferentes choques e crises.

O papel transformador dos serviços de dinheiro móvel no ecossistema financeiro e nos níveis de vulnerabilidade e pobreza tem sido notável em vários contextos. Por exemplo, já em 2016 Suri e Jack (2016, p. 1288) estimavam que no Quénia, o acesso ao M-Pesa aumentou os níveis de consumo per capita e tirou 194.000 lares, ou 2% dos agregados familiares, da pobreza.

Também Nan et al. (2021, pp. 3–4) são categóricos ao salientar que estes serviços contribuem indubitavelmente para o crescimento socioeconómico da ASS.

O facto de estes serviços se encontrarem em proliferação no continente Africano, permite aos países da ASS realizarem um *leapfrog* tecnológico que contribui para um novo paradigma. Pela primeira vez é viável transferir o dinheiro da intervenção externa, da intervenção humanitária, dos apoios e das remessas diretamente para as populações e de forma imediata sem serem necessários intermediários, infraestruturas bancárias ou sequer proximidade geográfica. Acrescenta-se ainda que uma vez que todas as transferências ficam registadas digitalmente, os serviços de dinheiro móvel apresentam uma transparência que tem o potencial de contrariar a corrupção e os desvios de fundos e apoios.

Pela sua polivalência, os serviços de dinheiro móvel são uma tecnologia que pode ser utilizada como base para repensar as políticas e administração pública, a intervenção humanitária, assim como, as próprias propostas e vias de desenvolvimento.

III

ESTUDO DE CASO - DISTRITO DE BÚZI, MOÇAMBIQUE

8. Moçambique - Vulnerabilidades Cumulativas

As sociedades Africanas que habitavam o território que hoje engloba Moçambique, foram, nos últimos séculos, alvo de muitas intervenções externas. Uma parte da sua história, e mais tarde a história de Moçambique, é também a história de sociedades consecutivamente exploradas por forças externas em colaboração com variadas frações das elites Africanas. Em diferentes conjunturas internacionais, estas intervenções assumiram diferentes formatos e tipos de organização. Poucas delas beneficiaram as sociedades Africanas.

O primeiro assalto foi o tráfico negreiro, que se veio a intensificar no século XVIII quando a produção de ouro e marfim decaiu pela incapacidade de os Portugueses manterem os níveis de produção árabe (Capela, 2002).

De acordo com a historiografia, desde o século XVII e até meados do século XVIII, o território que hoje constitui Moçambique esteve ligado às dinâmicas do Indico e ao Império Asiático português, onde tiveram início os Prazos da Coroa (Subrahmanyam, 1995).¹⁰⁹

Até 1752 o território Moçambicano fazia parte do Estado da Índia e era administrado a partir de Goa. As dinâmicas mercantis foram marcadas pela interação entre povos Africanos e o mundo do Indico Ocidental, sendo a presença portuguesa pontual ao longo da costa, nomeadamente na Ilha de Moçambique, Quelimane, Sofala e Inhambane. Na segunda metade do século XVIII, com a gestão Pombalina, deu-se a autonomização da África Oriental portuguesa do Governo de Goa (Leite e Khouri, 2011).

O século XVIII caracterizou-se por uma transformação de relevo respeitante ao tráfico negreiro para as ilhas francesas do Indico, e pela influência do Império mercantil de Zanzibar, associada à exportação de marfim (Capela, 2002; Leite e Khouri, 2011).

O início do século XIX foi marcado pelo aumento acentuado do comércio negreiro ilícito para o Brasil e para a América central e do norte (Capela, 2010; Leite e Khouri, 2011).

Nos finais do mesmo século, o domínio Português em Moçambique era limitado a certas áreas da costa e ao longo do rio Zambeze. A administração colonial tinha dificuldades em

¹⁰⁹ Não se tem como objetivo apresentar a historiografia de Moçambique. Ver por exemplo Alexandre, 2000; Isaacman e Isaacman, 2019; Lobato, 1960; Newitt, 1981; Pitcher, 2008, 1998; Rita Ferreira, 1975; Sheriff, 2008, 1987.

controlar o vasto território e as respetivas populações. Só em 1884/1885, com a Conferência de Berlim, que serviu os interesses da economia colonial Europeia e que foi usada, de certa forma, para resolver os conflitos entre os países colonizadores, é que se deu início à colonização efetiva. Esta foi reforçada em 1890 com o *Ultimatum*, pois surgiu uma nova mentalidade patriótica e colonial que foi determinante na delimitação dos contornos físicos atuais de Moçambique, portanto, mais um assalto ao território Moçambicano (Capela, 2010).

Como forma de contornar as limitações enfrentadas para alcançar a imperatividade da ocupação efetiva determinada na Conferência de Berlim, Portugal definiu diferentes estratégias e modelos de colonização. À luz das experiências Inglesas e Francesas, surgem então na última década do século XIX as *companhias majestáticas*¹¹⁰ que se dedicavam principalmente à produção para exportação com uso de trabalho intensivo e com a mão-de-obra a ser recrutada pela administração local e pelas *autoridades gentílicas*¹¹¹, o que resultou numa divisão do território e em diferentes formas de colonização de acordo com os objetivos específicos de cada uma das companhias (Mosca, 1996).

Através destas *companhias* dá-se a penetração do capitalismo de plantação, tendo sido eliminado o sistema de dominação prévio e a escravatura patriarcal, sendo *esta reduzida a trabalho forçado* (Capela, 2010, p. 163). A mão-de-obra forçada, uma organização sucedânea para a escravatura, era usada principalmente nas minas e plantações (Capela, 2010).

No início do século XX, como resultado da política colonial do Estado Novo, foi instituída a nacionalização da colónia, tendo sido consagrada no Ato Colonial em 1930 e com a Constituição de 1933 (Leite e Khouri, 2011).

Entre 1964 (data oficial de início) e 1974, Moçambique foi palco da Guerra da Independência, que terminou com os acordos de Lusaca. A independência foi proclamada a 25

¹¹⁰ Estas companhias e o Estado português estabeleciam acordos em forma de “Cartas” onde se definiam as responsabilidades de ambas as partes. No caso do acordo com a Companhia de Moçambique, por exemplo, previa-se nomeadamente (Anónimo, 1905): a manutenção da soberania do Estado português relativamente ao regime jurídico; os tratados e convenções estabelecidas com as estruturas da “sociedade tradicional” tinham que ser sancionados pelo governo português; a obrigatoriedade da Companhia em estabelecer uma determinada quantidade de colonos portugueses no território; a organização das forças policiais; a construção de vias de comunicação, etc. As companhias possuíam ainda o domínio de todo o território (excepto dos “prazos da coroa”) e a competência para estabelecer impostos e desenvolver qualquer actividade económica. (Mosca, 1996, p. 8)

¹¹¹ As “autoridades gentílicas” eram geralmente provenientes das elites das comunidades locais. Estas autoridades exerciam determinadas funções da administração, como por exemplo, a colecta de impostos, o controle dos movimentos das populações, a resolução de conflitos locais de pequena importância para o poder, entre outros aspectos. Elas eram, na realidade, extensões do poder colonial. (Mosca, 1996, p. 10).

de Junho de 1975 e foi nomeado um governo de transição composto principalmente por elementos do movimento de libertação - a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Em meados do século XX, a emigração para os países fronteiriços era significativa, nomeadamente para a África do Sul e para o Zimbabué, sobretudo para engajar em trabalhos assalariados nas explorações agrícolas, na construção civil e nas minas (Mosca, 2018, 1996). Esta emigração introduziu alterações significativas nos sistemas de produção *tradicionais*, já que

[p]or um lado, a crescente componente salarial nos rendimentos das famílias contribuiu para a melhoria das condições de vida e para a introdução de novas técnicas de produção (principalmente a tracção animal e o arado); por outro lado, a emigração de um membro do agregado familiar, geralmente o chefe de família, alterou substancialmente as relações sociais de produção locais, reduziu a capacidade produtiva com efeitos na dimensão das explorações, além dos aspectos sociais associados a estes fenómenos.
(Mosca, 1996, p. 9).

Desta forma, o setor agrário do período pré-independência caracterizava-se por deter dois setores de produção, o de produção de subsistência e o sector capitalista, formado essencialmente por agricultores estrangeiros. Estes setores partilhavam uma funcionalidade entre si e as suas lógicas, ainda que distintas, foram-se adaptando, havendo uma crescente integração da *economia camponesa* no mercado (Mosca, 1996).

No entanto, mesmo no período designado por *colonialismo tardio*, onde surgiram os agricultores médios¹¹², a produção agrícola não apresentava os níveis de industrialização desejáveis e eram as economias informais que absorviam a maioria da força de trabalho (Mosca, 2018).

No período da independência a estrutura agrária contava com uma significativa contribuição do setor camponês. Em 1970 este sector produzia cerca de 70% a 75% da produção agrícola e mais de 90% da produção dos produtos alimentares básicos (Mosca, 1996, p. 14).

¹¹² Mosca (2018, p. 10), refere-se aos agricultores médios, no sentido em que “as lógicas produtivas não são principalmente as da auto-suficiência alimentar e a reprodução da família como unidade económica e social, mas, sim, a lógica capitalista com alteração dos sistemas produtivos.”

Após a independência as relações com Portugal atravessaram um período difícil e as relações com a maioria dos principais parceiros económicos entraram em crise, sendo estes substituídos de forma significativa pelos países socialistas (Mosca, 1996).

No pós-independência e sob a governação da FRELIMO, Moçambique foi marcado pelo seu período socialista. Entre 1976 e 1986 deu-se a estatização económica e teve lugar a transformação socialista do meio rural. Este processo ocorreu através da desestruturação do capitalismo colonial e da supressão da possibilidade de reprodução do setor privado em prol da criação de empresas estatais, sendo os empresários considerados antagónicos às logicas da revolução e considerados como *exploradores do povo* (Kaarhus, 2018; Mosca, 2018). Foram criadas cooperativas com base na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, foram desenhadas políticas públicas que sustentavam a acumulação do Estado, a terra foi declarada propriedade estatal, o mercado de insumos foi igualmente direcionado para o setor estatal e a educação e a saúde, assim como a habitação, foram nacionalizadas e proibidas atividades privadas nestes sectores (Florêncio, 2002; Kaarhus, 2018; Mosca, 2018, 1996).

Os camponeses que esperavam recuperar ou possuir um maior acesso às melhores terras que anteriormente eram ocupadas por agricultores estrangeiros, foram impedidos de tal, e a sua integração no mercado ocorreria através da coletivização da produção (Mosca, 2018, 1996).

As elites emergentes que ambicionavam substituir os colonos na administração foram, na maioria, marginalizadas por serem consideradas aliadas do colonialismo e as novas pequenas burguesias cidadinas, que esperavam aumentar as oportunidades económicas, enfrentaram dificuldades devido aos processos de nacionalização e discriminação política e social em relação à função de *empresário privado*. Também as autoridades *gentílicas* foram administrativamente suprimidas e consideradas como um aliado do período colonial, as estruturas de poder tradicional e as componentes societais tradicionais de índole mágico-religiosa foram consideradas como algo a extinguir, e os líderes religiosos foram restringidos às suas funções meramente religiosas (Florêncio, 2008, 2004; Mosca, 1996).

Além de apontados como agentes do colonialismo, a FRELIMO acusava as autoridades tradicionais de representarem uma organização social feudal e retrógrada, portanto, um modelo antagónico àquele que o Estado proclamava - um modelo baseado na ideologia do *poder popular* (Florêncio, 2002).

Esta marginalização das autoridades tradicionais foi compreendida pelas populações como um desrespeito e agressão aos seus modelos de vida, o que teve repercussões na legitimidade da FRELIMO junto da populações.

Como parte do programa socialista, foram instituídas pela FRELIMO em 1977 as *aldeias comunais*, que tinham como objetivo integrar o setor familiar na cooperativização e modernizar as sociedades rurais. Os agregados familiares foram deslocados para as *aldeias* e no processo ocorreu uma destruturação das condições de vida e das várias dimensões inerentes à mesma-social, económica e política (Florêncio, 2002).

A aglomeração das populações rurais provocou alterações nos sistemas de produção e reprodução das famílias. A nível da produção assistiu-se a uma redução dos volumes de produção e da comercialização de alguns produtos, o que afetou os rendimentos das famílias. A concentração demográfica levou a uma utilização intensa dos solos em redor das *aldeias* e a uma intensificação do corte das matas. Em vários casos, as *aldeias* eram rodeadas por solos pobres, dificultando a produção. A nível da reprodução tiveram lugar mudanças de costumes e hábitos sociais e culturais, pois a organização das famílias foi significativamente alterada (Mosca, 1996).

Após três a quatro anos, mais de 40% da população rural residia em aldeias. No decorrer da década socialista, mais de 80% do sector privado agrário foi abandonado ou transformado em empresas públicas, tendo sido adotados três modelos de organização destas empresas, nomeadamente as grandes empresas de monocultura deram origem a empresas públicas de grandes explorações de açúcar, copra e chá; as empresas de pequena e média escala foram agrupadas e transformadas em grandes empresas públicas mantendo os mesmos sistemas de produção em regadio; e as empresas dispersas ficaram sob administração das Comissões Administrativas e foram instituídos a nível provincial os Gabinetes de Apoio para a sua coordenação e direção (Mosca, 1996).

Algumas das empresas privadas abandonadas foram transformadas em cooperativas de produção com base na propriedade comum da terra e no trabalho coletivo. Estas cooperativas não eram priorizadas politicamente, pois eram vistas como uma forma de produção transitória no cerne do próprio modelo socialista, já que as empresas públicas deveriam ser a única “‘propriedade de todo o povo’ e por isso, uma ‘forma superior de produção’.” (Mosca, 1996, p. 27)

Relativamente aos camponeses não foram assumidas políticas concretas. Estes eram considerados uma fonte de produção que deveria ser transformada através da *cooperativização* ou da proletarização por via das empresas públicas agrícolas e do desenvolvimento da industrialização (Mosca, 1996).

Apesar de ter existido algum crescimento económico e equilíbrio macroeconómico durante o período socialista, os tecidos sociais estavam fragmentados, havia desarticulações no tecido económico e as novas estratégias e formas de produção foram ineficazes na substituição dos agentes económicos que tinham saído do país (Mosca, 1996).

Na fase final da década socialista, as exportações decresceram e o défice da balança de pagamentos agravou-se. Aumentavam igualmente as dificuldades de produção de subsistência e a crise do abastecimento dos centros urbanos aumentava (Mosca, 1996).

A guerra civil¹¹³, que teve lugar de 1977 a 1992, foi um marco nesta década. Pela crise económica e descontentamento social que se vivia, a mobilização das populações por parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹¹⁴ deu-se com fluência. A RENAMO formou uma base social de apoio, integrando inclusivamente as autoridades tradicionais ostracizadas pela FRELIMO, que foi por um lado fundamental para a sua reprodução e, por outro lado, importante para o enfraquecimento do Estado FRELIMO. A guerra alastrou-se por todo o território Moçambicano e com ela a crise económica, social e política (Florêncio, 2002).

Várias alterações nas dinâmicas internacionais tomavam lugar e o governo viu-se obrigado a repensar a sua política externa quando os apoios dos países socialistas foram reduzidos. Em 1984, no IV Congresso da FRELIMO, foi anunciado o abandono do marxismo-leninismo (Mosca, 1996).

O período que se seguiu foi predominantemente caracterizado pelo Programa de Ajustamento Estrutural, em Moçambique designado de Programa de Reabilitação Económica (PRE), que foi proposto em 1987 pelas instituições de *Bretton Woods*. Contudo, só em 1992, com o Acordo Geral de Paz, foi iniciado o processo de transformação da economia do período socialista (Mosca, 2018, 1996).

Essa transformação, que remetia à recuperação do modelo do colonialismo tardio na agricultura, teve como base a integração do campesinato no mercado por via da comercialização de excedentes, empresas de cultivo em monoculturas, a subcontratação de agricultores de

¹¹³ Sobre a guerra civil ver por exemplo Florêncio, 2002; Geffray, 1991; Hanlon, 1984 e O’Laughlin, 1992.

¹¹⁴ “*Não existe consenso sobre as origens da RENAMO. A versão oficial da FRELIMO refere a RENAMO como uma criação dos regimes da Rodésia de Ian Smith e da África do Sul com o objectivo de desestabilizar o país e dificultar a propagação do socialismo na região. A RENAMO foi formada inicialmente pelos dissidentes e elementos marginalizados da FRELIMO, por membros das antigas forças especiais do exército colonial e o apoio financeiro provinha dos regimes rodesiano e sul-africano e de grupos económicos com interesses em Moçambique. Assumindo esta origem, não se deve secundarizar que a dinâmica interna da RENAMO e a sua transformação política, foi também alimentada pelas razões intrínsecas do modelo moçambicano (...)*” (Mosca, 1996, p. 34).

diferentes escalas para a produção de *mercadorias primárias* e a privatização das empresas estatais (Mosca, 2018). Privatizações essas que, segundo Mosca (2018), foram processos politizados e pouco transparentes que tiveram como objetivo preservar uma elite endinheirada, que na maioria propagandeava a experiência socialista anterior.

Cramer (2001), relativamente à privatização, aponta que as duas principais preocupações prendem-se com as políticas do mercado de trabalho e as políticas industriais seletivas. O autor acrescenta ainda que a privatização tida em curso em Moçambique, não foi acompanhada nem conduziu à promoção de um ambiente de mercado forte e competitivo, tendo sido um processo descuidado e que não cumpriu uma série de objetivos estabelecidos no início do PRE, nomeadamente objetivos especificamente orientados para o desenvolvimento de indústrias genuinamente competitivas baseadas na inovação de produtos e processos produtivos, para o desenvolvimento organizacional e para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e especializados específicos.

Por seu turno Kaarhus (2018) refere que a privatização foi implementada à custa da apropriação de terras, já que as terras que anteriormente se encontravam estatizadas foram maioritariamente concedidas a empresas privadas e funcionários do governo e raramente a camponeses e pequenos produtores.

De forma resumida, Mosca apresenta alguns efeitos gerais do PRE¹¹⁵.

[A]través dos recursos externos (financiamento da dívida pública, novas linhas de crédito e projectos de desenvolvimento), da ajuda alimentar e da libertação da iniciativa privada e dos camponeses, permitiu a inversão da tendência do crescimento negativo da economia. A ajuda alimentar aliviou a fome a milhares de moçambicanos. O poder recuperou alguma legitimidade, condição importante para a aplicação do programa. Do lado negativo, os custos sociais foram elevados e concentrados nos grupos sociais mais pobres: os salários reais baixaram, o emprego e o auto emprego não aumentaram e os serviços de saúde e da educação começaram a ser pagos, mesmo que de uma forma simbólica. A dependência externa aumentou (Mosca 1993). Os desequilíbrios macroeconómicos não se reduziram e em alguns casos aprofundaram-se (Mosca, 1993). (Mosca, 1996, p. 45).

¹¹⁵ Para os detalhes ver Mosca, 1996, pp. 43–46.

Na perspectiva de Mosca (2018), o PRE foi tão radical quanto a proposta socialista, pois as políticas públicas continuaram a não ser favoráveis a novos investimentos, a política económica era incongruente para um desenvolvimento agrícola eficaz e a lógica predominante era a da extração. Atualmente, e segundo o supracitado, a penetração do capital no agronegócio é distinto do período colonial, pois está internacionalizado, apresenta uma maior escala, obedece a lógicas transnacionais e, em alguns casos, detém mais relações com o campesinato através da subcontratação da produção.

Para Mosca (2018, p.18), a atual e principal dinâmica de transformação rural sustentada pelas políticas públicas, é pautada por “mecanismos formais de criação de alianças clientelistas do capital e das burocracias do poder com as elites comunitárias e a emergência de uma pequena burguesia rural (os designados "agricultores emergentes)”.

Kaarhus (2018) acrescenta que quando surgem investimentos volumosos que visam o aumento da produção agrícola e asseveram trazer conhecimentos especializados, tecnologia e finanças, o governo privilegia os interesses de desenvolvimento económico nacional em prejuízo dos direitos dos pequenos proprietários e do desenvolvimento local.

A proletarianização do campesinato como consequência da transformação da agricultura e da industrialização da economia, continua quantitativamente diminuta e pouco expressiva como classe social *per si* (Mosca, 2018).

Segundo o estudo desenvolvido por Muianga, entre 2000 e 2014 a economia Moçambicana apresentou um crescimento acelerado de 7.5%. Por sua vez, entre 2015 e 2019 teve lugar uma desaceleração, tendo o PIB crescido a uma taxa média anual de 3,9 %. Embora ocorram poucos avanços e diminutos aumentos na produção e produtividade agrícola, com destaque para o *setor familiar*, a agricultura continua a ser o sector que mais contribui para o PIB, com uma média anual na ordem dos 20% nos últimos vinte anos (Muianga, 2020, p. 185).

Se por um lado, ao longo destes últimos anos, o crescimento da agricultura teve como base a produção de mercadorias primárias para exportação (madeira, tabaco, algodão, caju, açúcar e bananas), por outro lado, a produção alimentar per capita para abastecimento do mercado doméstico decresceu em média 0,9 % por ano. Todavia, a produção agrícola familiar de subsistência continua a ser uma das principais fontes de reprodução da força de trabalho barata para as grandes empresas e plantações agrícolas, funcionando no fundo, e como refere Muianga (2020, pp. 185–186), como um *sistema de segurança social*.

O crescimento económico em Moçambique assenta na dependência em relação a fluxos externos em forma de investimento direto estrangeiro e créditos comerciais no sistema

financeiro internacional que estão associados e focados na economia de extração, composta pelo mineral energético e pelas mercadorias agrícolas primárias para exportação (Castel-Branco, 2017).

Entre 2000 e 2016, em média cerca de 64% das exportações de bens estiveram concentradas no complexo mineral e energético (alumínio, energia elétrica, carvão, gás e areias pesadas) e 15% nas mercadorias agrícolas e na agroindústria (tabaco, madeira, caju, algodão, açúcar e banana). Em contraste, a grande maioria dos produtos básicos para consumo, nomeadamente cereais, combustíveis, serviços e materiais para o funcionamento da economia e da indústria são importados, sendo esta uma tendência ascendente (Muianga, 2020, pp. 191–192).

A tendência predominante ao longo da história tem sido a perpetuação da combinação do *setor capitalista* com o *setor de subsistência* (secundarizado), e essa lógica mantém-se. Portanto, atualmente a estrutura de produção assenta na acumulação de capital com a agricultura de subsistência a desempenhar um papel essencial na reprodução do *setor capitalista*, principalmente através da força de trabalho barata.

Esta lógica não só impede o aumento da produtividade da força de trabalho e de outros fatores de produção, como bloqueia a transferência da força de trabalho do setor da subsistência para sectores de produtividade mais elevada (Castel-Branco, 1995).

É pertinente, ainda que num registo de brevidade, salientar também o papel das autoridades tradicionais e as diferentes nuances impostas e assumidas pelas mesmas ao longo da historicidade do país.

No período do colonialismo, pela já mencionada incapacidade de controlar diretamente o vasto território e respetivas populações, o Estado colonial implementou um modelo de administração do território do estilo *indirect rule*¹¹⁶, usando os sistemas políticos locais e as autoridades tradicionais para interesse das administrações coloniais e consoante as capacidades de controlo da própria administração. Os *régulos* serviam de intermediários entre o poder colonial e as populações *indígenas*, na maioria residentes no meio rural, portanto, eram em muitas ocasiões utilizados e vistos como extensões do poder colonial (Florêncio, 2008; Newitt, 1995; Rocha e Zavale, 2015).

¹¹⁶ “[A] administração do Estado ou das Companhias não exercia uma autoridade e um controlo direito sobre as populações, mas utilizava os sistemas políticos locais para esse efeito, numa espécie de *indirect rule*, do interesse da própria administração colonial que, nesta fase, era manifestamente incapaz de controlar as vastas extensões de território e a população sob o seu domínio.” (Florêncio, 2004, p. 99).

Após a independência, também a FRELIMO e a RENAMO, ainda que de forma distinta, contribuíram para a fragilização das autoridades tradicionais. Por um lado, a FRELIMO com a sua proposta de *modernização* que tentava aniquilar os modelos de reprodução social, as estruturas de poder tradicional e as componentes societais tradicionais de índole mágico-religiosa (Florêncio, 2008, 2004) e, por outro lado, a RENAMO que instituiu¹¹⁷ as *autoridades tradicionais* (Florêncio, 2008, p. 380).

Porém, apesar das alomorfias sofridas ao longo dos diferentes períodos, as autoridades tradicionais mantiveram a sua legitimidade e desempenharam um papel de relevância na formação do Estado pós-guerra. Atualmente continuam a ser um ator fundamental, sobretudo nos contextos rurais (Florêncio, 2004).

Segundo Florêncio (2008, 2004), esta contínua legitimidade deve-se ao facto das autoridades tradicionais desempenharem um papel duplo. Por um lado, assumem o papel de intermediários entre o Estado e as populações, e, por outro lado, assumem o papel de intermediários entre as populações e os espíritos dos seus antepassados, sendo esta, segundo o autor, a principal fonte de legitimidade junto das populações.

Este papel social duplo, de ligação com o universo terreno e com o dos espíritos, expressa uma pluralidade de funções sociais que têm vindo a substanciar a importância destas autoridades na reprodução social, na *reprodução cosmológica* e na própria consolidação do Estado (Florêncio, 2008, 2004).

Atualmente, o Estado, semelhante ao que acontecia no período colonial, usa as autoridades tradicionais não só por falta de recursos disponíveis, mas também pela legitimidade para administrar grande parte do território e das populações. Contudo,

quer devido às novas funções exigidas às autoridades tradicionais e ao tipo de relacionamento a que estão sujeitas para com o Estado e com outros

¹¹⁷ Com fins propagandistas, “a Renamo utilizava as autoridades tradicionais, ou indivíduos que o movimento impunha como tal, para gerirem as populações civis. O movimento também não exercia nenhuma repressão sobre as práticas sociais, tais como a magia e a religião, que tinham sido abolidas pelo Estado-Frelimo.” (Florêncio, 2002, p. 359).

“[P]or norma a Renamo instituiu como «autoridade tradicional» alguém que, apesar de estar ligado à *ucama** real, não tinha qualquer direito sucessório, nem legitimidade para ocupar o cargo. A estes indivíduos pode-se chamar de «autoridades tradicionais Renamo» como forma de sublinhar que, apesar de desempenharem as tarefas que caberiam às autoridades tradicionais, não eram verdadeiras autoridades tradicionais mas sim indivíduos investidos pela Renamo nesse cargo.” (Florêncio, 2004, p. 105).

* *Ucama* – “unidade social mais pequena, que se reporta ao grupo de parentes agnáticos que têm um antepassado em comum.” (Florêncio, 2004, p. 92).

atores locais não estatais, quer ainda devido aos contextos nacionais e regionais em que estão inseridas, não se pode falar de um simples regresso do indirect rule, tal como era praticado no período colonial. Nesse sentido, o uso do conceito de neo-indirect rule ganha um profundo e elucidativo valor heurístico para definir a pluralidade e a 'modernidade' das funções atualmente atribuídas às autoridades tradicionais e ao seu papel na construção do Estado em África. (Florêncio, 2008, p. 388).

Apesar das dissidências, a relação Estado-autoridades tradicionais é também uma relação de interesse e necessidade mútua. O Estado em áreas fulcrais como a saúde, agricultura e justiça, precisa das autoridades tradicionais para operar administrativamente em cada distrito, já que, tal como no período colonial, não tem capacidade nem legitimidade para executar funções nessas áreas. Por seu turno, as autoridades tradicionais, que tendem cada vez mais a adotar uma estratégia de neutralidade política face ao Estado, sabem que também precisam do Estado para legitimarem institucionalmente o seu estatuto e para obterem regalias e privilégios sócio-económicos (Florêncio, 2004).

Todavia, Florêncio (2004) salvaguarda que o processo de institucionalização das autoridades tradicionais é bastante heterogéneo a nível regional e local, sendo em alguns casos um processo ainda incompleto.

A relação consubstanciada entre o Estado e as autoridades tradicionais assenta, portanto, mais na lógica de uma 'concomitância antagónica' do que propriamente de uma substituição, já que as duas estruturas têm para as populações fontes de legitimidade diferentes e representam universos sociais, modos de organização social e modelos de governação e controlo social contrastantes¹¹⁸ (Florêncio, 2004).

Ambos os modelos têm enormes dificuldades em se afirmarem política e socialmente nos núcleos duros contrários e a ambiguidade da relação entre

¹¹⁸ “O modelo estatal, veiculado pelo partido Frelimo, pretende introduzir uma mudança social profunda nas estruturas sociais rurais, sob o rótulo da modernidade, consolida o seu poder e legitimidade entre os sectores mais jovens da população rural, sobretudo nas zonas urbanas e semi-urbanas do distrito (sede e localidades).

As autoridades tradicionais, por seu lado, representam uma identidade cultural local, e um modelo de reprodução social tradicional, com o qual uma parte significativa da população ainda se identifica e que pretende preservar. Ao contrário do modelo estatal, o modelo de reprodução tradicional encontra-se ainda fortemente implantado nas zonas mais profundas do distrito, menos urbanizadas, vulgarmente designadas pelas próprias populações de «mato».” (Florêncio, 2004, p. 113).

Estado e autoridades tradicionais reside precisamente no facto de ambos precisarem um do outro para se legitimarem nesses zonas adversas. As autoridades tradicionais, em meio urbano, necessitam do Estado para se afirmarem junto dos jovens e outros sectores modernos, e são facilmente mais manipuláveis, enquanto que o Estado e a Frelimo praticamente não existem no «mato». As zonas urbanas e semi-urbanas das vilas e localidades constituem-se como zonas de intersecção entre estes dois modelos de organização social, espécie de «espaços mestiços» intermédios. (Florêncio, 2004, pp. 113–114).

Tanto no período colonial como no período da guerra civil, as populações rurais enfrentaram um conjunto de imposições que foram sinónimo de uma fragmentação étnica e de um enfraquecimento das redes sociais, das redes de parentesco, das estruturas familiares e da organização tradicional (Florêncio, 2008; Mosca, 1996; Newitt, 1995; Rocha e Zavale, 2015).

Ao longo dos diferentes períodos da história do país – escravatura, colonialismo, período socialista, guerra civil, a implementação do PRE e a atual economia de extração - Moçambique apresentou uma trajetória caracterizada por várias formas de apropriação. As constantes discontinuidades e mudanças durante períodos curtos de implementação e os fugazes períodos de transição, não permitiram a consolidação de eventuais transformações estruturais da agricultura e da economia (Mosca, 2018).

Os efeitos cumulativos dos diversos períodos e crises, tornam Moçambique um mosaico complexo de vulnerabilidades evolutivas. A acrescentar às turbulências que marcaram a história do país, Moçambique é também um território com ocorrência recorrente de eventos naturais de intensidades variadas.

8.1 Agricultura em Moçambique

Em Moçambique a agricultura assenta numa articulação entre a produção de subsistência e a produção capitalista; articulação essa que sincronicamente se alimenta e se reflete na já referida semi-proletarização. Não se esgotam os autores que têm problematizado esta relação e articulação entre os modos de produção¹¹⁹.

¹¹⁹ Não se pretende aprofundar de forma exaustiva o debate sobre a articulação dos modos de produção e as dinâmicas de integração. Ver por exemplo Joaquim, 2021.

Rey (1973, 1971), referente ao período colonialista, considerava que a articulação entre os dois setores ocorria através da apropriação da força do trabalho, portanto, o sector doméstico fornecia mão-de-obra ao sector capitalista. Para o autor esta articulação acontecia na esfera política através de coligações de classe – capitalistas e chefes de linhagem, o que conduziria à destruição do sector doméstico. Ou por outras palavras, uma transição para o setor capitalista através da exclusão do sector doméstico.

Por seu turno, Meillassoux (1977), embora concordante de que a articulação entre os sectores, ambos caracterizados por relações de produção e reprodução distintas, assenta no aprovisionamento da força de trabalho que é alimentada pelo setor doméstico e usada no capitalista, diverge da posição de Rey (1973, 1971) na medida em que argumenta que a articulação acontece na esfera económica e não na esfera política, sendo, portanto, vantajoso manter a existência do setor doméstico e não a sua destruição. O sistema de produção doméstico, pela força de trabalho barata, é necessário para a reprodução da produção capitalista. “[É] pela preservação de um sector doméstico produtor de subsistência que o imperialismo realiza e sobretudo perpetua a acumulação primitiva.” Meillassoux acrescenta ainda

[p]or este processo, na essência contraditório, o modo de produção doméstico é ao mesmo tempo preservado e destruído; preservado como modo de organização social produtor de valor em benefício do imperialismo, destruído porque privado, a prazo, devido à exploração que suporta dos meios da sua reprodução. Nestas circunstâncias o modo e produção existe e não existe. (Meillassoux, 1977, p. 158).

Também Amin e Vergopoulos (1978, 1977) procuraram teorizar a articulação entre a produção de subsistência e a produção capitalista. Discordantes de Rey (1973, 1971), argumentavam que a articulação não assenta numa lógica de transição, mas antes numa coexistência, já que a lógica de exclusão total do sector doméstico é antagónica ao próprio capitalismo, pois a sua lógica é a de integração de todas as fontes externas como rendimentos suplementares. Na ótica dos autores, há, portanto, uma fragmentação e uma desfiguração da produção de subsistência, mas não a destruição da mesma.

Mais recentemente, Mosca (2018) debruçando-se sobre o panorama atual e alinhado com esta lógica de articulação concomitante entre diferentes modos de produção, salienta que se perpetua uma semi-proletarização onde a produção de subsistência e a produção capitalista

coexistem e, portanto, não existe a proletarização do campesinato e não há uma transformação estrutural da economia.

Também na tese desenvolvida por Joaquim (2021) sobre a Açucareira de Xinavane e a integração dos Pequenos Produtores de Mercadorias, está presente a articulação de modos de produção. A autora conclui que embora os Pequenos Produtos de Mercadorias assentem em relações meramente capitalistas de produção, a produção de subsistência não desapareceu enquanto unidade doméstica/familiar de suporte alimentar,¹²⁰ havendo, portanto, não o desaparecimento, mas antes a sobrevivência das formações sociais pré-capitalistas, ainda que não constituam parte dominante das relações sociais.

Esta combinação de modos de produção que fomos referindo, revela que a continuidade da produção de subsistência serve como bengala para uma semi-proletarização que é pautada por situações laborais e salários precários. Os salários e rendimentos não são estáveis nem suficientes para assegurar a reprodução das sociedades agrárias, nomeadamente dos agricultores familiares e dos Pequenos Produtores de Mercadorias.

A articulação das classes de trabalho e de capital contribui para um acentuar não só da diversificação das atividades não agrícolas, como também da secundarização da produção de subsistência (Meillassoux, 1977).

A perpetuação da secundarização da produção da subsistência, notavelmente através da subcontratação da produção, desloca a produção de subsistência do epicentro para as margens das relações e produção capitalista e, portanto, não são reunidas as condições para que estes agricultores transcendam na totalidade a posição de produtores de subsistência para a posição de produtores capitalizados, uma vez que não há possibilidade de acumulação.

Nos seus estudos *Agricultura, Diversificação e Transformação Estrutural da Economia* (2017) e *Agro-Negócio e Campesinato. Continuidades e Descontinuidades de Longa Duração. O Caso de Moçambique* (2018), Mosca compara as estruturas económica e agrária do período colonial com as que atualmente caracterizam Moçambique. O autor conclui que ocorreram poucos melhoramentos, prevaleceram algumas continuidades e não existiu qualquer transformação estrutural na agricultura.

¹²⁰ Segundo a autora “47,5% na categoria dos Pequenos Produtores de Mercadorias organizados em associações e 35,3% na categoria dos Pequenos Produtores de Mercadorias individuais afirmaram ter a atividade agrícola como fonte alternativa de sustento/rendimento cultivada em áreas próprias.” (Joaquim, 2021, p. 301).

O capitalismo colonial passou a capitalismo selvagem; houve uma alteração na quantidade e nos nomes envolvidos, já que anteriormente Portugal era o ator externo de primazia para passar a ser substituído por uma panóplia de países que atualmente têm ingerência na produção e no mercado interno de Moçambique; e grande parte da indústria e da cabotagem paralisou acompanhado pelo colapso do comércio rural formal que foi substancialmente substituído pelo informal (Mosca, 2017).

O autor salienta que a penetração do capital agrário no meio rural não foi suficientemente expressivo para que se verificasse alguma transformação estrutural da agricultura ou do campesinato; a proletarização ou semi-proletarização é limitada em termos numéricos e espaciais; o desaparecimento do campesinato não só não se verifica, como há um aumento da população que tem a agricultura como principal ocupação e fonte de rendimento, cerca de 70% da população vive no meio rural e a quase totalidade dos seus rendimentos provem da agricultura; e, a subcontratação, o surgimento de médios e grandes agricultores e a formação de uma classe burguesa rural/agrária, é espacialmente muito localizada e económica e politicamente sem expressão (Mosca, 2018, pp. 16–17).

Relativamente à ocupação agrícola da terra ocorreram igualmente poucas variações; a produção de alimentos continua a ser priorizada nas opções produtivas dos agricultores de subsistência e de pequena-escala, sendo que uma elevada percentagem dessa produção é destinada ao auto-consumo; a produção alimentar por habitante não se alterou significativamente, sendo que os aumentos de produção verificam-se, sobretudo no milho e na mandioca, como resultado da expansão da área trabalhada por efeito demográfico e não devido a fatores relacionados com a penetração de capital e melhoramentos na produção; as técnicas de produção utilizadas pelos agricultores de subsistência e de pequena-escala, mantêm-se de fracos recursos financeiros e tecnológicos, já que estes *agentes económicos* não têm o capital necessário para aceder a maquinaria e a outros insumos; a dependência alimentar é crescente, uma vez que os produtos básicos alimentares continuam a ser importados e as cadeias de valor estão principalmente direcionadas para a exportação, a balança comercial agrícola e alimentar após vários anos em estagnação apresentou em 2013 um declínio significativo; e, atualmente o volume do emprego formal na agricultura é inferior.

Atualmente a agricultura caracteriza-se, portanto, por uma incompletude e vulnerabilidade que afeta tanto a produção como a reprodução, *duas faces da mesma moeda* nas palavras de Muianga (2020, p. 188). Este setor enfrenta diversos constrangimentos que se projetam, ainda que com intensidades e de forma distintas, nos três modelos de agricultura presentes em

Moçambique – o agro-negócio internacional com base no extrativismo e acumulação no exterior; o agro-negócio de capital nacional de pequena e média dimensão orientado maioritariamente para o mercado interno urbano; e, um amplo sector familiar significativamente heterogéneo e que produz principalmente bens alimentares e está pouco integrado no mercado (Mosca e Nova, 2019, p. 23).

Ao analisarmos alguns dos indicadores referentes aos últimos anos, especificamente pertencentes à baliza temporal de 2015-2020, é perceptível, principalmente respeitante ao sector familiar, a estagnação e até deterioração da agricultura. Com base em alguns dos dados apresentados no Inquérito Agrário Integrado (IAI) de 2020 (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural et al., 2021) e no estudo de Mosca e Nova (2019), verifica-se que:

- Existem em Moçambique cerca de 4,3 milhões de explorações agropecuárias, das quais 97,8% são pequenas, 2,19% são médias e 0,02% são grandes explorações¹²¹.
- Considerando as pequenas e médias explorações, 76,6% é membro de associações de produtores agrícolas, 9,7% tem participação/ligação com empresas privadas, 7,4% é membro do programa Escola na Machamba do Produtor¹²², 6,3% é membro de cooperativas e 3,5% é membro de alguma associação.
- Considerando pequenas e médias explorações apenas 0,6% recebeu empréstimo/crédito para agropecuária. Quando considerado o género, o contraste no acesso ao empréstimo/crédito agropecuário é notável, 18,941 homens e apenas 5,582 mulheres tiveram acesso.

Já em 2015 apenas 0,6% dos pequenos e médios produtores tinham beneficiado ou tiveram acesso a crédito (Mosca e Nova, 2019, p. 21), o que revela que não houve nenhuma melhoria neste sentido nem tão pouco práticas financeiras mais inclusivas.

¹²¹ No IAI uma exploração agrícola, pecuária ou agropecuária, é definida como sendo “*uma unidade económica independente na sua existência, baseada na produção de culturas (produção agrícola), criação de animais domésticos ou ambas as formas. As explorações podem ser agrícolas quando se dedicam somente a produção de culturas; pecuárias quando se dedicam à criação de animais ou apresentam-se de forma combinada, isto é, produção de culturas e criação de animais. Para este caso a exploração é designada por exploração agro-pecuária.*” (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural et al., 2021, p. 12).

Os critérios utilizados na classificação das explorações como sendo pequenas, médias ou grandes, podem ser consultados na tabela disponível na secção dos anexos. Anexo E, pág. 380.

¹²² Escola na Machamba do Produtor, é um projeto implementado pela FAO em 2002 com o objetivo de melhorar as práticas agrícolas e estudar novas técnicas produtivas.

- À escala nacional 8,9% das pequenas e médias explorações participa em grupos de poupança, sendo que as mulheres representam o maior número de adesão a estes grupos, 326,126 mulheres vs. 160,585 homens.

- Relativamente ao acesso a serviços financeiros 32,9% das pequenas e médias explorações usa M-Pesa, 15% possui conta bancária, 3,8% usa conta móvel, 2,9% usa E-mola e 0,2% usa M-kesh. A província de Maputo detém a maior taxa de adesão relativamente a todos os serviços mencionados, com exceção ao E-mola que é mais utilizado na província de Manica. Em contraste, Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia são as províncias com menor taxa de expansão destes serviços.

- Relativamente ao trabalho assalariado, é significativa a percentagem de membros das pequenas e médias explorações que participam numa vasta gama de trabalhos. 17,3% tem membros a trabalhar no agropecuário, 4,8% na função pública, 4% em mecânica ou construção civil, 3,8% a trabalhar fora do país, 2,8% como trabalhador doméstico, 1,6% como mineiro, 1,6% como motorista, 0,7% em gestão, secretária ou contabilidade, 0,4% como trabalhador florestal/faunístico, 5,3% como outro tipo de mão-de-obra não especializada e 17,4% como outro tipo de trabalho remunerado.

- Respeitante à percentagem de membros das pequenas e médias explorações que participam em atividades de extração, 7,7% tem membros a trabalhar na produção de carvão, 6% no fabrico de esteiras/peneiras/cestos/chapéus, 5% na pesca, 4,9% no corte/apanha de lenha, 3,9% no corte de capim/caniço/folhas de coqueiro e palmeira, 2,2% no corte de estacas, 1,3% na produção de madeira, 1,1% na recolha de cogumelos, 0,7% na caça, 0,7% na produção de olaria, 0,7% na recolha de mel/plantas/frutos silvestres e 0,5% na captura de pássaros/repteis/ovos de animais bravios.

- Relativamente ao trabalho por conta própria, é vasta a diversificação de atividades. A percentagem de membros das pequenas e médias explorações com atividades por conta própria é expressiva sobretudo na compra e venda de produtos alimentares - 9,3%, no fabrico e venda de bebidas caseiras - 6,6%, e na compra e venda de produtos não alimentares – 4,7%. Por sua vez, as atividades menos praticadas são a compra e venda de animais de grande porte e sub-produtos pecuários – 0,3%, a compra e venda de produtos florestais não madeireiros – 0,5%, e a compra e venda de animais de porte médio e sub-produtos pecuários, assim como, o artesanato/ourives/carpintaria ou marceneiro – 0,6%.

- O uso de tecnologias melhoradas continua a ser pouco significativo nas pequenas e médias explorações. Apenas 9,1% usou rega, 8,8% usou estrume, 7,8% usou fertilizantes químicos, 5,5% pesticidas e 1,8% herbicidas.

Estes valores revelam que não ocorreram melhorias no acesso a tecnologias agrícolas, já que em 2015 os indicadores apresentavam praticamente os mesmos valores (Mosca e Nova, 2019, p. 14). A nível dos pesticidas houve um aumento de apenas 0,4%, um aumento de 3.1% respeitante aos fertilizantes e um aumento de 5.9% relativamente ao uso de estrume. Portanto, considerando que se trata de um intervalo de cinco anos, estes níveis de melhoramento no acesso a tecnologias agrícolas por parte das pequenas e médias explorações são pouco significativos.

Embora no IAI 2020 não seja mencionado especificamente o uso de tratores agrícolas, Mosca e Nova (2019, pp. 12–13) verificam que ocorreram picos na importação de tratores agrícolas, sendo o primeiro em 1970, o segundo em 2003 e mais tarde em 2013. Os autores referem ainda que os anos de maior importação de tratores e outros equipamentos agrícolas foram coincidentes com períodos pré-eleitorais.

- Segundo a área cultivada, a grande maioria das pequenas e médias explorações (1,147,123 explorações) trabalha entre 1 e 2 hectares de terra. Em contraste, uma minoria trabalha mais de 9 hectares (24,852 explorações).

A área média por agregado familiar à escala nacional é de 1,4 hectares, tendo havido um ligeiro aumento, já que no ano de 2015 a média era de 1,1 hectares (Mosca e Nova, 2019, p. 7).

- O acesso à terra¹²³ dá-se através de diferentes mecanismos, nomeadamente 30,9% da terra é herdada, 20,9% é cedida pelos parentes, 14% é ocupada, 13,1% é comprada, 8,7% é cedida pelas autoridades tradicionais, 6,3% é emprestada, 2,4% é cedida pelas autoridades formais, 2,1% arrendada e 1,7% é cedida por outros meios.

- As culturas alimentares básicas mais cultivadas à escala nacional são o milho (área total cultivada 2.286,362 hectares), a mandioca (área total cultivada 556,093 hectares) e o feijão nhemba (área total cultivada 348,274 hectares). As menos cultivadas

¹²³ Não se tem como objetivo aprofundar questões relacionadas com o Regulamento da Lei de Terras nem tão pouco com o acesso à terra, mas é de referir, ainda que num registo de brevidade, que em termos legais a terra é propriedade do Estado, mas os indivíduos que usufruam de uma terra há mais de dez anos detêm o direito primário sob essa terra, tendo, portanto, o direito de usar a terra como sua propriedade, não podendo esta ser alienada nem arrecadada sem o seu consentimento (Dzucule, 2021).

são o gengibre, o feijão verde e o girassol (área total cultivada 710 hectares, 2,606 hectares e 12,357 hectares, respetivamente).

- Em 2020 foram produzidas sensivelmente cerca de 2 milhões de toneladas (1.632,321t) de milho e sensivelmente cerca de 6 milhões de toneladas (6.025,663t) de mandioca.

Desde 1961 que o milho e a mandioca têm sido as culturas mais produzidas, não sendo, portanto, estes valores de produção um indicador de melhoramento. Em 2011 a produção de mandioca atingiu valores recordes, 10 milhões de toneladas e, embora tenha decaído significativamente em 2013 não chegando às 5 milhões de toneladas, em 2017 voltou a haver um aumento da produção para as 8,8 milhões de toneladas (Mosca e Nova, 2019, p. 5), portanto, um valor superior ao de 2020.

Também relativamente ao milho, a produção de 2020 não se destaca dos anos anteriores já que em 2012 e em 2017 também foram atingidos valores semelhantes (Mosca e Nova, 2019, p. 5).

A produção de feijões desde o ano de 2001 que tem significativas oscilações, tendo havido um pico de produção entre 2012 e 2013 e uma quebra acentuada no ano a seguir. A produção de amendoim e de arroz, tiveram variações significativas entre 2004 e 2015, sendo que 2017 foi um ano de estagnação (Mosca e Nova, 2019, p. 6).

Em 2020 não se observou uma tendência crescente, mas antes a continuação da estagnação.

- A percentagem de produtores que realizou a venda de cereais não é significativa. 20,2% vendeu milho, 12,6% arroz, 6,6% mapira e 3,3% mexoeira.

A venda de feijões é mais expressiva, sendo que 46,8% vendeu feijão oloko, 41,5% feijão bóer, 40,8% feijão manteiga, 11,3% feijão nhemba, 7,2% outros feijões e 6,8% feijão jugo.

27,8% vendeu amendoim grande e 24,3% amendoim pequeno, e por último, relativamente a raízes e tubérculos, 18,2% vendeu batata doce alaranjada, 12,9% batata doce não alaranjada e 11,5% mandioca.

- As perdas pós-colheita nos cereais são consideráveis, mexoeira 29,6%, arroz 20,7%, mapira 19,7%, milho 13,5%. O cenário é semelhante relativamente aos feijões, 29,6% de perdas de feijão oloko, 23,1% feijão jugo, 22,4% feijão bóer, 21,1 feijão nhemba e 10,7% feijão manteiga.

Relativamente ao amendoim grande e ao amendoim pequeno as perdas foram de 17,1% e 24,5%, respetivamente.

- Relativamente às pequenas e médias explorações que produziram culturas de rendimento, destaca-se que 14% produziu gergelim, 3,4% cana-de-açúcar, 3,1% soja, 1,7% algodão, 1,5% tabaco, 0,7% girassol e não foi produzido sisal, paprica e gengibre.
- Relativamente à pecuária, a produção de galinhas é a que apresenta um maior valor (20.768,964 cabeças), seguindo-se de pequenos ruminantes (4,898,306), de gado bovino (2,183,857) e de suínos (1,635,011).

Com os dados apresentados pelo IAI 2020 e por Mosca e Nova (2019), é perceptível que não ocorreram mudanças estruturais na agricultura. Mantêm-se as lógicas de perpetuação da semi-proletarização e da diversificação da subsistência tão amplamente discutidas e referidas; mantem-se a exclusão no acesso aos serviços bancários, tendo o M-pesa um papel de substituição importante no acesso a serviços financeiros; o acesso ao crédito mantem-se também como um mecanismo de exclusão e de difícil acesso, os níveis diminutos de inclusão são exatamente os mesmos que há cinco anos atrás; não ocorreram melhorias significativas no acesso a insumos ou a tecnologias agrícolas melhoradas; as perdas pós-colheita são consideráveis; e, tirando a produção de feijões que demonstra uma tendência de recuperação e aumento, a produção de milho e de mandioca não apresentam uma tendência crescente e a produção de arroz e de amendoim apresentam valores de estagnação.

Mosca e Nova (2019) acrescentam ainda que os níveis de exportação de bens agrícolas e alimentares têm apresentado oscilações com tendências crescentes. Teve lugar uma variação positiva a partir de 2005, observando-se uma queda em 2015, o que os autores justificam com a influência dos preços internacionais das principais *commodities*, como óleos, algodão e carnes. Das culturas mais exportadas, encontram-se as de rendimento, representando cerca de 74% do total das exportações agrícolas.

As importações apresentam uma tendência crescente, com um pico no ano de 2013 e uma descida no período de 2014 a 2016, sendo os cereais os produtos com maior peso no total das importações de produtos agrícolas e alimentares, representando, em conjunto, 42%. Os saldos das balanças comerciais agrícolas e alimentares são persistentemente negativos, com períodos de redução e aumento dos défices anuais (Mosca e Nova, 2019, p. 14).

O setor agrícola em Moçambique tem sido alvo de vastas reflexões e debates. As divergências sobre a extração de recursos e a extração de excedentes de produção e de trabalho,

os conflitos de interesse e o desalinhamento entre as políticas agrícolas, os discursos pró-redução da pobreza e os discursos ambientalistas, revelam a dificuldade em traçar um caminho para a agricultura e, principalmente, para o setor familiar de subsistência. De um lado, propostas de industrialização e absorção total deste setor, por outro lado, discursos de crescimento e empoderamento deste setor como parte integrante, e não absorvido, dos mercados e do processo de industrialização.

Cramer e Pontara (1998), debruçando-se sobre a redução da pobreza rural, criticam as explicações que privilegiam a agricultura de pequena escala de forma isolada e que excluem a importância da agricultura de maior escala e das privatizações¹²⁴. Segundo os autores, para haver um desenvolvimento agrícola em Moçambique, é necessário ultrapassar o alvitre de que a sociedade rural Moçambicana existe em oposição política e económica relativamente aos interesses das produções de grande escala e aos interesses comerciais externos.

Os autores sublinham que as grandes empresas comerciais não são igualmente nem exclusivamente contraproducentes, podendo-se tornar numa fonte progressiva de redução da pobreza rural. Acrescentam ainda que as políticas de redução da pobreza, precisam de abordar as condições do sector agrícola numa lógica de melhoramento das condições de acumulação dos agricultores do sector privado, e de melhoramento dos salários e das condições de trabalho (Cramer e Pontara, 1998).

No cerne do seu argumento, Cramer e Pontara (1998) propõem que o foco seja o estímulo e estabilização do meio rural. Para tal, sublinham que é necessário reconhecer a importância dos rendimentos provenientes do trabalho agrícola para a sobrevivência dos Moçambicanos com índices de pobreza mais elevados, e reconhecer a potencialidade de se estimular um fluxo migratório meio rural - meio rural, portanto, a migração laboral dentro das zonas rurais através da disponibilidade de oportunidades de trabalho assalariado nas explorações agrícolas.

No seu estudo dedicado à indústria do caju em Moçambique, Cramer (1999) debruça-se sobre uma industrialização que seria conseguida através do processamento de mercadorias primárias. O autor sublinha que os constrangimentos inerentes à industrialização são de ordem

¹²⁴ Segundo Cramer e Pontara (1998) o olhar depreciativo relativamente às produções agrícolas de maior escala e relativamente às privatizações, é frequentemente sustentado com o seguinte: o ceticismo relativamente à relação direta entre a dimensão da exploração agrícola e a produtividade; argumentos que combinam uma perspectiva histórica, referindo nomeadamente as grandes explorações agrícolas da era colonial e a experiência socialista, que tinha como base uma agricultura estatal de grande escala e que prejudicou o desenvolvimento deste sector; a crítica às dinâmicas exploratórias; e, a desconfiança das multinacionais e dos seus aliados nacionais relativamente aos produtores de pequena-escala.

política e não meramente uma insuficiência económica ou técnica, abrangendo um quadro mais amplo e premente que diz respeito às próprias dinâmicas domésticas de Moçambique e, portanto, não são específicos da indústria do caju nem exclusivamente determinados pelas estruturas dos mercados internacionais.

Não obstante da monopolização das empresas internacionais na produção, transformação e comercialização global de mercadorias, e de todas as dificuldades, efeitos pouco positivos, pressões e repressões subjacentes às dinâmicas globais e ao mercado liberal, como barreiras externas à exportação, tarifas e exigências de standards de produção impostos pelas grandes potências, Cramer (1999) refere que os constrangimentos internos são também significativos e os que mais travam as perspectivas de competitividade. O autor sugere que as questões políticas de maior importância são, provavelmente, as que se relacionam com a organização agrícola e sectorial, com o fornecimento de matérias-primas, com as políticas de investigação e de desenvolvimento institucional, com as débeis e inexistentes infraestruturas, com a formação direta nas *machambas*, com o acesso a bens e serviços, com a carência de políticas de *marketing* e *branding*, e com a margem para explorar inteiramente as práticas competitivas a nível internacional. Acrescenta ainda que a tão debatida questão política sobre onde fixar exatamente a tarifa de exportação, é provavelmente uma das menos relevantes, embora temporariamente possa desempenhar um papel importante (Cramer, 1999).

À luz do argumento de que os constrangimentos Moçambicanos são principalmente estruturais, Cramer (1999) propõe algumas medidas-chave basilares, nomeadamente o desenvolvimento de uma estratégia que além da produção interna contemple também a produção regional, para que seja então possível assegurar um certo volume de produção que permita integrar os mercados e o sucesso das exportações; a transferência de tecnologias de umas regiões para outras, ainda que represente um custo elevado; mecanismos de integração vertical entre produtores de mercadorias primárias e processadores/exportadores, já que a incerteza da qualidade e da quantidade de matéria-prima é uma constância; parcerias com empresas estrangeiras e cooperação público-privado, procurando-se ultrapassar a ideia rígida de que as cadeias de mercadoria são sempre sinónimo de exploração; priorizar os investimentos em infraestruturas; atribuir créditos com custos razoáveis aos processadores de mercadorias primárias; implementar normas e termos industriais claros e eficazes; e mecanismos que visem mediar a competição e a tensão entre e dentro das empresas.

A proposta de Cramer (1999) é no fundo uma proposta que se concentra nas medidas políticas e numa transformação institucional em Moçambique, de forma a maximizar as

possibilidades e minimizar os constrangimentos para uma industrialização com base no processamento de mercadorias primárias.

Por sua vez, Ibraimo (2017) e Wuyts (2017) problematizam o desenvolvimento e a transformação estrutural da agricultura em articulação com as estratégias de redução da pobreza. Ibraimo (2017) argumenta que existe inconsistência na estratégia do governo que assume como objetivo reduzir a pobreza com base no investimento na agricultura. Por um lado, em concordância com Muianga (2020), as intenções de política pública de redução da pobreza com base na agricultura são inconsistentes com as dinâmicas de acumulação existentes, e por outro lado, os mecanismos de ligação entre a agricultura e a redução da pobreza – “por meio de produção de produtos alimentares básicos para a população e geração de emprego através da expansão de produtos primários para exportação” (Ibraimo, 2017, p. 161) - são vistos de forma desagregada.

Ibraimo (2017) salienta que esta articulação de produção com geração de emprego é essencial, mas são necessárias algumas precauções. O autor argumenta que

a geração de emprego não necessariamente reduz a pobreza, pelo que é importante olhar para as condições de emprego.

Apesar de o desenvolvimento da agricultura focada na produção de produtos primários para exportação ter um potencial de geração de emprego e, como consequência, criar rendimentos monetários para os trabalhadores, não pode ser visto como mecanismo directo para redução de pobreza. As condições em que estes empregos são criados desempenham, também, um papel muito importante na ligação entre emprego e redução de pobreza. Estas dão, ou tiram, ao trabalhador mais ou menos porções do seu rendimento (gerado pelo seu trabalho), o que influencia o salário real dos trabalhadores. (Ibraimo, 2017, p. 170).

Salienta ainda que um dos problemas associados à produção para exportação é a produção em monocultura e a geração de emprego sazonal, caracterizado por instabilidade da força de trabalho e condições laborais e salários precários. Embora o emprego sazonal seja uma fonte de rendimento, é um mecanismo que nutre quadros de vulnerabilidade, pois não permite acumulação de rendimentos nem tão pouco o acesso a instrumentos institucionais, como o sistema nacional de segurança social (Ibraimo, 2017).

Wuyts (2017) desenvolve uma extensa análise e explicação sobre crescimento económico, os diferentes setores económicos e as relações e implicações entre os mesmos, atribuindo a tónica ao setor agrícola e ao meio rural. O autor debruça-se sobre o clássico argumento de que crescimento económico é sinónimo de redução da pobreza e defende que esta relação não é assim linear.

Concordante com Ibraimo (2017), Wuyts (2017) defende que o emprego pode contribuir muito para a redução da pobreza, mas não significa que o crescimento da empregabilidade *per se* seja uma solução completa, sendo fundamental que esse crescimento seja acompanhado de crescimento da produtividade e dos rendimentos salariais, e nunca à custa da diminuição dos salários reais, pois dessa forma haverá um agravamento da pauperização dos trabalhadores.

O autor critica ainda

o mantra de que o crescimento económico reduzirá a pobreza monetária [e defende que é necessário focar] nas inter-relações macro entre produtividade, rendimentos salariais e emprego, para lidar com a dinâmica da pobreza e da desigualdade nas economias em desenvolvimento, em geral, e em Moçambique, em particular. (Wuyts, 2017, p. 31).

Por seu turno, o alvitre de Mosca (2017) para contrariar a perpetuação da dependência externa e a crescente vulnerabilidade e estagnação da agricultura, tem como base a *endogeneização da economia*¹²⁵, uma correlação entre *diversificação* e *endogeneização* em prol da produção interna e do auto-consumo em substituição das importações. O autor refere que

[as] receitas provenientes dos recursos naturais deveriam ser utilizadas para financiar a diversificação e endogeneização da economia. Sabendo-se

¹²⁵ “A *endogeneização da economia* tem as suas raízes no que o autor define como *diversificação com endogeneização*.”

A diversificação com endogeneização (ou vice-versa) não é simplesmente uma questão económica. Ela reconfigura os interesses e grupos económicos e políticos consolidados ao longo de décadas em torno de uma economia extractiva, com acumulação extrovertida e concentrada social e territorialmente, pouco geradora de emprego e criadora de pobreza, com crescente conflitualidade, correspondida com incrementos de autoritarismo, repressão policial e conseqüente perda de democraticidade (...)

Com a diversificação e endogeneização da economia, os interesses económicos alteram-se. Tomam lugar de destaque as pequenas e médias empresas industriais e de serviços aos cidadãos, os camponeses e pequenos produtores no meio rural. Emerge uma classe operária na indústria e a urbanização aumenta o acesso ao conhecimento e informação. A dependência do exterior pode reduzir-se.” (Mosca, 2017, p. 10).

que a pobreza e a desnutrição (crónica e aguda) dependem, sobretudo, dos rendimentos da agricultura e da produção alimentar, o sector agrícola alimentar constitui uma prioridade. Para o combate à pobreza, redução da desnutrição e da insegurança alimentar, é importante a diversificação local da economia, com a criação de emprego e rendimentos extra-agrícolas no âmbito local. Só assim se podem criar dinâmicas de ligações intersectoriais, acumulação nos agentes económicos locais e aumento da procura, com interesses no desenvolvimento do território. (Mosca, 2017, p. 22).

Para Mosca (2017) o desenvolvimento endógeno está intimamente relacionado com a diversificação da economia, já que só assim se torna possível processos que asseguram a longo prazo um crescimento e um desenvolvimento não só mais estável e equilibrado, como também mais resiliente a choques externos.

Mosca e Nova (2019, p. 26) propõem que são necessárias políticas públicas de longo prazo e que cada tipo de produtor e cultura precisa de incentivos específicos, nomeadamente as multinacionais necessitam de estabilidade nas taxas de câmbio para que as exportações se tornem competitivas, de taxas de juro mais baixas e de fiscalidades que evitem sobrecargas de imposto; o sector privado que produz essencialmente bens alimentares para o mercado interno, precisa que sejam estabelecidas barreiras alfandegárias à importação de bens por si produzidos, menor carga fiscal, crédito com taxas de juro baixas e serviços de sanidade eficazes; e, os camponeses necessitam de mais segurança na ocupação da terra, garantia de comercialização, preços relativos vantajosos e um mercado de instrumentos de trabalho e insumos acessível.

Por seu turno, para Muianga (2020) os obstáculos ao desenvolvimento agrícola e à melhoria das condições de produção, estão relacionados com o facto de comumente ser apontada como solução a transformação do setor familiar de subsistência numa agricultura comercial, mas sem haver quaisquer indicações ou medidas práticas de como este processo ocorre efetivamente, nem tão pouco há uma ideia clara de quais são as prioridades e de como estas estão *sequencialmente relacionadas*.

Muianga (2020), assumindo alguma neutralidade sobre se de facto a transformação do setor familiar de subsistência numa agricultura comercial é a senda mais adequada a seguir, refere a incongruência existente entre este desiderato do Estado e a realidade, já que nas condições atuais a *“agricultura familiar não consegue acumular o suficiente para investir em novas formas, métodos e técnicas de produção.”* (Muianga, 2020, p. 196). Portanto, se por um lado

existe o discurso de que é necessária essa transição, por outro lado, não são considerados os obstáculos que provêm da própria estrutura económica.

Neste sentido, o autor argumenta que é necessário incluir no discurso e nas reflexões a própria estrutura económica e as dinâmicas dominantes que surgem e são projetadas e que limitam “*as possibilidades reais de melhoria num quadro mais amplo de desenvolvimento de forças produtivas no campo.*” (Muianga, 2020, p. 196).

Na perspectiva do entrevistado Pedro Daniel Dzucule¹²⁶ (2021), as atuais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do setor agrícola, têm como base as práticas de exploração e extração orientadas para a exportação. Dzucule (2021) aponta para o facto de mais de 90% das receitas dessas práticas saírem do país, havendo, portanto, uma exploração económica prejudicial a Moçambique que tem de ser repensada e evitada, e que está relacionada com questões mais amplas concernentes à própria governamentação, à capacidade de negociação com os atores externos, ao facto de o país ser refém de investidores externos como a Total e a Sasol, e à falta de transparência nos processos.

Dzucule (2021) sugere que haja uma repartição mais equitativa dessas receitas, e propõe que pelo menos 10% a 20% seja canalizado e investido no setor agrícola durante um período mínimo de cinco anos consecutivos, sendo assim possível a transformação da agricultura de subsistência numa agricultura virada para o agronegócio sustentável. Desta forma, o alvitre do entrevistado tem como base uma industrialização que permita o desenvolvimento e a solidificação de uma agricultura comercial e do agronegócio.

O debate académico é de facto vasto e são várias as reflexões dedicadas ao futuro do setor agrícola em Moçambique. Têm sido propostas diversas políticas públicas e estratégias que pretendem traçar um caminho para a agricultura, mas que não são consideradas na prática e não chegam a fase de implementação.

Outra questão que se coloca é se de facto há soberania nesse caminho futuro, quando há uma dependência económica, uma dependência de importações, subserviência e uma perpetuação da semi-proletarização e da pauperização das classes trabalhadoras, o que se traduz numa evolução cumulativa da vulnerabilidade crónica.

¹²⁶ Pedro Dzucule é o Diretor Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique.

9. Catástrofes Naturais em Moçambique

Pela sua posição e condições geográficas, Moçambique é uma região exposta a eventos naturais extremos, sendo os mais frequentes cheias, ciclones e secas. Diferentes fenómenos oceano-atmosféricos influenciam as características climáticas do país, nomeadamente os fenómenos *El-Niño* e o seu oposto *La Niña*, o primeiro frequentemente associado a condições mais secas no Sul e mais húmidas no Norte durante o Inverno e o segundo associado a condições mais húmidas no Sul, assim como, o *Dipolo Subtropical do Oceano Índico* (SIOD), caracterizado pela oscilação das temperaturas da superfície do mar, que influenciam a pluviosidade anual e as temperaturas diárias (Kienberger, 2012; World Food Programme, 2021b).

Pelas características climáticas dominantes, Moçambique é um país que oscila frequentemente entre períodos de seca e períodos de cheias.

A elevada incidência de cheias deve-se predominantemente a dois fatores. Por um lado, pelos ciclones tropicais e altos níveis de precipitação e, por outro lado, pelo facto de Moçambique ter onze rios dos quais nove são transfronteiriços, e incluir a parte inferior de duas grandes bacias hidrográficas, o Zambeze e o Limpopo, que servem vários países Africanos, como o Zimbabué, Botsuana, Namíbia, Angola, entre outros. Estas bacias hidrográficas, apesar de terem um impacto positivo na economia regional e nacional, são também sinónimo de constrangimentos, já que aumentam a probabilidade de cheias, com destaque na província de Gaza, Sofala e Zambézia (Bernardo, 2018; *Climate Risk Management in Africa*, 2007; De Wit e Norfolk, 2010; Field et al., 2012a; World Food Programme, 2019).

Historicamente as secas têm tido maior incidência no Sul de Moçambique. Newitt (1988) e Serra (2000) descrevem períodos de seca que remetem aos anos de 1823-1831 e 1895-1898, respetivamente. A seca de 1823-1831 foi sinónimo de numerosas mortes, migrações massivas, incluindo a de muitos colonos Portugueses, e um declínio do tráfico de escravos (Newitt, 1988). A seca de 1895-1898 conduziu efetivamente a migrações para a África do Sul, o que provocou alterações demográficas (Serra, 2000).

Entre a década de 1940 e início da década de 1980, períodos de seca e o consequente declínio da produção agrícola ocorreram de forma repetida (1940/41, 1943/44; 1948/49; 1950/51; 1953/54, 1959/60, 1963/64, 1965/66, 1967/68, 1969/70 e 1972/73). O período de 1980-1985 foi marcado por aquela que é considerada uma das secas mais severas de que há registo em Moçambique. Em média, a região Sul do país regista secas quase todos os anos, sendo que uma seca grave ocorre em média de três em três ou de sete em sete anos (Artur, 2011).

Cenários de cheias são, por sua vez, mais registados no Centro do país, sendo que os registos mais antigos remetem ao ano de 1548 (Chidiamassamba e Liesegang, 1997, citado em Artur, 2011, p. 34). No seu estudo, Artur (2011) refere que durante a sua pesquisa empírica, através da metodologia da história oral, foram recordadas as cheias no delta do Zambeze que ocorreram em 1840.

Tal como com as secas, também as cheias têm ocorrido de forma recorrente, sendo uma constância anual. Moçambique regista cheias quase todos os anos, sendo que uma cheia grave ocorre em média de três em três anos (Artur, 2011).

Os ciclones afetam particularmente as regiões Centro e Norte do país, sendo que em média Moçambique é atingido por um ciclone e três a quatro depressões tropicais todos os anos (Artur, 2011).

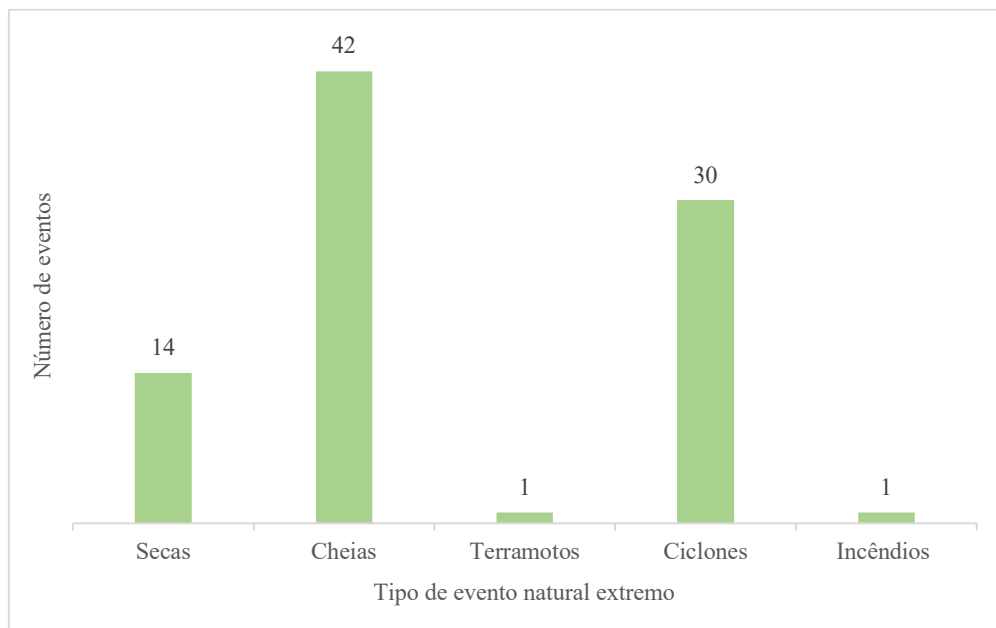
Frequentemente as cheias estão relacionadas com a ocorrência de ciclones, por exemplo, as cheias de 2000¹²⁷ estiveram relacionadas com três ciclones, Eline, Gloria e Hudah, e as cheias de 2019¹²⁸ com o ciclone Idai e o ciclone Kenneth, ambas as cheias foram das mais severas da história do país.

Segundo os dados disponíveis na *Emergency Events Database* (EM-DAT) do Centro de Pesquisa Epidemiológica de Desastres (CRED), entre o ano de 1956 e o ano de 2022 (Maio) ocorreram em Moçambique 42 cheias, 30 ciclones, 14 secas, 1 terramoto e 1 incêndio (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters). Portanto, um total de 88 eventos em 66 anos, o que corresponde em média a 1,3 eventos por ano (Gráfico 9.1).

¹²⁷ Sobre as cheias do ano 2000 ver por exemplo *Climate Risk Management in Africa*, 2007, pp. 20–23.

¹²⁸ Sobre as cheias do ano 2019, o ciclone Idai e o ciclone Kenneth ver por exemplo Coughlin et al., 2020; Feijó e Aiuba, 2019; GOAL, 2019; Internal Displacement Monitoring Centre, 2019; Manjoro et al., 2019; Ministry of Agriculture and Food Security et al., 2019.

Gráfico 9.1 Tipo de eventos naturais extremos, Moçambique, 1956 – 2022

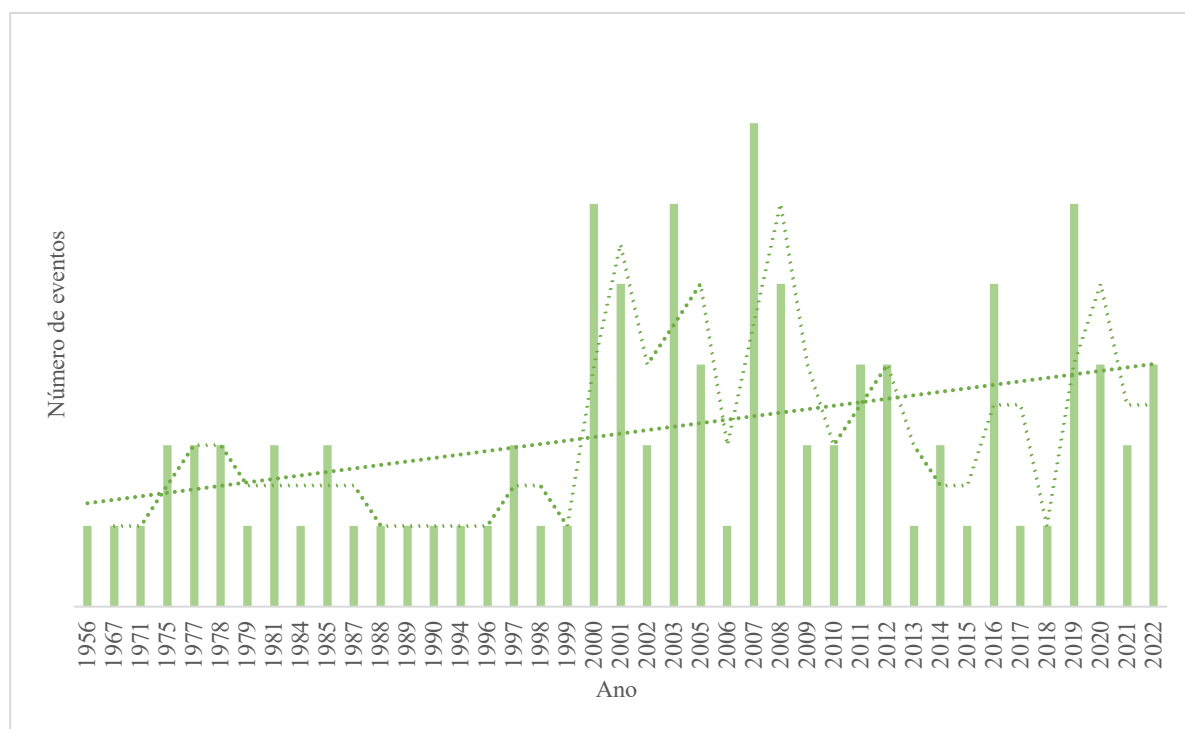


Autor: Sara Bernardo

Fonte: Dados recolhidos em *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*

Todavia, a distribuição destes acontecimentos não é linear, havendo oscilações e anos com níveis superiores de ocorrências, nomeadamente o ano de 2007 que registou 6 eventos - 4 cheias, 1 ciclone e 1 seca - e o ano de 2019 que registou 5 eventos – 3 cheias e 2 ciclones. Salva-se que anos com menos ocorrências, não se traduz de forma direta em anos menos severos, já que um menor número de ocorrências não significa menos intensidade e menos impactos negativos. Exemplo deste cenário foram os anos de 1980-1985 que tiveram menos ocorrências, mas como já mencionado, foi um período marcado por uma severa seca, assim como, os anos de 2000 e 2001, que embora tenham registado ligeiramente menos ocorrências, 5 e 4 respetivamente, as cheias nesses anos foram extremamente impetuosas (Gráfico 9.2).

Gráfico 9.2 Tendência eventos naturais extremos, Moçambique, 1956 – 2022



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Dados recolhidos em *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*

Na tabela que se segue são apresentadas as catástrofes naturais mais avassaladoras que ocorreram entre 1980 e 2022. Tem se assistido a uma alteração no tipo de evento natural extremo predominante, pois embora historicamente as secas tenham sido as catástrofes naturais mais penosas, nas últimas duas décadas as cheias têm se revelado as incidências mais destruidoras.

Tabela 9.1 Catástrofes naturais em Moçambique, 1980-2022

Ano	Evento Natural Extremo	Regiões afetadas	Número Pessoas Afetadas	Principais Danos e Perdas
2022	Ciclone Gombe, ciclone Ana, ciclone Dumako e cheias	Províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Cabo Delgado, Sofala, Niassa e Manica	736,015 pessoas afetadas, 7,086 pessoas deslocadas e 63 mortes	63,219 casas parcialmente destruídas, 78,635 casas totalmente destruídas e 9,608 casas inundadas. 69 unidades sanitárias parcialmente destruídas e 469 escolas afetadas, afetando 143,904 alunos. 7 pontes destruídas e 2,764 postes de energia danificado
2021	Ciclone Eloise e cheias	Províncias de Maputo, Sul de Manica, Norte de Inhambane, Gaza e Sofala, com a cidade da Beira a ser novamente afetada	125,000 pessoas afetadas, sendo que o maior número de pessoas expostas encontrava-se na cidade da Beira, Búzi e Nhamatanda	Infraestruturas públicas, casas, linhas de energia e postes de eletricidade destruídos. Mais de 3.900 acres de terras agrícolas danificadas ou destruídas, sendo que nas províncias de Sofala e Manica 2.200 km ² de terra foram inundados
2019	Ciclone Idai, ciclone Kenneth e cheias	Províncias de Niassa, Nampula, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Inhambane e Sofala, com o distrito de Búzi e as cidades da Beira e de Dondo a serem severamente afetadas	1,641 feridos, mais de 146,000 pessoas foram recebidas em centros de acolhimento e 602 mortes	Perto de 40% das comunidades foram inundadas em Manica, 70% em Sofala e 90% na Zambézia. 20% das comunidades em Sofala e 35% na Zambézia ficaram inundadas durante três semanas ou mais. 31 mil casas destruídas na sua totalidade, 14% das infraestruturas sanitárias e 3.504 salas de aula destruídas. Mais de 90 centros de saúde destruídos ou seriamente danificados. Número significativo de casos de cólera e malária. Praticamente todas as culturas agrícolas foram destruídas, 715 mil hectares parcial ou totalmente destruídos, prejudicando 500.000 famílias produtoras. Estima-se que a área destruída tenha sido o equivalente a 13% do total de terras agrícolas em Moçambique, o que levou a uma crise de insegurança alimentar. Os efeitos causados pelos dois ciclones na economia variam entre 656 milhões de dólares a 773 milhões de dólares, o que se refletiu na descida do PIB- antes dos ciclones o crescimento previsto era de 3.5% em 2019 e 4.1% em 2020, após os ciclones as projeções passaram para apenas 2% em 2019
2017	Ciclone Dineo e cheias	Províncias de Inhambane e Gaza	550,691 pessoas afetadas	Ficaram danificados 106 edifícios públicos, 70 unidades

				hospitales, 998 salas de aula, 3 torres de comunicação, 48 postos de energia elétrica e 2 sistemas de abastecimento de água
2016	Seca (maior escassez de precipitação dos últimos 35 anos)	Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Tete	1,8 milhão de pessoas em insegurança alimentar, 261,000 agricultores afetados e 27,000 crianças em situação de má nutrição aguda severa	acentuada redução do nível dos rios, morte de animais e redução significativa da produção agrícola
2015-2016	Ciclone e cheias	Províncias de Zambézia, Nampula, Maputo, Gaza, Cabo Delgado, Inhambane, Tete e Sofala	400,000 pessoas afetadas, mais de 17,000 desalojadas	Sensivelmente 15 mil casas ficaram danificadas e 22 mil completamente destruídas. O custo dos danos foi estimado em cerca de US \$384 milhões - 2,4% do PIB
2014	Cheias e ciclone Hellen	Províncias de Sofala, Manica, Cabo Delgado e Nampula	Mais de 10,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxxxxxx
2013	Cheias	Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Manica e Sofala	240,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxxxxxx
2005	Ciclone Eline	Províncias de Tete, Sofala, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado, Inhambane, Maputo e Gaza, incluindo as cidades de Chokwé e de Xai-Xai, que ficou efetivamente isolada	150 mortes	Mais de 250.000ha de campos agrícolas foram destruídos, 40.000 cabeças de gado foram mortas, cerca de 20.000 pessoas na cidade de Maputo perderam as suas habitações
2002-2006	Seca	Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Zambézia e Tete	800,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxxxxxx
2001	Cheias	Províncias de Manica, Inhambane, Zambézia, Sofala, Tete, Gaza, Cabo Delgado, Maputo, Nampula e Niassa	500,000 pessoas afetadas e 115 mortes	xxxxxxxxxxxxx
2000	Três ciclones - Eline, Gloria e Hudah - e cheias (as chuvas atingiram níveis de 70% e 26% acima do regular, em Maputo e na foz do Rio Limpopo respetivamente. As cheias de	Províncias de Maputo, Nampula, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia	Quase 5 milhões pessoas afetadas e 800 mortes	12% de área cultivada destruída; perda de gado bovino e outras espécies de animais domésticos; perdas económicas estimadas em mais de US \$600 milhões; queda das taxas de crescimento do PIB de 7,5%, em 1999, para 1.6% no ano 2000; a inflação atingiu o seu pico no ano 2000 desde o fim da guerra civil em 1992

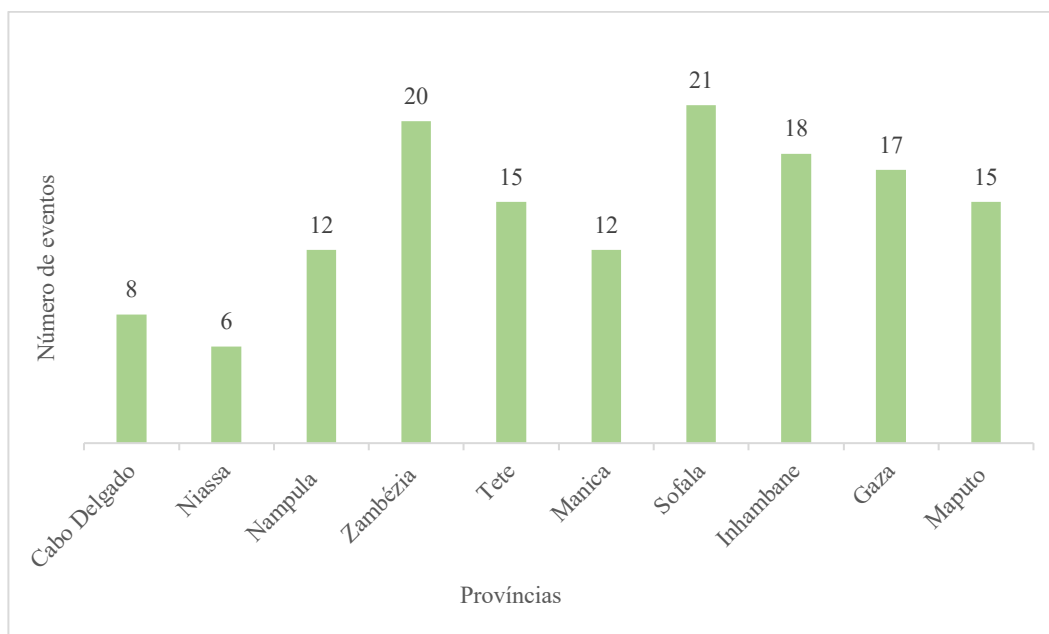
	2000 foram as mais severas desde 1848)			
1999	Cheias (maior nível de pluviosidade em 37 anos)	Províncias de Nampula, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia	70,000 pessoas afetadas e 100 mortes	A EN1, estrada principal, esteve fechada durante duas semanas
1998	Seca	Maputo, Gaza e Sul de Inhame	1,5 milhões pessoas afetadas	Epidemia de cólera, ruturas significativas nas colheitas, com Moçambique a importar quase 60% das suas necessidades de cereais
1997	Cheias	Províncias de Manica, Tete, Zambézia e Sofala, incluindo o distrito de Búzi	300,000 pessoas afetadas e 78 mortes	Durante duas semanas não houve qualquer tráfego rodoviário para o Zimbabué.
1996	Cheias	Províncias da Zambézia, Gaza, Maputo e Inhambane	200,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxx
1991–1992	Seca	Centro do país	1,32 milhões pessoas afetadas	Ruturas significativas nas colheitas, com Moçambique a importar quase 60% das suas necessidades de cereais
1987	Seca	Província de Inhambane	8,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxx
1985	Cheias e seca. (piores cheias em 50 anos, seguidas de 4 anos de seca)	Província de Maputo	500,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxx
1983–1984	Seca (continuação de uma das secas mais severas de que há registo)	Províncias de Maputo, Sofala, Gaza, Inhambane, Manica e Zambézia	Muitas mortes devido à seca e à guerra	Epidemia de cólera
1981–1983	Seca (continuação de uma das secas mais severas de que há registo)	Províncias de Maputo, Sofala, Gaza, Inhambane, Manica e Zambézia	5 milhões pessoas afetadas e 100,000 mortes	xxxxxxxxx
1981	Cheias	Rio Limpopo	500,000 pessoas afetadas	xxxxxxxxx
1980	Seca (uma das mais severas de que há registo)	Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Manica	Quase 5 milhões pessoas afetadas	xxxxxxxxx

Autor: Sara Bernardo

Fonte: Informação e dados recolhidos em Artur, 2011; Centre for Research on the Epidemiology of Disasters; Climate Risk Management in Africa, 2007; Feijó e Aiuba, 2019; Holloway, 2000; Internal Displacement Monitoring Centre, 2019; Manjoro et al., 2019; Ministry of Agriculture and Food Security et al., 2019.

As províncias que têm sofrido mais eventos naturais extremos que resultaram em cenários de catástrofe natural, são as províncias de Sofala (21), Zambézia (20) e Inhambane (18) (Gráfico 9.3).

Gráfico 9.3 Catástrofes naturais (mais impactantes) por província, Moçambique, 1980-2022



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Dados recolhidos em *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters*

As províncias mais expostas a fenómenos climáticos e a subsequentes catástrofes naturais, são também aquelas que apresentam maiores índices de insegurança alimentar, portanto, Sofala, Zambézia e Inhambane, sendo que o WFP (2021b) acrescenta ainda as províncias de Gaza, Tete e Manica.

Com destaque na incidência dos últimos vinte e dois anos, ano 2000 a 2022, as catástrofes naturais apresentam uma tendência crescente na sua frequência e intensidade, constituindo um obstáculo constante aos esforços de crescimento do país. Este aumento pode, em parte, refletir uma capacidade melhorada na recolha e registo de dados, mas reflete igualmente uma vulnerabilidade crónica que se agrava com a acumulação de todos os eventos e crises ano após ano.

Esta tendência crescente revela, por um lado, a inegável degradação ambiental e as alterações climáticas aceleradas e, por outro lado, a vulnerabilidade crónica multidimensional - a *construção societal* como foi abordado anteriormente.

Estas duas componentes - condições climáticas e *construção societal* – fazem de Moçambique um território extremamente exposto a fenómenos climáticos. Mesmo antes da ocorrência de um evento natural extremo, a vulnerabilidade é já uma componente fortemente presente e que lesa a resiliência e capacidade de resposta do tecido social.

A título ilustrativo, o ciclone Idai foi amplamente analisado à luz desta perspetiva que problematiza as condições socioeconómicas pré-existentes como elemento-chave no desenrolar dos impactos e das crises¹²⁹. Antes do ciclone Idai, Moçambique já enfrentava elevados níveis de insegurança alimentar, em Dezembro de 2018 1,78 milhões de pessoas já se encontravam em situação de insegurança alimentar grave. A produção agrícola estimada para a época de 2018-2019 já apresentava níveis baixos devido à ocorrência de secas em várias zonas do Sul e Centro do país, muitas coincidentes com as províncias que viriam a ser as mais afetadas pelo ciclone Idai. Nas quatro províncias mais afetadas, a taxa de pobreza já era a mais elevada, nomeadamente 62% na Zambézia, 50% em Sofala, 42% em Tete e 35% em Inhambane (Government of Mozambique et al., 2019, p. 14).

Estas condições precedentes mostram que o ciclone Idai, assim como os restantes eventos naturais extremos, ocorrem num contexto de vulnerabilidade crónica acentuada e, portanto, altamente vulnerável a novos choques.

Quando analisadas à luz da *espiral dinâmica descendente*, torna-se claro que nesta frequência anual de catástrofes naturais, a agricultura *pré* e *pós*-catástrofe são um único processo continuado, pois uma agricultura *pós*-catástrofe é também uma agricultura *pré*-catástrofe, pois antecede uma outra catástrofe futura.

A vulnerabilidade crónica crescente, que é cumulativa evento após evento, significa também uma produção agrícola cada vez mais precária e instável com intervalos de recuperação curtos. Neste processo acumulativo que é histórico, mas que também é contemporâneo, ano após ano as sociedades agrárias Africanas (SAA) deparam-se com a destruição dos seus meios de produção e reprodução. Tendo janelas de recuperação tão diminutas, o regresso às práticas agrícolas torna-se penoso, sendo ainda significativamente agravado pela falta de acesso a recursos, nomeadamente tecnológicos e financeiros.

¹²⁹ Moçambique é um dos países com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo à escala global (0,456), ocupando em 2020 o 181º lugar entre 189 países. A esperança média de vida é de 59 anos, a taxa de mortalidade infantil é de 67,3, a mortalidade materna é de 452 e a taxa de analfabetismo é de 39% (homens 27%, mulheres 49%). Em 2014-2015 a taxa de pobreza era de 46%, sendo 56% nas zonas rurais (Government of Mozambique et al., 2019, p. 14).

9.1 A Gestão de Catástrofes Naturais em Moçambique

As políticas e os instrumentos de gestão de catástrofes naturais têm sofrido alterações ao longo das décadas, refletindo as características das próprias catástrofes, algumas aprendizagens, os interesses políticos e económicos dos atores envolvidos e também o próprio período histórico.

Artur (2011) apresenta uma contextualização integral sobre os diferentes períodos de gestão de catástrofes em Moçambique. O autor divide a gestão de catástrofes em oito períodos que considera chave: (1) o período da pré-colonização, (2) o período da colonização, (3) o período Socialista, (4) o período da crise económica, (5) o período do influxo de ajuda internacional para responder ao colapso económico e à crise humanitária, (6) o período de retirada da ajuda humanitária internacional após o fim da guerra civil, (7) o período de reentrada da ajuda internacional após as cheias que ocorreram no ano 2000, (8) e os últimos anos marcados, por um lado, por uma ascendência de um discurso de soberania nacional na gestão de catástrofes e, por outro lado, pela ascendência das discussões sobre as alterações climáticas.

Não se tem como objetivo aprofundar as práticas de gestão utilizadas em cada um destes períodos¹³⁰ e, como tal, destacamos cronologicamente apenas alguns momentos chave na forma como cenários de catástrofe natural foram geridos.

No período antes da ocupação colonial, as práticas de gestão de catástrofes eram parte integrante das lógicas de sobrevivência, envolviam interesses sociais, políticos e económicos, e faziam parte da criação, expansão ou recuo e dissolução de linhagens, das chefaturas e, em última análise, dos reinos. A gestão de catástrofes era, portanto, uma componente da manutenção dos sistemas administrativos e da prevalência dos sistemas de auto-organização dos reinos (Artur, 2011).

Segundo Artur (2011) a gestão acontecia a dois níveis, a nível micro, portanto, a nível familiar, e a nível macro, a nível do reino. A nível familiar incluía, por exemplo, plantar culturas mais resistentes às secas, como o sorgo e o painço, e para compensar a baixa produção agrícola as famílias tendiam a aumentar as áreas de produção, o que influenciava as práticas de poligamia e as taxas de natalidade, já que ter mais filhos e esposas fornecia mão-de-obra para trabalhar em campos de maior dimensão e aumentar a produção.

Como as catástrofes eram percecionadas como eventos relacionados com os antepassados, a nível dos reinos a gestão passava por assumir o papel intermediário entre os ancestrais e as

¹³⁰ Sobre as especificações da gestão de catástrofes em cada um dos períodos ver Artur, 2011, pp. 38–88.

populações. Os fazedores de chuva e os médiuns faziam previsões das condições atmosféricas e realizavam rituais e ofertas aos antepassados antes da estação das chuvas para que trouxessem chuva e boas colheitas. Com o passar do tempo, os fazedores de chuva e os médios expandiram as suas funções e passaram a estar envolvidos nas decisões gerais dos reinos e na resolução de conflitos, passando a integrar a classe dominante (Newitt, 1995).

Além dos dois níveis propostos por Artur (2011), acrescentamos um terceiro nível, um nível intermédio. A nível meso, portanto, a nível das aldeias, a gestão era feita de forma comunitária com base em mecanismos de solidariedade e de articulação das necessidades e dos bens de forma a assegurar uma gestão e superação a nível comunitário.

No período da colonização, a gestão das catástrofes estava associada ao assegurar os números de trabalhadores forçados. Os colonizadores Portugueses dependiam da mão-de-obra local para a produção de alimentos e culturas de rendimento e, como tal, em cenários de catástrofe entreviam para apoiar as populações locais de forma a reduzirem a ocorrência de défices na força produtiva (Artur, 2011).

Durante o período Socialista e com a implementação das *aldeias comunais*, a gestão das catástrofes naturais passou a pertencer à esfera estatal. As políticas governamentais tendiam a reforçar a '*socialização*' das catástrofes através de programas como o Banco de Solidariedade, proposto pelo presidente Samora Machel e criado em 1976 com o objetivo principal de ajudar as famílias afetadas por catástrofes. Para o financiamento do Banco de Solidariedade, todos os trabalhadores assalariados tinham uma dedução mensal do seu salário para contribuírem para o banco. Os que não tinham uma remuneração, tinham que contribuir com produtos agrícolas. Por um lado, a política das *aldeias comunais* tendia a '*socializar*' as catástrofes e, por outro lado, as catástrofes eram utilizadas para promover as políticas da *experiência socialista* (Artur, 2011).

Na fase final da década socialista e no período seguinte, foi criado em 1980 o Departamento para Prevenção e Combate a Calamidades Naturais (DPCCN), alocado sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Artur, 2011).

A corrupção dentro do DPCCN, a diminuição de doações e a transição global das intervenções humanitárias de emergência para intervenções de desenvolvimento em 1994, fez com que o governo enfrenta-se dificuldades crescentes para manter o DPCCN operacional (Artur, 2011).

Em 1999 o DPCCN foi dissolvido e foi criado, ainda sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), tendo

sido também aprovada uma nova Política de Gestão de Desastres que abandonava a lógica da reação e atribuía a tónica à preparação (Artur, 2011; *Climate Risk Management in Africa*, 2007; United Nations Development Programme, 2019).

No âmbito desta nova política, a preparação para eventos naturais extremos tinha como base sistemas de aviso prévio coordenados pela Direção Nacional da Água e pelo INGD (*Climate Risk Management in Africa*, 2007).

Os governos distritais e as autoridades locais, em colaboração com as diferentes ONGs a operar no terreno, passaram a ser os responsáveis, através dos meios de comunicação social, pela divulgação da informação e dos avisos, assim como, pela evacuação das populações quando necessário (*Climate Risk Management in Africa*, 2007).

Posteriormente, o Conselho Coordenador para a Gestão de Catástrofes (CCGC), constituído por vários ministros, nomeadamente de Obras Públicas e Habitação, Transportes e Comunicações, Saúde, Agricultura, Ambiente, Defesa e Negócios Estrangeiros, e presidido pelo Primeiro-Ministro, passou a ser o órgão responsável pela tomada de decisões mediante uma catástrofe natural, sendo o Instituto Nacional de Gestão de Catástrofe responsável pela coordenação das respostas (*Climate Risk Management in Africa*, 2007; Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020).

As cheias que ocorreram no ano de 2000 foram também um marco importante. Devido aos pesados impactos negativos e devido às falhas apontadas nos sistemas de alerta, esta catástrofe natural despoletou novas reflexões e análises sobre a gestão de eventos naturais extremos. Foram implementadas algumas melhorias nos sistemas de aviso prévio e na própria gestão, e desencadeou-se a reflexão sobre a importância de uma política regional da água, que veio a ser aprovada em 2005 (*Climate Risk Management in Africa*, 2007).

O Governo passou a adotar uma abordagem mais proactiva que coloca no cerne [pelo menos teoricamente] a vulnerabilidade das populações, da economia e das infraestruturas (Manjoro et al., 2019).

Em 2005, novas transformações relativamente à gestão de catástrofes tiveram lugar, já que Armando Guebuza substituiu Joaquim Chissano como Chefe de Estado e este novo governo de Guebuza considerava a ligação do INGD ao Ministério dos Negócios Estrangeiros como uma projeção da dependência de Moçambique à comunidade internacional, o que, por conseguinte, enfraquecia a soberania nacional, a auto-confiança e a auto-estima do país. Desta forma, o INGD foi deslocado do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério da

Administração Estatal e Função Pública (Artur, 2011; Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020).

Neste âmbito, em 2006 foi aprovado para um período de dez anos (2006-2016) o Plano Diretor de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN). Este plano, alinhado com o Quadro de Ação de Hyogo¹³¹ (Artur, 2011), apresentou uma mudança importante na própria compreensão das catástrofes naturais (*Climate Risk Management in Africa*, 2007). A lógica adotada passou a ser a redução do risco de catástrofes aliada à redução da pobreza nacional, havendo aqui, portanto, um redireccionamento do foco passando a tónica a ser atribuída à redução das vulnerabilidades existentes e não apenas à preparação para os eventos naturais extremos (*Climate Risk Management in Africa*, 2007; Manjoro et al., 2019).

Com a implementação do plano foram desenvolvidas análises de risco nas principais bacias hidrográficas de Moçambique, alguns equipamentos de identificação e sinalização foram melhorados e alguns novos instalados, incluindo dois novos radares e quinze novas estações meteorológicas (*Climate Risk Management in Africa*, 2007). Foram ainda iniciados o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE), uma Unidade Nacional de Proteção Civil (UNAPROC) e um Gabinete para a Coordenação de Reconstrução (GACOR) (Artur, 2011; United Nations Development Programme, 2019).

O INGD passou a ser apoiado pelo CENOE, que por sua vez integra o UNAPROC como instrumento operativo de busca e socorro das vítimas das catástrofes¹³² (Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020).

Foi também criada uma rede de Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC) composta por voluntários pertencentes às comunidades locais (Government of Mozambique et al., 2019).

Em 2016, aquando do término do Plano Diretor de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN), o governo implementou um novo plano que prevê ajustes e estratégias para o período entre 2017 e 2030 - o Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres em Moçambique. Este novo plano tem como base estruturante o Quadro Sendai para DRR e

¹³¹ A declaração e o Quadro de Ação de Hyogo foram apresentados em 2005 na Conferência Mundial sobre Redução de Desastres no Japão. Esta proposta tinha como pilar a construção da resiliência das nações e das comunidades face às catástrofes, através da responsabilização dos Estados na proteção das populações e através da promoção de um pensamento estratégico internacional concebido de modo a promover uma cultura de prevenção baseada na redução das vulnerabilidades.

¹³² A atual estrutura operacional encontra-se esquematizada nas figuras disponíveis na secção dos anexos. Anexo F, pág. 381.

apresenta como objetivo primordial garantir que a população, os seus meios de vida e saúde, assim como, as infraestruturas públicas e privadas se tornem resilientes aos eventos naturais extremos e aos efeitos das mudanças climáticas através de uma cultura consolidada de prevenção, prontidão, resposta e recuperação (Government of Mozambique et al., 2019; Manjoro et al., 2019).

Embora Moçambique tenha instrumentos e políticas internas para a gestão de desastres, o facto de eventos externos ao país determinarem em parte a situação interna, já que os fluxos de água e os caudais dos rios oscilam também mediante a situação nos outros países, implica que haja uma cooperação regional. Essa cooperação encontra-se sob a alçada da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e é facilitada pelo Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF).

O SARCOF tem como objetivo preparar a previsão sazonal e promover a interação e o intercâmbio de informação entre os dezasseis países membros, incluindo Moçambique (*Climate Risk Management in Africa*, 2007).

Apesar de terem sido implementadas novas estratégias, diretrizes e medidas, em 2019 o ciclone Idai veio a revelar várias fragilidades ainda presentes na DRM e nos sistemas de resposta, nomeadamente a insuficiente manutenção dos equipamentos de resposta, o baixo nível de preparação dos técnicos e dos voluntários, a heterogeneidade das capacidades a diferentes níveis, a falta de apoio psicossocial aos respondentes, as diferentes nomenclaturas e linguagens técnicas, e a falta de clareza em termos de procedimentos (Government of Mozambique et al., 2019).

Além das lacunas técnicas e tecnocratas, há igualmente falhas no que diz respeito à concretização daquela que foi a proposta de uma abordagem mais proativa em relação à vulnerabilidade das populações. Embora a preocupação direcionada para as vulnerabilidades esteja presente na DRM, esta acontece mais na esfera teórica do que na prática.

São diminutos os esforços e as medidas que de facto têm sido implementadas para a redução da vulnerabilidade multidimensional. A precaridade da produção agrícola e da reprodução, a escassez de recursos, o não acesso a meios financeiros estáveis, assim como, a oportunidades de obter rendimentos mantêm-se. Não há mecanismos nem tão pouco programas que visem um fortalecimento direto das capacidades ao nível das populações e que estejam presentes a longo prazo no quotidiano dos agregados familiares.

10. Distrito de Búzi

O distrito de Búzi¹³³, situado na província de Sofala, abrange uma superfície de 7,409 km², tem uma população de 196,634 habitantes e uma densidade populacional de 27 habitantes/km², a sexta mais alta dos treze distritos da província (Instituto Nacional de Estatística, 2020).

A densidade populacional tem apresentado uma tendência crescente que se reflete em todas as faixas etárias, sendo que em 2009 a população era de 169,520 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2013), um aumento na ordem dos 16%.

A nível demográfico, a faixa etária com maior representação é a dos 15-64 anos, 48,2% da população, e por oposição a com menor representação é a dos >65 anos, apenas 3,2% da população. O género feminino representa 52,8% da população e o masculino 47,2% (Instituto Nacional de Estatística, 2013).¹³⁴

As taxas de analfabetismo são elevadas, sendo que na faixa etária dos 15-19 anos a incidência é de 30%, dos 20-24 anos 47%, 25-29 anos 57,9%, 30-39 anos 58,9%, 40-49 anos 59,5%, 50-59 anos 68,4%, e >60 anos 76,7%. Em todas as faixas etárias, são as mulheres que representam uma taxa significativamente superior, por exemplo dos 25-29 anos 29,4% dos analfabetos são homens e 77,4% são mulheres, e dos 30-39 anos 30,9% e 80,1%, são homens e mulheres, respetivamente (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

O distrito de Búzi é caracterizado por uma hidrografia dominada pelas bacias dos rios Búzi e Pungué e é atravessado por vários rios, sendo os principais o Pungué, Búzi, Mabuto, Chissamba, Donda, Nhabungo e Mureia (Impacto - Projectos e Estudos Ambientais, 2012). O regime hidrológico do rio Búzi é influenciado por fortes precipitações anuais, o que gera numerosos rios sazonais (Kienberger, 2012).

Topograficamente, o distrito é composto principalmente por planícies baixas com áreas mais altas (formadas pela erosão de granito e calcário) no Oeste. A vegetação potencial da savana herbácea e da floresta tropical/terras de arbustos é influenciada por ações antrópicas, nomeadamente corte, queimadas e monoculturas (Kienberger, 2012).

Relativamente a fatores climáticos, é previsto um aumento da temperatura média, o que levará a uma tendência crescente dos níveis de evaporação, e um aumento da média anual de precipitação, sendo esperado maiores aumentos dos níveis de pluviosidade na região costeira (Impacto - Projectos e Estudos Ambientais, 2012).

¹³³ Sobre localização do distrito de Búzi ver mapas na secção dos anexos. Anexo G, pág. 382.

¹³⁴ Reconhece-se que existe uma baliza temporal entre os dados apresentados e a atualidade, no entanto não se encontram disponíveis dados mais atualizados sobre o distrito de Búzi.

O distrito é classificado como sendo uma área propensa à ocorrência de ciclones, cheias e secas, apresentando estatisticamente um risco médio de ser atingido por estes fenómenos, sendo que a frequência e a intensidade dos ciclones tem vindo a aumentar (Impacto - Projectos e Estudos Ambientais, 2012).

A população encontra-se principalmente ao longo do rio Búzi, sendo que as maiores áreas desabitadas, nomeadamente entre os rios Búzi e Pungué, são as que se transformam em pântanos na época das chuvas, pois ficam regularmente inundadas (Kienberger, 2012).

A nível de infraestruturas e de saúde, o Búzi tem um hospital, doze centros de saúde e dois postos de saúde; a nível da rede escolar pública tem cento e quatro escolas primárias do primeiro e do segundo grau, três escolas do 1º Ciclo do Ensino Secundário, duas escolas do 2º Ciclo do Ensino Secundário, oito escolas privadas com os diferentes anos escolares e não tem disponível ensino técnico nem formação de professores; relativamente às instituições financeiras, há apenas um balcão bancário (a nível provincial existem quarenta e três), zero caixas multibanco e não há outras estruturas a operar no distrito, como cooperativas de crédito ou instituições de micro finanças; e a nível comercial conta com cem estabelecimentos (Instituto Nacional de Estatística, 2020, 2013).

A grande maioria dos agregados familiares vive em habitações construídas com materiais pouco resistentes a fenómenos como ciclones e cheias. A maioria das construções tem paredes feitas em paus maticados ou caniço/paus/bambu/palmeira, 44,5% e 42,1% respetivamente, e apenas 4,1% usa blocos de cimento e 1,6% blocos de tijolo¹³⁵. As coberturas das casas são maioritariamente em capim/colmo/palmeira, 82,6%, e o pavimento em adobe, 86,5%¹³⁶ (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

45,9% da população usa poços sem bomba (céu aberto) para ter acesso a água, 29,1% poço/furo protegido, 18,2% recorre a rio/lago/lagoa e apenas 0,3% tem água canalizada dentro de casa (rede) e 0,8% fora de casa (rede) (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

Os serviços sanitários nas casas são praticamente inexistentes, sendo que 80% não tem latrina, 12,4% tem latrina tradicional não melhorada, 4,2% tem latrina tradicional melhorada,

¹³⁵ Paredes de madeira/zinco 0,4%; de bloco de adobe 6,4%; de lata/cartão/papel/saco/casca 0,2%; e de outros materiais 0,6% (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

¹³⁶ Coberturas em laje de betão 0,1%; telha 0%; chapa de lusalite 1,6%; chapa de zinco 14,6%; e em outros materiais 1,1%. Pavimentos em madeira/parquet 0,1%; mármore/granulito 0,6%; cimento 8,6%; mosaico/tijoleira 0,2%; sem nada 3,9%; e em outros materiais 0,2% (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

2,6% latrina melhorada e 0,9% tem retrete ligada à fossa séptica (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

As principais fontes de energia são petróleo/parafina/querosene, 66,1%, lenha, 29,8% e eletricidade, 2,3% (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

A população depende predominantemente da agricultura de subsistência, sendo que outras oportunidades laborais estão concentradas principalmente na capital do distrito, a cidade de Búzi (Kienberger, 2012). As explorações agropecuárias são na sua grande maioria pequenas e médias explorações - 30,391 explorações das quais 30,340 são com culturas alimentares básicas, e apenas 24 são consideradas grandes explorações, das quais 8 são com culturas alimentares básicas (Instituto Nacional de Estatística, 2013).

São poucas as unidades de diferentes ramos de atividade a operar no distrito. As mais significativas em termos de absorção de mão-de-obra são: 20 unidades de administração pública e defesa e segurança social obrigatória, abrangendo 537 pessoas; 23 unidades de indústria alimentar, incluindo 436 pessoas; 215 unidades de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, um universo de 370 pessoa; e 70 unidades de educação, abrangendo 347 pessoas¹³⁷.

No Búzi o acesso à terra acontece maioritariamente através de heranças. No estudo desenvolvido por Feijó e Dadá (2018), os autores concluíram que no distrito o acesso à terra via herança representa sensivelmente 70% das situações, a obtenção através de empresas Estatais menos de 30%, e através da compra a particulares ou outros meios os casos são pouco representativos, menos de 5% e menos de 1% respetivamente.

Segundo Kienberger (2012) as pressões no que diz respeito ao acesso à terra, geram convulsões e conflitos em várias regiões do distrito, especialmente nas terras próximas ao rio Búzi, uma vez que são mais férteis. De forma semelhante, também a escassez de recursos como lenha e água, conduz a conflitos, especialmente nas áreas mais densamente povoadas como a cidade de Búzi, Bândua e Nova Sofala.

O acesso ao gado é generalizado em todo o distrito, representando importantes vantagens no que diz respeito à economia familiar e segurança alimentar. Não só porque representa um mecanismo de poupança que permite a compra de bens alimentares em anos agrícolas pouco produtivos, como também permite o acesso a adubo orgânico que ajuda a mitigar a dificuldade

¹³⁷ Para uma lista completa das atividades praticadas e não praticadas e respetivos índices ver Instituto Nacional de Estatística, 2013, pp. 28–32.

em aceder a outro tipo de fertilizantes, e contribui ainda para a reprodução social, já que é um meio de financiar cerimónias e por exemplo pagar o *lobolo*¹³⁸ (Feijó e Dadá, 2018).

Ao contrário do acesso ao gado, o acesso a outras tecnologias agrícolas é diminuto. Apenas 24,2% usa charrua, 6,1% usa motobomba/eletrobomba e 6,1% usa trator. A carência de acesso a tecnologias é suprimida pelo recurso a mão-de-obra barata, frequentemente contratada apenas sazonalmente (Feijó e Dadá, 2018).

Um dos maiores obstáculos encontrados na produção agrícola e aumento da capacidade produtiva, é o acesso a crédito e a subsídios, um panorama que aliás não é exclusivo ao Búzi, mas sim uma tendência em todo o país. A dificuldade no acesso a créditos e a subsídios prende-se com o facto de serem praticadas taxas de juro elevadas, por serem exigidas garantias difíceis de corresponder e pela escassez de subsídios (Feijó e Dadá, 2018).

Segundo Feijó e Dadá (2018), o uso de fertilizantes químicos e o apoio extensionista tem estagnado ou até diminuído em alguns casos. O aumento da produção, como o caso da produção de milho, reflete mais o aumento da área cultivada em resultado do crescimento da população do que o aumento da produtividade.

De acordo com os dados disponíveis no Inquérito Integrado Agrário 2020, dos treze distritos que constituem a província de Sofala, o de Búzi foi o sexto distrito com maior produção de milho, 14,749t, e o segundo com maior produção de arroz, 13,041t, ambas as culturas importantes para a subsistência familiar. Em contraste, é o distrito com menor produção de feijão bóer, com apenas 53t produzidas (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural et al., 2021, pp. 41–52).

Historicamente o Búzi é pautado por processos relacionais entre as autoridades tradicionais e o Estado. As autoridades tradicionais Ndaus sempre desempenharam um papel relevante na construção do Estado, primeiro na formação do Estado colonial e depois, à semelhança do que tinha acontecido, na formação do Estado pós-independência.

O distrito é ponto de encontro de duas lógicas e formas de ação polarizadoras, mas interdependentes, as estruturas tradicionais e o Estado.

¹³⁸ Cerimónia tradicional na qual a família do noivo oferece bens à família da noiva em troca do casamento. Também realizada para estabelecer ligação entre os antepassados do noivo e da noiva e selar o laço social entre as duas famílias.

10.1 O Tecido Social

No distrito de Búzi a população é maioritariamente de origem Ndau. A organização política e social e o modelo de sucessão seguem as estruturas tradicionais.

As autoridades tradicionais desempenham um papel fundamental em constante articulação e confrontação com outros atores políticos locais e nacionais, havendo contendas pelos lugares de poder político no aparelho administrativo estatal distrital (Florêncio, 2004).

As tensões e fricções entre as autoridades tradicionais Ndau e o Estado distrital prendem-se com a historicidade do país, especificamente o processo de implantação do Estado-Frelimo no meio rural e o período da guerra civil, onde a RENAMO, ao contrário da FRELIMO, instituiu e incluiu nas suas estratégias as autoridades tradicionais como mecanismo de gestão das populações. Neste processo geraram-se identificações políticas (Florêncio, 2004).

Segundo Florêncio, a resposta negativa da população de origem Ndau à FRELIMO, teve no seu cerne cinco pontos fundamentais, nomeadamente a defesa das estruturas tradicionais que asseguravam a reprodução social Ndau e que eram marginalizadas e oprimidas pela FRELIMO; a identificação do Estado-Frelimo com as populações do Sul de Moçambique, com as quais as populações Ndau têm relações conflituosas desde a época pré-colonial; a disseminação da ideia de que nas zonas administradas pela RENAMO, as tradições Ndau eram respeitadas; o facto de os movimentos da RENAMO terem sido iniciados em áreas Ndau; e o facto de a RENAMO estar dominada por elementos de origem Ndau (Florêncio, 2002).

Esta rejeição às propostas da FRELIMO levou à consolidação de uma identificação por oposição. As disputas e concorrência no espaço político entre as autoridades tradicionais Ndau e o Estado distrital representam uma concomitância antagónica no que diz respeito a interesses, perspectivas e formas de atuação, embora esta tensão não seja homogênea em todo o distrito (Florêncio, 2004).

Conforme foi ocorrendo uma integração progressiva das autoridades tradicionais em tarefas administrativas por parte do Estado, estas foram também assumindo um discurso político mais imparcial, embora esta mudança não seja despojada de estratégias políticas e interesses mútuos (Florêncio, 2004), como aliás ocorreu generalizadamente em outras regiões do país e já aqui foi referido.

Concernente às componentes de índole mágico-religioso, as autoridades tradicionais são basilares, uma vez que são elas que representam a ligação entre a dimensão terrena e a dimensão dos espíritos e, como tal, são assumidos como os intermediários das duas dimensões e “como

responsáveis pela manutenção da ordem e da reprodução social e cosmológica” (Florêncio, 2004, p. 101).

Pelo seu papel de índole mágico-religioso, as autoridades tradicionais são um recurso de ordem social, já que são influentes e moldadores das dinâmicas inerentes à reprodução social. A sua posição, vista como privilegiada pela sua relação com os espíritos, representa uma espécie de controlo dos comportamentos coletivos e de resposta aos eventos sociopolíticos já que, por exemplo, em casos de má conduta,

as autoridades tradicionais podem, por intervenção dos seus espíritos, «segurar a chuva», provocando secas prolongadas que colocam em causa a reprodução da sociedade inteira. (...)

[Por exemplo, a]pós a independência as populações explicavam as secas prolongadas pelo facto das autoridades tradicionais estarem a «segurar a chuva» como forma de reacção ao descontentamento provocado pela acção do Estado-Frelimo, que as perseguiu e aboliu. (Florêncio, 2004, p. 102).

Em contextos de catástrofe natural e em prevenção das mesmas, o papel das autoridades tradicionais tem no seu cerne duas componentes predominantes - realizam cerimónias dedicadas às campanhas agrícolas para agradecer e para pedir boas condições climáticas, assim como, cerimónias para pedir protecção aos espíritos dos antepassados, que são os intermediários entre o mundo terreno e *xicuembo*¹³⁹; e desempenham funções de norma social na premissa de guiar a agência humana, de manter os comportamentos individuais e coletivos alinhados com a conduta esperada, e de assegurar um retorno à ‘normalidade’.

Mediante uma catástrofe natural muito do seu papel prende-se com a coesão e resiliência social que contribui para a reprodução dos tecidos sociais.

10.2 Catástrofes Naturais no Distrito de Búzi

O distrito de Búzi tem sido frequentemente fustigado por fenómenos naturais que culminam em catástrofes. Nas últimas duas décadas o distrito sofreu efeitos de dez ciclones e cheias. Ainda que com diferentes níveis de intensidade e considerando que estamos a referenciar apenas um

¹³⁹ Termo utilizado para fazer alusão a uma força sobrenatural/força superior/força divina (Dzucule, 2021).

único distrito de Moçambique, a notável frequência e acumulação dos fenómenos torna-os mais agressivos.

A catástrofe despoletada pelo ciclone Idai em Março de 2019, seguido pelo ciclone Kenneth que teve lugar um mês depois, foi uma das mais penosas catástrofes a atingir Búzi. Pela sua intensidade sem precedentes naquela região e pelos efeitos que avassalaram a população, este ciclone e as consequentes cheias são dos eventos mais referidos na literatura dedicada às catástrofes naturais em Moçambique¹⁴⁰.

Na análise desenvolvida por Feijó e Aiuba (2019) sobre os impactos do ciclone Idai, os autores, com base nos dados da Direção Provincial da Agricultura, indicam que 73.765 hectares da área semeada no Búzi foram perdidos, principalmente plantações de milho e de arroz, o que equivale a 74,3% de toda a área cultivada e a 29.000 produtores e respetivas famílias afetados. Sensivelmente 4.000 bovinos e 5.000 caprinos foram mortos, representando respetivamente 15% e 6,1% dos efetivos pré-ciclone. Dos bovinos que sobreviveram a larga maioria foi afetada com diversas enfermidades, 75% do efetivo existente antes do ciclone (Feijó e Aiuba, 2019, pp. 3–4).

O reassentamento após os eventos foi significativo, nos finais de Abril 2019 já tinham sido atribuídos 358 talhões dos 961 demarcados numa área mais elevada do distrito. O processo de reassentamento suscitou várias convulsões sociais, já que surgiram *lógicas paralelas de funcionamento*, pois as pessoas tiveram a necessidade de procurar outros terrenos para cultivo nas zonas mais baixas, as zonas mais férteis. Surgiu um mercado informal de arrendamento de terras, já que as pessoas recém-chegadas tiveram que negociar com os donos efetivos das terras, meio hectare correspondia a seiscentos meticais por ano, e os indivíduos que tinham cedido terrenos para construção exigiam aos novos moradores que contribuíssem para a melhoria das suas habitações (Feijó e Aiuba, 2019).

O apoio mais imediato para o regresso às práticas agrícolas assumiu o formato de distribuição de insumos, principalmente sementes provenientes de parceiros internacionais, enxadas, catanas e regadores.¹⁴¹ As distribuições nesta fase imediata só alcançaram 28% dos

¹⁴⁰ Sobre o ciclone Idai ver por exemplo Coughlin et al., 2020; Feijó e Aiuba, 2019; GOAL, 2019; Government of Mozambique et al., 2019; Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020; Internal Displacement Monitoring Centre, 2019; Manjoro et al., 2019; Ministry of Agriculture and Food Security et al., 2019; Programa Alimentar Mundial, 2019; Welle, 2019.

¹⁴¹ Para detalhes sobre o apoio imediato para a recuperação das atividades agrícolas após o ciclone Idai, ver quadro disponível na secção dos anexos. Anexo H, pág. 383.

agricultores em Búzi, o que se refletiu numa produção alimentar e de excedentes insuficiente, e conseqüentemente na insegurança alimentar dos agregados familiares (Feijó e Aiuba, 2019).

As sementes que foram distribuídas eram impróprias para cultivo nas zonas altas e, portanto, contribuíram para um agravamento da pressão sobre a terra e para a desigualdade social, já que apenas os agricultores que possuíam machambas nas zonas baixas beneficiaram realmente das sementes

Feijó e Aiuba (2019) referem que ocorreu uma

politização do fenómeno ao nível da oferta de sementes e de kits de apoio à agricultura, assim como ao nível do empolamento dos dados referentes aos danos, com vista a atrair recursos financeiros e de forma a retirar dividendos eleitoralistas. A distribuição dos kits é feita com a presença das autoridades locais e mesmo ministeriais que retiram dividendos políticos. (Feijó e Aiuba, 2019, p. 8).

Os autores mencionam ainda que o mercado local e as dinâmicas económicas subjacentes ao mesmo, sofreram uma rutura que se prolongou por diferentes motivos, nomeadamente a falta de excedentes para comercialização, já que a campanha agrícola foi destruída; a falta de dinheiro para a compra de bens de consumo; e o facto da assistência alimentar ter limitado, de certa forma, o desenvolvimento do comércio rural, já que predominava a lógica do assistencialismo e não a da capacitação da produção local (Feijó e Aiuba, 2019).

Não apenas no ciclone Idai, mas também em fenómenos precedentes e subsequentes, o regresso às práticas agrícolas é pautado por constrangimentos de várias ordens. Comumente torna-se um processo longo e prolongado devido aos solos ficarem impróprios para cultivo durante algum tempo, à desestruturação das estruturas sociais, à falta de recursos financeiros que sejam direcionados diretamente para as populações e de forma continuada, às interferências externas que perpetuam dependência e controlo, e às interferências dos interesses políticos.

Com processos de recuperação demorados e com uma frequência significativa de eventos naturais, a vulnerabilidade cumulativa do distrito de Búzi é ilustrativa da *espiral dinâmica descendente* onde a agricultura *pré* e *pós*-catástrofe são um único processo continuado.

11. Resultados do Estudo

Os resultados do estudo têm como base dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram administradas 53 entrevistas a agricultores de subsistência, sendo que 3 são líderes de comunidade, e 14 entrevistas a peritos externos.

11.1 Descrição e Análise

Os dados recolhidos permitem reflexões para ilustrar, a partir de Búzi, uma problemática que extrapola o distrito e Moçambique, e que diz respeito à cumulação de crises e à carência de abordagens sistêmicas que permitam interpelar os desafios estruturais e a vulnerabilidade crónica.

11.1.1 Identificação do Perfil dos Inquiridos

Para apurar o perfil dos inquiridos foram consideradas as seguintes variáveis: género, faixa etária, residência atual, etnia, habilitações literárias, estado civil, composição do agregado familiar e materiais utilizados na construção das casas.

Dos 53 entrevistados, 25 (47%) são mulheres e 28 (53%) são homens. Na amostra, 3 são líderes de comunidade, todos homens, e 3 são membros de associações agrícolas¹⁴², 2 homens e 1 mulher.

Verificou-se que a faixa etária predominante é a dos 54 aos 59 anos, representando 25% dos indivíduos (Tabela 11.1). Os 3 líderes de comunidade apresentam idades compreendidas entre os 59 e 72 anos, e os 3 membros de associações agrícolas apresentam idades compreendidas entre os 50 e 62 anos.

Tabela 11.1 Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Faixa Etária	N	%
24-28	2	4%
29-33	1	2%
34-38	7	13%
39-43	4	8%

¹⁴² As associações agrícolas são: *Associação dos Casados do Bom Coração* (ACABOCO), *Associação 7 Abril* e *Associação Marcelino dos Santos*.

44-48	5	9%
49-53	6	11%
54-59	13	25%
> 60 anos	12	23%
Não sabe	3	6%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes % - Percentual

Todos os inquiridos nasceram no distrito de Búzi e atualmente a maioria, 23%, reside em Bunha (Tabela 11.2). Os líderes de comunidade residem e são líderes nas comunidades de Fumo e de Bunha.

Verificou-se também que 92% dos inquiridos são da etnia Ndau (Tabela 11.3).

Tabela 11.2 Residência atual dos inquiridos

Residência atual	N	%
Bunha	12	23%
Inharôngue	7	13%
Patarucue	10	19%
Mada	5	9%
Munamicua	3	6%
Cherimonio	3	6%
Matire	1	2%
Gangua	1	2%
Fumo	7	13%
Centro de reassentamento de Cherimonio	4	8%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes % - Percentual

Tabela 11.3 Etnia dos inquiridos

Etnia	N	%
Ndau	49	92%
Chifuranhe	2	4%
Kamu txanga	2	4%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes. % - Percentual

32% dos inquiridos tem a 4ª classe, 21% não sabe ler e escrever e 21% tem a 5ª - 6ª classe (Tabela 11.4).

Tabela 11.4 Habilitações literárias dos inquiridos

Habilitações literárias	N	%
Não sabe ler e escrever	11	21%
4ª classe	17	32%
5ª- 6ª classe	11	21%
7ª- 8ª classe	2	4%
9ª classe	0	0%
10ª - 11ª classe	0	0%
12ª classe	0	0%
Universitário	0	0%
Sem informação	12	23%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes. % - Percentual

58% dos entrevistados são casados e a maioria dos agregados familiares, 40%, tem entre 5 a 6 pessoas, e 34% tem mais de 8 pessoas (Tabela 11.5). 45% das famílias tem entre 3 a 5 filhos/as e 26% tem entre 6 a 8 filhos/as (Tabela 11.6).

Tabela 11.5 Número de pessoas no agregado familiar dos inquiridos

Número de pessoas no agregado familiar	N	%
0 a 4	7	13%
5 a 6	21	40%
07 a 8	7	13%
>8	18	34%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes. % - Percentual

Tabela 11.6 Número de filhos/as no agregado familiar dos inquiridos

Número de filhos /as no agregado familiar	N	%
0 a 2	10	19%
3 a 5	24	45%
6 a 8	14	26%
>8	5	9%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes. % - Percentual

Das 53 famílias inquiridas, 17 têm familiares que migraram, portanto, 32% das famílias. Os destinos de migração predominantes são a cidade da Beira e zonas rurais, seguindo-se a África do Sul e, por último, o centro de reassentamento de Guara-Guara.

Foi possível verificar a habitação de 29 dos 53 entrevistados. 72% habita em casas construídas em bambu e com cobertura de palha (Tabela 11.7). A predominância destes materiais demonstra a fragilidade das habitações mediante eventos naturais, inclusivamente os de baixa intensidade, já que com estes materiais as casas são facilmente destruídas.

O tipo de materiais utilizados na construção das casas é um indicador da classe social dos agregados familiares, sendo que em Moçambique as casas com chapa de zinco são um indicativo de que a família possui algum dinheiro. Ora neste caso, a baixa utilização de chapas, revela um amplo desprovemento de recursos financeiros.

Tabela 11.7 Materiais utilizados na construção das casas dos inquiridos

Materiais utilizados na construção das casas	N	%
Bambu e cobertura de palha	21	72%
Bambu e cobertura de chapa de zinco	5	17%
Tijolo e cobertura de chapa de zinco	3	10%
Respondentes	29	100

N – número de respondentes % - Percentual

11.1.2 Lidar com Eventos Naturais Extremos

Considerando os últimos dez anos, a realidade para a maioria dos inquiridos é terem sofrido e gerido dois ou três eventos naturais extremos, 60% e 38% respetivamente. Somente 2% sofreu apenas um evento natural extremo e 0% não sofreu nenhum (Tabela 11.8).

Os ciclones e cheias dos anos 2019 e 2020 foram os que mais pessoas afetaram, sendo que todos (100%) os inquiridos fizeram referência aos eventos de 2019, 89% aos eventos de 2020 e 72% aos de 2021. Pelo facto de os eventos terem tido lugar em três anos consecutivos, os entrevistados fazem uma única distinção entre o *antes* e o *depois* dos eventos.

Tabela 11.8 Número de eventos naturais extremos sofridos pelos inquiridos nos últimos dez anos

Núm. de eventos naturais extremos sofridos nos últimos dez anos	N	%
0	0	0%
1	1	2%
2	32	60%
3	20	38%
Respondentes	53	100

N – número de respondentes. % - Percentual

A frequência de eventos naturais e as janelas de intervalo diminutas, têm dificultado significativamente a capacidade de resposta e de recomeço das populações. Os inquiridos referem-se aos eventos como um acontecimento que se estende ao longo do tempo e é sinónimo de interrupção prolongada do bem-estar diário, da produção agrícola e da própria segurança alimentar.

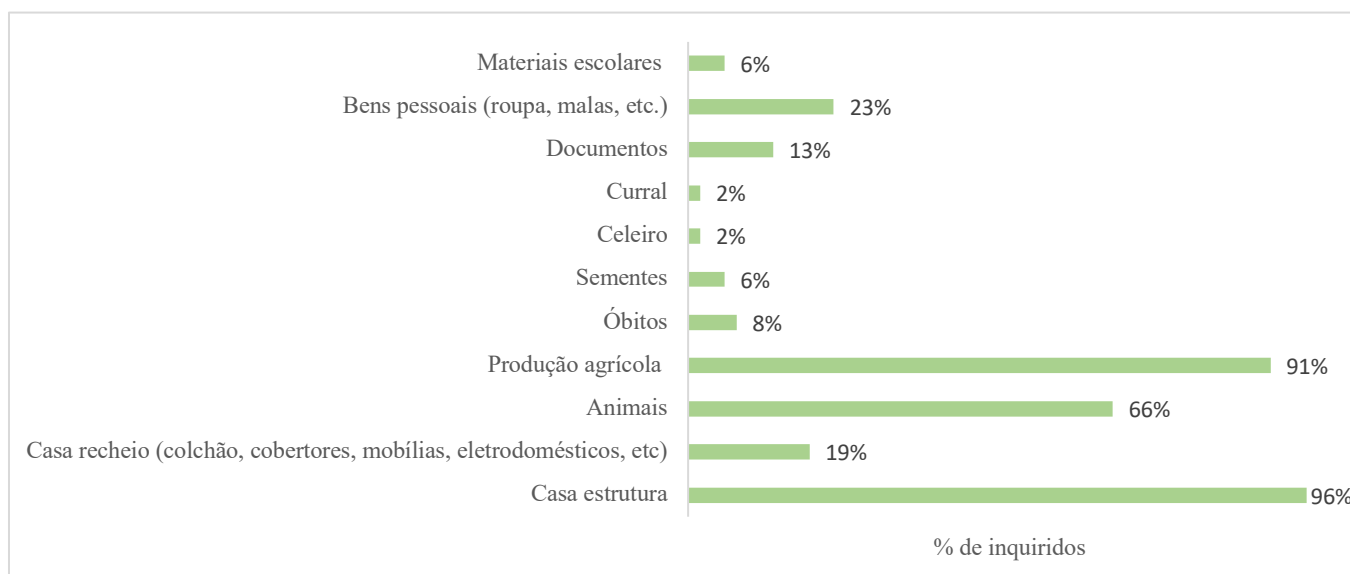
Quando questionados sobre as perdas que sofreram (Gráfico 11.1), torna-se claro, por um lado, padrões de fragilidade, como por exemplo a fragilidade das estruturas das casas, já que 96% dos inquiridos, portanto 51 dos 53 entrevistados, refere que perdeu a sua casa, e, por outro lado, padrões que revelam as atividades e necessidades do quotidiano. A elevada referência à perda da produção agrícola e à perda dos animais de criação, apontado por 91% e 66% dos entrevistados respetivamente, reflete não só a predominância destas atividades, como também as problemáticas que se instalam devido a estas perdas. As perdas agrícolas e as perdas dos animais, prejudicam a capacidade de responder às necessidades básicas, pois são atividades fundamentais para a subsistência diária e para a obtenção de dinheiro, ainda que em quantias reduzidas, através da venda de produtos.

Neste sentido, pelo facto da escassez alimentar e de dinheiro ser sentida diariamente e influenciar todo um conjunto de outras atividades e dinâmicas, como por exemplo o desempenho laboral/escolar ou a compra de materiais para a construção das casas, outros bens materiais são menos referenciados. Os bens associados ao recheio das casas (19%), bens pessoais (23%) ou por exemplo documentos (13%), são perdas menos apontadas pelos inquiridos.

Salvaguarda-se que a baixa percentagem associada à perda de celeiros (2%) e à perda de currais (2%), prende-se com o facto de estas infraestruturas existirem em pequeno número mesmo *antes* dos eventos (ponto apresentado no Gráfico 11.4 *Sistemas de armazenamento de colheitas utilizados antes e depois*, pág. 255).

Ao longo das entrevistas, as práticas e perdas agrícolas, assim como, a consequente insegurança alimentar, são pontos chave aos quais os inquiridos regressam e fazem constante referência ao longo das entrevistas. A rutura da agricultura de subsistência e dos fluxos de dinheiro assumem um papel predominante nos relatos dos inquiridos.

Gráfico 11.1 Perdas mais sentidas com os eventos naturais extremos



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

Os prejuízos que mais sentimos são: nossas casas, machambas e árvores. Visto que nas épocas de fome era possível alimentarmo-nos de mangas, papaias e bananas. E quando tínhamos cocos, nós vendíamos para conseguirmos comprar farinha nos mercados. O maior número de coqueiros foi devastado.¹⁴³

Começamos a ver água a encher os nossos quintais e dentro de casa era uma quantidade de água enorme e não sabíamos por onde saía aquela quantidade toda de água, começamos a correr de um lado a lado à procura de um lugar seguro. No meio deste todo percurso eu sendo um dos líderes da comunidade começamos a mobilizar através de grito dizendo a comunidade que temos que procurar um lugar seguro para estar e este lugar seria na escola, algumas pessoas acataram aquilo que eu dizia e outras pessoas não. Perdemos quase tudo que tínhamos como por exemplo: casas, a nossa produção agrícola que estava na machamba e que estava em casa, perdemos em grande quantidade a nossa criação de animais como: Boi, Cabrito, Porco, Galinha e Patos e muito mais. Enquanto tentávamos recuperar o que perdemos, aparece outra cheia em 2020 e também fez muitos estragos.¹⁴⁴

Primeiro sofremos com ciclone, chapas saíram a casa ficou completamente inclinada e quando as águas das cheias entraram estas vieram terminar a casa e

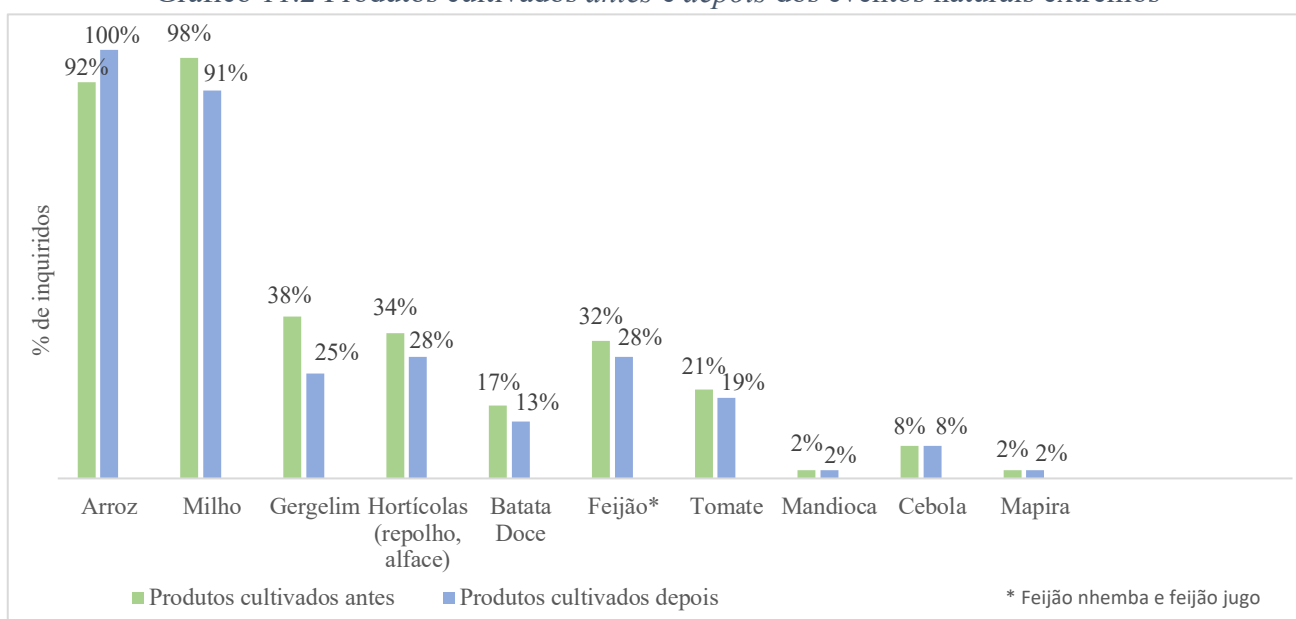
¹⁴³ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.C., 66 anos, residente e líder de Bunha.

¹⁴⁴ Entrevista feita a 29 de Julho de 2021, a Z.A.M., 72 anos, residente e líder de Fumo.

perdeu se tudo. E depois pedi ao meu filho em 2021, este ano, para construir uma cabaninha para aguentar. Mas de novo houve ventos fortes que não chegaram aos níveis de Idai, mas também destruíram e terminado este vento forte também apareceu cheia para me desgraçar. A cabana também ficou completamente destruída.¹⁴⁵

Não se identificou uma diferença significativa no tipo de produtos cultivados *antes* e *depois* dos eventos naturais extremos (Gráfico 11.2). O milho e o arroz são os cultivos predominantes, embora o cultivo de arroz tenha aumentado enquanto o cultivo de milho diminuiu, em 8% e em 7% respetivamente. O gergelim é o que apresenta maior diferença, sendo que *antes* 38% dos inquiridos cultivavam esta planta e *depois* das cheias apenas 25% referiram o seu cultivo. A plantação de hortícolas também apresenta um decréscimo, passando de 34% para 28% de entrevistados a referir o seu cultivo.

Gráfico 11.2 Produtos cultivados *antes* e *depois* dos eventos naturais extremos



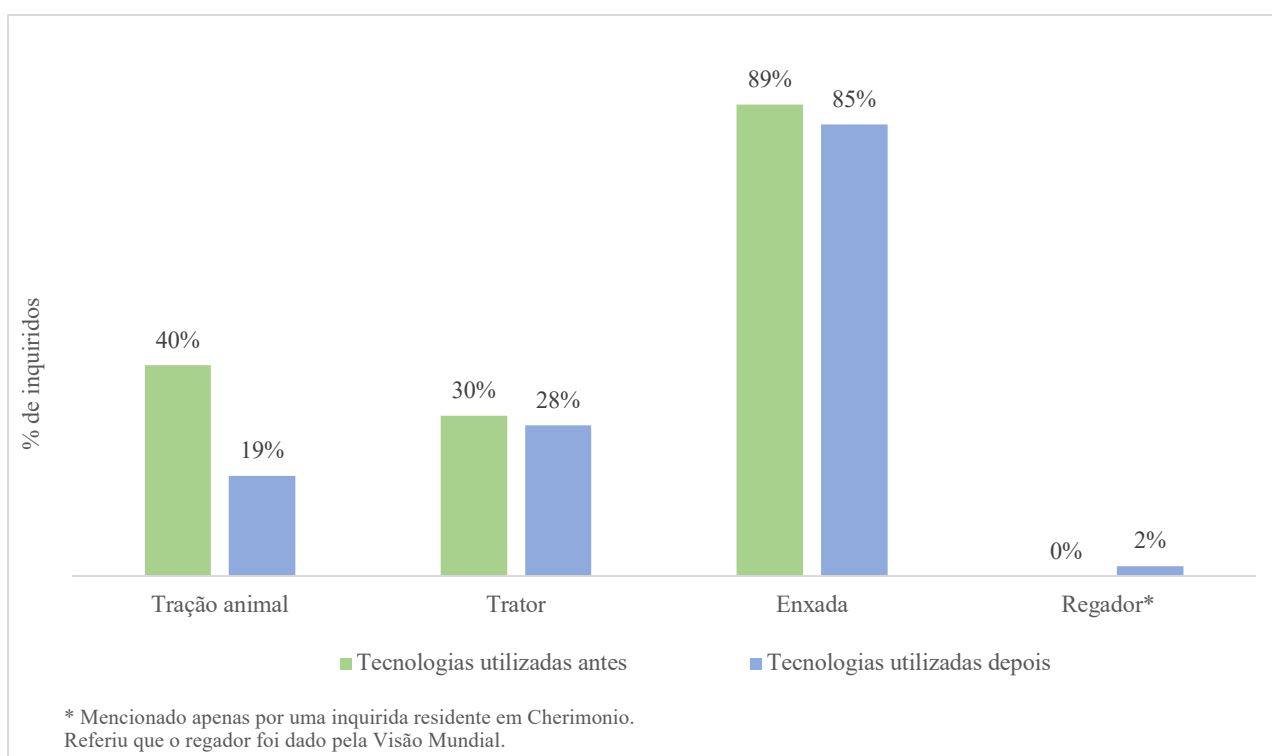
Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

¹⁴⁵ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a M.M., 58 anos, residente de Bunha.

A enxada é amplamente a tecnologia agrícola mais utilizada, não havendo uma diferença significativa quando considerado o *antes* e o *depois* dos eventos, 89% e 85% respetivamente, portanto, 47 e 45 dos 53 inquiridos (Gráfico 11.3). Salvaguarda-se que esta elevada taxa de utilização se deve não ao facto de as enxadas serem particularmente eficazes, mas antes por serem economicamente mais acessíveis e pelo facto de as ajudas externas serem predominantemente insumos agrícolas – sementes e enxadas (ponto apresentado no Gráfico 11.9 *Tipo de apoio recebido pelos agregados familiares e disponibilizado pelos diferentes mecanismos de apoio – governo/ONGs, família e vizinhos*, pág. 266).

Gráfico 11.3 Tecnologias utilizadas antes e depois dos eventos naturais extremos



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

A significativa perda de animais referida anteriormente, reflete-se num decréscimo da utilização de tração animal (bois), que *antes* era usada por 40% dos entrevistados e passou a ser usada por apenas 19%, já que a maioria não dispõe dos meios financeiros para comprar novos animais.

Depois dos eventos alguns dos inquiridos optaram por arrendar o serviço de trator em vez de voltarem a comprar animais de tração. Esta mudança de tecnologia contribui para que a

diferença entre as taxas de utilização de tratores *antes* e *depois* dos eventos seja de apenas 2 pontos percentuais, 30% dos entrevistados utilizavam trator *antes* e 28% *depois* dos eventos. Igualmente relevante para esta diferença pouco significativa, é o facto de 20% dos utilizadores de tratores *depois* dos eventos serem membros de associações agrícolas. Portanto, considerando que o serviço de trator constitui um dos benefícios das associações, se estes indivíduos não fossem membros, a taxa de utilização desta tecnologia seria provavelmente menor. Os tratores, tanto *antes* como *depois* dos eventos, são utilizados através de sistemas de arrendamento, não sendo, portanto, comum como propriedade privada. Os relatos dos entrevistados indicam que os tratores não são mais utilizados devido aos custos elevados.

*Utilizávamos as nossas enxadas, não existe condições para arrendar trator para cultivo. Nem antes nem depois das cheias.*¹⁴⁶

*Antes das cheias, cultivávamos com enxada de cabo curto e tratores alugados. Hoje em dia já não consigo alugar os tratores por falta de condições financeiras e acabo usado somente enxada de cabo curto.*¹⁴⁷

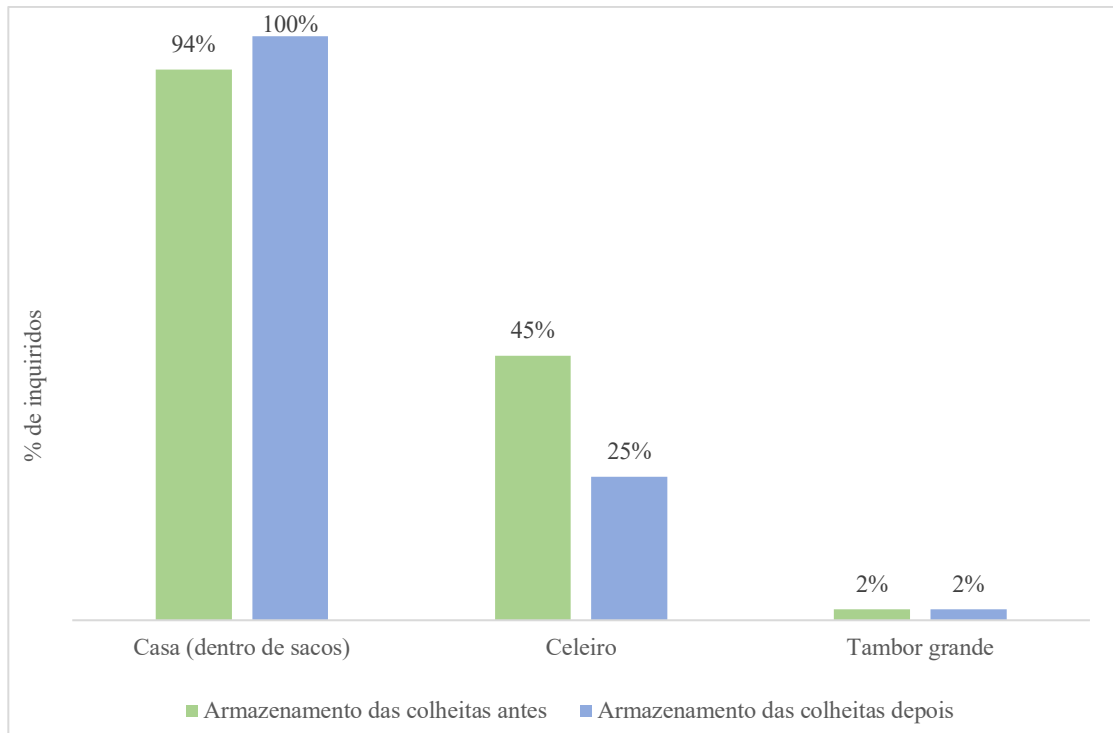
Foram identificados três sistemas de armazenamento de colheitas - armazenamento em sacos guardados em casa, em celeiros e em *tambores grandes*¹⁴⁸ (Gráfico 11.4). O armazenamento em sacos guardados em casa é o sistema predominante, passando de 94% para 100% de entrevistados a utilizarem este sistema *antes* e *depois* dos eventos, respetivamente. Este aumento reflete a destruição de alguns dos poucos celeiros existentes, o que levou mais agregados familiares a armazenarem em casa. A taxa de utilização de celeiros, já por si baixa, passou de 45% para 25%, portanto, *antes* 24 utilizavam celeiro passando a apenas 13 em 53 entrevistados. A reduzida utilização de celeiros deve-se, por um lado, à falta de recursos financeiros para a sua construção, o que por sua vez está relacionado com o facto de a produção atual ser tão reduzida que não permite vendas que possibilitem obter algum dinheiro e, por outro lado, não havendo excedentes agrícolas devido à fraca produção e produtividade, não há a necessidade de ter um celeiro, já que não há nada para armazenar. Alguns dos inquiridos mencionam inclusivamente que embora tenham celeiro, não o utilizam de forma sistemática, pois quando a produção é fraca armazenam em casa.

¹⁴⁶ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.S., 42 anos, residente de Munamicua.

¹⁴⁷ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a L.V., 60 anos, residente de Bunha.

¹⁴⁸ Sistema utilizado para o armazenamento de milho.

Gráfico 11.4 Sistemas de armazenamento de colheitas utilizados *antes e depois*



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

87% dos inquiridos, portanto 46 em 53 pessoas, encontra-se em insegurança alimentar, e o *coping mechanism* mais utilizado para lidar com a crise de produção e alimentar é a redução do número de refeições diárias - 47% refere que deixou de consumir três refeições diárias para passar a consumir apenas duas ou uma, e menos nutritivas.

A nossa alimentação era saudável, passávamos 4 refeições, como é o caso do pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar e actualmente só somente temos passado 2 refeições como: Almoço e Jantar mas muito arrasca e há vezes que passamos o dia todo sem consumir algo. Porque o dinheiro que eu consigo em biscatos devo comprar comida, nada avança.¹⁴⁹

A alimentação diária antes era boa não havia muita fome como actualmente, tinha muita produção que através desses cultivos as famílias

¹⁴⁹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a A.M., 46 anos, residente de Inharôngue.

*conseguiam vender e levar o mesmo valor para investir para as outras atividades. E não havia reclamações por parte da população concernente a comida. Cada um conseguia produzir nas suas machambas para sustento e venda.*¹⁵⁰

*A alimentação diária antes para nos não havia nenhuma reclamação, porque havia bastante comida que produzíamos nas machambas, consumíamos e vendíamos o que sobrava. Depois das cheias a situação começou a complicar, devido a perda de muita comida que se foi com a água e mortes dos animais. Havia necessidade de iniciar-mos tudo de novo, o que não esta sendo uma tarefa fácil até agora.*¹⁵¹

Os relatos dos entrevistados indicam que a baixa produtividade, a acentuada redução da produção e a consequente insegurança alimentar, deve-se não tanto ao género de produtos cultivados, aos sistemas de armazenamento ou às pragas, embora estas também sejam referidas por alguns dos entrevistados, mas sim à degradação dos solos e à falta de recursos financeiros.

42% associa a crise de produção e alimentar à falta de dinheiro para ultrapassar a situação atual. Por um lado, não têm dinheiro para investir em insumos agrícolas, como pagar os serviços de trator e comprar novos animais para criação e tração e, por outro lado, os poucos recursos financeiros que obtêm através de alguns biscates são utilizados para comprar comida, não podendo ser investidos em outras atividades ou na reconstrução da vida quotidiana.

Comparando o *antes* e o *depois* dos eventos, os relatos dos entrevistados indicam que houve um decréscimo acentuado na venda dos cultivos, na prática de biscates e nos rendimentos associados aos mesmos. Ainda que as alternativas de geração de rendimentos sejam precárias e muito pouco rentáveis, 66% mantém uma pluriatividade onde as práticas agrícolas são articuladas com uma ou mais formas de obter rendimentos financeiros.

A vasta maioria dos inquiridos, 94% (50 em 53 pessoas), pratica agricultura (Gráfico 11.5), sendo que os seus relatos revelam que essa prática é agora predominantemente para consumo e não para venda, pois os baixos níveis de produção não o permitem. Outras atividades de sustento praticadas pelos inquiridos são a realização de biscates - 32% (17) dos inquiridos; a pesca em pequena escala, praticada por 15% (8); 11% (6) executa trabalhos agrícolas em

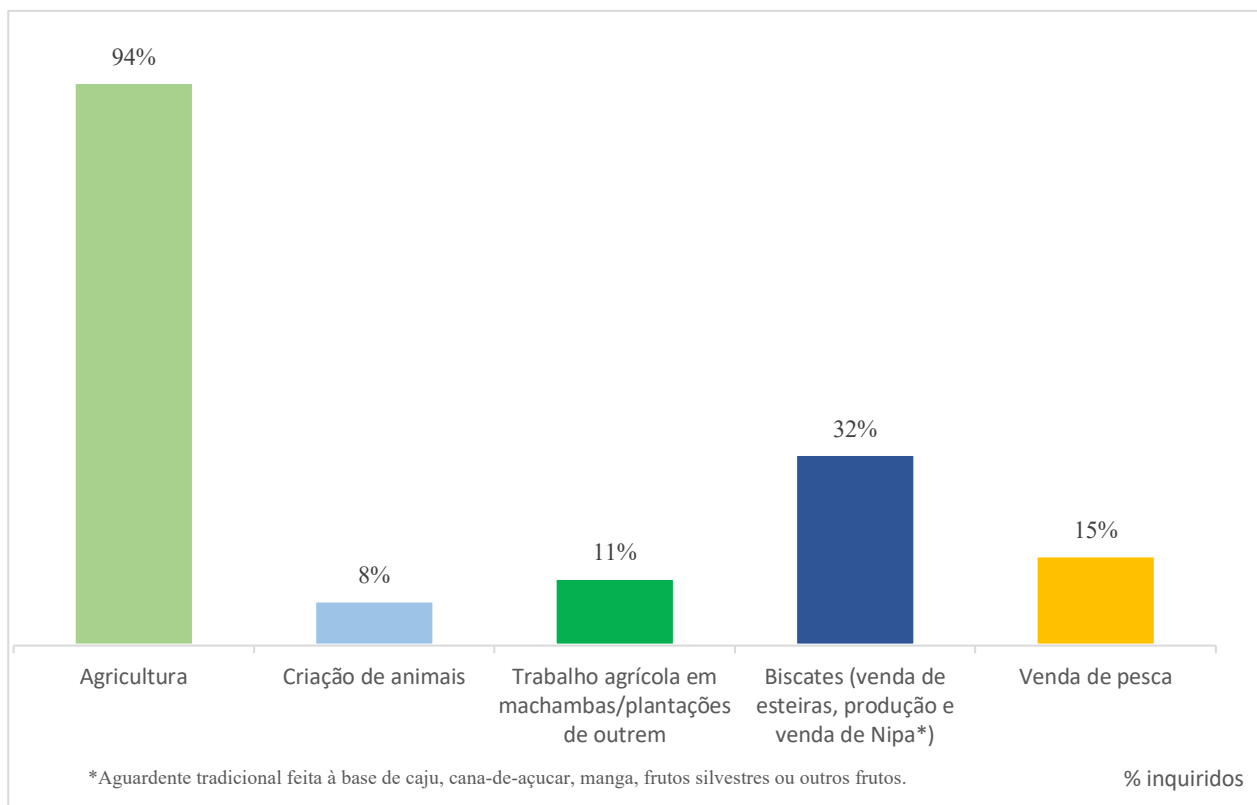
¹⁵⁰ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a N.A., 73 anos, residente de Gangua.

¹⁵¹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a M.F.M., 46 anos, residente de Matire.

machambas/plantações de outrem; e 8% (4) faz criação de animais, sendo que os relatos indicam que este número pouco representativo é uma realidade *pós* eventos, já que esta seria uma atividade significativamente mais praticada *antes* dos eventos.

Apesar da crescente impraticabilidade da agricultura, da baixa produção e da insegurança alimentar, os entrevistados mostram continuar a valorizar a agricultura e as suas machambas.

Gráfico 11.5 Diversificação das estratégias de subsistência



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

*A agricultura, biscatos nas machambas dos outros familiares, venda de animais, e atividades normais de casa. Depois das cheias continuei com a mesma rotina indo a machamba com a família, simplesmente as coisas não andam como antes porque todos nos estamos na mesma situação, dificilmente o negócio sai porque todos estamos à procura de dinheiro.*¹⁵²

¹⁵² Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.A.L., 53 anos, residente de Bunha.

Antes das cheias fazíamos muitas coisas, cultivávamos bem porque não havia problemas de produção agrícola, vendíamos alguns cereais quando era necessário para poder comprar materiais escolares para os nossos filhos e isso não afectava em nenhum momento ao nosso consumo, porque havia comida suficiente. Depois das cheias ficamos praticamente desmoteados a nossa produção baixou bastante, temos trabalhado muito e só colhemos pouco. Os nossos Cabritos e Galinhas foram embora com água.¹⁵³

Tinha 4 machambas, duas de arroz e duas de milho. Antes a produção ou colheita era satisfatória, ou seja, conseguia 25-30 sacos de arroz e 16 sacos de milho e algumas latas de gergelim. Mas actualmente não é fácil ter essas quantidades por conta das cheias e tempestades, o dinheiro também contribui porque não temos valores monetários para aluguer de tratores e tracção animal.¹⁵⁴

Antes das cheias eu passava mais tempo na minha machamba a cultivar e as vezes por necessidades, fazia biscatos na machamba. Porque as pessoas alugavam o meu Boi para eu poder cultivar para eles o dinheiro que eu recebia dava para eu ajudar nas despesas da minha casa. Depois das cheias fiquei sem o meu boi, porque foi alastrado com a água e praticamente já não faço mais biscate porque o boi que me ajudava foi levado com a água.¹⁵⁵

11.1.3 Perceção de um Evento Natural Extremo

As narrativas dos inquiridos revelam predominantemente sentimentos de tristeza, de mau-estar/sofrimento, de não saber o que fazer e de medo de passar pelo mesmo tipo de eventos e sofrer novas perdas (Gráfico 11.6).

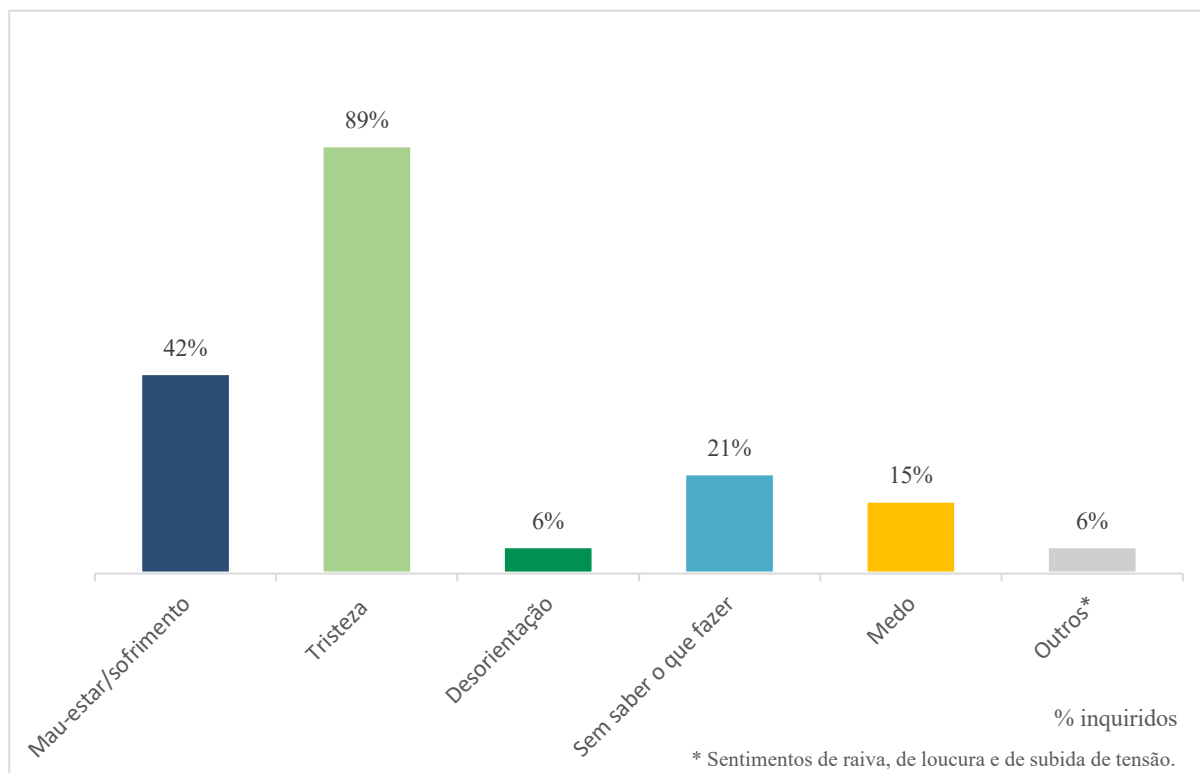
Apesar do sofrimento e do medo, os inquiridos tendem a regressar às suas terras. Quando questionados sobre se regressam ou não às suas terras e machambas após os eventos naturais extremos, 49 dos 53 inquiridos - 92% - afirmam ter regressado. Os que não regressaram encontram-se a residir no centro de reassentamento de Cherimonio.

¹⁵³ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.L.P., 49 anos, residente de Inharongue.

¹⁵⁴ Entrevista feita a 28 de Julho de 2021, a S.A.M., 36 anos, residente de Cherimonio.

¹⁵⁵ Entrevista feita a 29 de Julho de 2021, a T.P., 57 anos, residente de Fumo.

Gráfico 11.6 Sentimentos dos inquiridos em relação aos eventos naturais extremos



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

As narrativas dos entrevistados sugerem que este regresso está relacionado não só com a necessidade alimentar e dependência da agricultura, mas também com um vínculo afetivo com a própria terra. Por um lado, regressam às suas machambas por precisarem de regressar às práticas agrícolas que asseguram a sua sobrevivência e, por outro lado, por haver um forte sentimento de ligação e de pertença que se relaciona com a *reprodução cosmológica*. Acrescenta-se ainda que o regresso às terras é também verificável mesmo quando existem centros de reassentamento, pois a maioria refere que nos centros, pela sua localização mais alta, os solos são inférteis e os inquiridos acabam por regressar às suas terras onde podem cultivar.

A rejeição das terras atribuídas nos centros de reassentamento, prende-se também com o facto de estes representarem um afastamento físico das terras de origem e, portanto, representam uma rutura cosmológica, e ainda por representarem implicações nas próprias dinâmicas de direito e propriedade da terra. O acesso à terra ocorre por herança e sucessão por linhagem e, como tal, aceitar terras aleatoriamente atribuídas pelo Estado significa assentir uma perda de controlo das dinâmicas de acesso à terra. Portanto, trata-se também de uma forma de gestão do poder político; deter esse poder e não atribuir o mesmo ao Estado ou a agentes externos.

Sentimentos de familiaridade, afinidade, respeito, harmonia, afeto, amor e de continuidade intergeracional são mencionados frequentemente para descrever a ligação com as terras e machambas.

*Depois das cheias regressamos às nossas terras. É o sítio onde nasci não posso abandonar.*¹⁵⁶

*Eu com todas as situações que aparecem eu continuo aqui na minha terra. A ligação que tenho com a minha terra é de amor, porque a nossa vida está aqui na nossa terra.*¹⁵⁷

*A ligação que eu tenho com a minha terra é imenso respeito porque nasci e cresci aqui, posso dizer que toda a minha vida está aqui na minha terra e é por isso que existe uma ligação harmoniosa.*¹⁵⁸

A perceção da continuidade intergeracional relaciona-se com o reconhecimento e valorização do papel desempenhado pelos antepassados em eventos naturais extremos. Dos 53 entrevistados, 34 afirmam que os antepassados ajudam mediante os eventos, 16 não legitimam a existência dessa ajuda e 3 não respondem.

Os inquiridos referem que a ajuda dos antepassados é a proteção da vida, e atribuem aos mesmos o facto de terem sobrevivido aos eventos naturais extremos. Este sentimento de proteção e de confiança nos antepassados é relevante quando considerado o regresso às terras após os eventos, já que apesar do medo sentido existe a confiança de que os antepassados e *xicuembo* protegerão em eventos futuros.

*Os antepassados ajudaram porque se não fosse eles a minha família não estaria viva.*¹⁵⁹

*[Os antepassados] ajudaram porque recebemos ajuda de pessoas vindo com comida para distribuir, passamos por coisas difíceis e conseguimos estar vivos.*¹⁶⁰

¹⁵⁶ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a S.M.S., 54 anos, residente de Fumo.

¹⁵⁷ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a M.B.M., 59 anos, residente de Fumo.

¹⁵⁸ Entrevista feita a 29 de Julho de 2021, a Z.A.M., 72 anos, residente e líder de Fumo.

¹⁵⁹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a M.M., 58 anos, residente de Bunha.

¹⁶⁰ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.S., 42 anos, residente de Munamicua.

*Eles têm ajudado e é por isso que estamos vivos, fomos protegidos por eles.*¹⁶¹

*Os nossos antepassados têm desempenhando vários papéis de protecção nestas situações de calamidade naturais.*¹⁶²

Enquanto a maioria reconhece o papel ativo dos antepassados na protecção e ajuda recebida nos momentos de crise, o mesmo não se verifica relativamente à religião. Dos 53 entrevistados, 2 afirmam que receberam ajuda da religião, 48 afirmam que não receberam e 3 não respondem.

Denota-se uma diferença entre a ajuda que é associada aos antepassados e àquela associada à religião. Enquanto a ajuda que é esperada por parte dos antepassados assume o formato de protecção e, portanto, assume um carácter intangível e ligado aos espíritos, por sua vez, a ajuda que é esperada por parte da religião assume um carácter tangível, sendo esperada ajuda em género, como por exemplo bens alimentares. J.S.,¹⁶³ 42 anos de idade, residente em Munamicua, refere inclusivamente que obteve ajuda alimentar através da religião, mas que foram os antepassados que possibilitaram que isso acontecesse.

Os entrevistados relatam ainda diferenças nos fluxos de ajuda provenientes das várias religiões. O Islamismo é referido como das poucas religiões que distribuiu ajuda em género, sendo que a distribuição aconteceu nas mesquitas, alcançado, portanto, apenas a população Muçulmana.

*A religião ajudou com algumas coisas de comer.*¹⁶⁴

*Na minha religião de “Luís Escopal” não tivemos ajuda, simplesmente as igrejas que ajudavam eram as mesquitas para as pessoas que são Muçulmanas.*¹⁶⁵

*A religião ajuda para outros.*¹⁶⁶

¹⁶¹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a S.M.S., 54 anos, residente de Fumo.

¹⁶² Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.L.P., 49 anos, residente de Inharongue.

¹⁶³ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.S., 42 anos, residente de Munamicua.

¹⁶⁴ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.S., 42 anos, residente de Munamicua.

¹⁶⁵ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a C.M., 38 anos, residente de Bunha.

¹⁶⁶ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a Z.C.L., 50 anos, residente de Patarucue.

A predominância atribuída ao papel dos antepassados é basilar na etnia Ndau, pois, como mencionado anteriormente, na etnia Ndau a organização política e social e o modelo de sucessão seguem as estruturas tradicionais.

Quando questionados sobre o seu papel de índole mágico, os líderes de comunidade referiram a realização da *Mbhambha* e da *Kupacha* para agradecerem e pedirem proteção aos *vadzimu*¹⁶⁷.

Subjacente às suas incumbências de índole mágico, estão funções de norma social com a premissa de guiar a agência humana. Nos seus relatos, os líderes de comunidade mencionam frequentemente o seu papel como agentes reguladores. Manter as populações unidas, garantir que as regras e condutas locais são respeitadas e preservadas, manter a ordem e promover a harmonia entre os vários líderes de comunidade são funções mencionadas ao descreverem o seu papel. Portanto, mediante eventos naturais extremos, o seu papel prende-se com o manter os comportamentos individuais e coletivos alinhados com a conduta esperada e com o assegurar um retorno à ‘normalidade’.

*A nossa composição de liderança continua a mesma sabendo que estamos a enfrentar vários desafios por conta das situações calamitosas frequentes nos últimos anos. Continuo a exercer as minhas funções em um ambiente harmonioso junto com os meus colegas, mesmo sabendo que as dificuldades não faltam. O mais importante é os membros das nossas comunidades unidas e respeitando as regras da zona.*¹⁶⁸

*Continuo a chefiar as mesmas comunidades de modo a garantir que estes vivam em ordem e bem alinhados coordenando com outros chefes das povoações, localidade etc.*¹⁶⁹

Na sua opinião o seu papel não tem sofrido alterações com os eventos naturais extremos. Contudo, referem que as condições do meio envolvente sofreram alterações, mencionado, por exemplo, a diminuição significativa do número de árvores e a consequência disto a nível da construção das habitações, já que as populações comumente usam as sobras das árvores, a madeira e os cocos para as construções.

¹⁶⁷ Vadzimu - espíritos dos antepassados (Florêncio, 2008, p. 377).

¹⁶⁸ Entrevista feita a 29 de Julho de 2021, a Z.A.M., 72 anos, residente e líder de Fumo.

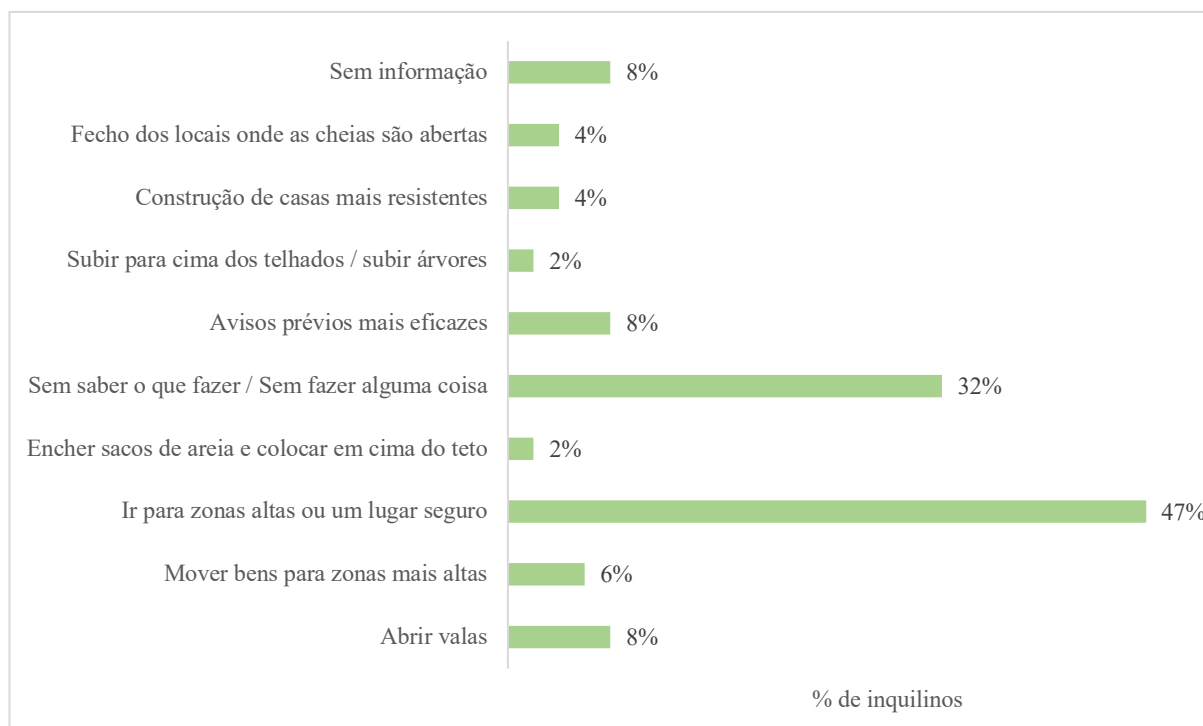
¹⁶⁹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.C., 66 anos, residente e líder de Bunha.

Acrescentam ainda que embora a liderança *per si* não tenha sofrido transformações, esta é desempenhada em condições cada mais adversas e enfrentam cada vez mais desafios, pois as populações estão cada vez mais vulneráveis e expostas.

Também os relatos dos restantes inquiridos demonstram a preocupação de uma vulnerabilidade crescente e de uma capacidade cada vez menor de responder à iminência de novos eventos quando nem conseguiram recuperar dos eventos anteriores.

Verificou-se que na iminência de um evento natural extremo, são poucas as medidas acionadas por parte das populações, não só por falta de opções, mas também por falta de conhecimento sobre a própria ocorrência ou sobre o que fazer para antecipar e mitigar os danos e as perdas (Gráfico 11.7).

Gráfico 11.7 Medidas tomadas pelos inquiridos para anteciparem os impactos dos eventos



Autor: Sara Bernardo Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

47% dos inquiridos refere deslocar-se para zonas mais altas ou para um lugar que considere mais seguro, sendo frequentemente indicado Guara-Guara como opção, já que é uma região mais alta; 32% refere que não sabe o que fazer ou não faz nada; 8% menciona a necessidade de haver sistemas de aviso prévio mais eficazes; outros 8% abre valas na tentativa de escoar a água; 6% move os seus bens para zonas mais altas; 4% pede para que seja “*fechado o local onde as cheias são abertas*”, havendo uma compreensão de que os fluxos de água oscilam

também com a abertura das comportas das barragens nos países vizinhos; 4% menciona a necessidade de se construir casas mais resistentes, pois não há opções nem medidas que possam ser tomadas e que funcionem em condições onde tudo já está frágil e é facilmente destruído; 2% diz subir para cima dos telhados ou para cima de árvores; e outros 2% enche sacos de areia e coloca-os em cima dos telhados para evitar que estes sejam arrastados.

Verifica-se que as medidas tomadas pelos entrevistados são pouco eficientes e mesmo os eventos naturais de fraca intensidade facilmente se transformam em catástrofes naturais. A inexistência de opções mais eficientes e que permitam uma maior resiliência, prende-se à escassez de recursos que possibilitem uma preparação contínua, cumulativa e adequada.

*Tenho aberto vala. Tenho preparado também os bens que são de fácil degradação para um lugar muito acima de ser atingido com as águas.*¹⁷⁰

*Não fazemos nada porque cheias são cheias e destroem qualquer coisa.*¹⁷¹

*Pedimos que fechem o local em que as cheias são abertas para que as nossas produções voltem a normalidade.*¹⁷²

*Estamos a tentar construir casas resilientes só que não resistem, logo que aparecem as cheias e destroem.*¹⁷³

11.1.4 Os Fluxos de Apoio

Quando questionados sobre a ajuda recebida, 83% dos inquiridos refere que recebeu apoio de ONGs e do governo, 38% recebeu apoio proveniente de vizinhos, 28% refere o apoio de membros familiares e 2% refere que não obteve qualquer tipo de ajuda. Salvaguarda-se que os fluxos de ajuda não são mutuamente exclusivos, já que segundo os relatos dos entrevistados a tendência é que tenham recebido ajuda através de mais de um mecanismo e em mais de um formato.

Para a maioria dos inquiridos não há uma distinção clara se a ajuda recebida adveio de ONGs ou do governo. Dos 83%, portanto 44 entrevistados, que mencionam ter recebido ajuda

¹⁷⁰ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a A.M., 58 anos, residente de Patarucue.

¹⁷¹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.P., não sabe a idade, residente de Patarucue.

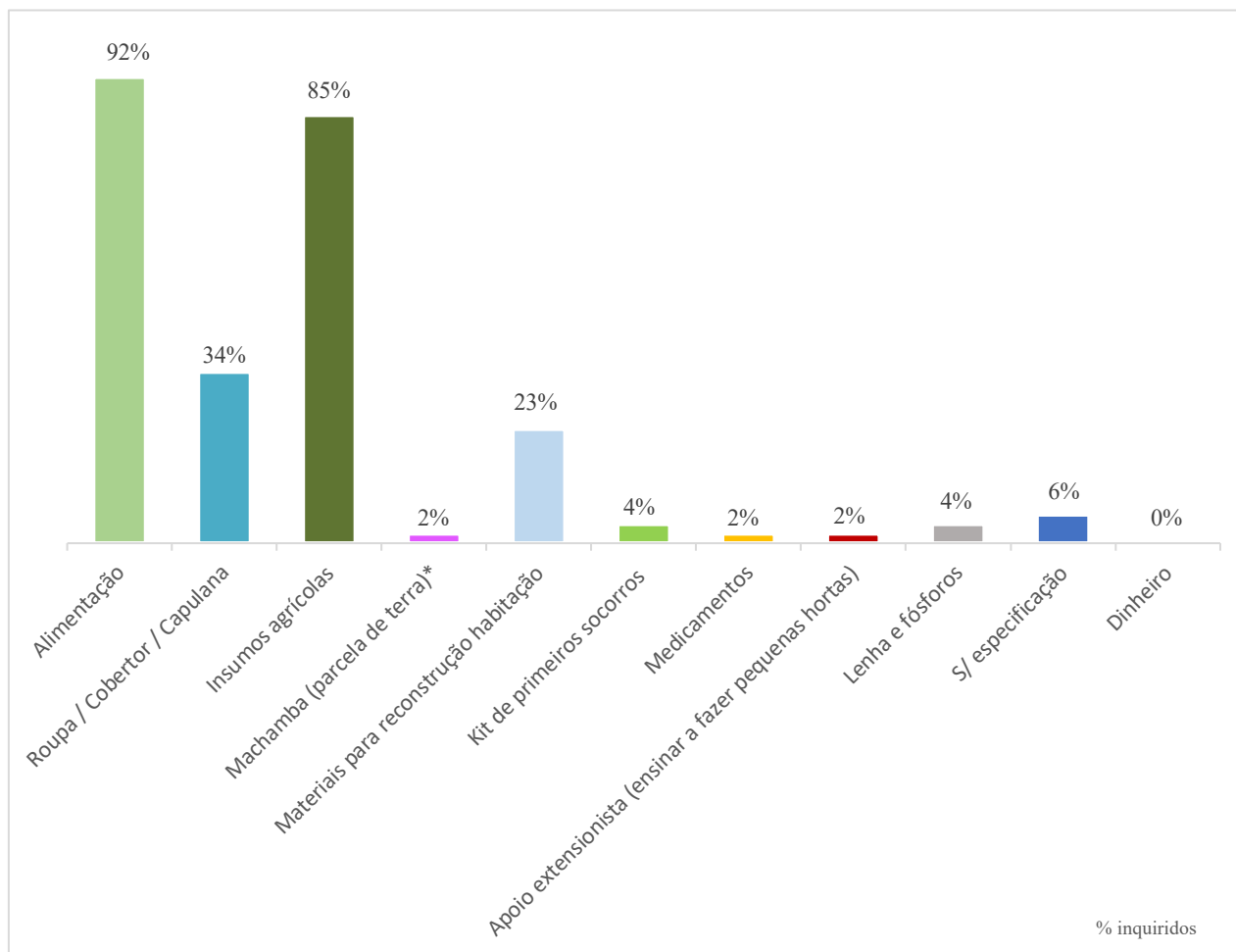
¹⁷² Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a T.J.C., 52 anos, residente de Munamicua.

¹⁷³ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a T.J., 50 anos, residente de Patarucue.

através dos dois ou de pelo menos um destes mecanismos, apenas 10 entrevistados fazem a distinção. Esta distinção é predominantemente baseada nas chapas de zinco distribuídas pelo governo para a reconstrução das casas.

O apoio¹⁷⁴ mais recebido pelos inquiridos (Gráfico 11.8) foram os bens alimentares e os insumos agrícolas – 92% e 85% respetivamente. Ninguém mencionou ter recebido dinheiro.

Gráfico 11.8 Tipologia do apoio recebido pelos inquiridos



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

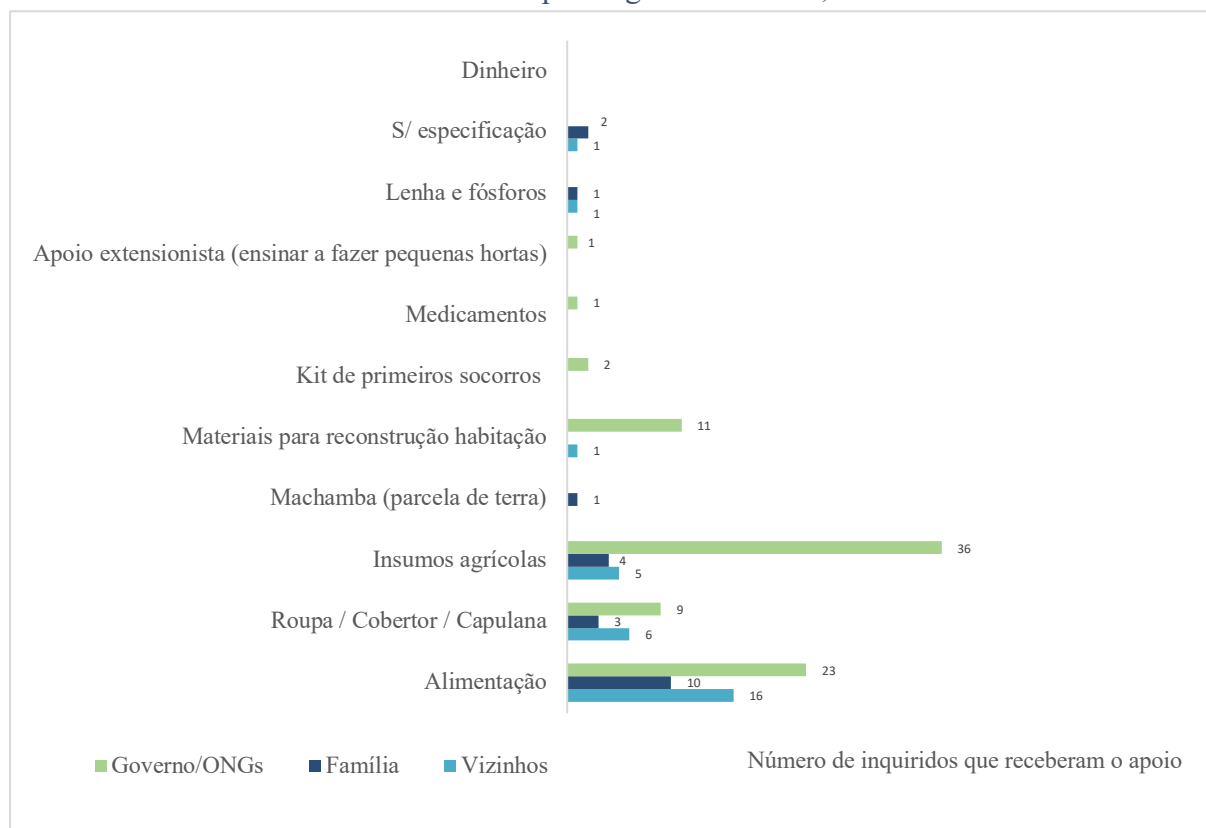
Verifica-se diferenças no que diz respeito ao tipo de apoio disponibilizado pelas diferentes estruturas – governo/ONGs¹⁷⁵, família e vizinhos (Gráfico 11.9). Relativamente ao apoio do governo/ONGs, o mais predominante foi a distribuição de insumos agrícolas e de bens

¹⁷⁴ As categorias surgiram com os relatos dos inquiridos.

¹⁷⁵ Optou-se por agrupar estes dois atores por não haver, como já referido, uma distinção clara nos relatos dos inquiridos.

alimentares, seguindo-se a distribuição de materiais para a reconstrução das habitações e a distribuição de roupas/cobertores/capulanas. Por sua vez, a distribuição de kits de primeiros socorros, de medicamentos e a disponibilização de apoio extensionista¹⁷⁶ foram diminutas. A atribuição de terras e a ajuda em formato de dinheiro foram ambas inexistentes.

Gráfico 11.9 Tipo de apoio recebido pelos agregados familiares e disponibilizado pelos diferentes mecanismos de apoio - governo/ONGs, família e vizinhos



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

Relativamente à ajuda disponibilizada por familiares, a ajuda alimentar foi a mais dada. Insumos agrícolas e roupas/cobertores/capulanas foram dados em menor escala. Apenas 1 inquirido mencionou ter recebido uma parcela de terra como ajuda da família, assim como, também apenas 1 inquirido referiu ter recebido lenha e fósforos. Materiais para a reconstrução das habitações, kits de primeiros socorros, medicamentos, apoio extensionista e dinheiro não são apontados como ajuda familiar.

¹⁷⁶ Especificamente referido pelos inquiridos como *ensinar a fazer pequenas hortas*.

O tipo de apoio disponibilizado pelos vizinhos é muito semelhante àquele que é disponibilizado pelas famílias. Os bens alimentares são os mais dados, seguindo-se os insumos agrícolas e as roupas/cobertores/capulanas. Materiais para a reconstrução das habitações e lenha e fósforos são ajudas pouco dadas, e parcelas de terras, kits de primeiros socorros, medicamentos, apoio extensionista e dinheiro são inexistentes.

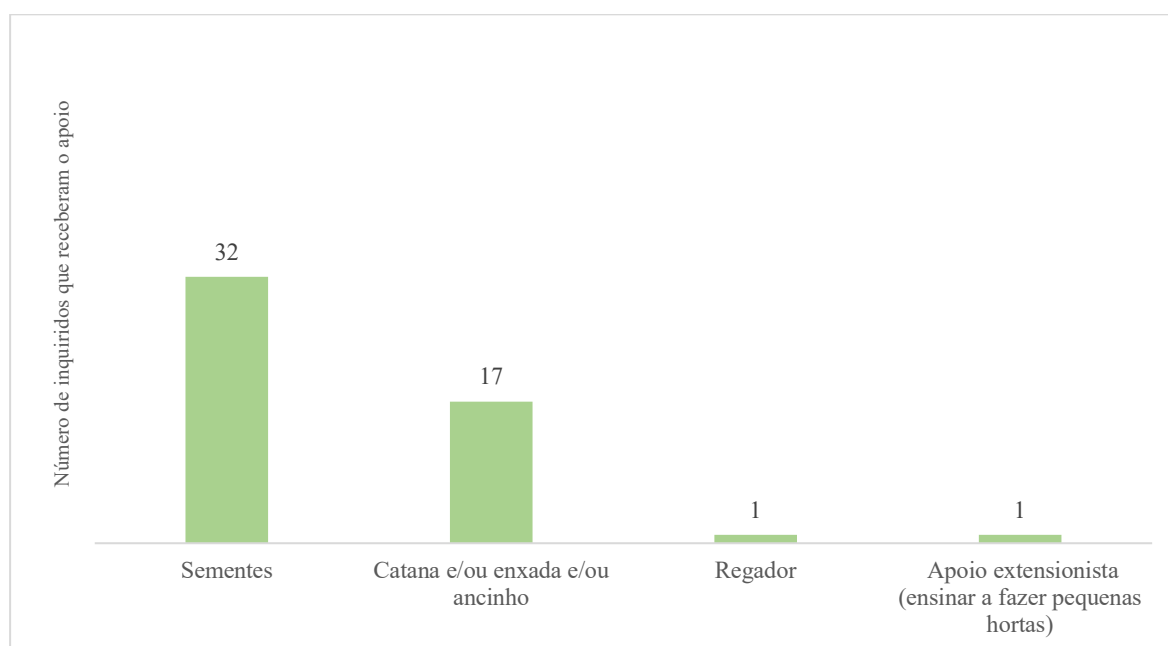
Considerando exclusivamente e em detalhe o apoio para o regresso às práticas agrícolas, dos 53 inquiridos 36 referem que receberam apoio do governo/ONGs, 13 indicam que não tiveram qualquer apoio e voltaram a cultivar por conta própria e 9 indicam o apoio da família/vizinhos.

O apoio agrícola prestado pela família/vizinhos foi predominantemente sementes.

Os inquiridos que regressaram às práticas agrícolas por conta própria, mencionam que o fizeram com sementes de colheitas anteriores que conseguiram guardar, e investiram algumas poupanças que tinham na compra de novas sementes.

Dos 36 que receberam apoio do governo/ONGs, constatou-se que a maioria, 32 inquiridos, recebeu sementes, 17 receberam ferramentas, nomeadamente catanas, enxadas e/ou ancinhos, 1 inquirido indica ter recebido um regador e também 1 refere o apoio extensionista (Gráfico 11.10).

Gráfico 11.10 Tipologia do apoio agrícola recebido pelos inquiridos disponibilizado pelo governo/ONGs



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

Relativamente aos fluxos de apoio provenientes dos diferentes mecanismos, conclui-se que:

- Os formatos dos apoios variam e refletem obviamente o perfil da capacidade dos diferentes mecanismos de apoio. Medicamentos, kits de socorro, materiais para a reconstrução das habitações, apoio extensionista e dinheiro são significativamente mais difíceis de serem dados por familiares e vizinhos, pois são escassos mesmo em contextos “regulares”. Portanto, mesmo sem a ocorrência de eventos naturais extremos há uma panóplia de recursos que são diminutos e, como tal, em eventos naturais extremos a interajuda das populações não pode ser pautada por recursos que eram anteriormente já inexistentes.
- Os bens alimentares e os insumos agrícolas são os apoios mais dados por todos os mecanismos de apoio. Por um lado, demonstra que as populações, na possibilidade de interajuda, usam mais estes formatos de ajuda por lhes ser de mais fácil acesso e por não terem disponível outros recursos. Por outro lado, não obstante de ser necessário bens alimentares e insumos agrícolas que reforcem a capacidade de interajuda das populações, o governo e as ONGs são os agentes com maior capacidade para assegurar um apoio mais diversificado e, portanto, mais sistémico perante aquelas que são as necessidades. Uma lógica de maior articulação e menos duplicação dos formatos de apoio, já que estes agentes têm um acesso muito mais amplo a toda uma panóplia de recursos. Por outras palavras, se a capacidade de interajuda das populações assenta em bens alimentares e insumos agrícolas, então a lógica seria apoiar nesse formato se necessário, mas também completá-lo com outros formatos de apoio que não estão facilmente ao alcance das populações.
- A necessidade de materiais para a reconstrução das habitações e a preocupação em construir habitações mais resistentes, são pontos chave aos quais os inquiridos fazem constante referência ao longo das entrevistas. No entanto, os fluxos de apoio neste sentido são pouco significativos – apenas 12 inquiridos (23%) mencionam ter recebido chapas de zinco, dos quais 1 menciona ter recebido de vizinhos e 11 mencionam ter recebido do governo/ONGs. Acrescenta-se ainda que os relatos revelam que mesmo nos casos em que foram recebidas chapas, estas foram insuficientes. Os entrevistados indicam ter recebido um total de 6 chapas por família, portanto, insuficiente para uma habitação.
- Apenas 1 inquirido recebeu uma parcela de terra, tendo sido apoio familiar. Esta baixa incidência relaciona-se, possivelmente e não exclusivamente, com o regresso às terras

e machambas mencionado anteriormente, já que este regresso pode refletir-se nos baixos níveis de cedência de parcelas, e no facto de as parcelas atribuídas pelo governo para reassentamento não serem reconhecidas como apoio, uma vez que a maioria não permanece nas mesmas.

Acrescenta-se ainda que, quando necessário novas parcelas de terra, este acesso muitas vezes não surge através de mecanismos de apoio, mas antes através de sistemas de arrendamento, tal como mencionado na análise desenvolvida por Feijó e Aiuba (2019).

- As narrativas sugerem que a reciprocidade e as redes de solidariedade entre vizinhos e familiares estão presentes e, sempre que possível, a conduta social segue esses princípios. Todavia, a capacidade de interajuda das populações varia de acordo com a intensidade dos eventos naturais. Em eventos de alta intensidade, como por exemplo o ciclone Idai, a capacidade de interajuda fica profundamente fragilizada, já que a devastação pode assumir uma escala que extrapola as capacidades de resposta de qualquer *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992) ou classe social. Nestes casos, a capacidade de oferecer ajuda fica comprometida.

68% dos inquiridos indica que não conseguiu disponibilizar qualquer ajuda mediante os eventos, e 32% indica que conseguiu fornecer algum apoio em bens alimentares, mantas e capulanas, embora as duas últimas categorias com menos frequência.

A operacionalidade cada vez mais diminuta das redes de solidariedade, reflete-se nos próprios tecidos sociais que se tornam cada vez vulneráveis sem estas redes de apoio que viabilizam as formas internas de organização e de sobrevivência.

- Na opinião dos inquiridos, a ajuda disponibilizada pelo governo e pelas ONGs, ainda que insuficiente na sua quantidade e limitada na sua tipologia, foi satisfatória e reconhecem que foi fundamental na fase de emergência, portanto, imediatamente a seguir aos eventos.

A ajuda externa, foi boa porque precisávamos. Foi oferecido bolachas que caíam de helicóptero como forma de atenuar a nossa fome e algumas pessoas foram dado roupa. E essa ajuda apareceu no momento certo visto que estávamos em situação de aflição.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Entrevista feita a 25 de Julho de 2021, a C.M., 38 anos, residente de Inharongue.

*Aos vizinhos não conseguimos dar nenhuma ajuda. Aos familiares apoiamos com pouco de comida que tínhamos dada pelo projeto, partilhamos a mesma comida no mesmo quintal.*¹⁷⁸

*Aos vizinhos simplesmente nos apoiávamos em troca de comida, se alguém precisa-se de farinha eu tinha que trocar por exemplo com arroz.*¹⁷⁹

*Nenhum vizinho apoiou outro se ele também não tinha, mesmo aos nossos familiares diretos não conseguimos ajudar porque também não tínhamos.*¹⁸⁰

- Para o regresso às práticas agrícolas, as sementes são o insumo que mais é disponibilizado por todos os mecanismos de apoio. Não obstante da necessidade e importância de o governo/ONGs proporcionar este apoio, verifica-se que não existe uma diversificação no apoio nem uma articulação que permita responder às necessidades de forma mais sistémica.

A incapacidade de pagar serviços de trator e a incapacidade de comprar animais, são pontos chave aos quais os inquiridos regressam e fazem múltiplas referências ao longo das entrevistas - 66%, portanto 2/3 dos inquiridos, refere a perda dos seus animais.

Embora esta necessidade esteja claramente presente nos relatos, os apoios relativamente aos serviços de trator e aos animais são diminutos, e o apoio em dinheiro para possibilitar o acesso aos mesmos não existe.

O Estado tem contribuído com o fornecimento de alguns tratores comunitários, mas numa quantidade tão diminuta que os melhoramentos provenientes da tecnologia tornam-se impercetíveis (Chambal, 2022; Colaço, 2021).

- Não foram dados apoios para melhorar os sistemas de armazenamento débeis ou inexistentes.
- Também não foram disponibilizados apoios ou estratégias que visem melhorar as condições da produção agrícola de forma a que os incidentes não se repitam todos os anos na época dos ciclones e das chuvas.

¹⁷⁸ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a S.R., 68 anos, residente de Inharongue.

¹⁷⁹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.A.F., 53 anos, residente de Bunha.

¹⁸⁰ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a S.P., 59 anos, residente e líder de Bunha.

*Tivemos apoio como sendo um incentivo para voltar a cultivar em ramas de batata-doce, sementes de abóbora. Mais tarde em semente de milho e arroz. Tivemos também ajuda para voltar a cultivar em enxada e catana.*¹⁸¹

*Não tivemos apoio nenhum no que respeita às sementes. As que temos usado são sobras das colheitas passadas. Isso quer dizer que cada um de nós teve que retomar aos cultivos de forma individual.*¹⁸²

*Com algumas sementes molhadas que haviam sobrado, voltei ao cultivo. Sementes e enxadas própria.*¹⁸³

*Tivemos apoio, mas também compramos algumas sementes porque o apoio foi em quantidades reduzidas.*¹⁸⁴

*Tinham um dinheiro guardado na poupança levei para poder comprar sementes de vários cereais e poder cultivar.*¹⁸⁵

Os centros de reassentamento são outro formato de intervenção que tem sido planeado e implementado pelo governo e algumas ONGs.

Os inquiridos fazem referência especificamente aos centros de acolhimento de Guara-Guara e de Cherimonio, sendo que 60% indica nunca ter estado num centro e 40% afirma ter estado. Quando é considerado a família alargada, 55% refere que não tem familiares que tenham estado num centro e 45% afirma ter familiares que já estiveram.

Dos 40% (21 agregados familiares) que afirmam ter estado, apenas 8% (4 agregados familiares) vivem a tempo inteiro no centro de reassentamento. As narrativas sugerem que esta baixa permanência deve-se à dificuldade em praticar agricultura nas regiões onde estão localizados os centros, à já referida ligação com a terra de origem e à conotação atribuída aos próprios centros.

Dos 21 que estiveram nos centros de reassentamento, 4 referem uma desigualdade social que pode conduzir à prática de feitiçaria, já que o dia a dia de quem tem menos recursos vai ser passado a *observar* e a *cobiçar* aqueles que têm melhores condições de vida.

¹⁸¹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a C.M., 65 anos, residente de Mada.

¹⁸² Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a E.P.C., 38 anos, residente de Munamicua.

¹⁸³ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a L.V., 60 anos, residente de Bunha.

¹⁸⁴ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a N.M., 80 anos, residente de Bunha.

¹⁸⁵ Entrevista feita a 29 de Julho de 2021, a T.P., 57 anos, residente de Fumo.

[A]cho um lugar [centro de reassentamento] não adequado para viver porque é possível morrer de fome, pela proximidade das casas, és obrigado a assistir o vizinho cozinhando boas coisas, passando ótimas refeições e você não porque não tens condições, e isto acaba influenciando em feitiçaria.¹⁸⁶

Sou pobre e viver em um centro de acolhimento seria complicado, as casas são próximas e é fácil criar ou provocar feitiçaria por conta daquelas famílias que têm condições e acabam tendo boas condições de vida, consome bons alimentos e aquele que não tem somente passa o tempo observando ou cobiçando a outro. Então, melhor não viver num ambiente daquele género.¹⁸⁷

A dificuldade em praticar agricultura prende-se com o facto de os centros serem localizados em regiões altas onde os solos são secos e inférteis e, como tal, as populações regressam para as suas terras onde têm as machambas perto do rio Búzi e, portanto, acesso a solo fértil.

Havendo, portanto, esta relação e baixa adesão aos centros de reassentamento, foram identificados três padrões: os inquiridos que habitam a tempo inteiro nos centros, sendo esta uma minoria; os inquiridos que dividem o seu tempo entre os centros e a sua terra, fazendo uma deslocação sazonal, portanto, na época dos ciclones e das chuvas, se preciso, deslocam-se para os centros e o resto do ano permanecem nas suas terras e machambas; e, os inquiridos que optam por não ficar nos centros e permanecem a tempo inteiro na sua terra, sendo esta a situação da maioria dos inquiridos.

As narrativas dos inquiridos sugerem que os centros de reassentamento são um ponto de segurança e que são vistos como uma localização para “fuga”, mas que não correspondem às suas reais necessidades diárias. As estruturas sociais e cosmológicas são elementos primordiais e, como tal, os centros de reassentamento representam a destruturação dessas contexturas, não só porque implicam o afastamento das terras de origem como também dos antepassados e dos sistemas de organização social que contribuem para manter a norma e conduta social.

¹⁸⁶ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a N.M., 80 anos, residente de Bunha.

¹⁸⁷ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a L.V., 60 anos, residente de Bunha.

11.1.5 A Inexistência de Recursos Financeiros

A falta de recursos financeiros é outro ponto chave ao qual os inquiridos regressam e fazem múltiplas referências ao longo das entrevistas. Nos seus relatos apontam frequentemente para o facto de não terem dinheiro para fazer face às mais variadas necessidades, desde o suprimento das necessidades mais básicas como assegurar uma alimentação diária ou construir uma casa com melhores estruturas, aos investimentos que poderiam ser sinónimo de criação de geração de rendimento e um aumento da capacidade financeira.

Os relatos indicam que com a frequência de eventos naturais extremos, é cada vez mais difícil criar e assegurar algum tipo de rendimento financeiro, sendo que a significativa falta de oportunidades de trabalho agrava a situação.

Apesar da notada escassez de recursos financeiros, como apontado anteriormente, os fluxos de apoio não têm incluído até à data transferências de dinheiro frequentes nem tão pouco continuadas. No entanto, as entrevistas revelam que este tipo de apoio pode responder a uma vasta panóplia de necessidades e contribuir para a redução dos elevados níveis de vulnerabilidade.

Considerando as dificuldades logísticas indicadas pelas ONGs e pelos governos na realização de transferências de dinheiro, e conhecendo a potencialidade dos serviços de dinheiro móvel para contornar algumas dessas dificuldades, os entrevistados foram questionados sobre estes serviços. Constatou-se que estão familiarizados com este tipo de serviços, contudo verifica-se uma baixa adesão - 19% usa M-Pesa e 81% não usa qualquer serviço de dinheiro móvel.

A baixa taxa de adesão prende-se mais com o facto de haver um fluxo de dinheiro diminuto e com a falta de representantes desses serviços no meio envolvente, do que propriamente com dificuldades técnicas ou falta de conhecimento sobre os serviços (Chambal, 2022).

Dos que usam M-pesa, 70% indica que utiliza o serviço para guardar dinheiro, 60% para efetuar transferências para os filhos/as e 30% não especifica a finalidade da utilização.

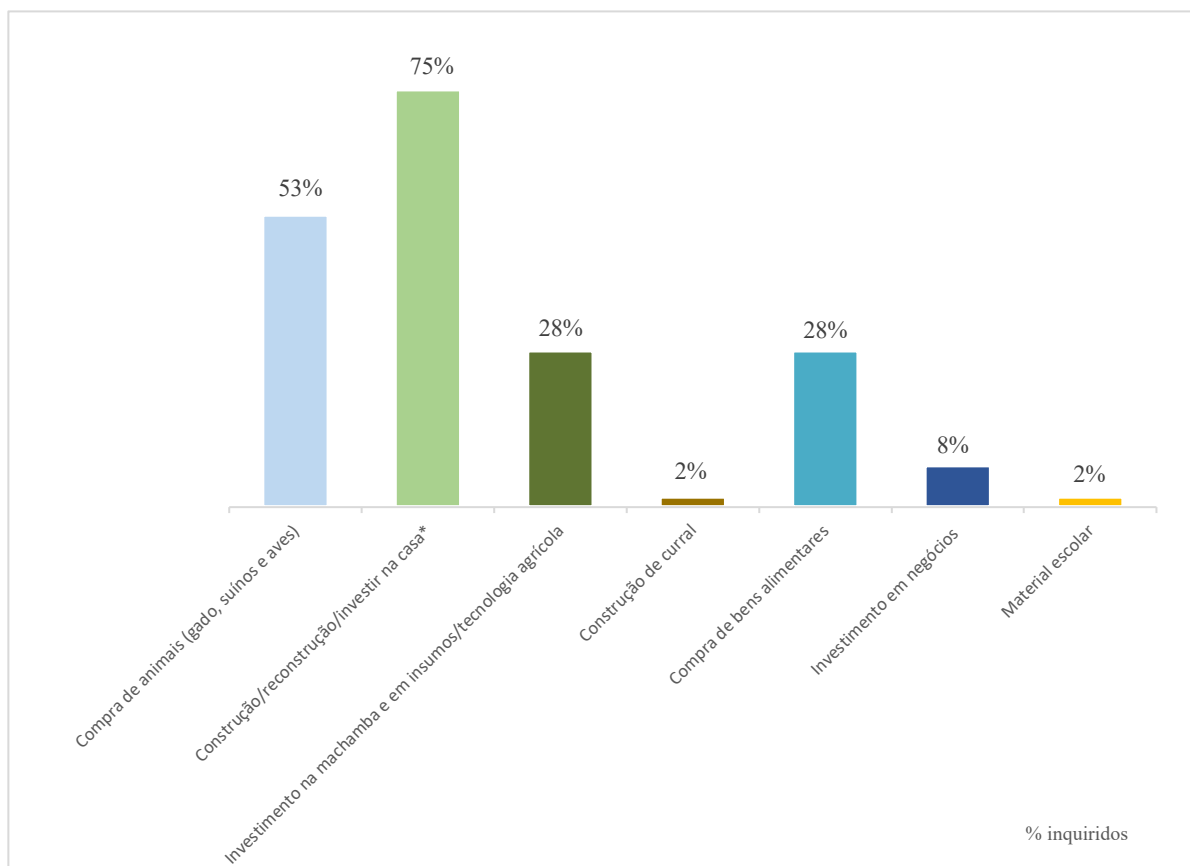
Em geral, quando questionados sobre a utilidade de receber o apoio em transferências de dinheiro, os inquiridos expressam uma opinião positiva e atribuem a conotação de ser algo com muita utilidade pela sua versatilidade e pelo seu valor para suprimir as necessidades. Se recebessem o apoio no formato de transferências de dinheiro (Gráfico 11.11), 75%, portanto 40 dos 53 inquiridos, refere que iria alocar esse dinheiro no melhoramento da habitação, 53% (28 inquiridos) compraria animais, 28% (15 inquiridos) compraria bens alimentares, também 28% (15 inquiridos) investiria na machamba e em insumos/tecnologia agrícola, 8% (4 inquiridos)

investiria em negócios de geração de rendimento, 2% (1 inquirido) refere que utilizaria o dinheiro para construir um curral e outros 2% (1 inquirido) compraria material escolar para os filhos/as. Salvuaguarda-se que estas categorias não são mutuamente excludentes, já que os inquiridos indicam mais do que uma possibilidade para direcionar o dinheiro.

As preferências dos inquiridos são essencialmente direcionadas para substituir aquilo que mais têm perdido com os eventos naturais - habitação, capacidade de produção agrícola e animais. Os relatos demonstram uma clara preocupação e vontade em canalizar esse hipotético dinheiro para uma segurança e bem-estar básicos de forma a atenuar a vulnerabilidade a futuros eventos.

A tão salientada dificuldade em aceder a tecnologias agrícolas e em repor os animais perdidos, são pontos chave naquela que é lógica dos fluxos de dinheiro. Com uma maior capacidade financeira, o acesso a recursos agrícolas e tecnológicos torna-se mais viável e, portanto, também o regresso à agricultura se torna mais rápido e certamente mais eficaz.

Gráfico 11.11 Despesas/investimentos dos inquiridos se o apoio recebido fosse em dinheiro



Autor: Sara Bernardo

Fonte: Elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas aos agricultores de subsistência

O mesmo se aplica à construção das habitações. Sem o acesso a recursos financeiros, dificilmente os agregados familiares conseguem construir estruturas mais resistentes. Os meios financeiros permitem não só o acesso às melhorias, mas também o acesso a um processo que vislumbre alguma rapidez. Os eventos naturais são sazonais e, como tal, sem alguma celeridade dificilmente os processos de re/construção acontecem nos intervalos dos eventos.

A crescente fragilização da produção agrícola é sinónimo de um aumento da necessidade de adquirir alimentos, e todos os outros bens, por meio da compra. Todavia, este aumento não é acompanhado por um aumento da capacidade de compra. Os agregados familiares parecem ter cada vez mais necessidade de obter recursos financeiros, mas cada vez menos têm a possibilidade de obter esses recursos.

Esta tendência polarizadora reduz não só a capacidade de resposta a eventos naturais, como também a capacidade de adaptação às alterações climáticas. A dificuldade dos agregados familiares em se adaptarem às terras secas onde são reassentados, pode ser analisada através deste prisma, já que com recursos financeiros suficientes poderiam, por exemplo, utilizar métodos de irrigação ou implementar técnicas de agricultura regenerativa que tornassem esses solos aptos para a produção agrícola.

Não se pretende argumentar que o acesso a recursos financeiros é *per si* uma solução sem efeitos colaterais nem tão pouco que resolve todas as problemáticas em qualquer contexto. No entanto, a fraca capacidade financeira e a forte necessidade da mesma, torna-se um impeditivo para a construção de uma capacidade de resposta e adaptação.

Com estas incapacidades de resposta e adaptação, a *espiral dinâmica descendente* vai se agravando e o contrariar da vulnerabilidade crónica torna-se cada vez mais complexo. Neste processo, acentuam-se as dependências e a subserviência em prejuízo da capacidade auto-organizativa das sociedades que vão perdendo a elasticidade e os mecanismos endógenos que permitem a reprodução social.

*Se recebesse a ajuda externa e do Estado em dinheiro através do mKesh eu construiria casa, fazia machambas e compraria regadores, adubos para fazer hortaliças.*¹⁸⁸

¹⁸⁸ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a A.M., 58 anos, residente de Patarucue.

*Compraria gados bovinos para me ajudar. Mas também poderia comprar cobertores, os meus filhos estão cobrindo com capulanas por falta de melhores cobertores.*¹⁸⁹

*Construção de casa, abrir meu negócio de banca para venda de produtos.*¹⁹⁰

*Podia fazer muitas machambas e construir casa que suporte cheias e ciclones.*¹⁹¹

*A alimentação mudou porque antes das cheias comíamos bem e depois das cheias está mesmo difícil. Tudo requer compra.*¹⁹²

*Tristeza e mais tristeza. Perder tudo não é fácil, e não temos emprego para poder recuperar as coisas.*¹⁹³

12. Danos Cumulativos

Neste capítulo são discutidos os resultados do estudo à luz do quadro teórico exposto anteriormente. A discussão é norteadada pela articulação dos vários fatores e agentes envolvidos na gestão de cenários de catástrofe natural e no regresso às práticas agrícolas.

12.1 A Gestão e o Regresso às Práticas Agrícolas em Contextos de Eventos Naturais Sazonais e de Vulnerabilidades Cumulativas

A diversificação das estratégias de subsistência praticada pelos agregados familiares, sugere que estes se enquadram nas combinações de ‘*enxada e salário*’ (Bernstein, 2004; Cordell et al., 1996), pois tentam articular a agricultura de subsistência com outras atividades que visem a obtenção de rendimentos financeiros, nomeadamente a venda de produtos, realização de biscates e trabalho agrícola em machambas/plantações de outrem. No entanto, não se trata exatamente de uma *semi-proletarização* (Moyo et al., 2013, 2012; Moyo e Yeros, 2005), pois esta diversificação dos meios de subsistência acontece significativamente à margem daquela

¹⁸⁹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a T.J.C., 52 anos, residente de Munamicua.

¹⁹⁰ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.A.L., 53 anos, residente de Bunha.

¹⁹¹ Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a J.A.M., 38 anos, residente de Inharôngue.

¹⁹² Entrevista feita a 27 de Julho de 2021, a T.J., 50 anos, residente de Patarucue.

¹⁹³ Entrevista feita a 28 de Julho de 2021, a A.A., 28 anos, residente no centro de reassentamento de Cherimonio.

que seria uma empregabilidade parcial nas indústrias e ocorre majoritariamente na economia informal. Não há indústrias ou serviços com capacidade para absorver a mão-de-obra que, despojada dos seus meios de produção e deixando de ser exclusivamente para subsistência, passa forçosamente a estar disponível para outras atividades.

Não se exclui um processo de *desagrariação* (Bryceson, 2000b, 2000a, 1996) no sentido em que a capacidade produtiva é cada vez mais diminuta e, por outro lado, há um esforço na direção da pluriatividade de forma a obter recursos financeiros. Todavia, denota-se uma vontade significativa de manter a ligação à terra e à agricultura e, portanto, o processo de *desagrariação* não se apresenta sinónimo de extinção do tecido social, mas antes uma estratégia de sobrevivência no sistema capitalista e uma forma de dissipar e gerir o risco em circunstâncias adversas. A tónica assenta na vontade de continuar as práticas agrícolas de forma melhorada e mais eficiente para conseguir rendimentos financeiros a partir dos cultivos e, assim, assegurar a sobrevivência física e a reprodução social mesmo em situações de crises acumuladas.

Portanto, não se trata de agricultores isolados nem tão pouco de um protótipo romantizado, mas antes de uma formação social não estática que assume os seus contornos orgânicos dentro do sistema capitalista e que pretende uma integração salutífera na produção agrícola, de forma a obter rendimentos monetários superiores, obter melhores condições de vida e manter as suas estruturas tradicionais que asseguram a reprodução social.

É evidente no estudo que há todo um conjunto de vulnerabilidades cumulativas, históricas e contemporâneas, que refletem tanto o percurso Moçambicano e a exposição às dinâmicas e crises globais, como o aceleração das alterações climáticas.

Uma vulnerabilidade crónica com várias dimensões e sobreposições, e que é em primeira instância o fator que faz com que eventos naturais se traduzam frequentemente em catástrofes naturais com múltiplas decorrências para os agricultores, já que um evento natural culmina numa catástrofe natural apenas se houver sociedades expostas a esse evento, e se essa exposição for acompanhada por um alto nível de vulnerabilidade pré-existente (Wisner et al., 2004).

Neste sentido, o estudo alinha-se com a proposta de Hewitt (2007) que considera que as catástrofes naturais são na verdade *unnatural disasters*, pois são sobretudo consequência da vulnerabilidade social, e com a intelecção de que as catástrofes naturais são em parte uma *construção societal* (Fiala, 2017; Field et al., 2012a, 2012b; Shimoyama, 2003; Torrence e Grattan, 2003; Wisner et al., 1994).

O estudo integra ambas as propostas conceituais, uma vez que as privações e as fragilidades identificadas relativamente aos recursos financeiros e tecnológicos, à baixa capacidade

produtiva, à falta de oportunidades de emprego formal ou assalariado, aos sistemas de armazenamento e às próprias habitações e restantes infraestruturas, resultam de um *perfil de acesso* (Wisner et al., 2004) débil que é moldado por todo um conjunto de fatores e características geográficas, históricas, económicas, políticas e sociais. Os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais prendem-se, portanto, com a *construção societal* que envolve e molda o quotidiano e o *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992) dos agregados familiares.

O acesso e a circulação dos fluxos de dinheiro são diminutos, e não existem oportunidades de trabalho nem tão pouco outras formas de ter acesso a recursos que viabilizem um melhoramento da capacidade produtiva e/ou a criação de negócios de geração de rendimentos. Desta forma, os agregados não têm margem financeira ou outros recursos para transformar o *perfil de vulnerabilidade* que se agrava a cada evento natural.

A proposta de se abordar as catástrofes naturais através de uma *espiral dinâmica descendente* onde *pré* e *pós* catástrofe são um único processo continuado, encontra representação na frequência de eventos enfrentados pelos entrevistados, e permite-nos debruçar sobre o agravamento sistémico das vulnerabilidades à luz de uma perspetiva cumulativa.

As casas são um dos fatores que demonstram a incapacidade de recuperação e, como tal, a incapacidade de preparação para futuros eventos, que já não precisarão de ser de alta intensidade para criar danos e perdas.

Na mesma linha, identificou-se uma inversão da tendência das taxas de utilização após os eventos - menos tecnologias como tração animal e trator e mais enxadas, assim como, menos celeiros e mais armazenamento em casa – o que também demonstra que após os eventos as famílias passam a estar menos preparadas para a próxima época de ciclones e chuvas. Portanto, o *pós*-catástrofe constitui a futura *pré*-catástrofe, que por outro lado representa os níveis de vulnerabilidade que vão definir os impactos do próximo *pós*-catástrofe.

Uma catástrofe antecede e procede uma outra catástrofe, portanto, a agricultura *pós*-catástrofe é também uma agricultura *pré*-catástrofe e vice-versa.

As narrativas dos entrevistados sugerem uma memória social pautada pelo medo de voltarem a passar pelo mesmo tipo de eventos e sofrer novas perdas quando nem conseguiram recompor-se dos eventos anteriores. Portanto, uma memória social que tem presente o agravamento das condições de vida e a degradação do meio envolvente. Desta forma, não se reconhece neste caso a *normalidade deslizante* e a *amnésia de paisagem* referidas por Diamond (2007).

Inerente à memória social e a esta consciência do agravamento das condições de vida, está todo um conjunto de *traumas coletivos* provenientes não só de catástrofes naturais, mas também de guerras, de deslocamentos forçados, de intervenções externas, de debilidades económicas, de convulsões políticas, da imposição de mudanças nas lógicas de produção e reprodução social, entre outros (Schiefer, 2012b).

Reconhece-se, portanto, uma *morfologia da comunidade* (Arendt e Alesch, 2015) que ocorre sob a influência destes *traumas coletivos* e à luz de um cumulativo experiencial, e que permite a adaptação e não resistência a novas realidades que se instalam. Ou por outras palavras, uma *morfologia da comunidade* (Arendt e Alesch, 2015) que permite uma (auto)reorganização das comunidades numa outra vertente de si próprias.

A *normalização da ameaça* (Bankoff, 2009) e a *congruência experiencial coletiva* (Arendt e Alesch, 2015) são parte integrante deste processo de *morfologia da comunidade*, pois denota-se uma familiaridade e uma aceitação dos eventos mesmo antes de estes (re)acontecerem. Uma aceitação que acaba por se refletir na *resiliência social* (Temudo e Schiefer, 2002), pois contribui para que haja uma capacidade de adaptação que assegura a estrutura e as funções básicas do sistema mesmo numa situação de caos e rutura.

Em entrevista, Joana Clemente¹⁹⁴ (2021), debruçando-se especificamente sobre Moçambique, refere que a aceitação dos eventos prende-se também com a própria relação com a natureza e com a forma como as manifestações da natureza são percecionadas. Os eventos naturais extremos são integrados tal como outros elementos, como o céu, o sol, as árvores, sendo, portanto, apenas mais uma componente da realidade diária. Uma aceitação que não coloca os eventos fora da ‘normalidade’, mas antes que os coloca como parte da vida e que possibilita o encaixe dos mesmos na rotina.

Salvaguarda-se, no entanto, que esta capacidade de aceitação e *resiliência social* ainda que fundamental para a reprodução do tecido social, é um *coping mechanism coletivo* que não tem nada de epopeico. É, aliás, representativo do neologismo *Resiliencery Vulnerability* (Reghezza-Zitt e Provitolo, 2015), portanto, uma realidade dotada tanto de vulnerabilidade como de *resiliência social*, um *continuum* entre os dois estados.

Apesar da aparente antinomia entre o medo/sofrimento e a pré-disposição para regressar/permanecer nas terras e machambas de origem, portanto, zonas de risco, este comportamento não é contraditório, mas antes representativo da sublime existência de duas

¹⁹⁴ Joana Clemente é, há catorze anos, Coordenadora Geral Executiva da ONG HELPO.

dimensões e preocupações basilares no processo que rege o regresso às práticas agrícolas - a dimensão material e de sobrevivência física, que depende da agricultura praticada nos solos férteis das zonas baixas, e a *reprodução cosmológica* (Florêncio, 2004) que se prende com a relação *per si* com a terra e com os antepassados, assim como, com a gestão do poder político relativamente aos direitos de acesso à terra.

À luz destas duas dimensões, o regresso às práticas agrícolas é caracterizado pelo identificado regresso às terras e machambas de origem, sendo estas duas dimensões, portanto, fundamentais para a compreensão do porquê da maioria dos entrevistados não permanecer nos centros de reassentamento a longo-prazo nem utilizar as parcelas de terra que lhes são atribuídas.

Em entrevista, Boavida Chambal (2022) refere que se está a tentar implementar um sistema de segundas residências em Guara-Guara, portanto, residências sazonais para onde as populações se devem deslocar e viver durante a época dos ciclones e cheias. Todavia, refere duas problemáticas associadas a esta iniciativa. Primeiro, e tal como também é apontado pelos agregados familiares, em Guara-Guara o solo não é fértil e, como tal, não é possível praticar agricultura, pelo menos sem que sejam instalados sistemas de irrigação numa fase inicial. Em segundo, a vasta maioria das famílias não dispõe dos recursos financeiros necessários para sustentar duas residências. Chambal (2022) reconhece ainda que os Ndaus têm uma ligação profunda com a terra e com os antepassados, e que a tendência é de facto regressarem à sua terra.

Estes constrangimentos juntamente com componentes sociais tradicionais de índole mágico-religiosa, fazem com que as populações até possam ir para Guara-Guara na iminência de um evento, mas sejam resistentes à ideia de permanecer no centro de reassentamento permanentemente ou sazonalmente.

Portanto, apesar de haver um conhecimento prévio destes constrangimentos continua-se a investir na construção de centros. Ainda que se admita que a componente de índole mágico-religiosa possa ser menos óbvia a olhos externos, a questão dos solos impróprios para a agricultura praticada pelas famílias é óbvia. Contudo, é um constrangimento que tem sido ignorado, já que os talhões continuam a ser distribuídos sem qualquer articulação com outras medidas que permitam transformar os solos em terras mais férteis.

Chambal (2022) refere que embora haja um conhecimento prévio de que os centros de reassentamento não resultam, há falta de outras medidas que permitam contornar a questão das

cheias. Menciona de forma ilustrativa o redirecionamento do rio Búzi, que seria uma solução significativamente dispendiosa e de difícil implementação para o governo.

Porém, os centros de reassentamento envolvem também um investimento significativamente expressivo e não parecem estar a responder às necessidades ou ao perfil do tecido social nem tão pouco são uma solução sustentável e que funcione a longo prazo. São uma medida que se apresenta desalinhada e não assegura a sobrevivência física, o acesso a recursos tecnológicos e financeiros nem a *reprodução cosmológica*.

Podemos relacionar o contraste entre o comportamento de regressar às terras de origem e a tentativa por parte dos atores externos de implementar centros de reassentamento para que esse regresso não aconteça, com a própria percepção e gestão do risco. À luz da teorização de Granjo (2006, 2004b, 2004a), ambas as estratégias são formas de dar uma ordem cognoscível aos fatores aleatórios e de tentar controlar o aleatório através da ação humana, sendo que uma diz respeito à *cultura de risco e noção probabilística do risco* proveniente de abordagens e lógicas tecnocráticas, e a outra diz respeito à *cultura de incerteza e noção não probabilística do perigo* proveniente de quem está de facto exposto aos perigos diariamente (Granjo, 2011, 2006, p. 1168, 2004a, p. 5).

Desta forma, os centros de reassentamento podem ser considerados um mecanismo de *domesticação do risco* (Granjo, 2006, 2004b, 2004a), enquanto o regresso às terras de origem e a associada dimensão cosmológica um *coping mechanism de domesticação da incerteza* (Granjo, 2006, 2004b, 2004a).

Estas lógicas e leituras heterógenas das incertezas e dos riscos, conduzem, em alguns casos, a um desalinhamento entre os que atuam investidos de conhecimento técnico e a realidade dos que são desprovidos do mesmo. As combinações de fatores que incitam provocar um determinado resultado são infinitas e a tentativa de resolução de um problema, que introduz sempre novas variáveis, pode criar novas combinações que induzem a outros constrangimentos e problemáticas. Desta forma, as análises de risco e consequentes ações e intervenções podem criar uma maior incerteza (Granjo, 2006, 2004b, 2004a).

O aumento do nível da incerteza, é neste caso sentido pelos agregados familiares que veem nos centros de reassentamento uma incerteza acrescida relativamente à sua produção agrícola e, portanto, aos seus bens alimentares, e por outro lado, uma incerteza que se instala se ocorrer um desvincular com a terra e com a dimensão cosmológica.

As cerimónias coletivas e o sentido de sobrevivência e proteção associados aos antepassados, são *coping mechanisms coletivos* que permitem gerir e apaziguar, de certa forma,

o desconforto, o desamparo e a incerteza. *Coping mechanisms coletivos* que pretendem não só dar sentido aos eventos, como também guiar a agência humana perante a incerteza e assegurar uma conduta social específica.

Constatou-se nas narrativas dos líderes de comunidade o pressuposto de Florêncio (2008, 2004), que sugere que as autoridades tradicionais desempenham um papel social duplo de ligação com o universo terreno e com o dos espíritos. Nos seus relatos, os líderes de comunidade mencionam a realização de cerimónias coletivas como a *Mbhambha*, *Kupacha* e *Inhamussoro*, portanto representativas do seu papel de índole mágico, e mencionam também o seu papel como agentes reguladores do comportamento e da agência humana. Este papel duplo reflete-se na sua posição de modeladores da ordem social e das dinâmicas inerentes à reprodução social e *cosmológica*.

Como exposto anteriormente, os sistemas tradicionais e respetivos *coping mechanisms coletivos de domesticação da incerteza*, embora reflexões da *consciência coletiva*, têm uma conotação arquetípica e, como tal, são expressivos do *inconsciente coletivo* (Jung, 2007, 2002) que influencia a forma como é percecionada toda a dinâmica territorial, incluindo a relação com a terra, os eventos naturais e os próprios centros de reassentamento.

A interpretação dos entrevistados de que a desigualdade social experienciada nos centros pode conduzir à prática de feitiçaria, enquadra-se nas representações arquetípicas que constituem o *inconsciente coletivo* (Jung, 2002).

Sendo os arquétipos formas preexistentes que constituem esse *inconsciente*, portanto, formas desconhecidas às próprias sociedades que os possuem, torna-se claro que a forma como cenários de catástrofe e os centros de reassentamento são percecionados tem algo tanto de profundamente interno e de simbólico como de desconhecido e, portanto, indecifrável, principalmente a olhos externos. Esta compreensão incompleta, finda numa panóplia de suposições sobre a realidade, muita das vezes contrastantes e míopes às várias subtilezas sociais.

Os *coping mechanisms coletivos* potencializam uma auto-organização que tem permitido resistir a todo o tipo de crises. Nos centros de reassentamento essa auto-organização é corroída, pois os tecidos sociais encontram-se descontextualizados, tanto física como cosmologicamente. Acrescenta-se ainda que o processo de reassentamento pode acrescentar turbulências e induzir alterações negativas na capacidade auto-organizativa, como aconteceu por exemplo no caso exposto por Feijó e Aiuba (2019) relativamente ao reassentamento após o ciclone Idoi.

Ao longo da história do país, incluindo em episódios políticos e convulsões sociais, a população de origem Ndau, a etnia predominante dos entrevistados, tem demonstrado uma auto-organização de matriz étnica que tem sido fundamental para assegurar o funcionamento do tecido social e a reprodução social em momentos de crise.

Debruçando-se sobre o período sequente ao ciclone Kenneth, onde os apoios foram praticamente inexistentes por terem sido facultados um mês antes aquando o ciclone Idai, Joana Clemente (2021) aponta para esta capacidade auto-organizativa. A entrevistada refere que não houve uma espera passiva pela ajuda por parte das populações, mas antes o surgimento dessa auto-organização como um processo espontâneo e proativo direcionado para a organização do quotidiano. Embora significativamente limitadas pelos recursos ao seu dispor, as populações organizaram-se e responderam, dentro do possível, às circunstâncias.

Não estão a ser implementados mecanismos ou modelos que potenciem diretamente recursos para que esta capacidade auto-organizativa seja fortalecida, e a sua operacionalidade cada vez mais diminuta reflete-se na deterioração das redes de apoio e, portanto, nos próprios níveis de vulnerabilidade das populações.

O apoio que tem sido dado é um apoio *ex-post*, não havendo medidas antecipatórias ou *ex-ante* que contribuam para que haja um decréscimo ou resolução da vulnerabilidade crónica, já existente antes de qualquer evento natural. Verificou-se também a inexistência de um apoio continuado e de longo prazo.

A tónica tem sido atribuída ao apoio *ex-post* de emergência caracterizado por episódios como “*bolachas que caíam de helicóptero como forma de atenuar a nossa fome*”, como foi partilhado pela entrevistada C.M.¹⁹⁵.

No IX Fórum Nacional de Antevisão Climática¹⁹⁶, que teve lugar em Maputo no dia 12 de Setembro de 2022 com o objetivo de se elaborarem as previsões e as medidas preparatórias para a próxima época das chuvas e ciclones que abrange o período de Outubro 2022 a Março 2023, o Dr. Agostinho Vilanculos, Diretor Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, referiu que cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas poderão ser afetadas pela próxima época das chuvas e ciclones e que pelo menos mil e quinhentas escolas, quinhentas unidades sanitárias e mais de cento e vinte mil hectares de cultivo poderão ser destruídos. Vilanculos acrescentou ainda que as infraestruturas hidráulicas de Moçambique encontram-se degradadas devido aos eventos de

¹⁹⁵ Entrevista feita a 25 de Julho de 2021, a C.M., 38 anos, residente de Inharongue.

¹⁹⁶ O Fórum foi criado em 2014 com o objetivo de se elaborarem e se difundirem as previsões climáticas, os prognósticos e preparação para a época dos ciclones e das chuvas.

anos anteriores, havendo o risco de cheias nas bacias do Licungo, Búzi, Púngoè, Incomáti, Umbelúzi e Maputo. Foi também identificado o risco de ocorrerem danos que podem vir a impedir a circulação em algumas das vias de acesso no sul do país (Rádio Moçambique, 2022).

Apesar da elevada vulnerabilidade sistémica assinalada no Fórum, não há um plano de contingência claro e este apenas inclui ativar os Conselhos Técnicos provinciais e distritais, reduzir a quantidade de água em algumas barragens e preparar para o aumento dos casos de malária e de diarreia (O País, 2022; Rádio Moçambique, 2022). A lógica predominante continua a ser a de reduzir e mitigar os impactos, em prejuízo de medidas antecipatórias implementadas diretamente nas populações. Uma abordagem que privilegia a preparação para lidar com o caos, em vez de antecipar e precaver a instalação desse caos.

Apesar de não se esgotarem os estudos dedicados às controvérsias instigadas pelas transferências em género, o apoio prestado tem sido sobretudo bens alimentares e insumos agrícolas, nomeadamente sementes e ferramentas como catanas, enxadas e ancinhos, não se verificando a utilização de transferências de dinheiro.

Feijó e Aiuba (2019) são categóricos a apontar algumas das problemáticas associadas à ajuda em género no *pós* Idai. Os autores apontam para o facto de as sementes terem sido dadas sem critérios de distribuição e sem quaisquer mecanismos de controle ou de monitoria do processo, e terem sido dadas em quantidades insuficientes para suprimir as necessidades das populações, tendo, portanto, um efeito limitado na produção alimentar e na produção de excedentes. Os supracitados acrescentam ainda que foi observável a ausência de um mercado de produtos alimentares, não só pela própria escassez de excedentes para comércio e pela falta de dinheiro para a compra de bens de consumo, como também pelo facto de a grande maioria ter beneficiado de assistência alimentar, o que limitou o desenvolvimento do comércio local.

Também o estudo de Manjoro et al. (2019) problematiza o apoio disponibilizado após a ocorrência de ciclones, nomeadamente o ciclone Idai e o ciclone Kenneth. Os autores referem que o governo e o setor privado implementaram como medida de apoio a redução dos custos de eletricidade e de telefone num contexto onde as pessoas não tinham acesso à corrente elétrica devido aos eventos. Ora, uma medida de apoio pouco frutuosa e que revela alguma incúria.

Podemos ainda acrescentar as observações de João Carlos Colaço¹⁹⁷ (2021) que, em entrevista, refere ter observado uma duplicação dos apoios para certos agregados familiares em prejuízo de outras famílias que eram excluídas das listas e, portanto, não recebiam qualquer

¹⁹⁷ João Carlos Colaço é professor de Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

ajuda. Colaço (2021) menciona que dois anos após o Idai ainda grande parte da população afetada referia que a ajuda que lhes tinha sido prometida nunca chegou. Na sua perspetiva, a gestão local dos apoios é prejudicada por algumas dinâmicas internas, pois os processos de distribuição das ajudas são alvo de estratégias políticas e relações clientelistas que ofuscam a fiabilidade dos processos.

A época das chuvas e ciclones não é um dado desconhecido em Moçambique, mas antes uma certeza esperada todos os anos e, como tal, as populações vivem entre eventos e mesmo antes de recuperam dos efeitos de um, já outro evento está a tomar lugar. Face à crescente volatilidade climática e à simultaneidade de diferentes crises, é cada vez mais evidente uma acumulação de vulnerabilidades, pelo que são necessárias formas mais eficazes de apoiar diretamente as famílias, já que o desperdício de recursos e o desajuste das intervenções são um clássico tanto nas operações humanitárias como nas propostas de desenvolvimento induzido.

Falamos, portanto, de medidas que contribuam para uma redução da necessidade de *chuva de bolachas* e que repensem o binário assistência humanitária – desenvolvimento, em prol de uma redução da vulnerabilidade crónica.

12.2 *Basic Income* como Ferramenta de Redução do Risco de Catástrofe

Pelo facto de se ter verificado que a falta de recursos financeiros assume a tónica nos relatos dos entrevistados e que a fraca capacidade financeira se torna um impeditivo para a construção de uma capacidade de resposta e adaptação, modelos como transferências de dinheiro incondicionais antecipatórias continuadas, mas principalmente como o *basic income*, podem ser uma ferramenta de mudança sistémica com origem endógena.

Sendo o *basic income* um fluxo de dinheiro direcionado diretamente para as populações de forma incondicional, contínua e estável na sua frequência e valor, permite aos agregados familiares a construção de contextos diários menos vulneráveis, incluindo a nível das habitações e da produção agrícola, e a criação de *bancos de recursos* ou *almofadas de recursos*, financeiros e não só. Realidades quotidianas cumulativamente menos vulneráveis, refletem-se aquando da época das chuvas e dos ciclones, já que populações menos fragilizadas significa menos eventos naturais a culminarem em catástrofes naturais, ou pelo menos catástrofes de menor intensidade. Por outro lado, menos destruição e menos perdas sofridas e mais recursos financeiros, significa estruturas mais facilmente reconstruíveis e maior capacidade de resposta mediante eventos futuros. A capacidade *pós* evento passa, portanto, a ser parte integrante da capacidade *pré* evento, e vice-versa.

Neste enquadramento, o desenvolvimento passa a operar em estruturas mais resistentes e que absorvem melhor quebras e ruturas, portanto, um desenvolvimento que não é parcialmente fragilizado ou totalmente destruído anualmente, sendo que as próprias potencialidades e investimentos são menos afetados. Por outro lado, um desenvolvimento mais arraigado e sustentável e menores níveis de pobreza, permitem uma capacidade de resposta mais sistémica e solidificada por parte da população; o que acaba por reduzir a necessidade de apoio humanitário e, mesmo se este for necessário, quando operacional encontrará estruturas mais fortalecidas, portanto, passa a operar num desenvolvimento menos vulnerável e com maior elasticidade.

Desta forma, o *basic income* permite abordar a *espiral dinâmica descendente* e, portanto, permite uma capacidade de resposta progressiva na linha contínua de eventos, abordando-se as catástrofes não como eventos pontuais e circunscritos, mas antes como processos e como *construções societais* que dizem respeito às próprias dinâmicas de desenvolvimento e da intervenção humanitária.

Dotados de uma maior capacidade financeira, os tecidos sociais tornam-se mais independentes e mais capazes de manter o fluxo das suas atividades produtivas, evitando mais facilmente cenários de escassez alimentar e uma rutura total do ciclo de subsistência.

O facto de o *basic income* ser um modelo que hospeda fungibilidade e poder de escolha, permite que em cada caso específico seja priorizado aquilo que de facto é mais necessário a nível individual, seja tecnologias agrícolas para aumentar a capacidade produtiva, a compra de materiais de construção, a compra de animais ou investir em negócios. À luz desta lógica, e como se propôs anteriormente, o *basic income* enquadra-se fortemente na proposta de Sen (1999) relativamente à concetualização de desenvolvimento e a respetiva *Abordagem das Potencialidades*.

A percentagem de inquiridos a referir que se tivessem maior capacidade financeira investiam em negócios de geração de rendimentos, foi pouco representativa. Contudo, ao verificar-se que a preferência é repor as perdas associadas às condições básicas de vida, como casa, alimentação e a produção agrícola, torna-se claro que até o bem-estar básico estar assegurado é difícil reflexionar sobre outras possibilidades. Só depois de assegurada a sobrevivência diária, é que de facto se torna possível pensar noutras dimensões associadas à experiência humana. Só quando os constrangimentos que provocam a ausência de liberdades e que deixam os indivíduos com poucas escolhas e poucas oportunidades para exercerem as suas

ações passarem a ser geríveis, é que se torna possível um desenvolvimento (Sen, 1999) arreigado, sóbrio, endógeno e sustentável.

Apesar de os entraves comumente apontados na implementação de transferências de dinheiro já terem sido anteriormente discutidos, e alguns também desmistificados, parece-nos pertinente retomar dois pontos. Primeiramente, relativamente às logísticas associadas, constatou-se que os entrevistados, apesar da baixa adesão, demonstram estar familiarizados com serviços de dinheiro móvel, principalmente o M-pesa. Ora, este indicador sinaliza a viabilidade de este serviço ser promovido e proliferado entre as populações.

Um *leapfrog* tecnológico que permite que o *basic income* seja direcionado para as populações de forma imediata e sem serem necessários intermediários, infraestruturas bancárias ou sequer proximidade geográfica, o que contraria a tendência frequente de os apoios e os financiamentos passarem por circuitos longos onde as elites dominam os fluxos de dinheiro. Desta forma, por viabilizar fluxos de dinheiro direcionados diretamente para as populações, o *basic income* associado a serviços de dinheiro móvel, permite não só que os fundos sejam mais utilmente implementados, como também uma maior monitorização dos apoios e, portanto, uma maior transparência.

Em segundo, relativamente à origem do dinheiro necessário para sustentar modelos como o *basic income*, são várias as propostas que atualmente dominam o debate. A reorientação das despesas, dos financiamentos e dos donativos é uma das hipóteses (Hanlon, 2004; Standing, 2017). Intervenções, projetos ou medidas desalinhas, incluindo os centros de reassentamento, são representativos de um fluxo de dinheiro volumoso que é desperdiçado. De forma semelhante, as despesas associadas às transferências em género, nomeadamente os próprios itens e os recursos humanos envolvidos, assim como, as despesas associadas a intervenções que provocam mais subserviência do que independência, são também representativas de fluxos de dinheiro que percorrem uma longa cadeia de apropriação antes de chegar às populações em outros formatos que não dinheiro.

O fluxo de dinheiro envolvido nas várias vertentes e formatos do terceiro setor, alimenta uma dinâmica económica que pouco se relaciona com as populações e sustenta, sobretudo, a existência das próprias ONGs e das organizações, incluindo os recursos humanos associados às mesmas.

A implementação de transferências de dinheiro, nomeadamente o *basic income*, requer uma transformação profunda das lógicas assistencialistas e das dinâmicas existentes nas ONGs, organizações internacionais, doadores e governos. O *basic income* pode ser composto pela

articulação dos vários fundos, financiamentos e donativos, não sendo necessário distinguir os canais e as tipologias associadas a esse dinheiro. Acrescenta-se ainda que a sua implementação não significa que os agentes externos sejam inteiramente dispensáveis e que baste transferir o dinheiro para os recetores. Continua a ser necessário, por exemplo, que haja apoios administrativos, legislativos, e especializados em cada um dos setores, como na saúde e educação. Logo, os recursos humanos da assistência humanitária e da intervenção externa continuam a ser precisos, mas é necessário repensar o formato da sua existência e intervenção.

Acrescenta-se ainda que a quantidade de eventos, fóruns, reuniões ministeriais e iniciativas que ocorrem anualmente à escala nacional, regional e internacional, dedicados às alterações e adaptações climáticas, aos riscos, às catástrofes naturais e ao tão discutido desenvolvimento, são representativos de despesas extremamente volumosas e que têm como base financiamentos e dinheiro público que poderiam ser direcionados para as populações. Não se pretende desvalorizar a importância de tais eventos e respetivas discussões, porém há uma forte duplicação de iniciativas que pode ser evitada de forma a que esses gastos possam ser redirecionados para as populações, pois os infinitos debates acompanhados de uma não ação não põem comida na mesa.

Outro alvitre que tem sido discutido relaciona o *basic income* diretamente com o PIB per capita de cada um dos países. A proposta assenta na ideia de que o *basic income* deve refletir o PIB per capita, sendo sugerido que 25% do mesmo deve reverter para o fundo dedicado ao *basic income* (Parijs e Vanderborght, 2017).

Também amplamente debatido tem sido a utilização das receitas fiscais. Uma vez que o *basic income* não é retirado aos cidadãos quando estes têm um contrato de trabalho, ao contrário do que acontece por exemplo com o subsídio de desemprego, o *basic income* não diminui a motivação para desempenhar atividades laborais e há menos incentivo para ocultar rendimentos adicionais. Assim, haveria um aumento das receitas fiscais que poderia ser direcionado para criar um *basic income* (Standing, 2017).

Na literatura são também indicados vários impostos como possíveis fontes de financiamento para um *basic income*¹⁹⁸, nomeadamente o imposto sobre a riqueza, o imposto sobre a herança, o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), o imposto sobre o rendimento pessoal e o imposto sobre transações financeiras internacionais, conhecido como o *Imposto Tobin* (Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

¹⁹⁸ Sobre as vantagens e limitações dos vários impostos como fonte de financiamento para o *basic income* ver Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 133–170.

Parijs e Vanderborght (2017, p. 154) referem ainda a possibilidade de um *Super Imposto Tobin*, um micro imposto que seria cobrado em qualquer transferência de dinheiro eletrônica, incluindo, por exemplo, na transferência de dinheiro da conta a ordem para a conta poupança, ambas contas próprias.

Foi ainda sugerido que o Google, o Facebook e outras grandes empresas paguem aos cidadãos, no formato de *basic income*, uma taxa pelos dados que os utilizadores disponibilizam e dos quais estas empresas fazem a grande parte dos seus lucros sem qualquer despesa associada (Standing, 2017).

A criação de mais dinheiro, portanto um aumento quantitativo de dinheiro¹⁹⁹, também já foi apresentado como proposta, tendo como base o movimento *Social Credit* no Reino Unido e o movimento *Distributist* em França, ambos de 1930 (Parijs e Vanderborght, 2017).

Vão também surgindo propostas que refletem as peculiaridades de cada contexto. Por exemplo, em Macau, onde os casinos desempenham um papel fundamental na economia, as receitas da lotaria revertem para um bônus estatal anual que é pago a todos os residentes, tanto permanentes como não permanentes, embora com uma diferenciação no valor recebido (Standing, 2017).

Outras propostas que têm sido amplamente debatidas são as que têm como premissa que os recursos naturais e o meio ambiente são um bem comum a todos os cidadãos, portanto, uma riqueza coletiva. À luz desta lógica, encontram-se pelo menos quatro possibilidades para financiar um *basic income* - um imposto sobre o valor da terra, baseado naquela que foi a proposta de Thomas Paine, que em 1797 defendia que devia ser cobrado uma *renda de terreno*²⁰⁰ aos proprietários das terras (Parijs e Vanderborght, 2017; Raventós, 2007; Standing, 2017; Widerquist, 2013); um imposto sobre as emissões de carbono, de forma a desencorajar as emissões de gases com efeito de estufa na atmosfera (Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017); utilização das receitas provenientes da venda de recursos naturais, com o montante dado à população a depender diretamente do aumento ou descida dessas receitas no momento e não estando indexado a um fundo crescente e sustentável, tendo sido já testado em diferentes países mas sem sucesso, nomeadamente no Irão, Canadá, Kuwait e Mongólia²⁰¹ (Parijs e Vanderborght, 2017); e, a utilização das receitas dos recursos naturais para a criação de um fundo de riqueza soberana e dividendos sociais, sendo o montante indexado aos anos anteriores

¹⁹⁹ Sobre vantagens e limitações desta proposta ver Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 152–153.

²⁰⁰ *Ground Rent*.

²⁰¹ Para detalhes destes casos ver Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 149–152.

e não reflexo do momento das transferências, portanto, uma opção menos volátil e mais sustentável quando comparado com a hipótese exposta anteriormente. Esta é a opção de financiamento comumente apontada como sendo a mais sustentável e a que melhor se alinha com a proposta e implementação prática do *basic income*. O Alasca é um exemplo de sucesso desta opção (Hanlon, 2009; Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

Não obstante de haver outras possibilidades para o financiamento de um *basic income* em Moçambique, a reorientação de despesas, de fundos e de donativos desperdiçados em intervenções e projetos desalinhados, assim como, a criação de um fundo de riqueza soberana com as receitas dos recursos naturais disponíveis, surgem como possíveis opções para instituir um *basic income*.

Não se pretende, como já foi aliás salvaguardado, argumentar que transferências de dinheiro, neste caso o *basic income*, é um modelo linear nem tão pouco que é um modelo sem margem para ocorrerem efeitos perversos²⁰². No entanto, à luz do que tem vindo a ser exposto, outros modelos vigentes e mais amplamente utilizados não estão a funcionar e estão longe de não apresentarem efeitos perversos e, como tal, surgem questões inevitáveis. Se as populações regressam às suas terras pela sua ligação incontornável aos antepassados e à terra *per si*, e também na tentativa de assegurar a sua subsistência, não será mais sustentável social e economicamente investir num *basic income* em vez de centros de reassentamento que se revelam pouco úteis e pouco utilizados? Se as populações demonstram ter *coping mechanisms* endógenos e uma capacidade auto-organizativa que no fundo asseguram a sua reprodução social em momentos de crise, não fará sentido potencializar esta auto-organização, que se encontra fragilizada, com recursos financeiros, portanto, com um *basic income*? Se as populações estão cada vez mais vulneráveis por não conseguirem manter a sua capacidade produtiva e por não terem acesso a recursos financeiros, estando cada vez mais vulneráveis aos cada vez mais frequentes eventos naturais, não fará sentido considerar o *basic income* como um mecanismo de DRR e de adaptação às alterações climáticas?

Num país onde não há indústria ou serviços capazes de absorver a maioria da mão-de-obra disponível e, portanto, não há a possibilidade de a população integrar a economia formal nem tão pouco de ter acesso a rendimentos monetários estáveis e com montantes adequados às necessidades básicas; onde o setor agrícola, que acompanha as dinâmicas neoliberais e o mercado livre, é caracterizado por uma produtividade baixa nas culturas alimentares e menos

²⁰² Sobre os constrangimentos e limitações comumente apontadas ao *basic income* ver Raventós, 2007, pp. 177–191; Standing, 2017, pp. 57–87.

baixa nas culturas de rendimento; onde a produtividade e a produção da maioria dos agricultores é baixa por falta de capacidade financeira para comprar insumos agrícolas - o preço pago aos agricultores pelo milho é tão baixo que não cobre o custo do fertilizante (Hanlon, 2022a); onde o Estado não consegue assegurar as necessidades básicas; onde existem estruturas de insurreição e conflitos armados onde os jovens são persuadidos a aderir com promessa de melhores condições de vida e regalias; e num país onde predominam níveis de pobreza elevados e uma juventude despida de esperança e perspectivas de futuro, o *basic income* pode de facto ser uma ferramenta que impele a repensar as dinâmicas de desenvolvimento e que contribui para responder às múltiplas crises e convulsões.

12.3 Resposta às Crises Moçambicanas

O debate e as propostas relativamente ao *basic income* têm assumido como tónica os países desenvolvidos, e têm existido predominantemente à luz da crise do desencontro entre o contínuo aumento da capacidade produtiva e a contínua diminuição do poder de compra. São poucos os estudos e propostas que se debruçam sobre o *basic income* nos países em desenvolvimento e com o enquadramento próprio destes contextos.

Não se pretende aprofundar de forma exaustiva o debate sobre o *basic income* nem tão pouco esgotar a sua história, as suas precedências²⁰³, panegíricos e críticas. De forma semelhante, também não se tem como objetivo analisar o *basic income* à luz do debate da *justiça social*²⁰⁴, comumente utilizado para estabelecer comparações entre o *basic income* e outros modelos de proteção social²⁰⁵, nem à luz de um quadro meramente político²⁰⁶ que, frequentemente, tem no seu cerne a polarização das propostas e ceticismos da esquerda e da direita política relativamente ao *basic income*.

Centrando-nos na ideia onde *pré* e *pós* catástrofe são um único processo continuado e onde a vulnerabilidade é cumulativa, analisamos o *basic income* de um prisma que privilegia a

²⁰³ Sobre a história e precedentes do *basic income* ver por exemplo Naumann, 2021; Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 51–98; Raventós, 2007, pp. 13–24; Standing, 2017, pp. 18–23.

²⁰⁴ Ver por exemplo Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 99–132; Raventós, 2007, pp. 110–124; Standing, 2017, pp. 24–32.

²⁰⁵ Sobre como os diferentes modelos de proteção social satisfazem os princípios de *justiça social*, e para uma comparação sucinta entre os vários modelos, consultar tabela disponível na secção dos anexos. Anexo I, pág. 384.

Para mais detalhes ver por exemplo Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 29–50; Raventós, 2007, pp. 131–145; Standing, 2017, pp. 88–99; Widerquist, 2013, pp. 46–58.

²⁰⁶ Ver por exemplo Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 170–215; Raventós, 2007, pp. 25–68; Standing, 2017, pp. 33–41.

perspetiva de que este modelo pode responder não só à insegurança económica como também à multidimensionalidade que caracteriza a vulnerabilidade da população Moçambicana.

A insegurança económica reflete-se na exposição das populações a várias formas de incerteza, incluindo a nível produtivo e alimentar, assim como, na crescente incapacidade para lidar com as diversas fragilidades e adversidades que se vão acumulando. Com uma capacidade de resposta e adaptação significativamente limitada, um acontecimento adverso rapidamente desencadeia um conjunto de outros constrangimentos, tornando as populações sistemicamente mais vulneráveis (Standing, 2008).

A vulnerabilidade está diretamente relacionada com a pobreza económica e com a privação, no fundo a armadilha da pobreza. A pobreza é uma fraqueza multidimensional e aquele que é economicamente pobre está sistemicamente vulnerável - está vulnerável a nível político, ambiental e social, e a sua existência restringe-se à sobrevivência a curto prazo, não há a possibilidade de se pensar além das necessidades básicas imediatas.

Em Moçambique, as sociedades agrárias gerem os eventos naturais extremos num clima de complexidade, um clima de gestão de complexidades. Estas sociedades são resilientes, mas estão enfraquecidas e descapitalizadas pelas guerras, pelas catástrofes naturais, pelas políticas desenfreadas de desenvolvimento induzido, pelos ditames externos e internos e, como tal, atualmente a sua produtividade agrícola não é suficiente para a sua auto-subsistência e bem-estar. Estas sociedades, embora tenham capacidade, não têm recursos e, portanto, estão descapitalizadas, desfragmentadas e menos resilientes. Não precisam de *capacity building*, mas sim de recursos para recuperarem a sua produtividade.

Para se reduzir os níveis de vulnerabilidade, os agregados familiares Moçambicanos precisam ter condições para elevar e estabilizar os seus rendimentos, pois tendo um poder económico básico e estável passam a poder adquirir e gerir as suas necessidades, prioridades, bens e capacidade produtiva (Dzucule, 2021). É essencial que tenham capacidade económica para auto-assegurar a sua alimentação, habitação, acesso aos serviços de educação e saúde, assim como, as condições de produção, o que inclui o acesso à terra, regeneração dos solos se necessário, lavrar as machambas se necessário, sistemas de irrigação quando aplicável e insumos de qualidade. Apenas com as condições de produção auto-asseguradas é que se torna possível garantir a segurança e soberania alimentar, bem como o acesso à geração de rendimentos através da venda de excedentes.

Segundo o Inquérito sobre Orçamento Familiar em Moçambique realizado entre 2019 e 2020, em termos médios per capita a receita mensal situou-se na casa dos 1.946 meticais – cerca

de 27 euros, e a receita média mensal dos agregados familiares no meio rural situou-se na casa dos 6,813 meticais – cerca de 97 euros (Instituto Nacional de Estatística, 2021, pp. 46–49). Seja per capita ou por agregado familiar é perceptível o baixo nível de rendimentos disponíveis para fazer frente a todas as despesas, nomeadamente despesas escolares, despesas de saúde, despesas relacionadas com a habitação, vestuário, bens alimentares, assim como, os insumos agrícolas necessários para assegurar os ciclos de produção.

A limitação enfrentada pela maioria da população em Moçambique, relaciona-se com a capacidade de procura e não de oferta, *a população é simplesmente demasiado pobre para comprar* (Hanlon, 2009, p. 2).

Assegurar dinheiro nas mãos de quem produz, torna possível o acesso a insumos e um aumento da produtividade agrícola e dos rendimentos agrícolas. Dinheiro gera dinheiro e, portanto, um aumento da capacidade de compra impulsiona os níveis de produção e de consumo, o que por sua vez conduz a um aumento dos investimentos e da oferta e, portanto, a economia local altera-se como um todo. Segundo Hanlon (2009, p. 2), um aumento de 1 dólar nos rendimentos mensais refletir-se-ia num aumento de 2 dólares no total da economia local.

Vários são os preconizadores, tanto no debate académico como no âmbito da ajuda humanitária e da intervenção, que comparam o *basic income* com outros modelos de proteção social utilizados pelos governos, nomeadamente os subsídios de desemprego e as taxas marginais, e que argumentam em prol do *basic income* como modelo que não é meramente uma proteção social, mas antes um direito dos cidadãos que contribui e fomenta a redução da pobreza, da desigualdade e da insegurança (Almeida, 2021; Banerjee et al., 2019; Clemente, 2021; Gomes, 2021; Hanlon, 2009, 2004; Matos, 2021; Parijs e Vanderborght, 2017, 2017; Raventós, 2007; Standing, 2017; Widerquist, 2013).

Especificamente sobre o contexto Moçambicano, o debate é ténue e praticamente invisível. Todavia, outros programas de transferência de dinheiro, ainda que significativamente distintos daquela que é a proposta e o cerne do *basic income*, existem na história do país. Há três programas que podem ser apontados como possíveis ‘precedentes’ do *basic income* em Moçambique. O *dinheiro para soldados desmobilizados*, iniciado após a guerra civil, consistia em dar às tropas que foram desmobilizadas de ambos os lados o seu salário durante dois anos, de 1994 a 1996. Os primeiros seis meses foram pagos pelo governo e os dezoito meses seguintes por doadores através de um fundo de 35,5 milhões de dólares administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Hanlon, 2004).

O projeto *dinheiro para as vítimas das cheias*, consistiu em subsídios na ordem dos 93 dólares dados pela USAID às famílias que moravam no meio rural e que foram afetadas pelas cheias que ocorreram no sul de Moçambique no início do ano 2000 (Hanlon, 2004).

O *Programa Subsídio de Alimentos (PSA)*, foi criado pelo governo em 1990 como um programa de proteção social. Supostamente, os beneficiários recebem todos os meses uma quantia na ordem dos 750 meticais, o equivalente a 12 dólares, do Instituto Nacional de Acção Social (sob alçada do Ministério da Mulher e da Acção Social). O programa assenta em vários critérios de elegibilidade, tais como, a idade (55 anos para mulheres e 60 para homens, e 18 anos para portadores de deficiência ou doença crónica), ter residência há mais de seis meses na área seleccionada, ter uma renda per capita inferior ao benefício mínimo na escala do PSA, e critérios clínicos (deficiências físicas, deficiências sensoriais e doenças crónicas) (Hanlon, 2009; Soares et al., 2010). O programa apresenta dois principais constrangimentos. Primeiro, falta uma estratégia de expansão que tenha como diretriz a incidência da pobreza, o que se reflete no facto do PSA não abranger toda a população que seria supostamente elegível. Inicialmente a expansão do PSA ficou restrita a áreas urbanas a fim de atenuar os efeitos do PAE na população urbana, o que acabou por resultar numa distribuição desigual a nível dos vários distritos e principalmente nas zonas rurais (Soares et al., 2010). Em segundo lugar, a complexidade do processo de elegibilidade e a panóplia de condições impostas tornam o PSA demorado e com elevados custos administrativos. O volume de dinheiro que é direccionado para os beneficiários é igual àquele que é gasto em despesas inerentes ao próprio programa, portanto, 1 metical dado como benefício corresponde a 1 metical gasto em burocracias e custos administrativos (Hanlon, 2009).

Basic income em Moçambique

Os três programas mencionados podem ser um indício de abertura para o *basic income* em Moçambique, uma vez que o dinheiro teve efeitos positivos nas vidas dos beneficiários. Contudo, os modelos implementados revelaram-se não ser os ideais e o *basic income* pode contornar os constrangimentos identificados – custos administrativos excessivamente elevados; processos de seleção demorados, injustos e pouco rigorosos; falta de continuidade a médio e longo prazo; e, montantes desalinhados com as necessidades básicas da população. Primeiramente, uma vez que é *universal, incondicional e individual*, portanto, é um rendimento atribuído a todos aqueles que residem e pertencem à sociedade onde é implementado, o *basic income* não implica a imposição e monitorização de critérios de elegibilidade nem processos de

seleção demorados, injustos e dispendiosos; em segundo lugar, o *basic income* é considerado um direito e, como tal, é *regular e irrevogável*, portanto, subentende regularidade, estabilidade, continuidade e longevidade nas transferências; e, por último, a proposta do *basic income* é que com este rendimento as populações passam a ter as suas necessidades básicas asseguradas e, como tal, os montantes têm que ser alinhados com esta premissa.

Apesar de nunca ter sido implementado, o *basic income* não é uma proposta teórica totalmente nova para Moçambique. Hanlon (2009) é categórico na sua proposta de um *basic income* como forma de diminuir a pobreza, aumentar a equidade, promover o desenvolvimento e satisfazer os direitos humanos básicos dos Moçambicanos mais vulneráveis. Para o autor o *basic income*, considerando as especificidades do país, é um modelo que se apresenta *prático*, já que não acarreta burocracias nem uma administração dispendiosa e complexa de seleção da população, e *economicamente possível*, pois pode ser financiado pelos recursos naturais existentes em Moçambique.

Financiamento

Sendo um país com recursos naturais e sendo os projetos de extração uma realidade em Moçambique, como por exemplo o setor mineiro impulsionado em grande parte pela exploração de carvão, grafite, ouro e outros metais e a extração de gás natural em Cabo Delgado ou ainda a extração de hidrocarbonetos em Pande e Temane (província de Inhambane), então que estes projetos sejam pensados a favor das populações, já que são estas as mais marginalizadas nestes projetos.

Em Maio de 2009 Moçambique aderiu à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), com o intento de haver, supostamente, uma maior transparência da prestação de contas e das receitas provenientes destas indústrias. Em 2019 a contribuição económica das indústrias extrativas para o PIB foi na ordem dos 7%, 6% para as receitas do governo e 30% para exportações (EITI Moçambique, 2020, 2019). 0% foi diretamente direcionado para as populações.

Havendo uma distribuição das receitas que reflita outro tipo de prioridades, há uma parte da contribuição económica das indústrias extrativas que passa a poder reverter para um *basic income* em prol das populações.

Reconhece-se que esta opção de financiamento é suscetível a críticas aquando de uma perspetiva puramente ambientalista. A utilização dos recursos naturais a reverter para um *basic income*, pode ser interpretado como uma aliciação para uma aceitação da degradação do meio

ambiente. Contudo, a utilização dos recursos naturais existe e faz parte da realidade de qualquer país (Standing, 2017).

As implicações e preocupações ecológicas são legítimas. Todavia, a implementação de um *basic income* pode contribuir para uma maior regulamentação, transparência dos processos e, claramente, uma maior equidade na distribuição dos impactos e dos lucros provenientes da utilização dos recursos naturais. Como em qualquer outra opção e medida, há sempre *trade-offs* envolvidos.

Embora não exatamente sob a denominação ou proposta de *basic income*, existem já implementados em outros países, fundos e programas de transferências de dinheiro onde predomina a lógica de os recursos naturais serem revertidos para um fundo de riqueza soberana a favor das populações, nomeadamente, mas sem esgotar os exemplos, o *Bonosol*²⁰⁷ na Bolívia e o *Alaska Permanent Fund*²⁰⁸ (Hanlon, 2009; Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

Não se pretende sugerir uma imposição ou duplicação ‘cega’ de modelos, apenas mencionar exemplos que podem ser inspiração para o enquadramento do *basic income* em Moçambique.

É também possível articular as receitas provenientes da utilização dos recursos naturais e a criação de um fundo de riqueza soberana com a já referida opção de reorientar as despesas, os donativos e os financiamentos de intervenções humanitárias e projetos de desenvolvimento induzido desalinados, já que a sua existência é vasta em Moçambique. Portanto, um *basic income* financiado de forma mista, ou por outras palavras, um *basic income* proveniente de vários canais.

²⁰⁷ O *Bonosol*, também denominado de *Renta Dignidad*, é um programa de segurança social não contributivo implementado pelo governo da Bolívia em 1997. Foi criado como uma forma de redistribuir os fundos provenientes do gás e do petróleo.

Atualmente o *Bonosol* tem como grupo-alvo os cidadãos Bolivianos com mais de sessenta anos de idade, sendo incondicional em outras vertentes, nomeadamente género, atividades laborais desempenhadas anteriormente ou no momento, e taxas contributivas precedentes. Apesar das incondicionalidades, abrange apenas 9% da população.

Os beneficiários do *Bonosol* recebem mensalmente 350 bolivianos, sensivelmente o equivalente a 49 dólares (em Dezembro recebem 700 bolivianos como bónus de Natal). Para aqueles que recebem outras pensões, o *Bonosol* corresponde a um valor mensal de 300 bolivianos / 42 dólares por mês (600 bolivianos em Dezembro (Basic Income Earth Network, 2018; Renta Dignidad, n.d.).

²⁰⁸ O *Alaska Permanent Fund* foi criado em 1976 por Jay Hammond, governador do Alasca entre 1974 e 1982. É considerado o maior programa de transferências de dinheiro do mundo e é apontado por muitos como o único exemplo de *basic income* colocado na prática e em vigor.

Um oitavo das receitas estatais provenientes da produção petrolífera reverte para o Dividendo do Fundo Permanente que permite pagar dividendos a todos os residentes legais do Alasca (Hanlon, 2009; Raventos, 2007; Standing, 2017; Widerquist, 2013). Em 2022 todos os residentes receberam um valor anual de 3,284\$ (Alaska Gov, n.d.), ou se quisermos o equivalente a cerca de 273\$ por mês.

Montante

Além da discussão dedicada aos fundos para a implementação do *basic income* em Moçambique, é igualmente relevante e necessária a discussão sobre qual seria o seu valor mensal²⁰⁹.

O valor comumente proposto é que o *basic income* seja um montante acima da linha da pobreza internacional e sustentável a longo prazo. Estando vinculado a um fundo de riqueza soberana financiado pelas receitas da utilização dos recursos naturais, permite um aumento do valor do *basic income* à medida que esse fundo se desenvolve ao longo dos anos (Parijs e Vanderborght, 2017; Raventós, 2007; Standing, 2017).

Para Parijs e Vanderborght (2017) o valor ideal encontra-se entre ser um montante suficientemente modesto para que seja sustentável, e ser um montante generoso o suficiente para que faça de facto a diferença. Com base na proposta específica dos autores, de que o *basic income* deve ter um montante na ordem de um quarto do PIB per capita, e tendo como referência o PIB per capita de Moçambique em 2021 (491,84\$) (World Bank, 2022), o *basic income* em Moçambique seria na ordem dos 632 meticais / 10 dólares por mês.

Para a realidade atual de Moçambique, ainda que este montante produzisse uma diferença considerável nos meios mais empobrecidos, não seria um valor verdadeiramente impactante, nem tão pouco reflete a potencial capacidade do país no financiamento de um *basic income*.

Considerando a exportação da indústria extractiva em 2021, as receitas foram na ordem dos 3,620.2 milhões de dólares²¹⁰ (Banco de Moçambique, Departamento de Estatística e Reporte, 2021, pp. 13–17). A este valor acrescenta-se os volumosos lucros das várias empresas exploradoras dos diversos recursos naturais.

Atendendo a estes valores, o *basic income* em Moçambique pode ter um valor superior. Considerando a proposta de que o *basic income* corresponde a um montante acima da linha da pobreza internacional, portanto 1,90 dólares por dia, o *basic income* seria na ordem dos 3,800 meticais / 60 dólares por mês. Se o ponto de referência for a linha da pobreza nacional, como

²⁰⁹ No estudo desenvolvido por Ortiz et al. (2018), os autores analisam diferentes propostas de *basic income* em todas as suas componentes – financiamento, montante, posicionamento relativamente a outros benefícios existentes, objetivos e resultados esperados. No estudo está disponível uma tabela com a informação sintetizada, ver pág. 31 – 36.

²¹⁰ Em concreto as receitas dizem respeito à exportação de rubis, safiras e esmeraldas - 158.2 milhões de dólares, carvão mineral - 1,465.5 milhões de dólares, alumínio - 1,258.7 milhões de dólares (a exportação de alumínio é resultante de uma indústria transformadora não alimentada por extração local, uma vez que os lingotes de alumínio são refinados na fábrica Mozal a partir de minério importado da Austrália), areias pesadas - 466.4 milhões de dólares e gás natural - 271.4 milhões de dólares (Banco de Moçambique, Departamento de Estatística e Reporte, 2021, pp. 13–17).

sugerido por Ortiz et al. (2018), o valor seria na ordem dos 960 meticais/ 15 dólares por mês. Em ambas as situações identificamos valores superiores e mais alinhados com as necessidades da população quando comparado com a proposta de o *basic income* refletir um quarto do PIB per capita.

Para evitar conjunturas inflacionárias, indexar o valor do *basic income* pode ser uma opção. O montante pode ser indexado, por exemplo, ao salário mínimo, ao preço do milho, aos preços dos alimentos ou ao valor do que seria uma cesta básica. Com o decorrer dos anos e com o crescimento do fundo de riqueza soberana, o valor pode ainda ser indexado ao desempenho do fundo nos anos anterior, como acontece no modelo utilizado no Alasca.

O valor e a sua sustentabilidade a longo prazo são elementos essenciais numa futura proposta para o *basic income*. Só com um valor alinhado com as reais necessidades e dado de forma contínua é que o dinheiro pode contribuir para um desenvolvimento sustentável e evitar o sucedido no programa *dinheiro para soldados desmobilizados*, referido anteriormente. Segundo Hanlon (2022b), para o dinheiro transferido funcionar tem que de facto ser dado a todos, de forma continuada e estável.

Operacionalidade

A acrescentar à discussão do financiamento e do montante daquele que seria um *basic income* em Moçambique, é também necessário pensar noutras questões práticas e operacionais. Uma das questões prende-se com o facto se o *basic income* seria restrito aos adultos ou se seria também atribuído às crianças e menores de idade. Considerando que o *basic income* é apresentado como um direito básico de qualquer individuo, são frequentemente apontadas duas opções – atribuir o *basic income* mas este ficar cativo até as crianças e jovens atingirem a maioridade ou atribuir às crianças um *basic income* com um valor inferior, sendo este pago à mão ou ao adulto responsável (Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

Outra questão a considerar é se o *basic income* é hipotecável e tributável. Segundo Parijs e Vanderborght (2017), o *basic income* não pode ser hipotecado e os recebimentos futuros não podem ser considerados e utilizados como uma garantia para empréstimos, sendo esta uma forma de proteger o *basic income* de eventuais penhoras. De forma semelhante, para os autores o *basic income* deve ser isento de impostos, uma vez que a tributação equivale a reduzir o montante, e nesse caso é preferível estabelecer um montante mais baixo e torná-lo livre de impostos, já que a nível administrativo tornar-se-ia mais simples e menos dispendioso.

Um outro ponto a referir é a influência do *basic income* nos sistemas de crédito informais. Por um lado, ao receberem um montante fixo e contínuo as pessoas vão ter menos necessidade de recorrer a sistemas de crédito precários, portanto, os sistemas de crédito informais diminuiriam. Por outro lado, podem surgir pessoas com maior capacidade de acumulação que passam a desempenhar o papel de emprestadores, o que pode levar a um aumento das dívidas e de conflitos entre os emprestadores. Todavia, o aumento do número de sistemas de crédito informais pode conduzir tanto a sistemas precários, como a oportunidades de inclusão, já que pessoas antes excluídas passam a ter possibilidade de aceder a créditos.

Sistema de distribuição

Como já apontado, serviços de dinheiro móvel apresentam-se como uma tecnologia útil para enquadrar no debate do *basic income*, já que é uma ferramenta profícua para distribuir o dinheiro.

Olhando especificamente para o contexto Moçambicano, o mKesh está operacional desde Janeiro de 2011, com o número de utilizadores a aumentar exponencialmente (Batista e Vicente, 2013). A maioria, com destaque para o meio rural, não tem acesso a infraestruturas bancárias nem a uma conta bancária, e muitos dos que têm preferem usar os serviços de dinheiro móvel por não terem que se deslocar, para evitar os longos tempos de espera nas filas dos bancos e por não confiarem nos sistemas bancários (Almeida, 2021).

A distribuição do *basic income* através de serviços de dinheiro móvel, torna as transferências do dinheiro logisticamente mais simples, rápidas, amplas e mais baratas. De facto, este *leapfrog* tecnológico veio facilitar a futura implementação do *basic income*, pois permite que este seja distribuído a todos sem restrições no acesso.

A conjugação do *basic income* com os serviços de dinheiro móvel permite uma maior transparência, já que pela primeira vez é possível que as transferências de dinheiro sejam enviadas diretamente para a população. Um sistema de distribuição sem intermediários que possibilita uma diminuição significativa da corrupção e das cadeias de apropriação de recursos.

Resistências e anuências

Instituir o *basic income* suscita resistências e anuências, que podem variar dependendo do sistema de financiamento utilizado e de como este se reflete nos diferentes atores.

- i. Elite local e atores políticos - A criação de um fundo de riqueza soberana financiado pelas receitas provenientes da utilização dos recursos naturais, é politicamente atraente, uma vez

que não exigiria o desmantelamento dos sistemas de proteção social existentes nem a efetivação de novos impostos, nem tão pouco o aumento dos impostos sobre os rendimentos ganhos, o que levantaria descontentamento entre a elite, já que o restante da população vive da economia informal. Por outro lado, esta abordagem implicaria uma nova premissa de distribuição dos lucros, o que seria do desagradado dessa mesma elite.

O descontentamento das elites teria certamente projeções a nível dos interesses e apoios políticos, gerando um conjunto de relutâncias a nível do governo em instituir um *basic income*. Como referem Pelham et al., (2011, p. 96), a falta de vontade política é um dos principais obstáculos à implementação de qualquer mecanismo de segurança social, pois com a sua implementação os governos ganham capital político entre os economicamente mais pobres, mas perdem entre as elites.

Os governos necessitam de assegurar os votos das elites e a proposta social do *basic income* não se apresenta como o melhor sistema de aliciação, já que está desalinhada com os interesses das mesmas. Uma maior distribuição dos recursos e dos lucros, uma maior equidade e o já mencionado aumento da transparência e diminuição da corrupção e das cadeias de apropriação de recursos, gera resistência na aceitação do *basic income* por parte das elites.

Por outro lado, o governo que implementar o *basic income* ganhará as eleições, pois a maioria da população não é a elite.

- ii. ONGs e organizações internacionais - A reorientação das despesas e dos financiamentos ligados à intervenção humanitária e aos projetos de desenvolvimento, seria também sinónimo de insatisfação para alguns.

Em entrevista, Joseph Hanlon²¹¹ (2022b) refere que se o *basic income* fosse dado pelo Estado, os doadores internacionais não iriam gostar, pois passaria a haver dinheiro governado pelo Estado.

Ademais, o fluxo de dinheiro que sustenta a existência das ONGs e das organizações, incluindo o volumoso número de recursos humanos, alimenta uma economia que pouco se relaciona com as populações e, como tal, o redireccionamento destes fundos significa uma alteração profunda das lógicas e das estruturas do terceiro sector.

Além das alterações a nível das dinâmicas e relações económicas, o *basic income* potencializa também transformações nas relações entre o “salvador” e o “ajudado”, uma

²¹¹ Joseph Hanlon é jornalista, cientista social e Professor em Políticas e Práticas de Desenvolvimento na Open University no Reino Unido.

vez que permite uma maior independência das populações relativamente aos projetos de intervenção e de desenvolvimento. Ou por outras palavras, o *basic income* contraria a síndrome de complexo de superioridade tão presente no terceiro setor e no Ocidente²¹².

A possibilidade de ocorrerem estas transformações pode gerar desconforto, medo, reações negativas baseadas no desconhecido e na dificuldade em aceitar um novo paradigma, obriga a muito trabalho na ótica da operacionalidade e da logística, e implica a perda de regalias e de poder para alguns. Tudo fatores que geram resistência na aceitação do *basic income*.

Com o *basic income* deixar-se-ia de alimentar todo um conjunto de indústrias e intervenções ocidentais, e deixar-se-ia de poder cumprir agendas políticas assentes em interesses e privilégios das elites internacionais e da elite Moçambicana. O maior obstáculo ao *basic income* é político e não económico.

- iii. População – Independentemente dos canais de financiamento, a população em geral é a favor da implementação do *basic income*, o que não se revela surpreendente uma vez que no cerne da proposta do *basic income* estão sociedades mais justas e uma segurança económica básica para toda a população.

O facto de o *basic income* assegurar um rendimento contínuo sem qualquer condicionalidade ou condição imposta, e de não ter como premissa a substituição de outros apoios dados pelo Estado nem o desmantelamento do Estado Providência, torna-o um modelo bastante atraente, principalmente para os economicamente mais vulneráveis.

Em contraste, aqueles socialmente e economicamente mais estáveis podem demonstrar alguns pontos de resistência. Argumentos sobre o *basic income* ser um desincentivo ao trabalho, colocar em causa a produção e funcionamento do mercado, gerar uma redução dos salários, conduzir a um desperdício de dinheiro mal gasto, e criar parasitismo, portanto, tendência a viver apenas de apoios e do esforço de uns, são apenas alguns dos pontos que sustentam essa resistência.²¹³

Migrações

Merecedor de reflexão, é também se os imigrantes são abrangidos pelo *basic income*²¹⁴. Prevaecem duas perspetivas, a de que para receberem o *basic income* de um determinado país

²¹² Salvaguarda-se que não se pretende assumir um discurso reacionário ou ignorar a existência de intervenções e de projetos de desenvolvimento benéficos, nem tão pouco desconsiderar a existência de ONGs preconizadoras da implementação do *basic income*.

²¹³ Para detalhes ver Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 100-103;170-181; Standing, 2017, pp. 57-87.

²¹⁴ Sobre o *basic income* e fluxos migratórios ver Parijs e Vanderborght, 2017, pp. 218-227.

os indivíduos devem ter residência fiscal nesse território, excluindo turistas, viajantes, imigrantes sem documentação, diplomatas e empregados de organizações internacionais, cujos rendimentos não estão sujeitos a tributação (Parijs e Vanderborght, 2017); e a perspectiva de que os indivíduos devem ser residentes legais durante um certo período de tempo antes de se qualificarem para receber o *basic income* (Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

Tal como aconteceu com um projeto piloto de *basic income* numa região da Namíbia²¹⁵, se implementado à escala regional e não há escala nacional, pode ocorrer um aumento do número de migrantes internos, atraídos pelo impulsionamento da economia local e pela tentativa de receberem também o montante do *basic income*. Contudo, tal como aconteceu na Namíbia, o aumento do fluxo de migrantes não é forçosamente sinónimo de aumento da pobreza nem de colateralidades negativas (Banerjee et al., 2019; Standing, 2017; Widerquist, 2013). Acrescenta-se ainda que o facto de ter sido um projeto piloto restrito a uma área, com uma

²¹⁵ O projeto piloto foi realizado pela *Namibian Basic Income Grant Coalition* que obteve o financiamento necessário através de fundações e doações particulares. Foi implementado em Otjivero-Omitara, teve um ciclo de duração de um ano, desde Janeiro de 2008 a Dezembro de 2009, e abrangeu cerca de mil pessoas (Standing, 2017; Widerquist, 2013). Todas as pessoas da aldeia, incluindo crianças, receberam um *basic income* de N\$100 por mês, sensivelmente 12\$ ou cerca de um terço do limiar da pobreza. Contudo, as pessoas com mais de sessenta anos que já recebiam uma pensão social foram excluídas do projeto (Standing, 2017; Widerquist, 2013) e, como tal, embora tenha sido apresentado como um projeto de *basic income*, não respondeu exatamente a todos os princípios necessários para tal, já que o *basic income* pressupõe o não anular outros apoios sociais existentes e o ser dado a todos os cidadãos. Com o rendimento dado foi observável um melhoramento da nutrição, especialmente entre as crianças, um melhoramento a nível da saúde, um aumento da utilização do centro de saúde, aumento da assiduidade escolar, um crescimento da atividade económica e diminuição dos casos de roubo de comida e de animais para alimentação, o que levou a um aumento do número de pessoas a investirem na agricultura e na criação de gado (Standing, 2017; Widerquist, 2013). O número de pessoas envolvidas em atividades de geração de rendimento aumentou 25% (Widerquist, 2013), e de forma voluntária a população criou ainda o Comité Consultivo do *Basic Income* com o intuito de prestar aconselhamento às pessoas sobre como gerir e poupar o dinheiro que recebiam do *basic income* (Standing, 2017).

Apesar de novos migrantes não serem abrangidos pelo projeto, um número significativo de migrantes chegou a Otjivero-Omitara. Esta deslocação não ocorreu na tentativa de receberem também o *basic income*, mas antes pelo facto de ter ocorrido um aumento do comércio e da atividade económica, o que acabou por atrair um novo fluxo de pessoas. Todavia, este fenómeno não foi sinónimo de um aumento da pobreza em Otjivero-Omitara, havendo inclusivamente uma redução da taxa de pobreza para metade (Widerquist, 2013).

Embora o projeto piloto tenha demonstrado os efeitos positivos e sistémicos de um *basic income*, e embora em 2015 o presidente Hage Geingob tenha declarado que o *basic income* fazia parte da sua estratégia anti pobreza, em 2016 o governo iniciou um banco alimentar, colocando à margem e sem qualquer efeito as intenções anteriores de implementar um *basic income* (Standing, 2017).

O projeto foi sujeito a críticas por não ser possível avaliar o real potencial do que seria um *basic income*, uma vez que projetos piloto abrangem apenas uma área restrita, uma parte da população e implicam uma baliza temporal curta e concreta (Banerjee et al., 2019; Parijs e Vanderborght, 2017; Standing, 2017).

baliza temporal curta e com uma amostra reduzida, pode ter influenciado esse aumento. Se o *basic income* tivesse sido realmente implementado à escala nacional e não regional essa tendência diminuiria, pois as populações teriam um incentivo para permanecerem nas suas comunidades de origem (Standing, 2017).

Parijs e Vanderborght (2017) apontam para a possibilidade de a implementação do *basic income* à escala nacional poder atrair novos imigrantes, o que envolve uma articulação delicada entre duas questões. Por um lado, a sustentabilidade do próprio *basic income* para benefício dos cidadãos desse país e, por outro lado, o direito à livre circulação.

Tal como o *basic income* pode funcionar como um atrativo à imigração, pode também funcionar de forma inversa e ser uma estratégia de contenção. Portanto, o *basic income* pode responder às agendas das regiões que têm demonstrado interesse em parar ou reduzir os fluxos migratórios, seja por razões políticas, económicas ou sociais, desempenhando o papel de uma espécie de tampão, já que as populações dos contextos geográficos mais vulneráveis ao receberem o *basic income* passariam a ter um incentivo para permanecerem nos seus países de origem.

Concernente ao contexto Moçambicano, é pouco provável que ocorra um aumento do fluxo de imigrações. Por outro lado, é provável que haja um decréscimo das migrações internas, já que tendencialmente as pessoas permanecem junto das suas terras e machambas e, portanto, o *basic income* tornaria essa pré-disposição ainda mais viável.

Conflitos e contrainsurgência

O *basic income* pode de facto ser uma ferramenta que oferece aos jovens algumas perspetivas de futuro e melhores condições de vida, em substituição das estruturas de insurreição e dos conflitos armados como forma de alcançar regalias.

A implementação do *basic income* em Cabo Delgado, pode até ser um caso ilustrativo da perspetiva de Standing (2017) relativamente ao papel do *basic income* como potencial contribuição para ultrapassar a *maldição dos recursos*. Sublinha-se ainda que com a recente desmobilização, ainda que se perspetive temporária, do apoio do PAM é esperado um agravamento da situação em Cabo Delgado (Agência Lusa, 2023; Terrestre, 2023).

Fluxos de dinheiro contínuos e estáveis como é proposto com o *basic income* são essenciais para contrariar a dependência em relação a estes apoios, que no fundo representam fatores de incerteza acrescida.

Pela sua abrangência a toda a população, o *basic income* pode ser uma ferramenta que contribui sistemicamente e de forma consistente para a estabilidade e paz social em contextos onde prevalecem conflitos e insurgências. Fundos internacionais contra o terrorismo, contra a insurgência e para a contenção dos fluxos migratórios são fáceis de mobilizar.

A transição para o *basic income*

A implementação do *basic income* exige transformações nas lógicas institucionais, legais, operacionais, económicas e transformações ainda mais profundas a nível político. Como tal, para a implementação do *basic income* e considerando o enquadramento político de Moçambique, assume-se a possibilidade de ser necessário um processo de transição lento. Um ‘*basic income*’ tendo como condicionante a faixa etária seria uma das hipóteses para essa transição.

Como fomos explanando, em Moçambique as estruturas familiares e a relação com os antepassados são basilares na organização social e, como tal, os mais velhos são fundamentais na auto-organização e coesão social. À luz desta premissa, a implementação do *basic income* pode ter como fase inicial um programa de pensões para os cidadãos Moçambicanos com mais de cinquenta e cinco anos de idade e livre de outras condicionalidades, portanto, a fase de transição assumiria o formato de uma espécie de Pensão de Velhice, sendo necessário estabelecer uma baliza temporal para esta fase. A segunda fase seria então a implementação da proposta completa do *basic income*, portanto, sem quaisquer condicionalidades e abrangendo todos os cidadãos Moçambicanos.

Existe atualmente uma Pensão de Velhice concedida pelo Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique (INSS) (Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, n.d.), contudo a pensão que serviria de transição para o *basic income* apresentar-se-ia distinta em pelo menos 4 pontos. Primeiramente, atualmente a pensão é concedida às mulheres aos cinquenta e cinco anos de idade e aos homens aos sessenta, enquanto a pensão de transição para o *basic income* pode ter a mesma idade para mulheres e homens, pois administrativamente o processo passaria a ser mais simples e já estaria mais alinhado com a segunda fase de implementação. Em segundo lugar, para receberem a Pensão de Velhice, os beneficiários têm de ter completado duzentos e quarenta meses de contribuições (Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, n.d.), enquanto a pensão de transição para o *basic income* não implicaria essa condicionalidade, uma vez que a maioria da população está inserida na economia informal onde não se encontram vigentes tais contribuições. Em terceiro, com a atual Pensão de Velhice, se

os beneficiários não contarem com os duzentos e quarenta meses de contribuições e contarem pelo menos com cento e vinte, passam a receber 50% do montante mensal (Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, n.d.), o que na pensão de transição não ocorreria, já que não são necessárias contribuições para a elegibilidade do recebimento e o montante seria igual para todos os beneficiários. Por último, o pagamento da Pensão de Velhice é efetuado para o Número de Identificação Bancária do beneficiário, enquanto a pensão de transição para o *basic income* pode ser paga através dos serviços de dinheiro móvel, já que estes serviços têm uma taxa de adesão cada vez mais elevada e a maioria da população não tem acesso a infraestruturas bancárias.

A pensão de transição para o *basic income* distinguir-se-ia também do Programa de Subsídio Social Básico concedido pelo Instituto Nacional de Ação Social de Moçambique (INAS), na medida em que seria dado a qualquer pessoa a partir dos cinquenta e cinco anos e não apenas aos que se encontram em extrema pobreza.

A fase de transição focada neste público-alvo, portanto qualquer cidadão com mais de cinquenta e cinco anos de idade e livre de outras condicionalidades, contribui não só para preservar as estruturas familiares como também para estimular o crescimento económico, já que a lógica predominante é a redistribuição familiar, nomeadamente em alimentação, serviços de saúde, serviços de educação para o agregado familiar, entre outros.

Tanto a preservação da estrutura familiar como a redistribuição económica entre a família, desempenham um papel importante na estabilidade e segurança política, o que se apresenta fundamental para Moçambique.

Outras medidas e outras políticas públicas com o *basic income*

São necessárias políticas públicas que firmem a operacionalidade do *basic income*, assim como, uma articulação de medidas e ações em prol da transformação dos contextos, tanto por parte do Estado como das populações.

A massificação da proteção civil pode ser uma das medidas trazidas pelo Estado. Não só a proteção civil proveniente dos aparelhos regionais, nacionais, internacionais e macros, como também a partir da própria população.

Hanlon (2022b) sugere que a articulação do *basic income* com outras medidas do Estado, pode incluir a implementação de sistemas de aviso prévio eficazes para as populações terem tempo de evacuar os seus pertences e a si próprias; a construção de colinas; e a construção de estradas com uma elevação superior, por exemplo entre Búzi e a Beira. Por parte da população,

Hanlon (2022b) aponta para a construção de bons sistemas de armazenamento de sementes e grãos, que podem ser individuais ou coletivos na iminência de um evento; criação de associações e medidas coletivas como forma de ação preventiva; construção de espaços de arrumo para guardar os bens mediante um aviso de ocorrências; e uma aceitação de que vão sempre haver *trade-offs* quando se opta por regressar e permanecer nas áreas junto ao rio.

Tanto Hanlon (2022b) como Chambal (2022), referem que o sistema de segundas residências tem potencialidade quando articulado com o *basic income*, já que este permitiria a deslocação entre ambas as residências e machambas, uma na zona baixa e outra na zona alta. As populações passariam a poder cultivar sazonalmente em cada uma das regiões, portanto, uma adaptação sazonal que inclui tanto a deslocação como a própria agricultura e o tipo de cultivos.

Chambal (2022) acrescenta ainda que, mesmo que não seja possível assegurar o sistema de segundas residências, é importante que pelo menos as populações tenham duas machambas em áreas distintas. Desta forma, passaria a haver uma maior diversificação de recursos e uma estratégia geográfica que evita perdas totais e que inclui a possibilidade de as populações regressarem às suas machambas de origem. Sugere também que as populações criem sistemas de drenagem e de escoamento, e aconselha a que nas zonas baixas sejam semeados cultivos de ciclo curto, portanto, variedades de crescimento rápido, e nas zonas altas variedades com um ciclo de crescimento mais prolongado.

Sobrepõem-se as catástrofes e as crises

Para uma mudança não só no paradigma agrícola, mas também no correlacionado acesso a recursos, torna-se necessário refletir como se constrói a partir da lógica de que é preciso o acesso a recursos para se reduzir os níveis de vulnerabilidade crónica e, conseqüentemente, reduzir cenários de catástrofe, e neste caso não só catástrofes naturais, mas também catástrofes oriundas de conflitos armados. Porque no fundo as catástrofes e as crises são, afinal, uma questão de acesso a recursos.

Na época das cheias e dos ciclones as populações carecem de uma capacidade de resposta e adaptação, mas essa capacidade já está ausente mesmo antes de um novo evento natural ou de uma nova crise. A fraca capacidade económica e a forte necessidade da mesma, tem sido um impeditivo para a (re)construção.

Considerando que as catástrofes se sobrepõem e que a vulnerabilidade é cumulativa, o *basic income* possibilita a construção contínua da capacidade para lidar com a vulnerabilidade multidimensional, com a incerteza e com os diferentes choques.

A lógica assenta no princípio de que com o *basic income* as famílias estão economicamente mais estáveis e com maior capacidade para robustecer o seu quotidiano, quer seja a nível de infraestruturas ou da produção. Com mais recursos económicos as populações têm uma maior capacidade de consumo e investimento, não só em insumos, equipamento, ferramentas e melhores sistemas de armazenamento, mas também na criação de negócios de geração de rendimentos.

O *basic income* permite que as populações tenham uma produção agrícola mais estável, níveis de produção mais elevados e consequentemente *stocks* agrícolas superiores, o que possibilita maiores fluxos de vendas, um aumento dos rendimentos dos agregados familiares e melhorias na segurança e soberania alimentar. Portanto, aquando um evento natural extremo as populações estão menos vulneráveis e com maior capacidade de absorver e responder ao choque.

Se ocorrer uma perturbação na produção, o processo de regresso à agricultura é mais célere e mais independente da ajuda externa, uma vez que com mais recursos e almofadas financeiras os agricultores estão mais aptos a substituir as suas perdas e a regressar às práticas agrícolas.

O *basic income* se distribuído através de serviços de dinheiro móvel, facilitaria o acionamento de outros mecanismos de intervenção aquando catástrofes naturais de intensidade elevada, como por exemplo o Idai. Estando já o sistema de distribuição implementado e operacional, permitiria ativar outras transferências de dinheiro para ajuda complementar. Portanto, uma articulação de medidas que tornaria a resposta aos eventos mais fácil, mais imediata e que potencializaria a capacidade de intervenção da própria população.

As populações vivem entre choques e crises, e esta repetição cumulativa agrava a vulnerabilidade crónica também ela cumulativa. Uma vez que o *basic income* é um rendimento contínuo e por direito, abrange esta ideia de cumulação e, portanto, permite uma capacidade de resposta progressiva na linha contínua de eventos, permitindo abordar as catástrofes não como eventos pontuais e circunscritos, mas antes como processos.

Desta forma, com o *basic income* é possível abordar as fases *pré* e *pós* catástrofe como um único processo continuado, em prejuízo dos discursos e das lógicas predominantes que as distinguem como dois processos distintos e desvinculados. Populações com mais recursos, são

também populações mais bem preparadas para eventuais incertezas e choques, o que influencia o *pré* que é na verdade parte integrante da capacidade *pós* evento, e vice-versa.

O *basic income* apresenta uma potencialidade sistémica para que os contextos e dinâmicas se transformem evolutivamente na direção oposta à vulnerabilidade. Populações menos vulneráveis, contribui para que menos eventos naturais se traduzam em catástrofes naturais, ou pelo menos com efeitos menos danosos.

13. Conclusões

Uma catástrofe natural advém da interação de duas componentes – um evento natural, e uma sociedade exposta, que não tendo as condições necessárias para manter o seu funcionamento mediante o evento, acaba num cenário de danos, perdas e caos. Por um lado, a ocorrência de um evento natural, cada vez mais frequente devido às alterações climáticas, e por outro lado, a *construção societal*, portanto, todo um conjunto de fatores e características territoriais, históricas, económicas, políticas, sociais, culturais e ambientais que contribuem para os diferentes níveis de vulnerabilidade que caracterizam a vida quotidiana e influenciam o *perfil de acesso* (Wisner et al., 2004) e o *perfil de vulnerabilidade* (Beck, 1992).

Com maior ou menor intensidade, em todos os contextos geográficos há uma continuidade cumulativa de mudanças históricas, convulsões socioeconómicas, conflitos, crises e catástrofes naturais. Uma continuidade de processos onde a vulnerabilidade pode ser cumulativa.

Uma sociedade marcada e fragmentada por uma guerra civil está mais vulnerável a eventos naturais extremos que, por sua vez, contribuem para um aumento da vulnerabilidade que mina a capacidade de resposta a eventos futuros e que acabam por culminar em catástrofes que amplificam ainda mais a vulnerabilidade, e assim sucessivamente. Ou ainda, as regiões afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth em 2019, tiveram mais dificuldades em gerir a pandemia de COVID-19 pela sua vulnerabilidade acrescida após os ciclones. Por outro lado, a pandemia agrava as vulnerabilidades, o que, por sua vez, aumenta a potencialidade de devastação mediante um futuro evento natural extremo.

No estudo foi privilegiada a lógica do efeito cumulativo dos eventos naturais extremos e das vulnerabilidades, em substituição da clássica análise das fases *pré* e *pós* como períodos distintos e estáticos.

Uma catástrofe antecede e procede uma outra catástrofe, havendo, portanto, uma continuidade entre as fases *pré* e *pós* catástrofe; um único processo e não fenómenos isolados nem tão pouco balizados num período de tempo e num espaço concreto.

As sociedades, *estruturas dissipativas*, oscilam continuamente entre flutuações, fases regulares e fases desordenadas.

Foi proposto a representação de uma *espiral dinâmica descendente*, como forma de pensar e ilustrar como a sucessão contínua de eventos tem implícito que o *pré* e o *pós* são um único processo e que a vulnerabilidade multidimensional crónica é cumulativa, fragilizando sistemicamente as sociedades. Uma espiral de erosão da capacidade de resposta e adaptação às multi-crisis.

Coexistente a esta *espiral dinâmica descendente*, uma espiral de erosão, existe uma paisagem organizacional constituída por vários atores que representam espirais positivas, ainda que com dinâmicas, fricções e efeitos colaterais distintos. Atores externos, o Estado, as instituições, os projetos de desenvolvimento induzido, as organizações da sociedade civil e as populações representam espirais positivas que tentam impulsionar melhorias, a capacidade de antecipação e dinâmicas que contrariem a vulnerabilidade multidimensional. No entanto, estas espirais positivas são também afetadas pela sucessão de eventos e multi-crisis, o que torna a sua ação frágil, inoperante e insustentável.

O ciclone Idai (2019) foi o *pré* ciclone Kenneth (2019). O ciclone Kenneth foi o *pós* Idai, mas também o *pré* COVID-19, que por sua vez foi o *pré* ciclone Gombe (2022). O ciclone Gombe foi *pós* COVID-19, mas também o *pré* cheias que afetaram Maputo em 2023. As cheias foram *pós* ciclone Gombe, mas também *pré* ciclone Freddy (2023). O ciclone Freddy será certamente o *pré* de um outro evento ou crise. Uma sucessão de eventos e uma sobreposição de multi-crisis que desconserta a lógica de que os eventos são acontecimentos estáticos, isolados e independentes.

Á luz da *espiral dinâmica descendente*, torna-se claro que na repetição de catástrofes naturais, a agricultura *pré* e a agricultura *pós*-catástrofe são um único processo, pois uma agricultura *pós*-catástrofe é também uma agricultura *pré*-catástrofe, pois antecede uma outra catástrofe futura.

Os padrões de vulnerabilidade já estão presentes em cada grupo social mesmo antes da ocorrência de novos eventos. Aqueles com níveis de vulnerabilidade mais elevados, enfrentam mais dificuldades em reconstruir o seu modo de vida e meios de subsistência após uma catástrofe, o que, por sua vez, os torna mais vulneráveis a fenómenos de risco subsequentes (Wisner et al., 2004).

O conceito de sociedades agrárias Africanas permite analisar as perceções sobre cenários de catástrofe natural e sobre o regresso às práticas agrícolas sem contornos excludentes, já que é um conceito que permeia diferentes formas de reprodução e desafia os pressupostos herdados de divisões uniformes, como trabalhador vs. agricultor, assalariado vs. independente, agricultor familiar vs. agricultor capitalista, entre outras polarizações limitadoras. Assim, tem o potencial de absorver as diferentes tipologias e classes, e, portanto, podemos dizer que é dotado de uma ubiquação classificatória que permite pensar e analisar a complexidade das várias componentes que constituem as estruturas agrárias. Como refere Ouma (2017), o núcleo da questão não deveria ser a dicotomia limitadora se as economias políticas Africanas são ou não capitalistas,

mas antes questionar de que forma é que os atores Africanos têm convivido e moldado a modernidade capitalista, e como é que têm esculpido a sua existência, a sua moralidade e os seus espaços.

Pela escassez de recursos financeiros e tecnológicos as sociedades agrárias Africanas são das que mais sofrem mediante catástrofes naturais. De facto, a sua pré-condição de vulnerabilidade molda os impactos sofridos e a evolução de eventos naturais extremos para cenários de catástrofe natural.

Ainda que a existência de multi-crisis, muitas vezes ocorrências simultâneas, e o acumular de vulnerabilidades sejam sinónimo de uma capacidade auto-organizativa cada vez mais fragilizada, esta capacidade ainda permanece ativa nestas sociedades, mesmo em cenários de catástrofe natural

Em Moçambique estas sociedades estão enfraquecidas e descapitalizadas pelos vários e longos períodos de guerras e conflitos, pelas catástrofes naturais, pelas políticas desenfreadas e fracassadas de desenvolvimento induzido, pela pobreza, pela fraca presença das instituições do Estado, pelas condições externas e internas - mercados, políticas, jogos de poder, características demográficas, etc. - e, como tal, atualmente a sua produtividade agrícola não é suficiente para a sua auto-subsistência e bem-estar.

Os agricultores estão se a transformar ou já são efetivamente o que Bernstein (2010, pp. 105–106) definiu como *agricultores demasiado pobres para cultivar*.

Mesmo antes da ocorrência de um evento natural extremo, a vulnerabilidade está já fortemente presente e lesa a resiliência e a capacidade de resposta da população. Não se trata apenas da necessidade de *capacity building*, mas sobretudo da necessidade de recursos (financeiros) que permitam aos agregados familiares recuperarem a sua produtividade.

Embora haja uma necessidade profunda de acesso a dinheiro, não foram identificados fluxos de apoio neste sentido, tanto de organizações internacionais, como do setor privado e do Estado.

Foram identificados como pontos chave, a necessidade de materiais para a reconstrução das habitações e a preocupação em construir habitações mais resistentes. No entanto, tal como o apoio em dinheiro, os fluxos de apoio neste sentido têm sido bastante diminutos.

Os apoios recebidos pela população foram maioritariamente bens alimentares e insumos agrícolas. O apoio dado para o regresso às práticas agrícolas resumiu-se à distribuição de sementes e algumas ferramentas como enxadas e catanas.

Não obstante de estes apoios serem necessários para reforçar a capacidade de interajuda da população, há uma duplicação dos formatos de apoio que pode ser substituída por uma lógica de maior articulação, portanto, formatos de apoio que não estejam facilmente ao alcance da população e que permitam responder às necessidades de forma mais sistémica.

A duplicação dos formatos de apoio resulta em desperdício de recursos, fricções entre as diferentes intervenções externas e com as populações, e revela, de certa forma, que a capacidade endógena da população não é contemplada nas intervenções, sendo a população reduzida a recetor de ajuda.

Ainda que não estejam presentes transferências de dinheiro como apoio *ex-post* e/ou *ex-ante*, e embora sejam ainda bastante diminutos os casos onde são implementadas estas transferências, há estudos que demonstram a viabilidade e potencialidade deste modelo, principalmente aquando *ex-ante*²¹⁶. As transferências de dinheiro, pela fungibilidade, podem ser um modelo com potencial para contrariar as várias dimensões da vulnerabilidade e contribuir para impulsionar mudanças sistémicas em cenários de vulnerabilidade crónica, já que o dinheiro permite responder às necessidades de forma mais completa.

Não obstante de se reconhecer o potencial das transferências de dinheiro, estas são implementadas durante um intervalo de tempo pré-estabelecido, não havendo, portanto, transferências continuadas. Seguindo a lógica da *pré* e *pós*-catástrofe como um único processo, não havendo a continuidade destas transferências os seus efeitos serão como um ‘penso rápido’, uma vez que mitigam os constrangimentos imediatos, mas não viabilizam uma perspetiva de transformação a médio e longo prazo. Portanto, um modelo de apoio que não permite contrariar as raízes da vulnerabilidade, nem tão pouco potencializar a resiliência das sociedades entre catástrofes. Um modelo de apoio que tem uma lógica de resolução de problemas de início – fim, e que não permite abordar o *pré* e o *pós* como um processo contínuo, nem o quotidiano das sociedades, também este um processo contínuo. Mediante uma catástrofe natural, as teorias de desenvolvimento ficam suspensas, mas as sociedades não param o seu processo de existência.

A componente *construção societal* e a componente climática, estão fortemente relacionadas e, como tal, qualquer mecanismo de resolução, mitigação ou adaptação tem que considerar ambas as componentes. A tónica tem sido progressivamente atribuída às medidas de *adaptação às alterações climáticas (Climate Change Adaptation)*, no entanto a adaptação tem de ser ela própria transformativa.

²¹⁶ Ver por exemplo FAO, 2021a; Lawlor et al., 2017; Peppiatt et al., 2001; Pople et al., 2021; Thalheimer et al., 2022; Weingärtner et al., 2020.

A *adaptação transformativa*, que começa a adquirir algum foco nas agendas internacionais, implica medidas que por um lado, transformem as próprias dinâmicas que contribuem para o aceleração das alterações climáticas e, por outro lado, que transformem as várias dimensões da vulnerabilidade e as próprias condições de vida das populações mais expostas (Gomes, 2021).

Neste sentido, o *basic income* pode ser utilizado como ferramenta que responde a esta lógica e necessidade de *adaptação transformativa*, pois apresenta uma potencialidade de transformação sistémica e, portanto, potencialidade para ser um instrumento de Redução do Risco de Catástrofe.

Eventos naturais extremos que culminam em catástrofes naturais, são sinónimo de uma profunda disrupção do tecido social e interrupção do quotidiano. Os agregados familiares perdem a casa, os bens pessoais, bens materiais, documentos, insumos agrícolas, colheitas, sistemas de armazenamento, tecnologias agrícolas, animais, as redes de apoio que dependendo da amplitude da catástrofe podem ser mais ou menos afetadas, e ainda as condições inerentes para a segurança e paz social.

Para viverem e assegurarem a sua produção agrícola, não só para subsistência mas também para a produção de excedentes para venda, os agregados familiares precisam de uma habitação resistente, de acesso a serviços de saúde e de educação, transportes, mercados, acesso à sua terra, insumos agrícolas (sementes, tratores, armazenamento, etc.), animais, mão-de-obra, estruturas familiares, condições viáveis para a reprodução da sua linhagem, poupanças e almofadas de recursos, assim como, condições de segurança, paz social e perspectivas de futuro.

Para aceder a todas estas componentes e responder aos vários desafios é necessário o acesso a dinheiro.

Por ser um fluxo de dinheiro continuado e estável na sua frequência e montante, o *basic income* pode conduzir a efeitos mais duradouros, uma vez que permite melhorar o acesso dos agregados familiares aos vários recursos. O *basic income* permite abordar a vulnerabilidade crónica das sociedades.

Pela sua continuidade, o *basic income* extrapola a destrição estática do *pré* e do *pós*, sendo sincronicamente uma medida antecipatória e uma medida que já estaria operacional para responder mais prontamente a um evento natural extremo.

A lógica assenta no princípio de que o *basic income* permite às sociedades a construção de um quotidiano menos vulnerável, uma produção agrícola mais estável, níveis de produção mais elevados, melhores sistemas de armazenamento e conseqüentemente *stocks* agrícolas

superiores, o que possibilita maiores fluxos de vendas, um aumento dos rendimentos dos agregados familiares e melhorias na segurança e soberania alimentar.

Ao ocorrer uma perturbação na produção, o processo de regresso à agricultura é mais célere e mais independente da ajuda externa, uma vez que com mais recursos e almofadas financeiras os agricultores estão mais aptos a substituir as suas perdas e a regressar às práticas agrícolas. Portanto, aquando de um evento natural extremo as populações passam a ter uma maior capacidade de absorver e responder ao choque. As populações passam a estar menos vulneráveis e mais resilientes.

Com o *basic income* há uma injeção de dinheiro tanto nas economias urbanas como nas economias rurais, havendo, portanto, uma maior independência relativamente às cidades, infraestruturas, sedes administrativas e centros de poder; principalmente com o uso de serviços de dinheiro móvel. Ocorre assim uma redução das discrepâncias regionais e uma distribuição geográfica que pode ser mais homogênea e que minora a pressão migratória nos centros urbanos.

Para Hanlon (2009) o *basic income* teria pelo menos três impactos na economia Moçambicana – redução direta e imediata dos níveis de pobreza; impulsionamento da capacidade de procura, o que por sua vez se reflete na economia local, já que a classe baixa tende a gastar o dinheiro localmente em alimentos e bens de consumo básicos; e fomentação do desenvolvimento, uma vez que os estudos dedicados aos programas de transferência de dinheiro já existentes, mostram que parte do dinheiro recebido é investido.

Uma maior capacidade de compra e uma maior estabilidade financeira, contribuem para sociedades menos discrepantes e desequilibradas, havendo, portanto, o potencial para um aumento da segurança, da estabilidade política e da paz social em contextos onde prevalecem conflitos e insurgências. Desta forma, o *basic income* pode ser uma ferramenta de contrainsurgência.

A gestão de cenários de catástrofe natural ocorre num limbo entre os acentuados níveis de pobreza que se agravam evento após evento, as tentativas de garantir uma produtividade que assegure pelo menos a subsistência diária, a falta de acesso a recursos e principalmente a dinheiro, e entre *coping mechanisms* fortemente alavancados a dinâmicas inerentes à reprodução social e *cosmológica*.

A escassez de recursos financeiros reflete-se na crise de produção e na crise alimentar. Por um lado, os agregados familiares não têm dinheiro para investir em insumos agrícolas de forma a impulsionar a sua produção, como por exemplo pagar serviços de trator, mão-de-obra ou

comprar novos animais para criação e tração. Por outro lado, os poucos recursos financeiros que obtêm através de alguns biscates são utilizados para comprar a comida que já não conseguem produzir, e, portanto, esses diminutos recursos financeiros não podem ser investidos em outras atividades ou na reconstrução da vida quotidiana.

Além de não conseguirem assegurar uma alimentação diária adequada, também não conseguem produzir excedentes agrícolas para venda, o que anteriormente assegurava o acesso a algum dinheiro, ainda que baixas quantias.

A precária capacidade de produção e a baixa produtividade já estão presentes mesmo antes de um novo evento e, como tal, quando ocorre um novo choque a gestão do mesmo é feita já em insegurança alimentar e com práticas agrícolas frágeis e instáveis.

Como reação às situações de emergência a lógica predominante é a da sobrevivência ao “agora”, deixando de haver uma noção de futuro e um horizonte temporal pela falta de capacidade de reposta e pela falta de recursos que permitam a reconstrução da vida quotidiana.

O regresso às práticas agrícolas, portanto, a agricultura *pós*-catástrofe que é também uma agricultura *pré*-catástrofe, pauta-se por uma forte ligação à terra (e às machambas), o que resulta num retorno às mesmas ainda que estas sejam em zonas mais expostas.

Este regresso às terras assenta em dois pontos predominantes e basilares no processo que rege o regresso às práticas agrícolas – a dimensão material e de sobrevivência física, que depende da agricultura praticada nos solos das zonas baixas, que ainda que precária assegura o mínimo da alimentação diária, ao contrário do que acontece por exemplo nos centros de reassentamento nas zonas altas onde os solos são secos e inférteis; e a *reprodução cosmológica* (Florêncio, 2004) que se prende com a relação *per si* com a terra e com os antepassados.

As estruturas societais e cosmológicas são primordiais e, como tal, a deslocação para outras terras e/ou para centros de reassentamento representa a rutura dessas estruturas, não só porque implica o afastamento das terras de origem como também dos antepassados e dos sistemas de organização social que contribuem para manter as normas e a conduta social.

A ligação à terra é a ligação à história familiar, aos espíritos dos familiares, aos antepassados, a *xicuembo*. A ligação à terra é muito forte porque é na terra que tudo aconteceu, acontece e acontecerá (Dzucule, 2021).

O regresso às terras de origem e a associada dimensão cosmológica é representativo de um *coping mechanism* de *domesticação da incerteza* (Granjo, 2006, 2004b, 2004a). Os agregados familiares lidam não só com os eventos, mas também com os seus antepassados, com os familiares, com os vizinhos e membros da comunidade, com uma memória social que tem

presente uma continuidade intergeracional, com as dinâmicas da economia local e global, com a intervenção ou falta de intervenção do Estado, com as organizações humanitárias e com os atores do setor privado.

Os agregados familiares veem na deslocação e no reassentamento uma incerteza acrescida relativamente à sua produção agrícola e, portanto, aos seus bens alimentares, e por outro lado, uma incerteza que se instala se ocorrer um desvincular com a terra e com a dimensão cosmológica.

O sentido de sobrevivência e proteção associados aos antepassados e à terra, são *coping mechanisms coletivos* que permitem gerir e apaziguar, de certa forma, o desconforto, o desamparo e a incerteza. *Coping mechanisms coletivos* que pretendem não só dar sentido aos eventos, como também guiar a agência humana perante a incerteza e assegurar uma conduta social específica.

Os *coping mechanisms coletivos* contribuem para uma auto-organização que tem permitido resistir a todo o tipo de crises. Com processos de deslocação e reassentamento, essa auto-organização é corroída, pois as pessoas encontram-se descontextualizadas, tanto física como cosmologicamente. As estruturas sociais enfraquecem, as chefaturas tradicionais perdem-se e os jovens sentem-se deslocados e desenraizados.

Os centros de reassentamento envolvem um investimento financeiro significativo e são uma medida que não assegura a sobrevivência física, a *reprodução cosmológica*, a capacidade produtiva nem o acesso a recursos tecnológicos e financeiros. Não há uma apropriação por parte da população, sendo, portanto, uma medida desalinhada que é sinónimo de desperdício de recursos financeiros que poderiam ser direcionados para outras medidas.

Não se pretende argumentar que o acesso a recursos financeiros ou o *basic income* é *per se* uma solução sem efeitos colaterais nem tão pouco que resolve todas as problemáticas em qualquer contexto. No entanto, a fraca capacidade financeira da população torna-se um impeditivo para a reconstrução e construção.

A introdução do *basic income* pode exigir um período de transição, e mesmo quando implementado são necessárias medidas e políticas que firmem a sua operacionalidade. A lógica seria, portanto, não uma substituição, mas antes uma articulação de medidas e ações em prol da transformação dos contextos e respetivas vulnerabilidades. De facto, os modelos não têm que assumir uma fórmula única nem tão pouco ser mutuamente excludentes.

Quando ocorrem eventos naturais com a intensidade por exemplo do ciclone Ijai, a ajuda de emergência a nível da distribuição de bens alimentares, apoio médico, etc. continua a ser

necessária. No entanto, se o *basic income* já estiver implementado, esta ajuda passa a operar em estruturas mais resistentes. Ademais, se a população tem um fluxo de dinheiro continuado assegurado, pode mais prontamente ativar uma resposta endógena e com base na auto-organização, em prejuízo da lógica de ficar totalmente dependente do apoio externo e das limitações associadas ao mesmo, nomeadamente o formato da ajuda, atrasos e desvios.

Acrescenta-se ainda que devido às multi-crisis internacionais em várias geografias, incluindo nos países doadores, a tendência é que os apoios internacionais sejam cada vez mais reduzidos e voláteis. A dependência total destes apoios pode exponenciar a incerteza sentida pelas populações e agravar os níveis de vulnerabilidade.

Uma articulação de modelos que permite não só uma resposta de emergência, principalmente no período imediato do choque onde por exemplo os mercados são interrompidos e há uma rutura de stock, como também uma resposta endógena mais capacitada e que permite um regressar ao quotidiano mais imediato.

Apesar do potencial de transformação sistémica do *basic income*, a sua implementação não rescinde a necessidade de haver políticas e ações complementares. Se pensado de forma isolada, há problemáticas que não são abordadas.

As cheias que afetaram Maputo em 2023 revelaram, entre outras vulnerabilidades, uma fragilidade acentuada a nível das infraestruturas, inclusivamente três pontes ruíram. O *basic income per se* não tem potencial transformativo das infraestruturas públicas que servem a sociedade. É necessário que seja articulado com a intervenção e papel ativo do Estado, como aliás é premissa na proposta do *basic income*, já que este não prevê a substituição de outros apoios nem tão pouco do papel interventivo do Estado.

Em articulação com outros modelos e ações, o *basic income* possibilita realidades gradualmente menos vulneráveis; o que refletir-se-ia aquando da época das chuvas e dos ciclones, já que populações menos fragilizadas significa menos eventos naturais a culminarem em catástrofes naturais, ou pelo menos catástrofes de menor intensidade. O *basic income* pode conduzir a um início de reconstrução mais célere.

Com serviços de dinheiro móvel estabelecidos, uma reconstrução célere torna-se ainda mais exequível, já que estes serviços permitem uma circulação de fluxos de apoio extra direcionados diretamente para os recetores, nomeadamente transferências de dinheiro de familiares, de atores nacionais e agências internacionais.

As remessas são um exemplo de como fluxos de apoio direcionados diretamente para os recetores são impactantes no quotidiano dos mesmos e na capacidade de resposta a eventos naturais.

A sequência estática e ordenada *pré* e *pós* catástrofes, já não é válida pela frequência, sobreposição e acumulação de eventos e crises e, como tal, também o apoio e as fases da intervenção não podem continuar a seguir uma lógica estática, fechada e linear. É relevante refletir se o *basic income* pode ser um instrumento utilizado em prol da redução da vulnerabilidade crónica, aumentando assim a resiliência a eventos naturais.

Ao receberem uma transferência de dinheiro contínua e estável, as populações têm a oportunidade de melhorar a sua vida de uma forma sistémica e sair progressivamente do estado de pobreza.

Por um lado, o desenvolvimento passa a operar em estruturas mais resistentes e que absorvem melhor quebras e ruturas, sendo que as próprias potencialidades e investimentos são menos afetados. Por outro lado, um desenvolvimento mais arregado e sustentável e menores níveis de pobreza, permitem uma capacidade de resposta mais sistémica e solidificada por parte da população; o que acaba por reduzir a necessidade de apoio humanitário e, mesmo se este for necessário, quando operacional encontrará estruturas mais fortalecidas, portanto, passa a operar num desenvolvimento menos vulnerável e com maior elasticidade.

Neste sentido, o *basic income* contribui para se repensarem as propostas e dinâmicas associadas ao desenvolvimento induzido e à ação humanitária, partindo de uma lógica em que ambos se fundem num só *modus operandi* em prejuízo da sua operacionalidade desarticulada e descontinuada.

É também opção desenvolver indústrias capazes de absorver a mão-de-obra? Aumentar as oportunidades de emprego? No entanto, não obstante de ser necessário a criação de empregos, indústrias e serviços, o *basic income* oferece uma intervenção mais rápida, inclusiva e direcionada para a força produtiva que se encontra vulnerável.

São precisos mais estudos que sejam sistémicos e que premeiem a perspetiva de que os efeitos dos eventos são cumulativos e que, portanto, também as vulnerabilidades são igualmente cumulativas ao longo da história e percurso de cada país.

É preciso também mais pesquisa em torno da produção agrícola em contextos onde os eventos naturais extremos são sazonais e que, portanto, fazem parte da dinâmica do território. Contextos onde as práticas agrícolas são continuamente fragilizadas e descapacitadas, ao

mesmo tempo que prevalece uma dimensão cosmológica firme e que serve de base a todo um conjunto de *coping mechanisms* endógenos.

São igualmente necessárias, futuras pesquisas dedicadas ao papel do *basic income* na transformação da capacidade de resposta das famílias e do tecido social de forma mais ampla. No fundo, o papel e influências do *basic income* nas dinâmicas sociais, que se refletem nas próprias dinâmicas de desenvolvimento e na ajuda humanitária.

O *basic income* em contextos onde eventos naturais extremos e outras crises se sobrepõem e são frequentes, merece uma nova linha de investigação. Uma pesquisa que se debruce, inclusive mas não exclusivamente, sobre as potencialidades do *basic income* nas atividades produtivas e na segurança e soberania alimentar, assim como, sobre os possíveis constrangimentos, resistências e efeitos secundários da sua implementação.

Estudos a 360° que permitam analisar a integração do *basic income* com outras intervenções de desenvolvimento e ajuda humanitária, e que permitam analisar o potencial do *basic income* como força sistémica e oposta à vulnerabilidade que é tanto cumulativa quanto proveniente de dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais.

O *basic income* como uma ferramenta de Redução do Risco de Catástrofe, é uma senda ainda por explorar tanto nas intervenções humanitárias como nas propostas de desenvolvimento induzido, assim como, pelos próprios Estados e desenhadores de políticas públicas.

A articulação das três linhas de pesquisa apresentadas - as catástrofes naturais, as sociedades agrárias Africanas e o acesso a recursos (reflexão dedicada às transferências de dinheiro e à ulterior reflexão dedicada ao *basic income*) - suscita a hipótese de que o *basic income* pode funcionar como uma ferramenta de Redução do Risco de Catástrofe. Assim, ficam duas questões de partida para uma futura investigação. Pode o *basic income* ser um instrumento que contribui para a redução da vulnerabilidade crónica, aumentando assim a resiliência a eventos naturais? Pode o *basic income* ser um instrumento de Redução do Risco de Catástrofe?

Referências Bibliográficas

- Action Contre la Faim, 2011. Implementing Cash-Based Interventions: A Guideline for Aid Workers. ACF International Network.
- Adger, W.N., 2006. Vulnerability. *Global Environmental Change* 16, 268–281. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>
- Adger, W.N., Hughes, T.P., Folke, C., R. Carpenter, S., Rockström, J., 2005. Social-Ecological Resilience to Coastal Disasters. *Science* 309, 1036–1039. <https://doi.org/10.1126/science.1112122>
- Afawubo, K., Couchoro, M.K., Agbaglah, M., Gbandi, T., 2020. Mobile Money Adoption and Households' Vulnerability to Shocks: Evidence from Togo. *Applied Economics* 52, 1141–1162. <https://doi.org/10.1080/00036846.2019.1659496>
- African Risk Capacity, n.d. African Risk Capacity: Transforming Disaster Risk Management & Financing in Africa [WWW Document]. African Risk Capacity. URL <https://www.africanriskcapacity.org/> (accessed 7.13.21).
- African Union, New Partnership for Africa's Development Planning and Coordinating Agency, African Development Bank, United Nations Office for Disaster Risk Reduction - Regional Office for Africa, 2004. Africa Regional Strategy for Disaster Risk Reduction.
- Agência Lusa, 2023. PAM Suspende Ajuda a Mais de um Milhão de Pessoas em Moçambique [WWW Document]. Observador. URL <https://observador.pt/2023/02/02/pam-suspende-ajuda-a-mais-de-um-milhao-de-pessoas-em-mocambique/> (accessed 2.10.23).
- Akinyemi, B.E., Mushunje, A., 2020. Determinants of Mobile Money Technology Adoption in Rural Areas of Africa. *Cogent Social Sciences* 6, 1815963. <https://doi.org/10.1080/23311886.2020.1815963>
- Alaska Gov, n.d. Alaska Department of Revenue [WWW Document]. Permanent Fund Dividend. URL <https://prd.pfd.alaska.gov> (accessed 1.25.23).
- Alesch, D.J., Arendt, L.A., Holly, and J.N., 2009. Managing for Long-Term Community Recovery in the Aftermath of Disaster. Public Entity Risk Institute, Fairfax, Virginia.
- Alexander, D., 2005. An Interpretation of Disaster in Terms of Changes in Culture, Society and International Relations, in: Perry, R.W., Quarantelli, E.L. (Eds.), *What Is a Disaster? New Answers to Old Questions*. Xlibris, Philadelphia, pp. 25–38.
- Alexandre, V. (Ed.), 2000. *O Império Africano: Séculos XIX E XX*. Edições Colibri, Lisboa.
- Allen, C.R., Angeler, D.G., Garmestani, A.S., Gunderson, L.H., Holling, C.S., 2014. Panarchy: Theory and Application. *Ecosystems* 17, 578–589. <https://doi.org/10.1007/s10021-013-9744-2>
- Almeida, C., 2021. Entrevista com Carlos Almeida, HELPO.
- Almeida, R.A., Paulino, E.T., 2000. Fundamentos Teóricos para o Entendimento da Questão Agrária: Breves Considerações. *Geografia* 9, 113–127.
- Althusser, L., Balibar, É., Establet, R., Rancière, J., Macherey, P., 2015. *Reading Capital: The Complete Edition*. Verso, London.
- Alves, V.E.L., Lima, D.A. e, 2018. Questões Rurais e Campesinato: Uma Entrevista com Teodor Shanin. *Revista NERA* 21, 236–244. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i44.5830>
- Alves-Mazzotti, A.J., 2006. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. *Cad. Pesqui.* 36, 637–651. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>
- Alvi, E., Mukherjee, D., Shukralla, E.K., 2008. Aid, Policies, and Growth in Developing Countries: A New Look at the Empirics. *Southern Economic Journal* 74, 693–706. <https://doi.org/10.2307/20111991>
- Amin, S., 1990. *Maldevelopment: Anatomy of a Global Failure*, Studies in African political economy. United Nations University Press; Zed Books, London.

- Amin, S., Vergoupolos, K., 1978. *A Questão Camponesa e o Capitalismo. A Regra do Jogo.*
- Amin, S., Vergoupolos, K., 1977. *A Questão Agrária e o Capitalismo.* Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Anaman, K., 2003. Assessing the Economic and Social Impacts of Extreme Events on Agriculture and the Use of Meteorological Information to Reduce Adverse Impacts, in: CAgM Working Group on Agrometeorology Related to Extreme Events (Ed.), *Agrometeorology Related to Extreme Events*, WMO. World Meteorological Organization, Geneva, pp. 52–69.
- Anderson, J.W., 1968. Cultural Adaptation to Threatened Disaster. *Human Organization* 27, 298–307. <https://doi.org/10.17730/humo.27.4.anm4586632557246>
- Anjos, J.C.G. dos, Baptista, M.Q.G., 2010. Apresentação, in: Anjos, J.C.G. dos, Baptista, M.Q.G. (Eds.), *As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde: Ensaio Sociológicos, Estudos Sociais de Cabo-Verdianos.* Edições Uni-CV, Praia, Santiago, Cabo Verde, pp. 11–19.
- Arendt, L.A., Alesch, D.J., 2015. *Long-Term Community Recovery from Natural Disasters.* CRC Press Taylor & Francis Group, New York.
- Arnall, A., Thomas, D.S.G., Twyman, C., Liverman, D., 2013. Flooding, Resettlement, and Change in Livelihoods: Evidence from Rural Mozambique. *Disasters* 37, 468–488. <https://doi.org/10.1111/disa.12003>
- Artur, L., 2011. *Continuities in Crisis: Everyday Practices of Disaster Response and Climate Change Adaptation in Mozambique.* Wageningen University, Wageningen, Netherlands.
- Bailey, S., 2016. *Why Not Cash? The Case for Cash Transfers for Refugees in Mozambique* (Working paper No. 504). Overseas Development Institute, London.
- Banco de Moçambique, Departamento de Estatística e Reporte, 2021. *Boletim Anual da Balança de Pagamentos (No. 20).* Banco de Moçambique, Maputo.
- Banerjee, A., Niehaus, P., Suri, T., 2019. Universal Basic Income in the Developing World. *Annual Review of Economics* 11, 959–983. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080218-030229>
- Bankoff, G., 2009. Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines, in: Mauch, C., Pfister, C. (Eds.), *Natural Disasters, Cultural Responses: Case Studies Toward a Global Environmental History*, The German Historical Institute Studies in International Environmental History. Lexington Books, Plymouth, pp. 265–284.
- Bankoff, G., 2001. Rendering the World Unsafe: ‘Vulnerability’ as Western Discourse. *Disasters* 25, 19–35. <https://doi.org/10.1111/1467-7717.00159>
- Bardin, L., 2011. *Análise de Conteúdo.* Edições 70, São Paulo.
- Barrett, C.B., Swallow, B.M., 2006. Fractal Poverty Traps. *World Development* 34, 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.06.008>
- Bartelt, D.W., 1994. On Resilience: Questions of Validity, in: Wang, M.C., Gordon, E.W. (Eds.), *Educational Resilience in Inner-City America: Challenges and Prospects.* Lawrence Erlbaum Associates, Inc, Hillsdale, pp. 97–108.
- Barth, F., 1981. *Process and Form in Social Life. Selected Essays of Fredrik Barth.* Routledge & Kegan Paul Ltd, London.
- Basic Income Earth Network, 2018. *Bolivia: Bonosol Programme [WWW Document].* Bien — Basic Income Earth Network. URL <https://basicincome.org/news/2018/06/bolivia-bonosol-programme-is-21-years-old-this-year/> (accessed 2.16.23).
- Batista, C., Vicente, P.C., 2021. Is Mobile Money Changing the Rural Landscape? Evidence from Mozambique. *FurtherAfrica.* URL <https://furtherafrica.com/2021/03/30/is->

- mobile-money-changing-the-rural-landscape-evidence-from-mozambique/ (accessed 3.25.22).
- Batista, C., Vicente, P.C., 2020a. Is Mobile Money Changing Rural Africa? Evidence from a Field Experiment. NOVAFRICA, Working Paper 65.
- Batista, C., Vicente, P.C., 2020b. Adopting Mobile Money: Evidence from an Experiment in Rural Africa. *AEA Papers and Proceedings* 110, 594–598. <https://doi.org/10.1257/pandp.20201086>
- Batista, C., Vicente, P.C., 2020c. Improving Access to Savings Through Mobile Money: Experimental Evidence from African Smallholder Farmers. *World Development* 129, 104905. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.104905>
- Batista, C., Vicente, P.C., 2013. Introducing Mobile Money in Rural Mozambique: Evidence from a Field Experiment. NOVAFRICA Center for Business and Economic Development, Working Paper.
- Beck, U., 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity, Theory, culture & society*. Sage Publications, London.
- Bellamy, A.J., 2003. Humanitarian Intervention and the Three Traditions. *Global Society* 17, 3–20. <https://doi.org/10.1080/0953732032000053971>
- Berkes, F., 2007. Understanding Uncertainty and Reducing Vulnerability: Lessons from Resilience Thinking. *Nat Hazards* 41, 283–295. <https://doi.org/10.1007/s11069-006-9036-7>
- Berkes, F., Ross, H., 2016. Panarchy and Community Resilience: Sustainability Science and Policy Implications. *Environmental Science & Policy* 61, 185–193. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2016.04.004>
- Berkes, F., Ross, H., 2013. Community Resilience: Toward an Integrated Approach. *Society & Natural Resources* 26, 5–20. <https://doi.org/10.1080/08941920.2012.736605>
- Bernardo, S., 2019. Os Impactos das Catástrofes Naturais na Agricultura de Pequena-Escala e a Agricultura Pós-Catástrofe (Tese de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento). ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Bernardo, S., 2018. The Complex World of Humanitarian Assistance: Funding and Dependencies. *Revista In.disciplinar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa* 59–71.
- Bernstein, H., 2010. *Class Dynamics of Agrarian Change, Agrarian Change and Peasant Studies Series*. Kumarian Press, Sterling, VA.
- Bernstein, H., 2009. V.I. Lenin and A.V. Chayanov: Looking Back, Looking Forward. *The Journal of Peasant Studies* 36, 55–81. <https://doi.org/10.1080/03066150902820289>
- Bernstein, H., 2005. Rural Land and Land Conflicts in Sub-Saharan Africa, in: Moyo, S., Yeros, P., African Institute for Agrarian Studies, Zimbabwe (Eds.), *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia, and Latin America*. Zed Books, New York, pp. 67–101.
- Bernstein, H., 2004. “Changing Before Our Very Eyes”: Agrarian Questions and the Politics of Land in Capitalism Today. *J Agrarian Change* 4, 190–225. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2004.00078.x>
- Bernstein, H., 1996. Agrarian Questions Then and Now. *Journal of Peasant Studies* 24, 22–59. <https://doi.org/10.1080/03066159608438630>
- Bernstein, H., 1979. African Peasantries: A Theoretical Framework. *The Journal of Peasant Studies* 6, 421–443. <https://doi.org/10.1080/03066157908438084>
- Berry, S., 2017. Struggles Over Land and Authority in Africa. *Afr. stud. rev.* 60, 105–125. <https://doi.org/10.1017/asr.2017.96>
- Bertalanffy, L. von, 1968. *General System Theory: Foundations, Development, Applications*. G. Braziller, New York.

- BIEN, n.d. About Basic Income | BIEN — Basic Income Earth Network [WWW Document]. URL <https://basicincome.org/about-basic-income/> (accessed 1.27.23).
- Bond, P., 2005. Neoliberalism in Sub-Saharan Africa: From Structural Adjustment to NEPAD, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 230–236.
- Bourdieu, P., 1986. The Forms of Capital, in: Richardson, J.G. (Ed.), *Handbook of Theory and Research for Sociology of Education*. Greenwood Press, New York, pp. 241–258.
- Brannen, J., 2010. Working Qualitatively and Quantitatively, in: Seale, C., Gobo, G., Gubrium, J.F., Silverman, D. (Eds.), *Qualitative Research Practice*. SAGE, London, pp. 282–296.
- Brida, A.B., Owiyo, T., Sokona, Y., 2013. Loss and Damage from the Double Blow of Flood and Drought in Mozambique. *IJGW* 5, 514–531. <https://doi.org/10.1504/IJGW.2013.057291>
- Bryant, A., Charmaz, K. (Eds.), 2007. *The Sage Handbook of Grounded Theory*. Sage, London.
- Bryant, E., 2005. *Natural Hazards*, 2nd ed. ed. Cambridge University Press, Cambridge.
- Bryceson, D.F., 2009. Sub-Saharan Africa's Vanishing Peasantries and the Specter of a Global Food Crisis. *Monthly Review* 61, 48–62.
- Bryceson, D.F., 2000a. Disappearing Peasantries? Rural Labour Redundancy in the Neo-Liberal Era and Beyond, in: *Disappearing Peasantries? Rural Labour in Africa, Asia and Latin America*. Intermediate Technology Publications, London, pp. 299–326. <https://doi.org/10.3362/9781780440118.017>
- Bryceson, D.F., 2000b. Rural Africa at the Crossroads: Livelihood Practices and Policies. *ODI Natural Resource Perspectives* 52.
- Bryceson, D.F., 1999. African Rural Labour, Income Diversification & Livelihood Approaches: A Long-Term Development Perspective. *Review of African Political Economy* 26, 171–189. <https://doi.org/10.1080/03056249908704377>
- Bryceson, D.F., 1996. Deagrarianization and Rural Employment in Sub-Saharan Africa: A Sectoral Perspective. *World Development* 24, 97–111. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00119-W](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00119-W)
- Bryman, A., 2012. *Social Research Methods*, 4th ed. ed. Oxford University Press, Oxford.
- Buckle, P., 2005. Disaster: Mandated Definitions, Local Knowledge and Complexity, in: Perry, R.W., Quarantelli, E.L. (Eds.), *What Is a Disaster? New Answers to Old Questions*. Xlibris, Philadelphia, pp. 173–200.
- Byres, S., 2005. Neoliberalism and Primitive Accumulation in Less Developed Countries, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 83–90.
- Capela, J., 2010. *Moçambique Pela Sua História, Coleção Estudos Africanos*. Edições Húmus, Porto.
- Capela, J., 2002. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733 - 1904, As Armas e os Varões*. Afrontamento, Porto.
- Carr, L.J., 1932. Disaster and the Sequence-Pattern Concept of Social Change. *American Journal of Sociology* 38, 207–218. <https://doi.org/10.1086/216030>
- Carter, M.R., Barrett, C.B., 2006. The Economics of Poverty Traps and Persistent Poverty: An Asset-Based Approach. *Journal of Development Studies* 42, 178–199. <https://doi.org/10.1080/00220380500405261>
- Carter, M.R., Little, P.D., Mogue, T., Negatu, W., 2007. Poverty Traps and Natural Disasters in Ethiopia and Honduras. *World Development* 35, 835–856. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2006.09.010>
- Cassidy, E.G., 2005. The Problem of Evil: The Dialogue Between Voltaire and Rousseau Revisited. *Yearbook of the Irish Philosophical Society* 1–18.

- Castel-Branco, C.N., 2017. Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital em Moçambique, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, C., Forquilha, S., Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, pp. 99–164.
- Castel-Branco, C.N., 1995. Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas, in: Mazula, B. (Ed.), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert, Maputo, pp. 581–636.
- Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED), n.d. EM-DAT | The International Disasters Database [WWW Document]. CRED. URL <https://www.emdat.be/> (accessed 5.10.22).
- Chambal, B., 2022. Entrevista com Boavida Chambal, Cruz Vermelha de Moçambique.
- Chamlee-Wright, E., Storr, V.H., 2011. Social Capital as Collective Narratives and Post-Disaster Community Recovery. *The Sociological Review* 59, 266–282. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2011.02008.x>
- Chang, H.-J., Grabel, I., Wade, R.H., 2014. *Reclaiming Development: An Alternative Economic Policy Manual*. Zed Books, London.
- Chayanov, A.V., 1966 [1925]. *The Theory of Peasant Economy*. Richard D. Irwin, Inc., Homewood, Illinois.
- Chidiamassamba, C., Liesegang, G., 1997. Dados Históricos sobre Ocorrência e Tipos de Cheias no Vale do Zambeze.
- Christie, F., Hanlon, J., 2001. Mozambique & the Great Flood of 2000, African issues. International African Institute in association with James Currey, Oxford [and] Indiana University Press, Bloomington, London.
- Cicchetti, D., Garmezy, N., 1993. Prospects and Promises in the Study of Resilience, in: *Development and Psychopathology*. pp. 497–502.
- Clarke, S., 2005. The Neoliberal Theory of Society, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 50–59.
- Clemente, J., 2021. Entrevista com Joana Clemente, HELPO.
- Climate Risk Management in Africa: Learning from Practice (No. 1), 2007. , The Climate and Society. International Research Institute for Climate and Society, Columbia University, New York.
- Cochet, H., 2015. *Comparative Agriculture*. Springer, Dordrecht.
- Colaço, J.C., 2021. Entrevista com João Carlos Colaço, Universidade Eduardo Mondlane.
- Coleman, J.S., 1988. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology* 94, 95–120.
- Collier, P., 2019. *O Futuro do Capitalismo*. Dom Quixote, Lisboa.
- Collier, P., 2013. *Os Milhões da Pobreza: Porque Motivo os Países Mais Carenciados do Mundo Estão a Ficar Cada Vez Mais Pobres? Qual a Verdadeira Chave Para o Seu Crescimento*. Casa das Letras, Lisboa.
- Collier, P., 2008. The Politics of Hunger: How Illusion and Greed Fan the Food Crisis. *Foreign Affairs* 87, 67–79.
- Collier, P., Kay, J., 2020. *Greed is Dead: Politics After Individualism*. Allen Lane, London.
- Collins, A.E., 2009. *Disaster and Development, Routledge perspectives on Development*. Routledge, London.
- Cooperman, A., 2005. An Act of God? Where Most See a Weather System, Some See Divine Retribution. *Washington Post*.
- Cordell, D.D., Gregory, J.W., Piche, V., 1996. *Hoe and Wage: A Social History of a Circular Migration System in West Africa*. Westview Press, Boulder, Colo.

- Coughlin, P.E., Matavele, S., Siteo, I., Mboane, D., Abdul, T., Nguetana, A., 2020. Recuperação do Ciclone Idai na Agricultura, Indústria, Comércio e Infra-Estrutura na Cidade da Beira e Arredores. Associação Moçambicana de Economistas e Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.15371.92963>
- Cramer, C., 2001. Privatisation and Adjustment in Mozambique: A “Hospital Pass”? *Journal of Southern African Studies* 27, 79–103. <https://doi.org/10.1080/03057070120029518>
- Cramer, C., 1999. Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts. *World Development* 27, 1247–1266. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00053-4](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00053-4)
- Cramer, C., Pontara, N., 1998. Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What’s Missing from the Debate? *The Journal of Modern African Studies* 36, 101–138. <https://doi.org/10.1017/S0022278X97002668>
- Cutter, S.L., 2001. *American Hazardscapes: The Regionalization of Hazards and Disasters, Natural hazards and disasters*. Joseph Henry Press, Washington, DC.
- Cutter, S.L., 1996. Vulnerability to Environmental Hazards. *Progress in Human Geography* 20, 529–539. <https://doi.org/10.1177/030913259602000407>
- Cutter, S.L., Barnes, L., Berry, M., Burton, C., Evans, E., Tate, E., Webb, J., 2008. A Place-Based Model for Understanding Community Resilience to Natural Disasters. *Global Environmental Change, Local evidence on vulnerabilities and adaptations to global environmental change* 18, 598–606. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2008.07.013>
- Cutter, S.L., Boruff, B.J., Shirley, W.L., 2003. Social Vulnerability to Environmental Hazards. *Social Science Quarterly* 84, 242–261. <https://doi.org/10.1111/1540-6237.8402002>
- Cutter, S.L., Mitchell, J.T., Scott, M.S., 2000. Revealing the Vulnerability of People and Places: A Case Study of Georgetown County, South Carolina. *Annals of the Association of American Geographers* 90, 713–737. <https://doi.org/10.1111/0004-5608.00219>
- Dasgupta, P., 1997. Nutritional Status, the Capacity for Work, and Poverty Traps. *Journal of Econometrics* 77, 5–37. [https://doi.org/10.1016/S0304-4076\(96\)01804-0](https://doi.org/10.1016/S0304-4076(96)01804-0)
- De Weerd, J., 2002. Risk-Sharing and Endogenous Network Formation, WIDER discussion paper. United Nations University, World Inst. for Development Economics Research, Helsinki.
- De Wit, P., Norfolk, S., 2010. Mozambique, in: *Land Tenure and Natural Disasters- Addressing Land Tenure in Countries Prone to Natural Disasters*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, pp. 3–41.
- Demirguc-Kunt, A., Klapper, L., Singer, D., Ansar, S., 2018. *The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution*, World Bank Publications. World Bank, Washington.
- Devereux, S., 2012. *Social Protection for Enhanced Food Security in Sub-Saharan Africa*. UNDP, New York, Working Paper.
- Diamond, J., 2007. *Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso*, 5ed ed. Record, Rio de Janeiro.
- Djament-Tran, G., 2015. Resilience: A Question of Scale, in: Reghezza-Zitt, M., Rufat, S. (Eds.), *Resilience Imperative- Uncertainty, Risks and Disasters*. ISTE Press Ltd, London, pp. 51–73.
- Dodson, B., 2007. Natural Disasters in Africa, in: Stoltman, J.P., Lidstone, J., Dechano, L.M. (Eds.), *International Perspectives on Natural Disasters: Occurrence, Mitigation, and Consequences, Advances in Natural and Technological Hazards Research*. Springer, Dordrecht, pp. 231–245.
- Douglas, M., 1976. *Pureza e Perigo*. Perspectiva, São Paulo.

- Duménil, G., Lévy, D., 2005. The Neoliberal (Counter-)Revolution, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 9–19.
- Dzucule, P.D., 2021. Entrevista com Pedro Daniel Dzucule, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique.
- Ebeke, C., Combes, J.-L., 2013. Do Remittances Dampen the Effect of Natural Disasters on Output Growth Volatility in Developing Countries? *Applied Economics* 45. <https://doi.org/10.1080/00036846.2012.659347>
- EITI Moçambique, 2020. Relatório Independente da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Ano de 2019. EITI Moçambique, Maputo.
- EITI Moçambique, 2019. EITI Mozambique [WWW Document]. Extractive Industries Transparency Initiative. URL <https://eiti.org/countries/mozambique> (accessed 1.25.23).
- Eling, M., Pradhan, S., Schmit, J.T., 2014. The Determinants of Microinsurance Demand. *Geneva Pap Risk Insur Issues Pract* 39, 224–263. <https://doi.org/10.1057/gpp.2014.5>
- Esteves, A., Malheiros, J., 2013. Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Lisboa.
- FAO, 2021a. *Anticipatory Action: Changing the Way We Manage Disasters*. FAO, Rome. <https://doi.org/10.4060/cb7145en>
- FAO, 2021b. *The Impact of Disasters and Crises on Agriculture and Food Security: 2021*. FAO, Roma. <https://doi.org/10.4060/cb3673en>
- FAO, 2019. *Disaster Risk Reduction at Farm Level: Multiple Benefits, No Regrets: Results from Cost-Benefit Analyses Conducted in a Multi-Country Study, 2016-2018*. FAO, Rome. <https://doi.org/10.4060/CA4429EN>
- FAO, 2018. *The Impact of Disasters and Crises on Agriculture and Food Security- 2017*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
- FAO, 2017a. *The Impact of Disasters on Agriculture-Addressing the Information Gap*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
- FAO (Ed.), 2017b. *Building Resilience for Food and Food Security, The state of food security and nutrition in the world*. FAO, Rome.
- Farrington, J., Slater, R., 2006. Introduction: Cash Transfers: Panacea for Poverty Reduction or Money down the Drain? (SSRN Scholarly Paper No. ID 925058). Social Science Research Network, Rochester, NY. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7679.2006.00344.x>
- Fátima, M. de, 2012. *Populações Rurais na Huíla e Resiliência Social em Contexto de Guerra: O Caso do Município da Humpata (Sudoeste Angolano)* (Tese de Doutoramento em Estudos Africanos). ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Feijó, J., Aiuba, R., 2019. *Novo Ciclo na Assistência Alimentar e Início da Recuperação de Actividades Económicas – Continuação da Análise do Impacto do Ciclone Iдай. Destaque Rural* 9.
- Feijó, J., Dadá, Y.A., 2018. *Médios Produtores Comerciais no Corredor da Beira: Dimensão do Fenómeno e Caracterização Social*. Observatório do Meio Rural.
- Ferrão, J.E.M., 1987. *Uma Medida Para a Fome e Malnutrição. A Guerra dos Cereais entre os Países Excedentários*. FAO, Lisboa.
- Fiala, O., 2017. *Natural Disasters and Individual Behaviour in Developing Countries: Risk, Trust and the Demand for Microinsurance, Contributions to Economics*. Springer International Publishing, Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-53904-1>
- Field, C.B., Barros, V., Stocker, T.F., Dahe, Q. (Eds.), 2012a. *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation: Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139177245>

- Field, C.B., Intergovernmental Panel on Climate Change, Barros, V., Stocker, T.F., Dahe, Q., Dokken, D.J., Plattner, G.-K., Ebi, K.L., Allen, S.K., Tignor, M., Mastrandrea, M.D., Midgley, P.M., Mach, K.J. (Eds.), 2012b. Case Study: Managing the Adverse Consequences of Floods, in: *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation. A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, New York, pp. 505–507.
- Florêncio, F., 2008. Autoridades Tradicionais Vandau de Moçambique: O Regresso do Indirect Rule ou uma Espécie de Neo-Indirect Rule? *Análise Social* 369–391.
- Florêncio, F., 2004. Autoridades Tradicionais e Estado Moçambicano: O Caso do Distrito do Búzi. *cea* 89–115. <https://doi.org/10.4000/cea.1051>
- Florêncio, F., 2003. *As Autoridades Tradicionais Vandau, Estado e Política Local em Moçambique* (PhD Thesis). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Florêncio, F., 2002. Christian Geffray e a Antropologia da Guerra: Ainda a Propósito de La Cause Des Armes Au Mozambique. *etnografica* 347–364. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2866>
- Flyvbjerg, B., 2010. Five Misunderstandings about Case-Study Research, in: Seale, C., Gobo, G., Gubrium, J.F., Silverman, D. (Eds.), *Qualitative Research Practice*. SAGE, London, pp. 390–404.
- Friedmann, H., 1980. Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formations. *The Journal of Peasant Studies* 7, 158–184. <https://doi.org/10.1080/03066158008438099>
- Fukuda-Parr, S., 2003. The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities. *Feminist Economics* 9, 301–317. <https://doi.org/10.1080/1354570022000077980>
- Geffray, C., 1991. *A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea*. Afrontamento, Porto. <https://doi.org/10.3917/kart.geffr.1990.01>
- Gentilini, U., 2015. Revisiting the “Cash Versus Food” Debate: New Evidence for an Old Puzzle? *World Bank Research Observer* <https://doi.org/10.1093/wbro/lkv012>
- Gentry, W.D., Kobasa, S.C., 1984. Social and Psychosocial Resources Mediating Stress-Illness Relationships in Humans, in: *Handbook of Behavioral Medicine*. Guilford Press, New York, pp. 87–116.
- Giddens, A., 1991. *As Consequências da Modernidade*. Editora UNESP, São Paulo.
- Gluckman, M., 1987. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna, in: Feldman-Bianco (org.), B. (Ed.), *Antropologia Das Sociedades Complexas: Métodos*. Global, São Paulo, pp. 227–344.
- GOAL, 2019. *Rapid Needs Assessment 24-25 April 2019 Buzi District, Sofala Province, Mozambique*. GOAL.
- Gobo, G., 2010. Sampling, Representativeness and Generalizability, in: Seale, C., Gobo, G., Giampietro, Gubrium, J.F., Silverman, D. (Eds.), *Qualitative Research Practice*. SAGE, London, pp. 405–426.
- Gomes, I., 2021. *Entrevista com Isabel Gomes*, CIMA Research Foundation.
- Gomez, B., 2005. Degradation of Vegetation and Agricultural Productivity due to Natural Disasters and Land Use Strategies to Mitigate Their Impacts on Agriculture, Rangelands and Forestry, in: Sivakumar, M.V.K., Das, H.P., Motha, R.P. (Eds.), *Natural Disasters and Extreme Events in Agriculture: Impacts and Mitigation*. Springer, Berlin, pp. 259–276.

- Government of Mozambique, World Bank, United Nations, African Development Bank, 2019. Mozambique Cyclone Idai Post Disaster Needs Assessment. Government of Mozambique, Mozambique.
- Granjo, P., 2011. O que é que a Adivinhação Adivinha? CEA 65–93. <https://doi.org/10.4000/cea.427>
- Granjo, P., 2008. Dragões, Régulos e Fábricas: Espíritos e Racionalidade Tecnológica na Indústria Moçambicana. *Análise Social* XLIII (2.º), 223–249.
- Granjo, P., 2006. Quando o Conceito de «Risco» se Torna Perigoso. *Análise Social* 41, 1167–1179.
- Granjo, P., 2004a. Há Uma Cultura Do Risco?
- Granjo, P., 2004b. “Trabalhamos sobre um Barril de Pólvora” Homens e Perigo na Refinaria de Sines. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- GSMA, 2017. 2016 State of Mobile Money in Sub-Saharan Africa (Industry Report). GSMA Association, London.
- GSMA, 2016. 2015 State of the Industry Report on Mobile Money (Industry Report). GSMA Association, London.
- Gunderson, L.H., Holling, C.S. (Eds.), 2002. *Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems*. Island Press, Washington, DC.
- Gupta, S., Pattillo, C.A., Wagh, S., 2009. Effect of Remittances on Poverty and Financial Development in Sub-Saharan Africa. *World Development* 37, 104–115. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.05.007>
- Handa, S., Daidone, S., Peterman, A., Davis, B., Pereira, A., Palermo, T., Yablonski, J., 2018. Myth-Busting? Confronting Six Common Perceptions About Unconditional Cash Transfers as a Poverty Reduction Strategy in Africa. *The World Bank Research Observer* 33, 259–298. <https://doi.org/10.1093/wbro/lky003>
- Hanlon, J., 2022a. World Bank Admits Its Policy Failed in Mozambique [WWW Document]. Club of Mozambique. URL <https://clubofmozambique.com/news/world-bank-admits-its-policy-failed-in-mozambique-by-joseph-hanlon-220347/> (accessed 10.18.22).
- Hanlon, J., 2022b. Entrevista com Joseph Hanlon.
- Hanlon, J., 2009. Just Give Money to the Poor. Presented at the II Conferência do IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique,” Maputo, Moçambique.
- Hanlon, J., 2004. It is Possible to Just Give Money to the Poor. *Development and Change* 35, 375–383. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2004.00356.x>
- Hanlon, J., 1984. *Mozambique: The Revolution Under Fire*. Zed Books, London.
- Hart, G., 1994. The Dynamics of Diversification in an Asian Rice Region, in: Koppel, B., Hawkins, J.N., James, W.E. (Eds.), *Development or Deterioration? Work in Rural Asia*. L. Rienner Publishers, Boulder, Colo.
- Harvey, P., Bailey, S., 2011. Cash Transfer Programming in Emergencies (Good Practice Review No. 11). Humanitarian Practice Network at Overseas Development Institute, London.
- Henderson, J.L., 2002. Os Mitos Antigos e o Homem Moderno, in: Jung, C.G. (Ed.), *O Homem e Seus Símbolos*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pp. 104–157.
- Herman, A., 2015. Enchanting Resilience: Relations of Care and People–Place Connections in Agriculture. *Journal of Rural Studies* 42, 102–111. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.10.003>
- Hewitt, K., 2007. Preventable Disasters: Addressing Social Vulnerability, Institutional Risk, and Civil Ethics. *Geographische Rundschau: International Edition* 3, 43–52.

- Holling, C.S., 2001. Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems. *Ecosystems* 4, 390–405. <https://doi.org/10.1007/s10021-001-0101-5>
- Holling, C.S., 1973. Resilience and Stability of Ecological Systems. *Annual Review of Ecology and Systematics* 1–23.
- Holloway, A., 2000. Drought Emergency, Yes... Drought Disaster, No: Southern Africa 1991-93. *Cambridge Review of International Affairs* 14, 254–276. <https://doi.org/10.1080/09557570008400341>
- Ibraimo, Y., 2017. Expansão da Produção de Produtos Primários, Emprego e Pobreza, in: Ali, R., Castel-Branco, C.N., Muianga, C. (Eds.), *Emprego e Transformação Económica e Social Em Moçambique*. IESE, Maputo, pp. 159–172.
- Impacto - Projectos e Estudos Ambientais, 2012. *Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique, Projecto de Avaliação Ambiental Estratégica da Zona Costeira – Moçambique, Distrito de Búzi*. Ministério para a Coodenação da Acção Ambiental, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística, 2021. *Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/2020*. Instituto Nacional de Estatística, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística, 2020. *Anuário Estatístico, Província de Sofala, 2020*. Instituto Nacional de Estatística, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística, 2013. *Estatísticas do Distrito de Búzi, Estatísticas Distritais*. Instituto Nacional de Estatística, Moçambique.
- Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, n.d. *Pensão Por Velhice* [WWW Document]. URL <https://www.inss.gov.mz/beneficiario/pensao/116-pensao-por-velhice.html> (accessed 2.7.23).
- Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020. *Inter-Agency Humanitarian Evaluation of the Response to Cyclone Idai in Mozambique*.
- Internal Displacement Monitoring Centre, 2021. *Internal Displacement in a Changing Climate-GRID2021*. Internal Displacement Monitoring Centre.
- Internal Displacement Monitoring Centre, 2019. *Eight Months After Idai: Chronology of Displacement, Humanitarian Needs and Challenges Going Forward in Mozambique*. Internal Displacement Monitoring Centre.
- Isaacman, A., Isaacman, B., 2019. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Routledge, New York. <https://doi.org/10.4324/9780429048593>
- Jacobi, J., 2002. Símbolos em uma Análise Individual, in: Jung, C.G. (Ed.), *O Homem e Seus Símbolos*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pp. 272–303.
- Jang, J.-M., Park, H., 2016. *Mobile Money in Sub-Saharan Africa and Its Implications*. SSRN Journal 6. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2771541>
- Jigyasu, R., 2005. Disaster: A “Reality” or Construct”? Perspective from the “East,” in: Perry, R.W., Quarantelli, E.L. (Eds.), *What Is a Disaster? New Answers to Old Questions*. Xlibris, Philadelphia, pp. 49–59.
- Joaquim, J.M.M., 2021. *Dinâmicas da Integração dos Pequenos Produtores de Mercadorias Face à Penetração do Capital no Meio Rural: O Caso da Açucareira de Xinavane em Moçambique*. Universidade de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Jódar Vidal, J., Kondakhchyan, A., McCormack, R., Peachey, K., Phelps, L., Smith, G., 2020. *The State of the World’s Cash 2020: Cash and Voucher Assistance in Humanitarian Aid*. CaLP- The Cash Learning Partnership.
- Johnson, J.L., 2002. Commentary Resilience as Transactional Equilibrium, in: Glantz, M.D., Johnson, J.L. (Eds.), *Resilience and Development: Positive Life Adaptations, Longitudinal Research in the Social and Behavioral Sciences*. Kluwer Academic Publisher, New York, pp. 225–228.

- Johnson, L.L., 2003. Natural Disasters and Cultural Change in the Shumagin Islands, in: Torrence, R., Grattan, J. (Eds.), *Natural Disasters and Cultural Change, One World Archaeology*. Taylor & Francis e-Library, New York, pp. 193–203.
- Johnston, D., 2005. Poverty and Distribution: Back on the Neoliberal Agenda?, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 135–141.
- Jung, C.G., 2007 [1959]. *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*, 5. ed. ed, Obras Completas de CG. JUNG. Vozes, Petropolis.
- Jung, C.G., 2002 [1964]. Chegando ao Inconsciente, in: Jung, C.G. (Ed.), *O Homem e Seus Símbolos*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pp. 19–103.
- Kaarhus, R., 2018. Land, Investments and Public-Private Partnerships: What Happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? *J. Mod. Afr. Stud.* 56, 87–112. <https://doi.org/10.1017/S0022278X17000489>
- Kaplan, H.B., 2002. Toward an Understanding of Resilience: A Critical Review of Definitions and Models, in: Glantz, M.D., Johnson, J.L. (Eds.), *Resilience and Development: Positive Life Adaptations, Longitudinal Research in the Social and Behavioral Sciences*. Kluwer Academic Publisher, New York, pp. 17–84.
- Kar, N., 2013. Coping with Disaster Trauma: Observations from Around the World, in: Raskovic, B., Mrdja, S. (Eds.), *Natural Disasters: Prevention, Risk Factors, and Management*. Nova Science Publishers, Inc., New York, pp. 259–280.
- Kautsky, K., 1988 [1899]. *The Agrarian Question: In Two Volumes*. Zwan Publications, London.
- Kaztman, R., 2000. Notas Sobre la Medición de la Vulnerabilidad Social. Quinto Taller Regional Sobre la Medición de la Pobreza: Métodos y Aplicaciones 275–301.
- Kienberger, S., 2012. Spatial Modelling of Social and Economic Vulnerability to Floods at the District Level in Búzi, Mozambique. *Nat Hazards* 64, 2001–2019. <https://doi.org/10.1007/s11069-012-0174-9>
- Klein, R.J.T., Nicholls, R.J., Thomalla, F., 2003. Resilience to Natural Hazards: How Useful Is This Concept? *Environmental Hazards* 5, 35–45. <https://doi.org/10.1016/j.hazards.2004.02.001>
- Kobasa, S.C., 1979. Stressful Life Events, Personality, and Health: An Inquiry into Hardiness. *Journal of Personality and Social Psychology* 1–11.
- Koomson, I., Bukari, C., Villano, R.A., 2021. Mobile Money Adoption and Response to Idiosyncratic Shocks: Empirics from Five Selected Countries in Sub-Saharan Africa. *Technological Forecasting and Social Change* 167, 120728. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120728>
- Kousky, C., 2012. Informing Climate Adaptation: A Review of the Economic Costs of Natural Disasters, Their Determinants, and Risk Reduction Options (SSRN Scholarly Paper No. ID 2099769). Social Science Research Network, Rochester, NY. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2099769>
- Kumpfer, K.L., 2002. Factors and Processes Contributing to Resilience: The Resilience Framework, in: Glantz, M.D., Johnson, J.L. (Eds.), *Resilience and Development: Positive Life Adaptations, Longitudinal Research in the Social and Behavioral Sciences*. Kluwer Academic Publisher, New York, pp. 179–224.
- Küttler, W., 2011. Social Formation. *Hist Mater* 19, 229–237. <https://doi.org/10.1163/156920611X606421>
- Lawlor, K., Handa, S., Seidenfeld, D., The Zambia Cash Transfer Evaluation Team, 2017. Cash Transfers Enable Households to Cope with Agricultural Production and Price Shocks: Evidence from Zambia. *The Journal of Development Studies* 55. <https://doi.org/10.1080/00220388.2017.1393519>

- Le Blanc, A., 2015. Resilience, Memory and Practices, in: Reghezza-Zitt, M., Rufat, S. (Eds.), *Resilience Imperative - Uncertainty, Risks and Disasters*. ISTE Press Ltd, London, pp. 187–199.
- Leite, J.P., 1999. A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial. CEsA, Documentos de Trabalho 48.
- Leite, J.P., Khouri, N., 2011. História Social e Económica dos Ismailis de Moçambique - Século XX (No. 92), Documentos de Trabalho. CEsA - Centre of African and Development Studies, Faculty of Economics and Management, Technical University of Lisbon, Lisboa.
- Levine, S., Wilkinson, E., Weingärtner, L., 2020. Anticipatory Action for Livelihood Protection: A Collective Endeavour (Working Paper No. 580). Overseas Development Institute, London.
- Lewis, D., Kanji, N., 2009. *Non-Governmental Organizations and Development*, Routledge perspectives on development. Routledge, London.
- Li, T.M., 2011. Centering Labor in the Land Grab Debate. *Journal of Peasant Studies* 38, 281–298. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.559009>
- Lima, M.L., 2005. Percepção de Riscos Ambientais, in: Soczka, L. (Ed.), *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 203–217.
- Loane, G., Moyroud, C. (Eds.), 2001. *Tracing Unintended Consequences of Humanitarian Assistance: The Case of Sudan: Field Study and Recommendations for the European Community Humanitarian Office*. Nomos Publishers, Baden.
- Lobato, A., 1960. *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. Agencia Geral Do Ultramar.
- Lopes, C., 2019. *Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt*, 1st edition 2019. ed. Palgrave Macmillan, Cham, Switzerland.
- Lopez, K.J., 2005. Katrina, “Soldier of Allah” [WWW Document]. *National Review*. URL <https://www.nationalreview.com/corner/katrina-soldier-allah-kathryn-jean-lopez/> (accessed 10.11.19).
- Losel, E., Bliesener, T., Kofler, P., 1989. On the Concept of Invulnerability Evaluation and First Results of the Bielefeld Project, in: Brambring, M., Losel, E., Skowronek, H. (Eds.), *Children at Risk: Assessment, Longitudinal Research, and Intervention*. Walter de Gruyter., New York, pp. 186–219.
- Lutzer, E.W., 2011. *An Act of God? Answers to Tough Questions about God’s Role in Natural Disasters*. Tyndale, Carol Stream.
- MacAuslan, I., Riemenschneider, N., 2011. Richer but Resented: What Do Cash Transfers Do to Social Relations? *IDS Bulletin* 42, 60–66.
- Maclean, K., Cuthill, M., Ross, H., 2014. Six Attributes of Social Resilience. *Journal of Environmental Planning and Management* 57, 144–156. <https://doi.org/10.1080/09640568.2013.763774>
- Maguire, B., Cartwright, S., 2008. *Assessing a Community’s Capacity to Manage Change: A Resilience Approach to Social Assessment* (Australian Government Bureau of Rural Sciences). Canberra.
- Mama, A., 2007. Is It Ethical to Study Africa? Preliminary Thoughts on Scholarship and Freedom. *Afr. Stud. Rev.* 50, 1–26. <https://doi.org/10.1353/arw.2005.0122>
- Manjoro, A.E., Ferreira, A., Rosse, M.E., 2019. *Desafios de Moçambique Após os Ciclones Idai e Kenneth*.
- Margolies, A., Hoddinott, J., 2014. Costing Alternative Transfer Modalities. *Journal of Development Effectiveness* 7, 1–16. <https://doi.org/10.1080/19439342.2014.984745>

- Marx, K., 1990 [1867]. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol. I, Reprinted in Penguin Classics, ed, Capital. Penguin Books, London.
- Matos, P., 2021. Entrevista com Pedro Matos, Programa Alimentar Mundial.
- McMichael, P., 2006. Reframing Development: Global Peasant Movements and the New Agrarian Question. *Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne D'études Du Développement* 27, 471–483.
<https://doi.org/10.1080/02255189.2006.9669169>
- Meillassoux, C., 1977. *Mulheres, Celeiros & Capitais, Crítica e Sociedade*. Edições Afrontamento, Porto.
- Mersland, R., Thøgersen, J., 2010. A New Aid Modality for Africa: Old Age Cash Transfers. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1711389>
- Miguel, L. de A., Mazoyer, M., Roudart, L., Wives, D.G., 2018. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários, in: Miguel, L. de A. (Ed.), *Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários*, Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Editora da UFRGS, Porto Alegre, pp. 11–54.
- Milando, J., 2007. Actores «Invisíveis» do Desenvolvimento em África: O Kindoki na Racionalização de Comportamentos no Meio Rural de Cabinda (Angola). *cea* 81–98.
<https://doi.org/10.4000/cea.485>
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção de Planificação e Políticas, Instituto Nacional de Estatística, 2021. *Inquérito Integrado Agrário 2020*. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Maputo.
- Ministry of Agriculture and Food Security, FAO, Ministry of Sea, Inland Waters and Fisheries, 2019. *Post Cyclone Idai Mozambique Rapid Agricultural Livelihoods Needs Assessment in 21 Affected Districts of Sofala, Manica and Zambezia Provinces, 15-19 April 2019 - Mozambique*. Mozambique.
- Miththapala, S., 2008. Integrating Environmental Safeguards into Disaster Management: A Field Manual. *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* 2, 56.
- Mohapatra, S., Joseph, G., Ratha, D., 2012. Remittances and Natural Disasters: Ex-Post Response and Contribution to Ex-Ante Preparedness. *Environ Dev Sustain* 14, 365–387. <https://doi.org/10.1007/s10668-011-9330-8>
- Molesky, M., 2015. *This Gulf of Fire: The Great Lisbon Earthquake, or Apocalypse in the Age of Science and Reason*. Vintage, New York.
- Mosca, J., 2018. Agro-Negócio e Campesinato. Continuidades e Descontinuidades de Longa Duração. *O Caso de Moçambique*. *Observatório do Meio Rural* 27.
- Mosca, J., 2017. *Agricultura, Diversificação e Transformação Estrutural da Economia*. OMR 1–34.
- Mosca, J., 2008. *Agricultura e Desenvolvimento em África*. Instituto Piaget, Lisboa.
- Mosca, J., 1996. *Evolução da Agricultura Moçambicana no Período Pós-Independência*. DEASR/ISA, Lisboa.
- Mosca, J., Nova, Y., 2019. *Agricultura: Assim, Não É Possível Reduzir a Pobreza em Moçambique*. Observatório do Meio Rural.
- Mothobi, O., Grzybowski, L., 2017. Infrastructure Deficiencies and Adoption of Mobile Money in Sub-Saharan Africa. *Information Economics and Policy* 40, 71–79.
<https://doi.org/10.1016/j.infoecopol.2017.05.003>
- Moyo, S., 2016. *Family Farming in Sub-Saharan Africa: Its Contribution to Agriculture, Food Security and Rural Development*, Working Paper. FAO, Rome.
- Moyo, S., 2008. *African Land Questions, Agrarian Transitions and the State: Contradictions of Neo-Liberal Land Reforms*. African Books Collective, Dakar, Senegal.

- Moyo, S., Jha, P., Yeros, P., 2013. The Classical Agrarian Question: Myth, Reality and Relevance Today. *Agrarian South: Journal of Political Economy* 2, 93–119. <https://doi.org/10.1177/2277976013477224>
- Moyo, S., Yeros, P., 2005. The Resurgence of Rural Movements Under Neoliberalism, in: Moyo, S., Yeros, P., African Institute for Agrarian Studies, Zimbabwe (Eds.), *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia, and Latin America*. Zed Books, New York, pp. 8–64.
- Moyo, S., Yeros, P., Jha, P., 2012. Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy* 1, 181–203. <https://doi.org/10.1177/227797601200100203>
- Muianga, C., 2021. Agrarian Change in Northern Mozambique: A ‘New’ Dimension of Research in Light of the Conflict and Violence in Cabo Delgado? *Boletim N° 142E, Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social, Instituto de Estudos Sociais e Económicos*.
- Muianga, C., 2020. A Economia de Moçambique e os Conflitos e Tensões à Volta das Condições de Produção e Reprodução Agrícola, in: Forquilha, S. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2020*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, pp. 185–206.
- Murendo, C., Wollni, M., 2016. Mobile Money and Household Food Security in Uganda. *GlobalFood, Discussion Papers*. <https://doi.org/10.22004/AG.ECON.229805>
- Nações Unidas, 2021. Sem Financiar Agricultura e Alimentação, África Fica Longe de Atingir seu Potencial [WWW Document]. *ONU News*. URL <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750172> (accessed 7.29.21).
- Nan, W.V., Zhu, X.C., Lynne Markus, M., 2021. What We Know and Don’t Know About the Socioeconomic Impacts of Mobile Money in Sub-Saharan Africa: A Systematic Literature Review. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries* 87. <https://doi.org/10.1002/isd2.12155>
- Naudé, W.A., Bezuidenhout, H., 2014. Migrant Remittances Provide Resilience Against Disasters in Africa. *Atlantic Economic Journal* 42, 79–90. <https://doi.org/10.1007/s11293-014-9403-9>
- Naumann, C., 2021. Un Women Integrated Programmatic Framework and Associated Resource Mobilization Strategy - Triple Nexus Approach in Fragile and Conflict-Affected States in the East Africa Region (Sudan, South Sudan and Somalia). *UN Women Esaro*.
- Newitt, M., 1995. *A History of Mozambique*. Hurst, London.
- Newitt, M., 1988. Drought in Mozambique 1823-1831. *Journal of Southern African Studies* 15, 15–35.
- Newitt, M., 1981. *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*. C Hurst & Co, London.
- Nossa, P., Santos, N., Cravidão, F., 2013. Risco e Vulnerabilidade: A Importância de Factores Culturais e Sociodemográficos na Interpretação e Reacção aos Perigos, in: *Riscos: Naturais, Antrópicos e Mistos*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 45–62.
- Nuñez, L., 2005. Tools for Forecasting or Warning as Well as Hazard Assessment to Reduce Impact of Natural Disasters on Agriculture, Forestry and Fisheries, in: Sivakumar, M.V.K., Das, H.P., Motha, R.P. (Eds.), *Natural Disasters and Extreme Events in Agriculture: Impacts and Mitigation*. Springer, Berlin, pp. 71–92.
- O País, 2022. Há Previsão de Cheias entre Janeiro e Março do Próximo Ano.
- O’laughlin, B., 2016. Bernstein’s Puzzle: Peasants, Accumulation and Class Alliances in Africa. *Journal of Agrarian Change* 16, 390–409. <https://doi.org/10.1111/joac.12177>

- O’Laughlin, B., 1992. *Interpretations Matter: Evaluation of the War in Mozambique*. Southern Africa Report.
- Oliveira, C.R., 2021. *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2021, Imigração em Números*. Observatório das Migrações, Lisboa.
- Oliver-Smith, A., Hoffman, S., 1999. *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*, 1 edition. ed. Routledge, New York.
- O’Mathúna, D.P., 2018. Christian Theology and Disasters: Where is God in All This?, in: O’Mathúna, D.P., Dranseika, V., Gordijn, B. (Eds.), *Disasters: Core Concepts and Ethical Theories*. Springer International Publishing, Cham, pp. 27–42. https://doi.org/10.1007/978-3-319-92722-0_3
- O’Mathúna, D.P., Gordijn, B., 2018. Conceptualizing and Assessing Disasters: An Introduction, in: O’Mathúna, D.P., Dranseika, V., Gordijn, B. (Eds.), *Disasters: Core Concepts and Ethical Theories, Advancing Global Bioethics*. Springer International Publishing, Cham, pp. 1–9. https://doi.org/10.1007/978-3-319-92722-0_1
- Ortiz, I., Behrendt, C., Acuña-Ulate, A., Quynh, A.N., 2018. *Universal Basic Income Proposals in Light of ILO Standards [Electronic Resource]*. Social Protection Department, International Labour Office, Geneva.
- Ouma, S., 2017. The Difference that ‘Capitalism’ Makes: On the Merits and Limits of Critical Political Economy in African Studies. *Review of African Political Economy* 44, 499–509. <https://doi.org/10.1080/03056244.2017.1318360>
- Overseas Development Institute, 2015. *Doing Cash Differently: How Cash Transfers Can Transform Humanitarian Aid (Report of the High Level Panel on Humanitarian Cash Transfers)*. Overseas Development Institute, London.
- Oya, C., 2005. Sticks and Carrots for Farmers in Developing Countries: Agrarian Neoliberalism in Theory and Practice, in: Saad-Filho, A., Johnston, D. (Eds.), *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto, London, pp. 127–134.
- Parijs, P. van, Vanderborcht, Y., 2017. *Basic Income: A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*. Harvard University Press, Cambridge.
- Patnaik, U., Moyo, S., 2011. *The Agrarian Question in the Neoliberal Era: Primitive Accumulation and the Peasantry*. Pambazuka, Oxford.
- Pelham, L., Clay, E., Braunholz, T., 2011. *Natural Disasters: What Is the Role for Social Safety Nets? (Working Paper)*. World Bank, Washington, DC.
- Peppiatt, D., Mitchell, J., Holzmann, P., 2001. *Cash Transfers in Emergencies: Evaluating Benefits and Assessing Risks (No. 35)*. Humanitarian Practice Network, Overseas Development Institute, London.
- Perry, R.W., 2018. Defining Disaster: An Evolving Concept, in: Rodríguez, H., Donner, W., Trainor, J.E. (Eds.), *Handbook of Disaster Research, Handbooks of Sociology and Social Research*. Springer International Publishing, Cham, pp. 3–22. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63254-4_1
- Pescaroli, G., Alexander, D., 2015. A Definition of Cascading Disasters and Cascading Effects: Going Beyond the “Toppling Dominos” Metaphor. *Planet@Risk, Davos: Global Risk Forum GRF Davos* 3, 58–67.
- Peters, P.E., 2013. Land Appropriation, Surplus People and a Battle Over Visions of Agrarian Futures in Africa. *Journal of Peasant Studies* 40, 537–562. <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.803070>
- Pitcher, M.A., 2008. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975 - 2000*, African studies. Cambridge University Press, Cambridge.

- Pitcher, M.A., 1998. Disruption Without Transformation: Agrarian Relations and Livelihoods in Nampula Province, Mozambique 1975–1995. *Journal of Southern African Studies* 24, 115–140. <https://doi.org/10.1080/03057079808708569>
- Pople, A., Hill, R., Dercon, S., Brunckhorst, B., 2021. Anticipatory Cash Transfers in Climate Disaster Response (Working paper No. 6). Centre for Disaster Protection, London.
- Programa Alimentar Mundial, 2019. Transferências Monetárias e Senhas em Resposta à Seca em Moçambique: Lições sobre a Ligação com a Protecção Social e a Separação de Funções, Salvar Vidas, Mudar Vidas. Programa Alimentar Mundial, UK aid, Help Age International.
- Quarantelli, E.L., Boin, A., Lagadec, P., 2018. Studying Future Disasters and Crises: A Heuristic Approach, in: Rodriguez, H., Donner, W., Trainor, J.E. (Eds.), *Handbook of Disaster Research, Handbooks of Sociology and Social Research*. Springer International Publishing, Cham, pp. 61–83. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63254-4_4
- Rádio Moçambique, n.d.. Rádio Moçambique.
- Ratha, D., 2020. Covid-19 Afeta Transferências de Dinheiro para África [WWW Document]. DW.COM. URL <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-afeta-transfer%C3%AAncias-de-dinheiro-para-%C3%A1frica/a-53595233> (accessed 7.20.22).
- Raventoś, D., 2007. *Basic Income: The Material Conditions of Freedom*. Pluto Press, London.
- Reghezza-Zitt, M., Lhomme, S., Provitolo, D., 2015. Defining Resilience: When the Concept Resists, in: Reghezza-Zitt, M., Rufat, S. (Eds.), *Resilience Imperative- Uncertainty, Risks and Disasters*. ISTE Press Ltd, London, pp. 1–27.
- Reghezza-Zitt, M., Provitolo, D., 2015. Resilience and Vulnerability: From Opposition Towards a Continuum, in: Reghezza-Zitt, M., Rufat, S. (Eds.), *Resilience Imperative- Uncertainty, Risks and Disasters*. ISTE Press Ltd, London, pp. 29–50.
- ReliefWeb, 2020. Launch of the First Parametric Tropical Cyclone Risk Insurance Product in Africa - World [WWW Document]. ReliefWeb. URL <https://reliefweb.int/report/world/launch-first-parametric-tropical-cyclone-risk-insurance-product-africa> (accessed 7.13.21).
- Renn, O., 1992. Concepts of Risk: A Classification, in: Krinsky, S., Golding, D. (Eds.), *Social Theories of Risk*. Praeger Publisher, Westport, pp. 53–79.
- Renta Dignidad, n.d. Gestora Pública de la Seguridad Social de Largo Plazo [WWW Document]. Gestora Renta Dignidad. URL <https://www.gestora.bo/RentaDignidad/Requisitos/> (accessed 2.16.23).
- Rey, P.P., 1973. *Les Alliances de Classes*. Maspero, Paris.
- Rey, P.P., 1971. *Colonialisme, Néo-Colonialisme et Transition au Capitalisme*. Maspero, Paris.
- Ricardo, D., 2004. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Dover Publications, New York.
- Rieff, D., 2004. A Bed for the Night: Humanitarianism in Crisis. *Yale Human Rights and Development Law Journal* 7.
- Rita Ferreira, A., 1975. *Pequena História de Moçambique Pré-Colonial, Ano da Independência - 1975*. Fundo de Turismo, Maputo.
- Rocha, J.A.O., Zavale, G.J.B., 2015. O Desenvolvimento do Poder Local em África: O Caso Dos Municípios em Moçambique. *cea* 105–133. <https://doi.org/10.4000/cea.1879>
- Rosenzweig, M.R., 1988. Labor Markets in Low-Income Countries, in: Chenery, H.B., Srinivasan, T.N. (Eds.), *Handbook of Development Economics, Handbooks in Economics*. Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdam, pp. 713–762.
- Rutter, M., 1987. Psychosocial Resilience and Protective Mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry* 57, 316–331. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x>

- Sangreman, C., 2009. *A Exclusão Social em Cabo Verde: Uma Abordagem Preliminar*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Documentos de Trabalho.
- Sarr, F., 2019. *Afrotopia*. n-1 edições, São Paulo.
- Schiefer, U., 2012a. *A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Colapso das Sociedades Agrárias Africanas*. Presented at the *Cooperação, Desenvolvimento e Colapso de Sociedades Agrárias Africanas*, Madrid, p. 12.
- Schiefer, U., 2012b. *Falhaço em Cascata: Como Sociedades Agrárias Africanas em Colapso Perdem o Controlo Sobre os Seus Cadetes*, in: Pureza, J.M., Roque, S. e C., Katia (Eds.), *Jovens e Trajetórias de Violências. Os Casos de Bissau e Da Praia*, Fascicle/TOMO. Almedina, Coimbra, pp. 209–240.
- Schiefer, U., 2002. *Von allen guten Geistern verlassen? Guinea-Bissau, Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften*, *Hamburger Beiträge zur Afrika-Kunde*. Institut für Afrike-Kunde im Verbund Deutsches Übersee-Institut, Hamburg.
- Schiefer, U., 2001. *Forsaken by All Good Spirits? Guinea-Bissau: Development Policy and the Collapse of African Societies*. German Research Foundation, Alemanha.
- Schiefer, U., Carvalho, A.L., Dünnwald, S., Bayan, L., Jung, P., 2013. *African Societies Facing Global Dynamics: Turbulences Between External Intervention, Migration, and Food Insecurity Research Report (Research Report)*. Periploi – Instituto de Investigação Aplicada, Lisboa.
- Schubert, B., Slater, R., 2006. *Social Cash Transfers in Low-Income African Countries: Conditional or Unconditional?* *Development Policy Review* 24, 571–578. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7679.2006.00348.x>
- Sen, A., 1999. *Development as Freedom*, 1st. ed. ed. Knopf, New York.
- Sen, A., 1988. *The Concept of Development*, in: Chenery, H.B., Srinivasan, T.N. (Eds.), *Handbook of Development Economics, Handbooks in Economics*. Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdam, pp. 9–26.
- Sen, A., 1981. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford Univ. Press, Oxford.
- Sender, J., Smith, S., 1986. *The Development of Capitalism in Africa*. Methuen, London.
- Serra, C., 2000. *História de Moçambique*. Livraria Universitária, Maputo.
- Shanin, T., 2005. *A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações – O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista*. *Revista NERA* 1–21. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>
- Shanin, T., 1966. *The Peasantry as a Political Factor*. *The Sociological Review* 14, 5–27. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1966.tb01148.x>
- Sheriff, A., 2008. *The Early Dhow Culture in the Indian Ocean: From the Periplus to the Portuguese*. Ohio University Press, Athens.
- Sheriff, A., 1987. *Slaves, Spices, & Ivory in Zanzibar: Integration of an East African Commercial Empire into the World Economy, 1770-1873*, *Eastern African studies*. Ohio University Press, Athens.
- Shimoyama, S., 2003. *Basic Characteristics of Disasters*, in: Torrence, R., Grattan, J. (Eds.), *Natural Disasters and Cultural Change, One World Archaeology*. Taylor & Francis e-Library, New York, pp. 19–27.
- Shiva, V., 2008. *Soil Not Oil: Environmental Justice in a Time of Climate Crisis*. South End Press, Cambridge.
- Shiva, V., 2001. *The World Trade Organization and Developing World Agriculture*, in: Goldsmith, E., Mander, J. (Eds.), *The Case Against the Global Economy: And for a Turn Towards Localization*. Earthscan, London, pp. 203–216.

- Shivji, I.G., 2009. *Accumulation in an African Periphery: A Theoretical Framework*. Mkuki na Nyota Publishers, Dar es Salaam, Tanzania.
- Shivji, I.G., 2007. *Silences in NGO Discourse: The Role and Future of NGOs in Africa*. Fahamu, Nairobi; Oxford.
- Sigrist, C., 2004. Segmentary Societies: The Evolution and Actual Relevance of an Interdisciplinary Conception, in: Streck, B. (Ed.), *Segmentation und Komplementarität. Organisatorische, ökonomische und Kulturelle Aspekte der Interaktion von Nomaden und Sesshafte*. Orientwissenschaftliche, Halle.
- Sigrist, C., 2001. *La Destruction des Sociétés Agraires en Afrique. Esquisse Théorique*. cea 69–83. <https://doi.org/10.4000/cea.1614>
- Silva, A.L.C. e, 2001. O Nascimento do Leviatã Crioulo. *Esboços de uma Sociologia Política*. cea 53–68. <https://doi.org/10.4000/cea.1611>
- Sivakumar, M.V.K., 2005. Impacts of Natural Disasters in Agriculture, Rangeland and Forestry: An Overview, in: Sivakumar, M.V.K., Das, H.P., Motha, R.P. (Eds.), *Natural Disasters and Extreme Events in Agriculture: Impacts and Mitigation*. Springer, Berlin, pp. 1–22.
- Skerratt, S., 2013. Enhancing the Analysis of Rural Community Resilience: Evidence from Community Land Ownership. *Journal of Rural Studies* 31, 36–46. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.02.003>
- Soares, F., Hirata, G., Ribas, R., 2010. *O Programa Subsídio de Alimentos em Moçambique: Avaliação da Linha de Base (Research Brief No. 14)*, International Policy. Centre for Inclusive Growth.
- Sociedade & Território Consultoria, Lda., n.d. *Sociedade & Território Consultoria, Lda. (S&T) [WWW Document]*. URL <https://set.co.mz/quem-somos/> (accessed 5.7.23).
- Stake, R.E., 2005. Qualitative Case Studies, in: Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. SAGE Publications, California, pp. 443–466.
- Stake, R.E., 2000. Case Studies, in: Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. Sage, London, pp. 435–454.
- Standing, G., 2017. *Basic Income: And How We Can Make It Happen*, A Pelican introduction. Pelican, London.
- Standing, G., 2008. How Cash Transfers Promote the Case for Basic Income. *An International Journal of Basic Income Research*, *Basic Income Studies* 3.
- Stoltman, J.P., Lidstone, J., Dechano, L.M. (Eds.), 2007. *International Perspectives on Natural Disasters: Occurrence, Mitigation, and Consequences*, *Advances in natural and technological hazards research*. Springer, Dordrecht.
- Strauss, A., Fagerhaugh, S., Suczek, B., Wiener, C., 1985. *Social Organization of Medical Work*. University of Chicago press, Chicago.
- Subia, M.P., Martinez, N., 2014. *Mobile Money Services: “A Bank in Your Pocket”. Overviews and Opportunities*. African, Caribbean and Pacific (ACP) Observatory on Migration, StuDocu.
- Subrahmanyam, S., 1995. *O Império Asiático Português 1500 - 1700: Uma História Política e Económica, Memória e Sociedade*. DIFEL, Linda-a-Velha.
- Suri, T., 2017. Mobile Money. *Annu. Rev. Econ.* 9, 497–520. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-063016-103638>
- Suri, T., Jack, W., 2016. The Long-Run Poverty and Gender Impacts of Mobile Money. *Science* 354, 1288–1292. <https://doi.org/10.1126/science.aah5309>
- Temudo, M.P., Abrantes, M.B., 2013. Changing Policies, Shifting Livelihoods: The Fate of Agriculture in Guinea-Bissau. *Journal of Agrarian Change* 13, 571–589. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2012.00364.x>

- Temudo, M.P., Schiefer, U., 2002. Desintegração e Resiliência de Sociedades Agrárias Africanas - A Importância de Recursos Genéticos e de Recursos Sociais. Estudo de Caso na Guiné-Bissau 389–400. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.2050.0244>
- Terrestre, C.A., 2023. PMA Anuncia Suspensão Temporária de Apoio Alimentar [WWW Document]. Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI). URL <https://fenagri.co.mz/pma-anuncia-suspensao-temporaria-de-apoio-alimentar/> (accessed 2.10.23).
- Thalheimer, L., Simperingham, E., Jjemba, E.W., 2022. The Role of Anticipatory Humanitarian Action to Reduce Disaster Displacement. *Environ. Res. Lett.* 17, 014043. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ac4292>
- Theys, K., 1987. La Société Vulnérable, in: Fabiani, J.-L., Theys, J. (Eds.), *La Société Vulnérable: Évaluer et Maîtriser Les Risqué*. Presses de l'école Normale Supérieur, Paris, pp. 3–35.
- Thorbecke, E., 2007. The Evolution of the Development Doctrine, 1950–2005, in: Mavrotas, G., Shorrocks, A.F., World Institute for Development Economics Research (Eds.), *Advancing Development: Core Themes in Global Economics, Studies in Development Economics and Policy*. Palgrave Macmillan in association with the United Nations University World Institute for Development Economics Research, New York, pp. 3–36.
- Timmer, C.P., 1988. The Agricultural Transformation, in: Chenery, H.B., Srinivasan, T.N. (Eds.), *Handbook of Development Economics, Handbooks in Economics*. Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdam, pp. 275–331.
- Todaro, M.P., Smith, S.C., 2012. *Economic Development*, 11th ed. ed. Addison-Wesley, New York.
- Tomasini, R.M., Wassenhove, L.N. van, 2009. *Humanitarian Logistics*, INSEAD business press series. Palgrave Macmillan, Houndmills, Basingstoke.
- Torrence, R., Grattan, J., 2003. The Archaeology of Disasters: Past and Future Trends, in: Torrence, R., Grattan, J. (Eds.), *Natural Disasters and Cultural Change, One World Archaeology*. Taylor & Francis e-Library, New York, pp. 1–18.
- Toya, H., Skidmore, M., 2012. Do Natural Disasters Enhance Societal Trust? CESifo Working Paper, Center for Economic Studies and Ifo Institute (CESifo), Munich 1–30. <https://doi.org/10.1111/kykl.12053>
- Turner, B.L., Kasperson, R.E., Matson, P.A., McCarthy, J.J., Corell, R.W., Christensen, L., Eckley, N., Kasperson, J.X., Luers, A., Martello, M.L., Polsky, C., Pulsipher, A., Schiller, A., 2003. A Framework for Vulnerability Analysis in Sustainability Science. *PNAS* 100, 8074–8079. <https://doi.org/10.1073/pnas.1231335100>
- UN Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), 2015. *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 - 2030*. UNDRR 37.
- United Nations Development Programme, 2019. *Baseline Study on Disaster Recovery in Africa. Transitioning from Relief to Recovery*. United Nations Development Programme, New York.
- United Nations General Assembly, 2016. *Report of the Open Ended Intergovernmental Expert Working Group on Indicators and Terminology Relating to Disaster Risk Reduction (No. Seventy first session), Sustainable Development: Disaster Risk Reduction*. United Nations.
- Valencio, N., 2009. Defesa Civil num Contexto Multiétnico e Multirreligioso: Uma Contribuição Sociológica nos Caminhos para a Assistência Humanitária em Guiné Bissau, in: Valencio, N., Siena, M., Marchezini, V., Gonçalves, J.C. (Eds.), *Sociologia Dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas No Brasil*. RiMa Editora, Santa Paula, pp. 227–235.

- Van Niekerk, D., Coetzee, C., 2012. African Experiences in Community-Based Disaster Risk Reduction, in: Shaw, R. (Ed.), *Community, Environment and Disaster Risk Management*. Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 333–349. [https://doi.org/10.1108/S2040-7262\(2012\)0000010023](https://doi.org/10.1108/S2040-7262(2012)0000010023)
- Veyret, Y., 2007. *Os Riscos: O Homem como Agressor e Vitima do Meio Ambiente*. Editora Contexto, São Paulo.
- Vieira, F.B., 2012. Lutas Camponesas na Escala Internacional: Um Estudo Sobre a Via Campesina. *Rev. NERA* 58–82. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i20.1865>
- Weingärtner, L., Pforr, T., Wilkinson, E., 2020. *The Evidence Base on Anticipatory Action, Saving Lives, Changing Lives*. World Food Programme, Rome.
- Weingärtner, L., Wilkinson, E., 2019. *Anticipatory Crisis Financing and Action: Concepts, Initiatives and Evidence (Working Paper)*. Centre for Disaster Protection, London.
- Weissman, F., Médecins sans frontières (Eds.), 2004. *In the Shadow of “Just Wars”: Violence, Politics and Humanitarian Action*. Hurts & Company Ltd, London.
- Welle, D., 2019. Idai: População De Búzi Continua Dependente De Ajuda | Dw | [WWW Document]. DW. URL <https://www.dw.com/pt-002/idai-popula%C3%A7%C3%A3o-de-b%C3%BAzi-continua-dependente-de-ajuda/av-50352986> (accessed 6.18.20).
- White, H., Killick, T., Kayizzi-Mugerwa, S., Savane, M.-A., 2001. *African Poverty at the Millennium: Causes, Complexities, and Challenges*. World Bank, Washington, D.C.
- Widerquist, K., 2013. *The Basic Income Grant as Social Safety Net for Namibia: Experience and Lessons from Around the World (15th Annual Symposium)*. Bank of Namibia, Namibia.
- Williams, K., 2016. Remittances and Financial Development: Evidence from Sub-Saharan Africa. *African Development Review* 28. <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12202>
- Wilson, G.A., 2012. *Community Resilience and Environmental Transitions*. Routledge, Oxon.
- Windfuhr, M., Jonsén, J., 2005. *Food Sovereignty: Towards Democracy in Localized Food Systems*. Practical Action Intermediate Technology Development Group, Warwickshire.
- Wisner, B., 2016. Vulnerability as Concept, Model, Metric, and Tool, in: *Oxford Research Encyclopedia of Natural Hazard Science*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199389407.013.25>
- Wisner, B., 2013. Disaster Risk and Vulnerability Reduction, in: Sygna, L., Wolf, J., O’Brien, K. (Eds.), *A Changing Environment for Human Security*. Routledge, London, pp. 257–276.
- Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I., 2004. *At Risk: Natural Hazards, People’s Vulnerability, and Disasters*, 2nd ed. ed. Routledge, London.
- Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I., 1994. *AT RISK: Natural hazards, people’s vulnerability and disasters*. Taylor & Francis, Abingdon, UK. <https://doi.org/10.4324/9780203428764>
- World Bank, 2022. *Moçambique | Data [WWW Document]*. URL <https://data.worldbank.org/country/mozambique?locale=pt> (accessed 1.30.23).
- World Bank, 2012. *Disaster Risk Financing and Insurance in Sub-Saharan Africa: Review and Options for Consideration*. World Bank. <https://doi.org/10.1596/26769>
- World Bank, 2011. *Social Protection for a Changing India: Main Report*. World Bank, Washington, DC.
- World Bank, United Nations, 2010. *Natural Hazards, Unnatural Disasters: The Economics of Effective Prevention*. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8050-5>
- World Food Programme, 2021a. *Cash-Based Transfers: Lessons from Evaluations (Evidence Summary)*, *Saving Lives, Changing Lives*. World Food Programme, Rome.

- World Food Programme, 2021b. Food Security and Livelihoods Under a Changing Climate in Mozambique, Preparing for the Future, Saving Lives, Changing Lives. World Food Programme.
- World Food Programme, 2019. Forecast-Based Financing (fbf) - Anticipatory Actions for Food Security, Saving Lives, Changing Lives. World Food Programme, Rome.
- World Food Programme, 2014. Cash and Vouchers Manual - Second Edition. World Food Programme, Rome.
- World Forum on Food Sovereignty, 2001. Final Declaration of the World Forum on Food Sovereignty. World Forum on Food Sovereignty, Havana, Cuba.
- Wuyts, M., 2017. Inflação e Pobreza: Uma Perspectiva Macroeconómica, in: Ali, R., Castel-Branco, C.N., Muianga, C. (Eds.), Emprego e Transformação Económica e Social Em Moçambique. IESE, Maputo, pp. 17–33.
- Yin, R., 1984. Case Study Research - Design and Methods, 2. ed. ed. SAGE Publications, California.
- Zhou, A.C., Hendriks, S.L., 2017. Does Food Assistance Improve Recipients' Dietary Diversity and Food Quality in Mozambique? *Agrekon* 56, 248–262.
<https://doi.org/10.1080/03031853.2017.1360783>
- Zoomers, A., 2014. Rural Livelihoods in a Context of New Scarcities, in: Desai, V., Potter, R.B. (Eds.), *The Companion to Development Studies*. Routledge, New York, pp. 341–348.
- Zoomers, A., 2007. The Three Decades of Rural Development Projects in Asia, Latin America and Africa: Learning from Successes and Failures, in: Mavrotas, G., Shorrocks, A.F., World Institute for Development Economics Research (Eds.), *Advancing Development: Core Themes in Global Economics, Studies in Development Economics and Policy*. Palgrave Macmillan in association with the United Nations University World Institute for Development Economics Research, New York, pp. 493–517.

Anexos

Anexo A - Guiões das entrevistas realizadas a) Peritos externos e b) Agricultores de subsistência, incluindo líderes de comunidade

Entrevista sobre:

Sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe (Distrito de Búzi)

Apresentação dos objetivos da entrevista:

- i. Realização de estudo para aflorar o conhecimento sobre como as sociedades agrárias Africanas gerem cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe.
- ii. Analisar as perceções e interpretações das sociedades agrárias Africanas sobre o que são eventos naturais extremos.
- iii. Analisar o processo de regresso às práticas agrícolas.
- iv. Analisar que mecanismos endógenos e exógenos são coadjuvantes ou limitadores da agricultura pós-catástrofe.

Esta entrevista destina-se a fins exclusivamente académicos, no âmbito de uma investigação realizada para o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

A análise dos dados e a comunicação dos resultados serão feitas em sede de academia de forma agregada.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Grupo alvo: ONGs e Organizações Internacionais

Data: _____

Nome: _____

ONG / Organização Internacional: _____

Cargo: _____

Há quanto tempo trabalha nessa área? _____

1. Como definiria uma catástrofe natural?
2. Pode-se considerar que as catástrofes naturais são (acima de tudo) construções sociais?
Na medida em que os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais, depende do perfil de vulnerabilidade da sociedade exposta e de todo um conjunto de fatores territoriais e características políticas, económicas e sociais.
3. Quais são as principais vulnerabilidades das sociedades agrárias Africanas?
 - Efeito acumulativo das vulnerabilidades
 - Vulnerabilidade crónica
4. Especificamente sobre o distrito de Búzi, em Moçambique, como descreveria o perfil de vulnerabilidade das sociedades agrárias?
5. Na sua opinião, como é que as sociedades agrárias Africanas, gerem estes cenários?
Como recuperam?
Que mecanismos, endógenos e exógenos, usam?
6. Como ocorre o regresso destas sociedades às práticas agrícolas?
 - Como ocorre a agricultura pós-catástrofe
 - Como caracteriza a agricultura pós-catástrofe
 - Qual o papel da assistência humanitária na produção agrícola pós-catástrofe
 - Qual o papel do estado
 - Qual o papel da própria população
7. De acordo com a sua experiência, quais são as principais mudanças na agricultura e em termos sociais após um evento natural extremo?

8. Que mecanismos ou estratégias de resiliência/capacidade adaptativa tem observado nas sociedades agrárias Africanas?
- O que pode prejudicar essa resiliência/capacidade adaptativa
 - O que pode contribuir para essa resiliência/capacidade adaptativa
 - Especificamente no distrito de Búzi, Moçambique
9. Qual a sua percepção sobre a ligação das sociedades agrárias Moçambicanas com a terra e a ancestralidade?
- Especificamente no distrito de Búzi, Moçambique
10. Qual a sua opinião sobre a ajuda que é dada às populações em cenários de catástrofe natural?
11. Quando se trabalha em assistência humanitária e em projetos de intervenção externa, há certamente dinâmicas internas dos tecidos sociais que escapam, portanto não são conhecidas, por quem é externo. Que conflitos ou fricções podem surgir do desalinhamento entre a realidade dos tecidos sociais e as intervenções externas?
12. Nos últimos anos temos assistido a um aumento de ajuda em dinheiro em prejuízo da ajuda em género. Qual a sua opinião?
- Cash transfers via mobile money
13. O que acha se a ajuda humanitária, e outras ajudas, mesmo do próprio estado, fosse dinheiro através do mKesh?
- O que fariam as sociedades Agrárias Africanas com esse dinheiro
 - Concretamente as Moçambicanas
14. Qual a sua opinião sobre os centros de acolhimento?
- Impactos no tecido social e nas dinâmicas sociais
 - Impactos na agricultura

15. Não se torna cada vez mais necessário pensar em soluções que reduzam a vulnerabilidade crónica e os problemas sistémicos, em vez de soluções que tentam responder quando essa vulnerabilidade culmina em crises?

- Basic income

Entrevista sobre:

Sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe (Distrito de Búzi)

Apresentação dos objetivos da entrevista:

- v. Realização de estudo para aflorar o conhecimento sobre como as sociedades agrárias Africanas gerem cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe.
- vi. Analisar as perceções e interpretações das sociedades agrárias Africanas sobre o que são eventos naturais extremos.
- vii. Analisar o processo de regresso às práticas agrícolas.
- viii. Analisar que mecanismos endógenos e exógenos são coadjuvantes ou limitadores da agricultura pós-catástrofe.

Esta entrevista destina-se a fins exclusivamente académicos, no âmbito de uma investigação realizada para o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

A análise dos dados e a comunicação dos resultados serão feitas em sede de academia de forma agregada.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Grupo alvo: Estado

Data: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Há quanto tempo trabalha nessa área? _____

1. Como definiria uma catástrofe natural?

2. Pode-se considerar que as catástrofes naturais são (acima de tudo) construções sociais? Na medida em que os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais, depende do perfil de vulnerabilidade da sociedade exposta e de todo um conjunto de fatores territoriais e características políticas, económicas e sociais.

3. Quais são as principais vulnerabilidades das sociedades agrárias Moçambicanas? E especificamente no distrito de Búzi?
 - Efeito acumulativo das vulnerabilidades
 - Vulnerabilidade crónica

4. Na sua opinião, como é que as sociedades agrárias Moçambicanas, gerem estes cenários? Como recuperam?
 - Que mecanismos, endógenos e exógenos, usam?
 - E especificamente no distrito de Búzi?

5. Como ocorre o regresso destas sociedades às práticas agrícolas?
 - Como ocorre a agricultura pós-catástrofe
 - Como caracteriza a agricultura pós-catástrofe
 - Qual o papel do estado na produção agrícola pós-catástrofe
 - Qual o papel da assistência humanitária
 - Qual o papel da própria população
 - E especificamente no distrito de Búzi?

6. De acordo com a sua experiência, quais são as principais mudanças na agricultura e em termos sociais após um evento natural extremo?

- E especificamente no distrito de Búzi?
7. Que mecanismos ou estratégias de resiliência/capacidade adaptativa tem observado nas sociedades agrárias Moçambicanas? E especificamente no distrito de Búzi?
 - O que pode prejudicar essa resiliência/capacidade adaptativa
 - O que pode contribuir para essa resiliência/capacidade adaptativa
 8. Quais têm sido as principais iniciativas e políticas do governo/estado para preparar as sociedades agrárias para eventos naturais extremos e mitigar os efeitos?
 9. Que apoios tem o estado/governo dado para as populações recuperarem?
 10. Qual a sua perceção sobre a ligação das sociedades agrárias Moçambicanas com a terra e a ancestralidade?
 - Especificamente no distrito de Búzi, Moçambique
 11. Tem algum conhecimento sobre a identidade étnica vaNdau?
 - Dinâmicas sociais
 - Reprodução social
 - Cerimónias coletivas de carácter mágico-religioso, como por exemplo kudira ou mbhambha ou outras
 - Especificidades no processo de recuperação
 - Especificidades no processo de regressar às práticas agrícolas
 12. Qual a sua opinião sobre a ajuda que é dada às populações em cenários de catástrofe natural?
 - E especificamente no distrito de Búzi?
 13. Nos últimos anos temos assistido a um aumento de ajuda em dinheiro em prejuízo da ajuda em género. Qual a sua opinião?
 - Cash transfers via mobile money

14. O que acha se a ajuda humanitária, e outras ajudas, mesmo do próprio estado, fosse dinheiro através do mKesh?
- O que fariam as sociedades agrárias Moçambicanas com esse dinheiro
 - Concretamente as do distrito de Búzi
 - Desafios de implementação e uso deste sistema
15. Qual a sua opinião sobre os centros de acolhimento?
- Impactos no tecido societal e nas dinâmicas sociais
 - Impactos na agricultura
16. Não se torna cada vez mais necessário pensar em soluções que reduzam a vulnerabilidade crónica e os problemas sistémicos, em vez de soluções que tentam responder quando essa vulnerabilidade culmina em crises?
- Basic income

Entrevista sobre:
Sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe (Distrito de Búzi)

Apresentação dos objetivos da entrevista:

- ix. Realização de estudo para aflorar o conhecimento sobre como as sociedades agrárias Africanas gerem cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe.
- x. Analisar as perceções e interpretações das sociedades agrárias Africanas sobre o que são eventos naturais extremos.
- xi. Analisar o processo de regresso às práticas agrícolas.
- xii. Analisar que mecanismos endógenos e exógenos são coadjuvantes ou limitadores da agricultura pós-catástrofe.

Esta entrevista destina-se a fins exclusivamente académicos, no âmbito de uma investigação realizada para o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

A análise dos dados e a comunicação dos resultados serão feitas em sede de academia de forma agregada.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Grupo alvo: Academia e Investigadores

Data: _____

Nome: _____

Centro de Investigação/ Organização: _____

Cargo: _____

Há quanto tempo trabalha nessa área? _____

1. Como definiria uma catástrofe natural?
2. Pode-se considerar que as catástrofes naturais são (acima de tudo) construções sociais?
Na medida em que os efeitos e a potencial devastação causada pelos eventos naturais, depende do perfil de vulnerabilidade da sociedade exposta e de todo um conjunto de fatores territoriais e características políticas, económicas e sociais.
3. Quais são as principais vulnerabilidades das sociedades agrárias Moçambicanas? E especificamente no distrito de Búzi?
 - Efeito acumulativo das vulnerabilidades
 - Vulnerabilidade crónica
4. Na sua opinião, como é que as sociedades agrárias Moçambicanas, gerem estes cenários? Como recuperam?

Que mecanismos, endógenos e exógenos, usam?

E especificamente no distrito de Búzi?

5. Como ocorre o regresso destas sociedades às práticas agrícolas?
 - Como ocorre a agricultura pós-catástrofe
 - Como caracteriza a agricultura pós-catástrofe
 - Qual o papel do estado na produção agrícola pós-catástrofe
 - Qual o papel da assistência humanitária
 - Qual o papel da própria população
 - E especificamente no distrito de Búzi?

6. De acordo com a sua experiência, quais são as principais mudanças na agricultura e em termos sociais após um evento natural extremo?
 - E especificamente no distrito de Búzi?

7. Que mecanismos ou estratégias de resiliência/capacidade adaptativa tem observado nas sociedades agrárias Moçambicanas? E especificamente no distrito de Búzi?
 - O que pode prejudicar essa resiliência/capacidade adaptativa
 - O que pode contribuir para essa resiliência/capacidade adaptativa

8. Qual a sua perceção sobre a ligação das sociedades agrárias Moçambicanas com a terra e a ancestralidade?
 - Especificamente no distrito de Búzi, Moçambique

9. Os antepassados e a religião ajudam nestas situações?

10. Qual o papel das cerimónias coletivas nestas situações?

11. Tem algum conhecimento sobre a identidade étnica vaNdau?
 - Dinâmicas sociais
 - Reprodução social
 - Cerimónias coletivas de carácter mágico-religioso, como por exemplo kudira ou mbhambha ou outras

- Especificidades no processo de recuperação
 - Especificidades no processo de regressar às práticas agrícolas
- 12.** Qual a sua opinião sobre a ajuda que é dada às populações em cenários de catástrofe natural?
- Que conflitos ou fricções podem surgir do desalinhamento entre a realidade dos tecidos sociais e as intervenções externas
 - E especificamente no distrito de Búzi
- 13.** Nos últimos anos temos assistido a um aumento de ajuda em dinheiro em prejuízo da ajuda em género. Qual a sua opinião?
- Cash transfers via mobile money
- 14.** O que acha se a ajuda humanitária, e outras ajudas, mesmo do próprio estado, fosse dinheiro através do mKesh?
- O que fariam as sociedades agrárias Moçambicanas com esse dinheiro
 - Concretamente as do distrito de Búzi
- 15.** Qual a sua opinião sobre os centros de acolhimento?
- Impactos no tecido societal e nas dinâmicas sociais
 - Impactos na agricultura
- 16.** Não se torna cada vez mais necessário pensar em soluções que reduzam a vulnerabilidade crónica e os problemas sistémicos, em vez de soluções que tentam responder quando essa vulnerabilidade culmina em crises?
- Basic income

Entrevista sobre:
Sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe (Distrito de Búzi)

Notas:

- Começar por explicar que a entrevista é para percebermos o que acontece nas cheias e o que acontece à agricultura durante e depois das cheias.

Grupo alvo: Agricultores e agregados familiares

Data: _____

1. Foi afetado/a por que cheias?

Ano:

Nos últimos 10 anos, quantas vezes foi afetado/a por cheias:

2. O que aconteceu?

3. O que fazia antes e depois das cheias? E a família?

4. Como era a agricultura antes e depois das cheias?

- Produtos cultivados
- Instrumentos/ferramentas usados
- Armazenamento dos cultivos
- Regressa ou não à sua terra depois das cheias. Que ligação tem com a sua terra
- Medidas que ajudem a antecipar as cheias
- Comportamentos específicos
- Como voltou a cultivar
- Fontes/recursos usados para voltar a plantar
- Como era a alimentação diária do agregado familiar antes das cheias e como ficou depois

5. Que prejuízos mais sentiram?

6. Que ajuda tiveram?

- Vizinhos, família, etc.
- Como foi a ajuda externa

7. Que ajuda conseguiram dar?

- Vizinhos, família, etc.

8. A religião ajuda nestas situações?

9. Os antepassados ajudam nestas situações?

10. Quais os seus sentimentos em relação às cheias?

11. Que mudanças houve na família?

- Continuou junta?

- Foi separada?

- Os que foram embora ou separados voltaram?

- Alguns membros da família emigraram? Para onde?

12. O que acha dos centros de acolhimento?

- Esteve num centro ou a família esteve num centro?

- Como foi?

- Praticavam agricultura? Como?

13. O que acha do mKesh?

- Usa para quê

- O que fazia se recebesse a ajuda externa e do estado em dinheiro através do mKesh

Perfil do entrevistado/a

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Género: Feminino Masculino

d) Localidade onde nasceu: _____

e) Localidade onde mora: _____

f) Etnia: _____

g) Estado Civil: Solteiro/a Casado/a Viúvo/a Divor.

h)

	Homens		Mulheres		Total
Número de pessoas no agregado familiar					
Número de filhos no agregado familiar					
Número de filhos que imigram					
Destino da imigração dos filhos (X)	Campo		Cidade		Outro país. Qual?
Faixa etária dos filhos (X)	0 - 14	15- 19	20- 35	36- 60	> 60 anos

i)

Nível de escolaridade	Assinalar com (X)
Sabe ler e escrever	
4ª classe	
5ª- 6ª classe	
7ª- 8ª classe	
9ª classe	
10ª - 11ª classe	
12ª classe	
Universitário	

j) O que faz ao longo do ano para ter rendimentos? E a sua família?
 - Por exemplo, pesca, trabalho agrícola sazonal em outras terras, comércio, migração para a cidade, recebe remessas, etc.

k) Como é dividido o acesso a recursos na família (terra, sementes, ferramentas, etc.)?

Observações e opinião do entrevistador:

(Por exemplo tipo de casa, situação alimentar, etc. Tirar fotos)

Entrevista sobre:

Sociedades agrárias Africanas em cenários de catástrofe natural e a agricultura pós-catástrofe (Distrito de Búzi)

Notas:

- Começar por explicar que a entrevista é para percebermos o que acontece nas cheias e o que acontece à agricultura durante e depois das cheias.

Grupo alvo: Anciãos, chefes tradicionais, tomadores de decisão

Data: _____

1. Foi afetado por que cheias?

Ano:

Nos últimos 10 anos, quantas vezes foi afetado por cheias:

2. O que aconteceu?

3. O que fazia antes e depois das cheias? E a família?

4. Como era a agricultura antes e depois das cheias?

- Produtos cultivados

- Instrumentos/ferramentas usados

- Armazenamento dos cultivos

- Regressa ou não à sua terra depois das cheias. Que ligação tem com a sua terra

- Medidas que ajudem a antecipar as cheias

- Comportamentos específicos

- Como voltou a cultivar

- Fontes/recursos usados para voltar a plantar

- Como era a alimentação diária do agregado familiar antes das cheias e como ficou

depois

5. Que prejuízos mais sentiram?
6. Que ajuda tiveram?
 - Vizinhos, família, etc.
 - Como foi a ajuda externa
7. Que ajuda conseguiram dar?
 - Vizinhos, família, etc.
8. Como líder, como lidera as comunidades antes, durante e depois das cheias?
 - Funções
 - Mudanças sentidas na comunidade
9. A religião ajuda nestas situações?
10. Os antepassados ajudam nestas situações?
11. São feitas cerimónias coletivas para estas situações?
 - Cerimónias coletivas de caráter mágico-religioso, como por exemplo *kudira* ou *mbhambha* ou outras.
12. Quais os seus sentimentos em relação às cheias?
13. Que mudanças houve na família?
 - Continuou junta?
 - Foi separada?
 - Os que foram embora ou separados voltaram?
 - Alguns membros da família emigraram? Para onde?
14. O que acha dos centros de acolhimento?
 - Esteve num centro ou a família esteve num centro?
 - Como foi?
 - Praticavam agricultura? Como?
15. O que acha do mKesh?
 - Usa para quê
 - O que acha se a ajuda externa e do estado fosse dada em dinheiro através do mKesh

Perfil do entrevistado

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Género: Feminino Masculino

d) Localidade onde nasceu: _____

e) Localidade onde mora: _____

f) Etnia: _____

g) Líder de que comunidade: _____

h) Estado Civil: Solteiro/a Casado/a Viúvo/a Divor.

i)

	Homens		Mulheres		Total
Número de pessoas no agregado familiar					
Número de filhos no agregado familiar					
Número de filhos que imigram					
Destino da imigração dos filhos (X)	Campo		Cidade		Outro país. Qual?
Faixa etária dos filhos (X)	0 - 14	15- 19	20- 35	36- 60	> 60 anos

j)

Nível de escolaridade	Assinalar com (X)
Sabe ler e escrever	
4ª classe	
5ª- 6ª classe	
7ª- 8ª classe	
9ª classe	
10ª - 11ª classe	
12ª classe	
Universitário	

k) O que faz ao longo do ano para ter rendimentos? E a sua família?

l) Como é dividido o acesso a recursos (terra, sementes, ferramentas, etc.):

Observações e opinião do entrevistador:

(Por exemplo tipo de casa, situação alimentar, reconhecimento como chefe da comunidade, cerimónias coletivas etc. Tirar fotos)

Anexo B - Registo fotográfico das entrevistas recolhidas







Anexo C – Cash Transfers as a Form of Intervention – Addressing the Various Dimensions of Vulnerability

CASH TRANSFERS AS A FORM OF INTERVENTION – ADDRESSING THE VARIOUS DIMENSIONS OF VULNERABILITY

Sara Bernardo

ISCTE - Lisbon University Institute

Introduction

Transfers have long been employed as a means of intervention in humanitarian and development contexts, targeting vulnerable populations affected by various shocks and protracted crises. Among the different models of transfers, in-kind transfers have traditionally prevailed, with vouchers and cash transfers emerging more recently as less common alternatives. Indeed, cash transfers remain relatively underutilised in interventions, prompting a contentious and polarizing debate within the realms of humanitarian assistance, development, and social protection. Of particular controversy is the ongoing discussion surrounding cash transfers versus in-kind donations, particularly food aid.

The implementation of cash transfers encounters resistance from donors, governments, and organizations. However, a growing discourse is challenging the prevailing reluctance and advocating for the adoption of this model. Unlike in-kind transfers, which only provide temporary alleviation of specific issues, the fungibility of money allows for a more comprehensive response to the multifaceted demands of reality, exerting a multiplier effect on the economy. Cash transfers possess the potential to address the various dimensions of vulnerability and contribute to transformative change in chronically vulnerable settings, as they enable a more holistic approach to meeting needs.

Cash transfers can take different forms, such as conditional or unconditional transfers, one-off or continuing transfers, and ex-post or ex-ante measures.

Comparing conditional with unconditional transfers

Cash transfers may take the form of conditional or unconditional transfers. Conditional cash transfers (CCTs) involve predetermined criteria that recipients must meet or specific

requirements they must fulfil. CCTs have manifested in various formats, commonly based on recipient age, gender (often targeting women), disability status, emergency situations, purpose-specific allocations (e.g., food, health, housing), school enrolment and attendance, cash-for-work programmes, agricultural support, post-disaster recovery, disarmament and reintegration efforts, support for internally displaced persons (IDPs) and refugees, resettlement and repatriation initiatives, and long-term social protection systems (such as Brazil's Bolsa Família, Malawi's Social Cash Transfer Scheme, or Mozambique's Office for Vulnerable Population Support) (Action Contre la Faim, 2011; Bailey, 2016; Gentilini, 2015; Miller et al., 2011; Pelham et al., 2011; Peppiatt et al., 2001; Standing, 2008).

CCTs entail time, logistical challenges, and significant investments. Defining criteria, selecting recipients, and monitoring legitimacy require substantial human and financial resources over prolonged periods. The selection of recipients poses one of the most complex stages, necessitating ethical and moral decisions and a deep understanding of the context and social fabric. Identifying appropriate criteria and matching them to eligible individuals involves navigating the intricate distinctions within different levels of poverty and vulnerability. Limited resources often contribute to an arbitrary selection process, where the most vulnerable may be inadvertently excluded.¹

Administrative costs for CCTs are high. Apart from the implementation and monitoring team, expenses encompass the transfer value itself, information gathering from recipients, and logistical arrangements for enrolment, including travel to enrolment centres and provision of identification documents like birth certificates. Given the complexity and costs associated with CCTs, their implementation typically occurs on a small scale, limiting the number of beneficiaries. Scaling up this modality presents challenges for organisations.

CCTs, like any intervention, are prone to unintended consequences. The presence of pre-established criteria may incentivise falsifying personal data, attempts to double-register within households, or disincentivise seeking additional income sources to align with the target group (Action Contre la Faim, 2011; Pelham et al., 2011).

Additionally, the selection process itself contains a margin of error, potentially excluding those in most need. CCTs relying on registration systems may miss more isolated families who meet

¹ For details on the selection process see for example Pelham et al., 2011, pp. 60-69.

the criteria but lack access to the programme. Programmes focused on school-age children, such as school feeding initiatives or health-related CCTs, may neglect families with younger children. In rural areas with limited facilities and transportation, these programmes can impose burdensome journeys and increase vulnerability instead of reducing it. CCTs, albeit less overtly paternalistic, still impose institutional commitments on beneficiaries, constraining their freedom (Standing, 2008).

Cash-for-work programmes, as a form of CCT, can inadvertently divert individuals from other economic and non-economic activities. This may include tending to personal agricultural fields, performing essential community services, or fulfilling daily responsibilities such as childcare or participation in informal mutual aid mechanisms (Action Contre la Faim, 2011). Moreover, school feeding or child-focused CCT programmes might inadvertently contribute to increased fertility rates, as families seek to enlarge their households to maximise transfers received (Handa et al., 2018).

Unconditional cash transfers (UCTs), in contrast, do not impose predefined criteria or conditions on recipients. UCTs are provided to all members of a population, of a specific group, or within households. Transfer amounts can be fixed and equal for all recipients or adjusted based on household size. Standing (2008) argues that UCTs promote social fairness by eliminating distinctions based on social class, age groups, contributions, labour capacities, or household composition.

For Standing (2008), UCT is socially fair since it does not presuppose any distinction between social classes, age groups, contributions, labour capacities or household composition. This modality aims to restore dignity, freedom of choice, and entrepreneurship, emphasizing the right to support rather than discretionary charity.

Administratively, Unconditional Cash Transfers tend to be simpler, less costly, and require fewer logistical and human resources compared to Conditional Cash Transfers, enabling quicker organization and implementation (Action Contre la Faim, 2011; Standing, 2008).

Their lack of eligibility criteria streamlines the process, reducing complexities associated with recipient selection and monitoring. The cost savings achieved through UCTs, compared to other transfer models like in-kind transfers, vouchers, or CCTs, make them appealing to

organisations and governments with limited funds. As a result, UCTs have greater potential for implementation on a larger scale, benefiting a larger number of recipients.

From the recipients' perspective, UCTs are more user-friendly due to their simplicity, particularly for those facing challenges in accessing identification or navigating bureaucratic processes. Despite these advantages, UCTs are not without limitations and potential adverse effects. The absence of predefined criteria may attract migratory flows to areas covered by the programme, leading to possible political conflicts and the falsification of documentation to simulate eligibility. Furthermore, tensions can arise between regions or groups that receive UCTs and those that do not. Implementing UCTs can disrupt social fabrics, impacting existing resilience dynamics based on scarce cash resources. This includes the rotation of agricultural labour, mutual aid networks, and non-cash-based service exchanges. The dissemination of cash can also result in the redistribution of power, rights, roles, and responsibilities, potentially generating social restructuring and tensions.

Comparatively, when evaluating the potential of cash transfers in natural disaster scenarios, the unconditional transfer generally proves to be more beneficial and adaptable than the conditional cash transfer.

Conditional Cash Transfer (CCTs) are typically not activated as a response to natural disasters due to their organizational demands. While they may already be in place when a disaster strikes, this is not common, and they are not exclusively activated for emergency response. The logistical complexity of CCTs makes them time-consuming and ill-suited for the realities of natural disasters (Pelham et al., 2011).

Nevertheless, recipients of CCTs have shown better protection of their capital and resources during crises, as the cash transfers strengthen their ability to respond.

In contrast, UCTs, being less administratively demanding and quicker to implement, align better with natural disaster scenarios. In such contexts, distinguishing between varying levels of support and the conditionalities that would underpin these distinctions becomes arbitrary.

Because they are freely managed by individual recipients themselves, UCTs are mechanisms that do not interfere with the social fabric of Sub-Saharan African Agrarian Societies. By

receiving UCT instead of in-kind assistance, communities can decide their own priorities for resuming agricultural production and daily activities, shaping the process socially.

Furthermore, UCTs can contribute to rescuing weakened elements of social resilience. Temudo and Schiefer mention in their study the "tendential weakening of the authority of the compound chief who can no longer prevent the seasonal or definitive emigration of young people" (2002, p. 391). In the context of agrarian societies facing drought and the consequent tendency for young people to migrate, UCT programmes can play a unifying role by providing financial resources that enable families to retain their youth, reducing the need for emigration and promoting social cohesion. This, in turn, enhances social resilience and boosts the labour force available for agricultural work and the establishment of local businesses.

In agrarian societies where older individuals hold authority, targeting pensions specifically towards them strengthens their position and promotes greater cohesion and resilience within the social fabric. However, it is important to acknowledge that when cash transfer programmes target the elders, they become conditional transfers in alignment with the age group of the recipients.

Pensions directed at older individuals, who wield significant social power, ensure resource distribution, subsistence means, and reinstate credit as a regulatory force within the social fabric (Standing, 2008).²

This conceptual line of thought aligns with the study by Mersland and Thøgersen (2010), where a theoretical model proposing cash transfers to older individuals is presented, constituting a form of conditional transfer. According to the authors, these transfers would contribute to preserving family structures and stimulate economic growth in the implemented context, including regions with weakened socioeconomic frameworks. By boosting the purchasing power of the elderly, there would be increased spending in the local economy, particularly on food, health services, and education for the household, leading to economic growth (Mersland and Thøgersen, 2010).

² Standing (2008, p. 19) also mentions some social pension programmes for older people that have begun to emerge in recent decades on the African continent, notably in Namibia, South Africa, and Mauritius, where the amount given increases according to the recipient's age, and Botswana and Lesotho, which in 2004 introduced pensions for people over 70.

As the consumption patterns of the elderly are closely tied to services, these transfers would also enhance employment levels. The increased demand for services would stimulate the availability and responsiveness of services, resulting in more circulating wages and expenditures. Hence, a positive chain reaction would invigorate the local economy as a whole (Mersland and Thøgersen, 2010).

According to Mersland and Thøgersen (2010), age conditionality mitigates issues of dependency and inertia that may hinder active participation in society. Since older individuals have limited work capacity, potential disincentives to work are minimised, thus overcoming moral hazard problems.

The authors further highlight that age serves as an objective criterion, ensuring cost-effective operations. Conditional cash transfers are often perceived as expensive due to their lengthy and complex selection processes, but by using age as a criterion, the target group is significantly restricted, resulting in minimised costs (Mersland and Thøgersen, 2010).

Despite the advantages presented in their theoretical model, the authors acknowledge the challenges involved. One such challenge pertains to the scarcity of public records to verify individuals' age, as identification registers are often not regularised in many contexts. Consequently, many older individuals may be excluded, and fraudulent cases may arise wherein IDs are falsified to simulate the required ages for eligibility. Another challenge involves the renewal of cash transfers, as annual verifications of recipients' survival status would be necessary (Mersland and Thøgersen, 2010).

While pensions indeed hold potential, UCTs offer greater flexibility and a broader range of possibilities by targeting a wider population. In the context of natural disasters, conditional cash transfers that focus on a specific age group may lead to the concentration of resources and the exclusion of those who are physically or lineage-wise more distant from traditional chiefs.

Therefore, UCTs are not only relevant for reaching a larger number of recipients but also for expediting the adoption of agricultural practices. Models like the one proposed by Mersland and Thøgersen (2010) may stimulate the economy, but the effects are slower due to the longer chain reaction involved.

Comparing one-time transfers with continuous transfers

The realm of monetary transfers encompasses two distinct modalities: one-time transfers, which occur on a single occasion, and continuous transfers, which entail recipients receiving funds continuously over a predetermined period. Historically, one-time transfers have been the prevalent form employed in response to natural disasters. Their administrative implementation is more immediate and less financially burdensome when juxtaposed with continuous transfers, as they involve a singular disbursement of funds to beneficiaries. However, the substantive impacts of this approach remain dubious, as it fails to engender transformative prospects in the medium and long term. It serves as a short-term palliative measure that addresses immediate constraints but fails to address the underlying vulnerabilities at their roots. Consequently, this model functions as a temporary "Band-Aid," incapable of averting or mitigating the pernicious effects of future extreme natural events, nor does it bolster societal resilience.

A study conducted by the Disaster Protection Centre, examining the floods that ravaged Bangladesh in 2017, concluded that one-time transfers executed seven days prior to the flood's peak exhibited significant effects on food security, household and livestock evacuation, loan levels and prices, as well as engagement in labour activities. However, the study also determined that the assistance provided in the form of a one-time transfer was inadequate, as it only amounted to two weeks of support, whereas households necessitated substantially longer-term aid. Hence, repeating the transfers was deemed essential to achieve more enduring impacts (Pople et al., 2021).

On the other hand, continuous transfers not only solidify response capacities in the immediate aftermath of an event and address fundamental needs but also contribute to a systemic response that expands over time. Continuous transfers, therefore, diminish the risk of future disasters, ensuring that fewer extreme natural events culminate in catastrophic scenarios or, at the very least, minimising the ensuing devastation.

Continuing transfers in the context of natural disasters have frequently been analysed through the prism of safety-net programmes, with several authors drawing parallels and establishing connections between continuous transfers and social support initiatives (Action Contre la Faim, 2011; Gertler et al., 2012; Miller et al., 2011; Overseas Development Institute, 2015; Pelham

et al., 2011; Peppiatt et al., 2001; Shou and Hendriks, 2017).³ These comparative assessments are grounded in the fact that, in the case of continuous transfers, cash disbursements are recurrent, akin to the distribution mechanisms employed in social support programmes. However, continuous transfers in the context of natural disasters typically adhere to a specific time frame, unlike social support programmes, which encompass longer durations and often employ conditional transfer frameworks. The underlying argument posits that if social support programmes exhibit positive effects on poverty alleviation and foster improved living conditions and livelihoods, then ongoing transfers in the context of natural disasters or other crises possess a similar potential (Action Contre la Faim, 2011; Gertler et al., 2012; Jódar Vidal et al., 2020; Miller et al., 2011; Overseas Development Institute, 2015; Pelham et al., 2011; Peppiatt et al., 2001; Zhou and Hendriks, 2017).

Long-term social support programmes implemented by governments are infrequent in sub-Saharan Africa, and where they do exist, they lack robust programme monitoring, domestic financing, and policies aimed at enhancing and sustaining such initiatives (Miller et al., 2011; Pelham et al., 2011). Zhou and Hendriks (2017) express concerns regarding the funding systems of these programmes in their analysis of the Social Cash Transfer Scheme in Malawi. While the authors' focus is on the Malawian context, their argument remains applicable to other regions, as it retains its relevance and validity. Zhou and Hendriks (2017) emphasise the importance of active government involvement in funding these programmes, as heavy reliance on international actors for funding introduces uncertainty regarding the long-term continuity of the initiatives. External funding fluctuates, donor priorities evolve, and imposed conditions change, thereby jeopardizing the sustainability of these programmes. Social support programmes adopt a long-term perspective and focus that falls beyond the purview of humanitarian and emergency interventions. Consequently, they possess the potential to bridge the gap between the logics of assistance and empowerment of populations, effectively building

³ See for example: Action Contre la Faim, 2011 on rural CCT in Mozambique and on pensions in Ethiopia, South Africa, Botswana, Lesotho, Mauritius, and Namibia.
Gertler et al., 2012, on the Oportunidades Programme in Mexico.
Miller et al., 2011 and Zhou and Hendriks, 2017, on the *Social Cash Transfer Scheme* in Malawi.
Overseas Development Institute, 2015 on Bolsa Família in Brazil and Oportunidades Programme in Mexico.
Peppiatt et al, 2001, on the Office for Vulnerable Population Support Programme in Mozambique, the Old Age Pension Programme in Namibia, and the Support Programme in Zambia.
Standing, 2008, on pensions for the elderly in Namibia.

resilience and bolstering emergency interventions when the need arises (Jódar Vidal et al., 2020; Pelham et al., 2011).

Continuous transfers are increasingly indispensable for addressing vulnerabilities that arise in everyday life rather than being restricted to exceptional crises. These vulnerabilities encompass factors such as a growing proportion of elderly individuals, pandemics, long-term illnesses, the erosion of traditional social safety nets, unemployment, deteriorating livelihoods, and contexts characterized by insecurity and armed conflict. Extreme natural events exacerbate these circumstances, further underscoring the necessity of cash transfers.

According to Gertler et al. (2012, p. 165), when continuous transfers are maintained, they are perceived as a secure and stable income source over time. As a result, households, including those more risk-averse, are more inclined to invest in riskier yet higher-yield endeavours. With a steady, continuous, and substantial cash flow, households can not only meet their basic needs but also invest in productive activities. This investment offers the prospect of generating returns that sustain long-term improvements in living standards, even in the absence of continuous transfers. Thus, recipients are less likely to regress to the levels of vulnerability experienced prior to programme implementation.

In their analysis of the Oportunidades programme initiated in Mexico in 1997, which falls under the purview of conditional cash transfer programmes, Gertler et al. discovered that for every peso received, recipient households directly allocated 74 cents toward consumption, while the remainder was invested. The investments primarily centred on agricultural production assets, such as livestock and land, resulting in a significant increase in production. Within 18 months, these transfers led to a 9.6 percent surge in agricultural income. Additionally, some households embarked on non-agricultural micro-enterprises (Gertler et al., 2012, pp. 165-166). Gertler et al. further note that four years after the programme's inception, recipient households exhibited a 5.6 percent higher level of consumption compared to non-recipients.

Pelham et al. advocate for social support programmes as a response mechanism to natural disasters. According to the authors, this model enables a more context-specific and holistic approach, capable of fulfilling a dual function—prevention and response. The authors underscore three key points that highlight the significance of incorporating social safety nets as an integral component of natural disaster response. Firstly, disasters weaken and undermine

efforts to mitigate chronic vulnerabilities. Secondly, social safety nets foster resilience, preventing and mitigating the effects of extreme natural events, thereby ensuring that prior mitigation efforts are not in vain. Lastly, social safety nets minimise damage to the local economy and, consequently, national economic growth (Pelham et al., 2011, p. 95).

In contexts characterized by chronic vulnerability, continuous transfers can be implemented as both a response measure and an anticipatory measure, shifting the emphasis from traditional ex-post interventions to ex-ante measures.

Cash transfers as *ex-post* and *ex-ante* measures

Cash transfers as ex-post and ex-ante measures have emerged as a crucial aspect of interventions in the face of natural disasters. Traditionally, ex-post measures have taken precedence, being implemented after the occurrence of extreme natural events. However, ex-ante, or anticipatory measures, are a relatively new addition to the humanitarian sector, aiming to implement preventive actions before the actual event takes place⁴.

Anticipatory measures necessitate a shift in intervention strategies, placing greater emphasis on predictive analysis, early warning systems, flexible financing based on forecasts, and actions based on anticipated but not yet tangible events.⁵

Various tools fall under the category of anticipatory actions, including Disaster Risk Financing (DRF), Forecast-based Financing (FbF), Forecast-based Action (FbA), and Early Warning Early Action (EWEA) (Weingärtner et al., 2020; Weingärtner and Wilkinson, 2019). DRF, for instance, enables countries to enhance their financial resilience by addressing potential impacts

⁴ Notable sources such as FAO, Pople, Swithern, Weingärtner, and Wilkinson have highlighted the significance of these measures in recent publications (FAO, 2021b; Pople et al., 2021; Swithern, 2021; Weingärtner et al., 2020; Weingärtner and Wilkinson, 2019).

⁵ While the focus is on cash transfers, a wide range of anticipatory measures is recognised. E.g. in *dzud* (harsh winter) scenarios in Mongolia, initial humanitarian actions are implemented to protect livelihoods by reducing livestock mortality, and preventive actions include the distribution of animal nutrition kits; in Mozambique in the cyclone season, anticipatory humanitarian actions include mapping and training volunteers in first aid and reinforcing houses and shelters, as well as strengthening public infrastructure such as schools, which involves the distribution of tools and basic construction materials for communities to reinforce schools and houses (Thalheimer et al., 2022, p. 8); WFP in 2019 implemented several anticipatory actions for preventive drought risk management in Ethiopia, Niger and Zimbabwe, including establishment of soil and water conservation structures, distribution of drought-resistant seeds and training of farmers in Agroforestry (World Food Programme, 2019, p. 12).

and economic losses caused by extreme natural events. As an ex-ante mechanism, DRF is structured in advance with the establishment of pre-agreed funding (Swithern, 2021).

FbF, FbA, and EWEA are distinct from other disaster risk reduction mechanisms and preparedness practices as they rely on weather forecasts to trigger predetermined funding and actions before the event and its impacts occur (Weingärtner et al., 2020; Weingärtner and Wilkinson, 2019).

In recent years, several international organisations and institutions have initiated changes in intervention strategies towards anticipatory measures. For instance, FAO has been financing anticipatory interventions through a dedicated fund since 2016. Similarly, the creation of financing mechanisms based on drought forecasts and specific insurance schemes, such as ARC in 2012 and ARCReplica⁶ in 2018, have furthered anticipatory actions (Levine et al., 2020). Organisations like WFP, the World Bank, the UN, the International Committee of the Red Cross, and private sector partners like Google, Microsoft, and Amazon Web Services are actively involved in developing mechanisms like the Famine Action Mechanism (FAM) to improve forecasting and prevention of famine crises (Weingärtner and Wilkinson, 2019).

The trend towards anticipatory measures has gained momentum due to several factors. National and international agendas have expressed concerns that reactive responses and associated financing (i.e., ex-post measures) are insufficient to cope with the frequency and recurrence of crises and natural disasters, especially in contexts marked by frequent or continuous extreme events. The World Humanitarian Summit in 2016 renewed attention to linking development and humanitarian assistance to protect livelihoods. Moreover, evidence has shown that anticipatory actions are cost-effective compared to ex-post measures (Levine et al., 2020).

While there is limited literature on anticipatory cash transfers (ACTs) in natural disaster settings, some studies emphasise the advantages of ACTs and argue that anticipatory actions yield more efficient and effective results. Anticipatory measures, including ACTs, can be operationally less costly and faster, as transfers are already in the possession of households

⁶ *ARCReplica* is a partnership between *Start Network*, ARC, African Union Member States and WFP and is funded by the German Development Bank and the UK Foreign, *Commonwealth* and Development Office.

when the extreme event occurs (FAO, 2021; Pelham et al., 2011; Pople et al., 2021; Weingärtner et al., 2020).

Weingärtner and Wilkinson (2019) present case studies demonstrating the cost-effectiveness and timeliness of various anticipatory measures. For example, the Red Cross Committee implemented anticipatory actions in West and Central Africa in 2008, resulting in substantial time savings and 33% lower costs per beneficiary compared to the 2007 floods. In Kenya, anticipatory action against potential droughts is estimated to save \$20 billion over 20 years, with the flexibility to implement multiple anticipatory measures before reaching the costs of a single late ex-post response. Similarly, the FAO's response to drought forecasts in Madagascar in 2017 demonstrated positive benefit-cost ratios (Weingärtner and Wilkinson, 2019).

At the household level, anticipatory measures, including Anticipatory Cost Transfers, bring several benefits, such as reduced economic losses, improved food security, continuation of livelihood activities, protection and feeding of livestock, crop storage, destocking⁷, school attendance, reduced disease rates, access to safe water, reduced debt, and enhanced psychological well-being (Levine et al., 2020; Weingärtner et al., 2020; Weingärtner and Wilkinson, 2019).

The manifold advantages of household-level benefits are of considerable significance, particularly when examined through a social lens that transcends mere economic considerations. A study conducted by Save the Children, focusing on droughts in Ethiopia, discovered that for every £1 invested in early action, there is an average of £2.58 in social value generated for the recipient households. Even in instances where the predicted crisis does not materialise, every £1 invested still translates to £1.61 in social value (Weingärtner et al., 2020, p. 30).

However, Weingärtner and Wilkinson (2019, p. 14), along with Weingärtner et al. (2020, p. 35), caution that studies and analyses exploring the medium- and long-term effects on households are still in their nascent stages, thereby rendering them inconclusive. On the one hand, time may reveal that the positive effects are currently being significantly underestimated. On the other hand, negative consequences may also emerge, jeopardizing social contexts and

⁷ By *commercial destocking* is meant the support given to livestock farmers to sell their animals while prices are still favourable, thus giving them the opportunity to buy food and necessities and/or invest in protecting the rest of the herd (Levine et al., 2020, p. 15).

structures. Similarly, Weingärtner et al. (2020, p. 25) contend that it is more advantageous to implement anticipatory measures than no intervention at all. However, existing studies still lack sufficient evidence to indicate that timing anticipatory measures according to the existence of crises is more beneficial when compared to other possible measures that are continuous or implemented at different intervals.

In the case of the floods in Bangladesh in July 2020 and the World Food Programme's (WFP) intervention through one-off unconditional cash transfers seven days prior to the event, Pople et al. (2021) assert that the social benefits were not only greater but were also in place before any other traditional humanitarian response arrived, leaving a more pronounced medium-term impact. The authors report that the most significant advantages of these transfers were observed when households were able to allocate additional funds toward food in anticipation of post-flood scarcity and inflation. As a result, food consumption increased, and recipient households were 36 percent less likely to go a day without food compared to those that did not receive transfers. Furthermore, households were able to mitigate the impact of the floods by being 12 percent more likely to evacuate household members and 17 percent more likely to evacuate their livestock. Consequently, recipient households were 8 percent less likely to lose their livestock and 5 percent less likely to lose their poultry. Even three months after the floods, the effects of the transfers remained evident. Children in recipient households were 4 percent more likely to have consumed three meals a day, while adults experienced 7 percent greater food security. This was reflected in a 12.5 percent higher well-being compared to non-recipient households. The authors also note that transfer recipients were 6 percent more likely to be employed, with increased working hours by 7 percent. Moreover, households that received transfers borrowed less cash and faced interest rates that were up to 12 percent lower (Pople et al., 2021, pp. 40-42).

Based on their study's findings, the authors identify at least seven theoretical reasons why cash transfers should be implemented as anticipatory measures rather than recovery measures, emphasising the importance of ex-ante rather than ex-post interventions. First, after a natural disaster, market disruptions and price inflations are typical. Having transfers in place beforehand allows recipients to replenish themselves before such inflation occurs, leading to enhanced food security, resilience, and long-term welfare. Second, delaying action actually jeopardises the well-being of households. In the case of the 2019 floods in Bangladesh, households began receiving support a hundred days after the floods. Had anticipatory support

been provided, many damages and losses could have been avoided, thus mitigating both immediate and long-term repercussions. Third, anticipatory transfers expand the range of coping strategies available, such as animal evacuation or food storage.

The authors also emphasise the importance of timeliness. Anticipatory transfers are most effective when received earlier, ideally seven or fourteen days prior to the anticipated event, rather than the day before. Fifth, natural disasters are traumatic events that can impede decision-making during the recovery phase. Therefore, proactive measures are essential to enhance prevention capacity. Pople et al. also stress the significance of analysing geographical variables, context, and social fabric when implementing anticipatory measures.

Finally, the authors contend that further studies are necessary to contribute to the analysis of the size and frequency of transfers. Small one-off transfers alone appear insufficient. In the case under examination, the one-off anticipatory transfers provided were equivalent to two weeks of support, yet the crisis persisted for a much longer duration, and the families' needs were greater and more prolonged. Consequently, larger, and longer-lasting effects require more substantial and/or continued transfers (Pople et al., 2021, pp. 2-3, 40-42).

Despite the potential advantages of anticipatory measures, there are also limitations associated with anticipatory cash transfers and anticipatory actions in general, particularly regarding their monitoring and evaluation. Weingärtner and Wilkinson (2019, pp. 12-13) highlight some of these limitations, acknowledging that their list is not exhaustive. The authors note that evaluating anticipatory actions is a complex task, and that ensuring quality evaluations with methodological rigor is often challenging, given that anticipatory actions are relatively recent and still pose evaluation difficulties. Moreover, the diverse array of anticipatory actions complicates building a solid foundation for comparisons and coherent indicators. Anticipatory actions are designed to address specific needs within particular contexts, making the notion of a one-size-fits-all approach wholly inappropriate and unfeasible. Furthermore, there is a scarcity of studies and analyses dedicated to assessing the return on investment and cost-benefit ratio of anticipatory actions, as well as inadequate evidence concerning the effects of such actions on mortality rates and economic benefits. This has led to some resistance, albeit diminishing, towards implementing anticipatory mechanisms. Nevertheless, evidence points to a positive return for both donors and, most importantly, households and communities. Additionally, some benefits are easier to quantify than others, particularly in the

implementation of anticipatory cash transfers, where expenditures are challenging to translate or account for solely from a monetary perspective.

Levine et al. (2020, p. 18) further emphasize that the process of selecting recipients is even more complex and prone to inclusion/exclusion errors compared to ex-post interventions. It is impossible to predict with absolute certainty how different dimensions of vulnerability will fluctuate in advance, and thus determining who precisely requires what kind and what amount of assistance becomes a challenging endeavour.

Notwithstanding the limitations and challenges associated with anticipatory measures, continuous cash transfers, particularly unconditional ones, play a vital role in the recovery and restoration of livelihoods. They primarily serve to actively mitigate and counter the various dimensions of chronic vulnerability, extending beyond the immediate post-disaster response. Humanitarian interventions, therefore, assume a role in investing in endogenous social resilience rather than perpetuating a precarious and continuously weak and inadequate recovery cycle. The focus shifts towards protecting, empowering, and enhancing livelihoods instead of merely rebuilding them (FAO, 2021). In other words, the emphasis lies in proactivity rather than reactivity.

Anticipatory cash transfers, particularly when continuous, facilitate the accumulation of resources that enable households to withstand the impact of extreme natural events and respond promptly. Whether acquiring seeds for future harvests, procuring animals to ensure the sale of products, or purchasing materials to enhance housing and storage systems, these transfers empower households to proactively manage adversity.

Anexo D - Os efeitos a nível dos agregados familiares por cada medida antecipatória, por país de implantação e por evento natural extremo

	TYPE OF ACTION TAKEN	COUNTRY AND HAZARD	FINDINGS	REFERENCE
Supported household-led early action	Cash transfer	Bangladesh, flood	Among recipients of anticipatory cash transfers through FbF, only 7 percent took no early action. Among similar non-recipients, almost 20 percent did not act early. FbF appears effective in helping households evacuate, though this was not analysed in relation to actual urgency and needs.	Groset al. (2019)
	Cash transfer	Bangladesh, flood	Cash transfers enabled people to take action to prepare for and cope with floods. Recipients carried out similar types of activities to non-beneficiaries, but were able to do so on a larger scale.	Tanner et al. (2019)
	Cash transfer and animal care kits	Mongolia, dzud ⁷	Assisted and non-assisted households used destocking of livestock as a strategy, but this was more common among FbF-assisted households. Inconclusive effect on ability to buy hay or fodder.	Red Cross Red Crescent Climate Centre (forthcoming)
Reduced contribution on sale of assets	Cash transfer	Bangladesh, flood	No conclusive evidence.	Groset al. (2019)
Reduced debt accrual	Cash transfer	Bangladesh, flood	Differences in borrowing behaviour between FbF-assisted and control households are large and statistically significant. Households that received an early transfer accumulated less debt during and straight after the flood.	Groset al. (2019)
	Cash transfer and animal care kits	Mongolia, dzud	No apparent influence of FbF assistance on households' loan use or repayment.	Red Cross Red Crescent Climate Centre (forthcoming)
	Destocking-for-cash and livestock feed distribution	Mongolia, dzud	Beneficiary households took out larger loans to cope with the dzud and were able to repay them more quickly.	FAO (2018b)
Supported continuation and resumed productive activities	Cash transfer	Bangladesh, flood	No conclusive evidence on the continuation of work or speed at which productive activities resumed.	Groset al. (2019)
	Destocking-for-cash and livestock feed distribution	Mongolia, dzud	Beneficiary households had fewer deteriorated goats than non-beneficiary households at the time of combing. Milk cows owned by beneficiary households produced more	FAO (2018b)

			milk than non-beneficiary households.	
	Concentrate feed and mineral licks for livestock	Sudan, drought	Compared to non-beneficiaries, beneficiary households increased milk production.	FAO (2019b)
	Supplementary feed for livestock	Kenya, drought	Most beneficiaries (94 percent) reported high milk production. Resulting from improved condition of milking animals, beneficiary households produced almost two litres more of milk daily.	FAO (2018a)
	Distribution of crop seeds, tools and irrigation equipment	Madagascar, drought	Yields were overall stronger among beneficiary households compared to non-beneficiaries. Beneficiaries were able to grow vegetables over several cycles while the majority of non-beneficiary households planted once.	FAO (2019a)
Reduced livestock mortality	Cash transfer and animal care kits	Mongolia, dzud	Strong and significant positive impact on assisted households, helping to reduce the mortality of horses and improve survival rates of goat and sheep offspring. The odds of horse, sheep and goat survival increased significantly for households who reported receiving assistance earlier compared to those who reported receiving assistance later.	Red Cross Red Crescent Climate Centre (forthcoming)
	Destocking-for-cash and livestock feed distribution	Mongolia, dzud	Beneficiary households reported reduced average mortality for small livestock. Newborn mortality rate was lower in beneficiary versus non-beneficiary households.	FAO (2018b)
	Concentrate feed and mineral licks for livestock	Sudan, drought	The mortality rate of goats and sheep was higher in control than in beneficiary households	FAO (2019b)
	Supplementary feed for livestock	Kenya, drought	Beneficiary households reported reduced average mortality for small livestock.	FAO (2018a)
Maintained or improved animal body condition	Destocking-for-cash and livestock feed distribution	Mongolia, dzud	Beneficiary households reported maintaining body conditions of their herds at higher rate than non-beneficiaries (66 percent to 34 percent).	FAO (2018b)
	Concentrate feed and mineral licks for livestock	Sudan, drought	Body condition of the majority of livestock owned by beneficiary households increased, while it deteriorated for almost half of control households.	FAO (2019b)
	Supplementary feed for livestock	Kenya, drought	Improvements in body condition among beneficiary-owned animals.	FAO (2018a)
Ability to				

afford basic necessities during period of hardship	Cash transfer and animal care kits	Mongolia, dzud	No significant effects found	Red Cross Crescent Centre (forthcoming)
Enhanced quality and quantity of food	Cash transfer	Bangladesh, flood	FbF-assisted households were significantly less likely to skip meals or reduce meal sizes. FbF-assisted households were significantly less deprived of nutritious food than control households.	Groset al. (2019)
	Cash transfer and animal care kits	Mongolia, dzud	No significant effects found on quantity of food	Red Cross Crescent Centre (forthcoming)
	Distribution of seeds, tools and irrigation equipment	Madagascar, drought	Beneficiaries showed higher food consumption scores than non-beneficiaries. Although all households engaged in similar coping strategies that negatively affected their food security, non-beneficiaries resorted to more of these strategies more frequently	FAO (2019a)
Reduced illness	Cash transfer	Bangladesh, flood	No conclusive evidence on the experience of illness among adults or children.	Groset al. (2019)
Reduced prevalence of diarrhoea	Distribution of water purification tablets	Uganda, flood	More than four in five assisted households used tablets and only 5 percent drank unpurified water compared to over 50 percent in the control group, but prevalence of diarrhoea was high with minimal difference between both groups.	Ujumba (2018)

Tabela A.1 Os efeitos a nível dos agregados familiares por cada medida antecipatória, por país de implantação e por evento natural extremo

(Weingärtner et al., 2020, pp. 26–28)

Anexo E – Critérios utilizados no Inquérito Agrário Integrado para a classificação das explorações como pequenas, médias ou grandes em Moçambique

Factores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, Hortícolas, Floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de caprinos/ovinos/suínos	50	500
Número de aves	5 000	20 000
Número de árvores (coqueiros, cajueiros e outras árvores de frutas novas ou em produção dispersa ou em pomares	149	2 000

Classificação das explorações:

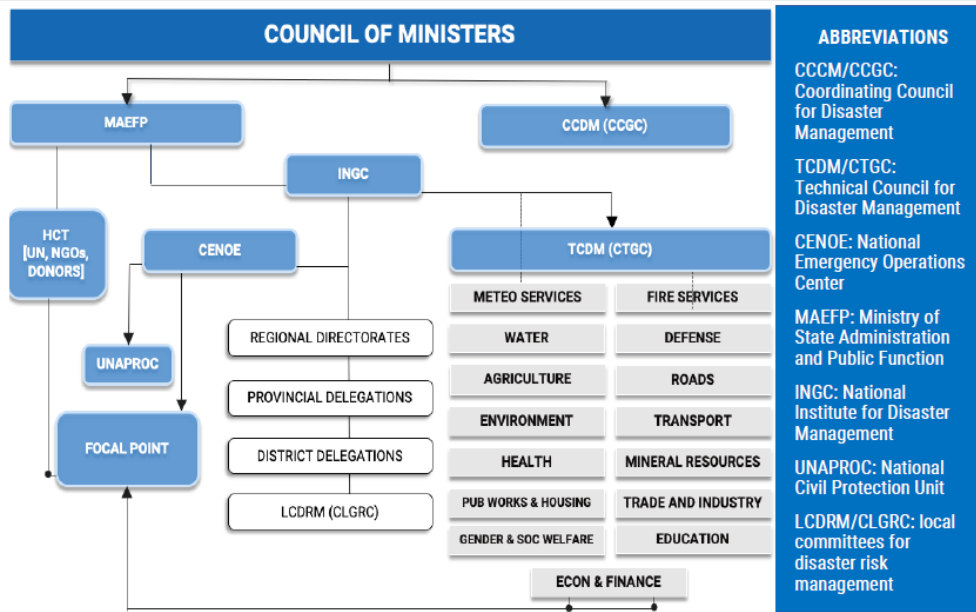
- a) Pequena exploração: Se todos os fatores forem menores que limite 1;
- b) Média exploração: Se um fator for maior ou igual a valores do limite 1 e menor que o limite 2;
- c) Grande exploração: Se um fator for maior ou igual a valores do limite 2.

Nota 1: Área cultivada compreende a área com culturas anuais, permanentes, área em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área em pastagem natural.

Tabela A.2 Critérios utilizados no IAI para a classificação das explorações como pequenas, médias ou grandes em Moçambique

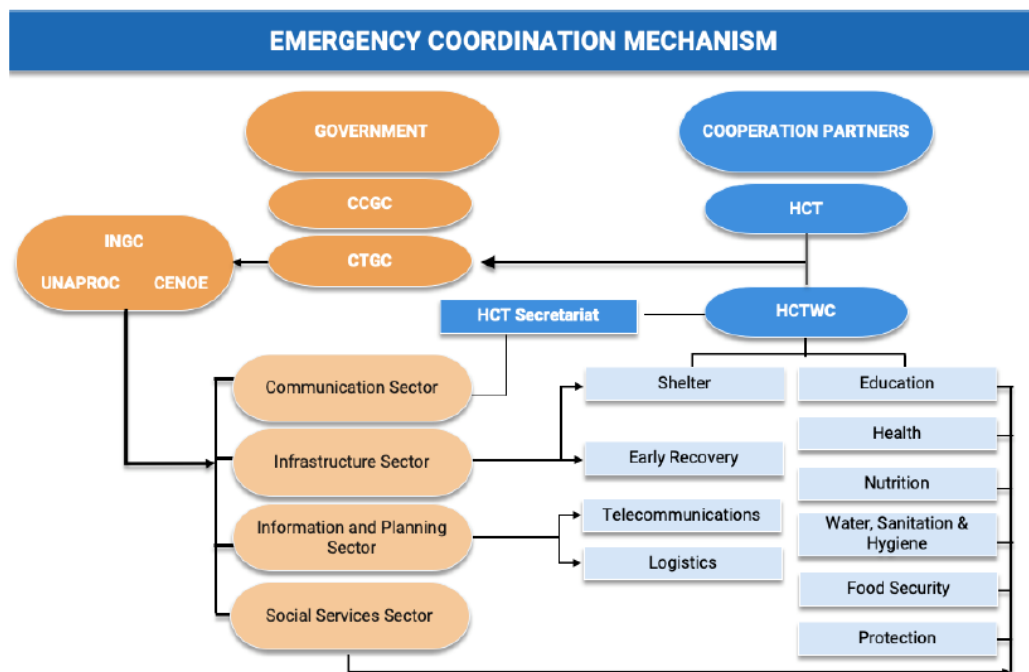
(Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural et al., 2021, pp. 12–13)

Anexo F – Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coordenação da emergência entre agências governamentais e internacionais



Source: INGC, 2019

Figura A.1 Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coordenação da emergência entre agências governamentais e internacionais (Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020, p.9)



Source: INGC, 2019

Figura A.2 Atual estrutura operacional da gestão de catástrofes em Moçambique e coordenação da emergência entre agências governamentais e internacionais (Inter-Agency Humanitarian Evaluation (IAHE), 2020, p. 10)

Anexo G – Mapas de Moçambique

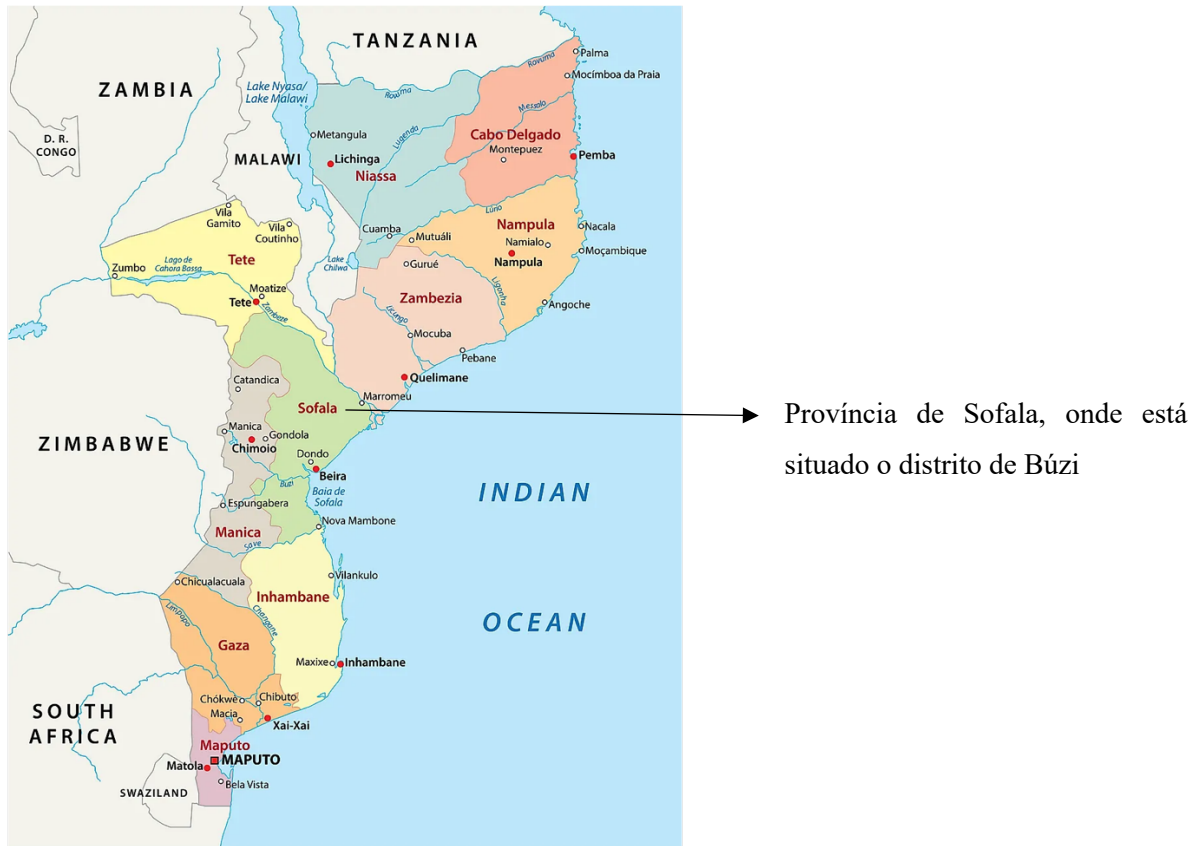


Figura A.3 Mapa Províncias de Moçambique



Figura A.4 Mapa Distritos da província de Sofala

Anexo H – Apoio para a recuperação das atividades agrícolas após o ciclone Idai (até 15 de Abril de 2019)

Distritos	Produtos	Fonte (Governo, FAO, ORAM...) em ton e em variedade	Quantidade Total	Produtores	População beneficiária (nº de kits distribuídos, semente de milho)	
Bilzi ⁽¹⁾	Sementes (em ton)	DPASA - 20 ton milho, 3 ton feijão vulgar MITADER - 34 ton milho FAO - 8 ton feijão, 26,29 kg hortícolas, 16 ton milho Save the children - 48 ton milho CCIV - 22,5 ton milho Outras ONGs - 40 ton milho	130.126 ton	29.000	8.129 kits de 5kg de milho (28% do total)	
		Catano (em un)				2.348
		Enxadas (em un)				4.696
Nhematanda ⁽²⁾	Sementes (em ton)	Gov-70 ton milho FAO-63,2 ton milho ORAM-5,58 ton milho ADPP Clube de Agricultores-6,1 ton de milho GIZ/LUTEARI-8,3 ton milho Parlamento Juvenil-2,6 ton de milho TzuChi-3,2 ton de milho	208.815 ton	35.294	26.293 (milho) 18.775 (feijão) 9.675 (hortícolas) 17.225 (enxadas) 16.341 (catano) 2.610 (regadores)	
		Catano (em un)				25.410
		Enxadas (em un)				10.435
		Regadores (em un)				585
Dondo ⁽³⁾	Sementes (em ton)	MITADER-10 ton milho Save the children-24 ton milho	34 ton		1.000 kits	
Beira ⁽⁴⁾	Sementes (em ton)		5kg de hortícolas			
	Catano (em un)		200			
	Enxadas (em un)		200			

Figura A.5 Apoio para a recuperação das atividades agrícolas após o ciclone Idai (até 15 de Abril de 2019)

(Feijó e Aiuba, 2019, p. 6)

Anexo I – Como os diferentes modelos de proteção social satisfazem os princípios de justiça social e comparação entre os vários modelos

	SECURITY DIFFERENCE PRINCIPLE	PATERNALISM TEST PRINCIPLE	RIGHTS- NOT-CHARITY PRINCIPLE	ECOLOGICAL CONSTRAINT PRINCIPLE	DIGNIFIED WORK PRINCIPLE
Minimum wage	X	✓	✓	—	—
Social insurance	X	✓	✓	—	—
Means testing	X	X	X	—	X
Subsidies, vouchers	X	X	X	—	—
Job guarantee	X	X	X	—	X
Workfare	X	X	X	—	X
Tax credits	X	✓	✓	—	X
Negative income tax	X	✓	✓	—	X
Charity	X	X	X	—	X
Basic income	✓	✓	✓	✓	✓

Figura A.6 Como os diferentes modelos de proteção social satisfazem os princípios de justiça social e comparação entre os vários modelos

(Standing, 2017, p. 99)

Anexo J - Quadros de dados respectivos à representação gráfica

Gráfico 11.1 Perdas mais sentidas com os eventos naturais extremos

Casa estrutura	Casa recheio (colchão, cobertores, mobílias, eletrodomésticos, etc)	Animais	Produção agrícola	Óbitos	Sementes	Celeiro	Curral	Documentos	Bens pessoais (roupa, malas, etc.)	Materiais escolares
51	10	35	48	4	3	1	1	7	12	3
96%	19%	66%	91%	8%	6%	2%	2%	13%	23%	6%

Gráfico 11.2 Produtos cultivados antes e depois dos eventos naturais extremos

Produtos cultivados antes	49	52	20	18	9	17	11	1	4	1
%	92%	98%	38%	34%	17%	32%	21%	2%	8%	2%
Produtos cultivados depois	53	48	13	15	7	15	10	1	4	1
%	100%	91%	25%	28%	13%	28%	19%	2%	8%	2%

Gráfico 11.3 Tecnologias utilizadas *antes e depois* dos eventos naturais extremos

	Tração animal	Trator	Enxada	Regador*
Tecnologias utilizadas antes	21	16	47	0
%	40%	30%	89%	0%
Tecnologias utilizadas depois	10	15	45	1
%	19%	28%	85%	2%

Gráfico 11.4 Sistemas de armazenamento de colheitas utilizados *antes e depois*

	Casa (dentro de sacos)	Celeiro	Tambor grande
Armazenamento das colheitas antes	50	24	1
%	94%	45%	2%
Armazenamento das colheitas depois	53	13	1
%	100%	25%	2%

Gráfico 11.5 Diversificação das estratégias de subsistência

Agricultura	50	94%
Criação de animais	4	8%
Trabalho agrícola em machambas/plantações de outrem	6	11%
Biscates (venda de esteiras, produção e venda de Nipa*)	17	32%
Venda de pesca	4	8%

Gráfico 11.6 Sentimentos dos inquiridos em relação aos eventos naturais extremos

Mau-estar/sofrimento	Tristeza	Desorientação	Sem saber o que fazer	Medo	Outros*
22	47	3	11	8	3
42%	89%	6%	21%	15%	6%

Gráfico 11.7 Medidas tomadas pelos inquiridos para anteciparem os impactos dos eventos

Abrir valas	Mover bens para zonas mais altas	Ir para zonas altas ou um lugar seguro	Encher sacos de areia e colocar em cima do teto	Sem saber o que fazer / sem fazer alguma coisa	Avisos prévios mais eficazes	Subir para cima dos telhados / subir árvores	Construção de casas mais resistentes	Fecho dos locais onde as cheias são abertas	Sem informação
4	3	25	1	17	4	1	2	2	4
8%	6%	47%	2%	32%	8%	2%	4%	4%	8%

Gráfico 11.8 Tipologia do apoio recebido pelos inquiridos

Alimentação	Roupa / Cobertor / Capulana	Insumos agrícolas	Machamba (parcela de terra)*	Materiais para reconstrução habitação	Kit de primeiros socorros	Medicamentos	Apoio extensionista (ensinar a fazer pequenas hortas)	Lenha e fósforos	S/ especificação	Dinheiro
49	18	45	1	12	2	1	1	2	3	0
92%	34%	85%	2%	23%	4%	2%	2%	4%	6%	0%

Gráfico 11.9 Tipo de apoio disponibilizado pelos diferentes mecanismos de apoio - governo/ONGs, família e vizinhos

	Alimentação	Roupa / Cobertor / Capulana	Insumos agrícolas	Machamba (parcela de terra)	Materiais para reconstrução o habitação	Kit de primeiros socorros	Medicamentos	Apoio extensionista (ensinar a fazer pequenas hortas)	Lenha e fósforos	S/ especificação	Dinheiro
Vizinhos	16	6	5	0	1	0	0	0	1	1	0
Família	10	3	4	1	0	0	0	0	1	2	0
Governo /ONGs	23	9	36		11	2	1	1	0	0	0

Gráfico 11.10 Tipologia do apoio agrícola recebido pelos inquiridos disponibilizado pelo governo/ONGs

Sementes	Catana e/ou enxada e/ou ancinho	Regador	Apoio extensionista (ensinar a fazer pequenas hortas)
32	17	1	1

Gráfico 11.11 Despesas/investimentos dos inquiridos se o apoio recebido fosse em dinheiro

Compra de animais (gado, suínos e aves)	Construção/reconstrução /investir na casa*	Investimento na machamba e em insumos/tecnologia agrícola	Construção de curral	Compra de bens alimentares	Investimento em negócios	Material escolar
28	40	15	1	15	4	1
53%	75%	28%	2%	28%	8%	2%